REVISTA DE ESTUDOS LUSÓFONOS, LÍNGUA E LITERATURA, dos COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

REVISTA 0 -2007 (ITENS 7-8 ANO 2007)
ISSN 2183-9115

1. ÍNDICE REVISTA 0 2007 ITENS 7 E 8

1.ÍNDICE COLABORADORES REVISTA 0 2007 item 7

ÍNDICE REVISTA 0 2007 ITEM 8

Temas item 7

1. Tradução
O português como língua de tradução;
1.1. A tradução de autores portugueses;
1.2. A tradução de obras de autores açorianos, como João de Melo, comprova de forma definitiva a existência de uma literatura açoriana. Dificuldades e peculiaridades.
1.3. O ensino da tradução e os desafios europeus e mundiais.
2. Açorianidade e Lusofonia
2.1. Língua, Multimédia e Comunicação Social: a presença açoriana no mundo das Artes, das Letras e das Ciências;
2.2. Desenvolvimento curricular do Português (EUA, Canadá, Brasil, etc.);
2.3. Cidadania e Participação Política nas comunidades estrangeiras;
2.4. Estudos Interculturais e Diversidades Culturais.

Nome	Instituição	Título
1. Ana Aguilar Franco	Univ. de Lisboa	*José Rodrigues Miguéis: Letras americanas em Língua Portuguesa*
2. Ana Cláudia de Souza	Univ. Federal de Santa Catarina	*A leitura e seu processo de ensino-aprendizagem: considerações sobre o ensino do Português no Brasil*
3. Ana P Borges	D R Comunidades	*Emigrantes regressados à região*
4. Anabela Mimoso	Confraria Queirosiana	*Rui Gonçalves, Dos privilegios & praerogativas que ho genero feminino tem*
5. António V Bento	Univ. da Madeira	*O ensino étnico nos Estados Unidos: as escolas oficiais portuguesas e a identidade cultural dos seus alunos*
6. Artemio Zanon	Academias S. José das Letras / Catarinense de Letras – Soc. dos Poetas Advogados	*Um estudo (ensaios) de dois estilos na literatura atual portuguesa sob a visão crítica de um brasileiro*
7. Augusto de Abreu	Academia S José das Letras	*O Escritor na Escola como meio de intercomunicação docente e discente*
8. Célia Cordeiro	EBI da Maia, S Miguel	*Diferentes olhares sobre os Açores Terra de Lídia*, de Maria Orrico
9. Daniela Soares	Fac. Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova, Lisboa,	*"Os Doentes de Machado-Joseph no contexto das comunidades açorianas: uma breve abordagem*
10. David J Silva	University Texas Arlington	*Traços fonéticos sobreviventes no falar micaelense de alguns emigrantes açorianos em Greater Boston*
11. Elisa Guimarães	Univ. Presbiteriana Mackenzie	*Língua portuguesa e Realidade Social*
12. Graça Castanho	Univ. dos Açores	*O estado da arte do ensino da leitura em Portugal, Brasil e Moçambique*
13. José Carlos Teixeira	University of British Colúmbia – Canadá	*A suburbanização das comunidades portuguesas em Toronto e Montreal: do isolamento à integração residencial?"*
14. Lola Geraldes Xavier	ESE Coimbra	*João de Melo, um escritor açoriano sobre a guerra colonial*
15. Luciano J S Baptista Pereira	ESE Inst.º Politécnico Setúbal	*Manuel de Paiva Boléo e a cultura açoriano-catarinense*
16. MD´Ajuda Alomba Ribeiro	Univ. Estadual de Santa Cruz – UESC	*Questões culturais e de identidade no ensino de Português L2 - LE*
17. Mª Helena Anacleto-Matias	ISCAP – Instº Politº do Porto	*Português Europeu e Mundial na Tradução e Interpretação*
18. Nelson Reis	Esc Sec Ribeira Grande, S. Miguel	*Jogos e brincadeiras – a importância do lúdico na preservação e na valorização da Língua Portuguesa*
19. Paulo Rutigliani Berri	Ac. S. José de LetrasFlorianópolis	*Produção das Entidades Literárias da Região de Florianópolis*
20. Rebeca Hernández	Univ. de Salamanca	*Traduzindo o mundo de João de Melo*
21. Regina H De Brito +	Univ. Presbiteriana Mackenzie	*Cada terra com seu uso: Variações lexicais no português do Brasil, relativa/ ao de Portugal e dos Açores*
22. Zélia Borges	idem	*idem*
23. Rita Dias + João Martins	D R Comunidades	*As comunidades açorianas no mundo*
24. Ronaldo Lima	Univ. Federal de Santa Catarina	*Representações da cultura açoriana na ilha de Santa Catarina*
25. Sónia Duque	D R Comunidades	*O papel da* D R Comunidades *na preservação da língua portuguesa*
26. Vilca M Merízio	Ac S José Letras	*Joias na ferida*

1. ANA AGUILAR FRANCO

JOSÉ RODRIGUES MIGUÉIS: LETRAS AMERICANAS EM LÍNGUA *PORTUGUESA*

No artigo "Garranos, Polvos, Cotovias e Gato por Lebre (Sobre os problemas da tradução) ", publicado na Seara Nova, em 1965, José Rodrigues Miguéis tece considerações sobre aspetos concretos, ilustrativos de dificuldades decorrentes do estabelecimento de uma relação entre a cultura do texto de partida e a do texto de chegada, O texto decorre da sua preocupação com esta área, em virtude da experiência enquanto tradutor, sobretudo de texto literário, que até àquela data incluía Stendhal, Carson McCullers, Scott Fitzgerald. Trata-se de uma atividade, aparentemente secundária, tendo em conta a quase total dedicação à criação literária, mas que desempenha um papel determinado no contexto da sua obra.

Na verdade, Miguéis, que em 1936 se instala em Nova Iorque, onde residirá até à sua morte, em 1980, com exceção de algumas estadas em Lisboa e uma curta experiência profissional no Brasil, dedicou a sua vida às letras, em português, sobretudo como escritor, mas também como redator na secção portuguesa das Seleções do Reader's Digest e tradutor.

Tendo por base a dupla condição sociocultural de Miguéis, de português e americano, fundamentada pela sua naturalização americana, ou ainda, pela natureza das temáticas de romances, novelas ou contos, incluindo ambientes portugueses e americanos, a quem Onésimo Teotónio de Almeida se referiu como "Lisboa em Manhattan", no título de um artigo sobre o escritor, em 1981, pretende-se observar opções tradutórias, nomeadamente na obra O Grande Gatsby, no âmbito dos estudos de tradução, bem como propor significados para a existência da tradução no percurso da sua atividade profissional e da sua relação com a cultura portuguesa.

Miguéis publica, na *Seara Nova*, em 1965, o artigo "Garranos, Polvos, Cotovias e Gato por Lebre (Sobre os problemas da tradução) ", na Seara Nova, no qual tece considerações sobre aspetos concretos, ilustrativos de dificuldades decorrentes do estabelecimento de equivalências entre a cultura do texto de partida e a do texto de chegada. Trata-se do olhar crítico de um escritor com longa experiência nesta área. Em 1960, no *Diário de Lisboa*, no artigo "Era Uma Vez um Désiré…", havia já problematizado sobre estas questões, nomeadamente, sobre uma possível relação lexical entre "désiré" em francês, "desire" em inglês, "desir" em francês e "desejo" em português, que estaria na origem do título *A Streetcar Named Desire* (*Um Elétrico Chamado Desejo*).

No mesmo texto, aproveita o ensejo para, com ironia, discorrer sobre a oportunidade simbólica da tradução de "busy like a cat on a hot tin roof": "gata em telhado de zinco quente". Recusando a defesa de uma "pureza" da língua e defendendo uma eventual "miscigenação", conquanto esta não implique uma subalternização linguística, termina com uma consideração de natureza teórica (1960:8): Porque traduzir, meus filhos, não é trocar palavras de uma língua em palavras de outra – mas encontrar as equivalências idiomáticas, transferir as formas verbais de uma cultura ou estrutura mental para o pensamento e estrutura sintática de outro idioma.

A tradução é um facto ao longo da carreira do escritor: em 1927 (aos 26 anos), traduz e adapta a partir do inglês o *Curso sistemático de lições de coisas: Primeiro ciclo*, com introdução de António Sérgio; em 1935, traduz A *Abadessa de Castro*, de Stendhal; em 1942, após adquirir a nacionalidade americana, inicia uma colaboração de cerca de dez anos, no início, como coeditor e, mais tarde, como colaborador independente do Reader's Digest, sendo consensualmente reconhecido como o tradutor mais competente para a publicação; em 1958, traduz *Coração Solitário Caçador*, de Carson McCullers; em 1960, *O Grande Gatsby*, de Scott Fitzgerald; entre 1958 e 1962, seis contos inseridos na coleção *O Livro das Mil e Uma Noites*, com introdução de Aquilino Ribeiro (1958-1962); em 1961, colabora com Raymond Sayers na edição de um disco, com fins pedagógicos, declamando em inglês poetas portugueses por si traduzidos; em 1974, traduz *Uma Luz ao Escurecer*, de Erskine Caldwell.

Trata-se, pois, de uma atividade multifacetada que coloca em evidência um interesse especial pela literatura americana, pela língua e cultura portuguesa, um olhar atento para aspetos teóricos, mas que é condicionada por necessidades de ordem pecuniária.

Em 1947, em carta para Mário Neves, inserida na biografia organizada por este, desabafa sobre as dificuldades em conciliar as duas absorventes ocupações da sua vida, a criação literária e a tradução (1990:171-172):

"*Imagine o que é ter de traduzir e rever para publicação, entre 10 e 29 do mês, cerca de 33.000 palavras em qualidade «estritamente Miguéis» — sabendo-se que o estilo e assuntos do R.D. [Reader's Digest] são como o Urânio-X…só à força de ciclotrão! […] Se eu pudesse viver de abstrações, e empregar todo esse tempo em escrever, quanto não poderia ser feito! Demais, escrever é-me muito mais fácil do que traduzir…*" Não menos significativa é esta última frase.

Na verdade, em vários momentos Miguéis comentou escrever compulsivamente, assumindo que a vida não era suficientemente longa para pôr no papel todas as ideias que ainda tinha para transmitir. Os lamentos, na missiva, prosseguem:

"*Hoje, por exemplo, sentei-me a esta mesa às 10 da manhã; lutei todo o dia com salmões, toninhas e trutas da ménagerie do R.D. — e às 7.30, para mudar o disco, ponho-me a escrever-lhe. E assim quase todos os dias, para aprontar aquelas duas a três páginas da revista, sem as quais não há o clássico bacon & eggs! "E em cima disto, escrevo! E é preciso ler! E algum convívio, ainda que seja forçado e enjoativo! Termina com um toque de ironia, recurso caraterístico em Miguéis, fazendo uso de um soneto de Camões: Não interprete à letra os queixumes: ainda por cá há reservas de bom humor! Peça aos deuses do Ver e Crer que de cá bem cedo me levem a vê-lo, e terá colaboração.*

Em 1961, de novo em carta para Mário Neves, presente na bibliografia já mencionada, Miguéis continua a tecer comentários sobre as circunstâncias que envolvem a produção literária (1990:219):

"*No contacto quotidiano e real das nossas coisas, voltarei à atividade. Não é que não tenha trabalhado imenso: mas dos livros em que trabalho quase tudo é impublicável, e o resultado é um certo desânimo. Acresce que a necessidade me tem obrigado a aceitar trabalhos de tradução (nada como antigamente) que me amola o juízo e comem energia. Não entro em detalhes ociosos! Cada dia mais metido na concha…Portugal dói — ainda mais cá fora, porque é na feroz concorrência com outros países, num meio gigantesco, que as nossas fraquezas sobressaem mais: nas letras, na política, no turismo, no comércio…em tudo.*"

A dolorosa conjuntura política portuguesa, que continuava a dificultar-lhe a publicação da sua obra, força-o a permanecer dependente de traduções técnicas, num contexto de extrema concorrência em que o peso económico do Brasil dominava a indústria da tradução para português. A propósito das dificuldades com a censura, registe-se, anos antes, o recurso engenhoso utilizado por Miguéis para se subtrair à revelação da autoria de textos seus.

Na verdade, em 1934, debatendo-se entre a sua condição de contador de histórias e os seus problemas de consciência, ao pensar na edição de *Uma Aventura Inquietante*, sob a forma de folhetins, no jornal *O Diabo*, opta por recorrer ao pseudónimo Ch. Vander Bosch, nome de um hipotético escritor belga de quem Miguéis seria o tradutor. A sua partida para os EUA iria interromper a periodicidade da publicação, retomada em 1936, após Miguéis ter tornado público que, em virtude do desaparecimento do tal escritor belga, iria escrever a conclusão da história…

Ainda a propósito das traduções técnicas, Camila Miguéis, em entrevista conduzida por Maria de Sousa, integrada em *José Rodrigues Miguéis: Lisboa em Manhattan,* editada com a coordenação de Onésimo Teotónio de Almeida (2001:235), menciona o significativo volume de textos de vária ordem, traduzidos por Miguéis. E exemplifica a sua dedicação, contando que o escritor chegou a visitar uma fábrica para aprender a usar um torno, uma vez que teria que traduzir o *Manual do Torneiro*.

O próprio Miguéis, em 1968, entrevistado em Nova Iorque pelo *Diário de Lisboa*, questionado sobre o modo como se assegura a subsistência deste "escritor português em Nova Iorque" responde (1968:5-6):

"*trabalhando, isto é, escrevendo e traduzindo. Durante muitos anos na secção portuguesa do Reader's Digest, proferindo conferências, fazendo traduções, inclusivamente de propaganda de máquinas agrícolas…".*

Mais tarde, em 1980, na última entrevista que concede, conduzida por Carolina Matos, ainda a pretexto das dificuldades de aceitação sentidas enquanto intelectual estrangeiro a escrever em português, Miguéis reafirma que a tradução havia sido a sua fonte permanente de rendimento (2001: 251-258).

As primeiras linhas de "Garranos, Polvos, Cotovias e Gato por Lebre (Sobre os problemas da tradução) ", já mencionado, que viria a ser objeto de protesto por parte de Lyon de Castro, diretor de Publicações Europa-América, um dos visados no artigo, e de defesa, por parte da Direção da *Seara Nova*, são relevantes para aferir da dimensão abrangente do papel desempenhado pelo exercício da tradução, em Miguéis (1965: 281-282):

"*As experiências do tradutor português in partibus infidelium dariam para um livro de memórias em que se ouviria latejar um coração retalhado: o do expatriado que a todas as horas trava inglório combate em defesa dessa pátria impalpável e epiderme interior que é a língua materna, contra adversários e concorrentes de toda a ordem, desde os próprios compatriotas deserdados da cultura, […]*

aos nossos irmãos brasileiros, com frequência ultraciosos da sua originalidade, […]

aos espanhóis e hispanos de vários matizes, que em muitos casos, por ignorância e chauvinismo, teimam em não reconhecer o facto autónomo do mundo luso-brasileiro ("el portugués es castellano mal hablado!") e aos próprios norte-americanos, mal-informados, alheios às picuinhas de minorias, e empenhados, sobretudo, em vender a sua mercadoria (ou filosofia) ao freguês, por meio de uma gíria que lhe agrade".

O autor afirmará mais adiante: "*só lá fora se compreende o que vale uma Gramática e o que significa uma Cultura*!"

No excerto, o autor traça um cenário completo da presença da cultura portuguesa, no mundo, em termos de afirmação, de autonomia, assim como de mais-valia comercial. No último comentário transcrito, Miguéis foca um aspeto, atual, ao associar o grau de implantação política de um país à relevância da sua língua e cultura.

O texto, marcado por um tom, a um tempo, irónico e incisivo, no qual afirma a qualidade de tradutor para fundamentar as suas opiniões, valoriza a existência, na época, nos EUA e em vários países, de uma ampla e pertinente discussão em torno da atividade tradutória, evidente através da multiplicidade de congressos, artigos, livros, não obstante, segundo ele, a continuada ocorrência de "atentados contra o sentido dos textos" que limitam os leitores a terem acesso a "meras aproximações".

Miguéis dá exemplos, que estão na origem do sugestivo título do artigo e da citação do adágio popular "gato por lebre": um dos casos indicia a ausência, na época, junto da opinião internacional, de uma separação clara entre o português e o castelhano, pois da troca entre a homografia de "polvo" (em espanhol) e de "polvo" (em português) resultou a sua tradução para "dust" (em inglês); o outro caso, ilustrativo de opções questionáveis na eventual ausência de equivalentes culturais, diz respeito ao título da obra de Harper Lee, *To Kill a Mockingbird*, traduzido para *Não Matem a Cotovia*.

Serão as críticas formuladas ao título português, da responsabilidade do editor, e não do tradutor, como era prática corrente, que motivarão a contestação por parte de Lyon de Castro, acompanhada de justificação. Atendendo à situação dos estudos de tradução em Portugal, nas décadas de 50, 60, Miguéis demonstra preocupações consonantes com as influências exercidas pelo meio cultural em que estava inserido.

Tal como já foi referido, a este grau de preocupação está, ainda, subjacente o seu interesse pela cultura e pela literatura americana, facto várias vezes por ele referido nas entrevistas concedidas em diversas fases da sua vida. Com recorrência, incluiu Carson McCullers, Scott Fitzgerald e Erskine Caldwell na lista dos escritores preferidos o que, incluso, motivou a elaboração dos prefácios "Carson McCullers ou A Vitória da Comunicação" para *Coração,*

Solitário Caçador e "Scott Fitzgerald ou a Autodestruição Criadora" para *O Grande Gatsby.*

A respeito deste romance, uma breve nota no suplemento literário do *Diário Popular* (1960: 6) dá conta da "*tradução primorosa de José Rodrigues Miguéis*" e classifica de notável o seu prefácio intitulado "Scott Fitzgerald ou a autodestruição criadora".

Noutra publicação, *Vértice* (1960:514-515) igualmente se enaltece a qualidade do prefácio, considerado ótimo e esclarecedor, acrescentando-se ainda: " *…uma desconcertante e, ao mesmo tempo, patética revelação da sua face íntima."*

Relativamente ao texto traduzido é afirmado: "*A tradução é fluente e geralmente correta, apesar de certas construções ou termos que a longa permanência do tradutor na América ou uma deficiente revisão deixaram passar*…"

Trata-se de uma observação significativa, atendendo às preocupações sempre manifestadas por Miguéis em termos linguísticos e culturais, num contexto de respeito pela língua portuguesa, mas cuja longa permanência nos EUA, a que acresce a sua excelente capacidade de observador e visão jornalística, irá ter consequências não só a nível da criação literária, como também a nível da tradução, atendendo às temáticas abordadas, em especial nos contos, ao léxico e à sintaxe. Tomando como objeto de observação *O Grande Gatsby*, verifica-se a existência de determinadas ocorrências relevantes, que carecem de comentário:

a. D*iversos vocábulos ingleses são mantidos no texto de chegada: settler; front (no sentido de "frente de guerra"); cab; taxi; week-ends; drink; subway; cocktail; hello!; party (tanto no sentido de "festa" como "grupo de pessoas"); bootlegger; knickerbockers; deck; elevated; all right!; highballs; gentleman; roadster; rout; cottages; saloon; fox (no texto de partida "foxtrot"); nurse; "how-de-do!; ale; buttler; standard; college; ferry-boat; mint-julep; pool-room. Estes dois últimos foram objeto de Nota do Tradutor. Quanto a coronel e Oxford, surgem no texto de chegada com a grafia coroner e oggsford por forma a manter a caraterização do nível sociocultural das personagens.*

b. Alguns vocábulos são traduzidos por termos franceses: evening dress é traduzido por vestido de soirée; frosted wedding-cake, por glacé da pastelaria nupcial; popular cafés, por boîtes.

c. A expressão heavily beaded eyelashes é traduzida por Kohl

d. Os vocábulos franceses, no texto de partida, são mantidos no texto de chegada: hotel de ville; bureau; chiffon; hors-d'oeuvre; coupé; tablier; habitué; boudoir; ménagerie; de reproche; suite.

e. O pronome pessoal You é traduzido por tu ou você, de acordo com as convenções das formas de tratamento em Portugal, segundo um critério de adequação ao estatuto social das personagens e às relações interpessoais na narrativa.

f. *Ocasionalmente, frases no texto de chegada apresentam uma estrutura sintática muito próxima do texto de partid*a. Por exemplo, *From the moment I telephoned news of the catastrophe to West Village* foi traduzido da seguinte forma: *Desde o instante em que telefonei a notícia da catástrofe para West Village*.

Perante os casos apresentados, é evidente a manutenção de determinados vocábulos ingleses por se tratar de anglicismos que integram a língua portuguesa. Contudo, em diversas situações, este facto não se verifica e atesta, de facto, a grande proximidade do autor à língua inglesa. No que concerne o recurso a vocábulos franceses em vez de portugueses, trata-se de uma opção, sobretudo, decorrente da efetiva influência da cultura francesa na sociedade portuguesa de então, da qual resultou a adoção de inúmero léxico francês.

É de desprezar, ainda, o facto de Miguéis, em época anterior à sua partida para os EUA, em 1935, ter passado uma temporada na Bélgica, facto que concorre para uma maior fluência linguística. A alínea f) enuncia um aspeto que constitui, com efeito, uma situação paradigmática de convivência simultânea entre a língua inglesa e a portuguesa, na estrutura mental de Miguéis, enquanto tradutor.

Neste sentido, considere-se a afirmação de David Brookshaw, tradutor de *The Polyedric Mirror: Tales of American Life*, na introdução da obra (2005:13):

"*One of the most abiding comments made by the appreciators of Miguéis as a writer in Portugal is his 'portuguesismo' [...]. The supreme expression of this, according to his commentators, was that he always wrote in Portuguese, in spite of the fluency he gained over the years and the fact that he often resorted to English words and terms (preserved in italics in the translation), not to mention occasionally anglicizing his Portuguese.*"

E acrescenta mais adiante:

" *What is perhaps more interesting about Miguéis and undoubtedly a feature that adds to the uniqueness of his work, is the fact that he in effect became a writer of the diaspora, assuming many of the intellectual characteristics of a man of two worlds, or between two worlds*."

Não obstante ser um dado adquirido a opção irredutível de Miguéis em escrever sempre em português, dando assim continuidade à intenção de permanecer ligado à cultura que o viu nascer, tal como diversas vezes o afirmou, e de que é ilustrativa a citação de *Um Homem Sorri à Morte com Meia Cara* (……):

"*Era a minha maneira de continuar a viver em Portugal, sem lá estar*", é igualmente importante considerar as opções estéticas inseridas num universo estritamente americano.

Acresce a este facto que a condição de José Rodrigues Miguéis, português e naturalizado americano em 1942, o coloca, pois, numa dupla condição cultural, com reflexos igualmente evidentes na sua criação literária.

Nascido em 1901 na premonitória Rua da Saudade, em Lisboa, cedo parte do seu país, inicialmente, como já referido, para a Bélgica e em 1936 para os EUA, onde permanecerá até 1980, ano da sua morte, com breves interrupções para se deslocar a Lisboa, por motivos pessoais e, ao Brasil, por motivos profissionais. A vontade de regressar constitui um sonho que tem necessidade de alimentar, mas não de concretizar.

A sua correspondência pessoal integra diversas cartas em que fica claro um sentimento de não-pertença a espaço algum. Contudo, decidiu ficar em Nova Iorque até ao fim da vida. Considere-se a observação de Brookshaw que reforça esta ideia (2005: 18):

"*There is little doubt that Miguéis could have returned to Portugal if he so wished. However, in spite of his attachment to his roots, he could never re-forge the links with Portugal where, to his regret, he remained largely unrecognized. The link between the expatriate and his native land remained fraught with contradiction*".

Existe um não-espaço, um lugar entre as duas realidades que dão forma à sua identidade cultural. Leia-se o comentário de Miguéis, incluído nos manuscritos constantes do espólio, citado por Onésimo Teotónio de Almeida (2002: 17):

"*Decerto, eu pratiquei contradições. Pratico-as ainda. Quem tiver a consciência limpa que me apedreje…*

Mas o que faço, o que tenho feito, é com paixão, com essa tenacidade que é o meu motivo de orgulho, a minha honra.

Como um artífice que tem por alvo a simplicidade. A sua multifacetada produção literária tem, assim sido necessariamente, objeto de abordagens que ora enfatizam as marcas da diáspora, ora realçam a americanidade da sua obra.

Por um lado, Miguéis é autor de romances, de inspiração autobiográfica, emblemáticos da literatura portuguesa do séc. XX, nomeadamente, *A Escola do Paraíso* e *O Milagre Segundo Salomé*, consensualmente referidos como retratos impressivos da sociedade lisboeta durante momentos históricos relevantes, nomeadamente, a Implantação da República e a ascensão do Estado Novo.

O Milagre Segundo Salomé, em especial, cuja criação lhe tomou cerca de 30 anos da sua vida, publicado em 1975, e recentemente adaptado para o cinema, foi considerado por ele a sua obra-prima. Por outro lado, a produção de contos inclui, entre outras, temáticas marcadamente de inspiração portuguesa (a título exemplificativo, considere-se "Gente da terceira Classe") assim como totalmente americanas (por exemplo, "O Natal do Dr. Crosby").

A dedicação de Miguéis à tradução, atendendo às diversas vertentes abordadas, enquadra-se, pois, no caráter multifacetado da sua obra, com destaque para a defesa da cultura portuguesa, a par do forte interesse pela literatura americana.

O passo ora transcrito da introdução que prepara para a sua tradução de *Coração Solitário Caçador*, de Carson McCullers, (1987:14-15) abre uma nova janela de entendimento:

> *"Tem-se dito e acreditado que The Heart is a Lonely Hunter trata, antes de tudo, da irremediável Solidão: o próprio título parece sugeri-lo.*
>
> *[…]*
>
> *Muito ao invés, segundo creio, este romance diz-nos da luta dos homens contra a solidão, e da sua vitória sobre ela: da necessidade e da possibilidade da comunicação. Sem isso como a entenderíamos nós?*
>
> *Escrever um livro, mesmo no relativo isolamento, é já vencer a solidão, é comunicar, participar, agir, influenciar e propor maneiras de vencer o Horror Subjacente ou Patente.*

A tradução, enquanto outra força criadora presente em Miguéis, revela, então, mais uma forma a que o escritor recorre com a finalidade de derrotar sentimentos de solidão, de que não raras vezes se queixava, mas que, afinal, sabia repudiar com veemência.

BIBLIOGRAFIA

- Aguiar, Maria Virgínia (1963) "Rodrigues Miguéis de Novo em Portugal" in *República*, Lisboa nº 1744, 1 e 11
- Almeida, Onésimo Teotónio (1987) "J. Rodrigues Miguéis – Um Arranha-céus que Falava Português" in *L(USA)ÃNDIA a Décima Ilha*, Angra do Heroísmo: Dir. Serv. Emigração.
- Almeida, Onésimo Teotónio (2002) "Retrato do artista enquanto escritor" in Onésimo Teotónio Almeida (org) *José Rodrigues Miguéis: Uma Vida em Papéis repartida*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 13-23.
- Almeida, Onésimo Teotónio (2002) *José Rodrigues Miguéis: Uma Vida em papéis repartida*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Almeida, Onésimo Teotónio e Rego, Manuela (2001) *José Rodrigues Miguéis: 1909-1980 Catálogo da Exposição Comemorativa do Centenário do Nascimento*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Avelar, Mário (1994) *América Pátria de Heróis*, Lisboa: Edições Colibri.
- Azevedo, Manuel (1968) "Um Escritor Português nos Estados Unidos"in *Diário de Lisboa*, 5-6.
- B.A. "O Grande Gatsby" in *Vértice* Vol XX, nº. 204, 514-515.
- Brookshaw, David (2005) *The Polyedric Mirror: Tales of American Life*, Providence, Rhode Island: Gávea-Brown.
- Castro, Francisco Lyon (1965) "Publicações Europa-América Comentam Um Artigo de Rodrigues Miguéis" in *Seara Nova* Nº 1442.
- *Diário Popular* (1960) "*O Grande Gatsby* por F. Scott Fitzgerald" in *Diário Popular, Supl Literário*, 6.
- Fitzgerald, F. Scott (1992) *The Great Gatsby*, Londres & Nova Iorque: Penguin.
- Freitas, Vamberto (2002) "Miguéis e a Luso-Americanidade Literária" in Onésimo Teotónio Almeida e Manuela Rego (org) *José Rodrigues Miguéis: Uma Vida em Papéis repartida*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 93-102.
- Henriques, Mário (1959) "José Rodrigues Miguéis, Primeiro Prémio 'Camilo', afirma: 'Só Pretendo Contar Histórias Simples e Claras!'" in *Diário Popular Supl. Literário*, Lisboa Nº 131, 1, 6 e 11.
- Kerr Jr., John Austin (1977) *Miguéis – To the Seventh Decade*, University, Mississípi: Romance Monographs.
- Lopes, Norberto "Um Escritor volta à vida que ele conheceu e viveu com todas as ansiedades do tempo" in *Diário de Lisboa* Nº 12.666, 1 e 14.
- Matos, Carolina (2001) "Entrevista com José Rodrigues Miguéis" in Onésimo Teotónio Almeida (org) *José Rodrigues Miguéis*: Lisboa em Manhattan, Lisboa: Estampa, 251-258.
- Miguéis, José Rodrigues (1991) *O Grande Gatsby*, Lisboa: Editorial Presença.
- Miguéis, José Rodrigues (1987) *Coração Solitário Caçador*, Lisboa: Europa-América.
- Miguéis, José Rodrigues (1960) "Era Uma Vez Um Désiré…" in *Diário de Lisboa*, 5 de setembro, 8.
- Miguéis, José Rodrigues (1965) "Garranos, Polvos, Cotovias (Sobre os problemas da tradução) in *Seara Nova*, nº 1439, 281-282.
- Monteiro, George (1983) *Steerage and Tem Other Stories*, Providence, Rhode Island: Gávea-Brown.
- Neves, Mário (1990) *José Rodrigues Miguéis: Vida e Obra*. Lisboa: Caminho.
- Sayers, Raymond (2002) "A América de José Rodrigues Miguéis" in Onésimo Teotónio Almeida (org) *José Rodrigues Miguéis*: Lisboa em Manhattan, Lisboa: Estampa, 25-44.
- Sousa, Maria (2001) "Conversa com Camila Miguéis" in Onésimo Teotónio Almeida (org) *José Rodrigues Miguéis*: Lisboa em Manhattan, Lisboa: Estampa, 235.

2. ANA CLÁUDIA DE SOUZA ANACS3@YAHOO.COM.BR ANACS3@GMAIL.COM

A LEITURA E SEU PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DO PORTUGUÊS NO BRASIL

1.

Neste trabalho, examinam-se alguns dos dados e procedimentos do ensino - aprendizagem da leitura no âmbito educacional brasileiro, bem como perspectivas para o aprimoramento da atuação docente. A leitura, entendida como processo de construção de sentido a partir da linguagem escrita, representa um universo ainda pouco explorado para muitos daqueles que estiveram — ou ainda estão — inseridos no meio escolar. Aqueles aos quais a leitura é acessível desfrutam de maior possibilidade de experiências novas, iluminadoras e prazerosas, que conduzem ao desenvolvimento do saber, contemplando a possibilidade de estabelecimento voluntário de busca por conexões pertinentes com várias fontes de informações, acessíveis — exclusiva ou prioritariamente — por meio de veículos escritos.

Não é fato novo a questão de a educação brasileira refletir, ainda, um quadro desalentador. Embora haja grandes esforços no sentido de fazer evoluir as práticas didático-pedagógicas e adaptá-las às tendências em termos de metodologias de ensino, ainda existem muitas carências a serem supridas. Um olhar atento aos processos escolarizados de letramento no Brasil permite perceber a necessidade premente de mais ações pedagógicas voltadas tanto à prática quanto à pesquisa, dedicadas à aprendizagem e ao desenvolvimento da leitura de textos escritos.

Observa-se que, mesmo ao final da educação básica e obrigatória, os estudantes, por vezes, ainda não atingiram grau de maturidade que os permita interagir com grande parte dos diversos gêneros discursivos escritos que a eles se apresentam cotidianamente. Considerando a indagação que se nos apresenta diariamente a respeito da prática docente, o objetivo deste trabalho é apresentar e discutir dados relativos à situação da leitura no Brasil e alguns de seus aspectos cognitivos, sociais e educacionais. A intenção é também vislumbrar um ambiente favorável à formação de indivíduos-leitores com maior grau de autonomia, além das fronteiras do ambiente escolar.

2. A LEITURA NO CONTEXTO NACIONAL BRASILEIRO: EM BUSCA DE UM ENSINO MAIS (A)EFETIVO E SIGNIFICATIVO

Considerando a crescente preocupação com a situação educacional do país, em termos qualitativos e também quantitativos, o Brasil vem desenvolvendo internamente ou participando de avaliações internacionais acerca do nível de letramento dos seus estudantes (cf. Souza, 2004).

Desde o ano 2000, estamos envolvidos, a convite da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). O instrumento de avaliação PISA, desenhado por especialistas de 30 países com vasta experiência na elaboração e execução de sistemas de avaliação, objetiva analisar o quanto os estudantes entre 15 e 16 anos de idade, em fase de conclusão da educação fundamental e obrigatória, adquiriram conhecimentos e competências essenciais para a participação efetiva na sociedade (Brasil, 2001; Organisation for Economic Co-operation and Development, 1999, 2002, 2003).

Uma das áreas focalizadas pelo PISA é a leitura, cujo foco de testagem aconteceu no ano 2000, com a dedicação de dois terços da prova a tarefas envolvendo a avaliação do nível de letramento dos estudantes nas seguintes subescalas de leitura: identificação e recuperação da informação, e interpretação e reflexão acerca de materiais escritos provenientes das mais diversas esferas sociais. Tais subescalas foram desdobradas em cinco níveis de proficiência.

Os cinco níveis de proficiência mensurados pelo PISA-2000, em escala ascendente, partem da identificação e localização de informações proeminentes, de conteúdo e estrutura familiares, explicitamente apresentadas no texto; passam pelos processos de inferenciação e pelo estabelecimento de vínculos entre texto, conhecimentos prévios e experiências pessoais. Os níveis mais elevados envolvem a compreensão de textos longos ou

complexos, a formulação de hipóteses, a avaliação de texto não familiar e a autoavaliação.

Conforme sugerem os resultados da avaliação internacional PISA-2000 (Brasil, 2001:59-60), os estudantes brasileiros, cujo tempo de escolaridade é igual a sete anos, não alcançaram o menor nível de proficiência em leitura, ou seja, não desenvolveram as competências básicas de leitura mensuradas por este programa de avaliação.

Os estudantes com 8 anos de escolaridade alcançaram nível 1 de proficiência em leitura, isto é, foram capazes de localizar informações explícitas em um texto, reconhecendo o tema principal e construindo conexões simples entre uma informação expressa em texto de uso cotidiano e outras informações já conhecidas.

Finalmente, aqueles com experiência escolar superior a 8 anos atingiram, no máximo, nível 2 de proficiência em leitura. Este dado significa que eles foram capazes de localizar informações que podem ser inferidas a partir de um texto familiar, reconhecendo sua ideia principal e compreendendo as relações ou construindo sentido entre o texto e outros conhecimentos extraídos de sua experiência pessoal.

Os níveis mais elevados de proficiência em leitura não foram alcançados por nossos estudantes. Nesses níveis, solicitavam-se: integração entre várias porções textuais, relação entre tais informações e conhecimento previamente adquirido, formulação de hipóteses, avaliação crítica, assim como compreensão global e detalhada de textos mais e menos familiares.

Evidência similar foi obtida por meio das testagens nacionais do Sistema de Avaliação do Ensino Básico-2003 (SAEB). Os dados relativos ao ensino médio mostram que a maioria dos estudantes encontra-se em estágio crítico (34,7%) e intermediário (55,2%) nos aspectos concernentes à competência em leitura.

Esses resultados indicam que os aprendizes desenvolveram algumas habilidades de leitura; todavia, tais habilidades são insuficientes para o nível de escolaridade em que eles se encontram (Brasil, 2004:37-8).

Alliende e Condemarín (2005:11), preocupados com o insuficiente nível de letramento em leitura dos estudantes da América do Sul, comentam um fato bastante conhecido: a interferência da reprodução mecânica da imagem, por meio, principalmente, da televisão e do computador sobre a leitura de textos escritos, que perde o *status* de principal meio de difusão cultural.

É interessante observar que, em países desenvolvidos nos quais são altos os níveis de competência em leitura, a reprodução mecânica da imagem não parece provocar distanciamento dos livros. Há forte demanda editorial, e é elevado o número de indivíduos que dedicam horas diárias à leitura de textos escritos.

Ao contrário, em países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, a despeito da considerável demanda editorial, o interesse pela leitura parece passar por um período de declínio, e o ensino da leitura talvez se tenha tornado, para muitos profissionais, uma tarefa cada vez mais difícil.

É ainda bastante grande o número de estudantes que não consegue lidar com o material escrito, depois de anos de escolarização. Acresce-se o fato de que o hábito da leitura não parece ser parte do cotidiano de muitos brasileiros.

Em face desta situação, os educadores são diariamente desafiados a proporcionar experiências de aprendizagens que atraiam e absorvam os estudantes, uma vez que, para aprender, é preciso vivenciar, estar emocionalmente envolvido em tarefas voltadas ao objeto de aprendizagem (Brand & Donato, 2001).

Neste sentido, é premente que tomemos medidas - como as que já vêm sendo incentivadas pelo governo - para permitir que nossos estudantes não sejam privados da leitura de materiais escritos e que sejam atraídos a experiências prazerosas e envolventes com o mundo das letras.

No que concerne ao ensino, McGuinness (2006) alerta para o risco de se estar declinando para um aprendizado de leitura possivelmente aleatório, fato que pode interferir em práticas pedagógicas sistematizadas ou até mesmo

perturbá-las. Daí a recomendação de que, nas aulas de leitura como um processo de interação, enfatizem-se tanto as estratégias cognitivas como as metacognitivas, oferecendo aos estudantes textos variados que lhes sejam interessantes, que tenham relação com o seu conhecimento, trazendo sempre dados novos para que possa haver ampliação do conhecimento, mas baseando-se em um universo que, de certa forma, seja de domínio do estudante.

Fazendo uma alusão ao paradoxo de Mênon[1], como é que se pode conduzir uma procura quando não se sabe o que algo é? E como é que se pode saber que essa procura deu resultado, em uma situação de amplo desconhecimento?

Em síntese, não se aprende aquilo que já se conhece, porque não há razão para isso, mas também não se aprende aquilo que se desconhece completamente, porque não se sabe que caminho tomar e não se encontram pontos de ancoragem para o conhecimento novo.

Desse modo, nas aulas de leitura, as tarefas não se deveriam distanciar excessivamente do conhecimento dos aprendizes, por causa do risco de que eles desistam em função do elevado grau de dificuldade ou do baixo índice de interesse. Mas também não poderiam permanecer encerradas nos domínios de conhecimento já circunscritos. O estudante, naturalmente, não está interessado em estudar aquilo que ele já sabe — e nem precisa fazê-lo.

No que concerne a aspectos cognitivos, é importante lembrar que o cérebro humano possui a capacidade de perceber as regularidades da linguagem, as regras que regem as mais diversas modalidades linguísticas, sejam elas orais ou escritas.

O envolvimento precoce em um ambiente letrado, naturalmente, propicia a criação de uma aura favorável à aprendizagem da escrita. Contudo, somente a imersão neste universo não é suficiente.

> *Pelo fato de a escritura ser um construto, fruto da invenção humana, não há um modelo universal de leitura aplicável a todas as línguas. Logo, um sistema linguístico escrito específico, bem como suas regras de articulação, organização e uso em contextos significativos precisam ser sistematicamente aprendidos, ainda que esta aprendizagem esteja desvinculada dos meios de formação escolares* (McGuinness, 1999, 2006).

De qualquer modo, ao se focalizar o contexto escolar, é interessante que se leve em consideração que a leitura se desenvolve de modo mais eficaz em ambiente que ofereça ampla gama de estímulos da linguagem oral e escrita, que proporcione experiências significativas e que crie um ambiente provocador da motivação para escutar, ler e pronunciar-se, de modo a permitir a expressão de sentimentos, pensamentos e de histórias, por meio das mais diversas modalidades da linguagem.

Um dos aspectos centrais à aprendizagem que parece não estar sendo contemplado nas atividades escolares é o desenvolvimento da autonomia do estudante sobre sua própria aprendizagem. Naturalmente, seria ingênuo pensar em autonomia como a detenção do completo controle da situação de aprendizagem. Efetivamente, a autonomia caracteriza-se como relativa e instável, uma vez que sofre interferência de um grande número de fatores externos ao aprendiz e, inclusive, ao próprio processo de ensino - aprendizagem.

Segundo Paiva (2006:89-90), uma experiência autônoma de aprendizagem vincula-se, inevitavelmente, a uma série de variáveis. Entre elas, podem-se mencionar: a autoconfiança e a motivação, o emprego de estratégias cognitivas e metacognitivas particulares de aprendizagem, a consciência do processo, assim como o desejo e as condições do aprendiz de ser o principal responsável pela sua própria construção de conhecimento.

Para que o processo de ensino - aprendizagem possa ser considerado autônomo, é necessário que haja radical mudança nas relações de poder e que sejam consideradas as condições cognitivas e psicológicas do aprendiz, suas

[1] *Mênon* é um dos diálogos de Platão, no qual Sócrates dialoga com o estudante Mênon, a fim de explicar o conceito de virtude. Em uma certa passagem do diálogo, Mênon formula as seguintes questões: "*Como é que podes tentar descobrir o que isso [a virtude] é, Sócrates, quando não fazes a mínima idéia do que isso seja? Como é que podes ter por objetivo descobrir algo sobre o que nada sabes? E, se calhasses a encontrá-la, como é que saberias que esta era a coisa que não sabias?*" (Madeira, 2006).

concepções acerca do objeto da aprendizagem, assim como os aspectos sociais e políticos intrinsecamente vinculados a este processo.

Apesar de haver, hoje, mídias que possibilitam o acesso fácil e rápido a informações necessárias aos afazeres cotidianos, a escrita ainda ocupa posição de meio eficiente e importante ao acesso à informação e, principalmente, à aquisição autônoma de conhecimento, pois possibilita escolha e liberdade diante dos caminhos apresentados. Nas palavras de Ferreira e Dias (2002:40):

> *Ao ler, o indivíduo constrói os seus próprios significados, elabora suas próprias questões e rejeita, confirma e - ou reelabora as suas próprias respostas. É ele quem inscreve ou reinscreve o significado do escrito a partir de sua própria história*.

3. A ESCOLA E A APRENDIZAGEM DA LEITURA: ALGUMAS RELAÇÕES (DES)NECESSÁRIAS

É importante enfatizar que o letramento é um processo constante, que não se inicia nem se encerra intramuros escolares. Mesmo leitores proficientes continuam em aprimoramento, uma vez que cada ato de leitura é individual e requer competências específicas para um desempenho satisfatório. Mas é também na escola que são vivenciadas situações de contato com a escrita e que se pode aprendê-la e desenvolvê-la.

Contudo, como vimos, os dados nos indicam ineficácia nas atividades voltadas ao ensino - aprendizagem da leitura, já que, mesmo ao final da educação básica, depois de ter vivenciado, pelo menos, 8 anos de estudos escolarizados, um grande contingente de jovens ainda não desenvolveu competências que lhes permitam apropriar-se do escrito de modo a poder usá-lo em situações sociais ou particulares.

Embora a transformação da escola não possa acontecer a partir dela mesma, por implicar amplos fatores históricos, políticos e sociais, é importante que, no seio das atividades escolares, sejam propostas ações ativas, positivas e determinantes, não esperando passivamente a germinação de tal mudança a partir de ações voluntárias da sociedade.

Adotando as ideias de Nell (2001), acredita-se que a escola brasileira poderia lançar-se a, pelo menos, dois objetivos concernentes ao ensino da leitura:

> *1) provocar o crescimento do número de leitores competentes;*
> *2) ampliar o número de indivíduos afetivamente motivados diante desta atividade, de modo a torná-la satisfatória e frequente, ao contrário de penosa e eventual, conforme o que se vem observando.*

Por fim, ao tratar da questão da escritura, muitos especialistas advogam que, diferentemente da oralidade, adquirida natural e involuntariamente no contexto social, a escrita demanda empenho do indivíduo para que seja aprendida e, além disso, necessita, na grande maioria dos casos, de ações externas de ensino, de instrução. Nesta perspectiva, McGuinness (1999:17, nossa tradução) tece, metaforicamente, o seguinte comentário*:*

> *Ler é um comportamento aprendido e, como todas as habilidades, tem que ser ensinado a partir das bases, a partir das partes simples ao todo complexo.*
> *Ninguém sonharia em pedir a um mergulhador principiante que tentasse um mergulho complexo, como um canivete reverso, assim como não iria ensinar um aprendiz iniciante de piano a usar todos os dez dedos de uma vez logo na primeira lição.*
> *Toda aprendizagem especializada se constrói passo a passo, por meio da prática, até que as habilidades sejam integradas.*

Todavia, somente a instrução direta não garante o aprendizado da leitura. É fundamental que haja envolvimento cognitivo e afetivo do estudante para o sucesso no alcance dos objetivos de aprendizagem. Conforme Ferreira e Dias (2002:48):

> *O leitor-aprendiz precisa engajar-se significativamente no processo de sua aprendizagem, e o leitor maduro (pais ou professores) tem a função de facilitar e promover este tipo de relação entre aprendiz (criança ou adulto) e a construção do saber exigido pela leitura*.

Considerando a complexidade dos processos de aprendizagem e desenvolvimento da leitura, bem como de aspectos relativos ao seu ensino intra- ou extraescolar, é relevante enfatizar que tanto os agentes envolvidos, ou seja, o aprendiz e aquele que o orienta, quanto à natureza do objeto de conhecimento, neste caso a língua escrita, precisam ser levados ao palco de reflexão e discussão, uma vez que a ausência de qualquer um destes elementos pode construir barreiras à formação de indivíduos letrados autônomos e atuantes na sociedade de que fazem parte.

4. REFERÊNCIAS

Alliende, F.; Condemarín, M. (2005)*A leitura*: teoria, avaliação e desenvolvimento. 8. Ed. Porto Alegre: Artmed.

Brand, S.; Donato, J. (2001) *Storytelling in emergent literacy*: fostering multiple intelligences. Nova Iorque: Delmar.

Brasil. Ministério da Educação. (2001) *PISA 2000*: relatório nacional. Brasília.

_____ (2004) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Resultados do SAEB 2003*: Brasil e Santa Catarina: versão preliminar. Brasília.

Ferreira, S. P. A.; Dias, M. G. B. B. (2002) A escola e o ensino da leitura. *Psicologia em estudo*, v. 7, n. 1, p. 39-49.

Madeira, P. A filosofia analítica em ação. (2006) *Revista de Filosofia e Ensino*. Disponível em: http: - - www.criticanarede.com - fil_analiaccao.html. Acesso em: 15 de abril de 2006.

McGuinness, D. (1999) *Why our children can't read and what we can do about it*: a scientific revolution in reading. Nova Iorque: Touchstone.

_____ (2006) *O ensino da leitura*: o que diz a ciência sobre como ensinar a ler. Tradução de Luzia Araújo. Porto Alegre: Artmed. Título original: Early reading instruction: what science really tells us about how to teach reading.

Nell, V. (2001) O apetite insaciável. In: Cramer, E. H.; Castle, M. (Org.). *Incentivando o amor pela leitura*. Porto Alegre: Artmed. p. 53-64.

Organisation for Economic Co-operation and Development. (1999) *Measuring student knowledge and skills*: a new framework for assessment. Paris: OECD Publications.

_____ (2002) *Programme for International Student Assessment*: Sample tasks from PISA 2000 assessment of reading, mathematical and scientific literacy. Paris: OECD Publications.

_____ (2003) *The PISA 2003 Assessment Framework*: mathematics, reading, science and problem solving knowledge and skills. Paris: OECD Publications.

Paiva V. L. M. (2006) O. Autonomia e complexidade. *Linguagem e ensino*, v. 9, n. 1, p. 77-127.

Souza, A. C. (2004) *Leitura, metáfora e memória de trabalho: três eixos imbricados*. Tese (Doutorado em Linguística) - Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

3. ANA PAULA BORGES ANA.PR.BORGES@AZORES.GOV.PT

EMIGRANTES REGRESSADOS À REGIÃO

1.

Pretende-se com esta comunicação dar a conhecer parte de um estudo sobre os emigrantes regressados à Região que a Direção Regional das Comunidades se encontra a realizar e divulgar alguns dos seus resultados preliminares. Tendo como objetivos conhecer os referidos emigrantes, as razões que determinaram o seu regresso, a forma com se processou a sua reintegração e traçar linhas de ação futura, a Direção Regional das Comunidades iniciou em 2006 um estudo sociológico que pressupôs a aplicação de um inquérito por questionário.

A preparação deste estudo remonta a alguns anos atrás e conheceu um percurso marcado por algumas dificuldades visto que, apesar de na partida e regresso dos emigrantes estarem envolvidas várias entidades (desde a própria DRC aos Consulados e Embaixadas), não há nenhuma na Região que possua dados concretos e atualizados das saídas e dos regressos verificados. Assim, numa primeira fase, a DRC tentou apurar quais os dados que as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e até mesmo Paróquias possuiriam ou poderiam obter sobre os emigrantes regressados aos concelhos e freguesias, o que se tornou pouco eficaz.

Advindo desta dificuldade, uma vez que se pretendia, um estudo o mais exaustivo possível e que, em simultâneo, permitisse o registo do maior número possível dos emigrantes regressados, a DRC optou por fazer um levantamento porta a porta, registando todos os emigrantes regressados, mas inquirindo apenas um representante de cada agregado familiar.

O questionário aplicado encontra-se dividido em seis partes distintas, obedecendo a uma lógica que nos permitiu "arrumar" ideias e sistematizar informação.

Como é habitual nestes instrumentos de recolha de dados no seu início encontram-se questões relativas à caraterização social do inquirido e do seu

agregado familiar. As restantes partes são: “situação anterior à emigração”, “situação enquanto emigrante”, “o regresso” e “apoio institucional”.

Este questionário foi aplicado por funcionários da DRC mas, em algumas ilhas, nomeadamente, Terceira e S. Miguel, houve necessidade de serem celebrados protocolos com associações locais que procederam à aplicação do mesmo.

À data presente, a aplicação do questionário não terminou, ainda decorrendo no Faial, Pico, Terceira e S. Miguel. Nas restantes ilhas, S. Jorge, Graciosa, Flores, Corvo e Santa Maria, o trabalho que foi sendo concluído, permite-nos apresentar a seguinte distribuição de emigrantes inquiridos por Ilha.

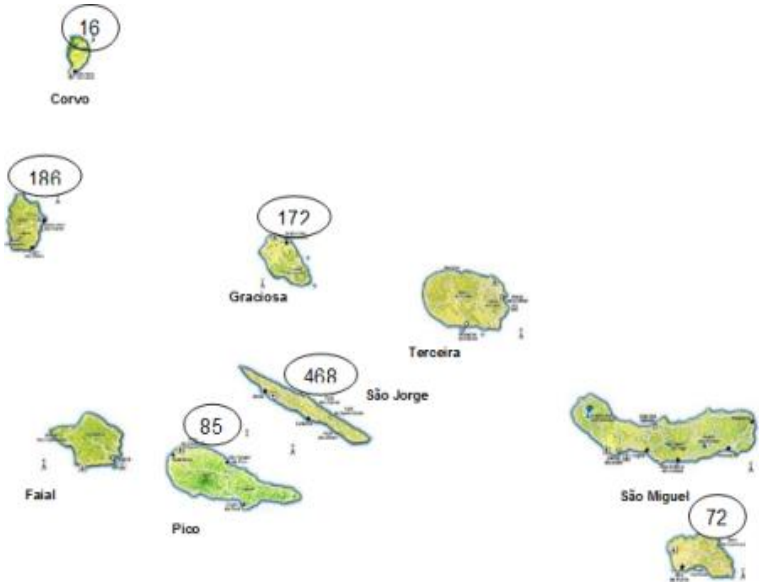


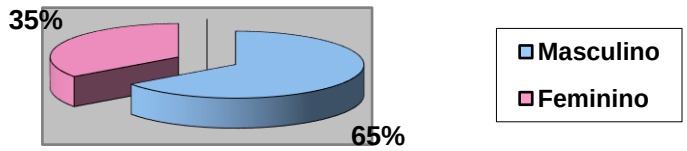
Figura nº 1 - Nº de emigrantes inquiridos por Ilha

Para além desta distribuição, onde foram inquiridos no total 999 emigrantes regressados, temos já dados que nos permitem apresentar neste Encontro detalhes sobre sexo, idade, estado civil, nacionalidade, habilitações literárias, meio de vida entre outras variáveis que dizem respeito à sua caraterização social.

2 - CARATERIZAÇÃO SOCIAL DOS EMIGRANTES INQUIRIDOS

Do total de emigrantes inquiridos, 65% (650) são do sexo masculino e 35% (349) são do sexo feminino, como consta no gráfico abaixo apresentado.

Gráfico nº 1 - Sexo dos Emigrantes Regressados Inquiridos



Em relação à idade dos inquiridos (Gráfico nº 2), salienta-se que é a partir da faixa etária dos 55 anos que encontramos maior número de emigrantes regressados.

Mais tarde isto será interpretado à luz de conceitos ligados ao ciclo de vida dos emigrantes que, durante o período ativo de exercício da profissão,

estiveram emigrados, conhecendo, na maior parte dos casos, o regresso já em fase de reforma.

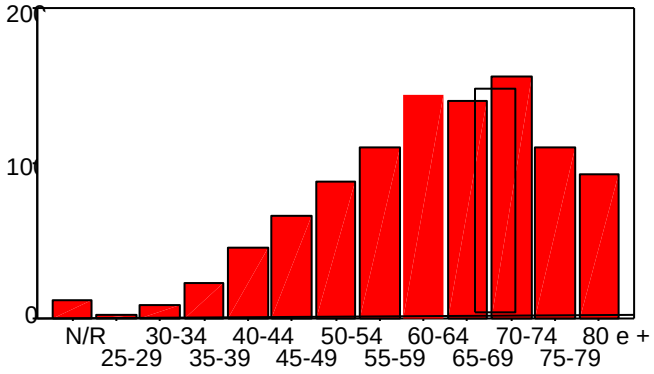


Gráfico nº 2 – Idade dos Inquiridos

No que respeita ao estado civil dos mesmos (Gráfico nº 3), verificamos que são maioritariamente casados e viúvos, havendo a salientar que do total dos inquiridos 67,7% são casados.

Em relação à escolaridade (Quadro nº 1), a maioria dos emigrantes inquiridos tem apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico, o correspondente, à antiga 4ª Classe (599 dos inquiridos). Salienta-se que na categoria "sabe ler e escrever" estão incluídos 176 emigrantes e que há a registar um total de 101 analfabetos. Na categoria "curso superior" apenas registamos 9 emigrantes, num total de 999.

Outra questão colocada dizia respeito à nacionalidade dos inquiridos (Gráfico nº 4), variável importante nestas questões ligadas à emigração. Salientamos que do total de inquiridos 52,6% são de nacionalidade portuguesa e que 47,1% tem dupla nacionalidade.

Havendo apenas 2 inquiridos que tem nacionalidade americana e 1 canadiana. Em relação à dupla nacionalidade, as categorias mais encontradas são Portuguesa - Americana (30,7% dos inquiridos) e Portuguesa - Canadiana (16,1% dos inquiridos).

Outro dado que apurámos é que o pedido da dupla nacionalidade é, maioritariamente, justificado por estes emigrantes como uma tentativa de obterem mais direitos.

Escolaridade	Nº Emigrantes	Percentagem
N/ sabe ler nem escrever	101	10.1
Sabe ler e escrever	176	17.6
1º Ciclo	599	60.0
2º Ciclo	35	3.5
3º Ciclo	34	3.4
Ens. Secundário	34	3.4
Curso Médio	3	0.3
Curso Superior	9	0.9
N/R	8	0.8
TOTAL	999	100

Quadro nº 1 – Escolaridade dos Inquiridos

Gráfico nº 3 - Estado Civil dos Emigrantes Regressados Inquiridos

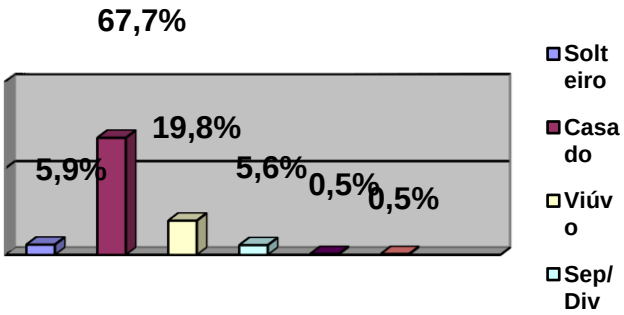
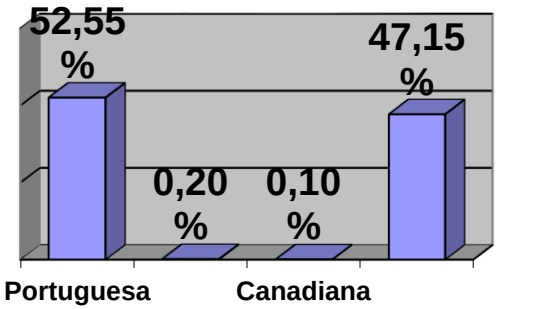


Gráfico n.º 4 - Nacionalidade dos Inquiridos



Quanto ao principal meio de vida dos emigrantes regressados, pudemos constatar que, do total de inquiridos, 58,7% vivem de pensões - reformas e que 30,1% trabalham. As restantes categorias colocadas (a cargo da família, subsídio de desemprego, rendimentos) tiveram valores residuais e pouco significativos.

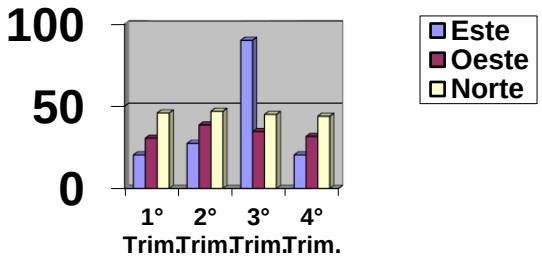
Esta questão terá de ser, posteriormente cruzada com a variável idade.

Ainda em relação aos pensionistas, apurámos que 34,5% recebe, em simultâneo pensões do país para onde emigrou e da Segurança Social Portuguesa, que 12,4% apenas recebe pensão do estrangeiro e ainda que 7,7% só recebe pensão de Portugal.

3 - CONCLUSÃO

Os resultados aqui apresentados, tal como foi referenciado não passam de resultados preliminares.

O trabalho de campo que falta finalizar, principalmente em S. Miguel e na Terceira, com certeza que nos permitirá chegar a dados mais significativos, mas, em termos empíricos e pelo conhecimento que temos dos emigrantes regressados que se deslocam aos serviços de atendimento ao público da Direção Regional das Comunidades, a caraterização social aqui feita não fugirá muito à realidade da totalidade dos emigrantes que pretendemos inquirir.



4. ANABELA MIMOSO MIMOSO.ANABELA@GMAIL.COM

RUI GONÇALVES, DOS PRIVILEGIOS & PRAEROGATIVAS QUE HO GENERO FEMININO TEM – O PRIMEIRO LIVRO FEMINISTA PORTUGUÊS?

1.

Rui Gonçalves nasceu em S. Miguel e foi lente de Digesto em Coimbra. A sua obra Dos privilégios & praerogativas que ho genero feminino tem por direito comum & ordenações do Reyno mais que ho género masculino, *foi considerada por Natália Correia como o mais antigo texto feminista português.*

Embora seja uma obra singular, não só porque foi escrita em português, mas porque também é uma das raras obras dedicadas à mulher escritas no nosso país, não podemos entender aquela afirmação em sentido literal. Como jurista que era, Rui Gonçalves, nesta obra, visa, sobretudo, elaborar a compilação da legislação da época referente à mulher e, de modo especial, as leis de caraterístico económico que visam a defesa do dote. Claro que, como toda a literatura na época, não esqueceu a vertente social e moralizadora.

Tal como acontece com a maioria dos autores do século XVI (o que é também válido para os autores anteriores a esta data e muitos outros posteriores a ela), não conhecemos muitos dados biográficos sobre Rui Gonçalves. Tanto Inocêncio F. da Silva, como Barbosa Machado são muito parcos em informações sobre este autor. Como Inocêncio é menos parcimonioso do que Machado, dele transcrevemos as informações biográficas que nos fornece: *«Licenciado em Direito Civil e Lente de Instituto na Universidade de Coimbra, de que tomou posse a 27 de outubro de 1539. Foi depois em Lisboa Advogado da Casa da Supplicação. N. na ilha de S. Miguel, porém são ignoradas as datas do seu nascimento e óbito. Alguns o nomeiam Ruy Gonçalves da Grã*» (vol. VII). Na realidade, pouco mais acrescenta aos dados que o próprio autor fornece no texto dos *Privilegios*, na última Prerrogativa (106): «***ho licenciado Ruy Gonçalvez lente, que foy da jnstituta & dos digestos na vniversidade de Coimbra, & agora jndigno aduogado da corte & casa da supricaçam***» Também pela leitura do livro, sabemos que foi pai de Pedro Fernandes, pois podemos ler na página em que figuram dois poemas da sua autoria de louvor à obra, escritos em latim: «Petrus Fernandus authoris filius» (1).

Foi R. G. autor da obra *Dos privilégios & praerogativas que ho genero feminino tem por direito comum & ordenações do Reyno mais que ho genero masculino,* publicado em 1557, por João de Barreira, tipógrafo régio (2). Trata-se de um 8º de 108 páginas.

R.G. tem sido apontado também como autor de uma obra anónima e sem data, da oficina do mesmo João Barreira, o *Memorial ao rei D. João III sobre os perdões*.

Dos *Privilegios* foi feita uma segunda edição em 1785, por Filippe de Sousa e Azevedo.

A obra está dedicada à «Muyto alta & muyto poderosa Raynha nossa Senhora», D. Catarina, destinatária de muitas outras dedicatórias de livros, sobretudo de moral e bons ensinamentos para as mulheres, como foi o caso de *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo* de Gonçalo Fernandes Trancoso (1575), do *Libro Primero del Espejo de la Princesa Christiana* de Francisco de Monzón (que ficaria em manuscrito), bem como da tradução de *Lo Libre de les Dones* de Francisco de Eiximenis (que haveria de ser publicado em Valhadolid em 1542).

Rui Gonçalves, tal como os outros autores, contava com a sua sensibilidade de mulher para acolher favoravelmente o livro, esperando que ela «*ho aceite em serviço, & o aprove com a sombra de sua real proteiçam, de que nacerá ousar esta obra sahir a publico, & ficar tam segura & a humana». Acrescentaria ainda sem receio, que nam temeraa reprehensam algu a indicação da razão do bom acolhimento: «& a V.A. como aa mais excellente & suprema Princesa & senhora do mundo, conuem defender & aprovar tudo ho que se escrever em louuor do genero feminino».*

Recorrendo, novamente, ao "Prólogo" poderemos inferir a razão da publicação desta singular obra:

«*Aemilio Papiniano (hum dos mais excellentes Jurisconsultos do dereyto civil) que as molheres sam de pior condição que os homens em muitas sentenças*

& conclusões, & da hi naceo accumularem os doctores muitas causas & doctrinas, nas quaes os homens tem mais prerogativas & preheminencias que as molheres».

Mas, muito embora

«*a sentença de Papiniano seja verdadeira & comummente aprovada, todavia se pode afirmar que igualmente procedem os homens e molheres na mor parte dos casos & conclusões de dereito, & que ho genero masculino sempre comprehende o feminino, tirando alguns casos excetuados nos quaes a materia he diferente & nam conuem aas femeas como aos machos, porque* ***assim como ha muitas cousas em que os homens sam de milhor condiçam, assim outras muytas tem as molheres mayores, & mais supremas prerogativas que os homens****, & alguns Privilegios & Prerogativas com que sam mais privilegiadas & fauorecidas em dereito (cousa mais trabalhosa que sutil), tratando somente do que acho scripto em seu louuor & vtilidade, pois ha tantos que escreueram o contrario*» (sublinhado nosso).

A obra começa então a seguir a este Prólogo e apresenta-se dividida em duas partes.

Na primeira, fala «*dalguas virtudes em que as molheres foram jguaes & precederão os homens»: «Doctrina & saber», «Conselho», «Fortaleza», «Deuação & temor a Deos», «Liberalidade», «Clemência & misericordia», «Castidade», «Amor conjugal» e «Ouciosidade*» (leia-se: ocupação dos tempos livres).

Para justificar a excelência das mulheres nestas virtudes, apresenta os exemplos de muitas matronas bíblicas ou da Antiguidade Clássica, acabando por concluir que

«*assy como ho genero feminino foy dotado destas heroicas & sublimes virtudes ygualmente com o género masculino poderia contar outras muytas que tem: das quaes se comprehende claramente ser elle tam perfeito como he o genero masculino*» (1557: 31).

Mas, como jurista que era, Rui Gonçalves, nesta obra, visa, sobretudo, elaborar a compilação da legislação da época referente à mulher e, de modo especial, as leis de caraterístico económico que consignavam a defesa do dote, sem esquecer, porém, as de caraterístico social e moral.

Diz ele:

«*Na segunda [parte] tratarey dos privilegios e prerogativas que ho genero feminino tem por dereito comum, & ordenações do Reyno mais que ho genero masculino: falando como jurista & não como teologo, porque fora do dereito tem as molheres muytos privilegios & prerogativas: por amor da bem aventurada & gloriosa virgem nossa Senhora que mereceo ser madre de Deos, as quaes escrevem os teologos, em que nam tocarey por nam serem da minha profissam*» (1557:32).

Nesta parte, faz-se então a inclusão de direitos das mulheres, não das princesas e grandes senhoras, mas das mulheres das várias condições sociais e de vários estados (solteira, casada, viúva), pois sua «*tençam he somente tratar dos privilegios & beneficios que ho genero feminino tem* ***geralmente*** *conforme o dereito comum & ordenações deste Reyno» (1557:34)* (sublinhado do autor). *Estes direitos vêm «postos em ordem do A.B.C.*» (1557:35) e pelos seus títulos em latim para «se poderem leer & achar com mais facilidade & menos confusão» (*ibidem*). Assim começa com a "Absolutio", depois pela "Absentiae causas" e assim por diante até à Prerrogativa 106 que trata da "Usura".

Exemplificando: em relação à 42ª prerrogativa a lei reconhece que

«he beneficio & privilegio das molheres poderem pedir seus dotes constante o matrimonio, quando os maridos vendem, & dessipam suas fazendas, ou sam degradados por alguns anos, de sorte que pareça que fazem pobres & podem vir a pobreza, pera ho dote se por em mão de algum mercador, & se sustentarem dos jnteresses, ou pera os maridos darem cauçam ao dote se nam gastar, & lhe ser restituído por nam ficarem sem dote» (1557: 65).

O objetivo da compilação destas leis seria, sobretudo, de ordem prática, mas também formativa. Contudo, não podemos deixar de lembrar, que todas

estas leis visavam, essencialmente, a proteção económica da mulher, sobretudo, em caso de desaparecimento, abandono ou morte do cônjuge.

A utilidade da obra seria realçada no Prefácio da segunda edição, pelo seu novo editor. «Este é, na verdade, um livro não só precioso aos Jurisconsultos, mas bem digno da atenção de qualquer senhora. As meninas lendo as belas expressões que nele se encontram, quando exalta a virtude e repreende o vício, se hão de animar em crédito do seu sexo a seguir o caminho da educação cristã». E mais adiante continua: «As senhoras mães de famílias não devem ignorar os seus privilégios, para se saberem conduzir nas diferentes situações da vida e do seu estado» (1992: 22). Dois séculos volvidos sobre a sua publicação, não só a leitura da obra continuava a ser a mesma, como também lhe era reconhecida a sua utilidade e importância.

Mas, antes de analisarmos, ainda que brevemente, a importância desta obra, convém lembrar que, como é evidente, ela não nos aparece isolada.

Por um lado, a visão que R.G. tem da mulher não pode diferir muito da de qualquer outro escritor seu contemporâneo. Todas as obras são fruto do seu tempo. Perez-Erdelyi afirmava que «*los novelistas, hombres o mujeres, en sus actitudes para con las mujeres están condicionados por su sociedad y su cultura, y estos valores al mismo tiempo que las percepciones subjetivas del escritor se reflejarán en su representación de la mujer*» (1979:8).

Parece-nos que será também legítimo afirmar, e com mais razão ainda, que o mesmo se poderá dizer dos moralistas ou dos teólogos. Mas o facto de R.G. ser jurista e não teólogo nem moralista e, sobretudo, o facto de ser leigo, e não religioso como a maioria dos outros autores que se pronunciaram sobre a educação da mulher, ter-lhe-ão permitido ter uma visão mais abrangente sobre o papel da mulher na sociedade e deram-lhe também a possibilidade de assumir na escrita essas mesmas ideias.

Por outro lado, esta obra filia-se no conjunto das outras obras peninsulares que, desde finais do século XV e primeira metade do século XVI, visavam a defesa das mulheres, sobretudo das mulheres "ilustres".

Na Península circulavam muitos tratados de vícios e virtudes, manuais de confissão e obras doutrinárias que visavam a educação do homem e da mulher, sobretudo enquanto casal. A maioria assumia o nome de "espelhos" e tinham, ao mesmo tempo, uma função exemplar educativa e moralizadora.

Ao princípio, dirigido especialmente aos príncipes e grandes senhores, como diz, L. Fernandes, o "espelho" «*foi sendo acompanhada de uma afirmação crescente e complementar de idêntica função pelas princesas e grandes senhoras*» (1995:42).

Na continuação desta literatura começaram a surgir na Península, quase ao mesmo tempo, obras em defesa das mulheres, particularmente das "ilustres". Os seus autores, continua a mesma investigadora, «*sem perderem a convicção das limitações provocadas pelas "inferioridades" femininas, tinham preferido substituir os argumentos de efeitos polémicos – e políticos – pela construção (que foi, sobretudo, reconstrução) de modelos orientadores de atitudes e comportamentos que, manifestamente, visavam alterar o rumo de alguma literatura pouco criteriosa nas críticas às caraterísticas, funções e atitudes das mulheres, em geral*» (1995: 105).

Em Portugal, como exemplo de obra orientadora da formação feminina, nomeadamente das princesas e grandes senhoras, é de referir *O Espelho de Cristina*, escrito por Cristina de Pisano em 1404, cuja tradução ordenada por D. Isabel de Lencastre (esposa de Afonso V) viria a ser impressa por ordem da nossa rainha D. Leonor, em 1518, se bem que com alterações. No entanto, recordemos, que só no século seguinte, se editariam obras portuguesas que elogiariam diversas figuras femininas tidas como excecionais. É o caso da *Descrição de Portugal* (1610) de Duarte Nunes de Leão, do *Jardim de Portugal* (1626) de Fr. Luís dos Anjos, de *Flores de Espanha, excelências de Portugal* (1631) de António de Sousa de Macedo e do *Agiologio Lusitano* (1666) de Jorge Cardoso.

Claro que, já desde o século XV, deveriam ser conhecidas no nosso país muitas obras castelhanas sobre esta temática, nomeadamente, o *Triunfo de las Donas* (1443) de Juan Rodriguez del Padrón, o *Libro de las virtuosas y claras mujeres* (1446) de D. Álvaro de Luna, o *Libro de las mujeres ilustres* (s.d.) de

Alonso de Cartagena, o *Tratado en defensa de las virtuosa mujeres* (s.d.) de Diego de Valera ou o *Jardin de nobles doncellas* (c. 1468) de Fray Martin de Cordova (3), que poderão ter servido de referência a R.G.. Mas nenhuma destas obras tinha suscitado até então interesse suficiente, por parte dos moralistas portugueses, que levasse à sua tradução ou imitação.

Não obstante, não é devido ao seu caráter formativo que este texto deve a sua singularidade, pois se analisarmos mais em pormenor o conteúdo dessas obras, constatamos que, à exceção da "Doctrina & saber", todas as outras virtudes, e ainda mais algumas, já vinham a ser reconhecidas às mulheres pela literatura castelhana.

Em Portugal, Trancoso, apenas uns anos a seguir aos *Privilegios* (1575) haveria de lhes reconhecer um alfabeto inteiro de virtudes, como a seguir transcrevemos:

*«**A** quer dizer que seja Amiga de sua casa. E o **B**, Benquista da vizinhança. E o **C**, Caridosa com os pobres. E o **D**, Devota da Virgem. E o **E**, Entendida em seu ofício. E o **F**, Firme na Fé. E o **G**, guardadora de sua fazenda. E o **H**, Humilde a seu marido. E o **I**, Inimiga de mexericos. E o **L**, Leal. E o **M**, Mansa. E o **N**, Nobre. E o **O**, Onesta. E o **P**, Prudente. E o **Q**, Quieta. E o **R**, Regrada. E o **S**, Sisuda. E o **T**, Trabalhadeira. E o **V**, Virtuosa. E o **X**, Xpãa. E o **Z**, Zelosa da sua honra» (*1997: Conto XX, I Parte; vol II).

Só que estas "virtudes" não eram vistas como um fim em si, pois não serviam para dignificar a mulher, antes serviam para lhes lembrar como elas deveriam ser e tinham apenas em conta as funções que elas deveriam assumir e que, conforme muitos moralistas, mesmos posteriores, entre os quais Fray Luís de León, não se cansavam de repetir, eram:

«*el servir el marido, y el governar la família, y la criança de los hijos, y la conta que juntamente con esto se deve dar el temor de Dios, y la guarda y limpieza de la consciencia*» (1992: 81).

Porém, R.G. não se limita a apresentar exemplos de virtudes ou a elogiá-las. O tratamento dado ao tema é diferente, pois ele não parte do reconhecimento da condição de inferioridade da mulher para depois a "educar", Tinha sido assim que procederam os moralistas anteriores, baseados no pensamento aristotélico, como é o caso de Luís Vives: «*Lo primero que debe considerar la mujer es que el marido es superior y que a ella no esta permitido lo que a el*» (1947: 113).

O facto de R.G. não ser um moralista, conforme vimos, pode ter determinado esta outra orientação dos seus escritos. Assim, parte do pressuposto de que as mulheres são, em muitas coisas, iguais ou superiores aos homens, através de exemplos de muitas mulheres ilustres possuidoras de grandes virtudes.

Não obstante esta novidade, os exemplos dessas mulheres continuavam a funcionar como "espelhos" para as outras.

Já no entanto, no que diz respeito à "Doctrina e saber", este livro mostra-se, no mínimo, singular. Esta temática constituía um campo resvaladiço de ser abordado em meados do século XVI. Não que os moralistas ainda desconfiassem das capacidades cognitivas da mulher, mas porque não incentivavam a mulher a cultivá-las. Trancoso, no já citado conto XX da I parte mostra bem quão pouco favorável é à aprendizagem da leitura por parte das mulheres. O conto em questão que, na realidade, é um ABC escrito a pedido de uma senhora que desejava poder ler as orações pelos livros, insere também a resposta de Trancoso a este pedido. Responde-lhe ele que, já que a senhora não aprendeu na meninice a ler, depois de casada, deveria «*contentar-se com as contas… e por elas rezando muitas vezes a saudação angélica que o Anjo disse à Virgem… e basta tanto que não há mais que desejar, nem melhores orações que rezar*» (4).

Desconfiando e temendo o desejo que as mulheres tinham de aprender, os moralistas advertiam amiudadas vezes para os perigos das leituras não devotas e da muita erudição. Basta lembrar que, no século seguinte (1651), D. Francisco Manuel de Melo haveria ainda de lembrar ao amigo casadoiro, a quem dedicou a sua *Carta,* que se «*não nos é lícito privarmos as mulheres do subtilíssimo metal do entendimento, com que as forjou a natureza, podemos, sequer, desviar-lhe as ocasiões de que o agucem em seu perigo, e nosso dano*» (1963: 68). E mais

adiante reforçará esta ideia: «*ouvi um dia caminhando, e não era ele menos que a um chapado recoveiro, enfim, ouvi-lhe que Deus o guardasse de mula que faz him, e de mulher que sabe latim*» (1963: 80).

Novidade é também o facto de R.G., não só nos apresentar exemplos de mulheres que se notabilizaram pelas suas virtudes tipicamente femininas, mas também em outras várias áreas, como nos negócios e coisas de estado (Debora, Semyamira, mãe de Hélio Gabalo que fundou um senado de mulheres), na poesia (Carmenta, Lésbia, Sapho) e no aconselhamento de homens de estado (Abigail), consideradas áreas exclusivas do domínio masculino. R.G. não só admite como defende que elas desenvolvam as suas capacidades, conforme podemos verificar no seguinte passo:

«Sendo o genero feminino tão sufficiente pera letras & todas sciencias, com muyta razam se pode estranhar esta hidade, na qual as molheres não se aplicam aas letras & scencias, como faziam as antigas Romanas e Gregas, & todas as outras nações, tendo tão perfectos engenhos, tanta sufficiencia & habilidade como os homens pera as poderem aprender: & antigamente eram doctrinadas na gramatica & nas artes liberaes, & dahi naçeo serem ellas as que acharam casi todas as artes» (1557: 8-9).

Mantendo-se dentro dos limites da sua área de "especialização", o autor, depois de nos ter dado conta das virtudes femininas e de um número grande de ilustres mulheres, pretendeu depois dar a conhecer às mulheres os seus direitos para que elas deles pudessem usufruir, pelo que a segunda parte do texto apresenta-se como um autêntico "manual" de direitos civis para conhecimento e consulta do público feminino.

Ora, esta preocupação com os direitos das mulheres é verdadeiramente inovadora. Maria de Lurdes Fernandes, ao falar nesta obra, reconhece que ela

> «*está assumidamente marcada, como o seu título, aliás, o indica, pela leitura das obras legislativas, embora numa interdependência com o propósito do elogio das capacidades e dos direitos femininos. Por isso mesmo, e apesar da "frieza" da sua exposição, não deixa de se apresentar também como um testemunho do quanto algumas polémicas continuavam a interessar os homens do século XVI, nomeadamente em Portugal*» (1995: 118).

O público, ao ler o texto, ficaria com a ideia de que as mulheres não eram descriminadas sempre e em tudo, em relação aos homens. E esta mensagem podia ser interpretada num duplo sentido, pois ao mesmo tempo em que se valorizava a mulher e se lhe dava a conhecer os seus direitos, alertava-se também o homem para a necessidade do seu cumprimento.

Não admira que os *Previlegios* sejam fundamentais para a compreensão do século XVI e se revistam de uma grande importância no panorama da literatura portuguesa do género, bastante pobre no que diz respeito à educação feminina. No entanto, este texto precursor, em Portugal, da literatura elogiosa das mulheres excecionais, permaneceu isolado no que diz respeito à sua caraterística jurídica.

Não podemos deixar de citar, novamente, L. Fernandes quando reconhece que esta é uma obra complementar das outras sobre a educação feminina, «mas, apesar disso, deslocada de todo o contexto anterior» (1995: 118), exatamente por abordar a problemática dos direitos que são consignados pela lei às mulheres.

E o facto de, apesar de ser uma obra sobre leis, não ter sido escrita em latim, mostra o quanto o seu autor desejava que ela não fosse uma obra de Direito, mas sobre direitos femininos e destinada a um vasto público, nomeadamente feminino.

Aliás, R.G. parece querer desafiar outros autores a darem continuidade a estas problemáticas, como se poderá depreender das suas palavras, quando, no Prólogo, adverte a rainha da importância da sua proteção *«**pera que outros de mais erudição & doctrina possam dar fim & perfeiçam a estes meus principios & cometimentos**, que nam sam mais que as amostras do muyto que podem escreuer nesta materia»* (sublinhado nosso). Amostras que não foram devidamente aproveitadas por outros, acrescentemos.

Não atingiu os objetivos a que se propunha, portanto, dado que apenas foi editada uma vez no século XVI e outra no século XVIII (5). Mas num país e numa época em que a literatura não era particularmente benevolente para com as mulheres, esta obra sobressai pelo seu caráter, não propriamente militante que não tem, mas aberto e benevolente, na medida em que valoriza a mulher, independentemente do seu papel de esposa e mãe que era o único, até então, a ser-lhe atribuído.

Uma obra feminista? Seria, no mínimo anacrónico, afirmá-lo. R.G. limitou-se a lembrar o papel de algumas figuras femininas ilustres de um passado remoto, as suas virtudes, não o papel ou as virtudes das mulheres comuns, e, para além disso, inventariou as leis que, no seu tempo, protegiam as mulheres.

Apesar de denunciar no Prólogo que «*outros tomaram por jnvençam & doctrina escrever contra a vida & costumes do genero feminino, casi accusando a natureza de produzir femeas & nam machos (como dizem muitos textos de dereito comum)», na realidade, não desmonta, não debate os argumentos desses outros, não defende a igualdade,* mesmo apresentando casos excecionais. Nem podia, na época. Não revolucionou costumes nem mentalidades. Também não fez escola. Mas, pelo conhecimento que nos deu da sua época, pelas novidades que na sua obra ousou assumir devemos prestar-lhe uma justa homenagem.

2. NOTAS:

(1) Artur Anselmo regista duas obras de Petri Ferdinandi constituídas por poemas escritos em latim. Regista ainda a existência de três leis sobre pedintes e vadios, datadas de Lisboa, 3 de novembro de 1558, assinadas por um tal Pero Fernandez que bem pode ser o mesmo, o que nos poderá levar a pensar que, tal como o pai, também o filho seria jurista ou estaria ligado às leis.

(2) Sobre João de Barreira diz-nos Venâncio Deslandes: «*um dos mais conhecidos typographo do XVI seculo e porventua o mais opulento, teve officina em Lisboa, em Braga e em Coimbra, desde 1542 até 1590*».

(3) Para mais informações sobre a literatura moralista da época veja-se a obra de M. de Lurdes C. Fernandes citada, nomeadamente os três primeiros capítulos.

(4) Sobre este assunto veja-se a nossa tese de doutoramento, especialmente os capítulos dedicados à "Donzela".

(5). Poderá ter havido outra edição desta obra, embora clandestina, na oficina de Domingos Barreira também, uma vez que os dois exemplares existentes na Biblioteca Nacional apresentam diferenças tipográficas, embora mínimas, segundo indicação de Elisa Maria Lopes da Costa.

3. BIBLIOGRAFIA:

ANSELMO, Artur (1977), *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa: BN

DESLANDES, Venâncio (1988), *Documentos para a História da Tipografia Portuguesa nos Séculos XVI e XVII*, Lisboa: INCM (ed. fac-similada)

FERNANDES, M. de Lurdes Correia (1995), *Espelhos, Cartas e Guias – Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica – 1450- 1700*, Porto: ICP- FLUP

GONÇALVES, Rui (1992), *Dos privilegios & prerogativas* (1557), (ed. de Elisa Maria Lopes da Costa), Lisboa: BN (ed. fac-similada)

LEÓN, Fray Luis (1992), *La Perfecta casada* (1583), Madrid: Espasa Calpe

MACHADO, Barbosa, *Biblioteca Lusitana* (1933-53), Lisboa: Irmãos Bertrand, Lda., vol. III

MELO, D, Francisco Manuel de (1963), *Carta de Guia de Casados* (1651), (ed. F. Castro Pires de Lima), Porto: Domingos Barreira

MIMOSO, Anabela (1997), *"Contos e Histórias de Proveito e Exemplo" de Gonçalo Fernandes Trancoso* (tese de mestrado), Porto: FLUP, vol. I (Introdução), vol. II (edição comparativa dos textos de 1575 e 1585)

MIMOSO, Anabela (2005), *A Novela Breve Portuguesa do Século XVII* (tese de doutoramento), Porto: FLUP

PEREZ-ERDELYI, Mirea (1979), *La picara y la dama*, Miami: Ed. Universal

PISANO, Cristina (1987), *O Espelho de Cristina* (1518), Lisboa: BN, (ed. fac-similada)

SILVA, Inocêncio F. da (1987), *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa: INCM, vol. VII (ed. fac-similada)

VIVES, Luís (1947), *Formation de la mujer Cristiana* (1523) *in* Obras completas, tomo I, Madrid: Aguilar

5. ANTÓNIO V. BENTO, UNIVERSIDADE DA MADEIRA BENTO@UMA.PT

O ENSINO ÉTNICO NOS ESTADOS UNIDOS: AS ESCOLAS OFICIAIS PORTUGUESAS E A IDENTIDADE CULTURAL DOS SEUS ALUNOS

1.

Um dos objetivos fundamentais das Escolas Étnicas Comunitárias, nos Estados Unidos, é o de preservar e transmitir a língua, cultura e etnicidade às gerações vindouras.

Um grupo de estudantes Luso-Americanos (G1) com significativa frequência das Escolas Oficiais Portuguesas foi comparado com um outro grupo de estudantes Luso-Americanos (G2) que não frequentou as referidas escolas.

Foram utilizados dois instrumentos de investigação na recolha de dados estatísticos: 1. Bento-Ribeiro Cultural Identification Scale (B-RCIS), uma escala

dicotómica de 36 itens para medir a identidade cultural em três categorias; 2. Socio-Educational Portuguese Profile (SEPP), um instrumento de 22 itens construído para este estudo para a obtenção de dados demográficos e atitudes em relação à língua Portuguesa.

A população deste estudo (n=236) consistiu em duas amostras: um grupo constituído por todos os alunos Luso-Americanos disponíveis com idades entre os 12 e os 17 anos (n=120) frequentando as Escolas Oficiais Portuguesas na costa leste dos Estados Unidos; Este grupo foi comparado com uma segunda amostra de estudantes Luso-Americanos (n = 116) sem frequência das Escolas Oficiais Portuguesas. Resultados revelaram que a frequência nas Escolas Oficiais Portuguesas contribuiu significativamente para a preservação dos valores culturais e linguísticos e para o desenvolvimento e reafirmação da COMUNIDADE LUSÓFONA.

2. INTRODUÇÃO

Os grupos étnicos tentam reproduzir no seu novo ambiente as tradições os costumes e os sistemas de organização da terra-mãe. Entre as várias formas de organização comunitária estão as "escolas étnicas", instituições educacionais com um objetivo comum fundamental: Ensinar e preservar a língua e a cultura dum determinado grupo étnico. Enquanto Joshua Fishman (1966) considera aquelas escolas como o fator mais ativo na manutenção da língua na maior parte das comunidades étnicas, Bradunas and Topping (1988) descreve aquelas mesmas escolas como manifestações formais da adaptação dos imigrantes à sociedade americana.

Contam-se aos milhares as escolas étnicas que nos Estados Unidos continuam a proporcionar uma educação alternativa e - ou suplementar a muitas crianças Americanas (Fishman, 1980a) e entre esses milhares estão incluídas as sete dezenas das Escolas Oficiais Portuguesas (EOP). Com uma longa tradição histórica, as comunidades portuguesas nos Estados Unidos têm vindo a criar e a manter estas escolas há quase um século. (Bradunas and Topping, 1988).

Para muitos Luso-Americanos, as Escolas Oficiais portuguesas (EOP) representam uma simbiose natural com a língua e a cultura Portuguesa e um esforço comunitário no sentido de despertar a consciência e sensibilidade das crianças para os valores culturais herdados de seus pais e avós (Bento, "A educação: Da família à escola", 1985) e de perpetuar a nossa língua, cultura e identidade no tempo e no espaço comunitário Luso-Americano.

3. AS ESCOLAS ÉTNICAS NOS ESTADOS UNIDOS

Joshua Fishman, líder e pioneiro na investigação do Ensino Étnico refere que os Estados Unidos, como a maior nação multilíngue e multicultural não pode desprezar os milhares de escolas e as centenas de milhares de crianças que as escolas étnicas servem. Fishman (1980a) afirma:

Estas escolas devem ser incluídas na lista dos nossos recursos educacionais, sociais e intelectuais por razões nacionais uma vez que os Estados Unidos não podem dar-se ao luxo de ignorar seis mil escolas frequentados por seiscentas mil crianças. (p. 236)

As Escolas Étnicas são escolas suplementares funcionando entre seis e 10 horas por semana e entre três a cinco sessões de duas horas cada (Bradunas and Topping, 1988).

De acordo com Fishman (1989), o ensino linguístico é apenas um dos múltiplos objetivos das escolas étnicas. O ensino das tradições e história dos antepassados, o despertar e desenvolver da identidade étnica, o melhoramento da comunicação entre pais e filhos e a criação de oportunidades para os membros da comunidade para trabalharem e socializarem entre si, são também objetivos de elevada importância. Deste modo, as Escolas Étnicas têm dado uma contribuição independente e importante à manutenção das línguas e culturas étnicas. Bentley (1982) afirma:

Para além de manterem a identidade e aumentarem a educação académica, a proficiência em duas línguas é uma vantagem num mundo cosmopolita. Nove em cada dez Americanos não sabe falar, ler ou compreender outra língua para

além do Inglês. Uma educação que conduza a um alto grau de bilinguismo em Inglês e uma língua minoritária é uma mais-valia para este país (p. 114).

Como todas as outras escolas étnicas, as EOP transmitem aos seus alunos níveis significativos de leitura, escrita e compreensão da língua Portuguesa. Além disso, as EOP dão também ênfase à história, literatura, costumes e tradições do povo Português.

4. ATITUDES EM RELAÇÃO À LÍNGUA E IDENTIDADE CULTURAL

A língua não é apenas um instrumento de comunicação. De acordo com Haugen (1974), a língua é um instrumento social que acompanha e dá existência a todas as outras instituições sociais porque a língua é a base de todas as outras instituições da sociedade. A língua é também um símbolo social e pessoal. Grosjean (1982) afirma que a língua é "*…um símbolo social e de identidade de grupo, um emblema de pertença e solidariedade*" (p. 177).

Sendo, assim, um instrumento de comunicação, um símbolo pessoal e social, a língua é imbuída de atitudes e valores por aqueles que a usam e por aqueles que não sabem falar essa mesma língua.

Tse (1997), concluiu no seu estudo de investigação que *os indivíduos que julgam favoravelmente o seu grupo (ou membros) têm atitudes mais positivas e maior proficiência na língua desse mesmo grupo*.

Maietta (1996), argumenta que é importante conhecer as atitudes em relação à língua nativa como uma condição essencial para a compreensão da preservação da língua assim como deste processo. De acordo com vários investigadores (Arias, 1976; Ribeiro, 1981; Becker, 1990, etc.), as escolas americanas têm minimizado a importância e até ignorado a cultura das crianças minoritárias em vez de servirem de facilitadoras de adaptação cultural.

Uma tese de mestrado (Castanho, 1993) sabre as atitudes e preferências dos alunos do 4º, 5º e 6º anos em relação á leitura nas EOP concluiu que os pais desempenham um papel importante no desenvolvimento e atitudes positivas em relação à comunidade Portuguesa e em manter viva a língua portuguesa em casa através da comunicação oral.

Uma outra tese de mestrado "Luso descendentes nos Estados Unidos: A escola portuguesa de Hartford" (Galo, 1997) teve como objetivos fundamentais verificar o interesse dos alunos pela língua e cultura Portuguesa e determinar os fatores que causa esse interesse. Resultados desta tese mostraram que o grau positivo desse interesse dependia em grande medida dos jovens, pais, escolas e comunidade.

Becker (1990), investigando o papel da escola pública na formação da identidade étnica dos alunos portugueses que frequentavam uma escola urbana na Nova Inglaterra revelou a existência duma discrepância entre as normas explícitas da política educativa e as práticas dos responsáveis educativos: "Os alunos portugueses entraram na escola pública com sentimentos de orgulho étnico e saíram com ideias de inferioridade e vergonha" (p. 54).

Finalmente, um outro estudo (Nunes, s.d.), conduzido no seio da comunidade Luso-canadiana concluiu que

a) a perda da língua e cultura portuguesa, particularmente nas camadas jovens, é exacerbada pela falta de promoção governamental e apoio em atividades culturais e linguísticas e

b) existência de fortes sentimentos de dualidade cultural e conflito cultural entre os jovens Portugueses.

A identificação cultural é muito importante para a realização pessoal e social do indivíduo minoritário e do grupo a que pertence; Toda a pessoa humana é incompleta se não estiver embebida numa cultura específica, afirma Cushman (1990).

5.OBJETIVOS DO ESTUDO

Este estudo de investigação teve como objetivo principal explorar a influência das EOP na manutenção da língua e cultura Portuguesa dum grupo de estudantes Luso-americanos nos Estados Unidos. Especificamente, este

estudo explorou os efeitos das EOP nas atitudes dos estudantes Luso-americanos em relação á língua Portuguesa e à sua identidade cultural.

As razões que levaram este investigador a concentrar-se nesta área de investigação foram a consciência da importância das Escolas Étnicas na preservação duma sociedade pluralista e democrática (Fishman, 1989) e o seu interesse em investigar os efeitos das EOP nos seus alunos.

6. MÉTODOS

6.1. QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Este estudo pretendeu responder às seguintes questões de investigação:

Q1: Existe alguma diferença significativa entre dois grupos de estudantes Luso-Americanos, um com uma frequência relevante das Escolas Oficias Portuguesas e o outro não, em termos de atitudes em relação à língua Portuguesa?

Q2. Existe alguma diferença significativa entre dois grupos de estudantes Luso-Americanos, um com uma frequência relevante das Escolas Oficias Portuguesas e o outro não, em termos de identificação cultural?

A população deste estudo consistiu num grupo homogéneo de alunos com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos frequentando as Escolas Oficiais Portuguesas na costa leste dos Estados Unidos. Este grupo foi comparado com um outro grupo homogéneo proveniente das mesmas áreas geográficas mas sem frequência das Escolas Oficiais Portuguesas.

O total da amostra consistiu em 236 alunos Luso-Americanos: 120 alunos pertenciam ao primeiro grupo (G1) e 116 pertenciam ao segundo (G2). Os sujeitos da amostra era constituído por 76 alunas e 44 alunos no grupo G1 e 66 alunas e 50 alunos no grupo G2.

Dos 120 sujeitos do grupo G1, 96 nasceram nos Estados Unidos, 23 em Portugal e um em França. Dos 116 sujeitos do grupo G2, 107 nasceram nos Estados Unidos, seis em Portugal, um em França, um nas Honduras e um na Irlanda. A maioria dos pais nos dois grupos (166 pais e 156 mães) nasceram em Portugal.

Foram utilizados dois instrumentos de investigação na recolha de dados: 1) Bento-Ribeiro Cultural Identification Scale (B-RCIS), uma escala dicotómica com 36 itens destinada a medir a identificação cultural dos sujeitos em três graus: Identificação Cultural Portuguesa (ICP), Identificação Cultural Americana (ICA) ou Identificação Cultural "Bicultural" (ICB) e 2) Socio-Educational Portuguese Profile (SEEP) um questionário de 22 itens desenvolvido para este estudo destinado a obter dados demográficos e atitudes em relação à língua Portuguesa.

A participação dos sujeitos neste estudo foi voluntária e foram observados todos os princípios éticos de investigação com pessoas, incluindo a observação rigorosa da confidencialidade. O estudo de campo teve lugar no ano letivo de 1999-2000.

7. RESULTADOS

7.1. ATITUDES EM RELAÇÃO À LÍNGUA

A primeira questão de investigação perguntava se existia alguma diferença significativa entre dois grupos de estudantes Luso-Americanos, um com uma relevante frequência das Escolas Oficias Portuguesas e o outro não, em termos de atitudes em relação à língua Portuguesa.

Quase a totalidade dos sujeitos no grupo G1 (97.5%) afirmaram que era muito importante aprender a língua portuguesa. No grupo G2, 82.7% afirmaram que era muito importante aprender a língua portuguesa. No grupo G1, a grande maioria dos sujeitos ou 82.5% gosta de falar Português em casa (média 1.18; desvio padrão = .38) e a maioria ou 71.7% gosta de falar português na escola (média=1.28; desvio padrão .45).

No grupo G2, menos de metade ou 48.3% dos sujeitos gosta de falar Português em casa (média = 1.52; desvio padrão = .50) e pouco mais de metade ou 55.2% gosta de falar português na escola (média = 1.45; desvio padrão = .50).

Estes resultados sugerem diferenças significativas entre os dois grupos em termos de atitudes em relação á língua Portuguesa.

7.2. IDENTIFICAÇÃO CULTURAL

A segunda pergunta de investigação perguntava se existia alguma diferença significativa entre dois grupos de estudantes Luso-Americanos, um com uma relevante frequência das Escolas Oficias Portuguesas (G1) e o outro não (G2), em termos de identificação cultural. A aplicação estatística de t-testes revelou diferenças entre os dois grupos.

A média dos valores obtidos na escala B-RCIS no grupo G1 foi de 24.9 com um desvio padrão de 3.8. A média dos valores no Grupo G2 foi de 21.0 com um desvio padrão de 4.6. No grupo G1, 57.5% dos alunos obtiveram valores na categoria Identificação Cultural "Bicultural" (ICB) e os restantes 42.5% indicaram identificar-se mais perto com a cultura portuguesa (ICP). Nenhum dos sujeitos se identificou com a cultura anglo-americana (ICA).

No grupo G2, 73.4% dos sujeitos indicaram identificação Bicultural (ICB), 22.4% identificação com a cultura Portuguesa (ICP) e 4.3% identificação com a cultura Americana (ICA).

Estes resultados indicam que há uma diferença significativa entre os sujeitos que frequentaram as Escolas Oficiais Portuguesas e os que as não frequentaram na categoria de Identificação Cultural "Bicultural" (ICB) ($p < .001$). Todavia, as diferenças não são significativas nas outras duas categorias: Identificação Cultural Portuguesa (ICP) ($p = .884$) e Identificação Cultura Americana (ICA) ($p = .084$).

8. CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo principal explorar os efeitos da influência das EOP nas atitudes em relação à língua Portuguesa e na identificação cultural de duas amostras (G1 e G2) de alunos Luso-americanos da Costa Leste dos Estados Unidos.

Resultados deste estudo indicam que existem diferenças significativas entre os dois grupos: os alunos que frequentaram as Escolas Oficiais Portuguesas revelaram possuir atitudes mais positivas em relação á língua Portuguesa e maior grau de identificação cultural "bicultural". Estes resultados permitem afirmar que os alunos que receberam a influência da educação das Escolas Oficiais Portuguesas têm mais facilidade em adaptar-se a uma nova cultura sem prejudicar a manutenção da língua e cultura dos seus antepassados. Estes resultados estão também em consonância com análises teóricas) que indicam que as escolas étnicas têm um papel muito importante no processo de aculturação e adaptação das comunidades étnicas aos seus novos ambientes (Fishman, 1966; 1980a; 1980b; e 1985).

A grande implicação dos resultados deste estudo é o reconhecimento da importância que as EOP têm na comunidade Luso Americana e daí necessidade de adequarmos as nossas políticas educativas e comunitárias ao relevante papel que estas escolas efetivamente prestam às comunidades residentes nos E.U. assim como a sua contribuição para a continuidade da "Biculturalidade" daquelas comunidades.

Resumindo e finalizando, a frequência nas Escolas Oficiais Portuguesas contribuiu significativamente para a preservação dos valores culturais e linguísticos Portugueses e para o desenvolvimento e reafirmação da COMUNIDADE LUSÓFONA.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arias, M. B. (1976). *Bicultural Approach to the Issue of Self-Concept Assessment*. Unpublished doctoral dissertation. Stanford, CA: Stanford University.

Becker, A. (1990). The role of the school in the maintenance and change of ethnic group affiliation. *Human Organization, 49* (1), 48-55

Bento, A. (1985, 12 de novembro). A Educação: Da família à escola. A importância da escola e a influência dos professores. *O Jornal*, pp. 12, 21.

Bradunas, E. & Topping, B. (Eds.). (1988*). Ethnic heritage and language schools in America.* Washington, DC: Library of Congress.

Bentley, J. (1982). *American immigration today*. New York: Julian Messner

Castanho, M. (1993). *Reading: students' attitudes and interests in fourth, fifth, and sixth graders in official Portuguese schools in the USA*. Unpublished master's thesis. Lesley College, Cambridge.

Cushman, P. (1990). Why the self is empty: Toward a historically situated psychology. *American Psychologist, 45* (April), 599-611

Fishman, J. (1966). *Language loyalty in the United States*. The Hague: Mouton.

Fishman, J.A. & Marckman, B. (1979). *The ethnic mother tongue school in the United States: assumptions, findings and directory*. Nova Iorque: Yeshiva University.

Fishman, J. (1980a). Ethnic community mother tongue schools in the U.S.A.: Dynamics and distributions. *International Migration Review, 14*, (2), 235-247.

Fishman, J. (1980b). Minority language maintenance and the heritage mother tongue school. *Modern Language Journal, 64,* 167-173.

Fishman, J. (1985). *The rise and fall of the ethnic revival: perspectives on language and ethnicity*. The Hague: Mouton.

Fishman, J.A. (1989). *Language and ethnicity in minority sociolinguistic perspective*. Filadélfia, PA: Multilingual Matters Ltd.

Galo, A. (1997). Jovens Lusodescendentes nos USA: A Escola Portuguesa de Hartford. Tese de Mestrado. Universidade Aberta: Lisboa.

Grosjean, F. (1982). *Life with two languages: An introduction to bilingualism*. Cambridge, MA: Harvard Community Press.

Haugen, E. (1974). *Bilingualism in America: a bibliography and research guide*. Alabama: University of Alabama.

Maietta, S. (1996). *Patterns of language attitudes and language use: A study of New Mexican adolescents*. (ERIC Document Reproduction Service No. ED 415 708)

Nunes, F. (s.d.). *Portuguese-Canadians from sea to sea: A national needs assessment. Toronto*: Portuguese-Canadian National Congress

Ribeiro, J. (1981). *Cultural, social, and psychological factors related to academic success of Portuguese immigrant youth*. Published dissertation. Boston: Boston College.

Tse, L. (1997). Affecting affect: The impact of ethnic language programs on student attitudes. *The Canadian Modern Language Review - La Revue Canadienne des languages vivantes, 53*, (4), 705-728

APÊNDICE

TABELA 1

Frequencies and Percentages according to responses to question "Do you like to speak Portuguese at home?" (N=236)

	G1 (Port. Herit. School)		G2 (Publ. School)	
	Frequencies	Percentages	Frequencies	Percentages
Yes	99	82.5%	56	48.3%
No	21	17.5%	60	51.7%
Total	120	100.0%	116	100.0%

Tabela 2

t-test for attitudes toward the Portuguese language: "Do you like to speak Portuguese at home?" (N=236)			
Groups	M	SD	n
G1 (Port Herit. Schools)	1.18	.38	120
G2 (Publ. Schools)	1.52	.50	116
P=.000			

Tabela 3

Frequencies and Percentages according to cultural identification? (N=236)				
	G1 (Port. Herit. School) Frequency	Percentage	G2 (Publ. School) Frequency	Percentage
Anglo Cultural Ident.	--	--	5	4.3%
Bicultural Ident.	51	42.5%	85	73.4%
Portuguese Ident	69	57.5%	26	22.4%
Total	120	100.0%	116	100.0%

6. ARTEMIO ZANON, ARTEMIOZANON@BOL.COM.BR, JURISTA E ESCRITOR.

UM ESTUDO (ENSAIOS) DE DOIS ESTILOS NA LITERATURA (ATUAL) PORTUGUESA SOB A VISÃO CRÍTICA DE UM BRASILEIRO

1.

O trabalho objetiva apresentar visão de dois ensaios críticos do orador das obras de José Morais Lopes e Maria José Viegas Conceição Fraqueza.

Em Morais Lopes, Poeta Iluminado, estudou-se os vinte e cinco livros publicados até a data (2004). Os estudos iniciaram-se após troca de livros de autoria individual em meados de 2001. Posteriormente, Morais Lopes publicou mais seis livros, dos quais quatro com organização, revisão e apresentação do orador, dentre eles destaque para um conjunto de sonetos premiados em concursos em vários países entre 1965 a 2001, aos quais o autor deu inicialmente o título de Os meus sonetos premiados, ao que, por sugestão do orador, ouvidas outras pessoas, a obra foi editada em novembro de 2006 com o título Os meus sonetos premiados e esquecidos (esquecidos até serem dados a lume).

Pela leitura de Morais Lopes, Poeta Iluminado, a fuzetense Maria José Fraqueza, poeta também conhecidíssimo no Algarve e alhures, passou a inteirar-se da obra individual do orador, contatando no sentido de saber da

possibilidade de proceder ao estudo crítico de sua obra (doze publicações). Aceito o desafio, quase um ano de pesquisas, resultou o ensaio Maria José Fraqueza, moura encantada algarvia (2007).

Com isso, são propósitos do orador dar conhecimento aos lusofonistas encontristas (e de todas as partes da "aldeia" Terra) de uma obra realizada sem mesmo conhecer pessoalmente essas duas grandes vozes portuguesas e, após estabelecer um contato mínimo com sua participação no 2° Encontro Açoriano de Lusofonia, com escritores (mormente Poetas), de Portugal Insular, investir em estudos o quanto bastantes para futura publicação de uma antologia no Brasil.

Fique registrado que Morais Lopes e Maria José Fraqueza são pessoas que se conhecem, há muitos anos, sonho que o orador almeja em ter a felicidade de vir a conhecer, um dia, essas duas inconfundíveis vozes na Literatura Portuguesa, já fazendo parte da História da Literatura de nossas pátrias.

Breve explicação. História de um soneto binacional a treze inspirações e breve abordagem da poética sonetística de Morais Lopes a guisa de prefácio para Tédio. Do desafio de Morais Lopes.

Justificação para o ensaio Maria José Fraqueza, moura encantada algarvia. De uma visão restrita da História da Literatura Portuguesa no tempo em que nasceu Maria José Fraqueza.

2. BREVE EXPLICAÇÃO

A minha primeira comunicação com o poeta José *Morais Lopes*, tal como a que aconteceu com vários outros escritores, foi através do *Endereçário Cultural da Sociedade de Cultura Latina de Santa Catarina* e *Revista Lítero-cultural* "A Figueira", do escritor e divulgador cultural Abel Beatriz Pereira, Estado de Santa Catarina, Brasil. A *Morais Lopes* autografei *Tempo de Execução* – poesia (2000), *Editora Garapuvu*, Florianópolis, SC, Brasil. Dando-me conhecimento de que a remessa chegou a destino, junto vieram-me algumas palavras de saudação e preciosas linhas a respeito do mérito de meu livro.

Em retribuição, fui brindado com *Os meus sonetos mutilados* – poesias (2000), sendo que tomei a liberdade de não deixar "mutilado" o da página 18 e completei-o: a segunda quadra e o primeiro terceto (veja-se adiante) e incluído no apêndice, de *Tédio*, obra publicada em 2003, AJEA Edições, Portugal. De *Morais Lopes* recebi correspondência acompanhada de outra obra e um desafio: quanto ao desafio, e tudo o mais que se passou, está no texto "*História de um soneto binacional a treze inspirações e breve abordagem da poesia sonetística de Morais Lopes à guisa de prefácio para Tédio*" (p. 9 a 36), em cuja obra também assinei o texto "*O que é poesia e o soneto na poética de Morais Lopes*" (p. 37 a 46).

Para minha surpresa, em correspondência datada de 7 de janeiro de 2004, expedida em Bias do Norte e em mãos no dia 14 do mesmo mês, vieram-me estas palavras desafiadoras:

"*Pelo último telefonema, folguei imenso por me ter dado notícia do recebimento dos livros que lhe mandei. Quatro outros são lhe remetidos agora por 'correio econômico'. Tenho mais dois a fotocopiar. Vou ver se, deste modo, lhe consigo arranjar toda a minha obra publicada*.

"*Peço-lhe mais um favor*:

"Depois de estar na posse dos meus livros, será possível o meu Ilustre Vate *fazer uma análise, tão circunstanciada quanto baste, sobre toda a minha obra*? Estimaria a apreciação do Laureado Poeta e Amigo. Dir-me-á qualquer coisa, depois.

"*Envio nesta data dois pacotes com (...).*" O texto em itálico é meu para chamar a atenção do (meu) leitor.

Tendo alguns livros de autores portugueses e publicados em Portugal, ousei solicitar a *Morais Lopes* que me conseguisse uma obra editada em Portugal, que me permitisse uma visão do que se produziu, em sua terra pátria, nos últimos anos. Eu tinha consciência da dificuldade que seria enfrentada, diante da grande produção nas últimas décadas.

Mas, mesmo assim, *Morais Lopes* enviou-me *Millenium – 77 Vozes de Poetas Portugueses*, obra com organização, seleção e apresentação de Cristino Cortes, com selo da *Universitária Editora*, Lisboa (2002,1ª edição). Cristino

Cortes, no texto "Oferenda a Apolo no início do século" (p. 5 a 11), justifica a didática de que se valeu para a consecução de sua iniciativa. Lida com atenção, fazendo anotações, verifiquei que vários poetas são nascidos na mesma década de *Morais Lopes* (1924), havendo autores na obra antológica nascidos até mesmo na década de 1970 e vários de minha geração (1940).

Outro enfoque: boa parte, ou quase a maioria dos autores que fazem parte da antologia tem uma, duas e até três obras dadas à luz pela *Universitária Editora*. Seja como for, atendo-me ao de que disponho, observo que mais de uma quinzena de autores antologiados têm um ou mais sonetos nessa obra seleta. Assim, ainda que estreitamente, posso afirmar que me foi e é possível, sob censura, ter uma visão – reconhecidamente parcial – do fazer literário poético nas últimas décadas na terra de Camões. De futuro, reconheço, vindo este acanhado *ensaio* a lume, com o auxílio de mais bagagem, certamente, haverei de retificar, ratificar, revisar e, quiçá, ampliar o conteúdo, até de mérito, deste texto.

Por fim, sendo que a produção de *Morais Lopes* se assenta, privilegiadamente, na espécie poética do soneto, no qual é um virtuose, a análise que me dispus a fazer, depois de lidos, e anotados, os vinte e dois livros que tenho em mãos de autoria do poeta, confessando que não me seria possível, por vários motivos, "*...fazer uma análise tão circunstanciada*", como estaria e está a merecer, contento-me e, penitenciando-me, julgo que aqui vai o "*...quanto baste*", se não "*..sobre toda a minha obra?*" (dele, *Morais Lopes*), ao menos "*o quanto baste*", repito, no que concerne aos sonetos, esses em todas as suas nuances nos livros só de sonetos e nas publicações em que também os há.

3. HISTÓRIA DE UM SONETO BINACIONAL A TREZE INSPIRAÇÕES E BREVE ABORDAGEM DA POÉTICA SONETÍSTICA DE MORAIS LOPES A GUISA DE PREFÁCIO PARA TÉDIO.

Autor de quase três dezenas de obras – literárias e jurídicas –, de boa parte das edições de cada uma delas remeti exemplares, graciosamente, a pessoas conhecidas que também se dedicam de uma forma ou outra, a escrever. Valendo-me, igualmente, de endereços em publicações direcionadas, a muitos autografei exemplares de meus quatro últimos livros de poemas: *O Menino da Infância aos Quarenta*, *Cinco Poemas Dramáticos*, *Tempo de Execução* e *Canto da Terra-Homem*. Vários exemplares foram para Portugal: Armênia Teves e Francisco Teves, Fernando Aguiar, Fernando Godinho Esteves, Francisco dos Santos, Joaquim Castro, Maria João Fernandes, Maria José Fraqueza, Mário Augusto e ao próprio *Morais Lopes*.

É com *Morais Lopes* que houve a realização de grande significado que é esta e ou desta *História de um soneto binacional a treze inspirações*. Não sei se o título pega bem. Poderia ser a treze mãos, a treze vozes, a treze cabeças, na elaboração consagradora da "... difícil arte do soneto", no entender de José Carlos Vilhena Mesquita, Presidente da Associação dos Jornalistas e Escritores de Algarve, Portugal, no texto Prefácio *O espelho da vida numa lira de sonhos* para a obra do grande Poeta de Faro, Portugal, José Maria Fonseca Domingos – *Para Além do Bojador* (Poemas), edição do autor, 1999. (...).

Do grande Vate de Bias do Norte, recebi esta correspondência:

"Moncarapacho, 2000.10.25

Meu caro Poeta

Artemio Zanon

Começo por lhe pedir desculpa pela demora da minha resposta à agradável oferta do seu livro de poesia *Tempo de Execução*. Por ela o meu muito obrigado. (...).

Tenho lido várias vezes os seus poemas e (...). Sim, são versos de quem é Poeta.

Junto lhe envio um exemplar do meu livro *Os Meus Sonetos Mutilados*. Espero que goste. Com um abraço fraterno. "Morais Lopes".

Em *Os Meus Sonetos Mutilados*, *Morais Lopes*, publicação da AJEA Edições – Associação dos Jornalistas e Escritores de Algarve, ano 2000, aos dezessete sonetos que integram a obra do também autor de *Eu* (1996), *Confissão Personalíssima* (1996), *O Soneto Filigranado* (1999) e *A Luz Restituída* (2000), todas de sonetos, havendo outras publicações de outros poemas, na página nove, escreve:

"Advertência. Toda a gente sabe que um soneto é uma clássica composição poética de catorze versos de dez sílabas métricas, agrupados sob a forma canônica de quatro, mais quatro, mais três, mais três versos. Fora disto não há soneto, verdadeiramente. Mas, desde logo, a fórmula começou a ser alterada

(e aí apareceram sonetos de doze sílabas, de onze sílabas, e assim por diante, com versos de diferentes medidas: sete, oito e outras sílabas métricas – vide o meu livro "*Os Sonetos do Absurdo*"). *Principiaram, então, as mutilações na forma de apresentação dos sonetos (4,3,4,3 – 4,4,4,2 – etc.);* daqui nasceram *Os Meus Sonetos Mutilados*, *composições de catorze versos de dez sílabas métricas, com diferentes maneiras de apresentação. De semelhança com o soneto existe apenas o número de versos – 14 –. Por isso, eu mutilei os meus sonetos."*

Morais Lopes, na página onze, abre a porta para a leitura dos sonetos, com epígrafe de Almeida Garrett: "*Os Poetas não morrem, ou só morre neles aquilo em que eles se parecem com os outros homens.".*

As "mutilações" são tantas que o *Semi Soneto – 2* tem apenas duas estrofes: o primeiro quarteto e o segundo terceto. Veja-se e leia-se:

"Fugido de mim próprio eu me encontrei
Por entre a multidão que me cercava,
Mas o rugir cruel da fera brava,
Com este meu silêncio, o alimentei...
.....
.....
Hoje, passado tempo, não sei mais
Desobrigar-me desta situação,
Por me sentir feroz como os demais..."

Relendo a carta de Morais Lopes, e meditando o ou no texto: "*Tenho lido várias vezes os seus poemas e confesso-me deveras impotente para assimilar o conteúdo da sua mensagem. Por mais tratos que dê à minha não sinto qualquer deleite na sua leitura e o mal está em mim. Não chega a inteligência para ir com o meu caro Poeta às alturas do seu voo. Não quero, todavia, deixar de apontar as poesias das páginas*...", tive absoluta certeza, após verificar a bibliografia do autor de *Postais Poéticos de Olhão* (1995), obra também de sonetos, cuja publicação vem desde 1958, com *Caminhada* (eu tinha então dezoito anos e já havia escrito centenas de poemas e sonetos e inclusive *Evangelho dos Amantes* – cem sonetos de amor –, obra publicada em 1981, buscando me deleitar com as "mutilações" infligidas nos dezessete sonetos, coloquei-me em desafio quanto ao efetivamente mutilado *Semi Soneto – 2*, página 18, verdadeiramente dele constando extirpados o segundo quarteto e o primeiro terceto, ousei completar-lhes as mutilações, resultando no que adiante se lê, sendo objeto da seguinte correspondência:

"Brasil, Florianópolis, SC, 6 julho de 2001
Estimado Poeta *Morais Lopes*,
Grato, comunico-lhe que recebi *Os Meus Sonetos Mutilados*.
Fico também feliz em saber que procedeu a leitura de *Tempo de Execução*.
O só fato de ter-lhe chamado atenção as partes III e IV, do poema *Auroralma*, páginas 20 e 21, já se me afigura ter-lhe deleitado a leitura, que a entendo por apurada, segundo pude deduzir.
"*Desta feita, envio-lhe O Ciclo da Imagem, em cuja obra, provavelmente, o Ilustre Poeta, na excelência do Soneto, por certo se encontrará*."

Dentre os "...*Sonetos Mutilados*", o da página 18 – *Semi Soneto – 2*, impressionou-me. Dias e dias fiquei pensando na "mutilação" por ausência do que seria o segundo quarteto e o primeiro terceto. E, meu caro *Morais Lopes*, não resisti: ousei enxertar o que poderia ter sido mutilado. Li e reli, buscando sentido no que sobrou da mutilação, meditei no que ousei incorporar, fazendo leituras separadas, e, ao final de meditares, cheguei à conclusão de que "a emenda" tem cabida. Mas, como não pode deixar de ser, a palavra final é do Ilustre Poeta sonetista *Morais Lopes*. Então, eis:

Semi Soneto – 2
Fugido de mim próprio eu me encontrei
Por entre a multidão que me cercava,
Mas o rugir cruel da fera brava,
Com este meu silêncio, o alimento

Mesmo assim, desde quando comecei
Sentir-me só, mais forças procurava,
Sou-me fiel à voz que me chamava
Vencendo austero as lutas que enfrentei.

O meu setentenário coração
Inda me move em ritmos tão iguais
Àqueles da primeira pulsação.

Hoje, passado tempo, não sei mais
Desobrigar-me desta situação,
Por me sentir feroz como os demais...

Meu caríssimo *Morais Lopes*, deixemos que as feras rujam, que no meio da multidão, por mais cruel que seja, nossa voz, ainda que num temporário (e atual) silêncio, alguém, em algum lugar, um dia (que pode ser aquém e - ou além-mar), nos há de ouvir.

Queira-me bem!

Atenciosamente,

"Artemio Zanon."

A missiva foi remetida e com ela enviei, autografada e com dedicatória, ao ilustre membro integrante do Cenáculo Literário "Gabriel D'Annunzio", de Roma, como literária provocação, *O Ciclo da Imagem*.

O venerando autor de *Requiescat in pace* (1999), sonetos, de Bias do Norte, escreve-me:

"Moncarapacho, 2001.08.06

Estimado Poeta *Artemio Zanon*

Meu Caro Irmão de Letras

(...).

Envio-lhe, agora, a minha última edição – *Romântica Tempestade*. São sonetos escritos ao longo de sessenta anos da minha atividade literária e ainda não tinham merecido a publicação em livro. Nesta obra encontrará o *Semi Soneto 1* que foi elaborado em 1977.2.27. Daí, o acima mencionado ser o "2". (Observo que o *Semi Soneto* a que *Morais Lopes* alude está na página 55 de *Romântica Tempestade* e não está seguido do algarismo *1*, o que, para o mérito das composições não vem ao caso).

(...).

O facto de o meu Ilustre Poeta ter introduzido um quarteto e um terceto no meu semi-soneto levou-me à congeminação de uma ideia extravagante. É ela: Elaborar um soneto com o auxílio de outros 12 Poetas. Eu abro a composição com o 1º verso e, seguidamente, cada um juntar-lhe-á o verso seguinte. O 14º verso, ou seja o fecho do soneto será feito por mim. Será possível conseguir o que imaginei?

Para primeiro verso, proponho:

"*Vou por caminho aonde nunca fui*"

O segundo poderá ser feito pelo meu Caro Artemio Zanon. Para os versos seguintes fará o favor de escolher 4 ou 5 sonetistas brasileiros de Santa Catarina ou de qualquer outro Estado a propor-lhes o que pretendo. Arquitetados esses 5 ou 6 versos fará o favor de me devolver o que estiver feito, que eu concluirei o resto da composição junto de outros Poetas meus Amigos. A seguir a cada verso indicar-me-á o nome e o endereço postal de cada autor.

Não sei se o meu Irmão de Letras concordará com esta minha ideia bizarra, mas das ideias excêntricas podem recolher-se, por vezes, faíscas de luzes brilhantes.

E é tudo por agora. Um grande abraço. "Morais Lopes".

Você que está a se deleitar, na página 55, de *Romântica Tempestade*, como referido pelo autor de *Folhas do meu cadastro* (1999) – poesias –, li e, após relido, mais uma vez ousei completar o soneto, o qual está assim produzido:

Semi Soneto
As canções mais belas, o som mais fino,
Que te trouxer a brisa da manhã,
Serão como sonatas de Chopin,
Aspergindo o teu rosto alabastrino.
.....
.....
Compor é traduzir... Meu coração,
Meu velho e desprezado violino,
Dentro do teu, não teve tradução."

Aqui o desafio, pelo inesperado do final do segundo terceto, se me apresentou com mais dificuldade do que no caso do *Semi Soneto – 2*.

Familiar com a espécie literária, mesmo assim, completei. Eis:
"As canções mais belas, o som mais fino,
Que te trouxer a brisa da manhã,
Serão como sonatas de Chopin,
Aspergindo o teu rosto alabastrino...

E tu, mulher, ouvindo-te num hino,
Genuflexa, és a mais linda aldeã,

E em teu orar te vejo tão cristã
Que o coração me soa como um sino.

Assim tão juntas, nossas almas claras
Compõem a comunhão num ar divino
Nessas manhãs de cenas já mui raras.

Compor é traduzir... meu coração,
Meu velho e desprezado violino,
"Dentro do teu, não teve tradução..."

Do desafio de Morais Lopes:

Basta a leitura da missiva firmada pelo sonetista extraordinário de Moncarapacho, datada de oito de junho do corrente ano, para que se possa ter uma ideia do "desafio"...

... Todos nós – ao menos nós os Poetas –, somos maior do que o nosso sonho, por isso estamos sempre sonhando, sonho este que haverá de nos deixar marcados para a posteridade, não por termos nos submetido ao poder do vil metal, mas crentes de que as palavras voam, somente o que está escrito permanece, saber que remonta há séculos, senão há milênios – *verba volant, scripta manent*.

O soneto, com os treze coautores (sete brasileiros e sete lusos) ficou como segue e a todos remeti correspondência individual, procedendo a minucioso estudo de cada verso:

Vou por caminho aonde nunca fui, – Morais Lopes
Sempre seguindo minha nórtea estrela – Artemio Zanon
Na fé flamante de alcançá-la e vê-la – Abel Beatriz Pereira
Em que fazeres que o bom fado frui. – Cacildo Silva

Pois ela – a estrela – sem saber, influi – Miguel Russowsky
Em tudo quanto eu possa, clara, tê-la – Augusto Barbosa Coura Neto
Por rumo e lúmina hei de bem mantê-la – Telma Lúcia Faria
Em meu viver que o sonho não dilui. – Moacyr Viggiano

E nas rotas de luz, o sonho é belo – Maria José Fraqueza
Poema de paixão em que desvelo – José Maria Fonseca Domingos
A mágoa de não ter o que almejei – Tito Olívio

Mas tenho – e sei-o bem! – o Infinito – João Baptista Coelho
Aonde sou condor em céu bendito – Helena Luísa Miranda Coentro
E a luz da Eternidade conquistei. – Morais Lopes

4. JUSTIFICAÇÃO PARA O ENSAIO MARIA JOSÉ FRAQUEZA, MOURA ENCANTADA ALGARVIA.

Florianópolis, Estado de Santa Catarina – Brasil, 13 de abril de 2006
Estimada escritora *Maria José* Viegas da Conceição *Fraqueza*,
Saudação brasileiro-lusitana,

Desde o ano de 2002, estou recebendo o *BALI – Boletim Acadêmico Letras Itaocarenses* – Ano XIV, n. 150, setembro - outubro, e, recentemente, mandei fazer uma bela encadernação até o número 175. Não tenho nenhuma dúvida em afirmar que o Dr. Kleber Leite é um exemplo para todos nós que cultivamos a

Última flor do Lácio, inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura:
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...

Amo-te assim, desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela,
E o arrolo da saudade e da ternura!

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que da voz materna ouvi: "meu filho!",
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!,

De autoria do grande parnasiano *Olavo* Brás Martins dos Guimarães *Bilac* (Rio de Janeiro, Brasil, 16 de dezembro de 1865 e 18 de dezembro de 1918). Com isso quero dizer à exemplar *trovadora* e exímia *sonetista* que desde o número 162 de *BALI*, o nome *Maria José Fraqueza*, salvo falha no recordar e desatenção no (re)ler, passou a ser de meu conhecimento no que concerne ao fazer literário. E no texto constante à página 6, no qual comunica ao Dr. Kleber Leite que está recebendo normalmente o *BALI*, noticia suas atividades em programas que tem em Algarves, Fuseta [*2], na rádio Gilão.

De minha parte, a senhora pode verificar que em números anteriores houve (e está havendo até esta data), alguma contribuição, como é o caso do soneto *Niterói* que está na página 12, do *BALI* n. 185, fevereiro deste ano de 2006 (referido soneto foi escrito quando eu tinha 18 anos, ou seja, no ano de 1958). Dentre os livros que seguem, publicados após *Canto da Terra-Homem*, envio-lhe também *Primeira messe poética dos verdes anos*, obra que faz parte de um conjunto – meus "Quíntuplos", como vai sendo conhecida –, com o título geral *Messe poética dos verdes anos – I*. O soneto *Niterói* está na página 40).

Realmente, dentre outros, tenho endereços nas cidades de Lages (onde ainda cuido de algumas causas como Advogado) e nesta capital do Estado de Santa Catarina – Florianópolis (que é minha residência e meu domicílio desde o ano de 1998). Como pode estar a concluir, sua carta chegou-me às mãos. Só que... Está datada de "Fuseta, 9 de novembro de 2005" e a recebi no dia 28 de março próximo passado. Por que tanta demora em respondê-la, estimada *Maria José Fraqueza*? Embora não haja justificativa, foi pela razão de que me escreveu participando que, posteriormente, remeteria os livros (onze ao todo) mencionados. Asseguro-lhe que estão comigo e já, aos poucos, estou a lê-los (e a relê-los para estudá-los!).

O José *Morais Lopes* é um dom da natureza biológica humana!

Acabo de acessar o *site* www.radiogilao.sdv.pt e, realmente, lá está o seu programa para as terças-feiras até final de agosto deste ano. Farei de tudo para, na próxima terça-feira, tentar sintonizá-la.

Quanto à "... ousadia do meu pedido", qual seja o de que "... gostaria que à semelhança do estudo que fez da obra deste meu poeta amigo – *Morais Lopes* – que aprecia a minha poesia e me desse a sua opinião", asseguro-lhe que, se Deus continuar dando-me disposição e saúde, antes que passem o "céu e a terra", espero que minha (boa!) vontade em tal sentido, não passe.

Sendo o que tenho para o momento, pode ficar segura de que não deixarei passar em ignoradas nuvens tudo quanto vier desse País que tanto bem quero, onde, no mês de maio de 2001, passei, embora poucos, dias muito felizes e proveitosos: Lisboa, Cintra, Fátima, etc.

Digo-lhe que tenho um acalentado sonho: passar uns três ou quatro meses em seu País para me inteirar, ao menos, do atual fazer literário. Só dependeria de lugar (ou lugares) para (re)pousar, e, quiçá, algum alimento...

Retribuo-lhe, caríssima *Maria José Fraqueza*, a expressividade do abraço fraterno, dizendo-lhe que, se for de seu agrado, pode dar divulgação de todo o conteúdo desta missiva.

Até breve,

Artemio Zanon artemiozanon@bol.com.br

_____

5. DE UMA VISÃO RESTRITA DA HISTÓRIA DA LITERATURA PORTUGUESA NO TEMPO EM QUE NASCEU MARIA JOSÉ FRAQUEZA [(3)].

Dotado de língua rica e flexível, o povo português criou Literatura vasta e sábia em todos os gêneros de expressão transmissível. De um modo geral há predomínio do lirismo, em todas as suas formas – poesia sentimental e amorosa, reflexo vivo das caraterísticas dominantes da nacionalidade. Povo simples cheio de ternura encontrou na poesia, e nela o amor, o veículo natural e expressivo de sua humanidade. A terra, as águas, as paisagens, os ares, o espaço sideral vibram carinhosamente nas páginas as mais sentidas. O fascínio pelo mar é algo a inquietar a mais resistente das emoções.

---

[2] Para o ensaio adotei o topônimo *Fuseta* e o gentílico *fusetense* que me parecem ser os oficiais na atualidade, em face de haver nas obras de *Maria José Fraqueza* e nos escritos dos que delas se ocuparam, grafias outras: *Fuzeta* e *fuzetense*(*s*). Assim, qualquer entendimento em contrário, justificado, será bem acolhido. Aliás, em outros escritores e em endereços eletrônicos, há também as duas grafias.

[3] *Maria José* Viegas da Conceição *Fraqueza*, natural de Fuseta, nasceu em 8 de maio de 1936.

O *Modernismo* tem como marco inicial o ano de 1915 com a edição da revista *Orpheu* [4], período que também é classificado como *Pré-Modernismo*. Fundamentalmente, essa manifestação tem um primeiro momento ou *orpheismo* e um segundo momento ou *presencismo*, com a publicação da revista *Presença* [5] em 10 de março de 1927. A poesia rompe com a tradição e adere ao "moderno", o que significa que se eleva em planos de universal inquietude e orienta-se no sentido do envolvimento de uma angústia, fruto de uma crise geral em toda a Europa (e no Mundo) que começa a imergir. Embora presa, por vezes, a certos "movimentos", ou "correntes", ou "manifestações", ou "tendências", em moda – os *ismos* e os *istas* –, transformam-se no órgão fixante da condição do *homem* lançado nas águas heráclitas da vida, posto frente a frente à imagem narcisa refletia no espelho da *realidade*, ato que traduz uma vivência de desdeificação – ausência de *Deus* – ou de qualquer outro apoio absoluto para explicar o relativo de seu temporário e passageiro viver. Por isso não se há de estranhar o trágico fim que tiveram os dois poetas considerados os pináculos dessa época: Sá-Carneiro [6] e Fernando Pessoa [7].

Portugal, tradicionalmente monarquista, conheceu o regime republicano a partir de 1910. Teve que enfrentar, como as outras nações, mormente as da Europa, o drama da Segunda Guerra Mundial (1914 a 1918) e se houve com todas as alterações no campo econômico, político e cultural (inclusive nas manifestações literárias), tal o que aconteceu na humanidade como um todo. A República despertou o nacionalismo também na Literatura.

Em *Maré de trovas*, *Maria José Fraqueza*, na página 12, sob o título *Quadras Premiadas – As minhas primeiras quadras* (Premiadas pelo meu avô), adverte que as escreveu aos seis anos de idade. Ei-las:

Mais bonito cão não há - Amanhã irei à feira - A comprar p'ró meu "Jájá" - A mais bonita coleira. - - Acompanha em sua lida - Quando o avô vai p'ro mar - Deita-se numa corrida... - Por que ele sabe nadar!

Por agora, partindo dessa primeira manifestação poética de *Maria José Fraqueza*, observo que a alusão ao *mar* é uma constante em quase todas as obras e em parte relevante da e na poética dessa "noiva do mar", cantora de:

Fuseta dos meus amores –
Berço do meu nascimento –
És uma flor entre flores, -
Minha Mãe, meu pensamento
(*Maré de Trovas*, p. 13).

_____

7. AUGUSTO DE ABREU ACLA1AUGUSTO@YAHOO.COM.BR POETA.AUGUSTO@HOTMAIL.COM

O ESCRITOR NA ESCOLA COMO MEIO DE INTERCOMUNICAÇÃO DOCENTE E DISCENTE.

1.

Numa época de bastante agitação entre crianças e adolescentes; eis que surge em uma Escola Estadual de Blumenau – Escola de Educação Básica Comendador Arno Zadrozny, um novo "redescobrir" de emoções. Emoções estas que perpassam num contexto escolar, onde os "sabores" pela vida já tinham sido esquecidos e assim, dado lugar somente aos saberes da vida.

Estes novos "sabores" pela vida, possibilitaram aos alunos que frequentam a Escola em período integral, numa jornada exaustiva de oito horas de trabalhos escolares, tendo como objetivo maior a ampliação das oportunidades de aprendizagens, ***"a redescoberta" de seus sonhos.***

As atividades fizeram parte do Projeto da Escola, que tem como tema geral: ***"EM DEFESA DA VIDA"*** *e subtema:* ***"REDESCOBRINDO OS SONHOS NA ESCOLA"****, que possibilitou através, primeiramente, das poesias do orador trabalhar questões emocionais e de sensibilidade, frente a um mundo violento,*

[4] Para não incidir em possível injustiça – longe de mim, neste modesto ensaio, de vir a comprometer-lhe o mérito com isso –, não consigno o nome dos escritores (sobretudo poetas), que participaram de tais publicações.

[5] Para não incidir em possível injustiça – longe de mim, neste modesto ensaio, de vir a comprometer-lhe o mérito com isso –, não consigno o nome dos escritores (sobretudo poetas), que participaram de tais publicações.

[6] Sá-Carneiro suicidou-se em 26 de abril de 1916 e Fernando Pessoa em 30 de novembro de 1935

[7] *Maré de Trovas – Quadras Populares*. Edição da autora, fevereiro de 2000. Essa obra foi analisada, bem como todas as outras, no modesto ensaio *Maria José Fraqueza, moura encantada algarvia*.

onde não há mais lugar para sentimentos, onde não há mais lugar para os "sabores" da vida; e posteriormente, através da participação dos escritores: Paulo Berri, Isabel Marun, Vilca Marlene Merízio e Artemio Zanon.

"Redescobrir" os sonhos em pleno momento histórico, onde o ser humano não é mais assistido com o devido respeito ao qual lhe é garantido por direito, pode representar para algumas pessoas, algo "utópico", mas não para os alunos deste Educandário, pois eles tiveram como "mola propulsora" neste ***"redescobrir de seus sonhos na escola"****, a poesia de Augusto de Abreu, que compreende* ***o belo, a beleza da vida****, através de suas poesias e, posteriormente, através dos escritores convidados.*

Todos os alunos do pré-primário à oitava séries e professores de Língua Portuguesa, Literatura, Filosofia, História, Geografia, entre outras disciplinas estiveram envolvidos; bem como a direção da escola, faxineiros e merendeiros.

2. O ESCRITOR NA ESCOLA COMO MEIO DE INTERCOMUNICAÇÃO DOCENTE E DISCENTE

Em um país que a média, ao ano, não chega a três livros[8] por pessoa, desenvolver projetos que incentivem as crianças e os jovens ao hábito da leitura é fundamental para que os mesmos passem a ter prazer nesta atividade e deixe de fazê-la como obrigação.

Fazer com que as crianças e jovens se tornem, futuramente, não apenas leitores de livros e, sim, do mundo é o que desejam esses professores que com amor, dedicação, criatividade; não apenas planejam, mas, sim, colocam em prática aquilo que eles acreditam. Fazem de seus sonhos realidade.

Por estes motivos é que me sinto na obrigação de mostrar dois projetos que participei em escolas públicas estaduais, a saber: "**Descubra um escritor**" e "**Em defesa da vida: redescobrindo sonhos na escola**".

[8] Previsão da Câmara Brasileira do Livro para o ano de 2000. Publicado na Revista Educação, julho de 1998, ano 25, n. 207, pág.23.

3. "DESCUBRA UM ESCRITOR"

O projeto "Descubra um escritor" teve origem na cidade de Jaboti – Paraná e foi idealizado pela professora Marly Rodrigues Bressonin.

Em Nova Resende – Minas Gerais, onde participei, em 1999, a Professora Fátima Morato da Escola Estadual Professor Caio Albuquerque, aderiu a ideia e desenvolveu este projeto.

O título do Projeto "Descubra um Autor" é decorrente da metodologia estruturada para o desenvolvimento de suas atividades, onde se busca um intercâmbio de correspondência entre os próprios autores (escritores) e os alunos daquele estabelecimento de ensino.

Essa metodologia permitiu que se estabelecesse um laço afetivo entre autores, suas obras literárias e os alunos (leitores) envolvidos, passando a existir um compromisso educacional entre eles, o que motivou os alunos a viverem as obras escritas pelos autores.

Além de incentivar o hábito pela leitura, o projeto "Descubra um escritor" incentiva, também, o hábito da pesquisa.

Fátima Morato analisando, de forma criteriosa, quais fatores contribuem para que o aluno se evada da escola; chegou à mesma conclusão já dominada por grande parte de nossos educadores, ou seja, em grande parte, quem não aprende reprova e quem reprova, na maioria das vezes, abandona a escola por se sentir fracassado.

Das muitas causas que levam ao fracasso escolar, grande parte delas estão diretamente associadas à não-aprendizagem, sendo a falta de embasamento teórico, ou seja, a falta de leitura e o não saber interpretar o que lê as maiores responsáveis por esse tipo de ocorrência. É notória a afirmativa de que sem um bom vocabulário o aluno não consegue se expressar bem, tanto na forma escrita, como na oral, e é na aquisição do vocabulário que a leitura desponta como fator insubstituível de conhecimento.

4. PROJETO: "EM DEFESA DA VIDA: REDESCOBRINDO OS SONHOS NA ESCOLA"

Este projeto foi idealizado e coordenado pela professora Marisa Líder, da Escola de Educação Básica Comendador Arno Zadrozny, Blumenau, Santa Catarina, entre os meses de junho e dezembro de 2006.

A Escola de Educação Básica Comendador Arno Zadrozny é uma escola que funciona em tempo integral e já é referência na região, sendo que os alunos permanecem na escola durante o dia, com um currículo de disciplinas integrado. A Escola em tempo integral já uma realidade implantada pelo Governo do Estado de Santa Catarina desde 2003 e conta com 293 alunos.

As discussões acerca das competências comunicativas, discursivas e interpretativas nos alunos da EEBC Arno Zadrozny, vêm sendo motivo de grande preocupação de toda a comunidade escolar.

A preocupação com as dificuldades encontradas, na escola, acaba gerando incapacidades em transformar essa realidade, tanto por parte do corpo docente quanto do discente, impedindo avanços, fazendo sempre que os professores perguntem-se: Porque nossos alunos não aprendem o que ensinamos a eles? Esta pergunta dá margem a outras duas perguntas: Como ensinamos? E o que ensinamos? E ambas dependem do que se entende por ensinar e aprender.

O grande problema é que na maioria das vezes ensina-se coisas que não são reais, onde não há um motivo, nem finalidade do aprendido com sua vida. Isso acaba não envolvendo os alunos nas atividades propostas dentro de cada área do conhecimento, favorecendo assim as dificuldades comunicativas, discursivas e interpretativas em cada aluno.

Propiciar aos alunos um clima de envolvimento em diversas situações cotidianas aliadas ao ensino-aprendizagem, criando-nos mesmos a necessidade de: saber alguma coisa; a necessidade em aprender alguma coisa; desenvolverá a confiança de que eles podem aprender e que eles são responsáveis pelo próprio aprendizado; é uma das questões significativas do presente projeto, sobre o qual, os profissionais da educação, devem passar grande parte do tempo de nossas vidas pensando.

Aprender a redescobrir seus sonhos é trabalhar o conhecimento de si mesmo, resgatando a autoestima principalmente, seu potencial e sua valorização enquanto pessoa na família e na escola.

Segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina, que propõe uma nova prática partindo da realidade da criança em busca de um novo entendimento e de um novo desenvolvimento da aprendizagem, onde supere dificuldades e experiências não vivenciadas, viajamos neste redescobrir.

Redescobrir, recriar, reinventar, refazer e refletir refazem, juntos, novos conhecimentos e criam assim novos SABERES e novos SABORES no cotidiano escolar.

"Redescobrir" os sonhos em pleno momento histórico, onde o ser humano não é mais assistido com o devido respeito ao qual lhe é garantido por direito, pode representar para algumas pessoas, algo "utópico", mas não para os alunos, nem para os professores, funcionários deste Educandário, nem para a comunidade, pois, se por um lado, redescobriram seus sonhos na escola, através da poesia dos poetas convidados, esses redescobriram os sonhos com todos aqueles que estão envolvidos com a escola.

O Projeto "Em defesa da vida" oportunizou aos alunos momentos que entrelaçaram conhecimentos científicos das diversas áreas do conhecimento, com as ampliações das oportunidades de aprendizagens, objetivo maior da educação em tempo integral. Sendo que os mesmos, bem como a comunidade escolar, vivenciaram emoção, sensibilidade, beleza e amor, num tempo onde estes sentimentos estão cada vez mais esquecidos.

5. ATIVIDADES

As atividades fizeram parte do projeto, que possibilitou através, primeiramente, de minhas poesias trabalhar questões emocionais e de sensibilidade, frente a um mundo violento, onde não há mais lugar para

sentimentos, onde não há mais lugar para os "sabores" da vida; e posteriormente, através da participação dos escritores: Paulo Berri, Isabel Marun, Vilca Marlene Merízio e Artemio Zanon.

No mês de junho, durante três dias, os poemas de Augusto de Abreu foram trabalhados por alunos da pré-escola até a oitava série, inclusive por alunos com deficiência auditiva, que tiveram os poemas traduzidos para a linguagem dos sinais. No mês subsequente, poemas de Paulo Berri, foram trabalhados durante dois dias, também por alunos da pré-escola até a oitava série. No mês de agosto Isabel Marun foi até a Escola Estadual D. Pedro II e no segundo dia foi até a Escola de Educação Básica Comendador Arno Zadrozny. Vilca Merízio teve a oportunidade de ter sua obra analisada e trabalhada pelos alunos da E. E. B. Comendador Arno Zadrozny, no mês de outubro. E em dezembro foi a vez de Artemio Zanon, durante três dias, ter sua obra sido apresentada pelos alunos.

6. OBJETIVOS

6.1. OBJETIVO GERAL:

Oportunizar o desenvolvimento das competências comunicativas, discursivas e interpretativas.

6.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I. Redescobrir os sonhos de cada aluno - a na escola, a fim de que os mesmos possam valorizá-los, fazendo-os parte do seu dia a dia;

II. Despertar nos alunos - as a importância das ações do seu cotidiano, para a realização de seus sonhos;

III. Resgatar a poesia, como fonte de conhecimento e como parte integrante de seus sonhos, de nossas metas de vida;

IV. Transformar o tempo e o espaço de sala de aula, em tempos e espaços de ampliações de sua aprendizagem, onde possam sonhar, mas principalmente, produzir e realizar;

V. Demonstrar aos alunos - as o quanto é importante acreditar em seus sonhos, pois são eles que dão força, para continuarmos a caminhada;

VI. *Explorar a inteligência emocional dos alunos, para que os mesmos possam aprender não somente ser um personagem da poesia, mas sim que eles possam vivenciar e sentirem-se responsáveis pelo contexto de cada poesia*

7. CONTEÚDOS TRABALHADOS NAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO

Todos os 293 alunos da Escola de Educação Básica Comendador Arno Zadrozny da primeira à oitava séries desenvolveram atividades em diversas áreas do conhecimento, a saber:

Filosofia, reflexão e busca de respostas aos problemas sobre o mundo e a realidade em que vivemos, através de poesias que tratem as questões existenciais e sociais; pesquisa, pesquisa no laboratório de informática, em diversos sites de poesias, e correspondência com os autores da obra; literatura, aguçar o gosto pela leitura, através das obras dos autores, de seus livros de poesias, onde os mesmos são dramatizados, interpretados, recitados e declamados; jogos matemáticos, apropriação de forma sistematizada do pensamento e linguagem, partindo das experiências vividas através da poesia que trata do contingente de pessoas - população; corpo e movimento, o movimento humano dando significado e sentido à poesia; arte, a expressão em ver, ouvir, mover, sentir, perceber, pensar, descobrir e fazer, produções artísticas nas várias linguagens através da poesia; ensino religioso, respeito à diversidade religiosa; demonstração de fé, oportunizando o conhecimento das religiões e da verdade maior, através da poesia; língua portuguesa, leitura, oralidade, escritura, análise linguística, interpretação, produção de poesias e poemas; ciências, curiosidades e descobertas pelas coisas do mundo, através de seus sonhos e da poesia, para transformação do ser humano; geografia, localização e situação dos acontecimentos da poesia num contexto global; história, indicação de como o homem relaciona-se com o passado, presente e o futuro, elementos estes que se entrelaçam aos seus sonhos, presente nas poesias.

8. ACADEMIA INFANTIL DE LETRAS

Depois de tanto conviver com os escritores convidados, quase todos da Academia São José de Letras, mais um sonho das crianças se tornou realidade, sempre com o apoio dos professores e da direção da Escola de Educação Básica Comendador Arno Zadrozny: foi fundada a Academia de Letras da Escola de

Educação Básica Comendador Arno Zadrozny – ALEAZ, primeira e única Academia de Letras infantil no Estado de Santa Catarina.

Fundada em 2 de dezembro de 2006, a diretoria da ALEAZ está assim composta:

Presidente: Júlia Caroline de Freitas Veiga
Vice-presidente – Nycolle Beduschi Wlatrich da Silva
Secretária – Ruth Karoline Rodrigues Ferreira
Vice-Secretária – Helen Schork Mendes
Tesoureira – Jennifer Diana Lobo Tose
Vice tesoureira – Fernanda Carolina Randes Ferreira
Suplente de Secretária – Leonardo Felipe Mulher
Suplente de Tesoureira – Fernanda Elizio
Organizadora de Eventos: Ana Júlia da Cunha
1º Presidente de Honra: Augusto De Abreu
2º Presidente de Honra: Renato Tottene

A ALEAZ reúne-se toda sexta-feira e além de discutirem a produção literária de seus integrantes, debatem, juntamente, com os professores que os auxiliam a vida e a produção literária de escritores renomados.

9. AVALIAÇÃO

A avaliação dar-se-á de forma processual e contínua, a fim de que haja muita reflexão e que a mesma possibilite aos alunos, a melhoria do processo ensino aprendizagem, sendo ele, (o aluno) sujeito participante deste ato e dos vários momentos que serão lhe proporcionados no decorrer do projeto. A mesma deverá acontecer em conjunto, pois se trata de um currículo integrado, trabalhados em uma escola de tempo integral, através de debates e reflexões, onde serão avaliados o desenvolvimento de valores humanos, sendo estes pensados e trabalhados dentro de cada realidade, de cada contexto, dentro de cada subjetividade, para que os mesmo se apropriem de conceitos básicos estabelecidos em cada disciplina, estabelecendo uma conexão dos conhecimentos adquiridos, com o cotidiano e com as demais disciplinas ampliadas.

10. CONCLUSÃO

Penso que incentivar a leitura proporciona novos horizontes, novas oportunidades de contemplar o mundo de maneira objetiva e clara, despertando no aluno o prazer de ler, desta forma é compensador descobrir novos caminhos valorizando este instrumento, que tem sem dúvida importância destacada na busca da melhoria da qualidade de educação.

Acredito que o poeta - escritor tem que ir onde o leitor está, mostrar a eles, leitores, que temos as mesmas angústias, sofrimentos, alegrias; enfim, temos que nos mostrar para dizer que somos seres humanos como eles e incentivá-los no hábito da leitura e na escrita para que se tornem sujeitos da História e não meros passageiros.

O Projeto: “Em defesa da vida: redescobrindo os sonhos na escola” deu tão certo, que já está na Escola Estadual D. Pedro II, em Blumenau e a Academia São José de Letras, em breve, apresentará aos diretores de escolas municipais do município de São José este projeto para que, quem sabe, possa ser feito também nessas escolas.

Olhar nos olhos das crianças e jovens e ver neles o sorriso me dá a certeza que ainda há esperança de que algum dia os interesses se voltem à Educação e que a população Brasileira, assim como os nossos dirigentes e os veículos comunicativos se prostrem aos nossos pequenos, aquelas crianças, que dizem ser o futuro de nosso País.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Revista Educação, julho de 1998, ano 25, n. 207, pág.23.
MORATO, Fátima. Projeto “Descubra um escritor”. Nova Resende, 1997.
LIDER, Marisa. Projeto: “Em defesa da vida: redescobrindo os sonhos na escola”. Blumenau, 2006.

8. CÉLIA CORDEIRO, CORDEIRO.CARMEN@GMAIL.COM

DIFERENTES OLHARES SOBRE OS AÇORES: TERRA DE LÍDIA, DE MARIA ORRICO

1.

Esta comunicação visa apresentar uma perspetiva diferente de olhar os Açores. Ao longo da sua história, este arquipélago tem sido descoberto de múltiplas formas, tendo como ponto de partida a observação e análise do seu espaço físico disperso pelo Atlântico através do estudo da sua fauna e flora. A

par disso, o povo que habita esta região também tem sido alvo de pesquisa, no que diz respeito à sua forma peculiar de viver o dia-a-dia: as suas tradições e costumes, confinadas ao isolamento próprio de quem vive em ilhas.

No entanto, desde as últimas décadas do século XX e até ao presente, verificamos que os Açores têm sido objeto de narrativas literárias, com o intuito de transmitir a ideia de que, a par de uma viagem física, este arquipélago tem contribuído sobremaneira para a realização de diversas viagens de foro metafísico no interior de quem as visita; que se deslumbra com tudo o que vê, toca e sente profundamente no espaço ilhéu. Então, os Açores não são apenas descobertos fisicamente como também concorrem para os seus visitantes travarem a batalha da autodescoberta, reencontrando a âncora perdida desde há muito nas suas vidas.

O principal objetivo deste trabalho é demonstrar isto mesmo com a obra Terra de Lídia, de Maria Orrico. Neste "diário de viagem", aprendemos a olhar as coisas da vida não só através do sentido da visão, mas essencialmente com os olhos da alma, a qual se fortalece a pouco e pouco aquando de um maior contacto com a natureza. Aqui se confirma que o Homem e a Natureza são complementares indissociáveis em todos os tempos e em todos os lugares do mundo, particularmente nos Açores.

Maria Orrico, moçambicana nascida em 1971 e residente em Lisboa, publicou a sua primeira obra após a sua experiência vivida em três ilhas do arquipélago dos Açores: Faial, Pico e São Jorge. A partida de Lisboa em agosto de 1992 com destino à Horta constituiu o alicerce que deu origem a *Terra de Lídia.* Em 1994, o prémio literário "Almeida Firmino" (na sua 4ª edição), instituído pela Câmara Municipal de São Roque do Pico, foi atribuído a Maria Orrico pela apresentação da obra mencionada. O júri justificou a atribuição do prémio pela "*qualidade geral do romance, em que o registo lírico, poético da linguagem se articula com a desenvoltura da arte narrativa.*

Trata-se de uma obra que procede a uma visitação dos lugares habituais do roteiro turístico do Triângulo Pico-Faial-São Jorge, mas sem que a escrita se deixe enredar nas malhas de uma visão meramente turístico-folclórica. Neste romance de espaço, o Triângulo é, em primeiro lugar, lugar de refúgio e de fuga à grande cidade; progressivamente, porém, a narração vai fazendo desse espaço um fator de autoconhecimento da personagem principal, num processo de total envolvimento psicológico e afetivo.

Terra de Lídia é, por outro lado, um romance de passagem e de descoberta de um espaço e de uma personagem cuja aprendizagem e amadurecimento são inseparáveis da voz enigmática de um cego, desvendador dos mistérios mais profundos e do universo mítico das Ilhas; através da sua fala, ora escutada com incerteza e dúvida, ora seguida confiadamente, se estruturam as diferentes viagens, física e psicológica, reais e míticas, que no interior da narrativa coexistem, num jogo continuado de sedução."

Procedeu-se à entrega do prémio no valor de quinhentos mil escudos (2500 euros) no dia 10 de novembro daquele ano, data do aniversário do Concelho de São Roque do Pico. É de realçar a homenagem feita a Almeida Firmino coincidindo com a atribuição deste prémio a Maria Orrico, pois ambos vêm do Continente português experienciar múltiplas vivências no espaço ilhéu. Tanto um como o outro se apaixonam pela vivência insular, embora no caso de Orrico, o regresso à capital seja inevitável. Ambos se afirmam com temas universais comuns nas suas obras, tais como: Tristeza - Saudade e Insularidade - Ilha. No caso de Firmino, as temáticas vão ainda mais longe: Deus e o Homem, o Amor e a Morte; em suma, é o poeta das grandes paixões, como afirma Álamo Oliveira no prefácio à obra *Narcose.*

Em *Terra de Lídia,* o leitor depara-se com a temática da Viagem como pano de fundo de toda a narrativa. Contudo, não se trata apenas da viagem física que a protagonista, Lídia, fez de Lisboa até à cidade da Horta nem tão-pouco das diversas viagens físicas por entre as ilhas do Triângulo: Faial, Pico e São Jorge, caminhando ora acompanhada ora sozinha.

Podemos dizer que esta viagem por entre os espaços ilhéus contribui sobremaneira para que a protagonista se entregue espontaneamente a uma Natureza virgem que a transporta para uma profunda viagem no interior de si própria. Como afirmam Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, "*o simbolismo da viagem resume-se na busca da verdade, da paz, da imortalidade, na procura e na descoberta dum centro espiritual. Nós considerámos anteriormente as*

navegações, a travessia no rio, a busca das ilhas (…) É que, na realidade, essas viagens só se realizam no interior do próprio ser. (…) A viagem que é uma fuga de si mesmo nunca terá êxito".

Constatamos ao longo da narrativa que, inicialmente, a viagem de Lídia de Lisboa para os Açores constitui uma "fuga" dela própria, dado o peso enorme dos problemas emocionais que deixa na capital. Todavia, esta "fuga" transforma-se a pouco e pouco numa viagem construtiva e sólida no interior da protagonista e narradora da história, permitindo-lhe despertar para outros interesses e vivências que a transformam positivamente como ser humano, faminto de afetos genuínos. Lídia reencontrará o seu "centro espiritual" nas ilhas do Triângulo e é Tomás, um cego, vítima da erupção do Vulcão dos Capelinhos em 1957, que guiará esta mulher até ao centro de si mesma. Ele ensina-lhe a olhar para tudo o que a rodeia de uma forma diferente e, também, a apreender o significado das pequenas coisas, não descurando nunca o poder da Natureza de as fazer nascer, renascer, modificar e até moldar o nosso espírito de pequenos seres em constante processo de aprendizagem.

Como dizia Jung, "*A viagem exprime um desejo profundo de mudança interior, uma necessidade de experiências novas, mais ainda do que de deslocação local."* É sinónimo de "*uma insatisfação, que leva à procura e à descoberta de novos horizontes*". Verificamos, assim, que a dialética da procura passa de tangível a abstrata, de uma busca coletiva a uma outra - individual - no interior de cada pessoa.

De facto, é na ilha que se entrelaçam as relações humanas da afetividade onde a protagonista e a personagem secundária (Tomás) se buscam, se entregam e se perdem numa profunda e deslumbrante cumplicidade que deixa espaço para a descoberta de uma Natureza outra e de uma redescoberta do ser humano enquanto moldador da sua própria existência. Então, a descoberta dos Açores por uma estrangeira adquire um significado não só literal, mas predominantemente metafórico, permitindo que o ser humano inicie um processo de autodescoberta. Assim, salientamos que a obra em análise capta o espírito do lugar e sonda a alma humana.

No deambular pela ilha do Faial no dia da sua chegada, Lídia, surpreendida pela paisagem, tenta questionar o que se lhe depara em frente, neste caso a ilha do Pico. É neste momento que encontra Tomás que, mesmo sem saber de quem se tratava, lhe explicou logo como se encontrava a montanha do Pico e o porquê de se encontrar descoberta: Lídia seria feliz nos Açores. Admirada pela resposta, a protagonista percebe que aquele não é um homem qualquer e, por isso, sente-se embaraçada. A partir deste encontro a narrativa flui, repleta de sensibilidade e múltiplos sentidos para a perspetiva de olhar os Açores, as suas gentes, costumes, tradições e paisagens, pois "*paisagem não são só montes e vales, são histórias, lendas e tradições que os povos carregam ao longo das suas caminhadas*", como diz Damião, personagem jorgense e grande amigo de Tomás.

A personagem Tomás transmite não só à protagonista do romance, mas também a todos nós uma importante mensagem, na medida em que não temos de olhar as coisas que nos circundam e o outro que está próximo de nós recorrendo exclusivamente ao sentido da visão. Há diversas formas de percecionar o que nos rodeia e a intuição é uma delas, embora por vezes relegada para um plano secundário nas nossas vidas. *Olhar* para este cego de nascença significa muito mais do que simplesmente ver a natureza e o que a rodeia sob um aspeto físico, mas *olhar* significa penetrar profundamente no espírito dos lugares e nos sentimentos que habitam a alma humana. Ou não fosse Tomás um cego feiticeiro do *logos* e do *eros* que pressente tudo antes mesmo dos acontecimentos se revelarem.

Afinal, há outros códigos que nos levam ao conhecimento do outro e de nós mesmos: "*Sou cego quase de nascença, por isso desde cedo aprendi a reconhecer na terra outros dos seus sinais: conheço as ruas pelo pisar dos meus passos que é sempre diferente, as casas pela textura das paredes, pelo cheiro de cada família que nela habita, as pessoas pela voz e pelo andar e pelo cheiro da pele e do cabelo, o vento pela sua orientação*."

Lídia apercebe-se disso, daí o seu embaraço sempre que encontra Tomás, receando a leitura que ele possa fazer do grande desgosto que ela traz no coração: "*Olhou para mim (…) olhar era a palavra. Sempre me olhara com os seus dois olhos vagos (…) eu soube que sempre me olhara por dentro, porque os*

olhos da alma não conhecem as paredes do corpo onde esbarram as nossas vontades de ver." Tomás tem consciência do seu profundo conhecimento da alma humana, principalmente no que se refere a Lídia: "*Como os olhos enganam a gente! Havia de a ver com os olhos da alma*", dizia Tomás ao tio Cristóvão.

Com efeito, a caminhada de Lídia, acompanhada por Tomás, na subida à montanha do Pico espelha de forma clarividente a analogia que podemos fazer entre este percurso existencial da protagonista e o de qualquer ser humano: "O *terreno era escorregadio e os trilhos, onde os havia, eram tortuosos, tinham curvas e contracurvas",* tal como a vida, cheia de trilhos, de caminhos diferentes a seguir e o ser humano tem de estar muito seguro de qual seguir e arriscar, tendo em conta que qualquer um deles traz vantagens e desvantagens.

No caso específico de Lídia, ela cai no chão por diversas vezes enquanto tenta subir a montanha como metáfora para as inúmeras vezes que ela já tinha "caído" nas armadilhas de Frederico (seu marido), sempre que este chegava com promessas ilusórias de reconciliações passageiras: "*Desesperei, deixei-me cair no chão: siga sozinho, Tomás. Eu fico, não avanço mais*". Mas Tomás impede-a de desistir da luta, agarra-a e diz: "*Eu disse-lhe que íamos juntos*".

Tomás possui, efetivamente, uma noção muito clara da missão que tem a cumprir: salvar Lídia do "abismo" em que a sua vida se encontra e para tal tem de fortalecer-lhe o desejo de viver, aumentar-lhe a autoestima, sarar-lhe as feridas do corpo com muita ternura e guiar-lhe pacientemente o espírito. Só assim a narradora voltará a acreditar em si e na possibilidade de readquirir o seu rir espontâneo e feliz: "*Levava-me pela mão, somente pelo prazer de me guiar o espírito até ao lugar de onde ele próprio estendia o corpo e a alma para perceber o mundo. Depois, era eu que gostava dessa paisagem de conhecimento, deixava-me seduzir pelos seus horizontes largos e promissores e ali ficava, rendida, a olhar o mundo daqueloutra maneira."*

A pouco e pouco, um ambiente harmonioso floresce no interior da protagonista e isto é notório pela descrição que ela faz de uma sinfonia a cada passo da caminhada até ao cimo do Pico: "*Tomás imagine-se no cimo de um telhado. Por baixo de si, no sótão da casa, alguém toca numa flauta uma música calma e leve, tão leve que os sons se evaporam como o fumo de um cigarro e, contudo, ficam na memória e formam na sua cabeça uma teia musical, consegue imaginar isso? (…) É exatamente isso que se vê daqui."*

Essa analogia entre a paisagem e uma sinfonia a par das orientações de Tomás transmitem a cumplicidade que vai crescendo entre Lídia, Tomás e a Natureza. Esta última domina a vida da narradora de uma maneira real e mítica, física e metafísica: "*Acho que nunca na vida verei nada mais fantástico, é como se tivesse visto o mundo com outras dimensões.*" É neste preciso instante que Lídia começa a encarar a vida de outra forma, atribuindo, serenamente, o verdadeiro valor às coisas pequenas, às quais em Lisboa ela nunca prestara atenção, por isso não as integrava no seu quotidiano. Aqui se compreende que Lídia começa a encontrar (embora de uma forma ainda ténue) aquilo que ela buscava para a sua vida.

De facto, viajar no seu sentido mais primário significa buscar, como diz Juan Eduardo Cirlot. Daí que o mesmo autor vá mais longe e reitere *"a verdadeira viagem nunca é uma fuga nem uma submissão, é evolução"* e é com esta evolução psicológica de Lídia que o leitor se depara ao longo das páginas de um romance extraordinariamente intenso ao nível dos mais variados sentimentos. O seu interior feminino transfigura-se positivamente, renascendo para a vida, contribuindo para o verdadeiro reencontro com ela própria, com os seus desejos e sonhos mais íntimos. Algo a faz transbordar de uma enorme alegria dentro de si, a qual ela já não pensava ser capaz de voltar a sentir e volta a sorrir para a vida: "*O Tomás andava à minha frente, muito devagar e, de vez em quando, eu punha-me a correr à sua frente, a correr de felicidade, já sem frio, sem cansaço e sem idade, sobretudo sem aquela idade marcada no corpo e na alma pelas feridas que nos sangram ao longo da vida*." A partir da sua presença no cimo da montanha do Pico, a vida equipara-se a uma folha de papel em branco para colorir de mil cores de acordo com as magníficas experiências que a aguardam dali para a frente: "*Era de novo um tempo sem manchas", "E vem uma harpa tecer uma escala que cala todos os outros sons e morre (…) tudo acabou, e tudo começa aqui…Vem a bonança sobre a tempestade…Nasceu o dia, Tomás!"*

Ambos se emocionam ao observarem a deslumbrante paisagem à sua frente e por terem conseguido juntos realizar um "parto" tão difícil, contudo, tão importante quer para Lídia quer para Tomás, pois a partir daqui a descoberta não se faz só da natureza física, mas também do corpo e do espírito que acabam por unir-se num só, contribuindo para a erradicação dos fantasmas da alma de Lídia: "*Sabes, Lídia, onde se escondem os teus fantasmas? (…) Nestas cicatrizes fundas que tens no corpo. Trazes a pele tão marcada, o corpo tão magoado, tens a rudeza tão presa a ti…Eu sei, porque te toco e tu nem te mexes, mas os teus músculos contraem-se por vontade própria e eu sei que não tens medo de mim, que são as partes feridas do teu corpo que receiam todas as mãos que dele se aproximam*…"

Agora há, efetivamente, espaço para, como diz Manuel Tomás, "*um demorado e afetivo, impressionável e carinhoso ritual na perceção da beleza em que o amor acontece, suavemente perseguido e eroticamente manifestado, de forma inevitável entre a personagem central vinda de Lisboa e o "marinheiro de mar revolto", sábio nas palavras, lugares e vida, conhecedor da condição humana e filósofo de maiêuticas aturadas e persuasivas para o reencontro da pessoa consigo*", fator crucial para o ser humano aprender a saborear a vida na sua plenitude e não apenas a acomodar-se à sua sobrevivência rotineira do quotidiano.

Podemos afirmar que *Terra de Lídia,* para além de ser um romance de passagem e de descoberta de um espaço físico e metafísico, é também um romance que apela à capacidade do ser humano viver o momento presente, uma coisa de cada vez, intensamente. O sentido do instante é aqui muito enfatizado como estratégia para a libertação das amarguras de um passado tecido de pressas e do *stress* da grande cidade. Este aproveitar o instante atinge a sua máxima expressão quando Tomás exclama: "*Já to disse um dia, Lídia…Eu sinto apenas uma onda de cada vez. Isso basta-me.*" Aqui Tomás é a voz crítica do modo como vive o Homem do século XXI, sem tempo algum para contemplar a essência da vida. Como tão bem expressa a narradora, Tomás é alguém que "*se equilibra nas traves da vida com gozo e mansidão*", isto é, alguém que sabiamente conseguiu arranjar um equilíbrio entre o que é, de facto, prioritário na vida e aquilo que é secundário, estabelecendo-se, deste modo, a harmonia perfeita entre o corpo e o espírito, que o mesmo será dizer entre a razão e o sentimento.

Após tanto tempo em contacto com uma natureza virgem, deixando-se penetrar pelos seus cheiros e sentindo os seus efeitos profundamente no seu modo de encarar o mundo, é natural que Lídia se surpreenda pela reação de Zé Valério, amigo de Tomás e natural do Faial, aquando das vezes em que aquele se oferece para a levar a passear, dizendo-lhe que o objetivo será mostrar-lhe lugares da ilha até então desconhecidos para a narradora. No entanto, Zé Valério não entende a razão pela qual esta mulher se demora tanto a contemplar a paisagem: " *– É tudo terra e mar, por aqui. Não sei o que é que lhe enche tanto os olhos*…" ao que Lídia responde: *"Mas não vê que isto é bonito demais para nos irmos embora assim, sem apreciar tudo em redor?"*

Ora aqui está espelhado um aspeto importante e que ocorre com frequência, pois muitas vezes os nativos não valorizam positivamente o que os seus lugares de origem têm para oferecer, pensando sempre que o que está para além da linha do horizonte é melhor do que o que está próximo de nós. Talvez isto aconteça porque o ser ilhéu busca constantemente o desconhecido e, então, não apresenta predisposição para contemplar e deixar-se penetrar por aquilo que já conhece e que o rodeia a cada instante. Com efeito, torna-se necessário, por vezes, que o viajante, o estrangeiro ou o turista nos ensine a valorizar um património natural tão rico e tão intenso como o açórico. Daí que seja cada vez mais importante abrirmo-nos ao outro para que com ele saibamos partilhar o que temos e aproveitar para aprofundarmos o conhecimento daquilo que é nosso. A par de tudo o que já dissemos acerca da obra em análise, importa explanar sucintamente alguns momentos de profunda açorianidade presentes. Vitorino Nemésio, autor paradigmático da açorianidade literária, escreveu em 1932 num artigo intitulado "Açorianidade" na revista *Insulana* (nº 7 - 8), de Ponta Delgada:

> " *a geografia, para nós vale outro tanto como a história, e não é debalde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como as sereias, temos uma dupla natureza: somos de carne e de pedra: Os nossos ossos mergulham no mar*."

Esta passagem de Nemésio servirá de base à análise dos traços de açorianidade que iremos apresentar a seguir. No caso desta narrativa literária, poder-se-á considerar mesmo que não há literatura sem geografia, na medida em que as fronteiras entre a narradora e a autora empírica se esbatem na forma de atuação daquela, que se deixa influenciar por um aspeto da açorianidade que percorre todo o romance: a insularidade, a diferentes níveis de expressão. A presença constante do mar que circunda Lídia constitui inicialmente um obstáculo intransponível quando esta se confronta com o mesmo. Todavia, mais tarde, o mar transforma-se num elemento não só purificador da alma, mas também do corpo agredido e ferido pela falta de afeto: "*Era uma carícia vinda de todos os lados e o corpo agradecia o cuidado do amante inesperado.*" O mar e a natureza reconquistam em Lídia o desejo de despertar para a vida: "*Tinha começado a reconquistar a vida e gostava do seu sabor esquecido, sabor de sal e de frio, sabor de estradas limpas e sem cantos sórdidos, nem torturas nem esquinas de vergonha e de sujidade. Sentia-me quase lavada de todas as impurezas, como se o mar tivesse levado no irrevogável das marés mais acesas todo o sémen depositado em mim com a violência dos machos*…"

Quando Nemésio escreve que "temos uma dupla natureza" e que somos "de carne e de pedra", Tomás personifica essa solidez que brota da terra e mergulha no mar e é assim que a narradora o considera: "*Tudo o que eu podia ter das ilhas, eu já tivera, pela mão sábia do Tomás, filho da pedra*". Para Lídia, Tomás consiste num "rochedo" onde ela se pode apoiar; ele é um porto seguro onde não há qualquer perigo de naufrágio: "*Por baixo de nós, o chão continuava aos solavancos, mas o corpo dele era um rochedo decidido a perfurar de firmeza e altivez a eternidade, nada em si vacilava e o seu abraço era uma torre segura longe do chão com ameias invencíveis por todos os lados, uma ilha perene onde não chegavam as iras do mundo*". A passagem transcrita vem, também, na sequência da apresentação de outro traço da açorianidade: o sentimento de insegurança e de medo de quem vive desde sempre num mundo ameaçado pela contingência. As referências aos sismos e especificamente à erupção do vulcão dos Capelinhos em 1957 é um aspeto importantíssimo focado em *Terra de Lídia.*

Na verdade, a alma e o corpo de Tomás ficaram para sempre marcados pela erupção dos Capelinhos, visto que a personagem foi diretamente afetada pela catástrofe na hora do seu nascimento, perdendo a visão. Tomás é indubitavelmente um "filho da pedra", um produto da ilha na sua aceção mais profunda: "*Vês aquele monte de terra do outro lado do precipício, um braço de terra muito alto que parece ter sido ali acrescentado? (…) Foi formado pelo vulcão dos Capelinhos, durante essa erupção. Eu e aquele monte temos a mesma idade*…", por isso ele respira harmonia e tranquilidade quando a terra estremece; são ambos feitos da mesma "matéria". Desde o momento do seu nascimento que ele perdeu o medo daquela terra, encarando-a desde sempre com naturalidade: "*Se, apesar do vulcão e da terra amedrontada e dos rios de chamas e de lava e do cansaço dos meus pais e do desespero e da aflição, eu sobrevivi…Se até depois da cegueira, eu aprendi todos os cantos destas ilhas e todas as formas de vida e os nomes das cores e o cheiro das coisas e o sopro dos diferentes movimentos como se olhos tivesse, já não tenho razão para fugir da terra se ela tremer ou do mar se ele se levantar em maré de guerra, ou de qualquer outro sinal do mundo enraivecido*."

Por tudo isto, concordamos com Valadão Serpa ao afirmar: "*Se no solo ilhéu ficaram impressos profundos e inapagáveis vestígios destes fenómenos, na alma açoriana ficaram, igualmente, traços indeléveis dessa ameaça que sempre tem feito parte da história destas ilhas. Os cones e picos, as crateras e caldeiras, os mistérios e as queimadas, as nascentes de água efervescente e as sulfataras, as bagacinas vermelhas, os tufos pardos e os calhaus negros, frutos do ventre ígneo da Terra mãe, arremessados em frenesim de convulsões, de relâmpagos e de trovoadas, são cenários que nunca desaparecem dos olhos e da mente da gente ilhoa*". Tomás é claramente um exemplo a seguir na vida da protagonista: "*era tão forte como o solo que o fizera nascer, tão determinado como o vulcão que o expelira para o mundo, tão definitivo como as quedas que lhe roubaram a vista, tão sem saudades como a terra inerte, tão sereno como os séculos que passam, inofensivos, pelas rochas*…"

Outro elemento significante e influente do meio açoriano, para além dos já mencionados, é o clima, seguindo-se-lhe a fé do povo ilhéu. A humidade e a densidade são tão pesadas que surpreendem Lídia logo no primeiro dia da sua chegada ao Faial: "*Duas horas não eram tempo bastante para tanta distância: deixara a respiração seca pendurada no adeus a Lisboa (…) e vinha encontrá-la húmida, transpirada e densa, respiração quente e pegajosa que se me colava*

ao corpo como uma pele de mar…" Relativamente à fé que vive dentro da alma açoriana, esta também está bem evidenciada na história que Damião conta a Lídia em S. Jorge, acerca de um incêndio ocorrido na Urzelina, onde ardeu quase tudo, à exceção de uma vaca que se encontrava num curral para ser oferecida em honra do Divino Espírito Santo: " *tendo as populações fugido, soltando antes os animais de seus estábulos para que não morressem nem da chama nem da asfixia, se esquecera num curral uma vaca que estava prometida à próxima romaria do espírito Santo. Extinto o incêndio, voltaram os habitantes a averiguar o destino que coubera aos seus haveres e encontraram no meio das cinzas e dos destroços, a vaca no seu curral intacto, sem sinal de ter sido tocada pelas brasas.*" Ora aqui se apresenta um exemplo genuíno da religiosidade do povo açoriano através da interpretação feita daquele incêndio, surgindo a mesma reação aquando de múltiplas calamidades que têm assolado as ilhas ao longo dos séculos.

Terra de Lídia é uma obra que contém inúmeras mensagens que fazem com que o leitor interrompa a sua leitura diversas vezes para refletir na sua profundidade, tal é a sua identificação com as personagens do romance, especialmente com Lídia. Esta história constitui uma grande metáfora da caminhada por vezes dolorosa do ser humano ao longo da vida. Cada vez mais o *stress* do dia-a-dia e uma agenda imensamente preenchida com tantos assuntos urgentes a tratar contribuem para que descuremos tratar daquilo que mais nos amedronta no quotidiano: o confronto connosco, com a nossa consciência mais profunda para sermos capazes de avaliar o nosso desempenho de pessoas que vimos a este mundo com uma missão específica e não apenas analisar o desempenho de profissionais preocupados em ascender socialmente. Esta reflexão que o romance sugere carece de uma mudança de atitude como consequência frutífera para quem pretende viver intensamente cada instante e não apenas sobreviver, arrastando-se pela vida sem metas e objetivos específicos de mudança genuína no seu interior. Assistimos a uma viagem física que se transformou em metafísica devido à predisposição de Lídia para se curar emocionalmente, daí que ela tenha conseguido renascer para a vida de uma forma singular.

Embora nesta obra se apresente o renascer de uma mulher, sabemos que este renascimento é possível em qualquer ser humano, logo que este lute por isso de uma forma determinada e não passiva e inerte. Lídia teve a sorte de ter encontrado alguém que lhe estendeu a mão no momento certo e que a ajudou a re-encontrar-se e redescobrir-se de uma forma única. Tomás sabe disso e escreve-lhe a seguinte mensagem:

"MISSIVA PARA EL-REY

Em ano de Graça e descobertas, Vos dou conta de mais uma ilha desbravada neste Arquipélago dos Açores.

Mais Vos envio carta de suas terras, seus montes e vales muy férteis e abundantes, os quais batizei com o nome de Terra de Lídia, por ser este um nome que muito lembro e esta uma terra de grandes prazeres.

Cuidai, Senhor, se não é ilha muy formosa…"

No entanto, este cego sempre soube que Lídia e ele não seriam mais do que uma viagem um para o outro; uma viagem curta, apenas com o espaço de tempo absolutamente necessário para fortalecer o espírito daquela mulher, com o intuito de esta ter a coragem de regressar a Lisboa para solucionar os seus problemas emocionais. Interpretamos esta viagem como sinónimo de paragem porque o ser humano necessita de parar de vez em quando na sua vida para avaliar o seu percurso existencial e, se tal for necessário, tomar coragem e mudar o seu rumo. E a narradora ensina-nos uma forma bonita e sincera de aprender a coragem: voltando atrás, fazendo a viagem de regresso às causas e motivos dos nossos medos, das nossas ansiedades, das emoções que não conseguimos controlar para depois olharmos em frente e optarmos decididamente por qual o caminho a seguir: " *o terminar de uma fuga não é parar de correr mas, de corpo brando e alma sem tumultos, refazer de volta todo o caminho percorrido, se coragem me trouxera ao mar desabrido de dúvidas e temores, coragem me levaria de volta a recuperar na cidade todos os seus dons interrompidos, se nunca eu recuara, jamais recuaria, fosse o caminho ao desabrir do mar, fosse ele ao tocar das margens, daqui para a frente os dragões estão amansados, daqui para trás o caminho é conhecido e abre-se à minha espera, a cobardia, mais do que grande erro é grande engano, não fugimos de nada, levamos o medo para outros lugares, e nas batalhas da vida há que levar no corpo armadura e valentia*". É esta força e coragem que Lídia leva dos Açores para reconstruir a sua vida na grande cidade.

Para além do exposto, há uma feliz e clara identificação neste romance entre Maria Orrico e Lídia, narradora e protagonista: quando Lídia pretende sair de Lisboa como "fuga" aos seus problemas, ela comenta com o seu melhor amigo da capital, João, o forte desejo de escrever para o esquecimento: "*falei-lhe lentamente das desilusões, dos cansaços infinitos de uma caminhada sem sentido, da urgência de dormir profundamente, longe daquela cidade e das recordações (…) escrever para o esquecimento, com os olhos perdidos num vazio qualquer.*"

Quando Maria Orrico regressa a Lisboa, mostra-nos a sua forma diferente de olhar os Açores: recorrendo à escrita, mas agora não para o esquecimento; pelo contrário, ela escreve para manter viva a memória de todas as suas experiências de foro físico e metafísico nas ilhas do Triângulo e ainda para que, através do seu exemplo, outros possam percorrer o mesmo caminho.

Como disse a pintora Vieira da Silva: "*Há muitos bons fotógrafos de paisagem, mas de pessoas não. Não conseguem fotografar as pessoas a pensar*." Maria Orrico não é uma fotógrafa só de paisagens, mas de paisagens humanizadas, preservadas e pensantes. Os espaços nesta narrativa literária são fatores físicos e psicológicos de conhecimento, encontro, re-encontro e expansão dos sentimentos e afetos das suas personagens. Ela recorreu à escrita para exprimir o seu modo peculiar de contemplar a essência da vida. Resta a cada um de nós encontrar, também, uma forma de *olhar*, não só o espaço açórico, mas principalmente o espaço que habita a nossa alma para decidirmos se queremos que ela permaneça vazia ou se, por outro lado, temos a coragem de Lídia para a preencher com uma enorme multiplicidade de vivências e sentimentos que nos façam sentir vivos por dentro e por fora, capazes de ir em busca do nosso porto seguro onde se encontra a âncora que nos permite redescobrir o nosso rir espontâneo e feliz.

2. BIBLIOGRAFIA:

Orrico, Maria (1994) *Terra de Lídia,* Lisboa, Salamandra.
Serpa, Valadão (1978) *Gente dos Açores*, Prelo.
Chevalier, Jean; Gheerbrant, Alain (1982) *Dicionário dos Símbolos*, Teorema, pág. 691.
Costa, Manuel Tomás (1994) "O risco da página Escrita" in *Ilha Maior*, pág. 4-5.
Costa, Manuel Tomás (1995) "Sobre Terra de Lídia" in *Correio dos Açores*, pág. 4-5

9. DANIELA SOARES, DANIELASOARES@CIPAVIOLETA.ORG SOARESDANIELA@SAPO.PT

OS DOENTES DE MACHADO-JOSEPH NO CONTEXTO DAS COMUNIDADES AÇORIANAS: UMA BREVE ABORDAGEM

1.

A Doença de Machado-Joseph (DMJ) é uma doença neurodegenerativa hereditária sem cura, de início tardio e de transmissão autossómica dominante, aparecendo em gerações sucessivas de cada família. Trata-se de uma doença muito incapacitante, que afeta os sistemas motores com atrofias e rigidez muscular, observando-se uma perfeita integridade mental do - a doente, e que implica uma aprendizagem para lidar com os seus sintomas no dia-a-dia e na adoção de estratégias adequadas à sua nova situação de manipulação da identidade social.

Este estudo que está a ser realizado no âmbito da investigação de Doutoramento em Sociologia, tendo o conceito de identidade social do doente como central, procura responder à questão: o que sucede aos doentes quando a sua doença adquire visibilidade social? E existirão diferenças entre os - as doentes açorianos e os - as emigrantes ou filhos - as de emigrantes açorianos doentes nas outras regiões geográficas afetadas (caso de Santa Catarina, Massachusetts, Califórnia, Toronto, Vancouver)?

Por um lado, pretendemos o abordar os processos de construção identitária dos doentes na tentativa de explicitação de algumas das principais dimensões e fatores intervenientes nessa dinâmica de (re)construção identitária, num processo de erosão biográfica e de estigmatização social dos DMJ, numa situação em que o corpo funciona como "intermediário" de deficiências que resultam em incapacidades de desempenho, crescente limitação e morte.

Por outro lado, pretende-se mostrar que este problema em estudo é muito mais complexo do que uma doença que existe em vários pontos do planeta, pois o estigma social é real e sentido pelas famílias portadoras de DMJ, tanto nos Açores como nas comunidades de emigrantes açorianos.

Em síntese, com o presente estudo temos por objetivo aprofundar a compreensão dos processos de (re)construção identitária dos Doentes de Machado-Joseph, no processo de estigmatização destes doentes, atendendo aos diferentes contextos onde se dão esses processos, nas suas diferentes dimensões e intensidades.

Esta doença esteve sempre "escondida" no interior das famílias açorianas, mas só desde 1972 é que começou a ser estudada pela profissão médica (Coutinho, 1994), encontrando-se nessa data a sua "legitimação científica". Assim se compreende que antes dessa época a doença tenha sido diagnosticada e confundida com outras doenças, construindo-se inúmeras representações e estereótipos progressivamente introduzidos no imaginário social dos açorianos facto de que falaremos mais à frente (Soares, e Serpa, 2004, 2005, 2007; Soares, 2006; Serpa, 2004). Neste sentido, é importante alargar a cartografia da incidência desta doença, seguindo os percursos da imigração açoriana e do espaço de construção social da doente que se estende também ao Brasil (Santa Catarina), aos EUA (Massachusetts e Califórnia) e ao Canadá (Toronto e Vancouver).

Por um lado, em estudos anteriores, procuramos fazer o estudo de duas realidades que são evidentemente muito diferentes, visto serem ilhas com dimensões e desenvolvimento económico e social muito díspares, e nas quais o número de doentes é muito próximo, a ilha de São Miguel e a ilha das Flores (Soares, 2006).

Vejamos rapidamente essas diferenças: em São Miguel existiam 131.609 habitantes, 43 doentes de Machado-Joseph, 1 - 976 portadores da doença e 1 - 586 indivíduos em risco de desenvolver a doença e, nas Flores, 3.995 habitantes, 42 doentes, 1 - 34 portadores e 1 - 21 indivíduos em risco de desenvolver a doença (segundo os Censos de 2001 e o Relatório referente à Resolução n.º 1 - 2003, de 26 de fevereiro). Segundo Manuela Lima, em 1996, eram conhecidas 34 famílias afetadas, concentradas maioritariamente nas ilhas das Flores e São Miguel (Lima, 1996: 33).

Para que se possa ter uma ideia da importância destes números na Região, a título de exemplo, na ilha das Flores, um em cada 100 habitantes tem a doença e 1 em cada 20 está em risco de vir a ter a doença.

Analisando os valores descritos acima, facilmente nos apercebemos da relevância que a dimensão da ilha e os valores da população residente apresentam quando se estuda o estigma provocado pela manifestação de uma doença como a Doença de Machado-Joseph. São muitos os médicos e os investigadores que afirmam que as Flores são uma ilha "em risco".

A Ilha das Flores, nos Açores, apresenta a maior prevalência[9] estudada para uma ataxia dominante a nível mundial (Lima, 1996: XI). Atendendo aos elevados valores de incidência (probabilidade dos indivíduos do grupo de risco desenvolverem a doença), não admira que, quando se percorre a ilha das Flores, se encontre sempre alguém que tem um familiar com a doença.

2. A HISTÓRIA DAS ILHAS AÇORIANAS É FEITA DE EMIGRAÇÃO.

Segundo inúmeros investigadores médicos, a mutação que originou a DMJ é anterior ao século XVI (provavelmente séc. XV), visto que existe um foco japonês que o comprova e já estava nos Açores no século XVIII, uma vez que o maior foco brasileiro até agora conhecido se situa no Estado de Santa Catarina, região colonizada por açorianos. Assim, embora a doença tenha sido identificada inicialmente em descendentes de açorianos emigrados nos Estados Unidos da América, já foi comprovado que esta doença não surgiu nos Açores (Coutinho, 1994: 38 e 154).

Por um lado, foram emigrantes que povoaram as ilhas açorianas (com a disseminação da(s) mutação(ões) original(ais)) ao longo dos séculos XV e XVI,

[9] A prevalência é definida como o número de indivíduos pertencentes a uma população que, num certo momento apresentam determinada doença. Prevalência do momento (Pm)= número de casos de doença/população total (Lima, 1996: 92).

com famílias vindas de todo o continente (maioritariamente do sul), judeus, mouros do Norte de África e habitantes de outros países da Europa.

A emigração encarregou-se de dispersar a doença pelos EUA, Canadá e Brasil, onde existem inúmeros emigrantes açorianos, inicialmente com as viagens dos descobrimentos portugueses e depois com a emigração no século XVIII para o Brasil e, a partir do século XIX até meados do século XX, para os Estados Unidos da América (mão-de-obra para os grandes barcos baleeiros, e mais tarde para o trabalho nas indústrias têxteis). Já depois das II Guerra Mundial, entre 1958 e 1975, a emigração teve como destino o Canadá.

No entanto, o isolamento geográfico e o número restrito de habitantes nas ilhas criaram as condições ideais para as frequências elevadas da doença nos Açores.

A disseminação da doença seguiu as diferentes migrações, existindo muitas famílias afetadas na China e principalmente no Japão (algumas na ilha onde desembarcaram os comerciantes e jesuítas portugueses no séc. XVI). Segundo Paula Coutinho (1994) existem inúmeras famílias em vários países sem ligações açorianas, nomeadamente em Espanha, Inglaterra, Israel, Alemanha, Austrália, Índia, China e Japão, porém não está provado que não tenham ligação a Portugal.

Uma equipa de investigadores médicos, de entre os quais Jorge Sequeiros, descobriu recentemente um foco de DMJ numa zona do vale do Tejo que neste momento apresenta a segunda frequência mais elevada em Portugal (a mais elevada, como já se disse, é a da Ilha das Flores).

Ao longo de toda a sua história os Açores foram sempre um ponto de partida e de chegada daqueles que procuravam uma vida melhor.

Como não podia deixar de ser, o mar desempenha um grande papel na vida quotidiana dos açorianos. Este ator desempenha um papel ambíguo já que é ele que fornece um vasto conjunto de recursos naturais aos habitantes locais, com um impacto maior nas atividades económicas, através das práticas piscatórias. No entanto é esse mesmo mar que rodeia as ilhas açorianas que cria nos seus habitantes um desejo de partir.

Ainda hoje este fluxo emigratório é alimentado pelo isolamento criado pelo mar, pelas catástrofes naturais, mas, sobretudo, por questões económicas marcadas pela existência de uma certa limitação de oportunidades de trabalho, bem como a necessidade de busca de melhores condições de vida.

Deste modo, existem famílias com a doença nos locais onde a colonização açoriana foi mais forte (EUA, Canadá e Brasil): nos EUA, as famílias concentram-se maioritariamente em Massachusetts (emigrantes micaelenses), Rhode Island e na Califórnia (emigração preferencial de florentinos); no caso do Canadá a maioria das famílias está junto às duas costas, em Toronto e em Vancouver. No Brasil, foram identificadas inúmeras famílias, sem parentesco entre elas, maioritariamente com ancestrais portugueses, concentrando-se principalmente no Estado de Santa Catarina, porém pesquisas recentes mostram que existem doentes brasileiros em Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia (Sequeiros, 1989).

A DMJ foi introduzida nos Estados Unidos primeiramente à Califórnia e Nova Inglaterra, através dos baleeiros que eram recrutados nos Açores, em meados do século XIX, conhecendo-se atualmente mais de uma centena de doentes. A emigração para o Canadá, principalmente na segunda metade do século XX, levou a DMJ existindo pelo menos 4 grandes famílias descendentes de açorianos. No que respeita ao Japão, que tem a segunda maior prevalência de DMJ do mundo, não foi encontrada qualquer relação com os Açores, no entanto, os portugueses foram os primeiros europeus a estabelecer-se no Japão, e a DMJ esta maioritariamente nas regiões relacionadas com os portugueses (ilha de Kyushu e norte de Honshu). Existem famílias espalhadas por muitos outros países, mas que é desconhecida qualquer relação com os Açores (Sequeiros, 1989).

A questão da emigração é de extrema importância para o nosso trabalho, pois esta permite justificar a dispersão do gene da DMJ. A ligação entre ambos é de tal forma estreita que os primeiros casos da doença, com ligação a açorianos, foram identificados nos EUA.

Essa ligação também existe de forma visível quando falamos do caso brasileiro já que na sua maioria as famílias brasileiras portadoras do gene da Doença de Machado-Joseph apresentam ligações açorianas nos seus antepassados. Assim e tendo em conta que o isolamento geográfico teve uma influência fundamental na incidência da doença de Machado-Joseph nas ilhas açorianas, também se verifica que nas comunidades de emigrantes açorianos, existe um enorme isolamento sociocultural conduzindo a valores muito semelhantes aos registados no arquipélago.

Desde sempre, os emigrantes açorianos se caraterizaram por um forte sentido de união e de identidade comum criando e vivendo sempre em comunidades nas quais eles mantinham os costumes e tradições da sua terra natal.

Este estudo, realizado no âmbito da investigação de Doutoramento em Sociologia em curso (Faculdade de ciências Sociais e Humanas da UNL**)**, tendo o conceito de identidade social do doente como central, procura responder à questão: o que sucede aos doentes quando a sua doença adquire visibilidade social? E existirão diferenças entre os doentes açorianos e os emigrantes ou filhos de emigrantes açorianos doentes nas outras regiões geográficas afetadas (caso de Santa Catarina, Massachusetts, Califórnia, Toronto ou Vancouver)?

Apresentam-se os processos de construção identitária dos doentes na tentativa de explicitação das principais dimensões e fatores intervenientes nessa dinâmica de (re)construção identitária, num processo de erosão biográfica e de estigmatização social dos DMJ, enquanto rutura e estigma com o social, numa situação em que o corpo funciona como "intermediário" de deficiências que resultam em incapacidades de desempenho, crescente limitação e morte.

Neste momento, entrevistamos 16 pessoas a quem foi clinicamente diagnosticada a DMJ, 7 mulheres e 9 homens, com idades entre os 26 e 72 anos, residentes e naturais das Flores e São Miguel, através de entrevistas semidiretivas, com questões que abordaram as experiências do sujeito e suas conceções sobre saúde e doença, relações sociais e tratamento, na perspetiva de "narração de vida", utilizando-se, como método de análise do *corpus*, noções da análise estrutural propostas por Dubar (1997), dentro de uma abordagem psicossociológica.

As pessoas portadoras de uma doença e as suas famílias são muitas vezes "desacreditadas" ou "desacreditáveis" e no fundo, excluídas da sociedade por possuírem uma caraterística estigmatizante, sendo portanto alvo de estigmatização relacionada com a saúde. É o caso de várias doenças que apresentam sintomatologias visíveis, tais como a lepra, a SIDA, etc. Assim, tentamos compreender como se processa, no caso da doença de Machado-Joseph, a construção social da doença e a construção social do estigma associado a estes doentes açorianos, tentando perceber por um lado, os fatores, direta ou indiretamente, relacionados com esta aura de estigma (Boutté, 1987) que envolve os doentes e as famílias e por outro lado, a natureza social atual desse estigma.

Aquilo a que chamamos "doença" apenas tem existência em relação ao paciente e à sua cultura (...). A doença não é mais dissociável da ideia que fazem dela o doente e a civilização do seu país e do seu tempo. (Sournia e Ruffie, 1986: 14-15)

Assim, o problema de viver com uma doença degenerativa sem possibilidade de cura ou sequer de tratamento implica mobilizar um conjunto de conceitos de forma a apreendermos este objeto na sua plenitude sociológica na medida em que a doença consiste, sempre, num fenómeno eminentemente social cujas vivências se encontram profundamente imbuídas de fatores sociais (Andrade, 2001).

Graça Carapinheiro (1986) afirma que as determinantes e as lógicas sociais dominantes numa dada época e numa dada sociedade definem "as doenças", "os doentes" e as conceções que eles e os outros interiorizam sobre a "condição de doente", tornando-se a doença uma "realidade socialmente construída".

Quando num determinado momento histórico surge uma doença que se apresente misteriosa, cuja origem seja obscura e para a qual ainda não estejam disponíveis terapêuticas eficazes, as mitologias sociais desenvolvem um

trabalho ideológico de recuperação do fenómeno no quadro social da sua existência coletiva, atribuindo-lhes significados que a individualizam e lhe fornecem caraterização social. (Carapinheiro, 1986: 15)

Para estudar o conceito de doença torna-se fundamental apresentá-lo em três dimensões relacionadas entre si mas analiticamente distintas. Segundo Laplantine, existem três conceitos de doença com diferentes sentidos: *sikness* (doença sociedade, expressando as significações sociais da doença), *disease* (doença objeto; certificação biomédica da doença, sendo a doença um conceito construído no quadro dum sistema nosológico) e *illness* (doença sujeito: conceito sociopsicológico - experiência humana da doença). Deste modo, o mal-estar individual, que é sentido pelo indivíduo (*illness*) é designado pela medicina e pelos médicos como doença (*disease*), sendo o resultado subjetivo de uma construção social pois expressa as significações sociais da doença (*sickness*) (Herzlich, 1992).

De acordo com a teoria de Dubar (1997), existem dois processos implicados na construção das identidades: o processo de identidade social real (utilizando a terminologia de Goffman) que se refere à interiorização (incorporação e aceitação) da identidade pelos próprios indivíduos através do sentimento de pertença ou da trajetória social de um grupo de referência, no qual os indivíduos constroem a "identidade para si" e está diretamente relacionado com as trajetórias sociais. O outro processo de identidade social virtual (de acordo com a terminologia de Goffman) corresponde à imposição e inculcação da identidade pelas instituições e pelos agentes que interagem diretamente com o indivíduo, no fundo, a "identidade para outro".

Os dois processos não têm obrigatoriamente de coincidir, podendo haver descoincidência ou "desacordo" entre a identidade social "virtual" emprestada a uma pessoa e a identidade social "real" que ela atribui a si própria (Gofman, 1963, trad. P. 2). As "estratégias identitárias" destinadas a reduzir o desvio entre as duas identidades são consequência desse desacordo. Elas podem assumir duas formas: ou a de transações "externas" entre o indivíduo e os outros significativos que visam acomodar a identidade para si à identidade para o outro (transação chamada "objetiva"), ou a de transações "internas" ao indivíduo, entre a necessidade de salvaguardar uma parte das suas identificações anteriores (identidades herdadas) e desejo de construir para si novas identidades no futuro (identidades visadas) procurando assimilar a identidade-para-outro à identidade-para-si. (Dubar, 1997: 107-108).

Segundo este autor, um processo progressivo de estigmatização, tem influência na participação do indivíduo na vida social e na própria evolução da sua imagem. Deste modo, inicia-se um processo de rotulagem que pode ser percebido pelo indivíduo. A tomada de consciência e aceitação do rótulo de que é alvo favorecem o sentimento de pertença a um grupo mesmo que este seja desviante.

Assim, a construção da identidade é em simultâneo a construção de uma imagem associada a um sentimento de exclusão ou de participação em grupos sociais mais ou menos organizados, e é também a aceitação ou rejeição dos valores predominantes da sociedade que definem a exclusão ou integração dos indivíduos.

Estas identidades em permanente movimento explicam aquilo que Dubar chama de crises identitárias, nas quais a confrontação com as novas exigências do modelo de competência destacam tanto a permanência dos fenómenos sociais (aos sentidos de valores e normas) e as respetivas identidades inerentes a essa permanência, como as mudanças socioeconómicas que perturbam as identidades e reestruturam as trajetórias identitárias.

Quando se verifica uma discrepância fortemente negativa para o indivíduo, por exemplo motivada por uma doença, podemos falar de *estigma* tal como acontece com um autor clássico – Goffman-, que procuramos desenvolver em seguida.

No estudo sobre a manipulação do estigma, intitulado "*O Estigma*", de 1963, Goffman propõe um modelo de construção da identidade social, distinguindo dois tipos de identidades sociais: identidade social virtual (o caráter ou atributos imputados ao indivíduo) e identidade social real (o caráter ou atributos que na realidade demonstra possuir). No que concerne à primeira, esta consiste na personalidade que é imputada pelos outros ao indivíduo, grande parte dos atributos que compõem este tipo de identidade advêm de um

conjunto de informações que os outros dispõem acerca do indivíduo. Quanto à segunda, é a identidade constituída por atributos que efetivamente pertencem ao indivíduo.

O conceito de estigma pode ser definido como "a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena" (Goffman, 1988: 7). Para este autor, o estigma não é apenas um atributo pessoal, mas uma forma de designação social, a identidade é objeto de estigmatização sempre que um dos atributos dos atores entrar em descrédito.

O estigma pode ser uma desordem física, uma "falha" de caráter, uma deficiência no comportamento, a pertença a um grupo social minoritário julgado inferior em relação a um grupo, traduzindo a posse de um atributo indesejável, sendo uma palavra conotada com a desgraça ou doença. O estigmatizado é considerado como estigmatizante em relação à pessoa com quem mantém interação. Convém, de qualquer modo, considerar o estigma em termos de relações mais do que atributos, o estigma consiste num "tipo especial de relação entre atributo e estereótipo" (Goffman, 1988: 13).

Em síntese, os estigmas são traços distintivos, geralmente com conotações negativas, que funcionam como fatores de "descrédito" ao indivíduo que os possui, circunscrevendo-se em vários critérios classificatórios que aludem a diferentes níveis de rutura com o que é socialmente aceite, passando a definir as situações de interação social onde os indivíduos se inserem. Trata-se de um fenómeno social caraterizado por processos de segregação social, sendo que na base de tais processos podem encontrar-se estigmas socialmente construídos sobre a doença de Machado-Joseph.

O estigma é sentido de forma diferente de acordo com inúmeros fatores, exemplo disso é: se estivermos num País com muitos emigrantes açorianos no qual exista DMJ (como o Canadá ou o Brasil) Portugal e os Açores são automaticamente ligados à doença; por outro lado, se estivermos em Portugal Continental, a DMJ é associada aos Açores; porém, se estivermos numa qualquer ilha dos Açores e mencionarmos a DMJ, a mesma é imediatamente relacionada com as Flores. Assim se compreende que existe um forte estigma perante aos emigrantes açorianos, no entanto, o estigma perante os florentinos é de uma dimensão incalculável, sendo importante ter em conta todos os aspetos focados ao longo deste estudo e os próprios valores da doença.

A título de exemplo, o excerto da entrevista abaixo mostra-nos uma das diferenças sentidas pelos doentes:

> *O meu primo vive na América e o filho também tem esta doença como eu, ou é parecida, eu não sei bem. Então esse meu primo contou-me que foi... que o filho foi preso pela polícia, porque lá na América não se pode estar bêbedo na rua. Ainda bem que aqui, um homem pode beber uns copinhos. [sorriu] Mas é difícil para eles lá, ele até acho que vai ao médico da cabeça porque já tomou muitos comprimidos para se matar. É difícil.*
>
> *Aqui, eles pensam que a gente andou a beber, mas o que é que a gente há de fazer? A gente não pode fazer nada. É dizer que é mentira, que isto é doença. É viver com ela*. (Entrevistado 14)

O estigma da DMJ tem várias dimensões e pode ser visto em vários momentos das entrevistas, como é o caso da seguinte:

> *Os doutores dizem que essa doença veio para a Flores há muito tempo. Se calhar foi quando os homens vieram para cá que tinham apanhado essa doença das mulheres da má vida de lá de fora e trouxeram para as mulheres das Flores. Casaram cá e passaram os micróbios às mulheres*. (Entrevistado 16)

Existe, no entanto, uma diferença importantíssima entre as duas doenças: a DMJ, é uma doença neurológica de transmissão hereditária, porém, a sífilis, é uma doença venérea sexualmente transmitida. O facto de se associar a DMJ a uma doença do foro venéreo torna-a extremamente estigmatizante e dá origem a inúmeras representações e "histórias" acerca da doença como podemos ver na citação a seguir. Como facilmente percebemos existe uma construção muito negativa desta doença, por associação à sífilis e a todas as histórias existentes no imaginário social da comunidade florentina. Em São Miguel, não nos deparamos com qualquer relato semelhante ao acima citado, no entanto, como pudemos verificar, os doentes micaelenses também associam a DMJ à Sífilis.

Como é facilmente visível, a DMJ constitui um *handicap* que desacredita e define a identidade social dos doentes, dificultando a revelação da sua identidade real, pois, o doente DMJ sabe que a sua identidade social pode ser posta em causa devido a esse atributo potencialmente estigmatizável que possui.

O indivíduo portador de DMJ, sendo socializado na cultura dominante, tende a ter as mesmas crenças sobre identidade e um quadro de referência semelhante ao dos outros indivíduos. Assim, o DMJ, não permanece indiferente ao seu fracasso, tendo, por isso, problemas em relação à sua autoimagem:

> *Gosto muito de estar lá [com os outros doentes], porque a gente vê pessoas iguais e lá eu não tenho vergonha...agora aqui [na freguesia], eu tenho vergonha*. (Entrevistada 9)

Esta vergonha, também pode estar relacionada com a dificuldade de transmissão das informações produzidas pelo corpo, que são necessárias à interação com o outro, mas que no caso da DMJ, visto que esta doença incide sobre o corpo, deformando-o e originando um olhar brilhante e fixo como que "para o infinito", são consideradas estranhas e anormais.

> *As pessoas não esperam muito de mim porque me vêm como uma atrasada mental. As pessoas dizem muitas vezes "ai coitadinha"*. (Entrevistada 11)

Como podemos verificar, a DMJ implica uma rutura na vivência do quotidiano, ao nível das práticas sociais e ao nível das representações e do imaginário dos atores, e um reposicionamento na escala social com a perceção de novas exigências a nível do estatuto, posição e papéis sociais entendidos como maneiras de agir e expetativas de ação relativamente padronizadas, associadas às diferentes posições sociais.

O papel que a profissão médica desempenha, que lhe permite determinar as condições definidas como desviantes, tratar e medicalizar os doentes, leva a que sejam desenvolvidas e promovidas (certas) imagens de estigma. Como exemplo temos o reconhecimento da DMJ pelos médicos como sendo uma doença de açorianos (ou descendentes de açorianos) emigrados nos Estados Unidos da América. A divulgação da nova doença criou um estigma muito forte que levou a que os açorianos emigrados fossem alvo de um processo de estigmatização por serem potenciais portadores da contaminação e alguns por serem os prováveis importadores da DMJ (a fonte da epidemia).

A profissão médica teve um papel fundamental nessa legitimação da imagem e representação da DMJ tendo ajudado na determinação da DMJ como ameaça, desvio, e até mesmo como fraqueza moral. Nesse sentido, podemos ver na citação seguinte que o universo cultural tem enorme influência sobre as explicações dadas para o surgimento da doença. Assim, no que respeita aos entrevistados florentinos temos duas curiosas explicações:

> *As pessoas que têm essa doença vieram da Ponta Ruiva. Os avós ou antes … eram de lá. Os antigos dizem que foi de lá que veio a doença, porque antigamente não era fácil chegar lá, nem eles saírem. Então eles casavam-se uns com os outros. Havia também muitos homens que iam para a América e quando vinham traziam a doença com eles. Os sangues foram ficando mais fracos porque eles casavam uns com os outros, era os mesmos sangues. Eu não sei … é o que os antigos dizem*. (Entrevistado 14)

> *Se calhar essa doença é por causa das pessoas que casaram com primos. Eu não sei … mas eu já ouvi muitas histórias que esses casamentos dão doenças complicadas. E os doutores estão sempre a dizer que não se pode casar com os primos. É por isso? Se calhar. É verdade que quem casa com primos direitos o sangue fica mais fraco, por isso*… (Entrevistado 15)

> *Eram "siclíticos"* [sifilíticos]. (Entrevistado 7)

> *Esta doença não tem piada nenhuma … os médicos diziam que antigamente era sífilis, agora é que mudou de nome, para doença de Machado*. (Entrevistado 16)

Como é visível nas citações acima, existe ainda alguma confusão entre a DMJ e a Sífilis no que respeita ao modo de transmissão. No entanto, a

explicação popular mais imediata para a elevada representação da doença nas Flores é a reduzida dimensão geográfica, a multiplicidade de laços interfamiliares legítimos ou ilegítimos, própria de ambientes fechados, que obriga à endogamia e à realização de casamentos consanguíneos próximos. No entanto, a consanguinidade (casamentos entre DMJ), só explica a presença de formas infantis da doença, que são conhecidas apenas nas Flores e em número muito reduzido (Coutinho, 1994; Lima, 1996).

No entanto, existe uma diferença importantíssima entre as duas doenças: a DMJ, é uma doença neurológica de transmissão hereditária, porém, a sífilis, é uma doença venérea sexualmente transmitida. O facto de se associar a DMJ a uma doença do foro venéreo torna-a extremamente estigmatizante e dá origem a inúmeras representações e "histórias" acerca da doença como podemos ver na citação a seguir.

Os doutores dizem que essa doença veio para a Flores há muito tempo. Se calhar foi quando os homens vieram para cá que tinham apanhado essa doença das mulheres da má vida de lá de fora e trouxeram para as mulheres das Flores. Casaram cá e passaram os micróbios às mulheres. (Entrevistado 16)

Na obra de Goffman sobre o Estigma, a ideia central é que as pessoas "normais" vêm os estigmas como sinais de "defeito" moral. No que respeita à Doença de Machado-Joseph, como podemos facilmente perceber, existe essa associação.

Desta forma se compreende que a DMJ seja sentida pelo menos moralmente, se não literalmente, como uma doença contagiosa, sendo um fator muito importante a conotação realizada com "a culpa" por ser considerada como uma doença do foro sexual. As pessoas são "mantidas à margem" por familiares e amigos e são objeto de práticas de descontaminação, como se a DMJ fosse uma doença infetocontagiosa, surgindo aqui o medo do contágio de uma doença mortal, o que contribui para o surgimento de processos de segregação social. O estigma leva a uma procura, por parte dos não-portadores, de evitar ou pelo menos reduzir a frequência ou amplitude das relações sociais, evitando os contactos não imprescindíveis.

Como exemplo de outra conotação moral negativa, apresenta-se como uma regularidade digna de nota a acusação de os doentes estarem alcoolizados por parte da população em geral. Por outro lado, verificamos que a associação com a ingestão excessiva de bebidas alcoólicas é frequente em ambas as ilhas, pois na generalidade os entrevistados mencionaram este motivo de discriminação. Principalmente no que respeita às mulheres doentes, este é um facto muito complicado de gerir pois ao serem conotadas como estando constantemente "alcoolizadas" torna-se bastante complicada a vivência diária com a própria doença, fruto da humilhação sofrida aquando do contacto social com os outros.

> *O meu primo vive na América e o filho também tem esta doença como eu, ou é parecida, eu não sei bem. Então esse meu primo contou-me que foi ... que o filho foi preso pela polícia, porque lá na América não se pode estar bêbedo na rua. Ainda bem que aqui, um homem pode beber uns copinhos. [sorriu] Mas é difícil para eles lá, ele até acho que vai ao médico da cabeça porque já tomou muitos comprimidos para se matar. É difícil.*
>
> *Aqui, eles pensam que a gente andou a beber, mas o que é que a gente há de fazer? A gente não pode fazer nada. É dizer que é mentira, que isto é doença. É viver com ela*. (Entrevistado 14)

A questão fundamental no que respeita ao corpo atingido pela DMJ é a dificuldade em integrar o *handicap* na sociedade envolvente, ultrapassando-o de modo que não seja percebido como um descrédito para o doente e um estigma para o mundo social que o envolve. Estas marcas corporais visíveis podem levar à rejeição social do corpo, enquanto dimensão constitutiva do sujeito, funcionando como formas de controlo individual e servindo sempre para relembrar essa marca estigmatizada e estigmatizante.

Existem duas dimensões do estigma que é importante salientar: o estigma individual e o estigma familiar.

Neste sentido, consideramos que no caso da Doença de Machado-Joseph nos Açores, e na sequência da teoria de Goffman (1988), existem dois grupos de estigmatizados: os "desacreditados", cujos defeitos são evidentes e que neste caso são os indivíduos que têm manifestamente a Doença de Machado-Joseph e, os "desacreditáveis", cujos defeitos não são visíveis e que são, neste

caso, as pessoas "em risco" de manifestar a doença, ou seja, os filhos de doentes DMJ.

Estas pessoas em "risco" sofrem as duras consequências de serem filhos de portadores de uma doença muito grave, hereditária, degenerativa, sem cura. Assim, em primeiro lugar, estes indivíduos deparam-se sempre em determinada fase da sua vida com a realização ou não do teste preditivo que permite saber se são portadores da doença. Como vimos o conhecimento antecipado (por vezes com vinte anos ou mais de antecedência) de ser portador da DMJ terá um terá profundas implicações físicas, clínicas, psicológicas, sociais e económicas. Assim, se o teste der negativo será um enorme alívio, no entanto, se o resultado for positivo e o indivíduo for portador da doença, o conhecimento dessa informação terá graves consequências ao longo de toda a vida do portador e da sua família, nomeadamente em relação à procriação e possível transmissão do gene aos seus descendentes.

Constatamos que a Doença de Machado-Joseph é geradora de uma situação de profundo isolamento social complementado com dificuldades físicas e motoras, que levam a uma situação de exclusão social e, portanto, à "morte social" dos doentes entrevistados.

Em síntese, procuramos com esta investigação, aprofundar a questão das vivências, representações e problemas com os quais os doentes de Machado-Joseph lidam no dia-a-dia, nomeadamente no que respeita à doença enquanto estigma social. Desejamos também dar o nosso contributo para o aprofundamento da DMJ na perspetiva da sociologia, tentando sensibilizar para os problemas que afetam os DMJ, revelando a pobreza, a exclusão social e a forte estigmatização que afeta estes doentes. Procuramos contribuir para a compreensão desta doença e das estratégias deste doente sugerindo que em trabalhos futuros sejam tidos em conta os vários problemas que afetam estes doentes de que as políticas implementadas sejam mais eficazes e tenham em conta os problemas de pobreza e exclusão sofridas pelos doentes. Além disso, tentamos apresentar estratégias de intervenção no sentido de promover a integração dos doentes na comunidade envolvente, esperando ter contribuído para a promoção de novas estratégias de combate a este estigma, tendo consciência que não existem receitas e soluções para uma situação tão complexa como esta doença e os seus efeitos nas famílias afetadas.

2. BIBLIOGRAFIA

Andrade, Maria Cláudia P. (2001) *Pensar e Agir: as doenças genéticas e o diagnóstico pré-natal,* Coimbra: Quarteto editora.

Bastos, Cristiana (1997) "*A pesquisa médica, a SIDA e as clivagens da ordem mundial: uma proposta de antropologia da ciência*" in *Análise Social,* 32 (140), 75-111.

Boutté, Martine (1987) *Illness as stigma: a case study of the "stumbling disease" among azorean-portuguese,* Dissertação de Doutoramento em Antropologia, apresentada na Universidade da Califórnia, Michigan: UMI Dissertation Services.

Carapinheiro, Graça (1986) "*A Saúde no Contexto da Sociologia*" in *Sociologia - Problemas e Práticas, 1,* 9-22.

Carapinheiro, Graça (1993) *Saberes e Poderes no Hospital: uma Sociologia dos Serviços Hospitalares,* Porto: Edições Afrontamento.

Coutinho, Paula (1994) *Doença de Machado-Joseph. Estudo Clínico, Patológico e Epidemiológico de uma Doença Neurológica de Origem Portuguesa,* Porto: Laboratórios Bial.

Dubar, Claude (1997) *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais.* Porto: Porto Editora.

Dubar, Claude (2000) *La crise des identités. L'interprétation d'une mutation*, Paris: Presses Universitaires de France.

Goffman, Erving (1988) *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada,* Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

Goffman, Erving (1993) *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias,* Lisboa: Relógio d´Água.

Herzlich, Claudine (1992) *Santé et maladie - analyse d´une représentation sociale,* Écoles des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris: Mouton.

Lima, Maria Manuela de Medeiros (1996) *Doença de Machado-Joseph nos Açores. Estudo Epidemiológico, Biodemográfico e Genético*, Tese de doutoramento, Universidade dos Açores, Departamento de Biologia, Ponta Delgada.

Sequeiros, Jorge (1989), "*Epidemiologia genética da Doença de Machado-Joseph*" in *Arquivos do Instituto Nacional de Saúde, 14*, 75-104.

Serpa, Sandro Nuno Ferreira de (2004), *As Estratégias Educativas e o Investimento Escolar das famílias coma Doença de Machado-Joseph num contexto de risco* Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia. Lisboa.

Soares, Daniela Medeiros e Serpa, Sandro (2004) "*A Doença de Machado-Joseph - manipulação de uma identidade ameaçada num processo de erosão biográfica*" in *Fórum Sociológico, 11-12 (2ª Série).*

Soares, Daniela Medeiros e Serpa, Sandro (2005) "*A doença e a exclusão social. Um contributo para a compreensão da experimentação e das representações dos doentes de Machado-Joseph numa situação de rutura das dinâmicas e processos de estruturação identitária*" in *Atas do V Congresso Português de Sociologia*, Associação Portuguesa de Sociologia (aceite para publicação).

Soares, Daniela (2006) *Os Doentes de Machado-Joseph dos Açores. Diferentes Realidades Sociais da Mesma Doença,* Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Soares, Daniela Medeiros e Serpa, Sandro (2007) *A vivência da Doença de Machado-Joseph. Processos de socialização e de educação na gestão da identidade social,* Lisboa: Instituto Mediterrânico, Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (no prelo).

Sournia, Jean-Charles e Ruffie, Jacques (1986), *As epidemias na história do homem*. Lisboa: Edições 70.

Sournia, Jean-Charles (1995), *História da Medicina*. Lisboa: Instituto Piaget.

10. DAVID J. SILVA, DAVID@UTA.EDU DJSILVATX@YAHOO.COM

TRAÇOS FONÉTICOS SOBREVIVENTES NO FALAR MICAELENSE DE ALGUNS IMIGRANTES AÇORIANOS EM GREATER BOSTON

1.

Entre os vários dialetos do português mundial, a variedade falada na ilha de São Miguel (Açores) exibe traços fonéticos que não se encontram noutras partes do mundo lusófono. As caraterísticas mais emblemáticas deste dialeto são as vogais anteriores arredondadas [ü] e [ö], que correspondem a [u] e [oi - ou] (respetivamente) no Português padrão. Há também diferenças sistemáticas na pronúncia das vogais tónicas, que são reflexos de um "movimento em cadeia" (Martinet 1955): por exemplo, sete pronuncia-se como [sæt], avó como [avô] e avô como [avú]. Embora estas caraterísticas micaelenses estejam bem atestadas no falar contemporâneo da ilha (viz. Silva 1986, 2006; Blayer 1992; Bernardo 2003), persistem na pronúncia dos emigrantes açorianos nos Estados Unidos?

Essa pergunta merece a nossa atenção, se considerarmos as forças sociolinguísticas com que os micaelenses se deparam dentro da comunidade luso-americana, em relação aos falantes naturais de outras partes do mundo lusófono onde o sistema vocálico se conforma mais ao português «normal». Neste estudo, apresentamos uma análise fonética de quatro emigrantes da vila do Nordeste (agora residentes na região de Boston), os quais patenteiam sistemas vocálicos distintos. Alguns falantes conservam a maioria das caraterísticas típicas da ilha, mas outros compreendem formas correspondentes à da língua padrão de Portugal.

Nesta variabilidade interpessoal deteta-se uma tensão entre as ações articulatórias que são emblemáticas da identidade micaelense (como a [ü] em lugar da [u]) e as que manifestam uma resposta comprometida às forças linguísticas e sociais da norma padrão portuguesa.

2. INTRODUÇÃO

Entre os vários dialetos do português, a variedade falada na ilha de São Miguel exibe traços fonéticos que não se encontram noutras partes do mundo lusófono.

As caraterísticas mais emblemáticas deste dialeto são, sem dúvida, as vogais anteriores arredondadas [ü] e [ö], acentuadas, que correspondem a *u* e *oi - ou* (respetivamente) no português padrão. A vogal micaelense [ö] aparece também no contexto de [o] seguida pela fricativa palatal *j*.

(1)	*u*-escrita = [ü]		*oi-, ou-, oj*-escritas = [ö]	
[‘üvâ]*uva*		[öt]	*oito*	
[‘frütâ]	*fruta*	[nöt]	*noite*	
[krüš]*cruz*		[pök]	*pouco*	
[â’zül]	*azul*	[öž]	*hoje*	

Há também diferenças sistemáticas na pronúncia das vogais tónicas, que são reflexos de umas "modificações em cadeia" (Martinet 1955). Por exemplo, a palavra *dedo* pronuncia-se como [déd(u)], *perna* como [pærnă], *avó* como [avô], *avô* como [avú], etc.

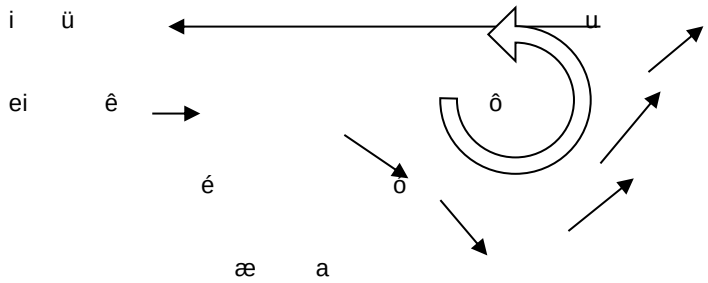
(2)

Correspondência Fonética	Pronúncia padrão	Pronúncia micaelense		Forma ortográfica
PP [i]	~ PM [i]	[‘ditu]	[dit]	*dito*
PP [ej]	~ PM [ê]	[‘lejtĭ] ~ [‘lăjtĭ]	[le:t]	*leite*
PP [ê]	~ PM [é]	[‘dêdu]	[déd]	*dedo*
PP [é]	~ PM [æ]	[‘pérnă]	[‘pærnă]	*perna*
PP [a]~ PM [α:]		[‘patu]	[pα:t]	*pato*
PP [ó]	~ PM [ô]	[ă’vó]	[ă’vô]	*avó*
PP [o]	~ PM [u]	[ă’vô]	[ă’vu]	*avô*

PP [u]	~ PM [ü]	['tudu]	[tüd]	*tudo*

Estas caraterísticas micaelenses estão bem atestadas no falar da ilha (*viz.* Rogers 1940, 1948; Silva 1986, 2005; Blayer 1992; Bernardo 2003). Com certeza, a investigação mais detalhada é aquela de Bernardo (2003), em que se encontram descrições acústicas refinadas, lugar por lugar por toda parte da ilha. (Os factos apresentados aqui nesta obra representam e foram mais ou menos generalizados para facilitar a exposição.) Foi Rogers que notou que estas correspondências vocálicas entre a língua padrão e o falar micaelense resultaram dumas modificações em cadeia ("chain shift"):

(3) As Modificações em Cadeia (viz. Rogers 1940, 1948; Martinet 1952)



Estas modificações, ao lado de vários processos de monotongação – *eu* > [e], *pai* > [pa:], *chapéu* > [šă'pé:], *foi* > [fö], e *couve* > [köv] – dão à pronúncia da ilha o seu perfil original na lusofonia. No fim da sua obra sobre a fonética deste dialeto, Bernardo escreve o seguinte: "... a frequência e a sistematização de emprego das vogais [ü], [ö] e até mesmo [α], ainda que esta última seja evitada nos meios citadinos, não encontram paralelo no universo da Lusofonia, constituindo marcas indeléveis de um modo de falar muito típico da ilha de São Miguel " (p. 115).

Embora estes traços fonéticos estejam atestados no falar contemporâneo da ilha, persistem na pronúncia dos emigrantes açorianos nos Estados Unidos? A pergunta merece a nossa atenção, se considerarmos as forças sociolinguísticas com que os micaelenses se deparam dentro da comunidade luso-americana, em relação aos falantes naturais de outras partes do mundo lusófono onde o sistema vocálico se conforma mais ao português «normal». Vamos descobrir que alguns micaelenses que se integram na comunidade lusófona deixam ao lado umas manifestações típicas do dialeto e, com efeito, adotar uma pronúncia similar à língua padrão. Outros locutores, que participam na comunidade lusófona mas a um nível menos intenso, preservam os traços estereotípicos – a [ü], a [ö], e a [æ] (em lugar da *é*) – mas não manifestam todos resultados das modificações em cadeia. Finalmente, locutores que não têm ligações além da subcomunidade micaelense preservam a maioria das caraterísticas do dialeto; estes, que são uma minoria, manifestam um sistema bem tradicional e conservativo – e, pode-se dizer – estereotípico e estigmatizado.

3. VOGAIS ORAIS ACENTUADAS NA LÍNGUA PADRÃO

Antes de considerar os fatos do sistema vocálico micaelense (na ilha e na América), repassamos um pouco as caraterísticas básicas do vocalismo da língua padrão. É bem conhecido que na língua padrão há sete vogais orais acentuadas: *i, ê, é, a, ó, ô,* e *u*.[10] Martins (1988) informa-nos que cada vogal ocupa uma área acústica distinta; os valores de frequência dos primeiro e

[10] Não nos preocupamos com o estado da vogal *â* por ser marginalizada na fonologia das vogais tónicas na língua.

segundo formantes não manifestam nenhuma parte sobreposta no espaço acústica.[11]

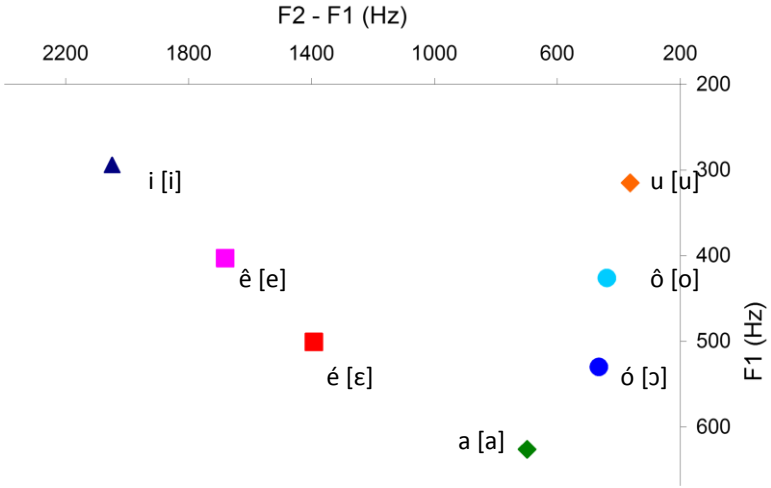
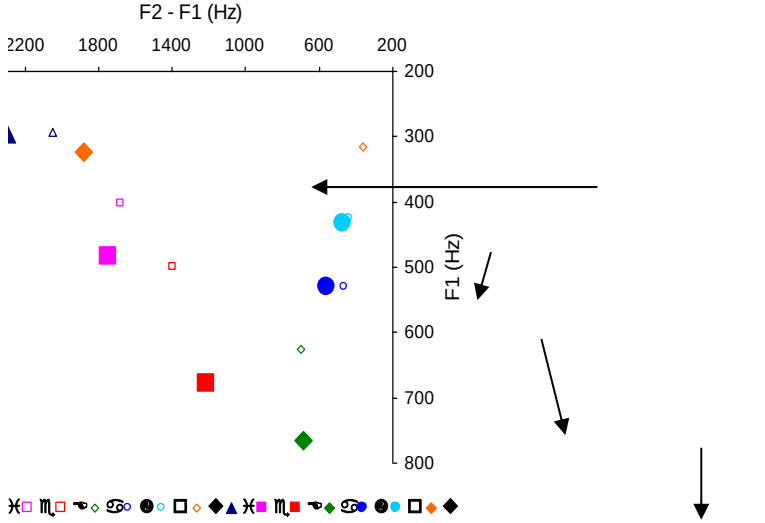


Figura No. 1: As vogais acentuadas do português padrão, 9 falantes (Martins 1988)

Duma perspetiva tipológica, este sistema não manifesta nada estranho; a maioria das línguas no mundo contém cinco ou sete vogais orais num sistema mais ou menos simétrico e paralelo, como se apresenta no português.

4. VOGAIS ORAIS ACENTUADAS NO FALAR MICAELENSE

As observações auditivas de Rogers e Blayer sobre o vocalismo do falar micaelense foram confirmados pelas investigações acústicas. Por exemplo, Silva (2006) apresenta o seguinte para ilustrar as posições relativas das vogais orais acentuadas no falar duma mulher, Senhora T, residente da Vila do Nordeste. Os sinais grandes representam os valores médios de cada vogal; os pequenos representam as posições vocálicas na língua padrão. As flechas enfatizam os resultados das modificações em cadeia, um processo diacrónico.



a No. 2: O espaço vocálico da Sra. T, natural e residente do Nordeste.

No falar desta locutora, as vogais avançadas pronunciam-se mais abaixo (*ê* > [é] e *é* > [æ]); é assim mesma a posição da vogal baixa, *a*. As vogais médias, recuadas e arredondadas (*ó* e *ô*) estão situadas quase na mesma posição em que se localizam os correspondentes no português normal. A vogal *i* está um pouco avançada e a *u* fica bem longe da sua origem na faixa alta e recuada, mas é bem arredondada.

Na Figura No. 3 vê-se o espaço vocálico doutra residente do Nordeste, Senhor F. Aqui encontra-se uma melhor evidência do movimento em (3), indicada pelas flechas.

[11] Por convenção, nos quadros acústicos aparecem os valores de frequência do primeiro formante (F1) no eixo-y e a diferença entre os valores de frequência do segundo formante e o primeiro (F2-F1) no eixo-x. Estes valores representam a abertura e recuo das vogais (respectivamente) na boca do falante.

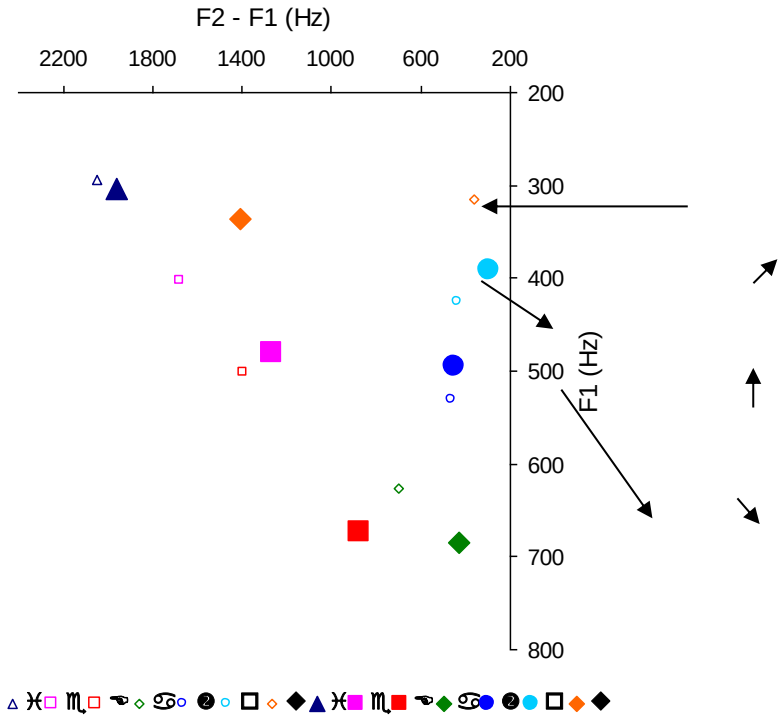


Figura No. 3: O espaço vocálico da Sr.ª F, natural e residente do Nordeste.

É claro que os espaços vocálicos destes dois falantes não se conformam à situação que nos apresentou Rogers – o movimento "contra o sentido horário". Mas como escreve Bernardo, "Colheram-se interessantes registos que dão testemunho da consciência, que os locutores demonstram ter, da existência de variação no português falado na ilha" (p. 113). Em breve, a variação fonética é normal. Mas a variação individual não deve obscurecer a presença de caraterísticas emblemáticas do dialeto, que se patenteiam nas figuras acima.

5. O FALAR MICAELENSE NA AMÉRICA

Então, quando os micaelenses deixam o seu lugar natal para emigrar aos Estados Unidos, que se passa com o desempenho fonético? Mantêm-se as caraterísticas da ilha ou adotam-se outras pronúncias? Depende da pessoa, com certeza, mas creio que há generalizações para notar.

Nesta apresentação, vamos considerar as produções orais de quatro falantes: uma mulher velhinha e os três filhos dela. A mãe ("MB") tinha uns 70 anos; nasceu nos Estados Unidos, mas foi para o Nordeste quando tinha dois anos. Cresceu na vila do Nordeste, onde se casou com um homem natural da Ribeira Grande. Deu à luz três filhos em São Miguel entre 1943 e 1946. Em 1949, a família emigrou para os Estados Unidos e moram em Cambridge e Somerville. Em 1956, nasceu o último filho. Os três filhos que foram entrevistados são o mais velho ("L"), o segundo ("J"), e o mais jovem ("S").

A recolha dos materiais que servem de base a este trabalho foi feita no verão de 1997, nos arredores da cidade de Boston, onde moram muitos imigrantes açorianos (em particular, nas cidades de Somerville e Cambridge). Apresentei a cada falante uma série de fotos de coisas comuns: um rádio, umas uvas, uma tesoura, uns sapatos, uma bola, etc. As entrevistas foram gravadas numa fita de audiocassete e depois convertidas a uma forma digital num computador portátil. Os ficheiros acústicos foram analisados com o programa "Praat" (da Universidad de Leiden), em que afirmei os valores de dois pontos críticos de cada vogal: o valor do primeiro formante (F1—a abertura) e o valor do segundo formante (F2—o recuo).

5.1. ESPAÇO VOCÁLICO DE MB (MULHER, ~75 ANOS).

O espaço vocálico da mãe, MB, apresenta-se na Figura No. 4. Nesta figura veem-se várias caraterísticas típicas da ilha: a anteriorização da vogal alta *u* (até [ü]), a anteriorização do ditongo ortográfico *ou* (> [ö]), o movimento em cadeia das vogais anteriores para abaixo, e o abaixamento do vogal baixo *a*, mas sem recuo significativo. As vogais *ó* e *ô* ficam mais ou menos na região em que se situam estes segmentos na língua padrão, sem movimento. Este espaço é parecido com o da Sra. T.

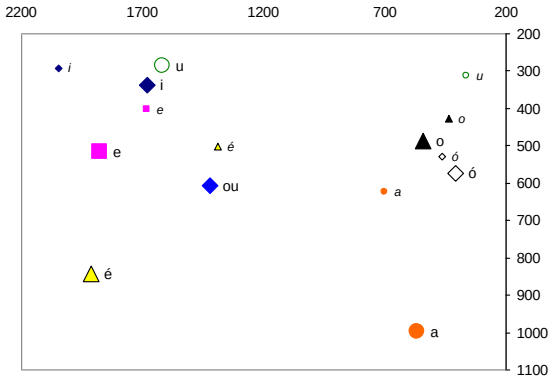


Figura No. 4: O espaço vocálico da Sra. MB.

Os pequenos sinais representam os valores das vogais na língua padrão (de Martins 1988)

5.2. ESPAÇO VOCÁLICO DE L (FILHO MAIS VELHO, ~55 ANOS).

O espaço vocálico do Sr. L é diferente daquele da mãe. Na Figura No. 5 podemos ver as modificações em cadeia das vogais anteriores *ê* e *é*, mas não há movimento significativo da vogal baixa, *a*. Vemos também que o ditongo ortográfico *ou* apresenta-se como um monotongo centralizado (e não bem como o anterior), e que as duas vogais médias recuadas *ô* e *ó* ocupam quase o mesmo espaço, numa amalgamação dos dois (um "vowel merger"). Finalmente, e mais importante, a vogal ortográfica *u* fica na sua posição normal, na esquina alta e recuada. Não há [ü], uma das caraterísticas mais fortes do dialeto.

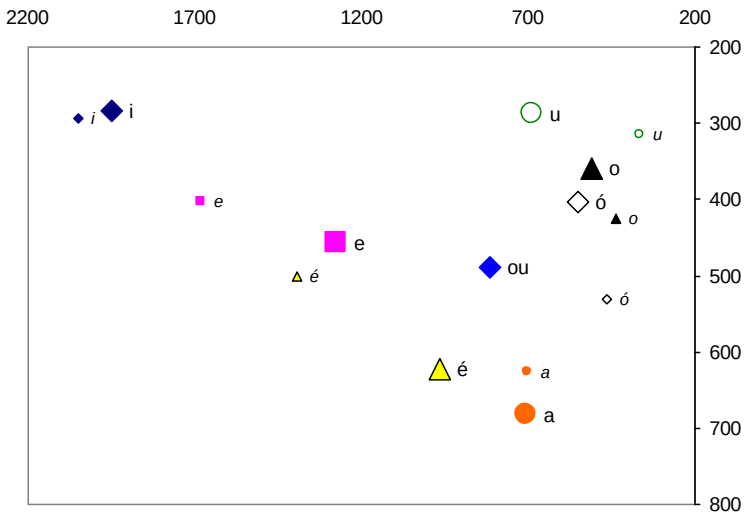


Figura No. 5: O espaço vocálico de L.

5.3. ESPAÇO VOCÁLICO DE J (FILHO SEGUNDO, 53 ANOS).

O espaço vocálico de J é mais uma vez diferente. Na Figura No. 6, vemos que a vogal *i* se aproxima a *ê*, que fica (mais ou menos) no espaço normal. A vogal *é* fica bem longe da *ê*, numa posição bem perto da *a*, que é recuada. Enquanto as *ô* e *ó* ficam em posições normais, a *u* fica ao lado da *i*, e o ditongo *ou* manifesta-se como vogal central, mas mais anterior do que se apresenta no espaço de locutor L.

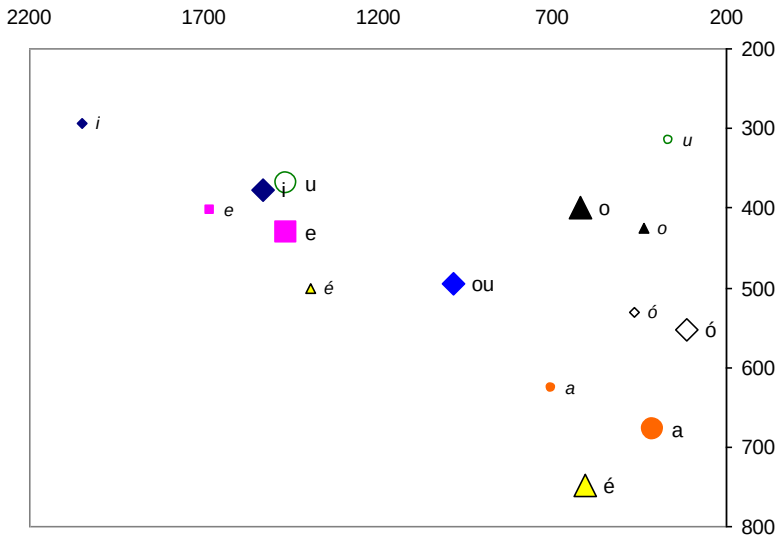


Figura No. 6: O espaço vocálico de J.

5.4. ESPAÇO VOCÁLICO DE S (FILHO MAIS JOVEM, 42 ANOS).

O espaço vocálico de S merece atenção especial porque representa melhor o padrão mais "típica" (ou, talvez, "estereotípica") da ilha. Nem a *i* nem a *ê* participa na modificação em cadeia, mas as outras vogais, sim. A vogal *é* fica bem abaixo; a *a* está recuada; a *ó* e a *ô* estão levadas às posições de *ô* e *u*, respetivamente, e a *u* manifesta-se como [ü]. O ditongo *ou* é um monotongo central.

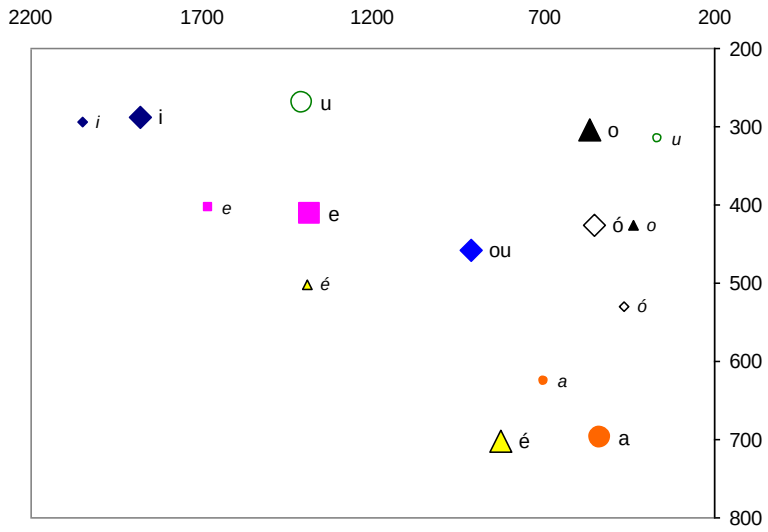


Figura No. 7: O espaço vocálico de S.

6. ANÁLISE

Aqui apresentamos uma análise fonética de quatro emigrantes da vila do Nordeste (agora residentes na região de Boston), os quais patenteiam sistemas vocálicos distintos.

Cada falante conserva algumas das caraterísticas típicas da ilha, mas os padrões específicos são diferentes. Julgo que o Sr. L manifesta o sistema mais parecido com a língua padrão; vemos que as sete vogais principais ocupam áreas distintas e em posições relativamente parecidas com as do sistema padrão. A exceção é a posição relativa de *ô* e *ó*, que se aproximam. Há monotongação e anteriorização do ou, mas não há a [ü] caraterística dos micaelenses. Por outro lado, o espaço do filho mais jovem, P, é mais típico da ilha. Entre esses dois pontos e as extremidades ficam os sistemas da mãe e do filho J; esses casos representam uma acomodação do sistema insular ao sistema essencialmente padrão que predomina na comunidade luso-americana.

Como se explica essa diferenças entre os quatro falantes, que são membros da mesma família? Creio que é importante considerarmos factos sociológicos, incluindo as relações entre as comunidades e subcomunidades linguísticas. É importante reconhecermos que na comunidade lusófona açoriana, o falar micaelense é individual e, desafortunadamente, estigmatizado por muitos. No contexto insular (que quer dizer aqui, na ilha), o estigma perde o seu poder na presença dos esforços da rede social ("social networking") que apoia o uso regular e a avaliação positiva do dialeto local. Porém no contexto imigrante, quando os micaelenses chegam a viver lado a lado com lusofalantes de dialetos mais parecidos com a língua padrão, encontram pressões novas a conformam-se a pronúncia na direção da língua padrão.

Consideramos a situação social do falante L. Vive principalmente na comunidade anglófona, mas têm entrelaços importantes na comunidade açoriana. O esforço linguístico mais forte na vida dele é, com certeza, a língua da esposa e a família dela, naturais da ilha do Faial, que moravam no mesmo edifício durante os primeiros cinco anos do casamento. Anos depois, a sogra morava com a família de L. Dia a dia, L encontrou o falar faialense, que é na maior parte fonologicamente equivalente à norma padrão portuguesa. Por outras palavras, L entrou numa relação de alta densidade ("high density relationship", Milroy 1987) com a comunidade lusófona: as interações com falantes de dialetos normais portugueses são quotidianas e relativamente significativas. Por isso, vemos que L modificou os seus padrões fonéticos.

Noutra extremidade encontramos S, que fala uma variedade típica. Mesmo que fale o dialeto micaelense como língua primeira, não tem ligações significativas na comunidade lusófona: está quase completamente integrado exclusivamente no mundo anglófono. O seu único contacto com a língua portuguesa vem das interações com os pais, avós, e tios – todos naturais do São Miguel. (Com os irmãos e os primos fala inglês tão-só.) S entrou numa relação de baixa densidade com a comunidade lusófona: as interações com falantes de outros dialetos portugueses são raras e relativamente insignificantes. Sem ligações regulares com lusofalantes (de qualquer dialeto), S nunca recebeu o "input" necessário para estabelecer nem a competência linguística nem as atitudes da comunidade mais larga.

Ao contrário, os falantes MB e J têm ligações na comunidade lusófona, as mais significativas daqueles são com outros micaelenses. Por isso, a pronúncia deles manifesta uma resposta comprometida às forças linguísticas e sociais da norma padrão portuguesa, sem deixar de lado os indicadores (o que William Labov chama "indicators") principais do dialeto. Eles não entram em contacto com a língua padrão tão frequentemente quanto o locutor L. Portanto, por causa destas relações de média densidade, não padecem das mesmas pressões sociolinguísticas para abandonar esses indicadores fonéticos; no mesmo tempo, dão-se conta das diferenças entre o falar micaelense e a pronúncia padrão e, por consequência, modificam o comportamento linguístico até às normas da comunidade.

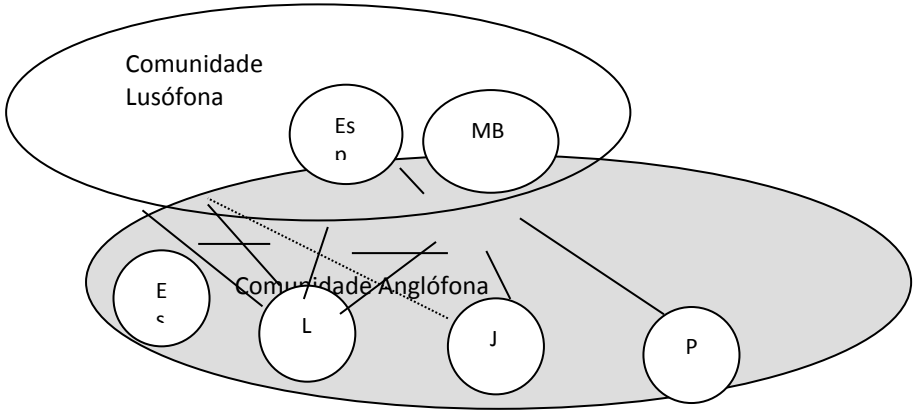


Figura No. 8: Esquema das relações sociolinguísticas entre os participantes.
("Esp" = "esposo - a")

7. CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou uma descrição e análise das manifestações fonéticas de quatro membros da comunidade micaelense na área de Boston.

Como vimos, as pronúncias atestadas no falar contemporâneo da ilha persistem na pronúncia dos emigrantes açorianos nos Estados Unidos. Porém, esses locutores patenteiam sistemas vocálicos distintos.

O falante menos ligado à comunidade lusófona conserva a maioria das caraterísticas típicas da ilha, por não ter interações de alta densidade com falantes de outras partes do mundo lusófono. Ao contrário, o locutor com ligações íntimas e diárias com falantes de dialetos não-micaelenses manifesta um espaço vocálico mais ou menos correspondente à da língua padrão de Portugal.

A variabilidade interpessoal deteta-se numa tensão entre as ações articulatórias que são emblemáticas da identidade micaelense (como a [ü] em lugar da [u]) e as que manifestam uma resposta comprometida às forças linguísticas e sociais da norma padrão portuguesa.

David J. Silva, Department of Linguistics and TESOL, The University of Texas at Arlington, UTA Box 19559 – Hammond Hall 403, Arlington, TX 76019-0559 USA david@uta.edu - http: - - ling.uta.edu - ~david

8. OBRAS CITADAS

Bell, R. T. *Sociolinguistics*. London: B. T. Batsford, 1983.

Blayer, Irene Maria Ferreira. "Aspects of the Vocalic System in the Speech of the Azores Islands." Diss. U of Toronto, 1992.

Chambers, J. K. *Sociolinguistic Theory*. Oxford: Blackwell, 1995.

Gonçalves Vianna, Aniceto dos Reis. "Notas sobre a fonética dialetal de Ponta-De-lança." *Revista Lusitana* I (1887-89): 223-26.

Labov, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: U of Pennsylvania Press, 1972.

Leite de Vasconcellos, José. "Dialetos Acoreanos (contribuições para o estudo da Dialetologia Portuguesa." *Revista Lusitana* II (1890-92): 289-307.

Martinet, André. "Function, Structure, and Sound Change." 1952. *Readings in Historical Phonology: Chapters in the Theory of Sound Change*. Eds. Philip Baldi and Ronald N. Werth. University Park: Pennsylvania State UP, 1978. 121-59.

Martins, Maria Raquel Delgado. *Ouvir Falar*, 3ª edição. Lisboa: Caminho, 1988.

Milroy, Lesley. *Language and Social Networks,* 2nd edition. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

Rogers, Francis M. "The Production of the Madeira and Azores Dialects as Compared with Standard Portuguese." Diss. Harvard U., 1940.

---. "Insular Portuguese Pronunciation: Porto Santo and Eastern Azores." *Hispanic Review* XVI.1 (1948): 1-32.

Silva, David James. "New Perspectives on the Portuguese Vowel Shift." Undergraduate Thesis, Harvard U., 1986.

---. Vowel Shifting as a Marker of Social Identity in the Portuguese Dialect of Nordeste, São Miguel (Azores). *Luso-Brazilian Review* 42.1 (2005): 1-27.

11. ELISA GUIMARÃES, EGUIMARAES@MACKENZIE.COM.BR 1107555@MACKENZIE.COM.BR

LÍNGUA PORTUGUESA E A REALIDADE SOCIAL

1.

Esta comunicação tem em mira, ao considerar as vinculações entre a Língua Portuguesa e a realidade social, refletir sobre os rumos dos estudos linguisticamente norteados, predominantemente, pelo binômio Língua - Sociedade.

O primeiro pensamento que nos ocorre na tentativa de desenvolver o tema proposto é o de que Língua e História representam um passado comum, uma fonte comum de vida, de pensamento, de sentimento, de cultura. Nessa linha, traça-se uma representação diacrônica do processo evolutivo dos traços linguístico-estilísticos da Língua Portuguesa a partir do Classicismo, dando-se ênfase a essas marcas no período romântico, bem como no Modernismo, em Portugal e no Brasil.

Explora-se a atuação de Mário de Andrade na fase modernista de nossa literatura, concebendo a Língua como realidade essencialmente social, à luz de uma atenção concentrada nos usuários e nos usos da Língua. Dessa concepção resulta considerar-se as formas linguísticas relativas a normas que correspondem, não ao que se deve dizer dos puristas, mas ao que tradicionalmente se diz num domínio de comunidade idiomática - normas que podem conviver, dentro da Língua Portuguesa, com outras normas peculiares a distintos ambientes sociais, culturais ou regionais. Conclui-se em torno dos princípios de liberdade que se integram, no processo de evolução e utilização da Língua, testemunhando o seu caráter dinâmico e flexível no contexto social.

O presente ensaio tem em mira, ao considerar as vinculações entre a Língua Portuguesa e a realidade social, refletir sobre os rumos dos estudos linguísticos norteados, predominantemente, pelo binômio Língua - Sociedade.

O primeiro pensamento que nos ocorre na tentativa de desenvolver o tema proposto é o de que Língua e História representam um passado comum, uma fonte comum de vida, de pensamento, de sentimento, de cultura.

Assim, homens organizados em pequenos grupos estabelecem suas formas de convivência: criam instituições e mantêm costumes e tradições. Uma malha de relações simbólicas, tecida de palavras, garante ao homem a criação de sua cultura e a configuração de sua historicidade.

As línguas permitem ao homem criar sua cultura e construir sua história. São constituintes elementares da cultura e possuem, por sua vez, sua própria história.

A comunicação interpessoal é, pois, exigência da natureza humana e a comunicação verbal, a forma não exclusiva, porém, sim, mais generalizada do intercâmbio pessoal. Cada ser humano é, em essência, indivíduo e sociedade. Nenhuma sociedade pode ser tal sem a efetiva participação das pessoas e estas não podem realizar-se como tais senão no interior da sociedade.

As línguas humanas, com todo o contingente, trazem implícita em sua natureza a simultaneidade da tradição e da inovação, isto é, o conflito da mudança. As línguas, também o saber ou competência linguística, variam ao longo do tempo e do espaço no seio dos grupos organizados e no interior do próprio usuário.

Nada muda na linguagem se não se aceita nela algum grau de presença contínua; só se pode afirmar que uma língua muda quando se aceita que em alguma medida ela permanece. A mudança é uma modalidade do ser contingente enquanto permanece. A mudança é a alteração parcial do ser que segue sendo o mesmo.

A linguagem humana muda e tem que mudar, porque é criação do homem que é mutável. Criada pelo homem, e de tal modo dependente dele, representa o homem e influi sobre ele, refletindo sua permanência e acelerando sua transitoriedade. O câmbio linguístico inicia-se no indivíduo, que o provoca consciente ou inconscientemente em algum subsistema verbal e pode alcançar níveis cada vez mais altos até sobreviver no sistema geral da Língua. Toda inovação individual se converte em Língua quando adquire prestígio e faz tradição.

A língua e a história de sua estrutura funcional não se podem separar, portanto, da história dos falantes que a modificam, que a recriam, ao largo do tempo.

É o que sempre ocorreu com a Língua Portuguesa – considerada, segundo Antônio Houaiss (1983: 50) não apenas nossa língua comum e de cultura, mas também nosso vernáculo, ou seja – a língua que se aprende no seio da família.

No dizer ainda de Antônio Houaiss, a Língua Portuguesa foi, durante largo tempo, "vista", ideologicamente, de três modos:

1 – como portuguesa e dos portugueses (devendo, por isso, os usuários de outras origens que não portuguesas subordinar-se passivamente aos ditames dos "proprietários da língua;

2 – como portuguesa e também dos brasileiros (que não só deveriam "aprender" os padrões dos portugueses, mas frequentemente foram ferrenhos defensores desses padrões e da casticidade dessa língua de "adoção);

3 – como portuguesa e - ou brasileira e - ou angolana e - ou moçambicana e - ou goense, etc., isto é, bem comum que será tanto mais meu quanto mais for de todos" (1983: 51,52).

Sabemos ter sido o ideal dos clássicos elevarem essa língua ainda tosca e singela, que os antepassados medievais haviam forjado, à riqueza e elegância do Latim literário. Por três séculos, a Língua Portuguesa foi elaborada por escritores eruditos que, tendo formado seu senso estético nos moldes latinos, se expressavam aristocraticamente, quer aspirassem à grandiosidade épica ou à pompa oratória, quer à doçura lírica ou à densidade dramática, quer à narrativa histórica ou à argumentação. Simultaneamente, os gramáticos e

professores do idioma foram estabelecendo as normas para o seu uso "correto", sem cogitar de outras fontes de exemplificação que não fossem os bons escritores.

O Romantismo, com seu ideário de libertação, vem alterar tal estado de coisas. A autoridade dos clássicos torna-se esmaecida com o abandono ou menor obediência às normas referentes à técnica poética e à língua literária. Em Portugal, vê-se, então, Almeida Garrett iniciar a modernização da língua escrita escrevendo num tom coloquial gracioso e elegante, as suas *Viagens na minha Terra*, Camilo Castelo Branco, Alexandre Herculano e, posteriormente, Eça de Queirós e Fialho de Almeida vão igualmente renovando os procedimentos estilísticos, emprestando à Língua Portuguesa mais brilho e maleabilidade, mais vigor e graça expressiva.

No Brasil, onde a Língua Portuguesa já passara, na boca do povo, por sensíveis modificações, vai-se tomar, na fase romântica, consciência do problema de uma língua literária própria, surgindo, então, as primeiras gerações de escritores não só nascidos, mas também educados no Brasil. De fato, o ideal nacionalista e democrático do Romantismo não poderia deixar de refletir-se na forma de expressá-lo – a Língua.

No entanto, os românticos brasileiros foram mais ousados na teoria do que na prática. O próprio José de Alencar, que chegou a falar em "língua brasileira" e a teorizar sobre o assunto, não pretendia, afinal, criar uma língua nova, nem fazer ascender nossa linguagem popular à altura da língua literária. Alencar preconizava, sim, uma elasticidade maior de expressão, bem como a legitimação dos termos tipicamente brasileiros, uma sintaxe mais livre, ou melhor, menos sujeita às normas severas do Português europeu.

Assim se expressa o autor em *O Nosso Cancioneiro:*

> *Nós, os escritores nacionais, se quisermos ser entendidos de nosso povo, havemos de falar-lhe em sua língua, com os termos ou locuções que ele entende, e que lhes traduz os usos e sentimentos.*

Não era outro o pensamento de Gonçalves Dias, em Carta ao Dr. Pedro Nunes – documento de alta importância linguística e literária:

> *A minha opinião é que ainda, sem o querer, havemos de modificar altamente o Português (...). Para dizer o que hoje se passa, para explicar as ideias do século, os sentimentos desta civilização, será preciso dar novo jeito à frase antiga (1921: 131).*

Também Machado de Assis – o compreensivo e sereno leitor dos clássicos – não pensava diferentemente:

> *Não há dúvida que as línguas se alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes (...). A esse respeito a influência do povo é decisiva. Há certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo (1959: 822).*

Na fase modernista de nossa literatura, ressalte-se a figura de Mário de Andrade concebendo a Língua como realidade essencialmente social, à luz de uma atenção concentrada nos usuários e nos usos da língua (1976: 11-13). É, pois, realidade incontestável que as formas linguísticas se ajustam ao gosto e pensamento de cada um, ao meio em que vive. Trata-se de formas relativas a normas que correspondem, não ao que se deve dizer dos puristas, mas ao que tradicionalmente se diz num domínio de comunidade idiomática – normas que podem convier harmonicamente, dentro da Língua Portuguesa, com outras normas, peculiares a distintos ambientes sociais, culturais ou regionais.

Na delimitação das fronteiras entre o "correto" e o "incorreto", é preciso, pois, conceber a noção moderna de correto não como a que os gramáticos tradicionais defendem, ou seja, à luz da atitude proibitiva e regularizadora dos puristas – que Eça de Queirós tão bem caricaturou, quando disse:

> *O purista toma uma ideia e não quer saber se ela é justa, ou falsa, ou fina, ou estúpida – mas só procura descobrir se as palavras em que ele vem expressa, se encontram todas no Lucena! Agarra um soneto, um verso e uma mulher, e, pondo de parte o sentimento, a emoção, a imagem, a poesia, indaga apenas se as vírgulas estão no seu lugar e se as incidentais não cortam de mais a oração principal (XXIV: 228).*

Para os puristas, a correção idiomática é balizada pela estrita observância da norma escrita, rigorosamente entendida como lei fundada no exemplo dos clássicos. Alimenta o purismo a postura de apego às formas vernáculas da língua e, consequentemente, de repúdio a toda inovação.

A essa proposta do purismo, contrapõem os permissivos a anárquica recusa do binômio correto - incorreto, na defesa de que todas as manifestações linguísticas são igualmente válidas, desde que inteligíveis.

Não obstante concordarmos com o velho truísmo "o povo é que faz a língua", não podemos escamotear a nossa realidade e esquecer que essa máxima tem servido de bandeira e escusa a radicalismos anticorretores. Muitas vezes, ao invés de criador da língua, o povo é, nos nossos dias, um assimilador acrítico do que ouve e lê. Nem sempre de qualidade!

"Assim, reconhecendo embora a coexistência e legitimidade de várias normas linguísticas, no território nacional, e que a "unidade da língua não exige a imposição de uma norma única" (MENÉNDEZ PIDAL, 1964: 48), pensamos que o uso correto –" o falar que a comunidade espera", radica no conhecimento de domínio dos códigos que garantem o funcionamento do sistema linguístico, vinculando os falantes dessa comunidade a uma peculiar visão do mundo.

Se bem escrever é bem pensar, o mesmo é dizer que a língua influencia, modela e reflete a nossa concepção do mundo e da vida. É este o nosso entendimento da língua como veículo de cultura, como instrumento infinitamente disponível e como campo de realização social.

De quanto fica dito, podemos principalmente concluir que qualquer um dos utentes da língua não fala nem escreve de forma absolutamente igual nos vários momentos do quotidiano.

O falante, como elemento de uma rede interlocutiva social, adaptará estrategicamente o seu arsenal linguístico às diversas situações sociais, e muitas vezes condicionado pelas suas diferentes disposições psicológicas. Ele pode exprimir conceitos de um modo objetivo ou exuberante, ou ainda procurando transformar o mundo que o circunda: esse é o poder que a linguagem por meio de sua própria língua lhe proporciona.

Não há dúvida: o enunciado oral ou escrito dependerá da situação do discurso ou do contexto situacional, entendendo-se por esse contexto

> *O conjunto das condições psicológicas, sociais e históricas, ou seja, os fatores extralinguísticos que determinam a emissão de um enunciado num certo momento do tempo ou num determinado lugar (DUBOIS, 1973:342).*

Assim, por exemplo, o jornalista que fala em casa, com a família, adotará um determinado registro de nível da linguagem que vai ser, por certo, diferente do adotado na comunicação com os colegas. Se redige uma notícia, sabe que o registro vai ter de adaptar-se às normas próprias do gênero jornalístico. Se incumbido de entrevistar uma alta personalidade, adotará um registro ainda mais exigente. E ainda, no caso de se tratar de um jornalista escritor, há de querer adequar a sua linguagem ao gênero em que o seu enunciado se integra, com a liberdade que a escrita literária lhe proporciona, mas sempre movido pela exigência de que o resultado atinja alto grau de literariedade.

Lembre-se ainda que a identidade cultural não pressupõe, obrigatoriamente, uma língua nova, mas uma nova variedade dessa língua, que não é um sistema invariável, uniforme. Registram-se em toda comunidade linguística variações na pronúncia, no vocabulário, na sintaxe, no estilo, nos modos de organizar e representar a realidade. A variação pode estar relacionada a fatores regionais, ao sexo, à idade, à escolaridade, à posição social, enfim a inúmeras condições que permitem identificar grupos que partilham situações especiais de interação.

Estudos e pesquisas atuais no âmbito da Sociolinguística vêm enfatizando a existência de variáveis linguísticas, mas negam a deficiência ou inferioridade de uma variável em relação a outras. Frise-se, sob esse aspeto, que o respeito à variedade linguística do falar tem um papel importantíssimo no processo de comunicação, bem como no exercício criativo da linguagem. Assim, o uso da língua, tanto no processo de comunicação, quanto no exercício criativo da linguagem há de ser atento a uma condição fundamental, ou seja, à adequação

da linguagem, seja em relação às circunstâncias que envolvem o falante, seja em relação às condições pessoais do interlocutor. Nessa perspetiva, torna-se, pois, mais plausível a substituição do binômio certo - errado por adequado - inadequado.

O uso adequado e eficaz, nas mais variadas situações de comunicação, pressupõe uma competência pragmático-utilitária que emerge, não só da utilização de normas e convenções, mas também da conveniência e distinção entre uma variedade erigida em norma-padrão, institucionalmente reconhecida como tal, e outras variedades geográfica e socialmente diferentes e legítimas.

Princípios de liberdade integram-se, pois, no processo de comunicação, testemunhando o caráter dinâmico e flexível da língua.

> *Não existe nenhuma variedade nacional ou local que seja intrinsecamente "melhor", " mais pura", " mais correta" que outra. Toda variedade linguística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam. Quando deixar de atender, ela inevitavelmente sofrerá transformações para se adequar às novas necessidades. Toda variedade linguística é também o resultado de um processo histórico-social próprio, com suas vicissitudes particulares. (BAGNO, 1999,47).*

Cabe, pois, ao falante da língua evitar o erro milenar que consiste em estudá-la como uma coisa morta, sem levar em consideração as pessoas vivas que a falam. Expressão de vida, tem, pois, a Língua que ser atual.

Diferenças sempre haverá, e muitas são até desejáveis. Lutemos, porém, para que essas diferenças não ultrapassem o matiz ideal: um matiz que seja discreto para não entorpecer a circulação total do idioma, e bastante nítido para que nele ouçamos a Pátria. Trata-se, afinal de um patrimônio a ser cultivado: a Língua Portuguesa.

2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José. (1962).*O Nosso Cancioneiro.* Cartas ao Sr. Joaquim Serra. Introdução e notas de M. Esteves e M. Cavalcanti Proença. Rio de Janeiro, Livraria São José.

ANDRADE, Mário de (1976). *Táxi e Crônicas no Diário Nacional.* São Paulo, Duas Cidades - Secretaria de Cultura e Tecnologia.

ASSIS, Machado de. (1959). *Obra Completa.* Rio, Ed. Aguilar, III.

DIAS, Gonçalves (1921). "Cartas ao Dr. Pedro Nunes Leal". *Estante Clássica da Revista da Língua Portuguesa, VII, p. 131.*

DUBOIS, J. *et alii. (1973). Dictionnaire de Linguistique.* Paria, Larousse, p. 342

HOUAISS, Antônio (1983). *A crise de nossa língua de cultura.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

PIDAL, Menéndez (1964). *Presente y futuro de la lengua española.* Madrid, Ed. Cultura Hispânica.

QUEIRÓS, Eça de. (s - d) *Correspondência de Fradique Mendes.* XXVI, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores.

12. GRAÇA B. CASTANHO, GCASTANHO@HOTMAIL.COM

O ESTADO DA ARTE DO ENSINO DA LEITURA EM MOÇAMBIQUE, PORTUGAL E BRASIL

1.

A leitura, pelas vantagens sociais e pessoais que envolve, tem sido considerada inúmeras vezes, na literatura internacional da especialidade, o domínio da língua mais importante a ser ensinado nas escolas do Ensino Básico.

A convicção de que a leitura é indiscutivelmente uma mais-valia na vida dos indivíduos levou-nos a investigar a situação do seu ensino em três países lusófonos. Por motivos diferentes, escolhemos Portugal, Moçambique e Brasil, sendo que o trabalho levado a cabo nos últimos dois países faz parte de um projeto de pós-doutoramento realizado na Harvard University, sedeada em Cambridge, Massachusetts, EUA.

O ensino da leitura às crianças em início de escolaridade obrigatória foi o objeto das investigações em apreço e permitiu-nos concluir que existem contrastes acentuados entre os diferentes países no que diz respeito aos materiais de leitura usados, aos equipamentos e recursos disponibilizados nas salas de aula e na escola em geral, à formação inicial e contínua dos professores e aos projetos nacionais para promoção da leitura. Na nossa apresentação, partilharemos, em primeira mão, com os participantes do Encontro, os resultados dos nossos estudos, problematizando, sempre que

acharmos relevante, as implicações que as metodologias de trabalho adotadas têm junto da população estudantil.

Com esta comunicação pretendemos dar a conhecer a situação do ensino da leitura em três países de língua portuguesa. O enfoque recaiu na leitura por se tratar do domínio da língua que mais interfere no sucesso pessoal e académico dos indivíduos e no desenvolvimento económico e social de qualquer país. A opção pelo Brasil, Moçambique e Portugal deveu-se ao facto de estas serem as nações com mais falantes do idioma luso, em continentes diferentes, com percursos histórico-linguísticos únicos.

Por questões metodológicas, este trabalho organizar-se-á em quatro partes distintas: uma primeira parte em que explicitaremos o papel imprescindível da leitura nos nossos dias; um segundo momento dedicado à caraterização dos problemas educacionais mais prementes em cada um dos referidos países; uma terceira parte em que apresentaremos os resultados parciais de investigações levadas a efeito pela autora deste trabalho em Moçambique, Brasil e Portugal sobre o ensino da leitura aos alunos das primeiras classes do ensino obrigatório, no âmbito de um programa de pós-doutoramento realizado na Harvard University, em Cambridge, Massachusetts, EUA; e, finalmente, uma pequena conclusão do nosso trabalho.

2. O PAPEL DA LEITURA NOS NOSSOS DIAS

Se a incapacidade da leitura não põe em causa a sobrevivência, é, certamente, na generalidade das situações, fator dificultador da subsistência, da participação social e do exercício pleno da cidadania.

Tem-se como certo, nos nossos dias, que a leitura (associada à escrita e à oralidade) é uma componente estruturante de um número significativo de eventos (Sousa, M. L., 1998). Na maioria das sociedades contemporâneas, os indivíduos, no decurso das suas atividades quotidianas de interação profissional, convívio social, obtenção e aplicação de conhecimentos, prazer e lazer, confrontam-se com situações cada vez mais complexas de comunicação, as quais exigem o processamento da informação escrita.

São inúmeros os estudos que advogam consequências sociais, políticas, culturais, linguísticas e cognitivas para os sujeitos leitores e respetivas comunidades de que fazem parte. Assim, quanto mais e melhor leem as pessoas, melhor será o seu desempenho, nas mais diversas tarefas da vida em comunidade, e mais elevado será o seu nível de literacia, "*condição fundamental de desenvolvimento económico, potenciação cultural, qualidade democrática e afirmação internacional*", como nos lembram Benavente *et al*. (1996: 407)[12].

Neste contexto, compreender o que se lê é uma exigência pessoal, social e profissional a que estão obrigados os seres humanos.

> "*É hoje incontornável o facto de que capacidades reduzidas neste domínio geram, para os indivíduos e os grupos, riscos sérios de exclusão social e, para os países, riscos não menores de subalternização cultural e política*" (Benavente *et al*., 1996: 396).

Muitos são os que veem, na leitura, uma prática complexa e multifacetada. Se, por um lado, a leitura é valorizada pela sua dimensão funcional e pragmática, na sociedade em geral e na escola em particular, por outro, ganha contornos de exceção por formar intelectual e moralmente o indivíduo, desenvolver a imaginação do leitor e favorecer a aquisição da cultura.

A leitura é, não raras vezes, conotada com a substância da vida cultural (Gratiot-Alphandéry, H., 1978), uma vez que toda a atividade cultural passa, mais cedo ou mais tarde, pelo registo em texto escrito - com destaque para o livro - e pela consequente leitura. É esse o posicionamento de Sim-Sim, I. (1994: 132) ao afirmar:

> *"A mestria do código escrito é o poderoso passaporte para o conhecimento do que outros, distantes no tempo e no espaço, têm a dizer*

[12] Aconselha-se a leitura dos documentos da O.C.D.E., como, por exemplo, *Analfabetismo Funcional e Rentabilidade Económica* (1993), Rio Tinto: Edições ASA.

sobre o real, aqui incluídas as variadas perspetivas e orientações filosóficas e políticas. Para franquear a porta de acesso ao referido conhecimento é necessário ser-se literato, i.e., dominar os mecanismos que nos permitem ler para aprender, tornando-nos, assim, apreciadores do real. ".

Concordando com as implicações culturais advenientes do ato de ler, Antão, J. (1997: 9) defende que a pobreza ou incapacidade de leitura "é sinónimo de atraso cultural, o qual, por sua vez, vai repercutir-se no social, no económico, no político, no moral". Numa aceção mais lata, a prática de leitura pode ser encarada como veículo de acesso não só ao emprego, à participação cívica, como também à cidadania e à cultura.

É consensual também o facto de que a literacia em geral e a leitura em particular contribuem para o desenvolvimento social, sucesso pessoal e profissional, acesso à informação e conhecimento, criação de uma consciência coletiva, mudança de mentalidades. Essa capacidade formativa - educativa da leitura revela-se na formação da sensibilidade, no desenvolvimento da linguagem e no entendimento da leitura como aptidão especializada, como uma dimensão cognitiva.

Esta perspetiva diferente é apresentada por Rebelo, D. (1990). A autora considera que o ato de ler é um processo mental cuja realização abrange um conjunto de habilidades (fonológica, gramatical e semântica), contribuindo para o desenvolvimento do intelecto.

Na nossa sociedade, é à escola que cabe a tarefa de ensinar a ler (Jenkinson, 1976; Sousa, M. L., 1998; Silva, L. M., 1998). *Não sendo uma capacidade inata, a leitura é eminentemente cultural, social, pois resulta de uma caminhada que depende de uma multiplicidade de fatores exógenos ao sujeito - potencial leitor* (Cimaz, 1978, Dickson *et al*., 1998).

Porque as práticas de leitura, desenvolvidas em contexto escolar, são experiências linguísticas às quais se reconhece o desenvolvimento da dimensão cognitiva, facilmente se conclui que a leitura é um ótimo auxiliar no estudo e é o grande alicerce do processo ensino-aprendizagem que se constrói nas escolas, desde a Língua Materna à Matemática. Neste sentido, visto que ler é um meio através do qual o leitor acede à aprendizagem nas diferentes áreas disciplinares e pela vida fora, lembra-nos Jenkinson (1976: 74) que a leitura é a via para a criação de comunidades de leitores vitalícios:

"(...) a leitura é igualmente uma experiência; é suscetível de alargar a compreensão, de desenvolver conceitos e de incrementar constantemente a experiência individual. Na maioria das escolas a leitura transforma-se na principal chave da aprendizagem e continua a constituir a via fundamental para que qualquer pessoa se torne um aprendiz incansável durante toda a vida".

Nos últimos anos, não obstante os autores concordarem que a leitura é um domínio transversal através do currículo, tem-se vindo a afirmar a tese de que é necessário entender a leitura não apenas como uma ferramenta ao serviço de todo o tipo de projeto de aprendizagem, mas como *"um programa, ou um projeto, pensado, delineado, elaborado e concretizado em conjunto com os leitores*" (Charmeaux, E., 1992: 172).

Sendo a leitura tão importante no contexto escolar, não é, pois, de admirar que muitos estudiosos a considerem o conteúdo mais importante a desenvolver junto da população estudantil. É o caso de Charmeaux, E. (1992: 10) que, por exemplo, adianta que "*dentro da dita ação pedagógica, a prioridade das prioridades é a leitura*".

Uma prioridade, certamente, a assumir pela escola durante toda a caminhada escolar. Como todas as atividades linguísticas, a leitura é um processo complexo.

O seu domínio não se esgota na aprendizagem da decodificação, acertadamente utilizada no primeiro ciclo do ensino básico (Snow *et al*, 2005). Para além desta dimensão, aprender a ler é uma tarefa que exige a coordenação de variadas e inter-relacionadas fontes de informação. Por esta razão, a aprendizagem da leitura terá de ser encarada ao longo de todo o percurso escolar dos alunos, uma vez que

" *não há um dia mágico em que passamos de aprendizes de leitura a leitores. Aprender a ler é uma questão de desenvolvimento e, por isso, quanto mais lemos, melhor lemos, porque mais palavras e seus valores se*

reconhecem, mais pistas contextuais sabemos usar, mais relações podemos estabelecer, em suma, porque mais sabemos" (Sousa, M. L., 1989: 50)

A necessidade de as escolas garantirem a criação de comunidades de leitores vitalícios é tanto mais importante quanto sabemos que existe, nos países de língua portuguesa, uma larga franja da população estudantil em situação de insucesso escolar, realidade que poderá comprometer o próprio desenvolvimento das respetivas nações.

Tal como nos recorda Snow *et al*. (1998: 1), "*reading is essential to success in our society. The ability to read is highly valued and important for social and economic advancement*". Esta asserção, relevante para todos os países do mundo, ganha, contudo, real importância nos países com maiores problemas de pobreza e de dependência financeira, uma vez que o desenvolvimento nunca será uma realidade sem a erradicação dos baixos níveis de literacia.

3. DIFICULDADES E PROBLEMAS EDUCATIVOS

Estudos internacionais e nacionais têm demonstrado que os índices de literacia nos denominados países lusófonos são baixos e preocupantes.

No CIA World Factbook de 2005, Portugal ocupa um modesto 82º lugar com uma cobertura populacional de 91.3%, apesar dos esforços desenvolvidos pelo país, no sentido de garantir escolaridade obrigatória desde o 25 de abril de 1974.

Por seu turno, o Brasil apresenta-se em 95º lugar, com uma percentagem de 86.6%, fruto dos programas de alfabetização das últimas décadas.

Os países da África lusófona, igualmente referenciados no quadro da CIA World Factbook (2005), conhecem pior sorte, apresentando percentagens preocupantes que oscilam entre 69.2% (Cabo Verde no 123º lugar da tabela) e 27.4% (Guiné-Bissau no 169º lugar).

Quadro 1 – Distribuição dos Países13 por Níveis de Literacia

Rank	Países	Literacia %
1-3	Austrália, Finlândia, Luxemburgo	100
4-5	Islândia, República Checa	99.9
6-7	Estonia, Lituânia	99.8
8-9	Polónia, Samoa	99.7
10-12	Ucrânia, Eslovénia, Letónia	99.6
13-14	Rússia, Bielorrússia	99.5
15	Hungria	99.3
16	Tajiquistão	99.1
17-23	Suécia, Suíça, Reino Unido, Uzbequistão, Bermudas, França, Alemanha	99
32	Itália	98.3
33	Bulgária	98.2
40	Irlanda	98
50	Spain	97.2
52	Canada, EUA	97
82	Portugal	91.3
95	Brasil	86.6
112	Turquia	78.7
123	Cape Verde	69.2
133	São Tomé and Príncipe	62
160	Moçambique	32.7
167	Angola	28
169	Guiné-Bissau	27.4

[13] No quadro em apreço, optámos por não apresentar todos os países nele contidos originalmente. Seleccionámos apenas os primeiros vinte países, outros que, de alguma maneira, se relacionam com o mundo lusófono e ainda todos os países de língua portuguesa, respeitando o posicionamento original.

Source: CIA World Factbook, January, 2005

Conscientes de que o esforço desenvolvido pelos diferentes governos em oferecer a frequência escolar às gerações mais novas e aos adultos não é garantia de aquisição vitalícia de competências linguísticas, sociais, científicas e culturais, os estudiosos lembram que por detrás destas percentagens muitos problemas se escondem. É o que nos demonstra, por exemplo, o estudo internacional PISA (Programme for International Student Assessment), lançado pela OCDE em 1997, cujos primeiros resultados foram conhecidos em 2000. Neste estudo, as competências de leitura de 48% dos jovens portugueses situaram-se nos níveis 1 e 2 numa escala de cinco, denunciando a incapacidade das escolas portuguesas ensinarem os seus alunos a ler.

Outro caso paradigmático prende-se com os resultados das provas de aferição (final do 1º ciclo), as quais têm vindo a revelar que as crianças transitam para o 2º ciclo com lacunas sérias na leitura e escrita.

A corroborar este panorama surgem os índices de abandono e desistência escolar, os quais são elevados em Portugal, tendo vindo a aumentar nos últimos anos. Segundo Eugénio Rosa (2006), entre 1996 e 2006, nos últimos 10 anos, o abandono escolar praticamente não diminuiu em Portugal, pois passou de 40,1% para 40%, enquanto a média comunitária desceu de 21,6% para 17%, ou seja, registou uma redução de 18,2%. Mas ainda mais grave é que o abandono escolar, entre 2005 e 2006, aumentou em Portugal, passando de 38,6% para 40%, num período de tempo em que a média comunitária continuou a descer.

De acordo com o relatório "Education at a Glance", de 2003, a percentagem de população portuguesa que concluiu o Ensino Secundário foi a mais baixa da OCDE. Em Portugal, apenas 20% dos jovens terminam o Secundário (contrariamente à taxa de 64% dos países da OCDE), a saída precoce da escola é a mais alta da União Europeia (19%) e a taxa de desemprego jovem é superior à média europeia.

Dados do Instituto Nacional de Estatística indicam que, em Portugal, cerca de um milhão de pessoas nunca foram à escola. Não conhecem as letras ou os números, não são capazes de preencher os impressos dos seus impostos, não conseguem ver um filme com legendas ou fazer aquilo que, para muitos, é um gesto básico: escrever o seu nome. De acordo com a mesma fonte, são mais de 800 mil os analfabetos com 10 ou mais anos, para pouco mais de um milhão de licenciados.

Se compararmos os outros países de língua portuguesa com Portugal, infelizmente, a situação não é mais satisfatória. No Brasil, o único país de língua portuguesa da América do Sul, com mais de 160 milhões de habitantes, a oportunidade de acesso à educação básica para todas as crianças foi consideravelmente melhorada a partir de 1996. No entanto, o nível de atendimento é ainda insatisfatório, constituindo-se o Nordeste do país a região mais problemática com cerca de 50% das crianças fora do sistema escolar. Um relatório do Ministério da Educação de 2000 refere que o abandono escolar é de cerca de 67%, atingindo sobremaneira as crianças brasileiras pertencentes a famílias socialmente excluídas, vivendo em situação de pobreza, especialmente no Nordeste, nas áreas de produção de carvão, de plantação do açúcar e zonas do garimpo, ou seja, zonas de procura de ouro.

Também no Brasil, a acrescer o abandono escolar, hoje em dia, surgem problemas sérios de leitura. As avaliações nacionais de 2003 (BRASIL SAEB) evidenciaram um total de 55.4% de alunos que apresentam dificuldades sérias de leitura. Outra avaliação que causou grande preocupação no Brasil foi o estudo PISA – 2000, organizado pela OCDE. Numa listagem de 32 países participantes, o Brasil ficou em último lugar.

Quanto a Moçambique, país com uma população que ronda os 18 milhões de habitantes, a situação ganha contornos bem mais preocupantes, não obstante os progressos conseguidos. Em termos gerais, entre 1997 e 2003, as taxas de analfabetismo baixaram de 61 para 54% entre a população com 15 anos de idade e mais. As taxas de alfabetização por género continuam, contudo, a ser um desafio a ter em conta, porquanto dois terços das mulheres moçambicanas, em 2003, continuavam sem saber ler e escrever. A taxa de analfabetismo entre as mulheres permanece quase o dobro da dos homens.

O ensino primário registou um aumento considerável de alunos inscritos. Entre 1997 e 2003 o aumento foi de 1.7 para 2.8 milhões. Mais de metade dos

alunos continua a abandonar o sistema de ensino sem completar os sete anos de educação primária. Em 2003 apenas 38.7% das crianças conseguiram passar no exame da 5ª classe, situação que afasta da escola milhões de crianças no todo nacional.

Poucos estudos existem sobre a situação da literacia no país. Sabe-se, contudo, que por altura da independência, em 1975, Moçambique foi considerado o país com maior índice de iliteracia do mundo (93%). Perante estes números catastróficos, nos anos seguintes, uma forte campanha de literacia, acompanhada de uma explosão de frequência escolar, foi implementada, resultando num decréscimo dos índices de iliteracia, os quais se situavam em 39.9% nas zonas urbanas e 78.2% nas áreas rurais.

Depois da independência, Moçambique envolveu-se numa guerra civil, a qual durou 16 anos, período mais do que suficiente para destruir em 50% as estruturas escolares existentes. A partir de 1990, altura em que Moçambique se tornou signatário da Declaração Mundial que prevê Educação para Todos, a literacia funcional tornou-se numa prioridade até aos nossos dias, com resultados frágeis, devido à pobreza, aos níveis elevados de HIV-SIDA e às catástrofes naturais que têm destruído os recursos dos moçambicanos que vivem do fruto da produção das terras.

4. O ENSINO DA LEITURA

Dado que não é nossa intenção estabelecer qualquer tipo de comparação entre os países visados, passaremos a apresentar duas dimensões do fenómeno do ensino da leitura por país, nomeadamente no que diz respeito aos (1) métodos de leitura; e (2) materiais pedagógico-didácticos, sem antes deixar de referir a organização genérica do ensino obrigatório em cada país. Em qualquer um dos países em estudo, a escolaridade é universal, gratuita e obrigatória, conforme prevê a constituição das respetivas nações. No Brasil e em Portugal, os alunos têm de frequentar a escola até ao 9º ano, enquanto em Moçambique têm de o fazer até ao 7º ano. O início da educação formal acontece aos 6 anos, altura em que a criança é considerada como estando preparada para dar início à aprendizagem sistemática da leitura e da escrita, assente no seu desenvolvimento global e nas suas competências orais e experiências de vida.

Ao contrário de Portugal e do Brasil, o ensino pré-escolar em Moçambique não é responsabilidade governamental. Parte da iniciativa privada ou comunitária, servindo, por isso, apenas as camadas mais favorecidas da população. A cobertura do pré-escolar, nos dois primeiros países, é assumida como responsabilidade dos responsáveis políticos a nível nacional, regional e local, tendo vindo os municípios a ganhar um papel cada vez mais preponderante na cobertura nacional do ensino pré-escolar.

Métodos de Leitura. A questão dos métodos utilizados no processo de alfabetização é central para o sucesso na aquisição e aprofundamento das competências leitoras. Ficou provado que, durante décadas, os métodos utilizados, na generalidade dos países, não garantiram a eficácia da aprendizagem da leitura e da escrita em níveis satisfatórios para os desafios do mundo atual. No seguimento desta constatação, a questão da alfabetização tem sido assumida como prioridade absoluta da educação, levando a acesas discussões no Brasil, à imagem do que vem acontecendo noutros países, a saber Estados Unidos, França, Bélgica; Inglaterra, etc.

No Brasil, desde o início da década de 1970, os métodos globais e ideográficos, bem como o construtivismo e o sociointeracionismo suplantaram os métodos sintéticos, alfabéticos, silábicos e fónicos, de cariz tradicional. O sentido do texto e da palavra no texto ganharam evidência em detrimento da exploração dos elementos constituintes da palavra – a sílaba e a letra.

Nos últimos anos, na sequência de diversos trabalhos internacionais, dos quais se destacam o National Reading Panel dos EUA, o National Literacy Strategy da Inglaterra, e o Observatoire National de la Lecture da França, o Brasil relançou a polémica em busca das melhores soluções para o problema de iliteracia que grassa no país. A apologia dos métodos fónicos tradicionais estão em franca ascensão, com o apoio do Governo de Brasília.

Não obstante estas diligências em alinhar os métodos de leitura utilizados no Brasil com países de referência, a investigação por nós realizada demonstrou que a generalidade dos docentes da 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental utiliza métodos mistos, aproveitando o que cada um tem de melhor para as

especificidades de cada classe. A segunda opção recai no método analítico-sintético que propõe a exploração inicial das ideias do texto fazendo uma caminhada gradual que passa, de seguida, pela exploração das palavras, sílabas e letras. Neste novo contexto, a leitura é definida como a "capacidade de extrair a pronúncia e o sentido de uma mensagem a partir de sinais gráficos" (Brasília, 2003: 20).

Usando os argumentos do National Reading Panel, EUA, o grupo de trabalho que elaborou o relatório final sobre a alfabetização infantil (Brasil, 2003: 23), deu como um facto científico o aprender a ler, atividade que requer: compreender o princípio alfabético; aprender as correspondências entre grafemas e fonemas; segmentar sequências ortográficas de palavras escritas em grafemas; segmentar sequências fonológicas de palavras faladas em fonemas; e usar regras de correspondência grafema-fonema para descodificar informação.

Longe destas preocupações epistemológicas e metodológicas encontram-se Portugal e Moçambique. Em ambos os casos não se conhece qualquer alinhamento com as novas orientações. Em Portugal, os programas do 1º e 2º ano de escolaridade não apresentam quaisquer orientações sobre o método de ensino da leitura, deixando ao critério das instituições de formação de professores e, mais tarde, ao critério de cada docente a escolha do método mais adequado.

Só agora, com a implementação do Plano Nacional de Leitura, e o projeto que lhe está associado de formação dos professores em ensino da leitura e escrita, é que se irá proceder ao estudo das propostas que têm sido feitas aos alunos do ensino superior, bem como as práticas letivas levadas a efeito pelos docentes nas escolas do 2º ciclo em Portugal. Na verdade, até à data, ninguém sabe ao certo o que se passa a este nível no nosso país, havendo uma necessidade premente de investigar este fenómeno, a fim de se uniformizar a abordagem a usar no ensino da leitura, com base em dados científicos e irrefutáveis.

Curiosamente, no caso concreto de Moçambique, quer os programas da 1ª e 2ª classes do Ensino Básico quer o projeto de formação docente, a acontecer à escala nacional, com base num programa intitulado CRESCER (Cursos de Reforço Escolar, Sistemáticos, Contínuos, Experimentais e Reflexivos), suportado por financiadores estrangeiros, aconselham a utilização do método analítico-sintético Os métodos fónicos foram abandonados dos textos orientadores das práticas docentes em Moçambique, numa altura em que os investigadores internacionais os apontam como a melhor solução para a mestria da leitura e da escrita, independentemente da língua. Sem o domínio grafo-fónico da língua, a aprendizagem da leitura pode ser retardada e até dificultada, num idioma silábico como é o caso do Português.

Apesar destas orientações, nem todos os professores em Moçambique utilizam o método analítico-sintético. Muitos são os que se sentem mais à vontade com o método sintético que introduz a letra em busca da sílaba e da palavra. Receosos de experimentar novos métodos, apostam no que conhecem e na forma como os próprios foram alfabetizados ou aprenderam nas escolas de magistério primário.

Materiais pedagógico-didácticos. A investigação internacional tem demonstrado que a qualidade e acessibilidade de materiais pedagógico-didácticos na sala de aula influenciam largamente as práticas dos professores. É óbvio que escolas com professores sem qualificação académica e sem materiais não podem oferecer um ensino de qualidade.

Neste sentido, os recursos materiais são muito importantes para o sucesso educativo. Vários estudos realizados em países pobres revelaram que o provimento de materiais de ensino acompanhado de refeição para as crianças tinha efeitos muito positivos no aproveitamento dos alunos (Education For All Global Monitoring Report, 2005).

Os materiais pedagógico-didácticos que as escolas dos três países em apreço têm ao serviço do ensino da leitura é, portanto, uma dimensão do ensino da leitura que requer a máxima atenção.

Se, por um lado, as crianças moçambicanas têm acesso apenas aos manuais escolares, as portuguesas e as brasileiras já contam com mais materiais de leitura, somo se pode constatar no Quadro 2 abaixo representado:

Quadro 2 : Materiais de Leitura Usados Com Muita Frequência na Aula

Materiais de Leitura	Moçambique	Portugal	Brasil
	%	%	%
Livro didático de Língua Portuguesa	100	97	99
Livro didático de outras áreas	100	98	98
Cadernos com exercícios de escrita	-	40	85
Jogos de palavras	-	45	60
Fichas de interpretação de textos	82	78	75
Livros contemporâneos de literatura infantil		69	89
Textos de tradição oral	-	73	85
Textos escritos pelos alunos	-	59	69
Dicionário ilustrado	-	45	50
Enciclopédia infantojuvenil	-	43	64
Revistas	-	27	58
Jornais	-	39	53
Cartas	-	12	47
Correio electrónico (Email)	-	36	77
Outros materiais. Quais? (posters, mapas...)	-	35	49

Um dado curioso prende-se com o esforço que os municípios brasileiros estão a desenvolver no sentido de apetrechar as suas escolas com laboratórios de computadores e bibliotecas escolares com material de leitura diversificado e atualizado, sem descurar a presença de funcionários formados nas áreas da leitura e da dinamização de bibliotecas ou espaços afins. Mais nos estados do Centro e Sul do que no Nordeste brasileiro, a situação de especialistas à frente da biblioteca repete-se com vantagens significativas para docentes e população estudantil. Mesmo em bairros pobres, a busca de melhores condições de ensino é constante por parte do corpo docente que já percebeu o alcance da leitura e a sua importância para a formação de cidadãos interventivos e responsáveis. Nesta perspetiva, quer a biblioteca escolar quer os laboratórios de computadores servem para o aprofundamento da leitura. Na biblioteca, são dinamizadas atividades de leitura e feito o aconselhamento e acompanhamento dos professores e alunos, enquanto nos laboratórios de computadores são realizados projetos multidisciplinares que visam o desenvolvimento de competências relacionadas com o uso do computador, na ótica do utilizador, e com a capacidade de pesquisar conteúdos na Internet, bem como criar *sites, chats*, redes que permitam a comunicação *on-line* de alunos geograficamente afastados. A existência de software educativo especializado nas aprendizagens que as crianças necessitam de fazer facilita o trabalho dos professores e alunos, acrescentando à aprendizagem colorido, diversidade e divertimento.

Falar do Brasil é falar de um mundo caraterizado por diferenças acentuadas em todos os patamares da vida em comunidade. Fazendo a escola parte da dimensão social, ela própria é reflexo das discrepâncias ao nível da qualidade de ensino ministrado e dos recursos colocados ao serviço desse ensino. Neste sentido, existem escolas com projetos educativos ricos, apesar da sua localização problemática, e escolas com propostas desadequadas às necessidades dos alunos e suas comunidades. De ressalvar, contudo, o esforço que o governo brasileiro tem vindo a desenvolver há quase uma década no sentido de elevar os índices de literacia do seu povo. A palavra de ordem é garantir ensino a todas as crianças e condições para que esse ensino se faça com qualidade. A corroborar esta dinâmica está a formação universitária da classe docente, ao contrário das soluções precárias que se praticavam em décadas anteriores.

Em Moçambique, o manual único, de distribuição gratuita por parte do Ministério da Educação, é visto por grande parte dos professores como suficiente para a alfabetização das crianças. Gostariam de poder contar com mais materiais didáticos, desde cadernos de exercícios a cartazes, mapas e pósters, mas não referem a imprescindibilidade da existência de bibliotecas escolares ou de laboratórios multimédia. Tal situação deve-se à falta de preparação da maioria dos docentes moçambicanos, os quais possuem como habilitações literárias o 10º ano de escolaridade ou 12º + 1 ou 2 anos de preparação para a docência numa escola de magistério primário. Estes docentes, dada a curta preparação académica, para fazer face à falta de professores que grassa no país e ao número cada vez mais elevado de alunos a

frequentar a escolaridade obrigatória[14], não estão preparados para ensinar a ler e a gostar de ler com base em recursos e registos diversificados nem estão preparados para o uso dos computadores em contexto de sala de aula, caso estes existissem.

Uma das conclusões do nosso estudo (Castanho, 2007) remete-nos para o interesse que há em apetrechar as escolas moçambicanas com materiais de apoio ao ensino à leitura não só para promover a aprendizagem junto dos alunos, mas também para oferecer aos docentes oportunidades de aprofundarem os seus conhecimentos do mundo e da língua portuguesa, área em que sentem muitas dificuldades, uma vez que, de acordo com o último Censo (1980), apenas 1.2% da população fala a língua portuguesa como língua materna, 24% considera o Português como a sua segunda língua e cerca de 75% não a fala por completo. Este último grupo fala mais de 30 línguas nacionais, entre elas o Kimwani, Shimakonde, Ciyao, Cinyanja, Emakhuwa, Chuabo, Cinyungwe, Cisena, Cibalke, Cishona, Gitonga, Cicopi, XI ronga, Xitswa e XI changana.

Os espaços de bibliotecas escolares ou de turma a funcionar com um mínimo de condições são inexistentes e, nos raros casos em que uma sala ganha esta nomenclatura, confrontámo-nos com material escasso, obsoleto, desadequado aos interesses e necessidades dos alunos. A existir este espaço de biblioteca, muitas vezes o mesmo é usado para a lecionação de aulas de ofícios.

Em Portugal, e no que diz respeito aos materiais que apoiam os professores na caminhada da alfabetização, vive-se uma situação de grande multiplicidade de situações: escolas há, especialmente as associadas ao projeto da Rede de Bibliotecas Escolares e - ou ao Plano Nacional de Leitura, que têm espaços de leitura com materiais e equipamentos do melhor que se pode encontrar pela europa fora, outras há em que se ensina com base nos manuais e pouco mais. Grande parte dos professores em Portugal não aposta na leitura como fonte de formação pessoal e social dos indivíduos e de desenvolvimento do próprio país. Só mesmo projetos como o Plano Nacional de Leitura e a Rede de Bibliotecas Escolares podem inverter práticas seculares de ensino assentes na filosofia do manual único e na ausência de hábitos de leitura junto das populações. Não obstante este panorama, é de realçar a diversidade de materiais que começam a ser usados pelos professores portugueses no ensino da leitura e da escrita aos alunos do 1º e 2º anos de escolaridade, numa aposta de formação mais consentânea com os desafios do mundo global.

5. CONCLUSÃO

Os resultados agora apresentados, ainda que breves, demonstram claramente o interesse que existe em alargar a todos os países de língua portuguesa a discussão acerca dos processos que acompanham a alfabetização.

À semelhança do que se passa com o novo acordo ortográfico, que visa a uniformização de formas de escrita, com vista à aproximação linguística entre todos os falantes e escreventes da língua portuguesa, dever-se-ia considerar seriamente a possibilidade de análise conjunta da melhor forma de ensinar a ler e escrever no idioma luso. Os sucessos de uns deveriam ser transmitidos aos outros utentes da língua para que ficássemos todos a ganhar com as aprendizagens, investigação e experiências realizadas por quem comunga do mesmo património linguístico-cultural.

5. BIBLIOGRAFIA

Benavente et al. (1996). (Coord.). A literacia e Portugal: resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional da Educação.

Gratiot-Alphandéry, H. (1978). O papel da leitura na formação da criança e do adolescente. In J. Jolibert & R. Gloton. O poder de ler. Porto: Livraria Civilização – Editora.

Sim-Sim, I. (1994). De que é que falamos quando falamos de leitura. Inovação, 7 (2).

Eugénio Rosa (2006). Estudo sobre o Abandono Escolar em Portugal. Disponível em http: - - resistir.info . Acesso a 14 de novembro de 2006.

Education For All Global Monitoring Report (2005). Disponível em http: - - portal.unesco.org - education - en - ev.php Acesso a 6 de fevereiro de 2007.

Antão, J. (1997). Elogio da Leitura. Porto: Edições ASA.

Rebelo, D. (1990). Estudo Psicolinguístico da aprendizagem da leitura e da escrita. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Educação.

[14] Recorde-se que a média de alunos por sala é de 61 para um professor, havendo situações em que numa sala existem mais de cem alunos, sendo que grande parte dos mesmos não tem cadeira ou carteira para estudar condignamente. Situações há em que as aulas são dadas ao ar livre, debaixo de uma árvore. Estas são chamadas as "escolas sombra".

Jenkinson, M (1976). Formas de Ensino. In Ralph C. Staiger (Ed.). O ensino da leitura I. Portugal: Editorial Estampa.

Silva, L. M. (1998). Bibliotecas escolares e construção do sucesso educativo. Dissertação de Doutoramento em Educação. Braga: Universidade do Minho – Instituto de Educação.

Cimaz, J. (1978). A qualidade de não leitor não é inata, é adquirida. In J. Jolibert & R. Gloton. O poder de ler. Porto: Livraria Civilização.

Charmeaux, E. (1992). Como fomentar los habitos de lectura. Barcelona: Edições CEAC, S. A.

Snow, C.; Griffin, P.; Burns, M. (ed.) (2005). Knowledge to support the teaching of reading: preparing teachers for a changing world. San Francisco, CA: Jossey-Bass.

Snow, C. et al (1998). Preventing reading difficulties in young children. Washington DC: National Research Council.

Brasil (2003). Relatório Final do Grupo de Trabalho Alfabetização Infantil: os novos caminhos. Disponível em http: - - wwwmec.gov.br. Acesso a fevereiro de 2007.

Brasil (SAEB). Resultados do SAEB - 2003. Junho de 2004 (versão preliminar). Disponível em http: - - www.inep.gov.br - basica - saeb - default.asp. Acesso a 05 de março de 2006.

Sousa, M. L. (1998). A construção escolar de comunidades de leitores – leituras do manual de português. Dissertação de Doutoramento, Braga: Universidade do Minho.

13. TEIXEIRA, JOSÉ CARLOS, ASSISTANT PROFESSOR, DEPARTMENT OF GEOGRAPHY, UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA OKANAGAN, CARLOS.TEIXEIRA@UBC.CA

A SUBURBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS EM TORONTO E MONTREAL: DO ISOLAMENTO À INTEGRAÇÃO RESIDENCIAL? (1)

1. INTRODUÇÃO

Toronto e Montreal, duas das maiores cidades de entrada para imigrantes no Canadá, têm passado por uma significante transformação nas últimas décadas, tanto na sua paisagem física quanto em seus aspetos sociais e culturais. Na verdade, desde o começo da década de 1950, tanto Toronto quanto, ainda que em menor escala, Montreal e seus subúrbios tornaram-se extraordinariamente variados em seus aspetos culturais e raciais. Segundo o censo de 2001, um pouco mais de que 2 milhões dos habitantes de Toronto (44%) nasceram fora do Canadá, enquanto em Montreal cerca de 622.000 habitantes (18%) nasceram fora do Canadá (Justus, 2004). Além disso, a internacionalização da imigração no Canadá desde os anos ’60, com a mudança dos países de origem da Europa para a Ásia, África, América Latina, Caribe e Oriente Médio trouxeram uma mudança dramática ao mosaico etnocultural de Toronto e Montreal.

Entre os estudiosos canadianos houve um aumento na consciencialização da importância que certos grupos de imigrantes dão à casa própria, bem como os altos níveis de mobilidade residencial e de suburbanização entre eles e a tendência exibida por certos grupos a formarem agrupamentos étnicos. (Qadeer, 2004; Hiebert, 2000). Nesse contexto da presença de imigrantes em nossas maiores áreas urbanas, o processo de decisão de deslocamento, inclusive a mudança para os subúrbios, é considerado complexo e multidimensional, inserido que é em mercados habitacionais heterogéneos. (Clark e Dieleman, 1996; Teixeira e Murdie, 1997).

Esse estudo põe em foco portugueses que estabeleceram grupos de imigrantes em Toronto e Montreal desde o começo dos anos ’50. Esse grupo apresenta altos índices de propriedade das casas em que moram bem como uma alta tendência à suburbanização. O grupo português também é notável por seu alto grau de segregação dentro dos limites das cidades de Toronto e Montreal, assim como sua propensão incomum a ressegregar os subúrbios (ex., Mississauga, um subúrbio a oeste de Toronto, e Laval, ao norte de Montreal). O objetivo deste estudo é comparar o processo de recolocação e suburbanização dos proprietários de casa nas áreas de Toronto e Montreal. Atenção será dada aos seus padrões de colonização e escolha de imóveis, bem como às estratégias empregadas na busca de novas residências.

Este estudo longitudinal baseia-se nos dados obtidos originalmente em questionários levantados em 1984 entre os residentes portugueses da Cidade de Montreal e em 1990 entre residentes de Toronto que mudaram-se para Mississauga, um subúrbio a oeste de Toronto. Um total de 36 proprietários de casa portugueses em Montreal e 110 em Mississauga participaram do estudo. Os dados foram coletados no contexto das teses de mestrado e de Ph. D. em geografia do autor. Maiores detalhes quanto ao critério de seleção da amostra da população constam em Teixeira (1986, 1993, pp. 54-56 e pp. 97-112).

Em 2003 concebeu-se um plano para re-entrevistar os portugueses proprietários de casas em ambas cidades: Mississauga no verão de 2003 e Montreal no outono de 2003. 146 cartas (110 em Mississauga e 36 em Montreal) foram enviadas pelo correio aos participantes potenciais explicando

os objetivos do estudo. Após a eliminação de alguns participantes potencias devido a diferentes motivos (ex., o número não constava no catálogo telefónico; mudaram-se - não se encontrou o novo endereço), a amostra final contou com 61 participantes em Mississauga e 30 em Montreal. Desses, trinta e nove (39) em Mississauga e vinte e seis (26) em Montreal participaram da enquete telefónica (Quadros 1 e 2), sendo que todas as entrevistas foram feitas em português.

Os participantes portugueses formam um grupo cultural homogéneo – sendo que a primeira geração nasceu em Portugal – e podem ser definidos como sendo principalmente de classe operária ("*blue collar*"). Os dados adicionais deste estudo foram obtidos através de entrevistas informais com "pessoas chave" das comunidades portuguesas nas áreas de Toronto e Montreal.

2. OS PORTUGUESES EM TORONTO E MONTREAL

Se por um lado os primeiros contactos dos portugueses com o Canadá ocorreram há cerca de cinco séculos, quando os navegadores portugueses traçaram os primeiros mapas do litoral atlântico do País, a imigração portuguesa, por outro, é bastante recente, tendo começado no início dos anos '50. A primeira onda de imigração portuguesa (quase que só homens) chegou ao Canadá para atender à demanda de trabalhadores para a agricultura e construção. Contudo, o objetivo principal desses homens era de reconstituir suas famílias no Canadá. Assim foi que, desde a década de 1960 até o início dos anos '80, os programas de patrocínio e reunificação de famílias foram os principais responsáveis pelo processo "migração encadeada" que representou a maior parte da imigração portuguesa no Canadá. Contudo, nessa última década houve um declínio gradual da imigração provinda de Portugal devido a mudanças na política de imigração do Canadá bem como à adesão de Portugal à Comunidade Europeia. Apesar da maioria dos imigrantes portugueses no Canadá virem de zonas rurais (especialmente dos Açores), ao chegar aqui no Canadá eles se destinaram principalmente às áreas urbanas. Dentro deste contexto, Toronto e Montreal destacaram-se marcantemente como os dois principais "portos de entrada" para os imigrantes portugueses em solo canadiano.

2.1 PRIMEIRA COLONIZAÇÃO: BAIRROS DE "KENSINGTON" E "ST. LOUIS"

As comunidades portuguesas em Toronto e Montreal só vieram a existir no fim dos anos '50. As primeiras experiências residenciais dos pioneiros portugueses ocorreram principalmente em áreas já bem conhecidas como "áreas de receção de imigrantes" em Toronto (ex. Kensington Market) e em Montreal (ex. St. Louis) (Quadros 3 e 4). Esses dois bairros, cultural e etnicamente diferenciados, estão localizados nos arredores dos distritos comerciais centrais ("Central Business Districts" ou CBD's) de suas respetivas cidades, sendo já naquela época renomados por seu acolhimento de novos imigrantes *(2)*. Além disso, fatores tais como sua localização (próxima de empregos na indústria e na construção) e acesso a transportes públicos representaram importantes forças de atração que impeliram os imigrantes até esses bairros. Também a existência, já nos anos 50 e 60, de alojamento a preço acessível nesses dois bairros operários, tanto para comprar quanto para alugar, tornava-os atraentes a novos imigrantes, recém-chegados à cidade e sem grandes recursos financeiros.

Foi nesses dois bairros - Kensington e St. Louis – que foram lançadas as sementes da comunidade portuguesa de ambas as cidades, onde viriam a estabelecer raízes. Ao fim da década de 1950 já surgiam neles as primeiras iniciativas empresariais portuguesas, e o número de imigrantes que compraram casa própria pelas suas redondezas cresceu rapidamente. Em Toronto, por volta do meio dos anos 60, os portugueses já haviam transformado Kensington, até então conhecido como o "mercado judeu", em "mercado português". Em Montreal, o centro do bairro de St. Louis também passava por semelhantes transformações onde, pouco a pouco, a presença portuguesa trazia uma nova "vitalidade" e "colorido" àquela parte da cidade de Montreal. Em ambos esses bairros os portugueses davam seu próprio cunho cultural à paisagem com seus negócios, casas e instituições pintadas em cores que demarcavam seu estilo, bem à portuguesa. Outro importante marco da presença portuguesa nessas áreas eram as estátuas e figuras devocionais dos santos populares em Portugal, apresentados com destaque nos pequenos jardins, à frente de suas novas casas. Foi dessa forma, em ambas cidades, que os portugueses conseguiram reconstituir a atmosfera rural de seu "lar" europeu! Além disso, as melhorias

feitas às casas através de reformas e inovações contribuíram em grande parte para a recuperação das áreas desses dois bairros que haviam caído no abandono.

2.2 AS COLÓNIAS PORTUGUESAS: "LITTLE PORTUGAL" - "PETIT PORTUGAL"

Durante os anos 60 surgiram certas mudanças importantes nos padrões de colonização, bem como na localização das áreas residenciais dos portugueses nas cidades de Toronto e Montreal. Em Toronto, deu-se um deslocamento que partia da área Kensington e seguia em direção ao sudoeste da cidade (ao longo das ruas College e Dundas), ao passo que em Montreal a comunidade estendeu-se em direção ao norte até à Avenida Mont-Royal (quadros 3 e 4). Durante a década de 1960 a maioria dos portugueses em Toronto e Montreal eram "patrocinados" por um membro da família imediata ou parente mais afastado. Na verdade, amigos e parentes já estabelecidos nessas cidades exerceram um papel essencial em ajudar os novos imigrantes portugueses a se estabelecerem em seu novo ambiente. Por exemplo, amigos e parentes exerciam uma função importante ao ajudar seus patrocinados a encontrar emprego e habitação assim como na escolha do bairro em que se estabeleceriam após sua chegada (vide Teixeira 1986, 1993).

Dada a chegada e o estabelecimento de famílias inteiras através desse processo de "imigração encadeada," e a forte dependência em articulações étnicas de contactos, a "imigração encadeada" tornou-se um fator central que resultou na formação de ruas residenciais e bairros inteiros com um sabor distintamente português (ex. "Little Portugal" - "Petit Portugal") no centro de Toronto e, ainda que menos pronunciadamente, em Montreal. Foi nessas áreas que os portugueses construíram bairros étnicos e enclaves económicos com um alto grau de "acabamento institucional" – estabelecendo um número considerável de instituições culturais e religiosas e um amplo leque comercial para atender um mercado coétnico altamente especializado, a fornecer produtos étnicos ao grupo e provendo serviços em seu próprio idioma. Nessas duas zonas étnicas os portugueses conseguiram reproduzir grande parte das caraterísticas e tradições da sociedade que haviam deixado para trás. Na verdade, a alta concentração do grupo português nessas duas áreas transformou efetivamente a paisagem etnocultural de uma parte das cidades de Toronto e Montreal.

Uma das importantes caraterísticas transplantadas de Portugal foi a preocupação em ter casa própria. Os portugueses em geral têm grande orgulho em ter seu "pedacinho de terra". Consequentemente, tanto em Toronto quanto em Montreal a aquisição de sua própria casa recebeu alta prioridade por esse grupo de imigrantes. Graças a muito trabalho duro, muita economia e uma rigorosa dedicação à poupança, a maior parte dos portugueses, com a participação de todos em casa e de demais parentes, por ocasião da década de 1960 e princípios de 1970, já havia adquirido imóveis velhos a baixo preço, tanto em Toronto (ex., Kensington e arredores) quanto em Montreal (ex., St. Louis e Mile-End). Fontes privadas de financiamento (ex., hipotecas de segundo grau) contribuíram grandemente para facilitar as aquisições subcapitalizadas (Lavigne, 1987; Murdie e Teixeira, 2003, 2006).

A cooperação unida dos membros da comunidade portuguesa, com o fim de facilitar a aquisição de suas casas, tem sido uma das constantes que serve para definir esse grupo. Por exemplo, em muitos casos, a família ocuparia alguns cômodos do imóvel enquanto arrendava os demais para outros compatriotas, com o fim de receber uma renda extra. Frequentemente os donos faziam extensas reformas com a ajuda de amigos e parentes. Assim foi que, com a colaboração de amigos e parentes, os imigrantes portugueses conseguiram "rejuvenescer" esses bairros operários mais antigos em Toronto (ex., a área do Kensington Market, Trinity Belwoods) e Montreal (ex., bairro St. Louis). Dado este contexto, não é de se surpreender que os resultados obtidos tanto em Toronto quanto em Montreal revelem que, para os portugueses que compram casa, ter casa, e ter casa própria são sinónimos de segurança. Para o imigrante e sua família, a casa própria representa um símbolo de segurança no Novo Mundo (Teixeira 1986, 1996). Mais do que isso, para a primeira geração de imigrantes portugueses no Canadá, ter sua própria casa também tornou-se um instrumento útil para a mobilidade económica por fornecer capital por ocasião da revenda da casa para financiar a aquisição de uma casa maior e mais moderna nos subúrbios. Assim sendo, entre os membros do grupo português, o processo de suburbanização representa um sinal de sucesso e de mobilidade económica e social, dentro de sua experiência de imigração.

2.3 SUBURBANIZAÇÃO – EM BUSCA DO "SONHO CANADIANO"?

Durante as primeiras três décadas de colonização portuguesa em Toronto e Montreal, o grupo português demonstrou padrões espaciais distintivos que se traduziram em isolamento espacial e social do resto da sociedade. Na verdade, em ambas as cidades, os portugueses demonstraram níveis particularmente elevados de concentração habitacional. (Qadeer, 2003; Lavigne e Teixeira, 2000). Esta segregação representou uma grande barreira que dificultou que a primeira geração de imigrantes se misturasse com a sociedade prevalente em Toronto e Montreal. Grande número de fatores – tais como obstáculos de linguagem, valores culturais, estilo de vida, nível socioeconómico e um alto grau de dependência de fontes de informações "étnicas" (particulares ao grupo) na busca de habitação – contribuem para explicar a alta concentração que carateriza o grupo português em ambas as cidades.

É contudo importante notar que as comunidades portuguesas em Toronto e Montreal têm-se expandido desde a colonização inicial. A dispersão, ainda que lenta, dos portugueses em Toronto e Montreal é um fenómeno bastante recente. Desde meados da década de '70, os padrões habitacionais do grupo vêm mudando, à medida que os portugueses têm-se dispersado residencialmente para uma área cada vez maior. Dois padrões surgiram com esse processo – primeiro, um movimento em direção ao norte (em ambas as cidades) ao longo dos tradicionais "corredores de imigrantes"; e segundo, um movimento em direção aos subúrbios, especialmente Mississauga e Laval, um processo de migração intraurbana que geralmente envolve alguma forma de recolonização segregada (autossegregação) (Quadros 3 e 4). Contudo, quando o grupo português muda-se, ele não demonstra nenhuma evidência de abandono do apego aos "*Little Portugals*" originais de Toronto e Montreal. Os membros do grupo que hoje moram nos subúrbios frequentemente fazem suas compras e continuam a participar da vida no centro da comunidade, nas áreas centrais de Toronto e Montreal. Tendo dito isto, já existem, contudo, sinais que indicam que outras "colónias" portuguesas estão em desenvolvimento nos subúrbios de Toronto (ex., Mississauga) e Montreal (ex., Laval), contribuindo desta forma para uma nova fase no "ciclo de vida" das comunidades portuguesas no Canadá (Teixeira 2007, 2006).

3. RESULTADO DOS QUESTIONÁRIOS

3.1 MOBILIDADE: FATORES QUE "PUXAM" E FATORES QUE "EMPURRAM"

Os portugueses das áreas de Toronto e Montreal caraterizam-se por um alto grau de aquisição de suas próprias casas e mobilidade residencial. Dentro deste contexto, as questões centrais são: Para onde mudam-se e por quê? Para encontrar a resposta a essas questões, perguntamos aos compradores de casa portugueses os principais motivos para mudaram-se de suas casas (fatores que "empurram"), em geral nas cidades de Toronto e Montreal, para morar nos subúrbios. Os participantes de ambas as cidades indicaram que o motivo principal para se mudarem da casa velha é que desejavam morar numa casa maior - mais moderna, com um quintal atrás e um jardim à frente (48,7% em Toronto comparado com 69,2% em Montreal). O preço das casas (30,8% em Toronto comparado com 23,1% em Montreal) e a segurança - qualidade do bairro (25,6% em Toronto e 19,2% em Montreal) também figuraram importantes entre os portugueses que se mudaram em ambas as cidades. Os fatores clássicos, tais como proximidade de transportes públicos, escolas, centros comerciais, e serviços parecem ter um papel secundário. Já que a maior parte desta primeira geração de portugueses que compraram casas veio de zonas rurais de Portugal, especialmente das Ilhas dos Açores, não é de se surpreender que suas preferências culturais se manifestem num desejo comum de lotes - casas maiores e de mais "espaço verde". Além disso, quanto ao motivo pelo qual selecionaram sua atual casa (fatores que "puxam"), os participantes portugueses enfatizaram em particular a área - bairro (61,5% em Toronto comparado com 73,1% em Montreal) e o tipo de casa (habitação para uma única família) - tamanho do lote (59,0% comparado com 76,9%).

Em geral, a grande maioria de portugueses que têm casa própria acreditava ter feito bem em mudar-se. De uma maneira geral, os participantes estavam altamente satisfeitos com sua nova residência e bairro (94,9% em Mississauga comparado com 88.5% em Montreal - subúrbios). Não é surpreendente, portanto, que quando lhes perguntamos se recomendariam a área onde moravam agora a seus amigos - parentes, todos os participantes (100%) em Mississauga, e quase todos os participantes (92.3%) em Montreal - subúrbios, responderam afirmativamente.

3.2 A BUSCA DE CASA PARA MORAR E O PAPEL DOS CORRETORES DE IMÓVEIS ÉTNICOS

A busca de casa para morar nos mercados de imóveis heterogéneos e complexos das cidades canadianas e de seus subúrbios não é tarefa fácil. Na verdade, a tarefa de levantar informações pode ficar ainda mais difícil para grupos imigrantes, a incluir aqueles cujo conhecimento das línguas oficiais do país é limitado. Em sua busca de casa para morar, os participantes portugueses contaram com uma ampla variedade de fontes de informação (ex., corretores de imóveis, parentes - amigos, jornais, passeio de carro, anúncios na frente da casa). Contudo, quando pedimos que os participantes identificassem quais seriam as fontes de informação mais importantes na busca de sua casa atual, os resultados indicam a importância considerável que os portugueses atribuem às fontes "étnicas" de informação. Os participantes, tanto em Toronto quanto em Montreal, dependeram extensamente dos corretores de imóveis portugueses (46,2% comparado com 61,5%) e parentes e amigos portugueses (20,5% comparado com 23,1%). Os corretores de imóveis portugueses destacaram-se de longe como intermediários chave no processo de recolocação dos compradores de casa portugueses durante o processo de busca de sua atual residência. Este alto grau de dependência por parte da primeira geração de portugueses na compra de sua residência pode ser explicado, pelo menos em parte, em função da confiança e solidariedade étnica. Além do idioma em comum, etnia, região - ilha de origem e laços étnicos, existe um sentimento de solidariedade e cooperação entre os participantes para com as pessoas com quem compartilham valores em comum – "a nossa gente" (Teixeira e Murdie 1997).

Em geral, ambos grupos de portugueses que compraram casa demonstram a mesma preferência - orientação "cultural" para com fontes de informação "étnicas" (portuguesas). Essa preferência por corretores portugueses pode ajudar a consolidar um comércio de imóveis distintamente étnico como parte da economia étnica portuguesa em Toronto e Montreal. A principal diferença entre os dois grupos de compradores de casa está no grau em que se baseiam nas fontes de informação provindas do grupo - étnicas, em vez do tipo de fonte empregado. Nesse contexto, os portugueses que compraram casa na área de Montreal dependem muito mais dos corretores de imóveis do mesmo grupo étnico do que na área de Toronto. Esses resultados são surpreendentes uma vez que a comunidade portuguesa em Montreal é bem mais limitada no número de corretores e agências com donos portugueses do que a comunidade portuguesa em Toronto. Levando em consideração o menor tamanho da comunidade, a essa altura só podemos especular que uma explicação plausível para esse comportamento (escolher um corretor português) é que há, em Montreal, um maior apego, uma maior afinidade - lealdade cultural para com corretores da mesma tradição cultural.

3.3 RESSEGREGAÇÃO SUBURBANA (AUTOSSEGREGAÇÃO): BOM OU MAU?

Já que os corretores portugueses são identificados como importantes intermediários culturais no processo de recolocação, dentro desse contexto podemos especular que sua importância, como fonte de viés espacial, e por seu impacto sobre o comportamento dos portugueses que compram casa, também seja marcante. A evidência colhida em Toronto demonstra que a recolonização dos portugueses em Mississauga resulta, em grande parte, do sucesso de campanhas e estratégias de comercialização (marketing) por parte dos corretores portugueses (ex., casa própria é um investimento seguro e Mississauga é a cidade onde existem as casas portuguesas dos seus sonhos) (Teixeira 2002). No caso dos corretores de imóveis portugueses em Montreal, parece que esses também têm um papel muito importante na promoção da ideia de comprar casa nos subúrbios de Montreal, especialmente em Laval, onde os aspetos "rurais" de algumas áreas seriam atraentes à população imigrante, provinda especialmente das áreas rurais de Portugal, em particular das Ilhas dos Açores. Desta forma, num espaço de tempo relativamente pequeno, tanto Mississauga como Laval tornaram-se as mais proeminentes áreas de recolocação dos portugueses de Toronto e Montreal. Segundo informações obtidas junto a pessoas "chave", o número de portugueses aumentou exponencialmente nesses subúrbios – Mississauga cresceu rapidamente de 1.500, em 1971, a aproximadamente 50.000 hoje em dia. Quanto a Laval, esta cresceu de menos de mil pessoas em 1971 para 10.000-15.000 na atualidade.

Dentro desse contexto, a questão de até que ponto os corretores de imóveis portugueses contribuíram para esse êxodo de portugueses de Toronto e

Montreal para Mississauga e Laval torna-se particularmente importante. A evidência em Toronto já sugere que os corretores de imóveis portugueses tiveram um papel chave nessa mudança para os subúrbios, através do uso que fizeram da média portuguesa e de sua participação ativa em eventos socioculturais portugueses e - ou serviços prestados a seus clientes fora do campo de imóveis. (Teixeira, 1995, 2002).

Contudo, a questão de até que ponto os corretores de imóveis portugueses – através de suas estratégias de comercialização e seu comportamento – ajudaram a reproduzir os padrões de colonização portuguesa nos subúrbios continua em aberto. Os corretores portugueses reconhecem a importância de seus compatriotas para o sucesso de suas empresas. Por exemplo, quando perguntamos aos participantes: "Depois de mudar-se para [a casa atual] você foi contactado por corretores de imóveis a respeito da possibilidade de vender sua residência atual?" Quase todos os participantes, em ambas as cidades, (97,4 em Mississauga comparado com 96,2% em Montreal - subúrbios) responderam afirmativamente.

É especialmente importante notar que aproximadamente 58,0% (Mississauga) e 88,5% (Montreal - subúrbios) dos corretores de imóveis que os contactaram eram portugueses. A evidência indica que os corretores portugueses de Montreal parecem indagar mais regularmente em áreas portuguesas do que corretores portugueses em Toronto. Isto talvez explique em parte a maior dependência por parte dos compradores de casa portugueses em Montreal nos corretores portugueses no processo de busca e aquisição de casa.

Em geral, o grupo de portugueses em Mississauga e em Laval caraterizam-se por uma forma de ressegregação (autossegregação) suburbana que parece resultar, em parte, de sua marcante dependência de fontes "étnicas" de informação. Com a suburbanização eles não se dessegregam, pelo contrário, ressegregam-se, ou mudam-se do centro da cidade para os subúrbios, mantendo sua colonização etnicamente concentrada e compacta. Ficou claro que os participantes continuam a escolher moradas nas redondezas de nódulos preexistentes ou de núcleos de concentração portuguesa (ex., próximo de igrejas portuguesas e - ou de parentes e amigos portugueses). Estes resultados não nos surpreendem, já que os grupos portugueses tanto em Mississauga quanto em Laval são constituídos de imigrantes da primeira geração, os quais continuam a demonstrar um alto grau de identificação cultural e retenção linguística; facto esse que explica a similaridade entre os padrões de ressegregação nas duas cidades, na mesma fase do ciclo de vida dessas comunidades étnicas.

O grupo também evidencia altos níveis de concentração residencial em áreas - bairros específicos da cidade (ex., em torno das igrejas portuguesas em Mississauga (duas) e em Laval (uma). Assim sendo, a mais importante explicação para a ressegregação portuguesa pode ser encontrada nas forças "culturais" que deram forma à comunidade internamente, em vez de forças estruturais "externas", tais como forças "económicas" ou de "discriminação" no mercado habitacional. Uma das mais importantes consequências dessa ressegregação nos subúrbios é o limitado número de contactos sociais com os membros de outras comunidades étnicas estabelecidas no subúrbio de Mississauga e Laval - South River. Quanto à questão da frequência com que os portugueses interagem com pessoas de fora de sua comunidade étnica, não é de se surpreender que, ao responderem a respeito do contexto étnico de seus amigos nos seus novos bairros, menos de um terço dos participantes indicou que seus amigos eram "canadianos" (não-portugueses), tanto em Mississauga quanto em Laval - South River.

Podemos especular que a falta de contacto com amigos não-portugueses seja devida a diversos fatores culturais, inclusive à barreira do idioma e - ou à preferência cultural a viver e socializar-se em meio a pessoas das mesmas tradições étnicas. Em contraste, quando perguntamos aos participantes a respeito de seu contacto com a comunidade portuguesa em Toronto e Montreal – com o *Little Portugal* – esses grupos suburbanos indicaram que continuam a manter contacto contínuo com o "cerne" destas comunidades portuguesas, através de visitas regulares a parentes (65,5% comparado com 81,8%) e amigos (37,9% comparado com 45,5%) ou para fazer compras no fim de semana (24,1% comparado com 68,2%). Para alguns participantes, seu apego cultural a Toronto e Montreal continua bastante forte, mesmo apesar de sua suburbanização. Dentro deste contexto, tanto Mississauga como Laval - South River desempenham o papel de subúrbio dormitório para muitos dos

compradores de casa portugueses, sendo que membros de ambas comunidades suburbanas continuam a dar preferência aos comércios e organizações dos centros "institucionalmente completos" da comunidade na cidade grande. Assim é que, nesse sentido, Mississauga e Laval fazem o papel de "comunidade dormitória" para muitos participantes portugueses que ainda trabalham em Toronto e Montreal. O modesto desenvolvimento e crescimento de organizações portuguesas e de negócios em Mississauga e Montreal nas duas últimas décadas – exceto três novas igrejas que foram construídas – talvez sejam indicativos do efeito da pouca distância entre as comunidades em Mississauga ou Laval e o *Little Portugal - Petit Portugal* nos centros urbanos de Toronto e Montreal respetivamente.

4. CONCLUSÃO

O principal objetivo deste estudo longitudinal foi de comparar o processo de relocalização e suburbanização de portugueses que compraram casas na área de Toronto e Montreal. O grupo português é relativamente novo no Canadá. Contudo, em pouco tempo conseguiram estabelecer em Toronto, e em menor grau em Montreal, bairros étnicos de considerável porte e marcar sua presença comercial por meio de "enclaves" *("Little Portugal" - "Petit Portugal")* com um complemento institucional bastante completo, um alto grau de "acabamento institucional". Contudo, desde o começo da década de 1970, as comunidades portuguesas em ambas as cidades têm demonstrado um movimento de expansão, partindo da colónia inicial em direção aos subúrbios, que viu os portugueses saírem do centro da cidade e bairros da redondeza em busca da casa de seus "sonhos". Na verdade, no que diz respeito aos fatores que "puxaram" o movimento de suburbanização comparados com os fatores que o "empurraram", a evidência empírica indica que a maioria dos portugueses que compraram casa foram "puxados" no sentido de se relocalizarem em Mississauga e Laval - South Shore porque esses subúrbios "novos" de Toronto e Montreal ofereciam o que os portugueses queriam em termos de habitação: uma casa preferivelmente para uma única família, bem como um bairro de boa qualidade que oferecesse segurança, onde criar os filhos, com bastante espaço verde.

Dado que a busca de casa nos complexos mercados de imóveis residenciais, em Toronto, Montreal e seus subúrbios, não é tarefa fácil, os portugueses dependeram extensamente de fontes étnicas (comunidade) de informação na busca de casa para comprar. Em particular, corretores de imóveis portugueses, parentes e amigos tiveram um papel importante a auxiliá-los a buscar e encontrar sua residência atual. Estas fontes "étnicas" exerceram o papel central de intermediários culturais na suburbanização dos portugueses, tanto na região de Toronto quanto de Montreal. O facto dos padrões residenciais do grupo português em Mississauga e Laval caraterizarem-se por uma forma de autossegregação suburbana parece ser devido, pelo menos em parte, à sua alta dependência de fontes "étnicas" de informação.

Pode-se dizer, portanto, que no que diz respeito aos padrões residenciais nos subúrbios, a autossegregação (ou ressegregação) dos portugueses nos subúrbios de Toronto e Montreal é motivada em parte por preferências culturais. Podemos portanto concluir que são "forças" culturais que estão dando forma a essas comunidades, ou seja, de dentro para fora, ao invés de serem "forças estruturais" (ex., discriminação, razões económicas) que se definem de fora para dentro. Com isso em vista, a mudança para os subúrbios por parte dessa primeira geração de portugueses que compraram casa não pode ser interpretada como um passo avante na sua integração residencial (assimilação?). A evidência empírica também indica que, apesar da mudança para os subúrbios e a tendência à auto-ressegregação, a maioria dos participantes portugueses ainda continua altamente apegada ao "cerne" de suas comunidades em Toronto e Montreal por meio de contacto frequente - regular. Nessa perspetiva, tanto Mississauga quanto Laval - South Shore talvez preencham mais um papel de subúrbio "dormitório" para muitas famílias portuguesas do que comunidades propriamente ditas.

Tanto em Toronto como em Montreal, os próprios portugueses controlam sua mobilidade residencial. Pode-se portanto dizer que os portugueses tiraram vantagem dupla ao mudarem-se para os subúrbios – uma casa confortável construída para ocupação por uma única família e bairro com espaço verde, sem abrir mão das comunidades originais no centro de Toronto ("Little Portugal") e Montreal ("Petit Portugal").

5. NOTAS:

O autor gostaria de agradecer a todas as famílias portuguesas e pessoas "chave" que ele entrevistou na comunidade portuguesa em Toronto e Montreal e que compartilharam consigo suas experiências na compra de casas próprias em ambas cidades e seus subúrbios.

(1) Esse estudo baseia-se em Teixeira (2006).

(2) Em 2003 o autor desta pesquisa indicou o "Kensington Market" como monumento histórico, "*National Historic Site of Canada*". Em novembro de 2006 o Ministro da Pasta do Meio Ambiente e Parques, "Environment and Parks Canada", homologou a indicação.

6. REFERÊNCIAS

Allen, J. P. & Turner, E. (1996) Spatial patterns of immigrant assimilation, The Professional Geographer *48, pp. 140-155.*

Barrett, F. A. (1973) Residential Search Behaviour: A Study of Intra-Urban Relocation in Toronto *(Toronto, York University Department of Geography, Geographical Monographs No. 1).*

Bordessa, R. (1978) Real estate salesmen and residential relocation decisions, Canadian Geographer *22, pp. 334-339.*

Bourne, L. & Rose. D. (2001) The changing face of Canada: the uneven geographies of population and social change, The Canadian Geographer *45, pp. 105-119.*

Clark, W. A. V. & Blue, S. A. (2004) Race, Class, and Segregation Patterns in U.S. Immigrant Gateway Cities, Urban Affairs Review *39, pp. 667-688.*

Clark, W. A. V. & Dieleman, F. M. (1996) Households and Housing: Choice and Outcomes in the Housing Market *(New Brunswick, New Jersey, Center for Urban Policy Research).*

Fong, E. & Wilkes, R. (1999) The spatial assimilation model re-examined: an assessment by Canadian data, International Migration Review *33, pp. 594-620.*

Friedman, A. (2000) Preferences of first-time buyers of affordable housing: evidence from Grow Homes in Montreal, Canada, Canadian Journal of Urban Studies *9.*

Henry, F. (1989) Housing and Racial Discrimination in Canada *(Toronto, Equal Opportunity Consultants - Policy and Research, Multiculturalism, and Citizenship).*

Hiebert, D. (2000) Immigration and the changing Canadian city, Canadian Geographer *44, pp. 25-43.*

Justus, M. (2004) Immigrants in Canada's Cities, in; C. Andrew (Ed) Our Diverse Cities *(Ottawa, Metropolis Institute).*

Kaplan, D. H. & Woodhouse, K. (2004) Research in Ethnic Segregation I: Causal Factors Urban Geography *26, pp. 579-585.*

Lavigne, G. (1987) Les ethniques et la ville: l'aventure urbaines des immigrants portugais à Montréal *(Montréal, Le Préambule).*

Lo, L., Teixeira, C. & Truelove, M. (2002) Cultural Resources, Ethnic Strategies, and Immigrant Entrepreneurship: A Comparative Study of Five Immigrant Groups in the Toronto CMA *(Toronto, CERIS, Working Paper No 21).*

Massey, D. (1985) Ethnic residential segregation: a theoretical synthesis and empirical review, Sociology and Social Research *69, pp. 315-350.*

Massey, D. & Lundy, G. (2001) Use of Black English and racial discrimination in urban housing markets, Urban Affairs Review *36, pp. 452-469.*

Michelson, W. (1977) Environmental Choice, Human Behavior, and Residential Satisfaction *(New York, Oxford University Press).*

Miraftab, F. (2000) Sheltering refugees: the housing experience of refugees in Metropolitan Vancouver, Canada, Canadian Journal of Urban Research *9, pp. 42-63*

Murdie, R. A. (2003) Housing affordability and Toronto's rental market: perspectives from the housing careers of Jamaican, Polish and Somali newcomers, Housing, Theory and Society *20, pp. 183-196.*

Murdie, R. A. & Teixeira, C. (2003) Towards a comfortable neighbourhood and appropriate housing: immigrant experiences in Toronto, in: P. Anisef & M. Lanphier (Eds) The World in a City *(Toronto, University of Toronto Press).*

Ozuekren, A. S. & van Kempen, R. (2003) Special issue editors' introduction: dynamics and diversity: housing careers and segregation of minority ethnic groups, Housing, Theory and Society *20, pp. 162-171.*

Owusu, T (1999) Residential patterns and housing choices of Ghanaian immigrants in Toronto, Housing Studies *14, pp. 77-97.*

Qadeer, M. A. (2003) Ethnic Segregation in a Multicultural City: The Case of Toronto *(Toronto, Joint Centre of Excellence for Research on Immigration and Settlement, CERIS Working Paper Series No 28).*

Palm, R. (1985) Ethnic segmentation of real estate agent practice in urban housing market, Annals of the Association of American Geographers *75, pp. 58-68.*

Qadeer, M. A. (2004) Ethnic segregation in a multicultural city: the case of Toronto, Canada, CERIS, Policy Matters *6, pp. 1-6.*

Ray, B. K. & Moore, E. (1991) Access to homeownership among immigrant groups in Canada, Canadian Review of Sociology & Anthropology *28, pp. 1-27.*

Sarre, P. & Phillips, D. & Skellington, R. (1989) Ethnic Minority Housing: Explanations and Policies *(Aldershot, Avebury).*

South, S. J. & Crowder, K. D. (1997) Residential mobility between cities and suburbs: race, suburbanization, and back-to-the-city moves, Demography *34, pp. 525-538.*

Teixeira, C. & Murdie R. A. (1997) The role of ethnic real estate agents in the residential relocation process: A case study of Portuguese homebuyers in suburban Toronto, Urban Geography *18, pp. 497-520.*

Teixeira, C. (2002) A village of dream homes: the Portuguese in Mississauga, in: F. Dieterman (Ed) Mississauga: The First 10,000 Years *(Mississauga, Ontario, Mississauga Heritage Foundation).*

Teixeira, C. (1995) Ethnicity, housing search, and the role of the real estate agent: a case study of Portuguese and non-Portuguese real estate agents in Toronto, The Professional Geographer *47, pp. 176-183.*

Teixeira, C. (1993) The Role of "Ethnic" Sources of Information in the Relocation Decision-making Process: A Case Study of the Portuguese in Mississauga, *Ph.D. dissertation (Toronto, Department of Geography, York University).*

Teixeira, C. (1986) La Mobilité Résidentielle Intra-urbaine des Portugais de Première Géneration a Montréal, *M.Sc. (Montréal, Department of Geography, Université du Québec a Montréal).*

Turner, M. A. & Wienk, R. (1993) The persistence of segregation in urban areas: contributing causes, in: G. T. Kingsley and M. A. Turner (Eds) Housing Markets and Residential Mobility *(Washington, D.C., Urban Institute Press).*

7. BIBLIOGRAFIA

Clark, W. A. V. & Dieleman, F. M. (1996) Households and Housing: Choice and Outcomes in the Housing Market (New Brunswick, New Jersey, Center for Urban Policy Research).

Hiebert, D. (2000) Immigration and the changing Canadian city, Canadian Geographer 44, pp. 25-43.

Lavigne, G. (1987) Les ethniques et la ville: l'aventure urbaines des immigrants portugais à Montréal *(Montréal, Le Préambule).*

Lavigne, G. and Teixeira, C. (2000). "Building a Neighourhood in Montreal", in: C. Teixeira and V.M. P. Da Rosa (Eds) The Portuguese in Canada: From the Sea to the City *(Toronto, University of Toronto Press).*

Murdie, R. A. & Teixeira, C. (2003) Urban Social Space, in: T. Bunting & P. Filion (Eds) Canadian Cities in Transition: Local through Global Perspectives *(Toronto, Oxford University Press).*

Murdie, R. A. & Teixeira, C. (2003) Towards a comfortable neighbourhood and appropriate housing: immigrant experiences in Toronto, in: P. Anisef & M. Lanphier (Eds) The World in a City *(Toronto, University of Toronto Press).*

Qadeer, M. A. (2004) Ethnic segregation in a multicultural city: the case of Toronto, Canada, CERIS, Policy Matters *6, pp. 1-6.*

Teixeira, C. (2006) A comparative study of Portuguese homebuyers' suburbanization in the Toronto and Montreal Areas, Espace, Populations, Societies, *1, pp. 121-135.*

Teixeira, C. & Murdie R. A. (1997) The role of ethnic real estate agents in the residential relocation process: A case study of Portuguese homebuyers in suburban Toronto, Urban Geography *18, pp. 497-520.*

Teixeira, C. (2002) A village of dream homes: the Portuguese in Mississauga, in: F. Dieterman (Ed) Mississauga: The First 10,000 Years *(Mississauga, Ontario, Mississauga Heritage Foundation).*

Teixeira, C. (1995) Ethnicity, housing search, and the role of the real estate agent: a case study of Portuguese and non-Portuguese real estate agents in Toronto, The Professional Geographer *47, pp. 176-183.*

Teixeira, C. (1993) The Role of "Ethnic" Sources of Information in the Relocation Decision-making Process: A Case Study of the Portuguese in Mississauga, *Ph.D. dissertation (Toronto, Department of Geography, York University).*

Teixeira, C. (1986) La Mobilité Résidentielle Intra-urbaine des Portugais de Première Géneration a Montréal, *M.Sc. (Montréal, Department of Geography, UNIVERSITÉ du Québec a Montréal).*

14. LOLA GERALDES XAVIER, BIODADOS LOLA@ESEC.PT LOLAGERALDES@CLIX.PT LOLAXAVIER@SAPO.PT ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE COIMBRA, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DE LÍNGUAS E CULTURAS DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO.

JOÃO DE MELO, UM ESCRITOR AÇORIANO SOBRE A GUERRA COLONIAL

1.

Pretende-se com esta comunicação interrogar a ficção de João de Melo na sua relação com a História, nomeadamente com o Colonialismo e Pós-colonialismo portugueses. Para isso, teremos em consideração o seu romance de 1984, Autópsia de um Mar de Ruínas.

Colocar-se-á igualmente em relação a perspetiva histórico-ficcional de João de Melo com António Lobo Antunes, sobretudo em Memória de Elefante e Os Cus de Judas, bem como com Pepetela, em Mayombe. Este diálogo comparatista prevê-se enriquecedor na medida em que se coloca em confronto dois escritores portugueses e um autor angolano, contemporâneos, a dialogar sobre um tema perspetivado sob vários pontos de vista.

O texto centro da análise será, no entanto, Autópsia de um Mar de Ruínas, que permitirá a ponte para os autores e obras referidos atrás.

Este texto pretende interrogar a ficção de João de Melo na sua relação com a História, nomeadamente com a guerra colonial portuguesa. Para isso, teremos em consideração o seu romance de 1984, *Autópsia de um Mar de Ruínas*. Aborda-se, igualmente, a perspetiva intertextual deste romance de João de Melo com outros escritores de língua portuguesa. Esta perspetiva intertextual prevê-se enriquecedora na medida em que se colocam em confronto obras de língua portuguesa sobre um tema da identidade histórico-cultural, apresentado sob vários pontos de vista.

O texto central da análise será, no entanto, *Autópsia de um Mar de Ruínas*, que permitirá a ponte para outras obras. Analisaremos este romance numa perspetiva semântico-gradativa a partir da significação alcançada na narrativa pelo Mar pela Autópsia e pela Ruína. Estes temas, pela sua abrangência,

permitem que *Autópsia de um Mar de Ruínas*, apesar de conter referências marcadas espacial e temporalmente, atinja a atemporalidade, pela descrição ficcional da guerra e suas consequências. Este é um romance de denúncia da inutilidade dos conflitos armados, do seu absurdo e da perda da racionalidade.

Ó mar,
Ó mar,
Ó mar profundo
Ó mar,
Negro altar
Do fim do mundo

Em ti nasceu,
Ó mar,
A noite que já morreu
No teu olhar.
Zeca Afonso, «Canção do mar».

João de Melo (S. Miguel, 1949), escritor e ensaísta português, com vasta produção literária de mais de três décadas, sobretudo na década de 80 do século passado, traça em *Autópsia de um Mar de Ruínas* (*AMR*) um retrato cruel e realístico da guerra colonial em Angola. Mobilizado pelo exército, para África, onde prestou serviço como furriel-miliciano enfermeiro, essa dolorosa experiência foi fundamental para a escrita da sua obra, como refere em várias entrevistas.

Este romance de 1984, uma nova versão mais trabalhada literariamente do romance *A Memória de Ver Matar e Morrer* (1977), abre perspetivas de intertextualidade e de reavaliação da História da guerra colonial portuguesa. O título remete-nos *ab initio* para a atmosfera infausta que percorre a totalidade da obra. A ação passa-se em 1973[15], no Norte de Angola, onde os combates entre a tropa portuguesa e a resistência angolana se intensificam a partir do final da década de 60. O leitor tem acesso quer à perspetiva dos habitantes civis angolanos de Calambata, quer à perspetiva dos militares aí sitiados.

O valor documental[16] da obra, enriquecido pela experiência do autor empírico e pela explicitação na dedicatória[17] que abre o romance, resulta na interceção de vários pontos de vista, visíveis, desde logo, na forma como se organizam os capítulos. Composto por 24 capítulos, o romance começa pelo espaço da tropa portuguesa e termina no espaço da sanzala dos civis africanos. Os capítulos que dizem respeito ao ponto de vista dos habitantes africanos de Calambata estão intercalados pelos capítulos em que se retrata a forma de sobrevivência dos militares portugueses[18], dividindo-se o romance em doze capítulos para cada uma das perspetivas: a da tropa colonizadora e a dos autóctones colonizados. Há algo, porém, a unir os militares portugueses de baixa patente e os angolanos: a miséria, a fome, a animalização, o sentimento de injustiça, a aberração das consequências do colonialismo, a irresponsabilidade humana nas suas vertentes cívica e política e a faceta amoral do poder.

Esta preocupação em mostrar o ponto de vista dos dois grupos em contacto (os africanos a viver em Calambata e os portugueses aí a servir na tropa) evidencia o esforço de João de Melo em tentar compreender a identidade angolana e expor as realidades das fações em convívio, ambas com fragilidades, ambas com personagens ambivalentes, na sua bondade e maldade.

[15] «Estava ali apenas para enriquecer com a possível decência e sem que alguém desse por isso. Para que haviam de servir doze anos de guerra, em comissões sucessivas (…)?» (*AMR*: 169).
[16] João de Melo, a propósito do seu último romance, *O Mar de Madrid*, responde numa entrevista ao *Jornal de Letras* (2/3/2006): «Lido com verdades que mentem e com mentiras que dizem a verdade, para melhor serem ficção». Daqui resulta a base documental de parte da sua ficção.
[17] «À memória dos que morreram em Calambata».
[18] Se tivermos em consideração *Mayombe* (1980), de Pepetela, romance que retrata as relações humanas entre guerrilheiros do MPLA circunscritos à floresta de Mayombe, veremos o lado da resistência angolana, as várias formas de pensar, as susceptibilidades tribais, o olhar crítico lançado aos burocratas do MPLA, distantes da difícil realidade dos guerrilheiros, que escapa a este romance de João de Melo. A perspectiva em comum com *Autópsia de um Mar de* Ruínas e Os *Cus de Judas*, de António Lobo Antunes, prende-se com um exame crítico e psicológico da guerra em Angola, com o pânico da morte dos militares (angolanos e portugueses), com a solidão e com a incompreensão para com as crueldades da guerra.

Neste sentido, ao intercalar pontos de vista de narradores que compõem a cena diegética, são exploradas ficcionalmente as condições de vida dos africanos. O africano é mostrado como uma personagem esmagada pelo colonialismo, transplantado das suas terras do sul para um aldeamento do Norte e vigiado pela polícia que facilmente exerce o seu autoritarismo através da violência. A fome e a consequente dependência das crianças aos restos da comida dos soldados agudizam esta imagem de sujeição. Por conseguinte, o africano sob o jugo do colonialismo tinha quatro vias: juntava-se à força de libertação, contra os portugueses; fazia parte da Tropa Especial, lutando ao lado dos brancos; submetia-se aos aldeamentos vigiados pelo colonizador e concentrava-se em sobreviver, esperando pela independência, ou fingia-se dominado pelos portugueses, mas servia de informador às tropas de libertação. Romeu é o exemplo da opção por esta última via. No final do romance, esta personagem, inesperadamente para o leitor, passa de africano apático e submisso a informador das tropas de libertação e, previsivelmente, é castigado até à morte pela tropa portuguesa, ainda que sem provas evidentes da sua traição.

No lado dos africanos, considere-se algumas personagens, algumas delas adquirindo estatuto de narrador como Natália, que representa a força e a determinação das mulheres inteligentes; Romeu, que representa o agente duplo; soba Mussunda, que carateriza o desapossamento do poder, mero fantoche nas mãos dos portugueses, tentando, todavia, manter uma certa dignidade para com os seus, ainda que a «*Sua coragem [estivesse] definitivamente subjugada pelo jogo dos colonos*» (*AMR*: 256). Por outro lado, temos personagens que compactuam com o poder colonial, como Augusto, cozinheiro da tropa e símbolo da aliança com o opressor, por conveniência, e Bartolomeu, o bailundo que fazia reverência ao «Pai Branco» (*AMR*: 67), mostrando falta de solidariedade para com os restantes africanos de etnias diferentes.

A dignidade roubada aos africanos vê-se, por exemplo, no episódio da compra do café por colonos brancos, pois estes adquirem o café aos negros a um preço inferior ao merecido, como se os brancos estivessem *«todos combinados para roubar o preto»* (*AMR*: 254). Para além disso, o episódio que se segue, dos mercadores portugueses a aproveitarem o dinheiro dos negros, aliciando-os com novidades, roupa, comida e bebida, sobretudo, evidencia a exploração das fraquezas dos negros despudoradamente, que Natália denuncia. A luta dos africanos civis contra os brancos mostra-se assim fracassada, pois como Natália reconhece «os brancos estragaram a vida, comeram as forças todas dos homens» (*AMR*: 34).

Por tudo isto, a imagem que os negros têm dos brancos não pode ser positiva. As negras, envelhecidas prematuramente, caraterizavam o abraço dos brancos como sendo: «sujo e mortal. Tem morte nele que nunca sai fora (…). Seu amor é morte apressada» (*AMR*: 53). *Os brancos são vistos pelos negros como «gente barriguda e avermelhada»* (*AMR*: 253*), vigarista* (cf. *AMR*: 263), *cheia de manha, tentação e malvadez* (cf. *AMR*: 258).

O assédio e as violações dos brancos às negras são um exemplo do que fazia aumentar o ódio: «*o ódio está já tão grande que parece é um desprezo e mais nada»* (*AMR*: 57). De facto, a abjeção da guerra e a consequente desumanização, as arbitrariedades, a violência gratuita para com os habitantes de Calambata, instigava-os a um surdo sentido de rebelião. O autoritarismo dos altos comandos e as brutalidades cometidas contra os africanos pela polícia política e por alguns elementos da tropa não apaziguavam a revolta silenciosa dos negros.

Em contrapartida, os negros são vistos pelos brancos como «molengões» (*AMR*: 253), sendo coisificados e despersonalizados: «– *E querem isto a independência, vejam vocês!» (AMR*: 254). Nesta ótica, ambas as fações veem o grupo oposto de forma animalizada. Vem neste sentido de sensação de omnipotência do colonizador a ironia feita pelo narrador omnisciente em torno do furriel Tavares que escrevia as suas memórias de guerra em duplicado, com um químico, três cartas por dia à mulher, como se se tratasse de um diário de campanha, intitulado «*De Como Nos Fomos A Eles em África e Asinha Os Tornámos Escravos Nossos E de Única Nossa Vontade*» (*AMR*: 52).

Do lado dos portugueses, o alferes enfermeiro, como se se tratasse de um alter-ego do autor empírico, representa a consciência moral e incorruptível, na tentativa de preservar a decência e proteger os mais fracos, como os negros e os soldados. É a personagem que se apresenta mais humanizada e que serve

de ponte entre os dois grupos, agindo, dentro do possível, como um protetor dos negros. Mais abaixo, na hierarquia, Renato, um dos narradores principais, simboliza os militares anónimos que lutam no mato, sofrem emboscadas, convivem constantemente com o terror de morrer e quando morrem caem no esquecimento do país. Apenas a família se lembra deles. Esta insignificância do soldado, visto apenas como mais um número, despersonalizado pelo esquecimento do seu nome, está bem sistematizada numa estrofe do poema «Romance de Pedro soldado», de Manuel Alegre: «Soldado número tal - Só a morte é que foi dele. - Jaz morto. Ponto final. - O nome morreu com ele».

No lado oposto aos soldados, meros instrumentos de poder, situam-se os elementos da polícia, como o chefe Valentim, as chefias, os comandantes, «*a indiferença insensível dos burocratas da guerra*» (*AMR*: 138), sendo apresentados de forma desumanizada, mostram indiferença e desrespeito pela vida humana. São eles que decidem sobre o rumo da guerra, alimentando uma ideologia balofa, decrépita e inconsequente. Assim, do lado português, os soldados opõem-se aos superiores hierárquicos, pois os soldados «*tinham vindo ali parar, trazidos pela mãozinha rufiona do dever patriótico dos outros, dos outros que serviam a pátria à sombra das cidades (…), ganhando bom dinheiro, dormindo tranquilamente com mulher sua ou alheia; dos outros que planeavam surdamente a morte à distância e queriam mais e mais e sempre mais*» (*AMR*: 42).

A vivência da guerra é exposta a ridículo pela disciplina militar despropositada e desadequada ao cenário de guerra, na incompreensível mecanicidade dos rituais marciais. É exemplo disto o jovem militar que se vê humilhado e insultado pelos superiores, como acontece com o furriel enfermeiro obrigado a cortar o cabelo, por não ter a «*gadelha nos termos regulamentares*» (*AMR*: 174). Alguns militares sentem-se arma e "dejeto" da ideologia colonial, mostram-se descaraterizados e revelam sentimento de incompreensão para com a vida que levam.

Se nos ativermos ao título da obra, poderemos considerar uma gradação descendente de valor disfórico, que vai do Mar, elemento associado à geografia e história de Portugal, geralmente percecionado como elemento positivo, para a Autópsia e as Ruínas, como formas aniquiladoras de não-ser e não-estar de um país e dos seus habitantes. Neste sentido, vejamos em que temáticas assenta esta gradação.

2. MAR

A evocação do mar acontece pela primeira vez no «capítulo nono», aquando de uma emboscada: comparado *à terra, o ruído das metralhadoras e dos morteiros «soa um pouco de memória, mas é tão-só a terra enchendo-se de feridas, crateras, fissuras enormes – como o mar (…) ainda e sempre como o mar dos Açores, bramindo na sua pólvora branca*» (*AMR*: 114).

O mar serviu como elemento condutor da cultura portuguesa, sobretudo através da língua. A língua que, nos capítulos sobre a vida na sanzala, em que o narrador omnisciente intercala com Natália, se apresenta numa forma de «português desgramatizado» (*AMR*: 71), em que a concordância verbal entre sujeito e predicado se desvia da norma padrão e a escrita tenta imitar a oralidade do português africanizado. A adoção da cultura ocidentalizada verifica-se também nos nomes das personagens africanas: Natália, Romeu, Sebastião, Josefa, por exemplo, em oposição aos nomes africanos dos mais velhos: soba Mussunda e vavó Katuela. No entanto, a cultura ensinada era a que ia ao encontro do regime português da altura e da ideologia do colonialismo. Faz-se, pois, ironia com o ensino ideológico que se praticava: «*sô pressora Tina, lá na escola, costumava sempre dizer a razão estava justa: Angola era Portugal*» (*AMR*: 78).

Por seu turno, nos capítulos sobre a vida dos militares portugueses, a linguagem torna-se vulgar, disfemística, como forma de exorcizar a realidade irreal da guerra, através da nomeação de obscenidades[19].

O mar é simultaneamente imagem de vida e de morte[20]. Se nas epopeias de exaltação aos descobrimentos o mar era símbolo de esperança e regozijo, nas narrativas da segunda metade do século XX, o mar parece expelir o que de negativo foi acumulando ao longo dos séculos, tornando-se metáfora para o *locus horrendus* das consequências da expansão portuguesa, tema também presente, por exemplo, em *As Naus*, de António Lobo Antunes.

[19] Semelhante, por exemplo, a *O Cus de Judas*, de António Lobo Antunes.

[20] Cf. Chevalier e Gheerbrant, 1994 : 439.

Autópsia de um Mar de Ruínas permite não só uma perspetiva histórica da guerra colonial portuguesa, enriquecida por tentar abranger as duas realidades em confronto, mas também por permitir uma reavaliação metafórica da epopeia expansionista portuguesa e por fazer uma crítica ao fascismo. O título, centrando o elemento 'mar', permite ao longo do romance estabelecer várias intertextualidades a propósito da identidade portuguesa.

Em *Autópsia de um Mar de Ruínas*, o mar é de «rémoras» e de «lodo» (*AMR*: 125), acolhe a morte como uma «paisagem naufragada no mar» (*AMR*: 127), é um mar de «*quinhentos anos e outros tantos dias*» (*AMR*: 132), é um mar que deu a sensação de omnipotência aos portugueses, estabelecendo-se uma intertextualidade com *Os Lusíadas* (VII: 14) para mostrar ironicamente o ridículo do esforço dos séculos passados: «*E Se Mais Mundo Houvera Lá Chegara*» (*AMR*: 133). A ideia do peso da história concentra-se também na figura do padre, símbolo da tentativa portuguesa de evangelização nas terras colonizadas, que parece «*um homem de quinhentos anos, de um país que se voltara na direção de um mar inocente*» (*AMR*: 165). *É um mar que não levou o desenvolvimento de forma sustentável aos povos colonizados, a prová-lo veja-se a imagem de pobreza das cubatas de Calambata, apresentadas como «um barco sem mastros, à beira de naufragar*» (*AMR*: 65).

Ao longo do romance, a visão sobre Portugal é disfórica, trata-se de um país como «um coro sem órgão» (*AMR*: 287), que se converteu aos poucos num «asilo de velhos» (*AMR*: 287), «*porque todo o destino deste país de corvos e cornos nos puxa para África»* (*AMR*: 93). Assim, aquando do momento da partida dos soldados no aeroporto, «*Mães-amantes choravam agarradas aos pilares, o corpo das manas estava trémulo, os amigos e os irmãos diziam piadas sem gosto*» (*AMR*: 93). Esta despedida faz lembrar o choro das mães e as «noivas por casar», de «Mar Português», de Fernando Pessoa.

Mais à frente é evidenciada a responsabilidade do regime pelos mortos produzidos pela guerra. O narrador mostra ironia, através dos adjetivos e do advérbio de modo: «era certo e seguro que o ministro mandaria um telegrama de condolências à família: *grande, grande* é a nossa pátria porque tais filhos ela tem; as *corajosas* mães que choram são o *vivo* exemplo de que Portugal é o país *eterno*; a nossa juventude morre *generosamente* nas distantes partes de África, mas vive no coração dos que melhor amam o seu povo» (*AMR*: 144, sublinhados nossos). Vem ao encontro desta apologia do sacrifício pela pátria o discurso do comandante após a morte de nove homens do batalhão numa emboscada, que «*pensava aproveitar a oportunidade para discursar terrivelmente acerca da pátria viva e sempre imortal; da pátria que se cobria de glória, por cada soldado tombado ao seu serviço e em sua defesa, ideal supremo»* (*AMR*: 176). Mais uma vez, o narrador omnisciente usa a ironia para ridicularizar a insensibilidade e a irresponsabilidade dos burocratas face à morte dos seus homens na guerra. O discurso, deste comandante, de apelo ao ódio para com os negros, termina numa incitação teatral de hino: «*Matá-los-emos todos, sem dó nem piedade, como nos ensinaram os nossos antepassados. Viva Portugal em Angola*!» (*AMR*: 178).

Os militares têm consciência da morte inglória a que o país os obriga, deixando de acreditar nesse tipo de pátria. As inscrições fúnebres previstas por Renato, em maiúsculas, no final do «capítulo vigésimo terceiro», estão em conformidade com este descrédito, insistindo no campo lexical da morte, pois Portugal e os portugueses fundem-se no mesmo destino: «*VAI MORRER UM PAÍS QUE MATOU UM MILHÃO E QUINHENTOS MIL HOMENS NA GUERRA. COMO SERÁ A SUA MORTE?»* (*AMR*: 293).

À medida que a guerra avança e as frentes de libertação angolana ganham consistência, o país mostra-se expetante, cada vez mais vigiante e repressor, evidenciando desespero de causa e dando a entender que o regime «*corria perigo e estava, ele mesmo, em desespero de causa*» (*AMR*: 95). Neste cenário, os soldados esperam que «*aconteça uma Grande Coisa no país, porque quando um país fica assim amarelecido, com um ar de outono sem remédio, é porque há de estar para acontecer-lhe uma Grande Coisa»* (*AMR*: 95). A repetição irónica desta ideia faz-se quando o furriel enfermeiro se vê rodeado de companheiros mortos numa emboscada: «*Pensava de novo nos pássaros da sua infância, na voz longínqua do mar do seu destino. Pensava que boa parte da sua vida se fora já com a esperança de que pudesse um dia acontecer-lhe uma Grande Coisa, talvez uma primavera nunca igual ou um fruto bem à medida da sua sede. (…) Tenho o meu destino de mar a cumprir, sou um homem do seu sal e da sua profundidade. Ouço-lhe a voz e sei que a ouvirei sempre enquanto estiver longe dele»* (*AMR*: 143).

Neste sentido, todo o romance parece ser uma confirmação da perplexidade e das interrogações do Velho do Restelo: «A *que novos desastres determinas - De levar estes Reinos e esta gente? - Que perigos, que mortes lhe destinas, - Debaixo de algum nome preminente*?» (*Os Lusíadas*, IV: 97).

Portugal apresenta-se, assim, como uma «pátria em crise» (*AMR*: 22), traiçoeira e enganadora. Um país ironicamente percecionado através dos seus poderes políticos, Salazar e Américo Tomás (*AMR*: 43), um país que se sumia nos «*numerosos amigos americanos a quem a gloriosa política de Portugal em África infundia uma excecional admiração, país tão pequeno, esse, tão cheio de merda atómica nas suas praias, mas tão tenaz na sua resistência ao comunismo internacional*» (*AMR*: 44, sublinhados nossos). Veja-se a ironia conseguida através do uso de adjetivos e da repetição do advérbio de intensidade.

3. AUTÓPSIA

Autópsia de um Mar de Ruínas revela, pois, um exame da guerra colonial portuguesa em Angola, permitindo uma análise psicológica do militar português subalterno através de uma crítica severa à ideologia da época e aos que a alimentavam (os representantes do regime, os burocratas, etc.).

Aos soldados resta apenas a dignidade do desejo de continuarem vivos, no entanto, essa dignidade é corroída pelas circunstâncias de guerra. É também pelo direito à dignidade que lutam os habitantes de Calambata, animalizados pela polícia portuguesa e castigados por esta, sempre pronta a chicoteá-los. É, no entanto, uma dignidade roubada ao soba que se apresenta velho e com medo da polícia portuguesa, logo respeitoso para com ela. O momento de maior dignidade apresentado no romance dá-se no final do segundo capítulo, quando ele tenta libertar Romeu dos maus-tratos de Valentim[21], o chefe de polícia e é, ele próprio, pontapeado, em silêncio, mostrando-se indefeso.

Mais à frente, Romeu afirmará: «*vida de preto é pior que estrume. Coisa suja onde o branco não vai pôr nunca a mão mas só o chicote e a voz que manda para exigir obediência, sem condições*» (*AMR*: 121). Como já referimos, o ódio dos negros pelos brancos é justificável pelas ações arbitrárias destes: tiraram-lhe as terras, a liberdade, violaram as mulheres, exploraram, bateram, alimentaram a fome. Não podemos, porém, esquecer que em Portugal, a situação de miséria não era diferente, pois, como afirma uma personagem de *O Manual dos Inquisidores*, de António Lobo Antunes: «*como se morrer de fome onde [Cova da Piedade] os pretos somos nós fosse melhor do que morrer de fome onde [Luanda] os pretos são outros*» (*O Manual dos Inquisidores*: 212). A miséria não era, de facto, diferente para a generalidade dos portugueses em Portugal, nem em Angola, e na obra insiste-se nas condições de fadiga, sede, fome e medo a que se submetiam as patrulhas pelo mato.

O romance constrói-se nos contrastes opressor - oprimido; subjugador - subjugado; rico - pobre. Estes contrastes entre a pobreza e a riqueza continuam empiricamente atuais, sobretudo na Angola hodierna: «*mulheres essas que traziam pela mão crianças cor de lama e em cujo rosto se surpreendia as crateras da fome iludida na sua ingenuidade; depois, eram os bairros lavados dos brancos. (…) o silêncio dos ricos, os carros exageradamente luxuosos e quase funerários dos ricos de toda a parte do mundo*» (*AMR*: 86-87).

Na gradação que estamos a analisar, destaca-se o episódio em que o jipe cheio de crianças capota e provoca a morte de Júlia Doke. A sua autópsia é feita pelo delegado de saúde, que chega no dia seguinte, e pelo furriel enfermeiro «*debaixo de uma árvore, à vista de toda a gente, e toda a sorte de insetos pousava na carne semiapodrecida do cadáver trucidado*» (*AMR*: 224). Sendo as crianças «a explicação do mundo» (*AMR*: 221), como se refere neste «capítulo décimo sétimo», este episódio é particularmente simbólico, pois representa a banalização da morte e a insensibilidade para com o valor da vida. Na verdade, a morte e o sofrimento, pela repetição e pelo hábito, provocam indiferença. Assim, face aos feridos e aos mortos, resta a insensibilidade (cf. *AMR*: 245).

[21] O castigo de Valentim, como se de uma justiça divina se tratasse, não tarda a acontecer. Após ter sido o responsável pela capotagem de um jipe com crianças, onde morre Júlia, pede destacamento para uma sanzala mais a sul, mas acaba morto «por uma emboscada de um só tido…» (*AMR*: 224). As reticências fazem prever que terá sido um assassinato e não uma emboscada, resultado das inimizades que colecionara entre os negros.

Vem neste sentido a intertextualidade com o capítulo XI da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, em momentos de morte iminente para os soldados: «*É só preciso chegar depressa, acudir aos nossos e à sua perdiçom, aos nossos, aos nossos, acudamos prestes que matom o meestre, que os matom todolos nossos e pronto nom serão vivos*…» (*AMR*: 116). Através da repetição intensifica-se a angústia e a inquietação, apelando-se à união e à solidariedade, devido à necessidade de acordar as consciências contra a morte e, na tentativa de reunir as hostes numa só direção de interesses pelo Bem do país, como aconteceu no último quartel do século XV.

Este é, assim, um romance sobre a vivência agónica, a sensação física e psicológica da morte, a neutralização da importância do ser humano, reduzido à sua condição física efémera e frágil. O descrédito pela guerra é acentuado pela ironia presente, por exemplo, nas inscrições nas paredes, repetidas ao longo do romance, quer do lado dos brancos, quer do lado dos africanos: «*É PROIBIDO DIZER QUE HÁ GUERRA*» (*AMR*: 51, 108, 194); «*SANZALA DA PAZ – POVO RECUPERADO*» (*AMR*: 81, 250).

4. RUÍNAS

Esta nossa análise gradativa de elementos de *Autópsia de um Mar de Ruínas* culmina no sentido das ruínas, no sentido da decadência de ideologias, da destruição do espaço físico e psicológico que envolve os dois grupos em convívio e, finalmente, da degradação da mente e do corpo das personagens.

A relação com o título do romance é explícita uma só vez. A expressão é usada aquando da descoberta dos soldados portugueses mortos numa emboscada, o furriel Borges aparece «*como se emergisse do fundo de um mar de ruínas*» (*AMR*: 127).

A solução apresentada no romance, pelos comandantes, visava responder à guerra com mais guerra, sem se importarem com a morte de soldados: «*Matem-se, porém, todos os meninos de suas mães, para que assim a víbora desta revolta se ache asinha vencida e fatigada de morrer*» (*AMR*: 167). A intertextualidade com «O menino da sua mãe», de Fernando Pessoa[22], é aqui evidente, enfatizando a intemporalidade da temática da morte de jovens inocentes. O narrador denuncia a responsabilidade dos "senhores da guerra" nas atrocidades cometidas, pois o importante para os comandantes era que pudesse acontecer «Grandes Coisas de bem e riquezas e honras», como já alertara o Velho do Restelo (cf. *Os Lusíadas*, IV: 95), indiciando que em quinhentos anos nada mudou na natureza humana.

Neste cenário funesto de conflito, um dos elementos simbólicos explorado na obra é o corvo. Este assume na narrativa um simbolismo negativo, no sentido de mensageiro da morte em que se tornam os «americanos [que] fazem disto uma guerra de saldo» (*AMR*: 21) e os elementos da polícia política (*AMR*: 95).

É todo este ambiente de morte que se vai agudizando assim que caminhamos para o final do romance, quer da parte dos africanos, quer dos portugueses. Apesar de Natália ter pensado, logo no capítulo segundo, que «*gostava de ver ainda o dia do seu marido revoltar nos brancos*» (*AMR*: 33), esta personagem está longe de imaginar que o seu desejo se irá realizar no final de forma trágica.

A morte é também uma realidade constante para os militares, que se tornam mortos-vivos: «A guerra era a única, a inacreditável realidade do tempo e do mundo. Além disso todos estavam em dúvida acerca de tudo. Permaneciam despertos, mas confundiam a vida com o pesadelo dos mortos» (*AMR*: 179). O soldado Ricardo filosofará igualmente: «*Nunca mais seremos os mesmos homens*» (*AMR*: 202, 203). A consciência da alteração provocada pela guerra, no eco repetido das suas palavras, evidencia o absurdo da vida.

A expressão do desejo dos militares, acicatada pela solidão, no assédio às africanas, na evocação da mulher-amada, atinge particular destaque com a

[22] «No plaino abandonado / Que a morna brisa aquece, / De balas traspassado / – duas de lado a lado –,/ Jaz morto e arrefece. / (…) / Jaz morto, e apodrece, / O menino da sua mãe», Fernando Pessoa, «O menino da sua mãe».

aproximação da morte, na repetição agónica do cabo enfermeiro Couto para o furriel enfermeiro:

«*Três filhos, furriel. E uma mulher*» (*AMR*: 136) e nas cartas de amor que Renato idealiza e, em particular, na que fecha simbolicamente o penúltimo capítulo, quando esta personagem se prepara para morrer: «*ferido de morte, penso. Digo ferido de morte porque os meus vinte dedos, amor, começam a sofrer do azul insofrimento da terra. (…) Amor, eu não sei se dói*» (*AMR*: 292-293). A carta de amor que Renato escreve termina ainda de forma elucidativa em relação a este aspeto: «*É o que escrevo aqui, sentado na noite. No sítio onde estou, amor. De frente para os mortos que cercam Calambata cercada de guerra pelo Norte. A pensar, amor, que há em mim um morto que não morre*» (*AMR*: 276).

Esta morte psicológica transformar-se-á em morte física à medida que, simbolicamente, o mar é substituído pelo pântano da existência, pelo espaço psicológico: «*De modo que aos poucos fomos ganhando este aspeto de náufragos do pântano, com a lama a crestar-se-nos no corpo – e, assim, agora a morte é o crescimento do musgo: a minha pele transformou-se em escamas de peixe e todo eu sou decerto um anjo oceânico que não soube nem pôde escapar à guerra*» (*AMR*: 285). Assim que a morte se aproxima, Renato vê-se a tornar-se «*leve como um pombo, amor, como o menino que nunca viu o mar de perto, sendo de morte as suas águas tão brancas, caladas, deslizantes*…» (*AMR*: 293).

O desânimo e a amarga experiência das personagens conferem à narrativa uma marca anti-heroica, também patente de forma paródica em *As Naus*, de António Lobo Antunes. O sentido trágico da existência atinge assim o clímax no final do «capítulo vigésimo terceiro», em que morre Renato.

Autópsia de um Mar de Ruínas é, assim, um romance atemporal pelas sinestesias de guerra que congrega: a perspetiva é a da guerra colonial portuguesa no Norte de Angola, mas o medo da morte, a solidão, as hierarquias militares, burocráticas e paralisantes, são fatores de todos os confrontos. É um conflito que conduz a transformações psicológicas, que animaliza o colonizador e o colonizado, que os torna indiferentes para com o sofrimento dos africanos. É um romance contra «*toda a inspirada indústria de uma guerra*» (*AMR*: 43).

Esta narrativa contribui para uma nova tomada de consciência de valores invertidos durante a guerra, para a reanálise da história colonial e, por arrastamento, dos descobrimentos portugueses, no que de violento tiveram, o que vem ao encontro de *As Naus*, enquanto desmistificação deste período considerado ainda glorioso pela generalidade dos portugueses contemporâneos…

Autópsia de um Mar de Ruínas parece, por conseguinte, responder negativamente à questão colocada por Fernando Pessoa, em «Mar Português»[23]: «Valeu a pena?». João de Melo parece querer dizer com este romance que nem tudo vale a pena, mesmo quando a alma não é pequena.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Alegre, Manuel (1997) *30 Anos de Poesia*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Antunes, António Lobo (2004) *Os Cus de Judas* (edição *ne varietur*), Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Antunes, António Lobo (2006) *As Naus* (edição *ne varietur*), Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Antunes, António Lobo (2005) *O Manual dos Inquisidores* (edição *ne varietur*), Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Chevalier, Jean, Gheerbrant, Alain (1994) *Dicionário de Símbolos*, Lisboa: Teorema.

Lopes, Fernão (1994) *Crónica de D. João I*, vol. I, Barcelos: Editora Livraria Civilização.

Dias, Eduardo Mayone (2007) 'A novelística das guerras coloniais portuguesas', *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*. Disponível em http: - - ler.letras.up.pt - uploads - ficheiros - 2845.pdf

Duarte, Maria Manuela da Silva (2004) '*Autópsia de um Mar de Ruínas* – A ficção na senda da História'. In Maria de Fátima Marinho (org.) *Atas do Colóquio Internacional Literatura e História*. Porto: Fac. de Letras Porto, vol. I.

Dutra, Robson Lacerda (2007) 'O universo mítico das águas e suas refrações na ficção contemporânea: uma leitura de narrativas de João de Melo, Lobo Antunes e Pepetela'. Disponível em

http: - - www.unigranrio.br - unidades_acad - ihm - graduacao - letras - revista - numero11 - textorobson4.html

[23] «Ó mar salgado, quanto do teu sal / São lágrimas de Portugal! /(…)/ Valeu a pena? Tudo vale a pena / Se a alma não é pequena», Fernando Pessoa, «Mar português».

Dutra, Robson Lacerda (2007) 'Entre o mar português em ruínas e as ondas da resistência angolana'. In Pires Laranjeira, Maria João Simões e Lola Geraldes Xavier (org.) *Estudos de Literaturas Africanas. Cinco Povos Cinco Nações*, Lisboa: Novo Imbondeiro.

Hernández, Rebeca (2006) 'La proyección semântica de las unidades gramaticales dependientes en el discurso literario postcolonial de lengua portuguesa'. In *Atas del XXXV Simposio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística*, León: Universidad de Léon. Disponível em http: - - www3.unileon.es - dp - dfh - SEL - actas.htm

Melo, João de (1997) *Autópsia de um Mar de Ruínas,* Lisboa, Dom Quixote.

Melo, João de (org.) (1998) *Os Anos de Guerra 1961-1975. Os Portugueses em África. Crónica, História e Ficção*, Lisboa: Dom Quixote.

Melo, João de (2 - 3 - 2006) "Um (novo) romance peninsular" (entrevista), in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*.

Pepetela (2002) *Mayombe*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Pessoa, Fernando (1994) *Mensagem*, Braga: Angelus Novus.

Pessoa, Fernando (2006) *Poesia do Eu*, Lisboa: Assírio & Alvim.

Santos, M. A. Jane Cristina Duarte dos (2007) 'Um Verdadeiro Mar de Ruínas'. Disponível em http: - - www.unigranrio.br - unidades_acad - ihm - graduacao - letras - revista - numero10 - textojane.html

Teixeira, Rui de Azevedo (1988) *A Guerra Colonial e o Romance Português*, Lisboa: Editorial Notícias.

15. LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA PEREIRA (ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE SETÚBAL), LUCIANOP@MAIL.TELEPAC.PT E LJPEREIRA@ESE.IPS.PT

MANUEL DE PAIVA BOLÉO E A CULTURA AÇORIANO-CATARINENSE

Em 1942, ao realizar, por correspondência, um inquérito linguístico sobre os Brasileirismos, Paiva Boléo apercebe-se que alguns dos traços apresentados por diversos autores como caraterísticos do Brasil correspondem a traços específicos dos falares açorianos que havia anteriormente estudado.

O autor foi levado a postular a hipótese de fortes influências açorianas sobre os falares de algumas regiões brasileiras nomeadamente de Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A observação linguística exigia uma confirmação histórica que o levou a demoradas pesquisas no Arquivo Histórico Colonial. Publicou em 1945 o resultado das suas investigações em Filologia e História, formulando algumas das mais importantes questões que têm norteado os estudos da história e da cultura açoriano-catarinense.

Foi apenas em 1948 que se deslocou, pela primeira vez, ao Brasil, a convite da comissão organizadora do congresso comemorativo do segundo centenário da emigração açoriana em Santa Catarina. Teve então a oportunidade de estudar a fala da povoação de Rio Vermelho e de confirmar a maior parte das caraterísticas a que já tinha feito referência no seu trabalho dedicado aos brasileirismos em 1943.

Foi todavia no campo etnográfico e folclórico que encontrou as maiores semelhanças, que não se limitam apenas à festa do Divino Espírito Santo e à prática das rendas de bilros. Em 1954 regressou ao Brasil para participar no segundo colóquio de estudos luso-brasileiros em São Paulo, publicando apenas em 1983 a sua comunicação acrescida de notas adicionais: A língua portuguesa do continente dos açores e do Brasil.

Embora nestes trabalhos o autor se centre prioritariamente sobre a comunidade açoriano-catarinense, significativas são também as imagens do povo açoriano com que se confunde e a da gente teuto-brasileira com que se confronta.

As descrições linguísticas aparecem enquadradas com referências às caraterísticas etnográficas, folclóricas, culturais e sociais, atribuindo às estruturas e atividades económicas um lugar de destaque. A organização familiar e a condição feminina mereceram, elas também, profunda reflexão, o que muito contribui para a nossa compreensão de tão rico e fecundo imaginário tradicional.

Meio século após a visita do autor a Santa Catarina reconstituímos e demorámo-nos no seu percurso. Na Praia dos Ingleses, paredes-meias com turistas gaúchos, paulistas e argentinos, deslumbrámo-nos com palavras, expressões, histórias, gestos e ritos de antanho.

2. A CULTURA AÇORIANO-CATARINENSE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Visitei os Açores em 1995 a convite do Núcleo do Ensino do Português no Estrangeiro da então Direção Geral de Extensão Educativa para dinamizar a IX ação de formação para professores de língua e cultura portuguesas no estrangeiro que decorreu em Angra do Heroísmo de 31 de julho a 4 de agosto. Realizei e apresentei, conjuntamente com o Dr. Carlos Caetano, um diaporama sobre as representações dos Açores na própria poesia açoriana. Durante o curso, soube de uma pretensa décima ilha, distante, em pleno atlântico sul. Não descansei até lá chegar. Fruto dessa viagem e de um trabalho pedagógico de vários anos com os meus alunos de Literaturas de Expressão Portuguesa, apresentei em Bragança, no Colóquio Anual de Lusofonia de 2004, uma comunicação sobre o imaginário de Franklin Cascaes[24].

O ano passado fui convidado a integrar a Comissão organizadora do Primeiro Encontro Açoriano da Lusofonia. Infelizmente, por falta de financiamento, não me foi possível apresentar a comunicação que, contra ventos e marés, hoje aqui vos trago. Não se trata de nenhum trabalho de erudição, nem tão pouco de nenhuma pesquisa inovadora, mas apenas de mais um dos produtos de um paciente labor pedagógico que visava, no contexto da formação complementar de professores, reforçar a difusa consciência lusófona, e afinar instrumentos críticos de abordagem dos fenómenos culturais, com particular destaque para os da construção da identidade e da memória coletiva.

Para tal, nada melhor que acompanhar Paiva Boléo na sua primeira viagem ao Brasil, em 1948, para participar, a convite da comissão organizadora, no Congresso de Florianópolis, comemorativo do Bicentenário da colonização açoriana.

3. A REALIDADE TORNADA MITO

Florianópolis (carinhosamente Floripa) é a capital do estado de Santa Catarina, antiga vila de Nossa Senhora do Desterro, fundada pelo bandeirante paulista Francisco Dias Velho e rebatizada em homenagem ao antigo Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto.

O autor relata a sua visita com um tom constantemente emocionado, deslumbrado e verdadeiramente agradecido. Tudo o seduz, desde a beleza das paisagens, à organização do Congresso, sem falar da pujança cultural, da diversidade étnica e das superiores virtudes humanas.

Observa que os núcleos mais importantes eram, por ordem decrescente, o Português que se fixara sobretudo no litoral (com especial relevo para o açoriano e o madeirense, o primeiro dos quais para ali emigrara a partir de 1748); o alemão (que desde 1829, aproveitara as ligações matrimoniais entre a Casa de Bragança e a casa da Áustria[25] para ocupar a bacia do Itajaí) e o italiano (que, na segunda metade do século dezanove, se estabelecera nas bacias do Tijucas e do Araranguá [26]). Os elementos indígenas já estavam, na altura, quase completamente desaparecidos e os africanos constituíam uma pequeníssima percentagem.

O estado de Santa Catarina, com uma área de 95.000 quilómetros quadrados, contava então com uma população de 1.500.000 habitantes, hoje conta com cerca de um terço da população de Portugal, mais de 4.000.000 de habitantes (Fidalgo, Lisboa, 2002, 49).

A capital seduziu-o em particular pela sua dinâmica educacional e cultural. Para além das suas numerosas escolas primárias e dos vários estabelecimentos de ensino secundário (oficial e particular), normal, comercial e profissional, donde já se destacava o prestigiado Colégio Catarinense, dirigido pelos padres jesuítas, o autor sublinhava a existência das Faculdades de Direito, de Farmácia e de Odontologia, da Academia Catarinense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e o papel fundamental da Biblioteca Pública cujo funcionamento lhe deixou a mais viva das impressões.

"Por se tratar de uma cidade pequena (aproximadamente como Braga, embora de menor importância), a atividade intelectual de Florianópolis não

[24] Pereira, Luciano - O imaginário açoriano-catarinenense na obra literária de Franklin Cascaes in CD. Atas Colóquio Anual de Lusofonia. Bragança. Câmara Municipal, 2004.

[25] Pelo casamento de D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal com a Princesa Dona Leopoldina.

[26] Piazza (2000, 329) indica que teria sido a partir de 1836 que emigrantes de língua italiana, incentivados pelos laços matrimoniais entre a Casa de Bragança (D. Pedro II) e a Casa das Duas Sicílias (D. Teresa Cristina), se teriam fixado na Colónia de Nova Itália.

deixa de surpreender, não apenas o estrangeiro, mas os próprios brasileiros de outros estados." (Boléo, 1950, 7)

Para o deslumbramento do autor, para além da riqueza cultural, dos encantos sedutores da ilha e da exuberância da natureza, não terão sido alheias as retóricas de celebração de um mito da fundação que faziam de um povo simples e humilde os heróis de uma moderna epopeia, num tom profundamente emotivo e num registo marcadamente grandiloquente. O mito construiu-se na sua presença, com o seu contributo, tão mais vital quanto vital se tornava afirmar a vitória dos mais humildes sobre os mais poderosos, a vitória de uma cultura que se havia confrontado com a cultura hegemónica alemã e que dela saíra vencedora, tal como as forças aliadas haviam vencido as forças do eixo totalitário.

Em 1953, no Jornal Açores de 27 de setembro o autor veio a publicar um eloquente artigo sobre o povo açoriano, intitulado "A alma portuguesa". Em 1983, em "A língua portuguesa do Continente, dos Açores e do Brasil" o autor retoma algumas afirmações significativas comparando as caraterísticas do povo açoriano às do povo brasileiro e em particular às do povo de Santa Catarina:

«Julgo não exagerar dizendo que o arquipélago dos Açores deve ser a porção do território nacional onde melhor se poderá encontrar a alma portuguesa na sua constante histórica. As Ilhas são como que um acumulador, onde se concentram, juntamente com a linguagem, as energias físicas e espirituais da Raça: físicas, porque nos Açores existe, seguramente, maior percentagem que no Continente de homens altos e fortes (especialmente em S. Miguel e no Pico); espirituais, porque – sejam quais forem as reservas que haja a fazer a certas modalidades da religião dos açorianos – os ilhéus, na sua quase totalidade, mesmo absorvidos pelos cuidados materiais da vida, não esquecem que têm uma alma. (…)

Poder-se-iam ainda apresentar – acrescentarei eu – outras caraterísticas comuns ao açoriano e ao brasileiro, como sejam "*o ouvido e o gosto musicais do povo (…), e certa religiosidade, muito mais generalizada que no Continente e que se observa mesmo em pessoas que não frequentam habitualmente a igreja. (…) Como continental que sou, compreendo hoje muito melhor o povo brasileiro, justamente porque pude conhecer de perto durante algum tempo a gente açoriana*». (Boléo, 1983, 14-16)

O papel importantíssimo do açoriano na colonização de Santa Catarina é, no Congresso, declinado até à exaustão, desvalorizando qualquer outro contributo, até nos discursos mais clarividentes e moderados como o que proferiu o Presidente da Comissão Executiva do Congresso e Professor da Faculdade de Direito de Florianópolis, Sr. Desembargador Henrique da Silva Fontes na cerimónia de lançamento da primeira pedra para o monumento comemorativo do centenário:

"No caso concreto da colonização insulana, temos já a distância de dois séculos. Sabemos que se frustraram os sonhos lusitanos de levar o domínio ao estuário do Prata, sonhos a que se prendia a bem estudada colonização do Brasil meridional; sabemos também que dos colonos ilhéus aqui estabelecidos, não saíram os lavradores deles esperados; mas sabemos também, porque sentimos e palpamos – e muitos de nós o sentem no próprio sangue – que os ilhéus que aqui cresceram e triunfaram, contribuindo preponderantemente para a rija base da cultura luso-brasileira, que enfrentou e absorveu ou modificou outras culturas, sendo elemento de segurança e de progresso para o Brasil." (in Boléo, 1950, 8)

Quando o sangue açoriano corre nas veias, o discurso carrega-se de emoção e atinge as vibrações camonianas das tubas canoras como o fez o deputado Dr. Osvaldo Cabral, um dos autores que mais se ocuparam da imigração açoriana para o estado de Santa Catarina, autor de numerosos artigos e trabalhos sobre a história de Santa Catarina e que sobre o assunto apresentou várias teses ao congresso:

" Se as fainas agrícolas não conduziram à vitória esperada, se os açorianos não imitaram os gregos lavravam o sol aspirando com delícia o cheiro da terra revolvida de fresco, se não realizaram eles os sonhos de Silva Pais, limitados nas suas esperanças à criação de núcleos agrícolas, entretanto alicerçaram obra de maior envergadura: - o açoriano e o madeirense, pela sua descendência conservaram para o Brasil este pedaço de chão sobre o qual o castelhano ousou pôr o pé, mas não logrou deitar a

mão, nem descansar a cabeça. Porque o açoriano foi o soldado do heroico e valoroso regimento de Linha da Ilha de Santa Catarina: foi o marinheiro que varejou os nossos mares, com a sua audácia e o seu destemor; foi quem desembainhou a espada pela mão de um Polidoro, de um Fernando Machado, de um Xavier de Sousa, quem colheu glórias pelas bravuras de um Osório. Foi quem pisou o convés de quilhas imperiais e quem abriu o fogo das baterias das cascas de nozes garibaldinas: foi quem cantou pela lira de um Marcelo Dutra e de um Quintanilha; quem serviu a sua terra por um Jerónimo coelho, por um Silveira de Sousa e por um Melo e Alvim; e foi quem andou a esmolar para os pobres e desgraçados, pela mão de um Irmão Joaquim, semeador de casas de assistência por esse Brasil a fora…Deu tudo de si – e dele cabe-nos um legítimo sentimento de orgulho, pois foi país de heróis e de poetas, antepassado de músicos e de santos!" (In Boléo, 1950, 10-11)

Por entre inaugurações a monumentos, concertos musicais, entoações do hino nacional português, "em homenagem à velha e gloriosa metrópole donde haviam vindo os colonos", como referiu o Diário Oficial de Santa Catarina, ia-se construindo o mito de discurso em discurso, de conferência em conferência:

"A nossa colonização começou sofrendo. Nasceu chorando. Sofrimento e lágrima que o ideal de triunfo poderia estancar. (…)

Na história do povoamento e colonização do Brasil, o português e notadamente o açoriano, que é uso legítimo, ocupa lugar de relevo, pelo arrojo, pela tenacidade e pelo idealismo. (...)

No momento em que se comemora, festivamente, o segundo centenário do Povoamento de Santa Catarina, é nosso dever enaltecer o valor daquela gente, espalhada por todos os recantos do mundo, não se podendo negar a intrepidez e o denodo verdadeiros operários da civilização. Navegadores, colonos, guerreiros, artistas, apóstolos, marinheiros, atravessaram os mares e palmilharam continentes." (Dr. António Nunes Varela in Boléo, 1950, 12-13) .

Invocado o maravilhoso pagão, comparadas as gestas e as virtudes açorianas com as epopeias e o génio fundador do povo grego, era necessário sacralizar o mito, santificá-lo, prestar culto a um povo escolhido e escutado por Deus. Escolheu-se a Catedral para a celebração solene de um "Te Deum". São do próprio arcebispo de Florianópolis, D. Joaquim Domingues de Oliveira, português de origem, as seguintes palavras:

"*Vindos em levas sucessivas e numerosas, concorreram (os Açorianos) para formar o bloco homogéneo – atalaias, por assim dizer, da fronteira – ali deixando, com a implantação dos mesmos costumes, língua e religião, a chave para a solução de problemas que, previstos, talvez, apenas, não deviam ser estranhos, mesmo para a adequada solução, aos nossos próprios dias*. (…)

E é justamente para venerarmos os esforços dos homens bons e generosos que nos precederam na caminhada, que aqui nos achamos reunidos. Agradecimentos aos homens e agradecimentos a Deus: aos homens que, não dispondo dos elementos de cultura e civilização atuais, fizeram o que fizeram. Fizeram-no, mercê de reconhecidas qualidades, e ainda, e sobretudo, porque sabiam invocar a Deus." (In Boléo, 1950, 14-15)

Paiva Boléo foi bastante sensível ao poder de atração popular exercido pelos trabalhos em miolo de figueira do engenheiro açoriano Euclides Rosa que se deslocara a seus próprios custos de São Paulo onde se encontrava casualmente. Contrariamente às autoridades portuguesas, apercebeu-se, com nitidez, da importância cultural e política das comemorações e não deixou de lamentar a ausência de representantes diretamente vindos dos Açores.

A sua própria estada, integralmente paga pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, deveu-se antes de mais ao forte interesse que expressou o Sr. Desembargador Henriques Fontes, após a leitura do seu artigo científico sobre os brasileirismos publicado em 1943[27]. Relativo foi o apoio prestado por parte das autoridades portuguesas. Não deixa de ser significativa a alusão à própria intervenção do Senhor Dr. Neréu Ramos, Vice-Presidente da Republica, também ele descendente de açorianos. Diga-se, em abono da verdade, que o contributo que o autor havia dado ao Congresso não se limitava ao artigo sobre os brasileirismos uma vez que, em 1945, publicara um trabalho sobre a

[27] Onde o autor já formulava algumas das questões fulcrais que vieram a encontrar posterior resposta: "Qual foi a região de Portugal que deu maior contingente para a povoação dos Açores e da Madeira? De que ilha do arquipélago açoriano saiu maior quantidade de emigrantes para o Brasil? E para que regiões foram eles de preferência?" (Boléo, 1943, 69)

emigração açoriana para o Brasil com abundantes e importantíssimos documentos inéditos pesquisados no então Arquivo Histórico Colonial (hoje Arquivo Histórico Ultramarino)[28].

Abreu e Lima, no seu Compêndio da História do Brasil, de 1882, e Varnhagem, na sua História do Brasil, de 1854, já haviam sublinhado a intensidade e a antiguidade dessa emigração, referindo que desde 1621 que duzentos e quarenta colonos dos Açores se haviam instalado no Maranhão para reparar os danos causados pelas bexigas. (Na realidade o processo ter-se-á iniciado pelo menos a partir de 1617.)[29] As pesquisas de Boléo, fundamentais para muitas outras pesquisas posteriores, confirmavam que a emigração para o Sul passara a ser massiva, contínua, sistemática e familiar desde o século XVIII. Para tal contribuíram os fenómenos de vulcanismo e excesso de densidade populacional com os consequentes fenómenos da mais extrema miséria (Piazza, 1999, 21-32).

Foi todavia, em 1742, o brigadeiro José da Silva Pais, responsável pela fortificação da Ilha de Santa Catarina e que havia sido governador do Castelo de São João Baptista, que terá sugerido que se levasse das ilhas alguns casais para poder concretizar os seus objetivos (Idem, ibidem, 46). Inscreveram-se, pelo menos, 7.827; 24% de São Jorge, 15% da Graciosa, 9% do Pico, 4,5% da Terceira, 2,5% do Faial e 0,7% de São Miguel desconhecendo-se os dados relativos às outras ilhas[30].

O primeiro contingente, de mil pessoas, terá embarcado no dia 7 de agosto de 1747, atingindo Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis) a 6 de janeiro de 1748. Seguiram-se muitos outros até outubro de 1749. Entre 1748 e 1752, segundo alguns autores teriam entrado em Santa Catarina cerca de 5.913 indivíduos e no Rio Grande do Sul 1.400 (Boléo, 1943, 71). De 1740 a 1806 a procedência, só dos chefes de família, teria sido a seguinte: S. Jorge 291, Faial 199, Terceira 135, Pico 86, Graciosa 26, Santa Maria 24, S. Miguel 21, Flores 3. Após 1750, em Santa Catarina, a cada família era fornecido um quarto de légua de terra (imprópria para o cultivo do cereal fornecido, o trigo dos Açores), sementes, alfaias agrícolas, 49 éguas e 341 vacas (Fidalgo, 2002, 29-31).

Significativa é a referência ao documento de Santa Catarina, datado 5 de novembro de 1756, com o número total de habitantes de 9 freguesias: 9.758; sendo das Ilhas 1084 casais e 3421 filhos; e da Terra, 1097 casais e 3446 filhos (Boléo, 1945, 8).

4. A FALA E A EXPRESSÃO DO IMAGINÁRIO

O seu interesse em realizar um inquérito linguístico numa povoação do interior levou-o a Rio Vermelho, aldeia que fica a 42 quilómetros de Florianópolis. A estrada era então bastante recente. Rio Vermelho situava-se ao longo da estrada numa extensão de seis quilómetros. Tinha cerca de 250 casas e cerca de 1200 habitantes. As famílias eram bastante numerosas embora a mortalidade infantil ainda fosse bastante elevada. Embora a malária tivesse sido um verdadeiro flagelo, já na altura se fazia rara, graças ao *Serviço Nacional de Malária.* Nesse tempo, talvez incentivada pelo sol arenoso, a maioria das pessoas andava descalça. O solo, do lado ocidental, talvez devido à presença de muitas conchas, era produtivo, dotado de uma exuberante vegetação. Ficou hospedado em casa do regente do posto de ensino, o Sr. João Gualberto Soares. Visitou a cavalo a Praia dos Ingleses, sede de freguesia, ou de distrito na terminologia brasileira. Contava, na altura com 120 casas, situadas à beira mar, sem contar os ranchos, casas de madeira para guardar as embarcações. A região impressiona-o pela sua vegetação de coqueiros a ornamentar a cumeeira dos montes. Campos sem fim, ora de lavoura ora de pastagem. Ausência total de fábricas.

Após se maravilhar com o facto de poder comunicar facilmente com os seus informadores, apesar de analfabetos, o que o leva a cogitar sobre a inexistência

[28] Boléo, 1945.

[29] Boléo, 1983, 7

[30] Em cabeça de lista surgem as ilhas que foram sobretudo povoadas por gente do Algarve, do Alentejo, do Porto Santo e da Madeira. Também são as que apresentam, hoje, ao nível da fala, caraterísticas mais próximas do português típico, embora com algumas analogias com o falar da Terceira, que se distingue, em particular, pela sua ditongação madeirense e pelo ü micaelense. Foi também a ilha com uma povoação mais heterogénea, tanto no que diz respeito ao espaço português quanto a outras origens europeias, inglesas, genovesas, castelhanas, galegas, biscainhas…. Destaque-se a comunidade Flamenga que terá acompanhado o seu capitão donatário, Jácome de Bruges (Santos, 1989,136).

de dialetos na imensa extensão do território brasileiro mas apenas de falares que se explicariam por motivos sociais e geográficos. Surpreende-se todavia com as importantes diferenças quer fonéticas quer lexicais no interior da mesma povoação e no seio da mesma família. Ouve os mais velhos dizerem "os animali" enquanto os mais novos pronunciam "os animau". São as caraterísticas que mais aproximam os falares dos Açores e os falares de Santa Catarina que o interessam: a passagem da palatal lh a iode (ureias - orelhas; ramaiête de filo - ramalhete de flores); a supressão do r final dos verbos (apertá, iscarrá); a redução da sílaba final como acontece no Algarve e em algumas povoações de Ponta Delgada (remuim - remoinho; manim - maninho). No capítulo da morfologia aponta o uso de "todos dois" em vez de ambos; a redução da terminação na terceira pessoa do plural do indicativo presente e do pretérito perfeito simples (os donos é que trato - tratam), o emprego do pronome pessoal complemento em vez do pronome sujeito (isto é pra mim fazé - isto é para eu fazer).

Mas é no léxico que o autor diz encontrar as coincidências mais significativas, embora seja bastante parcimonioso nos exemplos (guecha - égua). Em 1983 o autor sublinha caraterísticas comuns mais gerais aos falares do Açores e do Brasil: o emprego do verbo ter no sentido de existir; de família (famila, familha) para significar filhos, de papai e mamãe, do gerúndio em frases em que no Continente, com exceção do Algarve se utilizaria o infinitivo precedido de a (fulano está apanhando laranjas no seu quintal); a frequência do sufixo diminutivo –inho; o facto dos filhos responderem ao chamamento dos pais por Senhor - Senhora… (Boléo, 1983, 23-34)

Nesse mesmo artigo o autor reconhece que algumas coincidências não serão mais que coincidências, inscrevendo-se nas tendências gerais de evolução da língua portuguesa, outras corresponderão a exportações de dialetalismos do continente tanto para os Açores como para o Brasil enquanto outras só se justificam se admitirmos a influência direta da fala dos colonos açorianos:

"No seu artigo "Brazil and Azores*", publicado na revista Modern Language Notes de junho de 1947, Francis Rogers, baseando-se apenas nas escassas observações que, com todas as cautelas apresentei em 1943, no meu trabalho Brasileirismo, contestou a influência açoriana no que toca a factos de caráter fonético, interpretando-os como uma evolução natural e espontânea dentro do território brasileiro e que se integram nas tendências gerais da língua portuguesa. Posteriormente, na revista Orbis (*Louvain, tomo II, 1953, p. 146, nota*), o linguista brasileiro Serafim Da Silva Neto, fez suas as reservas do professor americano, mas reconheceu que, no vocabulário, «il est possible de signaler des expressions propres aux Açores* (açorianismos) *"*.

Hoje é difícil ouvir o falar catarinense ou o "catarinês" como gostam de referir os "manezinhos" da ilha. Num botequim da Praia dos Ingleses, por entre umas "abridêra", umas "pinga" e umas "fresquinha", ouve-se por vezes velhos pescadores falarem de assombração e das mulheres do "demonho", megeras éguas bruxas que se escondem nos "rancho" e que "nem urubu" espantam os "animali", gente que ainda hoje desconfia dos "dotô" da cidade "capitáli". Já vai para mais de dez anos que tive a felicidade de os ouvir. Por vezes o ritmo acelerava, a pronúncia fechava-se e o léxico tornava-se hermético, todavia tive a felicidade de encontrar um pequeno livro muito popular. Era o *Dicionário da Ilha (*Alexandre, 1994). Um verdadeiro best-seller, já ia na sua terceira edição, com mais de 10.000 exemplares vendidos!

É todavia no campo etnográfico e folclórico que, ontem como hoje, se encontram as maiores semelhanças[31]: os nomes dos oragos, as rendas de bilros, as quadras populares, as festas do Divino Espírito Santo… Estranhamente Paiva Boléo não refere nem a arquitetura popular nem o imaginário "bruxólico" que viria a constituir a matéria-prima da obra emblemática de Franklin Cascaes apesar de algumas das teses apresentadas no congresso se debruçarem exatamente sobre as superstições comuns ao Brasil e aos Açores (Luís da Silva Ribeiro).

Não resisto eu a invocar uma das lendas paradigmáticas de nítida origem celta, documentada na obra de Franklin Cascaes, na ilha Terceira e no Norte de Portugal:

As bruxas roubam a lancha baleeira de um pescador da ilha.

[31] Refiro entre outros trabalhos a magnífica síntese de Pavão Júnior (1987)

"Comadre, eu estive num lugar muito longe, dentro da noite, e, às apalpadelas, dentro da escuridão, consegui recolher um punhado de areia e umas rosas, porém desconheço o lugar de sua origem. Já as mostrei a muita gente e ninguém, assim como eu mesmo, conseguiu identificá-las.

- Quando ela colocou os olhos por riba da areia e das rosas, suas faces enrubesceram, seus olhos se esgazearam e sua fala emudeceu. Recuperando-se, ela afirmou – Compadre, a terra de origem deste punhado de areia e deste ramalhete de rosas é a índia. Eu aprendi na minha escola de iniciação à bruxaria que lá, nos Açores, na terra dos nossos antepassados, as bruxas também costumavam roubar embarcações e fazerem estas viagens extraordinárias entre as ilhas e a índia, em escassos minutos marcados pelos relógios do tempo. Também aqui as mulheres continuadoras dos elementos diabólicos do reino de Satanás, cujas chefes enfeixam em suas mãos os poderes emanados Dele, praticam as mesmas peripécias. Eu, compadre, afirmo-lhe com convicção certa de que as suas vidas, naqueles momentos, estiveram guardadas no repositório das minhas mãos. A bruxa chefe, que comandava a embarcação, tinha plena certeza da presença real de sangue humano dentro da lancha e, de vez em quando, ela chamava a atenção de suas comandadas para que investigassem onde estava o elemento que o possuía. Mas eu procurei sempre com muita altivez e precisão bruxólica, atrai-las para pontos distantes que podiam atrapalhar nossa viagem, quais eram os cantares dos galos. Hoje o senhor vai saber com precisão que, dentro da sua embarcação, fazendo aquela viagem bruxólica entre a Ilha de Santa Catarina e a índia, estavam as mulheres bruxas mais respeitáveis, misteriosas, prepotentes e malignas que vivem o reino rubro do rei Anjo Lúcifer. Se o senhor não foi trucidado por elas, agradeça à minha presença na sua lancha, metamorfoseada em bruxa, sentada no banco de popa na frente da gaiuta, onde se achava escondido" (Cascaes, 1950, 73-77).

Havia um homem que era pescador e, quando chegava à calheta para deitar o barco ao mar, ele estava sempre alagado. Uma noite resolveu ir e foi vigiar para ver se apanhava a pessoa que andava com o barco. Escondeu-se dentro dele e botou uma serapilheira por cima de si.

Dali a bocado grande, viu entrar duas raparigas e cada uma pegou no seu remo e foram a remar pelo mar fora. Chegaram à Índia, arrumaram o barco lá num canto e meteram por terra dentro. O homem estava lá escondido e lá ficou. Não levou muito tempo. Elas no barco. Quando vinham de viagem, uma vira-se para a outra e diz assim: Rema para lá que é quase de manhã! Rema para lá que é quase de manhã! – e a manhã já a luzir.

E o homem dizia lá consigo:

-Ai se me dá a tosse, ai se me dá a tosse…

Ele vinha abafado com a saca por cima de si mas nunca tossiu.

Elas traziam três pedras brancas e umas vagens e, quando chegaram a terra, esqueceram-se delas dentro do barco. E o homem assim que as apanhou pelas costas, botou a mão às coisas e veio para cima. Foi mostrar aquilo aos amigos para provar a eles que tinha ido numa noite à Índia a mais as feiticeiras (Altares, Terceira - Açores)[32]

"As bruxas vão ao Brasil em meia hora num barco, que tomam: cada remadela cem léguas.

Um homem tinha à beira do rio Douro um barquinho, e todas as noites lho tiravam do sítio. Ele tinha uma comadre, que era bruxa. Tantas vezes viu que lhe buliam com o barquinho que foi uma noite lá ficar dentro do cuqueiro (barraca ao pé da espadela).

De noite a comadre e outras bruxas levaram o barquinho para o Brasil, e ele dentro. As outras bruxas diziam:

-Aqui cheira a sangue vivo.

E a comadre dizia:

Não cheira não! Remem, remem, cada remadela cem léguas!

Chegaram ao Brasil, prenderam o barquinho; elas saíram, e ele ficou dentro. Depois o homem saiu, cortou uma cana-de-açúcar e tornou a meter-se no barco. As bruxas vieram e tornaram a andar com o barquinho para Portugal e diziam:

-Aqui cheira a sangue vivo!

E a comadre respondia:

-Não cheira, não! Remem, remem, cada remadela cem léguas, que está breve a cantar o galo negro! (que é o que parte à meia-noite).

Chegaram à terra na mesma noite, prenderam o barquinho e foram-se embora. Era num sábado. Ao outro dia de manhã foi o compadre da bruxa à

[32] Martins, 1994, 103-104

missa e levou a cana-de-açúcar e disse lá na missa que fora na noite anterior ao Brasil. Os vizinhos diziam que não era verdade, e ele:

-Pois para o quê, tenho aqui uma cana-de-açúcar, que lá cortei na esta noite.

A comadre disse-lhe que não andasse com estas gabações, porque as outras que o matavam, "que eu fui que te vali a tua vida, que elas já iam a dizer que cheirava a sangue vivo" (Granja das Biocas)[33]

Confesso que a versão açoriana, por fazer referência à Índia (forma arcaica de designar o Brasil, tal como reencontramos na expressão café da Índia (café do Brasil, café legítimo[34]), me parece a mais antiga e que a versão recolhida no Norte de Portugal me parece uma versão "torna viagem". O que não significa que não tenha sido exportada do continente para as ilhas e que não pertença a um imaginário nitidamente nortenho.

Certo é que, apesar das referências exóticas de ambas, descortinamos, por de trás do nevoeiro do tempo, a imagem das antigas sacerdotisas celtas que povoaram a ilha de Avalon e que até nós viajaram das tradições bretãs, pela matéria arturiana até às nossas tradições orais:

"A barca aportou ante rei Artur e as donas sairom fora e foram a el-rei. E andava antr'elas Morgaim a (o) encantador irmã(a) de rei Artur, que foi a el-rei com todas aquelas donas que tragia e rogou-o entom muito que per seu rogo ouve el-rei d'entrar na barca. E pois foi dentro fez meter i seu cavalo e todas as armas. Disi começou-se a barca de ir polo mar com el e com as donas em tal hora que non ouve i pois cavaleiro nem outrem no reino de Logres que dissesse pois certa mente que o pois vissem" (Piel, 1988, 463)

5. O CONFRONTO DE CULTURAS

A entronização da colonização açoriana em detrimento das outras não se fez pacificamente e encontrou como seria de esperar algumas resistências.

Dois conceitos diferentes de civilização se confrontavam segundo o autor, "*um que se deslumbra, sobretudo, com o progresso material; outro que atende, principalmente, aos fatores psicológicos e ao poder de assimilação*" (Boléo, 1950, 33).

O autor dá-nos notícia de discursos cuja função era a de responder àqueles que amesquinhavam a colonização açoriana por esta não ter conseguido o progresso material que outras, e em especial a alemã, atingiram. Muito se havia escrito sobre as diferenças entre as zonas de colonização açoriana e as de colonização alemã, e nem sempre desapaixonadamente, quase sempre em detrimento da primeira.

Um congressista, talvez de forma provocatória, terá mesmo apresentado a seguinte tese: "Contribuição à história da colonização alemã no vale de Itajaí".

"*Num congresso que se destinava a estudar a colonização açoriana no estado de Santa Catarina, parece que um tema desta natureza estaria deslocado, mas o autor defendeu o seu procedimento, dizendo que não "*considerava o português um colono estrangeiro, mas sim um povoador*". A tese foi bastante criticada na respetiva secção*." (Boléo, 1950, 32)

A vitória da colonização açoriana não se afirmava pelo modernismo das técnicas agrícolas, nem pelo alto nível económico mas sim pela resistência à modernidade e pela sobrevivência dos padrões que o caraterizavam e talvez, em alguma medida, o continuam a caraterizar. A tensão entre o elemento açoriano e o teutónico confundia-se com a tensão chocante entre o urbano e o rural, o passado e presente:

"*O campo, porém, mantém-se em sua tradição, e a sua evolução não se faz à custa de todos seus hábitos e instituições, mas na fusão destes com os novos elementos que absorve.*

O viajante apressado extasia-se ante o progresso e riqueza da bacia do Itajaí. Não conhece, sem dúvida, a tragédia que naquela região se desenrola ante a erosão do solo, a rotina de processos agrícolas e a deficiência da rede comercial." (Peluso in Boléo, 1950, 38)

[33] Vasconcellos, 1963, 436-437

[34] Boléo, 1983, 20

Apesar de todo o ambiente de euforia em torno da gesta e da colonização açoriana que o levou a visitar São Miguel, Santo António, Canasveiras, Ribeirão, Vila Nova e Laguna, o autor não deixou de manifestar o seu interesse em visitar as zonas de colonização alemã e de refletir longamente sobre as suas caraterísticas:

> *"Numa das excursões do Congresso, manifestei o desejo, em conversa com o Presidente da 6ª secção, de visitar as regiões de colonização alemã e italiana, para ficar com uma ideia mais completa do Estado de Santa Catarina*." (Boléo, 1950, 41)

Assim o autor percorreu mais de 500 quilómetros. Visitou o município de Blumenau, a casa-museu de Fritz Müller, "príncipe dos observadores" na expressão de Dawin, Indaial, Timbó, Redeio (vila de colonização italiana e tirolesa), Vila de Ascurra e Brusque:

> "*É difícil falar sem paixão da zona de colonização alemã. Não há dúvida que sob o aspeto material, representa contraste flagrante com a zona de colonização portuguesa e brasileira. Em vez das casas de madeira, com janelas sem vidros, de aspeto pobre, senão mesmo miserável (*refiro-me evidentemente às aldeias*), encontramos casas alegres, com canteiros de flores e árvores a cobri-las de sombra. Em lugar da "natureza natural" a paisagem cultural, o aperfeiçoamento do homem. A natureza que já ali é bela, mais se valoriza com a ação do homem. Nas casas, nas ruas, o asseio e a ordem, que revelam o mais elevado nível de civilização material. Temos por vezes, a impressão de que fomos transportados a uma povoação da Alemanha ou da Suíça*." (Boléo, 1950, 41-42)

O autor observou todavia o notório sentimento de superioridade rácica dos Brasileiros da zona de colonização alemã sobre os Luso-brasileiros e sobre os Ítalo-brasileiros.

Pois, antes da guerra, as colónias alemãs constituíam verdadeiras ilhas culturais, as crianças só frequentavam escolas de língua alemã e praticava-se uma estrita endogamia. Após a guerra o Governo estadual tomou medidas para a integração dessas comunidades:

> *"Graças a esta política escolar e à forte reação que durante a última guerra, se manifestou contra aqueles brasileiros que preferiam colaborar politicamente com a pátria de origem a servir lealmente a nação de que se haviam tornado filhos, a aprendizagem da língua portuguesa por parte das crianças e o processo de assimilação da parte dos adultos apressou-se bastante.*
>
> *Consta-me, porém, que tanto no estado de Santa Catarina como no do Rio Grande do Sul, já se começa a verificar de novo a tendência para a "colónia" alemã viver fechada dentro de si mesma*." (Boléo, 1950, 43)

"*É português tudo o que temos de brasileiro e profundo*" terá afirmado O Governador de Santa Catarina na sessão inaugural do Congresso. Gilberto Freire em Continente e Ilha recorda que a parte lusitana das tradições dominantes brasileiras não pode deixar de ser constantemente reforçada e renovada.

Paiva Boléo foi-se apercebendo do alcance político do Congresso Não se tratava meramente de um Congresso de História de Santa Catarina para comemorar a colonização açoriana mas sim de uma estratégia de afirmação da brasilidade de um estado que, em certa medida, havia preferido apoiar os esforços belicistas germânicos em detrimento dos interesses da Pátria brasileira e onde, de facto a cultura luso-brasileira havia perigosamente enfrentado a cultura alemã:

> "*A finalidade suprema do Congresso, embora não expressa, era a de mostrar aos outros estados da União a brasilidade do Estado de santa Catarina. E a melhor forma de o conseguir era de comemorar o bicentenário da colonização açoriana*." (Boléo, 1950, 47)

6. BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, Fernando – Dicionário da Ilha. Falar & Falares da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis. Cobra Coralina, 1994.
- CARUSO, Raimundo – Franklin Cascaes. Vida e Arte e a Colonização Açoriana. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.
- BOLÉO, Manuel de Paiva – Brasileirismos. Problemas de método. Separata da revista Brasília, vol. III, Coimbra, 1943.

- BOLÉO, Manuel de Paiva – Filologia e História. A emigração açoriana para o Brasil. (Com documentos inéditos). Separata de «Biblos» vol. XX. Coimbra, 1945.
- BOLÉO, Manuel de Paiva – O Congresso de Florianópolis. Comemorativo do Bicentenário da Colonização Açoriana. Coimbra, 1950.
- BOLÉO, Manuel de Paiva – A língua portuguesa do Continente, dos Açores e do Brasil. (Problemas de colonização e povoamento). Separata de Revista Portuguesa de Filologia. vol. XVIII. Coimbra, 1983.
- CASCAES, Franklin – *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*. I. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.
- CASCAES, Franklin – *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*. II. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.
- FIDALGO, Manuel Caçoilo – *Santa Catarina e Rio Grande do sul Adaptação – renovação – afirmação Açoriana no sul do Brasil*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2002.
- *JÚNIOR, José de Almeida Pavão – La littérature orale de Santa Catarina et la présence culturelle des Açores in Littérature Orale Traditionnelle Populaire* – Actes du colloque. Paris, 20-22 Novembre 1986. Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1987.
- MARTINS, J. H. Borges – Crenças Populares da Ilha Terceira I. Lisboa: Salamandra. 1994.
- PIAZZA, Walter F. – A Ilha de Santa Catarina e o seu continente na luta pela hegemonia portuguesa e na fixação da Cultura lusitana no Brasil meridional. In As Ilhas e o Brasil. Funchal. Centro de Estudos de História do Atlântico. Secretária Regional do Turismo e Cultura, 2000.
- PIAZZA, Walter F. – *A epopeia açórico – madeirense (1746-1756)*. Coimbra: Centro de estudos de História do Atlântico, 1999.
- PIEL, Joseph-Maria (ed.) – A Demanda do Santo Graal. Lisboa Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.
- SANTOS, J.M. dos – Os Açores nos séculos XV e XVI (vol. I). Universidade dos Açores. Direção Regional dos Assuntos Culturais. Secretária Regional da Educação e Cultura, 1989
- VASCONCELOS, J. Leite de (col.) – Contos Populares e Lendas. Coimbra, 1963.
- 3.º Congresso de Comunidades Açorianas. Angra do Heroísmo, 1991.
- *Florianópolis – Ilha de Santa Catarina*. CD-ROM. Brasil.

16. MARIA D'AJUDA ALOMBA RIBEIRO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC. DAJUDAALOMBA@HOTMAIL.COM

QUESTÕES CULTURAIS E DE IDENTIDADE NO ENSINO DE PORTUGUÊS L2 - LE

1.

Este trabalho se volta para a questão da diferença e da identidade cultural (HALL. 1999) com o objetivo de propor uma releitura do ensino-aprendizagem de Português como língua estrangeira e, com isso proceder a uma reflexão sobre questões identitárias e culturais no ensino de PLE, visto que no processo ensino-aprendizagem se delineia o perfil de uma nação - cultura. Como fulcro teórico deste artigo, tomou-se a teoria dos Estudos Culturais (Bhabha, 2003; Hall, 1999; Canclini, 2000) E A Análise Do Discurso (Maingueneau, 1998; Pecheux, 1988) para trabalharem-se conceitos, tais como: identidade, multiculturalismo e hibridismo cultural, no intuito de estabelecer uma relação entre língua e cultura no processo ensino-aprendizagem de PLE.

Minha pátria é a língua portuguesa
Fernando Pessoa

A identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente
Em relação às formas pelas quais somos representados
Ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. (...)
A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.
Hall

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo apresenta uma abordagem teórico-crítica sobre questões identitárias e culturais no ensino de Português L2 - LE. A problemática concentra-se em investigar como a identidade é reafirmada a partir de uma estratégia discursiva que utiliza elementos componentes da cultura local.

Com base nas teorias dos Estudos Culturais (Bhabha, 2003; Hall, 1999; Canclini, 2000) E Da Análise Do Discurso (Maingueneau, 1998; Pecheux, 1988) o presente artigo trabalha com conceitos, tais como*: identidade, multiculturalismo e hibridismo cultural* para estabelecer uma relação entre língua e cultura a partir do ensino de Português L2 - LE. Assim, este trabalho atenta para a questão da *diferença e da identidade* cultural (HALL, 1999) pensando uma releitura do ensino de Português como língua estrangeira.

3. LÍNGUA, CULTURA E IDENTIDADE: INTERFACES

Quando tencionamos ensinar uma língua estrangeira, no caso aqui estudado a Língua Portuguesa, é importante ressaltar a interação cultural dos alunos estrangeiros com desenvolvimento da competência sociolinguística para ratificarmos a interdependência intrínseca existente entre língua e cultura que,

em nosso estudo, refere-se ao ensino de Língua Portuguesa como L2 - LE. Sendo assim, a função do professor não é fazer com que os aprendizes se comportem como as pessoas da cultura-alvo, mas de dar oportunidade para que os alunos interpretem os significados dessa cultura. Isso quer dizer, que seja capaz de tornar responsável por suas próprias palavras, que ao expressarem-se sejam compreendidas pelos interlocutores da outra cultura sem que essas sejam forçadas a mudar o seu comportamento. (THOMAS, 1983, p. 91)

Nessa perspetiva, é interessante sensibilizar o aluno quanto a diferentes comportamentos nas diversas situações de convívio e aprendizagem com a língua estrangeira. Assim, o aluno tem oportunidade de se comportar nas mais variadas situações estando consciente das consequências que, porventura, o seu comportamento poderá gerar. Dessa maneira, devemos estar sempre em alerta acerca do ensino da cultura, pois a cultura da língua-alvo não deve ser ensinada como uma questão de moralidade, e sim, como habilidade para a sobrevivência e o sucesso na comunicação nas diferentes situações sócio comunicativa. Desse modo, o professor desempenha um duplo papel: não só um docente, mas às vezes um link que sirva para mostrar de forma adequada os valores sociais, culturais, étnicos e científicos nas diferentes interculturalidades (GOMES, 1995),

O aspeto multicultural aqui mencionado é conceituado como tudo aquilo que é produzido pelo ser humano; classificado como fenômeno dinâmico, plural, multiforme e heterogêneo, pois envolve criação e recriação. É entendido, também, como um sistema de comunicação, "e não mais um repertório estático de hábitos e costumes, ou uma coleção de objetos e tradições, mas o próprio elemento através do qual a vida social se processa" (VELHO, 1997, p. 105). Ao trabalhar dentro dessa perspetiva do hibridismo cultural[35] *(CANCLINI,2005) onde acontece o encontro de culturas, a cultura da Região do Cacau e a cultura hispânica, procuramos entender que nesse processo diferentes misturas culturais se interpenetram e se relacionam.*

Para Bhabha (2003 p. 203), as problemáticas fronteiras da modernidade estão encenadas nessas temporalidades ambivalentes do espaço-nação. A linguagem da cultura e da comunidade equilibra-se nas fissuras do presente, tornando-se as figuras retóricas de um passado nacional. Anderson (1989) afirma que a nação é um produto cultural e que se constitui em uma comunidade política imaginada. Nesse processo de construção histórica, a relação entre o velho e o novo, o passado e o presente, a tradição e a modernidade é uma constante e se reveste de importância fundamental, sobretudo para o ensino de língua estrangeira.

Falar de identidade é transformar o sujeito numa palavra de intervalo no decurso de sua vida e de sua história e com essa palavra poder retomar alguns conceitos que permitem que esta seja vista como construção discursiva pela quais os indivíduos se localizam socialmente (Cuche, 2002). Através dessa localização, são construídos os sentidos que marcam as caraterísticas mais representativas de um povo.

Dessa noção de povo, que se afirma o pertencimento das línguas, infere-se a natureza imprescindível da identidade para a formação das culturas e suas decorrentes construções semânticas.

Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas que em alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... O autoconhecimento - invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros (CALHOUN *apud.* CASTELLS, 2000, p. 22).

Diferentes tradições teóricas, no âmbito das ciências sociais, vêm tratando de conceções de identidades que se voltam, por um lado, para categorias estabelecidas *a priori* e, por outro, para entidades construídas por processos históricos, culturais e políticos na fala em interação. Esses últimos por sua vez gerarão os sentimentos responsáveis pela formação das identidades, pois a

[35] Não é simplesmente apropriação ou adaptação; é um processo através do qual se demanda das culturas uma revisão de seus próprios sistemas de referência, normas e valores, pelo distanciamento de suas regras habituais ou "inerentes" de transformação. Ambivalência e antagonismo acompanham cada ato de tradução cultural, pois o negociar com a "diferença do outro" revela uma insuficiência radical de nossos próprios sistemas de significado e significação

sensação de pertencimento passa a obedecer à lógica da necessidade do indivíduo de estar contido num sistema social que abarque as caraterísticas individuais em torno de significações homogêneas e representativas para a construção das identidades coletivas.

CASTELLS carateriza a identidade como "o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece (em) sobre outras fontes de significado" (2000, p. 22). Logo, entende-se que a construção identitária evolui em função de seus processos de identificação, assimilação e rejeição.

A identidade é, então, construída a partir de um repertório cultural que se apresenta na sociedade, que pode se expressar como conhecimento científico, práticas artísticas ou religiosas. Mas "todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo e espaço" (*ibidem*, p. 23-24). Isso quer dizer que a questão cultural nos confronta com uma disposição de saber ou com uma distribuição de práticas que existem lado a lado, designando uma forma de contradição ou até mesmo antagonismo social que tem que ser negociado em vez de ser negado. Estabelece-se quem está apto ou se interessa a pertencer a determinados grupos de acordo com suas identidades.

Nesse sentido, retomo a colocação Kathryn Woodward que define a "identidade" como "aquilo que temos em comum com algumas pessoas e o que nos diferencia de outras. É uma mescla de posicionamento individual com relações sociais. Cada pessoa vive uma variedade de identidades potencialmente contraditórias" (2003, p. 13).

Nessa perspetiva, a identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. (...) A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso á medida em que os sistemas de significado e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidade possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – aos menos temporariamente (HALL, 1999, p. 13).

As identidades, como mostra Hall, estão em constante processo de formação a depender dos fatores sociais que agem sobre os indivíduos. Daí a necessidade de se formular estratégias que permitam que, mesmo com a hibridização das culturas e formação múltipla das identidades, sejam construídos aspetos que reúnam os indivíduos em categorias de acordo com algumas caraterísticas comuns ao grupo e que esses se sintam como parte de um todo.

Nesse sentido, ao invés de pensarmos sobre identidade como um fato já concluído, devemos pensar sobre identidade como uma 'produção', que nunca está completa, que está sempre em processo, sempre constituída dentro e não fora da representação. Nesse contexto, a cultura, enquanto expressão da produção de bens simbólicos que definem as identidades surge como uma síntese de representações capazes de produzir identificações dos sujeitos de acordo o contexto.

Dessa forma, a língua estrangeira é a língua *estranha*, é língua do estranho, do outro. Tal estranhamento tanto pode provocar medo como uma forte atração. No primeiro caso, é o medo da despersonalização que sua aprendizagem implica medo do estranho, do desconhecido, medo do deslocamento ou das mudanças que poderá advir da aprendizagem de uma outra língua.

O medo pode, em circunstâncias peculiares, bloquear a aprendizagem, impondo uma barreira ao encontro com o outro, dificultando e, por vezes, impedindo uma aprendizagem eficaz e prazerosa. Não devemos esquecer que os alunos aprendem LE com objetivos variados. Há pessoas que não têm motivação integrativa para aprender uma LE, possui somente motivação instrumental. Moita Lopes (1996), enfatiza que neste caso o ensino da cultura não preenche as necessidades de aprendizagem. Um aluno que precisa aprender uma língua estrangeira para ler textos específicos não tem necessidade de ser exposto a aspetos culturais da LE que está aprendendo.

Também tem que levar em conta a biculturalidade para não tornar objetivo elitizante e não distanciar o propósito dos aprendizes da LE.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto fonte primordial de sentido para que os sujeitos se localizem socialmente, as identidades funcionam como manifestações móveis pelas quais podem ser construídos os sentidos necessários para a convivência na coletividade. Santos (1999, p. 135) afirma que. "*as identidades culturais não são nem rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes processos de identificação*". Destarte, devem ser encontradas formas dos indivíduos irem se identificando com vários contextos sociais e culturais a fim de fornecer sentidos às suas experiências. Portanto, entender o processo de 'ensino-aprendizagem' de uma língua "estrangeira" é percebê-lo como parte integrante de um amplo processo de *redefinição de identidades*.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional.** Trad. De Lólio L. de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Trad. Myriam Ávila, Eliana L. L. Reis, Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 4 ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. **Diferentes, desiguais e desconectados**: **MAPAS DA INTERCULTURALIDADE**. Trad. Luiz Sérgio. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2005.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Trad. Lauro Fraga de Almeida Sampaio. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____, **A Arqueologia do Saber**. Trad. Lauro Fraga de Almeida Sampaio. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

GARACHANA. C., M. e E. Montolío. "De la oración al párrafo. Del párrafo al texto". In E. Montolío (coord.), Manual práctico de escritura académica, V. II, 2000. 9.89.

GOMES, M. F. "Meios para a promoção internacional da língua portuguesa: papel das universidades", **V Encontro da AULP**. Recife: 1995.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro. DP&ª 2003

MAINGUENEAU, D. **Termos - Chave da Análise do Discurso**. Trad. Márcio Vinícius Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte. UFMG, 1998.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de Linguística aplicada:** a natureza social e educacional dos processos de ensino e aprendizagem de línguas. São Paulo: Mercado de Letras, Campinas, 1996.

PECHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi et al. Campinas: UNICAMP, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspetiva dos estudos culturais. Stuart Hall, Kathryn Woodward, Petrópolis: Vozes, 2003.

THOMAS, J. **Cross-cultural pragmatic failure.** Applied Linguistics 4(2), p. 91-112, 1983.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) *Identidade e diferença:* a perspetiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2003.

17. MARIA HELENA ANACLETO-MATIAS,HANACLETO@ISCAP.IPP.PT INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO,

PORTUGUÊS EUROPEU E MUNDIAL NA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO: UM PRESENTE DO PASSADO PARA O FUTURO

A língua portuguesa é uma das línguas mais faladas a nível mundial em termos de número de falantes nativos, se tivermos em consideração todas as Nações cuja língua oficial é o Português e as Comunidades Lusas espalhadas pelo mundo. Há muitas traduções e interpretações para a nossa língua, tendo

em conta todas as instituições e organizações internacionais em que o Português é uma língua oficial ou, pelo menos, uma língua de trabalho.

Baseada na experiência de formadora de tradutores e intérpretes durante sete anos em Portugal e na minha própria experiência enquanto intérprete nas Instituições Europeias, bem como com base na leitura atenta de autores interessados no Multiculturalismo e a importância do Português na Europa e no Mundo, chamo a atenção para algumas das problemáticas daí decorrentes, como por exemplo a importância do Português como língua franca e como ponte de ligação entre culturas.

Partilho algumas preocupações quanto à formação de tradutores e intérpretes cuja língua materna é o Português ou, pelo menos, que têm Português na sua combinação linguística. Algumas estratégias relativas ao treino desses "mediadores linguísticos de culturas" são apontadas, assim como os desafios europeus e mundiais que se colocam ao ensino da tradução e particularmente da interpretação.

2. INTRODUÇÃO: A LÍNGUA PORTUGUESA E UMA FORMULAÇÃO DE HIPÓTESE

Neste artigo, examino sumariamente a problemática das relações entre nações europeias diferentes, e defino como se articula o Português no contexto da União Europeia. Baseada na observação dos factos, proponho a seguinte questão de investigação: Será que o Português Europeu e Mundial é um presente do passado para o futuro no que toca à tradução, particularmente na interpretação?

Para responder a esta pergunta de pesquisa, apresento algumas hipóteses, sugerindo que a Língua Portuguesa tem importância no Multiculturalismo, na Comunicação, como língua oficial e de trabalho, como língua franca e ponte de ligação entre culturas. Julgo que com 27 nações diferentes juntas, a Europa está a enfrentar novos desafios em termos de integração. Isto é, a União Europeia, onde há a necessidade de responder com uma única voz às solicitações globais tais como a cooperação com os países em desenvolvimento ou dar resposta a outras superpotências necessita de elementos realmente integrados. O respeito e a tolerância em relação a cada nação são fundamentais. Em segundo lugar, examino sumariamente a situação do Português como língua internacional e o impacto que isso tem no ensino - aprendizagem da interpretação, especialmente entre os bilingues. Examino também as noções de Cultura e Bilinguismo.

3. O PORTUGUÊS MUNDIAL

A Língua Portuguesa tem uma dimensão universal porquanto muitas instituições internacionais a utilizam como língua oficial e - ou de trabalho. As nações lusófonas têm, no entanto, inclinações próprias, pois são estados independentes e soberanos. Como o Professor Adriano Moreira observou, "*Portugal pertence à União (política) Europeia, Cabo Verde, Guiné e São Tomé são atraídos para a área do franco, Angola ficará abrangida no espaço liderado pela África do Sul, Moçambique entrou para a Comunidade Britânica, e o Brasil dinamiza o Mercosul*" (2001:19). Mas todos nós, conjuntamente com Timor, pertencemos à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Na sua Declaração Constitutiva, os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, no dia 17 de julho de 1996, e considerando os bons resultados das reuniões de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Externas dos Países de Língua Portuguesa, realizadas em Brasília em 9 de fevereiro de 1994, em Lisboa em 19 de julho de 1995, e em Maputo em 18 de abril de 1996, bem como dos seus encontros à margem das 48ª, 49ª e 50ª Sessões da Assembleia-Geral das Nações Unidas, reafirmaram que a Língua Portuguesa:

"• *Constitui, entre os respetivos Povos, um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada;*

• *É um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projeção internacional dos seus valores culturais, numa perspetiva aberta e universalista;*

• *É igualmente, no plano mundial, fundamento de uma atuação conjunta cada vez mais significativa e influente;*

• *Tende a ser, pela sua expansão, um instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais e permite a cada um dos Países, no contexto regional próprio, ser o intérprete de interesses e aspirações que a todos são comuns." Queriam, assim "Incrementar o intercâmbio cultural e a*

difusão da criação intelectual e artística no espaço da Língua Portuguesa, utilizando todos os meios de comunicação e os mecanismos internacionais de cooperação;

• Envidar esforços no sentido do estabelecimento em alguns Países-Membros de formas concretas de cooperação entre a Língua Portuguesa e outras línguas nacionais nos domínios da investigação e da sua valorização;

(…)• Dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos setores da investigação científica e tecnológica com vista a uma crescente valorização dos seus recursos humanos e naturais, bem como promover e reforçar as políticas de formação de quadros;

(…)• Promover medidas, particularmente no domínio pedagógico e judicial, visando a total erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia". Foi nessa altura que decidiram constituir a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Esta Declaração Constitutiva foi ratificada pela República de Angola a 28 de julho de 1997; a República Federativa do Brasil ratificou a 25 de março de 1997 e depositou no Secretariado Executivo a 5 de maio de 1998; a República de Cabo Verde ratificou a 7 de março de 1997 e depositou no Secretariado Executivo a 19 de junho de 1998; a República da Guiné-Bissau ratificou a 8 de maio de 1997 e a República de Moçambique ratificou a 1 de julho de 1997. A República Portuguesa ratificou a 8 de julho de 1997 e depositou no Secretariado Executivo a 31 de julho de 1998. A República Democrática de São Tomé e Príncipe ratificou a 28 de outubro de 1997 e mais tarde Timor-Leste aderiu em 1 de agosto de 2002. Mas além da CPLP existem outras instâncias internacionais que visam a defesa da Língua Portuguesa como património mundial.

A Associação das Universidade de Língua Portuguesa (AULP) é uma Organização Não Governamental, fundada em 1986 na cidade da Praia, Cabo Verde, com a sua sede em Lisboa, que visa promover a cooperação entre as Universidades e Instituições de Ensino e Investigação de nível superior que dela sejam membros. O objetivo principal é a salvaguarda e o desenvolvimento da língua comum: o Português. Tem como atividades específicas, as seguintes:

- *"Promover projetos de investigação científica e tecnológica, estimulando o conhecimento da realidade e o desenvolvimento de cada um dos países;*
- *Incrementar o intercâmbio de docentes, investigadores, estudantes e técnicos;*
- *Estimular acordos bilaterais entre as diversas instituições, com particular destaque para o reconhecimento mútuo de habilitações literárias e graus académicos e científicos;*
- *Fomentar a reflexão sobre o papel da Educação Superior;*
- *Apoiar a criação de novas estruturas de ensino e de investigação".*

A AULP tem desenvolvido diversos projetos que, de forma geral, podem ser identificados por: *Projeto Intercâmbio, Projeto Formação Avançada, Projeto Publicações* e *Projeto Encontros* destinados a abordar problemas da Língua e do Desenvolvimento dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

Também há instituições internacionais que figuram na Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais e que desenvolvem a defesa do Português como Língua Mundial: a Missão Permanente de Portugal junto das Organizações Internacionais em Viena, a OIM – Organização Internacional para as Migrações – Missão em Portugal, na ONU – Organização das Nações Unidas, há a Secção das Organizações Não Governamentais do departamento de informação pública, a Missão Permanente de Portugal junto da Organização das Nações Unidas, a Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO, a Missão Permanente junto dos Organismos e Organizações Internacionais em Genebra e do Departamento Europeu das Nações Unidas e a UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas e certamente outras instituições ainda.

A Língua Portuguesa tem lutado pelo seu reconhecimento em variadas instituições internacionais, como por exemplo, na Organização Internacional do Trabalho. Os PALOP aderiram à OIT na segunda metade dos anos 70, imediatamente após as respetivas independências. Na orgânica da OIT, estes cinco novos Estados-Membros (e, mais tarde, Timor Lorosae) ficaram cobertos pela rede de Escritórios que em África (e na Ásia) tinham, naturalmente, sido instalados em países francófonos ou anglófonos após o grande movimento de

descolonização dos anos 50 e 60. Mas não sendo o Português uma língua oficial do sistema das Nações Unidas, a documentação produzida só muito raramente era traduzida para português. Por outro lado, a capacidade de intervenção dos delegados lusófonos nas grandes Conferências e reuniões técnicas da Organização era muitas vezes limitada por problemas linguísticos.

A partir de meados dos anos 90, começaram a surgir alguns sinais animadores de emancipação do Português na OIT. A partir da adesão de Timor-Leste independente à CPLP passámos a constituir-nos num grupo linguístico de mais de 250 milhões de falantes, reunindo oito países. O papel da língua portuguesa saiu igualmente valorizado através de um importante acordo com Portugal sobre a utilização do Português como língua de trabalho da Conferência da OIT. Nesse quadro, o Português passou, a partir de 2000, a ser língua de trabalho (passiva) quer nas comissões quer nas sessões plenárias da Conferência na qual participam mais de uma centena de delegados lusófonos.

4. O PORTUGUÊS EUROPEU

Segundo afirmam Manuela Silva e Heloísa Perista, "*não é uma fatalidade para Portugal continuar a ser, ao longo dos próximos anos, uma periferia subdesenvolvida da Europa*" (1995:10). Portugal pode ser um parceiro ativo na defesa da Língua Portuguesa como fator importante: pode haver a afirmação da língua portuguesa como instrumento aglutinador e gerador de consenso a uma escala global, havendo a promoção da cultura portuguesa como fator de uma mais-valia nacional, havendo um reforço possível das relações privilegiadas com os PALOP e Timor-Leste com a finalidade de alcançar uma cooperação para o desenvolvimento contribuindo para a paz e a segurança internacional, prevenção dos conflitos, redução da pobreza e inserção destes países na economia global, reforço da posição da CPLP no quadro das organizações regionais e multilaterais, designadamente através de iniciativas quanto à cooperação Norte-Sul, pode haver maior participação de Portugal no comércio e investimentos globais, nomeadamente através do reforço das relações com as regiões mais dinâmicas e inovadoras da economia mundial, pode haver um aumento do papel produtivo das comunidades lusas, incluindo nos domínios da ciência e tecnologia, valorizando assim a imagem de Portugal e dos respetivos produtos junto dos países de acolhimento. De facto, Portugal pode apostar no envolvimento da população e das instituições nacionais na construção europeia.

Para além de tudo isto, há a considerar a dimensão de língua oficial nas instituições da União Europeia, e apesar de o Português não ser ocasionalmente língua de trabalho na Comissão Europeia, é-o sempre no Parlamento Europeu, pois os Deputados expressam-se na sua língua e têm a apoiá-los grandes equipas de tradutores e intérpretes de língua materna também portuguesa.

5. IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA PORTUGUESA: MULTICULTURALISMO(S) E COMUNICAÇÃO

Fred E. Jandt (2003, a) faz a distinção entre diversas perspetivas para definir "cultura", a saber: a *perspetiva histórica* – neste sentido, a cultura é o conjunto das tradições que são passadas às gerações futuras. Se nós adotarmos a *perspetiva behaviorista*, a cultura será a maneira adquirida e partilhada de se comportar na vida; por um lado, se nós preferirmos a *perspetiva simbólica*, definiremos a cultura como forma arbitrária dos sentidos simbólicos que uma sociedade convenciona e que segue. Mas se nós preferirmos a *definição estrutural*, a cultura, então, pode ser o conjunto dos padrões, as ideias, os símbolos ou os comportamentos relacionados com um grupo ou povo. Finalmente, para a *perspetiva normativa*, a cultura é tudo aquilo que deve ser adotado como ideal, os valores e regras de conduta em sociedade. Na presente instância, considerarei *cultura* num contexto alargado, isto é, cultura será tudo o que é aprendido para comunicar em sociedade.

Comunicar é partilhar valores, ideias, *Weltanschauungen*, como os alemães dizem. A comunicação é usada para uma compreensão melhor dentro de uma sociedade, entre povos, nações e civilizações. Mas uma comunicação eficaz pode somente ocorrer quando há uma base comum, um relacionamento com empatia ou, pelo menos, simpatia. Uma comunicação ineficaz pode ser a causa e a consequência simultaneamente de divergências e conflitos entre indivíduos e grupos. Além disso, para Sylvia Vlaeminck, "a comunicação não é só usar as mesmas palavras, sobretudo pretende-se que verse a compreensão e o

respeito pelas outras culturas, os seus valores e costumes " (2003, minha tradução do inglês). Concordo completamente com esta afirmação.

Ainda de acordo com Jandt (2003, b), *uma comunicação intercultural " está relacionada não só com a comunicação entre indivíduos, mas também com a comunicação entre grupos."* No *best-seller* de Tom R. Reid, indica-se que "a Europa é hoje um lugar mais integrado do que em qualquer altura desde o Império Romano" (2005, minha tradução do inglês). A Europa é hoje uma amálgama de países diferentes, mas na diversidade há, no entanto, unidade. O lema da União Europeia é, de facto, *Unidade na Diversidade*.

Eu defendo o princípio que advoga uma identidade europeia, não obstante o facto que cada pessoa ou povo possa ter as suas peculiaridades. As idiossincrasias, naturalmente, são permitidas – o que torna a individualidade possível é a tolerância para com todos e o que torna a Europa interessante é, de facto, a diversidade. Uma outra nova tendência na comunicação intercultural é o caminho para a paz estável e duradoura, o que é tranquilizante, se pensarmos em todas as disputas que dilaceraram a Europa nos séculos mais recentes.

Patrick Stevenson apresentou o problema das políticas relacionadas com a integração na Alemanha e que são baseadas nos princípios que ligam o conhecimento da língua local a uma "capacidade de integração" (*Integrationsfähigkeit*): *"A Lei da Imigração passou no Bundestag e foi ratificada pela segunda câmara, o Bundesrat, em março de 2002"* (2006, minha tradução do inglês). Este princípio pressupõe que os imigrantes têm de ser linguisticamente competentes no seu país de acolhimento como sinal de integração e bom relacionamento com os habitantes nacionais. Mas esta noção leva-nos à problemática das minorias linguísticas.

Entre outros, Vanessa Pupavac e Sue Wright apontaram as implicações da categoria da *minoria linguística* (Pupavac, 2006; Wright, 2004, a). A língua é vista como uma parte essencial da identidade e da autoestima de uma comunidade e separar comunidades linguísticas diferentes pode conduzir a divisões e a conflitos étnicos assim como à exclusão social com a "*ghettoisação*". Os estados devem manter as línguas das minorias protegidas e também as suas comunidades, mas esta pode também ser uma causa para a discriminação com base na língua. Para Sue Wright, "*é difícil ver como o multilinguismo pode ser apresentado como positivo ao nível da comunidade, como um sinal de vitalidade, diversidade e criatividade, mas a nível nacional é desagregador, economicamente desvantajoso e limitativo*" (2004, a), minha tradução do inglês). Esta observação leva-me a comentar que a nível da União Europeia, somente os falantes que dominam a *língua do poder* podem ser ouvidos se o seu interesse for *lobbying*, por exemplo… Mas todos têm o direito de ver a sua língua reconhecida, de um ponto de vista legal, pelo menos. Por outro lado, na prática, é verdade que só os mais aptos para se expressarem na língua do poder têm melhores possibilidades de serem ouvidos.

5.1. O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA OFICIAL E DE TRABALHO

existe a noção universalmente aceite que defende a não-discriminação baseada no emprego da língua. De facto, não é só a Carta das Nações Unidas, no seu Artigo 13, que assim o recomenda; também a Declaração Universal dos Direitos Humanos ou mais tarde, a Declaração sobre os Direitos de Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas ou Linguísticas quando foi adotada a Resolução 47 - 135 de 18 de dezembro de 1992 pela Assembleia Geral das Nações Unidas assim o defendem. Como Ramón Garrido Nombela e Miguel Á. Navarrete afirmaram: "*Para que estes atos [legais] cheguem à população dos Estados-membros e sejam corretamente entendidos e aplicados, é absolutamente necessário dispor de um regime multilingue de produção dos ditos"* (2004:154, minha tradução do galego). Isabel Hub de Faria, Coordenadora do Ano Europeu das Línguas – 2001, em Portugal e Presidente da AILP considerou que, apesar do Português ser falado no Mundo por cerca de 200 milhões de falantes e ser a quinta língua mais falada no Mundo "*não acarreta, na prática, o estatuto devido à sua representação e visibilidade. Por exemplo, mesmo em organizações internacionais de escopo mundial, como é o caso da ONU, o Português não é língua de trabalho.*"

O Português tem uma dimensão linguística transcontinental, mas na Europa tem apenas uma representação de 3%. A Língua Portuguesa serve também o interesse da partilha de recursos de conhecimento, e há a necessidade de um novo perfil de Formador de Português, com especial destaque para a formação do Português como Língua estrangeira, constituindo desde já desafios para o presente e o futuro.

5.2. O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA FRANCA E PONTE DE LIGAÇÃO ENTRE CULTURAS

Para entendermos o papel do Português como língua franca e ponte de ligação entre culturas é necessário refletir um pouco sobre o papel dos meios de difusão, vulgo comunicação social. Na realidade, considero o papel da "RTP internacional" e da "RTP África" como fundamentais quanto ao fenómeno da união e padronização da Língua Portuguesa entre as comunidades lusas e lusófonas espalhadas pelo mundo. A "SIC" tem um canal internacional desde 1997 e também é inegável o seu contributo para a divulgação da cultura portuguesa e para a união na Lusofonia. Quanto ao fenómeno das telenovelas, poderia comentar mais detalhadamente quanto à qualidade (literária por vezes duvidosa), mas prefiro afirmar a sua importância no estabelecimento de uma interlíngua própria, partilhada pelos espetadores que assistem à difusão das mesmas telenovelas.

É interessante observar que ao longo dos tempos, e centrando-me mais agora no caso da União Europeia, línguas diferentes foram propostas para serem *lingua-franca*: considerando os primeiros estados-membros que fundaram aquela que nós hoje chamamos União, a língua mais natural para a comunicação entre os estados era o Francês.

Na sua obra *Langage, langues et mémoire*, Danica Seleskovitch, que foi intérprete de Jean Monnet, lembra que "*houve uma época em que aquele pai da União Europeia desejou que houvesse apenas uma língua de trabalho nas então Comunidades Europeias; mas ele também considerou que não se deveria escolher para a administração alguém só porque se expressa bem naquela língua, dever-se-ia escolher a pessoa pelas suas competências técnicas e pelas qualidades humanas, privilegiando, assim a defesa do multilinguismo por causa da necessidade de eficiência no trabalho*"(2002: 311).

Com o passar do tempo, o Latim foi sugerido também para se transformar na língua do Parlamento Europeu, à semelhança do que os Israelitas fizeram com a sua língua no seu país. Mas talvez porque favoreceria os falantes de Línguas Românicas em relação a outros ou porque o Latim era associado ao Estado do Vaticano e à Igreja Católica, a ideia do Latim como *língua franca* foi esquecida. O Esperanto foi visto também como uma possível *língua franca* global, mas porque é uma língua artificial que, mais uma vez, favoreceria os falantes de Línguas Românicas, a ideia também foi abandonada.

Com os alargamentos europeus em 2004 e em 2007, outros doze países se juntaram à União e uma tendência nova na comunicação intercultural está a ter lugar – refiro-me ao advento da Língua Inglesa que está a crescer como *língua franca* confirmada. No seu estudo sobre línguas de trabalho na União Europeia, Victor Ginsburgh e Shlomo Weber defendem que há um multilinguismo oficial, por um lado e que por outro lado, "o aumento no conhecimento das línguas entre as gerações mais novas é realmente notável" (2005, minha tradução do inglês).

Julgo que uma das maiores causas responsáveis por este fenómeno é o ensino da Língua Estrangeira (L2) com a *abordagem comunicativa*, que já provou ser um método melhor do que usar só livros de gramática ou exclusivamente a tradução de expressões na sala de aula. É interessante notar, no entanto, que mesmo que os povos sejam fluentes na L2, há a possibilidade de mal-entendidos transculturais. Às vezes, uma comunicação intercultural é mal sucedida devido aos antecedentes culturais de cada pessoa. Yumi Nixon e Peter Bull chegaram a conclusões interessantes após o seu estudo com inquiridos britânicos e japoneses (2006). Por outro lado, Kinga Williams e Rosa Aghdami propuseram o que chamaram "the Mensana model of managing migration" com um processo psicológico de cinco estágios aos quais as pessoas que migram se devem submeter, a fim de lidar saudavelmente com os choques culturais (2005).

Talvez possa parecer-vos uma euro-entusiasta demasiado otimista quanto ao ensino - aprendizagem de línguas e quanto à formação profissional como meios adequados para conseguir qualidade de vida económica, mas na realidade, e de acordo com Sylvia Vlaeminck, Chefe de unidade da política da língua na Direção Geral da Educação e Cultura em 2003, "uns 200 projetos (selecionados de uns 1300 projetos apresentados) foram cofinanciados pela Comissão. É interessante notar que para ¾ das instituições coordenadoras foi

essa a primeira ocasião de cooperar com a Comissão" (2003, minha tradução do inglês).

6. A FORMAÇÃO DE TRADUTORES E - OU INTÉRPRETES: AGENTES MEDIADORES LINGUÍSTICOS DE CULTURAS

Mais do que só serem meros reprodutores de um texto oral ou comunicação escrita numa língua diferente, os tradutores e os intérpretes desempenham a difícil tarefa de ter de interpretar os paradigmas culturais e os símbolos civilizacionais que estão relacionados com ambas as línguas de partida e de chegada. Mais do que meros leitores, têm de ser intérpretes de duas realidades socioculturais, de dois universos linguísticos e de dois contextos civilizacionais. E é devido a estes factos que a formação de tais agentes mediadores linguísticos de culturas é de extrema importância, se se quiser alcançar a excelência no trabalho de interpretação onde o Português entra na combinação linguística.

6.1. A PROBLEMÁTICA DO BILINGUISMO

Talvez os professores de interpretação prefiram ensinar estudantes bilingues, porque pensam que, pelo menos, os estudantes não terão problemas nas línguas de partida e - ou de chegada. Eu diria que os problemas da língua são provavelmente o maior obstáculo para alguém se tornar num bom intérprete. O intérprete ideal não tem dificuldades de expressão em nenhuma das línguas de trabalho que está a usar.

É importante compreender que se nós formos bilingues, no entanto, não significa necessariamente que seremos intérpretes melhores apenas por causa de nosso bilinguismo. Isto pode parecer estranho à primeira vista, mas o caso é que há muitas variáveis envolvidas na tarefa da interpretação que impedem que nós digamos que o bilinguismo é a condição *sine qua non* para se ser um grande intérprete de conferência. As palavras-chave aqui são, indubitavelmente os conceitos de bilingues verdadeiros e os falsos que passarei a definir.

A minha hipótese vem da observação de estudantes bilingues e não-bilingues de interpretação na sala de aula. Tive treino para ser intérprete profissional de conferência quando tinha sensivelmente vinte e dois anos, fui intérprete de conferências temporária no Parlamento Europeu durante muito pouco tempo, tendo praticado ocasionalmente numa base de voluntariado desde então. Tornei-me instrutora de intérpretes de conferência em 2001. As nossas aulas envolvem a interpretação de conferência consecutiva e simultânea. O comportamento e as dificuldades dos estudantes chamaram a minha atenção para uma divisão possível entre futuros intérpretes bilingues e não-bilingues.

Num mundo global multilingue em que hoje vivemos, viajar entre fronteiras geográficas já não é um evento importante na vida de alguém, porque se tornou um acontecimento muito frequente e comum. No contexto da Europa, onde vinte e cinco países mudaram o conceito dos seus limites desde maio de 2004, com a integração dos dez países novos na União Europeia, e mais dois em 2007, a circulação de pessoas torna-se cada vez mais comum por razões económicas, relações de negócios ou por causa do turismo.

A noção que cada país tem somente uma língua com a qual se identifica uma nação já não existe nos nossos dias, porque línguas estrangeiras ou segundas línguas estão a ser ensinadas na escola e muitas línguas são faladas nas ruas de todas as grandes cidades na Europa. A migração é um facto que ninguém pode ignorar nas épocas modernas; e os emigrantes trazem os seus hábitos linguísticos com eles para o país anfitrião, para o qual se deslocam. Não é raro que numa sociedade monolingue, a maioria das pessoas possa falar outras línguas, mesmo se o país estiver algo fechado ao contacto com o exterior.

Quando uma criança nasce, a maior probabilidade é a de crescer numa família monolingue numa sociedade multilingue. A situação mais comum é aquela em que os Pais falam a mesma língua com os seus filhos. Naturalmente que os casais de nacionalidades diferentes são muito vulgares em capitais cosmopolitas como Bruxelas, por exemplo.

Particularmente no exemplo de Bélgica é muito fácil alguém transformar-se num bilingue funcional. Para mim, “um bilingue funcional” é alguém que tem duas línguas equilibradas igualmente. Isto quer dizer que os falantes

conseguem funcionar bem em ambas as línguas; funcionar bem em ambas as línguas significa que as capacidades comunicativas estão desenvolvidas para sobreviver eficazmente em ambientes com as duas línguas, e no caso concreto da Bélgica, as pessoas podem ser igualmente fluentes em Francês e em Neerlandês, e consequentemente, há um equilíbrio no seu funcionamento bilingue.

Em Portugal, a situação é muito diferente: as pessoas aprendem, ouvem e falam somente o português na maior parte dos casos, e todas línguas restantes são de influência exterior. Naturalmente que o inglês é amplamente difundido devido aos meios de comunicação social e porque a sua aprendizagem agora está a ser introduzida cada vez mais cedo nos primeiros anos de escolaridade.

Em Portugal, quando alguém reivindica ser um bilingue, ou é porque viveu no estrangeiro ou porque os seus pais são emigrantes Portugueses fora de Portugal ou ainda porque são imigrantes estrangeiros a viver e - ou a trabalhar em Portugal. Quanto ao exemplo concreto do Instituto Politécnico do Porto, onde tenho ensinado desde 1993, gostaria de indicar que encontramos muitos estudantes que viveram na maior parte em França ou na Alemanha e que são, consequentemente, bilingues de Francês e Português ou Alemão e Português. Até agora, ainda não tive bilingues filhos de imigrantes Russos, Ucranianos ou Chineses em Portugal. Menciono estas três nacionalidades, por constituírem a maioria dos imigrantes neste país cuja língua materna não é o Português.

Não me estou a referir agora a filhos de imigrantes da Lusofonia cuja língua materna é o Crioulo e que falam geralmente Português muito bem. O estudante bilingue típico no exemplo do Instituto Politécnico do Porto, (se é que se pode falar de casos típicos, porque há sempre muitas variantes nas experiências de vida de cada pessoa) foi nado e criado por pais portugueses na Europa, particularmente na França ou na Alemanha. O que acontece neste tipo de situação é o choque imediato entre a cultura do lar e a cultura fora do lar. Não é nenhum espanto que a cultura dos pais acabe por não ser totalmente assimilada pelos filhos e não nos podemos esquecer que as sociedades exercem uma forte pressão para que a assimilação aconteça. Consequentemente, é comum que os pais falem aos filhos na sua língua portuguesa, e que recebam respostas dos filhos em francês ou em alemão, conforme o país de acolhimento.

O conceito de bilingues verdadeiros e de falsos bilingues vem exatamente dos contextos que eu tenho vindo a descrever. O que tenho observado durante a minha experiência como professora de interpretação é que muito raramente se encontra um bilingue verdadeiro. Geralmente, os futuros intérpretes são proficientes em determinadas áreas vocabulares e de comunicação, mas ineficazes noutras; há determinados setores nas suas capacidades comunicativas que são restritas a uma das duas culturas e consequentemente, línguas. Alguns, mas poucos, são realmente muito bons em ambas as línguas. Expressam-se corretamente, conhecem bem as expressões idiomáticas em ambas as línguas, sabem interpretar bem; outros, isto é, a maioria dos bilingues com os quais eu trabalhei têm determinadas limitações. Em casos extremos, tenho visto bilingues para os quais ter tido um contacto tão próximo com ambas as línguas lhes trouxe mais problemas do que vantagens; ou seja, não são satisfatoriamente proficientes em nenhuma das duas línguas, não funcionam bem em nenhum dos mundos culturais, as suas capacidades comunicativas estão comprometidas, e como resultado, o seu treino para se tornarem bons intérpretes de conferência é muito moroso e esgotante.

6.2. TÉCNICAS DE TREINO NA SALA DE AULA

No treino de intérpretes fazemos a diferença entre intérpretes de comunidade e intérpretes de conferência. De acordo com os objetivos profissionais dos estudantes, enfatizamos um dos dois em termos de gestão de tempo de treino na sala de aula e escolhemos os *curricula* para preparar melhor os estudantes para os seus trajetos futuros na carreira profissional.

Para mim, a interpretação de comunidade é aquela que tem a função social de ligar pessoas de línguas diferentes numa instituição. Por conseguinte, uma sessão de tribunal ou uma consulta de cuidados maternos no hospital podem ser dois casos diferentes da interpretação de comunidade. Praticamos outras formas de interpretação de comunidade, mas por exemplo, montamos um teatro onde há clientes, instituições e intérpretes. Este tipo de exercício envolve bastante os estudantes porque todos têm um papel ativo e um papel no curto prazo. Os estudantes fazem a preparação da situação concreta idealizada que

terão de interpretar como atores na aula, simulando a vida real como profissionais.

O trabalho de grupo é incentivado fortemente e este é o lugar onde os bilingues mostram a maior parte as suas capacidades. Pode soar especulativo e compreendo que é sempre perigoso generalizar, mas tenho observado bons desempenhos entre os bilingues nestes exercícios. Pode ser porque experimentaram nas suas vidas situações idênticas no estrangeiro quando tiveram que agir como pontes culturais entre os seus pais e as instituições do país anfitrião. A verdade é que observei que os intérpretes bilingues com o Português na sua combinação linguística se transformam nos melhores intérpretes de comunidade, mesmo se forem falsos bilingues.

Numa aula de interpretação de conferência temos basicamente dois tipos principais de treino: a interpretação consecutiva e a simultânea. Durante um discurso com interpretação consecutiva, o orador discursa durante alguns momentos, de um máximo de dois ou três a oito ou dez minutos, a seguir para e o intérprete dá a sua versão do discurso na língua-alvo com uma duração menor. Então, o intérprete para e o orador retoma o discurso no momento onde tiver sido interrompido. No exemplo da interpretação consecutiva, o orador e o intérprete enfrentam as mesmas plateias, e quando o orador discursa, o intérprete faz a tomada de notas. Ao contrário dos antigos estenógrafos, que aprendiam símbolos de acordo com os sons da língua e que, portanto, era baseada no registo de símbolos, abreviaturas e fonética, os futuros intérpretes anotam a relação entre as ideias.

Cada discurso tem uma sequência lógica e quando falamos fazemos a parte de uma frase depender da outra como uma causa e consequência simultaneamente. Isto foi descrito pelos estudos de análise do discurso, que constituem uma fonte de inspiração para a tomada de notas na metodologia do treino de intérpretes. Recomendo sempre aos meus alunos um registo de notas estético. Aparentemente, um futuro intérprete tem que ser um bom ator e também um artista plástico. Têm que usar uma folha de papel como se fosse uma pintura; no fim de uma sequência de discurso, terão que ver no seu papel algo como uma escada em que os degraus mais elevados são as partes mais importantes das frases, os degraus mais baixos são menos importantes e no meio vemos a relação das duas partes. Escrevendo do alto para baixo da página e da esquerda para a direita, os intérpretes desenvolvem as suas notas simbólicas e pessoais. Na Europa, duas filosofias de sistemas de tomadas de notas coexistiram no tempo: os estilos coletivo e o individual. O primeiro é de inspiração socializante, onde os intérpretes eram incentivados a adotar os mesmos símbolos para trabalharem em equipa, mas no Ocidente havia um sistema mais individualista orientado pelo sistema de competição no mercado. Desta forma, o intérprete era estimulado a desenvolver uma maneira personalizada, individual de fazer a tomada de notas.

Assim, um símbolo que para alguns intérpretes possa significar algo, poderá eventualmente significar algo diferente para um outro. Entretanto, há determinados símbolos que são mais ou menos “universalmente” usados pela maioria dos intérpretes: um país é representado por um quadrado, visto que o mundo é representado por uma esfera; um “x” pode significar a guerra, um conflito, oposição, porque parece duas lanças numa batalha, a lutar; um sinal de visto pode significar que a situação é boa, o problema está resolvido, as conversações de paz foram bem-sucedidas, está à vista uma solução, tudo está “OK”. Também as setas são muito úteis: se uma seta for virada para cima, significa que é bom, se para baixo, tem um significado negativo; assim, se o orador disser “a situação económica tem florescido nos dois meses passados”, por exemplo, a única coisa que o intérprete anota é uma seta que vai para cima. Se o orador disser que “o desenvolvimento das despesas não floresceu desde 2005,” a única coisa nas notas do intérprete é uma seta que vai para cima com o símbolo da negação (a palavra em inglês com duas letras “NO” ou um “X” sobre a seta).

“A taxa do desenvolvimento diminuiu na década passada” pode anotar-se com somente uma seta que vai para baixo. Se, por outro lado, nós falássemos sobre “flutuações na taxa ou na percentagem do preço,” a nossa seta estaria a “flutuar,” como se fosse uma pequena serpente, indo para cima e para baixo. Se nós quisermos expressar ênfase, sublinhamos o que tomamos nota; se nós quisermos dizer “um aumento ligeiro,” por exemplo, sublinhamos intermitentemente a seta que vai para cima. As abreviaturas e os acrónimos também constituem uma parte importante na tomada de notas para a interpretação consecutiva, porque são escritas rapidamente e podem significar

uma única sequência com muitas palavras, tais como nomes de organizações, partidos, uniões, associações ou instituições.

Números e datas devem imediata e inteiramente ser anotados, porque são esquecidos facilmente. O desenvolvimento da memória é essencial no processo do treino de um intérprete: nós temos uma memória a curto, médio e longo prazos. Quando interpretamos consecutivamente, usamos a memória a curto prazo e temos um dispositivo automático de entrada da memória que é ajudado pela tomada de notas; quando interpretamos simultaneamente, a memória de muito curto prazo está ativada. Retemos geralmente na memória de curta duração não mais de cinco elementos, portanto não devemos esperar mais do que este limite antes de começar a interpretar. Mas com a ajuda das notas, os elementos que nós retemos na nossa memória aumentam substancialmente, apenas porque nós os registamos. Mesmo se nós não lêssemos as nossas notas quando repetimos o discurso do orador na língua-alvo, teríamos um desempenho melhor, apenas porque tínhamos anotado.

Naturalmente a finalidade real de anotar informação sobre o discurso que está a ser feito é ajudar a memória, mas às vezes o orador fala a tal velocidade, que o intérprete tem que muito rapidamente anotar apenas os elementos mais importantes numa forma legível e de leitura fácil porque estão apresentáveis.

Danica Seleskovitch e Marianne Lederer propõem os seguintes passos na técnica de tomada de notas para a interpretação consecutiva: anotar as ideias, os termos transcodificáveis, os números, os nomes próprios, os termos técnicos, as enumerações (2002: 51-52). E mais adiante, as mesmas autoras defendem como fundamental a aprendizagem e treino da correta utilização dos auscultadores, do volume de entrada, do microfone e da cooperação em trabalho de equipa na cabina de interpretação no que diz respeito à interpretação simultânea (2002: 164 – 166).

Os símbolos, as setas, umas palavras mais curtas em línguas diferentes, iniciais, acrónimos, mas também a maneira de nós anotarmos as relações entre dois segmentos de uma frase são muito importantes. Assim, a palavra inglesa "SO", que é muito curta, com somente duas letras pode relacionar dois grupos da informação que são consequência uma da outra; uma cruz pequena ou uma simples vírgula adiciona simplesmente elementos da mesma ideia, tal como uma enumeração; eu expresso geralmente a ideia de "porque" com as duas iniciais "pq". Na tomada de notas deve haver essencialmente dois critérios: a alta velocidade e a legibilidade na clareza.

Por vezes, os intérpretes futuros têm reclamações do tipo: "Eu não conseguia encontrar a palavra certa…". De facto, por vezes há problemas em encontrar muito rapidamente palavras na língua de chegada, porque um dos códigos da combinação linguística é mais ativo que o outro. Isto é, quando se trata do conhecimento passivo das línguas, são igualmente equilibrados, mas o conhecimento ativo é uma história diferente – têm mais dificuldades.

Os intérpretes futuros que têm uma língua materna muito forte para a qual o discurso está a ser interpretado não encontram problemas similares. Sabem geralmente o que o orador quer dizer na língua de partida e transmitem consequentemente bem na língua de chegada, que é geralmente a sua língua materna; não há nenhuma dificuldade em encontrar as palavras certas. Vêm mais fácil e mais rapidamente às suas mentes do que no exemplo de estudantes bilingues.

7. CONCLUSÕES

Michel Perez, Inspetor-geral da Educação Nacional e responsável pelo ensino do Português em França, defende o Português como língua de comunicação internacional e é um fator de unidade nacional em vastos países da África, da América ou entre as diferentes componentes de comunidades espalhadas pelo mundo.

A criação da CPLP em 1996, a Expo98 e a consagração da língua portuguesa pelo Prémio Nobel de literatura atribuído a José Saramago são acontecimentos relativamente recentes que demonstram a vitalidade do Português.

7.1. DESAFIOS ATUAIS

Segundo Michel Cahen, o ensino da língua portuguesa em África está condenado ao insucesso, se Portugal não adotar políticas interventivas mais conscientes no que toca à ideologia do respeito pelas línguas autóctones e crioulas das diversas nações: "*Uma defesa do Português bem-feita deveria*

fomentar a alfabetização das crianças nas línguas africanas e crioulas, para ser de seguida, baseada numa aprendizagem psicopedagógica segura. Haveria as línguas do afeto e maternas e o Português deveria ser aprendido como segunda língua" (1994: 25, minha tradução do francês).

A grande batalha que se deve ganhar é a do ensino do português como língua estrangeira, um ensino que sofre de uma falta enorme de meios pedagógicos, ainda em número insuficiente ou mal adaptados às exigências específicas do ensino da língua estrangeira.

De facto, não existe nos países lusófonos uma tradição muito longa de ensino do português como língua estrangeira e esse facto atrasou consideravelmente o impacto da língua portuguesa junto das populações não lusófonas.

7.2. A LÍNGUA PORTUGUESA COMO UM PRESENTE DO PASSADO PARA O FUTURO

Ainda segundo o já referido Michel Perez, o Português é procedente do latim devido à romanização da Península Ibérica. Esta língua comum – Galaico-Português – é a forma assumida pelo Latim do ângulo noroeste da Península Ibérica.

Mais tarde, nos séculos XV e XVI, o Português expandiu-se através dos cinco continentes. Este conjunto humano é hoje caraterizado pela existência de oito países cuja língua oficial é o Português: os cinco países africanos, o Brasil, Portugal e mais recentemente Timor têm em comum o uso do mesmo idioma, o Português, quer seja este uma língua oficial, materna ou segunda. São os chamados países lusófonos.

Portugal tem 10 milhões de habitantes e o Brasil 164 milhões sendo os dois os grandes países de língua oficial e materna portuguesa. Camões afirmou que Portugal deu novos mundos ao mundo. Não sei se concordo, mas é certo que a língua diplomática e comercial, tinha nos séculos XVI e XVII o estatuto de língua franca. Em África, a língua portuguesa tem uma vertente aglutinadora, pois as variadas etnias dentro de cada nação têm, assim, uma língua comum oficial e de comunicação.

A pergunta inicial tem a seguinte resposta: de facto, o Português Europeu e Mundial constituem na Tradução e particularmente na Interpretação um presente construído no passado, desenvolvido agora e com projeção no futuro.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

8.1. FONTES PRIMÁRIAS

Carta das Nações Unidas, especialmente o Artigo 13.

Declaração Constitutiva da CPLP.

Declaração sobre os Direitos de Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas ou Linguísticas

Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Resolução 47 - 135 de 18 de dezembro de 1992 pela Assembleia-geral das Nações Unidas.

8.2. PORTAIS NA INTERNET (TODAS AS CONSULTAS EFETUADAS EM FEVEREIRO DE 2007)

http: - - www.desenvolvimentosustentavel.pt - InnerPage.aspx?idCat=574&idMasterCat=363&idLang=1&idContent=852&idLayout=3&site=desenvolvimentosustentavel

http: - - www.cplp.org - docs - documentacao - Declara%C3%A7%C3%A3o%20Constitutiva%20CPLP.pdf

http: - - www.fl.ul.pt - pessoais - ailp - noticias - destaque.htm

http: - - www.linguateca.pt - branco - reorganizacao.html

http: - - www.uem.mz - grp - orgs.htm#sadc

http: - - www.plataformaongd.pt - site2 - publique - cgi - cgilua.exe - sys - start.htm?sid=58&tpl=section

http: - - www.portugal.gov.pt - NR - rdonlyres - E1526376-AA68-4575-AF78-ADFC22BCE171 - 0 - PIENDS_6.pdf

http: - - www.ac-versailles.fr - pedagogi - langue-portugais - enseigner - ig - Os_desafios_da_lusofonia2.doc

http: - - www.ilo.org - public - portugue - region - eurpro - lisbon - html - portugal_oit_lisboa_pt.htm

http: - - www.ilo.org - public - portugue - region - eurpro - lisbon - pdf - protocolocplp.pdf

http: - - www.ilo.org - public - portugue - region - eurpro - lisbon - pdf - acordoparceiros.pdf

8.3. FONTES SECUNDÁRIAS

- Cahen, Michel (1994) "*De Timor à Letícia, géopolitiques des mondes lusophones*". In *Lusotopie*, Paris: L'Harmattan.
- Ginsburgh, Victor e Schlomo Weber (2005). "*Language Disenfranchisement in the European Union*". In *Journal of Common Market Studies*. 43 - 2, 273-286.
- Jandt, Fred E. (ed) (2003 a) *Intercultural Communication: a Global Reader*. Londres: Sage Publications Inc.
- Jandt, Fred E. (2003 b.) *Intercultural Communication: Identities in a Global Community.* Londres: Sage Publications Inc.
- Moreira, Adriano. (2001). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Cooperação*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Nixon, Yumi e Peter Bull. (agosto de 2006). '*Cultural Communication Styles and Accuracy in Cross-Cultural perceptions: a British and Japanese Study*'. In *Journal of Intercultural Communication*, 12.
- Nombela, Ramón Garrido e Miguel Á. Navarrete. (2004) '*Traducción institucional: el caso de la Comisión Europea'*. In Susana Cruces Colado e Ana Luna Alonso (eds.) *La traducción en el ámbito institucional: autonómico, estatal y europeo*. Vigo: Servizo de Publicacións, Universidade de Vigo.
- Pupavac, Vanessa. (março de 2006). '*Language Rights in Conflict and the Denial of Language as Communication*'. In *The International Journal of Human Rights*, 10-1, 61-78. Nova Iorque: Routledge.
- Reid, Tom R. (2005). *The United States of Europe – The Superpower Nobody Talks About – From the Euro to Eurovision*. Reino Unido: Penguin Books Press.
- Seleskovitch, Danica e Marianne Lederer. (2002). *Pédagogie Raisonnée de l'Interprétation*. França: Didier Érudition, Commission Européenne.
- Silva, Manuela e Heloísa Perista (1995) *As Portuguesas e a União Europeia – Prospetiva para a Ação*, Lisboa in *Cadernos Condição Feminina* nº 44, Presidência do Conselho de Ministros.
- Stevenson, Patrick. (2006). ' *'National' Languages in Transnational Contexts: Language, Migration and Citizenship in Europe*'. In Mar-Molinero, Clare and Patrick Stevenson (eds). *Language, Ideologies, Policies and Practices – Language and the Future of Europe*. Hampshire e Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- Vlaeminck, Sylvia. (2003). '*A European Strategy for Linguistic Diversity and Language Learning*'. In Ahrens, Rüdiger (ed). *Europäische Sprachenpolitik - European Language Policy.* Heidelberga: Universitätsverlag Winter GmbH.
- Wiiliams, Kinga e Rose Aghdami. (janeiro de 2005). 'Managing Migration: The Applied Psychology of International Transitions'. In *Journal of Intercultural Communication*, 8.
- Wright, Sue. (2004 a). '*Language Rights, Democracy and the European Union*'. In Freeland, Jane and Donna Patrick (eds). *Language Rights and Language Survival, Sociolinguistics and Sociocultural Perspectives*. Encounters Vol. 4. Manchester, Reino Unido e Northampton, Ma, EUA: St. Jerome Publishing.
- Wright, Sue. (2004 b). *Language Policy and Language Planning. From Nationalism to Globalisation*. Hampshire e Nova Iorque: Palgrave MacMillan.

18. NELSON AUGUSTO PEREIRA DOS REIS (FACULDADE DE DESPORTO (FADEUP) - UNIVERSIDADE DO PORTO), ESCOLA SECUNDÁRIA DE RIBEIRA GRANDE, NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. NELSON_REIS@HOTMAIL.COM

JOGOS E BRINCADEIRAS – A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA PRESERVAÇÃO E NA VALORIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

Nos dias de hoje, as fronteiras físicas entre alguns países da Europa desapareceram completamente, tornando unos estados que durante séculos lutaram, mataram e morrem pela afirmação de um marco, de uma linha imaginária, por um pedaço de terra. O escudo verdadeira identidade nacional que se encontra eternizado na bandeira portuguesa deixou de ser a nossa moeda para dar lugar a uma outra que já percorre neste momento treze estados membros. Todavia, a identidade de um povo não pode ser vista como algo cristalizado, constrói-se no confronto do quotidiano com as novas perspetivas provenientes do exterior, na instabilidade provocada pela oposição entre os valores locais com os valores globais, na constante tensão entre o tradicionalismo e na legítima vontade de progresso. Neste contexto, resgatar e preservar as tradições é manter viva a chama da cultural e do passado, perspetivando um futuro. Tais mudanças provocam uma rápida rutura dos hábitos e costumes tradicionais, sem que nenhuma faixa da população seja capaz de resistir, por muito tempo, ao impacto de uma nova cultura. Outro aspeto de grande inquietude prende ao facto da desvalorização do movimento natural e espontâneo da criança em favor do conhecimento estruturado e formalizado ignorando, deste modo, as dimensões educativas do jogo e da brincadeira como forma rica e poderosa de estimular a atividade construtiva da criança. Se para alguns brincar é perder tempo, felizmente, para muitos é ganhá-lo. Através de uma brincadeira e - ou de um jogo podemos compreender como as crianças e os jovens veem e edificam o mundo como elas gostariam que ele fosse. Expressão o que teriam dificuldades de colocar em palavras. Não brincam só para passar o tempo, a sua escolha é motivada por processos íntimos de desejos, de problemas e de ansiedades. O que acontece com as suas mentes determinam as suas atividades lúdicas, pois brincar é a sua linguagem secreta, que todos nós devemos respeitar. O universo lúdico é uma construção simbólica do homem. Desta forma, a pluralidade de expressões culturais corresponde a uma pluralidade de expressões lúdicas. Em nosso entender,

estudar a pluralidade de tais expressões é compreender a pluralidade da cultura humana.

2. INTRODUÇÃO

*No contexto da cultura nos dias de hoje, a busca da identidade de um povo constitui "*uma quase obsessão*" (Sousa Santos, 1996). Assim, torna-se fulcral encontrar, na tradição, traços identificadores e aspirações para o futuro. Na busca dessa identidade cultural, não poderemos esquecer alguns aspetos importantes, tais como: os costumes populares, a observação e a interpretação sociológicas, a contextualização histórica e análise simbólica de todo o património cultural e, principalmente, a sua vertente lúdica.*

Laplantine (1993) vai mais longe e alerta-nos para a urgência de preservação dos patrimónios culturais locais que estão ameaçados. Porém, a preocupação com o resultado imediato, por parte de alguns pesquisadores, parece ser o único objetivo dos vários estudos efetuados, deixando para segundo plano, ou até mesmo para o esquecimento, uma infinidade de assuntos que clarificariam muitas das dúvidas existentes. Infelizmente, muitas vezes, o que pensamos ser desprezível poderá fornecer-nos dados indispensáveis para o completo entendimento.

Obviamente que muitos se preocupam com o rumo que esta nova perspetiva de vida proporcionava, tendo consciência que as identidades nacionais estavam condenadas ao esquecimento. Assim, e com o início de um novo século e milénio, surgiram movimentos que tentaram reconstruir tais identidades, numa clara resistência à globalização do homem, lutando para que a diversidade antropológica continue a ser uma realidade.

É desta forma que entendemos, atualmente, a cultura popular: "uma resistência em nome do humanismo que algum radicalismo tecnocrático tudo fez para destruir" *(Vaz e Garcia, 2002). Neste contexto, temos de ter consciência que muitas atividades do passado, entendidas como património que nos identifica, são, na sua maioria, evoluções de atividades desenvolvidas nos séculos anteriores e em contextos socioculturais bem diferentes dos atuais, bem como nos séculos anteriores houve várias e sérias ruturas com o passado.*

Atualmente, devemos aceitar a evolução natural das nossas necessidades, não como uma forma negativa, muito pelo contrário, como um natural fluir do tempo e do homem.

É nesta panóplia sem moeda, sem fronteira, quase sem poder para decidir, que as culturas populares emergiram, um pouco, por toda a Europa, no sentido de preservar, ou mesmo de fazer renascer, a identidade de um povo, visto que muitas dessas expressões culturais há muito estavam no esquecimento.

*Desta forma e mais do que nunca, os estudos relacionados com as tradições, com o folclore, com os jogos tradicionais - populares e com tantas outras manifestações de cunho popular são uma necessidade, "*para nós um imperativo ético*", (Vaz e Garcia, 2002:4). A realidade, tal como a paisagem, tem infinitas perspetivas, todas elas igualmente verídicas e autênticas, sendo a única perspetiva falsa, nas palavras de Ortega e Gasset (1987), aquela que pretende ser única.*

Mudam-se os tempos. Mudam-se os contextos e as situações. Mudam-se as causas dos problemas e os dramas, porém, estes emergem ciclicamente com gravidade renovada pois, segundo o pensamento de Bento (1997b), a luta pela vida não pode conhecer pausa em descanso e que a mesma não se confina à velhice, sendo árdua e exigente na infância, na adolescência, na juventude e no período adulto.

3. A ESCOLA E O JOGO

Não há sociedade humana, quer arcaica, quer moderna, que não tenha cultura. No entanto, cada cultura é singular. Ora, existe sempre a cultura nas culturas, porém, "a cultura não existe senão através das culturas" *(Morin, 1999:61).*

No entanto, Gadotti (2000) afirma que uma escola que educa para a cidadania deverá ter como orientações a integração entre educação e cultura, entre a escola e a comunidade, entre a educação multicultural e a comunitária, a democratização das relações de poder dentro da escola, o enfrentar da questão da repetência e da avaliação, a visão interdisciplinar e transdisciplinar e a formação permanente dos educadores. Pois, tal escola, a que educa para a cidadania, preconiza um projeto que une a teoria e a prática. Esse projeto constrói-se e reconstrói-se para dar resposta à diversidade, respeitando todos os intervenientes no processo educativo.

É devido a esta forma de entender a cultura que surge a necessidade de existir uma escola, com um cariz cultural e que concilia por um lado a cultura

tradicional veiculada pelo currículo oficial e, por outro lado, pela cultura vivida por prazer e recriação em clubes de diversa natureza.

Outro aspeto de grande inquietude prende-se com a desvalorização do movimento natural e espontâneo da criança em favor do conhecimento estruturado e formalizado, ignorando, deste modo, as dimensões educativas da brincadeira e do jogo como forma rica e poderosa de estimular a atividade construtiva da criança. Torna-se fulcral ampliar cada vez mais as possibilidades de vivências da criança com o ambiente físico, com os brinquedos, com as brincadeiras e com outras crianças.

Froebel, pedagogo alemão do século XIX, foi o primeiro educador a enfatizar o brinquedo e a atividade lúdica, valorizando, também, a utilização de mitos e lendas, contos de fadas e fábulas. Foi responsável pela reformulação na educação, pois, a essência da sua pedagogia eram os ideais de atividade e de liberdade.

Na sua obra, a educação do homem, de 1826, afirma que a educação é o processo pelo qual o indivíduo desenvolve a condição humana autoconsciente, com todos os seus poderes, funcionando completa e harmoniosamente, em relação à natureza e à sociedade. Além do mais, era o mesmo processo pelo qual a humanidade, como um todo, originariamente se elevara acima do plano animal e continuara a se desenvolver até a sua condição atual.

Um dos seus maiores contributos para a pedagogia moderna foi a de que o ser humano é essencialmente dinâmico e produtivo, e não meramente recetivo, entendendo a educação como suporte no processo de apropriação do mundo pelo homem, um modelo de educação esférica, onde os alunos aprendem em contacto com o real, com as coisas à sua volta, com os objetos de aprendizagem. De entre as suas principais conceções educacionais destacamos:

- a educação deve basear-se na evolução natural das atividades da criança;
- o objetivo do ensino é sempre extrair mais do homem do que colocar mais e mais dentro dele;
- a criança não deve ser iniciada em nenhum novo assunto enquanto não estiver madura para ele;
- o verdadeiro desenvolvimento advém de atividades espontâneas;
- na educação inicial da criança o brinquedo é um processo essencial,
- os currículos das escolas devem basear-se nas atividades e interesses de cada fase da vida da criança.

4. A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE LÚDICA

Contudo, durante muito tempo considerou-se que a atividade lúdica da criança apenas a ajudaria a resolver conflitos internos, sendo vista, por isso, como apenas numa perspetiva psicanalítica. Todavia, com o aparecimento das teorias cognitivas aplicadas, como a de Piaget (1947) e a de Vygotsky (1976), iniciou-se a valorização das atividades lúdica, pois, concluiu-se que tais poderiam contribuir para o desenvolvimento de competências. No entanto, foi nos finais dos anos sessenta, que a atividade lúdica passou a ter um lugar de destaque nas áreas do desenvolvimento infantil e da psicologia educacional, no que diz respeito ao domínio cognitivo.

No pensamento de Piaget (1998), o jogo é essencial na vida da criança e a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da mesma, sendo, por isso, indispensável a prática educativa. Huizinga (2003) define o jogo como uma atividade voluntária exercida dentro de determinados limites de tempo e espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e alegria e de uma consciência de ser diferente da vida quotidiana.

O jogo da criança não é equivalente ao jogo para o adulto, pois não é uma simples recreação, o adulto que joga afasta-se da realidade, enquanto as crianças e os jovens ao brincarem avançam para novas etapas de domínio do mundo que as rodeia. Também a autoestima, uma das condições do desenvolvimento normal, tem sua génese na infância em processos de interação social, na família ou na escola, que são amplamente proporcionados pelo brincar. No nosso entender, o jogo deverá possuir um maior espaço para ser entendido como uma forma de educar, tornando-se fulcral uma melhor compreensão dos docentes sobre o seu papel, como contributo para o desenvolvimento da criança.

Ora, não é o caráter de espontaneidade do jogo que o torna numa atividade importante para o desenvolvimento da criança, mas sim o exercício no plano da imaginação da capacidade de planear, imaginar situações diversas, representar papéis e situações do quotidiano, bem como, o caráter social das situações lúdicas, os seus conteúdos e as regras inerentes a cada situação.

De acordo com Vygotsky (1989), o jogo da criança não é uma recordação simples do vivido, mas sim a transformação criadora das impressões para a formação de uma nova realidade que responda às exigências e inclinações da própria criança. O mesmo autor vai mais longe e refere que com muita frequência estes jogos são apenas um eco do que as crianças viram e ouviram dos adultos, não obstante, estes elementos da sua experiência anterior nunca se reproduzem no jogo de forma absolutamente igual e como acontecem na realidade.

Tendo em conta a nossa experiência empírica, vemos grandes vantagens na integração da atividade lúdica nos currículos, mesmo nos mais tradicionais, porque levam à aplicação de metodologias que alteram, não só os materiais e os programas, mas também, a relação entre o professor - aluno. A propósito do papel do ato lúdico, Kishimoto (1999) afirma que o ato lúdico representa um primeiro nível de construção do conhecimento, ou seja, o nível do pensamento intuitivo, ainda nebuloso, mas que já aponta para uma direção.

O prazer e a motivação iniciam o processo de construção do conhecimento que deve prosseguir com a sua sistematização, sem a qual não se podem adquirir conceitos significativos. Com este entendimento sobre o ato lúdico foi percetível a importância que ele tem na construção do conhecimento por parte da criança.

A mesma autora acrescenta que o brincar tem a sua importância no desenvolvimento da linguagem, e salienta que para ser capaz de falar e de se expressar sobre o mundo, a criança precisa saber brincar com o mundo com a mesma desenvoltura que carateriza a ação lúdica. Desta forma, a criança desenvolve o seu poder combinatório, não da aprendizagem da língua ou da forma de raciocinar, mas as oportunidades que tem de brincar com a linguagem e o pensamento.

Negrine (1994) refere que em estudos realizados sobre aprendizagem e desenvolvimento infantil a criança, ao chegar à escola, traz consigo toda uma pré-história, construída a partir de suas vivências, grande parte delas através da atividade lúdica.

Enquanto atividade espontânea da criança, o jogo foi analisado e pesquisado por centenas de estudiosos para uma melhor compreensão do comportamento humano, sendo uma das formas mais privilegiadas tanto para os estudos de crianças ditas normais, bem como, para aquelas com problemas.

Através do jogo, a criança libera e canaliza as suas energias. Tem o poder de transformar uma realidade difícil, propiciando condições de liberação da fantasia, tornando-se numa uma grande fonte de prazer, existindo, sempre, o caráter de novidade, o que é fundamental para despertar o interesse da criança e à medida que joga ela vai-se conhecendo melhor, construindo interiormente o seu mundo, estimulando a criatividade e a redescoberta.

Esta atividade é um dos meios mais propícios à construção do conhecimento, pois, para executá-la, a criança utiliza as suas capacidades psicomotoras, sendo desafiada e motivada a desenvolver habilidades operatórias que envolvam a identificação, observação, comparação, análise, síntese e generalização, conhecendo, desta forma, as suas possibilidades e capacidades, desenvolvendo cada vez mais a sua autoconfiança.

Kishimoto (1994) salienta que independente da época, da cultura ou da classe social, os jogos e os brinquedos fazem parte da vida das crianças e dos jovens, pois elas vivem num mundo de fantasia, de encantamento, de alegria, de sonhos, onde realidade e o faz-de-conta se confundem.

O caráter de ficção é um dos elementos caraterísticos do jogo e, é um modo de expressão de grande importância, pois pode ser entendido como um modo de comunicação em que a criança expressa os aspetos mais íntimos de sua personalidade e sua tentativa de interagir com o mundo adulto.

Pelo jogo, as crianças e os jovens exploram os objetos que os cercam, melhorando sua agilidade física, experimentando seus sentidos, e desenvolvendo seu pensamento. Algumas vezes realizaram-nos sozinhos, em outras ocasiões, na companhia de outras crianças, desenvolvendo também o comportamento em grupo. Por outras palavras, podemos dizer que aprendem a conhecer a si próprios e ao mundo que os rodeia.

Nesta linha de ideias, se observarmos os pré-requisitos solicitados para que as crianças possam frequentar as escolas do primeiro ciclo, acabaremos por reconhecer a importância do brincar, do lúdico. Os benefícios em termos de desenvolvimento de capacidades são enormes. Passam pela capacidade de resolver problemas, desenvolvimento da linguagem e relacionamento com os outros.

De acordo com Martins (1994), a ação pedagógica não termina na relação direta enquadrada pela aula - classe, mas encontra na escola um sistema de relações, de recursos e interações com o meio social mais próximo o qual, necessariamente, constitui por si mesmo só, um dos vários aspetos de experiência socioeducativa.

Também sobre a necessidade da diversificação no ensino, Canário (1994) considera que a diversidade de práticas constitui uma condição necessária para que a escola possa dar resposta de forma positiva a públicos escolares social e culturalmente diferenciados. Promover a diversidade significa aceitar a formação como um processo de pesquisa, em que o erro desempenha um papel importante no processo coletivo de aprendizagem.

É no dia-a-dia que a criança se desenvolve integralmente. As suas rotinas de vida promovem o seu desenvolvimento sob o ponto de vista emocional, social, motor, intelectual e afetivo. É no qualificar deste dia-a-dia que as políticas para a infância devem assentar e não em episódios esporádicos como os grandes acontecimentos pontuais, sociais e políticos ou as festas comemorativas, puramente, ocasionais.

Vivemos num país demasiado burocrático que ainda exerce um controlo muito forte sobre o que se faz no ensino. Além disso, a nossa cultura, que exerce uma grande influência nas nossas práticas, não incentiva o espírito crítico, como forma de estar na vida. Nos dias de hoje precisamos, segundo Soares e Tomás (2004), que as crianças passem a ser consideradas cidadãs ativas e por isso tenham o direito de fazer escolhas, de tomar decisões relativas à organização dos seus quotidianos e de influenciar e - ou partilhar a tomada de decisões dos adultos, sempre que estas de alguma forma lhes digam respeito.

Neste contexto, Jurema (2001) salienta, como exemplo, no seu estudo que para os Tucanos, povo indígena que habita a reserva do Alto Rio Negro, Amazónia, o brincar significa viver o mundo dos seus antepassados. Cada brincadeira exalta um herói, um mito, um feito ou um simples acontecimento do quotidiano demonstrando, deste modo, que o lúdico, isto é, o simples divertimento de uma criança ou de um adulto, está em perfeita harmonia com o mítico.

Neste sentido, o jogo é vida porque está ligado à disputa pela sobrevivência e na manutenção viva das tradições. O jogo é uma maneira de sobreviver a todas as dificuldades que existem na selva.

Huizinga (2003) afirma que o jogo nada mais é do que a necessidade natural de ser capaz de algo. Pois, as atividades físicas, as brincadeiras, os jogos e a aprendizagem dos conteúdos servem de preparação para as idades vindouras. Tudo pode ser transmitido para as crianças e para os jovens durante a prática da atividade, pois, os jogos e as brincadeiras são os seus principais veículos.

Nas sociedades mais desenvolvidas as crianças e os jovens tendem a perder sua originalidade lúdica. Assim, o objetivo das brincadeiras é o de reviver a vida onde a competição reflete grandes exemplos de socialização. Neste sentido, se um biólogo lamenta tanto o desaparecimento de um qualquer ser vivo, mesmo que sobrevivam outros seres, por que haveríamos de aceitar o desaparecimento da diversidade cultural.

Ora, o homem sempre desenvolveu atividades lúdicas e expressou através das mesmas a sua cultura, os seus valores, as suas lendas, os seus mitos, as suas danças, os seus usos e costumes, os seus jogos, enfim, a sua forma de vida.

Sentimos diariamente a pressão que a globalização exerce sobre nós nas mais variadas atividades, mas de uma coisa não poderemos esquecer é que o movimento lúdico é a linguagem universal para as crianças e para os jovens. Atualmente, há uma transformação do jogo para fora da experiência corporal e criativa.

Nos dias de hoje também se joga, se corre e se luta, mas através do computador. E isto tudo com uma agravante; possuímos um botão para ligar e desligar o computador e assim não nos confrontarmos com a derrota ou com a dor. A importância e a valorização do jogo acontecem por uma mudança importante no panorama lúdico.

Conforme refere Garcia (1998), as brincadeiras de infância eram as corridas, os jogos, as lutas e a construção de artefactos para executar essas mesmas atividades, pois, o corpo estava sempre presente. O mesmo afirma que nos dias de hoje as crianças e os jovens em idade escolar já não são confrontados com o verdadeiro sentimento de vitória ou de derrota.

Ao vencerem, no computador, não se apercebem do respeito acrescido dos que são lealmente derrotados. A exaltação da vitória é apenas sua, sem ser presenciada por ninguém. Mesmo que haja pessoas na mesma sala, tal sentimento não possui qualquer significado dado que essas pessoas não saíram derrotadas da contenda.

Como nos relembra Bento (1997b), revisitar os jogos é relembrar as origens. É dar voz às memórias do passado. É entoar um hino de exaltação da trajetória existencial do homem, sempre mais festiva, mais livre, mais humana. Segundo o pensamento de Guedes (s - d), o dinamismo lúdico e a carga afetiva que as crianças e os jovens encontram nos jogos tradicionais, contribuem para:

- a integração em grupo - nos jogos acompanhados de gestos, os seus participantes são chamados a desempenhar papéis, quer através de ações individuais, quer através de ações coletivas;
- a aquisição de uma certa disponibilidade corporal - ao jogar há a necessidade de envolver as diferentes partes do corpo solicitadas para a execução desde o domínio gestos naturais até uma coordenação dinâmica geral;
- o desenvolvimento do sentido rítmico - nas danças de roda, por exemplo, deslocam-se em marcha, saltitam, correm enquanto cantam, batem palmas ou fazem gestos. Sentem as acentuações e as pausas, coordenam o gesto ao ritmo;
- a estruturação do espaço - quer nos jogos individuais, quer nos jogos coletivos, há organização do espaço próprio, quando descobrem o espaço que o seu corpo abrange, sem deslocar os pés. Quando descobrem que se encontram à frente, atrás ou ao lado de um companheiro;
- o enriquecimento oral da linguagem - nos jogos com diálogo, com canto adquirem o gosto pela utilização da sua linguagem oral. Para repetirem as frases, com ou sem rima, é posto em jogo o conjunto do sistema articulatório que exige um esforço de memorização;
- a formação da personalidade - quando escolhe um colega que tem de desempenhar um papel específico, quando conduz um grupo, quando inventa uma resposta que tem de dar de imediato.

Uma vez mais recorremos a Guedes (s - d, 11) para demonstrarmos um conjunto de fatores que, conforme a Fig. 1, contribuem para o desenvolvimento do indivíduo e para o processo de ensino.

DE EXECUÇÃO:	COORDENAÇÃO DINÂMICA GERAL		
	Ajustamento às diversas situações;		
	Invenção de respostas novas;		
RESISTÊNCIA (Orgânica e Muscular)	Posse do vocabulário rico.	COLABORAÇÃO EM GRUPO	
Exemplos:	Jogos de ataque e defesa		
	Jogos de corrida e perseguição	PERCEÇÃO DO PRÓPRIO CORPO	
	Jogos de Saltos	Tomada de consciência dos segmentos e	
		das funções corporais.	ESPÍRITO DE INICIATIVA
FORÇA – POTÊNCIA			
Exemplos:	Jogos de força – luta	AJUSTAMENTO POSTURAL	

	Jogos de levantar e transportar	Organização do eixo corporal relativamente	
	Jogos de ataque e defesa	as atitudes e movimentos.	
			CONTROLE EMOCIONAL
SOUPLESSE ARTICULAR	ORGANIZAÇÃO ESPAÇOTEMPORAL		
Exemplos:	Jogos de equilíbrio e destreza	Situar-se e agir em espaços variáveis e	
	Jogos de lançamentos	segundo ritmos diferentes.	
Figura 1 - Fatores que Contribuem para o Desenvolvimento do Indivíduo			

Todavia, não abandonamos as possibilidades que os jogos tradicionais possuem para a efetivação dos objetivos da disciplina de educação física. No entanto, Garcia (1998:51) chama-nos à atenção para as novas atividades de hoje estarem mais contextualizadas à nossa sociedade cultural do que ao que chama de *"jogos imemoriais"*. Na nossa opinião, se desejamos formar seres criativos, aptos e capazes de tomarem decisões, um dos requisitos é o enriquecimento do quotidiano infantil com a inserção, também, de contos e lendas, de brinquedos e brincadeiras e de jogos tradicionais.

De acordo com Vygotsky (1989) os brinquedos e as brincadeiras são fulcrais para a criação do imaginário. Referencia que a cultura forma a inteligência e a brincadeira favorece a criação de situações imaginárias e reorganiza experiências vividas.

A riqueza dos contos e lendas e o acervo das brincadeiras e dos jogos tradicionais constituem o banco de dados de imagens culturais utilizados nas situações interativas. Dispor de tais imagens é fundamental para instrumentalizar a criança para a construção do conhecimento e da sua socialização. Neste contexto, as imagens sociais dos tempos passados perdem-se, quando guardadas em gavetas em virtude do novo modo de vida dos tempos atuais que impede a transmissão oral dentro de espaços públicos.

Assim, cabe à escola a tarefa de tornar acessível todo o acervo cultural dos contos e lendas, dos jogos tradicionais que dão conteúdo à expressão imaginativa da criança. Cabe à escola abrir-se para receber outros elementos da cultura que não a escolarizada, tendo por objetivo o enriquecimento do repertório imaginativo de toda a comunidade educativa.

Guedes (s - d, 8) salienta que *"os jogos tradicionais constituem uma atividade, extraordinariamente, rica que contribui para o desenvolvimento do ser humano, pelo que devem ser considerados como um meio educativo"*. Praticados há vários séculos, em várias partes do mundo, os jogos tradicionais são populares pois relembram as suas caraterísticas, as suas regras e as suas origens.

Forkin (1996) reforça a ideia que a educação se relaciona com aspetos da cultura. A inversão desse modelo pode se realizar por um processo político de introdução dos elementos tradicionais no contexto da educação, à semelhança do Japão que, segundo Kishimoto (1995), na década de setenta, ao se perceberem do desaparecimento das brincadeiras e dos jogos tradicionais, fruto da intensa industrialização e urbanização do país, introduziram medidas políticas visando recuperá-las, a partir da inserção de brinquedos e brincadeiras nos currículos.

5. CONCLUSÃO

Hoje em dia, vários são os autores que nos chamam a atenção para esta autêntica revolução da atividade lúdica das crianças e dos jovens em idade escolar. Bento (1997a) alerta-nos para o que considera ser uma alteração da cultura infantil demonstrando-nos o verdadeiro imobilismo que repercute ao nível do sentido do jogo. Contudo, o jogo parece também ceder aos tentáculos das tentações crescentes do prazer sem esforço.

O jogo possui uma dimensão ética apreciável, podendo contribuir para a aquisição ou desenvolvimento de valores morais na própria escola. Para Garcia (1998:48) *"retirar do jogo ou do desporto a luta, o esforço, o rendimento, a superação é retirar-lhes, pelo menos parcialmente, uma importante dimensão; o humanismo"*. Concordamos com Bento (1997b) ao indagar onde estão os

estímulos para a criança que ambiciona percorrer, conhecer e dominar os seus espaços em correrias, brincadeiras e jogos de recreação e socialização?

O jogo desportivo é um meio predestinado, pela sua essência e pela sua natureza, a reconstruir e atualizar o nosso passado, a mantê-lo vivo e presente no dia-a-dia. Assim, e conforme postula Garcia (1999), impõe-se optar por uma visão cultural do desporto, pois a cultura não poderá ser algo indiferente aos responsáveis na condução das atividades no universo desportivo.

O universo lúdico desportivo é uma construção simbólica do homem. Desta forma, a pluralidade de expressões culturais corresponde a uma pluralidade de expressões lúdico desportivas. Em nosso entender, estudar a pluralidade de expressões do desporto é compreender a pluralidade da cultura humana. É sabido que as atividades desportivas, lúdicas e corporais sempre foram ao longo da história humana e continuam a ser portadoras de um caráter multifuncional. Isto é, podem ser objeto de instrumentalização para um largo espetro de funções e finalidades muito distintas.

Se para alguns brincar é perder tempo, felizmente, para muitos é ganhá-lo. Através de uma brincadeira podemos compreender como as crianças e os jovens veem e edificam o mundo como elas gostariam que ele fosse. Expressão o que teriam dificuldades de colocar em palavras. Não brincam só para passar o tempo, a sua escolha é motivada por processos íntimos de desejos, de problemas, de ansiedades. O que acontece com as suas mentes determinam as suas atividades lúdicas, pois brincar é a sua linguagem secreta, que todos nós devemos respeitar.

Bento (1997b), utilizando uma passagem do poema Parque Infantil, de Miguel Torga, reforça bem a função e a importância da brincadeira e do jogo e dos elementos lúdicos.

Joga a bola, menino!
Dá pontapés certeiros
Na empanturrada imagem
Deste mundo.
Traça no firmamento
Órbitas arbitrárias
Onde os astros fingidos
Percam a majestade.
Brinca, na eterna idade
Que eu já tive,
E perdi,
Quando, por imprudência,
Saltei o risco branco da inocência
E cresci.

6. BIBLIOGRAFIA

Bento, J. (1998): Desporto e Humanismo - O Campo do Possível - Rio de Janeiro - Editora UREJ.

Bento, J. (1997a): "Desporto Cidade Natureza, Introdução ao Tema". in: Meio Ambiente e Desporto - FCDEF - UP - Porto.

Bento, J. (1997b): Um Olhar do Norte - Campo das Letras - Porto.

Bento, J. (1995): O Outro Lado do Desporto - Porto - Campo das Letras.

Canário, R. (1994): "ECO: Um Processo Estratégico de Mudança". in: Uma Escola em Mudança com a Comunidade - Lisboa - Instituo de Inovação Educacional.

Forkin, Jean-Claude (1996): École et culture. Le point de vue des sociologues britanniques. - 2ª. Ed. De Boeck & Lacier - Belgique.

Gadotti, M. (2000): Perspetivas Atuais da Educação - Brasil - Artmed Editora.

Garcia, R. (2002a): "Escola, Educação Física e Tempo Livre: uma relação também da Gestão Desportiva". in: Temas Atuais VII - Editora Health - Belo Horizonte - Brasil.

Garcia, R. (2002b): "A Criatividade como expressão da criatividade cultural: uma perspetiva para (e pelo) desporto". in: Globalização e Diversidade. A Escola Cultural, Uma Resposta - Porto Editora - Porto.

Garcia, R. (1999): "Da Desportivização à Somatização da Sociedade". in: Contextos da Pedagogia do Desporto - Perspetivas e Problemáticas - Livros Horizonte - Lisboa.

Garcia, R. (1998): Da Desportivização à Somatização da Sociedade - Lição de Síntese apresentada com vista à obtenção do título de Agregado - Porto - FCDEF - UP.

Garcia, R. (s - d): Desporto: Uma Perspetiva Cultural - Porto - FCDEF - UP - (Documento ainda não publicado).

Giddens, A. (1999): Para Uma Terceira Via - Lisboa - Editorial Presença.

Guedes, M. G. (1990): "Os Jogos Tradicionais Portugueses: Motricidade e Desenvolvimento". in: Os Jogos Tradicionais em Portugal - IPG - DGD - Viseu.

Guedes, M. G. (s - d): Jogos Tradicionais Portugueses - Estudos e Investigação - Instituto Nacional dos Desportos N.º 2 - Lisboa.

Huizinga, J. (2003): Homo Ludens - 2ª edição - Brasil - Edições Perspetiva.

Jurema, J. (2001): O Universo Mítico-Ritual do Povo Tucano - Brasil - Editora Valer.

Lévi-Strauss, C. (2000a): Mito e Significado - Lisboa - Perspetivas do Homem - Edições 70.

Kishimoto, T. (1999): Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação. 3ª Ed. - Cortez - São Paulo - Brasil.

Kishimoto, T. (1995): A educação infantil no Japão. Grandes Políticas para os pequenos - 3ª Ed. Papirus - Campinas - Brasil.
Kishimoto, T. (1994): O jogo, a criança e a educação. Pioneira - São Paulo - Brasil.
Laplantine, F. (1993): Aprender Antropologia - Editora Brasiliense - S. Paulo - Brasil.
Martins, M. (1994): "Espaços Educativos e Percursos de Formação". in: Uma Escola em Mudança com a Comunidade - Lisboa - Instituo de Inovação Educacional.
Morin, E. (1999): Os sete saberes para a Educação do Futuro - Lisboa - Instituo Piaget.
Negrine, A. (1994): Aprendizagem e Desenvolvimento Infantil - Prodil - Porto Alegre - Brasil.
Ortega y Gasset (1987): A Origem Desportiva do Estado - Antologia de Textos - Desporto e Sociedade - MEC - DGD - Lisboa.
Piaget, J. (1998): A Psicologia da Criança - Bertrand - Rio de janeiro - Brasil.
Sousa Santos, B. (1996): Plena Mão de Alice - Porto - 5ª edição - Edições Afrontamento.
Vaz, A & Garcia, R. (2002): O Jogo do Pau em Fafe - Subsídios para um resgate cultural - (Documento ainda não publicado).
Vygotsky, L. (1989): A formação social da mente - Martins Fontes - São Paulo - Brasil.

19. PAULO RUTIGLIANI BERRI, PAULOBERRI@YAHOO.COM.BR (48) 3248 2006 - (48) 9621 7403

A PRODUÇÃO DAS ACADEMIAS DE LETRAS E DAS ASSOCIAÇÕES LITERÁRIAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Produção das Entidades Literárias da Região de Florianópolis propõe-se a apresentar, inicialmente, o nascedouro da literatura no Estado de Santa Catarina, mais especificamente, na cidade de Florianópolis e circunvizinhança. Far-se-á presente um breve histórico dos primeiros grupos que se despontaram quanto ao fazer literário e as primeiras agremiações que foram se formando com a devida fortificação dos citados grupos, até que vieram a desembocar nas origens da primeira Academia Catarinense de Letras. Por fim, as Academias foram se proliferando e se disseminando por toda a citada região.

Na sequência, passaremos a abordar e a denominar todas as academias instituídas, bem como seus presidentes, número de cadeiras ocupadas, sempre com os seus respetivos patronos. Na ocasião, serão apresentados fatos peculiares que permearam essa rica história acadêmica de nosso Estado e seus membros mais ilustres; alguns com notoriedade nacional e - ou internacional, cujo subsídio primordial será baseado na sua produção escrita (sobre o que escrevem os autores catarinenses).

Em nosso relato não serão omitidos as associações e os grupos literários de médio porte que, por sua vez, estão por alçar voos maiores.

Alguns dos projetos mais auspiciosos dessas entidades literárias serão explicitados com a intenção inequívoca de mostrarmos aos nossos patrícios, o fazer literário cotidiano e algumas inovações, que esperamos, sirvam de mola propulsora para novas ideias e implementações em terras portuguesas e seus arredores.

Ao expor o tema histórico-literário das Academias de Letras e Associações Literárias da Grande Florianópolis, peço licença para uma breve introdução quanto à questão da palavra falada e sua implicação histórica. É sabido que a comunicação dos sons surgiu em tempos imemoriais, perdido na aurora de nossa civilização. Já a palavra escrita, mais recente, é democrática e está ao alcance de (quase todos), do mais humilde ao mais erudito.

Basta tomarmos como exemplo, alguns dos grandes personagens de nossa história contemporânea, a saber:

* Diderot, um dos célebres participantes da revolução francesa, era filho de um humilde faqueiro;

* Rousseau, conhecido filósofo francês, era filho de um simples relojoeiro e nos deixou um belo legado;

* Einstein, o maior físico da história, teve dificuldades nos primeiros anos escolares e, no entanto, veio a se tornar um dos mais célebres personagens de ciência universal.

Após essa pequena introdução, passarei a uma rápida ambientação geográfica para melhor situar os ouvintes. O Estado de Santa Catarina, foco de nosso trabalho, localiza-se na região Sul do Brasil, com cerca de 5.000.000 habitantes e tem como capital a cidade de Florianópolis.

2. PANORAMA LÍTERO-CULTURAL NO INÍCIO DO SÉCULO EM SANTA CATARINA

No início do século XIX, a literatura no Estado de Santa Catarina era praticamente inexistente. A maior, senão a única iniciativa de destaque no início do século anterior, deveu-se à reforma do Ensino Catarinense, promovida

pelo então Governador Vidal Ramos, que, por sua vez, demoveu o estado da escuridão cultural em que vivia. A situação suscitava tanto pessimismo que nos deparamos com esta frase, sobre a situação do terreno literário daquela ocasião: "Conformei-me com esta amarga verdade: não existe literatura em Santa Catarina"[36]

[1.]Foi através da iniciativa do escritor Othon Gama D`Eça que a ideia da criação de uma academia literária ganhou força, ainda que de forma embrionária. Esse fato deu-se no ano de 1912, mas logo viria a se constatar que, na ocasião, não havia escritores suficientes para ocupar as 40 cadeiras habituais (segundo o modelo francês, o mais difundido até os tempos atuais), a exemplo do que era feito em outros Estados do Brasil.

Embora não tenha sido criada efetivamente a sonhada academia, essa iniciativa serviu de alicerce para que a ideia viesse a florescer anos mais tarde. No ano seguinte, em 1913, surge algo que serviria de mola propulsora para a literatura no Estado, sobretudo na capital Florianópolis: por intermédio do Instituto Histórico e Geográfico do Estado, passa a ser publicada a *Revista Trimestral* que contava com o substancial apoio do governador Vidal Ramos. Essa revista perdurou por 7 anos, apresentando uma rica produção literária advinda dos principais intelectuais da época. Alguns políticos faziam parte da revista, mas poucos contribuíram para a literatura na ocasião.

Outra contribuição marcante ficou por conta do eminente e respeitado político Hercílio Luz, que se destacou por ser o maior incentivador dos jovens da época: "A instituição que os jovens vanguardeiros querem-na capaz de, tirando-os da pequenez de uma província, levá-los para longe, tanto no tempo quanto no espaço" precisa ser criada[37]. Ele trouxe uma bela bagagem internacional, pois se formou em Engenharia na Bélgica, aonde fervilhava forte tendência positivista, cuja visão era disseminada de forma considerável no continente europeu.

3.1. CRIAÇÃO DA ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS

Nos idos de 1920, José Artur Boiteux, advogado, político e escritor, de espírito empreendedor e criativo, enviou carta a um grupo de intelectuais amigos, convidando-os a comparecerem à reunião que daria início ao projeto de criação de uma entidade literária. Treze membros se fizeram presentes e compuseram, entre eles, a primeira diretoria. Estava assim, formada a "Sociedade Catharinense de Letras"

Vale ressaltar que nem todos os participantes tinham livros publicados, até porque as publicações nos jornais da época tinham maior penetração junto ao público.

A escolha dos respetivos patronos e a ocupação das cadeiras ocorreu paulatinamente até que, em janeiro de 1924, finalmente a sociedade recebeu o título de Academia Catarinense de Letras.

3.2. O GRUPO SUL

A produção literária do Estado de Santa Catarina não se encontrava em situação promissora por volta da década de 1930, devido a uma série de fatores, entre eles:

* Ausência de escolas;
* Falta de intercâmbio com outros Centros Culturais;
* Falta de tipografias etc.

Toda essa situação culminava, obviamente, com o não surgimento de novos talentos. Diante desse quadro, a literatura produzida no Estado baseava-se quase que meramente na repetição em relação ao que era feito nos grandes centros – São Paulo e Rio de Janeiro – com ênfase no arcadismo, no romantismo, no realismo e até no modernismo.

O poeta Cruz e Sousa, juntamente com Luís Delfino (príncipe dos Poetas) foi um dos poucos a se destacar essa mesmice que assolava a literatura catarinense, tornando-se o maior simbolista do país e reconhecidamente um dos maiores do mundo. O que nos chama a atenção e corrobora a falta de interesse do nosso Estado, é o fato de Cruz e Sousa ter obtido primeiramente o reconhecimento nacional, para então vir a ser valorizado em sua própria terra.

Nesse ambiente um tanto quanto inóspito, do ponto de vista cultural, surge em meados de 1940, o chamado "Grupo Sul" que buscava, mesmo que timidamente, alavancar o fazer literário do Estado. Coube a um pequeno grupo

[36] FLORES, Altino e D' EÇA, Othon Gama (1921:10), *Revista de Artes e Letras.* Florianópolis. SC, Brasil.

[37] SACHET, Celestino (1985:21), Florianópolis: Editora Lunardelli.

de intelectuais a desafiadora tarefa de fazer de Santa Catarina um Estado com identidade própria, quanto à sua literatura.

Destacaram-se entre os fundadores desse movimento cultural, nomes como Aníbal Nunes Pires, Salim Miguel, Eglê Malheiros, Antônio Paladino, entre outros. O Grupo segue crescendo em quantidade e qualidade e obtém um marco importante ao manter funcionando por cerca de dez anos a sua "Revista Sul", uma das poucas a atingir essa marca em todo território nacional.

"O Grupo Sul não se preocupou em escrever a história da literatura catarinense. Preocupou-se em fazer a história" [38]. Constatamos então que o principal objetivo do grupo resulta em sucesso e, indo mais além, podemos dizer que a literatura catarinense atual deve se curvar diante da bela iniciativa desses intelectuais, que mudaram positivamente os rumos da cultura literária de Santa Catarina.

3.3. ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS - A. C. L.

Fundação: janeiro de 1924
Presidente atual: Lauro Junkes - cadeira n.º 32
N.º de Membros (cadeiras ocupadas): todas as 40 cadeiras
Registro Literário: 02 Antologias e 22 edições da *Revista da Academia*
Destaque: o membro da cadeira n.º 37, o poeta e advogado Dr. Artemio Zanon, com vasta produção literária, apresenta-nos o poema "O Gato", musicado pelo compositor e maestro Alberto Andrés Heller, gravado em CD.

O GATO

O gato, gato desses, bem comum,
adulto; após comer deitado fica
ouvindo, a sós, monótono lundum
que preso pássaro álacre debica.

E dorme. E os cílios como que em debrum
vedam-lhe os olhos. Perna uma e outra estica.
E o pássaro interrompe o seu jejum
no alpiste que de quando em quando bica.

O sono traz-lhe o sonho e o sonho achega
- como uma dádiva de mesa lauta! -
tudo a ele: canto, pássaro e gaiola.

Eis que desperta e findo o sonho chega:
- o pássaro parece doce flauta
e o gato, em escutá-lo, se consola[39].

3.4. ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS E ARTES - ACLA

Fundação: 05.07.2003
Presidente atual: Wesley O. Collyer
N.º de Membros (cadeiras ocupadas): 21
Registro Literário: a criação do site www.acasc.com.br
Correio electrónico: acla@linhalivre.net
Destaque: A Academia Catarinense de Letras e Artes, inspiração do Escritor Paschoal Apóstolo Pítsica (1938 – 2003) é uma entidade representativa dos escritores, poetas, músicos, artistas plásticos e das artes cênicas de Santa Catarina.

O fato que a faz destacar-se das demais academias, é o espaço que concede aos músicos e artistas plásticos.

A ACLA conta, atualmente, com 21 membros-acadêmicos e alguns membros-correspondentes. Em seu amplo cabedal de objetivos, propõe-se a discutir e programar, principalmente, ações conjuntas nas diversas áreas de ação cultural.

Assim, ao congregar essas categorias, pretende a ACLA preencher uma lacuna no cenário de Santa Catarina, já que é a única no Estado, e uma das poucas no Brasil, que se propõe a dar destaque e notoriedade aos músicos e artistas plásticos.

As sessões solenes da Academia prestigiam sempre a arte e a cultura e trazem apresentações de canto lírico e de música popular e clássica.

Entre seus acadêmicos há renomados artistas, como o pintor catarinense de expressão internacional Loro, que estudou na *Art Students League*, em Nova Iorque, nas décadas de 70 e 80, onde solidificou seus conhecimentos de composição e pintura. Loro realizou importantes mostras por todo o Estado de Santa Catarina. Participou de exposições em diversos Estados brasileiros, na

[38] MACHADO, Janete Gaspar (1986:32), Porto Alegre, RS, Brasil.

[39] ZANON, Artemio (1974:63). *A Execução da Lavra*, Porto Alegre, RS, Brasil.

Argentina, na França, nos Estados Unidos (Washington, Nova Iorque e na sede da O. E. A.).

A Academia conta também com a fotógrafa e artista Lair Bernardoni, que recentemente expôs na Casa de Pablo Neruda, no Chile. Lair já apresentou mais de trinta exposições nacionais e catorze internacionais e recebeu juízos críticos de peso, títulos de cidadania e obras no *Musée Français de la Fotographie*, além de matérias em capas de revistas nacionais e internacionais e ter pertencido ao *The Image Bank* como a única fotógrafa-mulher no elenco do maior banco de imagens do mundo.

A ACLA recentemente deu posse ao Maestro Jeferson Della Rocca (fundador da Orquestra Camerata, de Florianópolis, com a qual realizou mais de 350 concertos, com a participação de importantes solistas do Brasil e exterior) e ao Historiador Nereu do Valle Pereira que é economista, sociólogo, escritor e autor de dezoito livros, além de presidir a Academia Desterrense de Letras. Finalmente, deu posse ao Artista Plástico Sílvio Pléticos, que nasceu em Pula, na Itália, atual Croácia e estudou arte em Milão em 1940. Sua primeira exposição foi realizada em Pula, 1952. Outras ocorreram em diversas cidades brasileiras, na Itália e na antiga Iugoslávia, além de participar de diversas Bienais Internacionais.

A Academia Catarinense de Letras e Artes promoveu, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2006, o seu I Concurso Nacional de Poemas. Foram recebidas e julgadas mais de cem obras inéditas, vindas de todo o Brasil.

3.5. ACADEMIA SÃO JOSÉ DE LETRAS - ASAJOL

Fundação: 24.04.1996

Presidente atual: Artemio Zanon

N.º de Membros (cadeiras ocupadas): 38

Registro Literário: 04 Antologias e 38 edições do boletim informativo *Trinta-réis*

Destaque: apresentamos 02 projetos, dignos de citação. O primeiro deles, *O Escritor na Escola*, está previsto para ser executado no segundo semestre do ano de 2007, com a proposta de os acadêmicos visitarem todos os colégios municipais da cidade de São José, levando a eles, breves noções de literatura, incentivando o jovem a criar gosto pela leitura e, principalmente, demonstrar o valor da linguagem poética.

O outro projeto já se encontra em funcionamento; trata-se do *Varal Literário Itinerante* – ou seja – uma coletânea de poemas dos integrantes da Academia, "presos" em um barbante especial, com duas faces. Esse varal é utilizado em eventos eminentemente culturais.

Cabe, como destaque final, ressaltarmos a importância da poetisa e primeira presidente da ASAJOL, Zoraida Horstmann Guimarães, que presidiu com sabedoria e sutileza, por quase 10 anos, essa entidade. Segue abaixo, um de seus inúmeros poemas:

BORBOLETAS II

Na dança da nossa vida
nas voltas que ela dá
pelas estradas floridas
quantas borboletas há?. . .

São tantas borboletas, tantas
volteando pelo ar
como se fossem almas santas
que não têm o seu altar.

Borboleta, no meu verso,
é canto à Natureza,
é música do Universo
descendo lá da Grandeza. . .

Borboleta tem valor
pelo que significa:
- pousada sobre uma flor
mais parece joia rica.

As Borboletas que nascem
no jardim da minha vida,
são flores, e se falassem
diriam: - somos agradecidas.

As borboletas queridas

são as almas encantadas
das pessoas que na vida
amaram e foram amadas[40].

3.6. ACADEMIA SANTO AMARENSE DE LETRAS

Fundação: 07.09.2002
Presidente atual: Sebastião da Cruz
Número de Membros (cadeiras ocupadas): 17
Registro Literário: 1.ª Antologia no prelo

Destaque: o surgimento dessa academia se deu de maneira pitoresca. Durante o desfile de 07 de setembro (dia da independência do Brasil), um grupo de escritores e de professores do Grupo Escolar Nereu Ramos (ensino médio) desfilou com cartazes e faixas com poemas, ensejando a possibilidade da criação de uma Academia de Letras, idealizada pelo escritor e poeta José Cacildo Silva, que nos brinda com este belo poema:

ALÔ

Alô. . . estou ligando, amor, porque
Meu mundo, sem teu ser, está vazio
Meu coração sentiu me queiras crer,
Minha alma, sem teu ser, perdeu o brilho

Alô. . . mulher, sem teu ser, o ar sumiu
Estou ligando, amor, pra te dizer
Que te adoro e, sem ti, fico sombrio
E a luz só voltará quando eu te ver

Que culpa tenho eu, se te venero?
Nem culpa cabe a ti. . . meu doce encanto.
Linda! Musa! Mulher! Sabes?! Te quero.

Me ouves mulher, alô. . . te quero tanto. . .
Não seja um desencontro, assim espero
Que me emudeça, se é pra ti que eu canto[41].

3.7. ACADEMIA BIGUAÇU DE LETRAS

A Academia Biguaçu de Letras, situada próxima à capital do Estado, é uma das mais proeminentes agremiações literárias da Grande Florianópolis e tem na sua presidência a escritora Dalvina de Jesus Siqueira. Em sua trajetória, já presenteou as letras catarinenses com diversos trabalhos. Alguns deles:

* *Um Passeio pela grande Florianópolis* – Homenagem aos 500 anos do Brasil;
* *Sonhos de outono*;
* *Renascer da primavera* e outros.

3.8. ASSOCIAÇÃO DE CRONISTAS, POETAS E CONTISTAS CATARINENSES

Esta Associação, que nasceu do trabalho abnegado da escritora Maria Vilma Campos, tem uma importância preponderante frente à literatura da Grande Florianópolis, pois foi a célula-mater que deu origem a inúmeras instituições, como a Associação dos Poetas Livres, ASAJOL, Academia Biguaçu de Letras, entre outras. A associação veio a lume em 1995 e, já no ano seguinte, lançou sua 1.ª ANTOLOGIA. Na programação para 2007 constam projetos interessantes como o 1.º Concurso Interno, onde seus membros concorrerão entre si, sob o crivo do julgamento por parte de uma outra Academia a ser escolhida posteriormente pelo próprio grupo.

3.9 REVISTA LITERÁRIA *A FIGUEIRA*

A revista *A Figueira*, de propriedade do poeta e escritor Abel Beatriz Pereira, é uma das mais antigas do Brasil, com origem em dezembro de 1990, ou seja, quase 17 anos de existência ininterrupta. No momento, o informativo se encontra em seu número 142 e tem como destaque principal, além de sua incontestável qualidade, o recebimento de contribuições poéticas dos seguintes países: Argentina - Cuba - EUA - Portugal e Açores e, obviamente, de boa parte do território nacional.

[40] GUIMARÃES, Zoraida (1997:63), *Na Passarela do Tempo*. Florianópolis, SC, Brasil.

[41] SILVA, Cacildo (1997:07), *Boletim Trinta-réis,* São José, SC, Brasil.

3.10. 1.º CONCURSO LITERÁRIO INFANTIL DE POEMAS - LEGIÃO BRASILEIRA DA BOA VONTADE – LBV

Em uma visita despretensiosa que fiz aos amigos da LBV - Florianópolis, Sérgio Morello (Gerente) e Derli Francisco (Relações Públicas), surgiu-me a ideia de realizarmos um concurso infantil de poemas, com os alunos dessa egrégia instituição, que, em 1999, tornou-se a primeira organização do terceiro setor (no Brasil) a ser reconhecida em caráter oficial pela ONU (Organização das Nações Unidas) e ter participado no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

Juntamente com os escritores Augusto de Abreu e Isabel C. Albuquerque, traçamos os objetivos e o regulamento do concurso. Segundo informações da própria LBV, essa foi a primeira iniciativa nesse sentido e talvez venha a servir de piloto para que seja difundido em outras filiais pelo Brasil.

A cerimônia de premiação, ainda modesta quanto ao número de participantes, deu-se no ano de 2006. Os primeiros colocados receberam Troféus e Medalhas, e todos os demais participantes receberam diplomas e material escolar, a título de incentivo.

Em respeito ao público presente, apresento, de minha autoria, o poema Ao Anoitecer:

AO ANOITECER[7]

A noite quente
É que faz a gente
Pensar no que fez

Na noite fria
Com a mente vazia
Adormeço de vez

A noite escura
Tão triste - tão pura
Desperta a solidão

A noite secreta
Esconde a meta
E se entrega a paixão

A noite bela
Se Fez aquarela
Pintou meu viver

Mas que noite é essa?
Fez nascer a festa
De um novo querer! [42]

[42] BERRI, Paulo (2005:67), *Sementes ao Vento*, Florianópolis, SC, Brasil

---

20. REGINA H. DE BRITO AUSENTE BIODADOS RHBRITO@MACKENZIE.COM.BR -

21. Mª ZÉLIA BORGES, BIODADOS SANBORG@GIRO.COM.BR ZEINEBORGES@UOL.COM.BR

CADA TERRA COM SEU USO: VARIAÇÕES LEXICAIS NO PORTUGUÊS DO BRASIL, RELATIVAMENTE AO DE PORTUGAL E DA ILHA DOS AÇORES

Este estudo visa apresentar diferenças resultantes do processo de constituição de uma língua mestiça para um povo mestiço aqui estabelecido e distinguem o português do Brasil do de Portugal.

A formação do português aqui falado teve as seguintes etapas: uma base indígena, advento do português europeu e, posteriormente, absorção de elementos de línguas africanas. Além disto, com os surtos migratórios do início do século XX e com a assimilação de novos processos de produção, de comércio e, agora, com a chamada globalização, o gostinho brasileiro pelos estrangeirismos que interferem ou se integram na língua do Brasil fazem-na sempre mais miscigenada.

Sem constituir-se na língua brasilina, como pretendia Monteiro Lobato, é também verdade que a língua do Brasil tem, hoje, alguma influência sobre a lusitana graças a:

a. histórias em quadrinhos, sobretudo as exportadas para lá pela Editora Abril;

b. música popular do Brasil;

c. novelas da Rede Globo de televisão brasileira;

d. emigração de brasileiros vista por alguns como colonização às avessas.

As diferenças que levam a distinguir lusos e brasileiros ocorrem em três aspetos: gramática; pronúncia; vocabulário. As variações do português brasileiro e do lusitano ocorrem, sobretudo, no segundo e terceiro aspetos, sendo a gramática, com menos acentuadas diferenças, responsável pela manutenção da unidade linguística.

No presente momento, interessa também comparar o vocabulário do português do Brasil com o das Ilhas dos Açores

No vocabulário, a lista cresce a tal ponto que vamos nos restringir a algumas especificidades no campo do vestuário e do alimento. Listaremos ainda pequena amostra de palavras e expressões em outros campos semânticos.

Entrei e onde era a sala agora está à secretária um sujeito que é lingrinhas, mas não vi colchas com barra nem viola, nem guitarra, nem espreitadelas furtivas das vizinhas. O tempo cravou a garra na alma daquela casa onde às vezes petiscamos sardinhas quando em noite de guitarra e de farra estava alegre a Mariquinhas. (Alberto Janes, *Dar de beber à flor*) PORTUGUÊS	É que a viola fala alto no meu peito humano E toda moda é um remédio pros meus desenganos É que a viola fala alto no meu peito, mano E toda mágoa é um mistério fora desse plano (Rolando Boldrin, *Vide vida marvada*) BRASILEIRO

Ó viola encordoada
Com quinze anos de aposta,
Minha pêra acinturada,
Minha maçã de Bemposta.
Quando toco nas cordas,
À boca do coração,
Vou-me sangrando em saúde
Que nem sumo de limão.
Tens os pontos dobradinhos,
Tens os espaços de luto,
Cada prima é uma flor,
Cada cravelha é um fruto...
Cada bordão é um zangão,
Cada toeira é uma abelha,
Ó jardim de madrepérola
Da minha festa vermelha!
(Vitorino Nemésio, *Cantigas à minha viola*) AÇORIANO

Para ilustrar diferenças de vocabulário entre as duas variedades da língua portuguesa – a de Portugal e a do Brasil –, Amado (1992) conta fato ocorrido com Luiz Trigueiros, intelectual português, quando, de viagem por terras brasileiras, fazia compras na Bahia.

Ao se dirigir a um balconista com a intenção de comprar um pulôver em exposição na vitrina – montra, em Portugal –, o literato luso pediu a camisola – peça de lingerie, no Brasil – que vira exposta.

Delicadamente, o balconista indicou-lhe uma loja em frente, onde se vendiam roupas femininas, alegando que seu estabelecimento comercializava exclusivamente artigos masculinos.

Diante da insistência do comprador, que afirmava ter visto na vitrina uma camisola, perguntou o vendedor, prosseguindo o diálogo:

– Onde disse ter visto camisola?

O balconista sentiu-se perdido; além de surdo o freguês falava língua desconhecida, nem espanhol, nem francês, menos ainda inglês, dialetos que o rapaz identificava, familiar de sotaques e pronúncias. Não sabendo o que dizer, riu e coçou a cabeça. Um parvo persuadiu-se Luiz Trigueiros, e, sem mais delongas, tomando-o gentilmente pelo braço – aos parvos deve-se tratar com firmeza sem, no entanto abandonar a cortesia –, levou-o até a porta de onde, triunfante, mostrou-lhe na montra a camisola castanha:

– Ali está ela, a camisola, quanto vale?

A risada do rapaz não era mal-educada, mas continha uma ponta de deboche:

– Ilustre cavalheiro, fique sabendo que em bom português o senhor quer comprar um pulôver marrom igual ao que está na vitrina, não é isso? Por que não disse logo? Um suéter porreta e o preço é de arrasar.

Encontrei Luiz no hotel envergando a camisola castanha, ou seja, o pulôver marrom, não sendo ainda o brasileiro competente que viria a ser anos depois devido aos azares da política, o escritor estava indignado:

– O gajo diz-me duas palavras em francês, uma em inglês e afirma estar falando em português, em bom português.

– Em bom português, Luiz, o do Brasil (pp. 126, 127).

Podemos afirmar que as diferenças que distinguem o português do Brasil do de Portugal resultam do processo de constituição de uma língua mestiça de um povo mestiço aqui estabelecido.

Com base nos estudos de Barros (2001) e Wanke - Simas Filho (1991), para citar apenas duas obras, a formação do português do Brasil teve as seguintes etapas: uma base indígena, advento do português europeu e, posteriormente, absorção de elementos de línguas africanas.

Além disto, com os surtos migratórios do início do século XX e com a assimilação de novos processos de produção, de comércio e agora com a chamada globalização, o gostinho brasileiro pelos estrangeirismos que interferem ou se integram na língua do Brasil, apesar de qualquer proposta contrária, fazem-na sempre mais miscigenada.

Vamos, hoje, nos ater às diferenças entre a língua do Brasil e a que nos vem de Portugal, cuja influência continua firme. Prova disto são autores portugueses como Saramago e Namora, aqui editados sem "tradução".

É também verdade que a variedade brasileira tem alguma influência sobre a europeia graças a:

- histórias em quadrinhos (bandas desenhadas em Portugal), sobretudo as exportadas para lá pela Editora Abril;
- música popular do Brasil;
- novelas da Rede Globo de televisão brasileira;
- emigração de brasileiros vista por alguns como colonização às avessas.

Mas, vamos às diferenças que levam a distinguir portugueses e brasileiros em três aspetos:

- gramática;
- pronúncia;
- vocabulário.

O português brasileiro difere do europeu, sobretudo no segundo e terceiro aspetos, sendo a gramática, onde há menos acentuadas diferenças, responsável pela manutenção da unidade linguística.

Na gramática as bases flexionais são a as mesmas: **s** para o plural e **a** para o feminino. Mas os portugueses, em várias situações dão preferência ao plural: *bons dias!; prédio em fase de acabamentos; ele fez todos os possíveis para vir; nenhuns e nenhumas.*

No uso dos verbos, portugueses preferem o infinitivo em situações em que o brasileiro emprega gerúndio: *estou a chamar, estou a ver* X *estou chamando, estou vendo.*

Usa-se bastante o pretérito imperfeito em Portugal em lugar do futuro do pretérito usado no Brasil: *eu gostava de saber* X *eu gostaria de saber*.

Portugueses recorrem à ênclise, enquanto brasileiros preferem a próclise: *Passe-me o café* X *Me passe o café.*

Tais preferências se manifestam a ponto de os brasileiros fazerem pouco da norma gramatical que desaconselha iniciar a frase com pronome oblíquo. Em contrapartida, portugueses usam formas verbais como *chamaste-lo; fizeste-lo*, que soam estranhamente aos ouvidos deste lado do Atlântico.

Em se tratando de regência, portugueses usam, por exemplo, *tecido às pintinhas*, onde brasileiros dizem *tecido de bolinhas*. Brasileiros, com facilidade, substituem *a, ao* por *em,* mesmo em expressões onde a norma gramatical recomenda os primeiros: *fui à estação, à farmácia, ao cinema* acabam ficando, no Brasil, *fui na estação, na farmácia, no cinema.*

Na pronúncia há também diferenças: lusitanos mal pronunciam as vogais, dificultando por vezes o entendimento do que dizem: *m'nino*, *P't'gal,* por exemplo. Também usam som aberto onde aqui fechamos: *comboio, bebé, polémica, económico, atómico* por lá e *comboio, bebê, econômico, atômico* por aqui.

Mas é no vocabulário que a lista cresce a tal ponto que vamos, de início, nos restringir a algumas no campo do vestuário (e acessórios) e do alimento. Inicialmente apontaremos diferenças entre Portugal e Brasil, com base no DLB[1]

e no DCL. Numa segunda etapa, entraremos com diferenças também dos Açores.

Assim temos:

Em Portugal	No Brasil
carteira, mala	bolsa
botas de futebol	chuteiras
cachorro	hot dog
calça de ganga	calça de brim, jeans
camisa de dormir	camisola
camisa interior	camiseta
peúgas	meias
fato	terno
fato-macaco	macacão
fato de banho	maiô; calção de banho; sunga
fato de ganga	roupa de brim, roupa de trabalho
fecho de correr	zíper
chancas	tamancos

2. Nomes de comidas e utensílios para fazê-las ou servi-las

barrar o pão	passar manteiga no pão
bica	cafezinho
bitoque	bife pequeno
butique de pronto a comer	lanchonete
carne picada	carne moída
doce de tijolo	goiabada
ementa	cardápio
escudela	tigela de madeira pouco funda
esparguete	espaguete
filhó (feminino)	bolinho doce, de trigo e ovos fritos, polvilhado de açúcar
fogaça	pão doce e grande, bolo
galão	café com leite servido em copo
ginginha, ginja	bebida feita de *ginja*, espécie de cerveja um pouco + ácida
gelado	sorvete
miau	sanduíche de lombinho de porco, dentro de um papo-seco
papo-seco	pão bojudo e pequeno, de farinha de trigo, carcaça, *molete*
	no Minho e Douro
patanisca, petanisca	bolinho de bacalhau desfiado com ovos e batata; lasca de
	bacalhau coberta com massa de farinha

Listaremos ainda palavras e expressões de outros campos semânticos:

abrir a luz	acender a luz
adesivo (adesivo em rolo)	esparadrapo
estrada alcatroada, de alcatrão	estrada asfaltada
água inquinada	água poluída
armar em parvo	bancar o bobo
à borla	grátis
anho	cordeiro (anho, raramente; regionalismo)
apitar	telefonar
apuro	ganho, féria do dia
banheiro	salva-vidas
casa ou sala de banho	banheiro
barrar	cobrir com barro, barrear
cadastrado	condenado, prisioneiro
caminhonete	ônibus interurbano
autocarro	ônibus urbano
estar-se nas tintas	estar pouco ligando
embezerrar	emburrar
esferovite	isopor
fusca	arma de fogo
jogo da macaca	jogo de amarelinha
miúdos	meninos
morder com os botões	falar, pensar com seus botões
mulher a dias	faxineira
tejadilho de abrir	teto solar

Escolhemos um campo semântico – instrumentos musicais populares – para comparar o vocabulário dos dois países e do Arquipélago. Dentro deste campo

a escolha recai inicialmente sobre VIOLA, instrumento de velha tradição e largo uso, de vários nomes e modalidades.

No Arquipélago há dois tipos de viola: a micaelense, caraterizada pela boca em "dois corações' e a terceirense, com boca redonda.

A micaelense é semelhante à chuleira (ligada à música e coreografia da chula) ou amarantina (da zona de Amarante). A micaelense se difundiu, possivelmente, nos Açores a partir do instrumento amarantino. Sua importância é tamanha nos Açores, que Oliveira (1986, p. 16) afirma:

Ela ocorre também, com grande importância no Brasil, e ainda no Cabo Verde. Parece-nos de admitir que, nos Açores, como nessa outra área, ela tenha se difundido a partir do instrumento amarantino. Por outro lado, porém, dada a singularidade deste traço e a sua reduzida expansão no Continente e, pelo contrário, o seu caráter de generalidade da sua área no Arquipélago, não é totalmente de excluir a hipótese da sua criação nos Açores, trazida para o Continente por algum tocador ilhéu ou daquela região duriense que tenha por alguma razão residido nas ilhas, e dali levada para o Brasil e Cabo Verde.

Tal viola se encontra nas ilhas de São Miguel, Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo. Como se vê é a forma açoriana mais geral.

Mas vamos às diferenças de nomes da viola e de suas modalidades:

NOME	PORTUGAL	AÇORES	BRASIL
Viola	+	+	+
Viola da terra	+	+	+
Viola de arame		+	
Chuleira ou amarantina	+ Amarante		
Braguesa	+ Braga		
Beiroa	+ Beira		
Campaniça	+		
Toeira (Terceira)	+ Coimbrã		
Viola da França [2]	+		
Viola d'Arco (de Arco)	+ e Rabeca ou violino		
Viola paranista			+ Paraná
Viola de cocho [3]			+ Mato Grosso
Viola de pinho			+
Viola caipira			+
Viola sertaneja			+
Viola nordestina			+
Viola cabocla			+
Viola cantadeira			+
Viola de dez cordas			+
Viola chorosa			+
Viola de Queluz			+
Viola serena			+
Viola brasileira			+

TABELA 1: nomes do cordofone VIOLA

A viola terceirense é mais elaborada, apresenta boca redonda e aparece somente na ilha Terceira, adaptada a seu folclore musical.

A viola no Arquipélago, no dizer de Oliveira (1986, p. 14), era acompanhante natural – e forçoso – em todos os cantares festivos, descantes ou 'modas' e 'balhos', 'derriços', desgarradas e desafios e despiques, e também de devaneios sentimentais, líricos, amorosos ou a entreter saudades. Se na verdade, como escreveu alguém, nos Açores quem diz festa diz balho, e quem diz balho diz viola, o inverso é igualmente exato: a presença deste instrumento em qualquer parte significava – ou provocava – uma reunião animada, porque logo um dos presentes levantava a voz e se formava um 'balho'.

O trecho acima nos apresenta vários termos ligados à viola:

- *Balho* – a citação acaba por definir balho: reunião festiva onde um dos presentes levanta a voz. A palavra parece advir de *balha* ou *baila* (variantes de *baile* em Portugal). *Baile*, sim, é "uma reunião festiva com finalidade de dançar" (DH).
- *Derriço* – (uso informal) 1. "encontro, conversação ou contato amoroso; namoro, galanteio" (DH). Este dicionário brasileiro apresenta outras aceções para a mesma entrada do vocábulo: 2. parceiro amoroso; namorado 3. gracejo irônico; zombaria, escárnio 4. ação impertinente; atrevimento, insistência. O DLB define o vocábulo apenas como namoro.
- *Descante* – para este vocábulo o DH nos dá as seguintes aceções: 1. Rubrica: música. ato de descantar 2. Rubrica: música. técnica medieval de composição em que uma segunda voz é ajuntada ao cantochão, geralmente nota contra nota, em movimento contrário 3. Derivação: por extensão de sentido. Rubrica: música. no s. XII, designação genérica das composições polifônicas 4. Rubrica: música. no s. XVI, segunda voz, mais aguda do que as vozes principais, em uma composição 5. Rubrica: música. canto popular executado por várias vozes, com acompanhamento musical; machete 6. Rubrica: música. canto na forma de duelo; desafio, desgarrada. 7. Regionalismo: Portugal. Diacronismo: antigo. espécie de viola pequena 8. Derivação: sentido figurado. justificação insatisfatória, não convincente. No texto de Oliveira a palavra aparece nas aceções 5, 6 e 7.
- *Desgarrada* – V. *derriço*7.

Despique – 1. ato ou efeito de despicar(-se) 2. ato de desagravo; desforra, vingança, desafronta 3. Regionalismo: Portugal. competição entre duas ou mais pessoas; rivalidade, confronto, luta (DH).

No Arquipélago, outras palavras aparecem associadas à viola:

- *Bodo* – 1. Partilha de alimentos aos pobres em dia festivo, por vezes acompanhada da doação de roupas e dinheiro (DH). Este dicionário apresenta outras aceções: 2. Derivação: por metonímia. Alimento preparado; comida, iguaria 3. Derivação: por extensão de sentido. Repasto abundante; banquete
- *Folga* – o DH apresenta assim o vocábulo açoriano: Rubrica: dança, música. tipo de baile açoriano de núpcias. Para o Brasil, tal dicionário traz várias aceções relacionadas a espaço e - ou tempo destinado a uma interrupção no trabalho, descanso, atividade prazerosa, repousante.
- *Folia* – 1. Rubrica: dança. Diacronismo: antigo. antiga dança portuguesa movimentada, ao som de adufes e pandeiros, acompanhada por cantos e executada por homens vestidos de mulher 2. Derivação: por extensão de sentido. festejo animado, alegre e barulhento; farra, pândega, baile 3. Derivação: por extensão de sentido. bagunça, brincadeira, agitação 4. designação dada a festejos religiosos diversos 4.1. Rubrica: etnografia, religião. Regionalismo: Beira. procissão de que participam só homens, que cantam em louvor ao Espírito Santo e pedem a proteção divina contra pragas e doenças [Levam bandeira com o desenho de uma pomba, lanternas e insígnias, tais como varinha enfeitada de fitas e flores e coroa de folha de flandres.] 5. Rubrica: etnografia, religião. Regionalismo: Brasil grupo de rapazes vestidos de branco, com fitas no chapéu e na blusa, que sai tocando e cantando de casa em casa ao som de violões, cavaquinhos, pistons, pandeiros e tantãs, pedindo esmolas para a festa dos Reis Magos ou do Espírito Santo 6. Rubrica: música. uma melodia de folia ('dança') que se tornou célebre como tema para um grande número de variações no período barroco (DH).
- *Moda* – Na rubrica música o DH remete à *modinha:* variedade de canção tradicional urbana, portuguesa e brasileira, surgida no século XVIII, com temática inicialmente espirituosa e depois amorosa, com predominância do modo menor; moda [Foi cultivada em saraus e sofreu processo de popularização de meados do século XIX em diante, acompanhada, então, especialmente por violão.] O DMB se estende em caracterizá-la e distingui-la de outras manifestações, dada a sua importância e frequência entre nós: "Ela se distingue por ser o raconto mais ou menos sensacional, dum fenômeno importante da vida quotidiana, historiado. Assim é bem raro que um cantador caipira legítimo cante como sendo uma moda uma série de quadras soltas. A isto chamará de cantiga, toada, samba, etc. Ela é, entre os caipiras, aquilo que os nordestinos chamam de romance [....]. Entre a *moda* e a *modinha* há duas distinções fundamentais: a moda é do domínio extraurbano, a modinha é do domínio urbano. Por outro lado a modinha, no geral, é de fundo lírico, não conta casos, conta queixas; a moda, no geral, é de fundo dramático, conta casos [....]" E o texto se alonga comparando moda à rapsódia, e distinguindo-a da toada. Mas, por ora, isto aqui nos basta.
- *Tuna* – Na rubrica música, o DH a define: 1. conjunto musical composto de estudantes 2. grupo de estudantes que toca pelas ruas ou viaja, apresentando-se por prazer ou para recolher fundos 3. conjunto que toca

instrumentos de corda 4. Regionalismo: São Tomé e Príncipe. conjunto musical de cinco a sete integrantes (geralmente um violinista, dois violonistas, um ou dois flautistas, tocadores de bombo e canzá, um vocalista etc.).

Façamos o esquema das palavras associadas à viola:

NOME	PORTUGAL	AÇORES	BRASIL
Balho	+	+	+
Derriço	+	+	+
Desgarrada	+	+	+
Descante	+	+	+
Desgarrada	+	+	+
Despique	+	+	+ desafio
Folga	(outra acepção)	+	(outra acepção)
Folia	+	+	+
Moda	(outra acepção)	+	+
Modinha			+
Tuna	+	+	+ Paraná

TABELA 2: palavras associadas à Viola

Oliveira (1986) aponta outros cordofones tradicionais no continente e na ilha:

- *Bandola* – bandolim tenor (DH). O DMB se refere a ele como um bandolim grande usado no século XIX, que foi substituído pelo bandolim.
- *Bandolim* – o DH o define como o instrumento soprano que dá o nome a essa família de instrumentos de cordas tocadas com palheta, surgida na Itália no século XVI, e na qual o trêmulo das cordas é uma das caraterísticas mais marcantes. O DMB afirma ser ele da família do alaúde. E acrescenta ser ele um dos instrumentos mais usados no Choro, desde o início do século XX, após a decadência da bandola, mais comum até então.
- *Banjolim* – tipo de banjo com algumas caraterísticas do bandolim (DH).
- *Cavaquinho* – pequeno instrumento de quatro cordas dedilháveis, de origem portuguesa e de larga difusão no Brasil, sobretudo no samba e no choro; braga, braguinha, cavaco, machete, machete de Braga, machetinho, machim, rajão (DH).
- *Guitarra* – O DH apresenta o vocábulo na rubrica música, enquanto instrumento musical: 1. instrumento de arco e cordas friccionáveis, cuja família se difundiu na Europa a partir do s. XV 2. instrumento de arco e cordas friccionáveis semelhante ao violino, de maiores dimensões e som mais grave que o deste [Corresponde, na orquestra contemporânea, ao contralto da família dos violinos.] 3. instrumento de cordas dedilháveis, semelhante ao violão, porém menor, com cinco ou seis cordas duplas de metal, de larga utilização na música rural brasileira e portuguesa 5. Regionalismo: Timor-Leste. violão, guitarra. A EL apresenta as seguintes correspondências: o nome *guitarra* é exclusivo para a guitarra elétrica; *violão* é o nome da guitarra acústica.
- *Violão baixo* ou *rabecão* – segundo Oliveira, de aceitação mais restrita entre açorianos, é um cordofone de tamanho maior. No Brasil tal instrumento se chama contrabaixo ou rabecão (nome menos comum). O DMB afirma ser o contrabaixo, comumente chamado apenas baixo, o instrumento maior e mais grave da orquestra.

Esquema dos últimos cordofones:

NOME	PORTUGAL	AÇORES	BRASIL
Bandola	+	+	(+ século XIX)
Bandolim	+	+	+
Banjolim	+	+	+
Cavaquinho	+	+	+
Guitarra	+	+	+ (apenas guitarra elétrica) Violão para guitarra acústica
Violão baixo ou rabecão	+	+	Contrabaixo, Baixo Rabecão

TABELA 3: nomes de outros cordofones

Acreditamos ser oportuno destacar alguns vocábulos de outros campos com designação diferenciada nos Açores:

No vestuário, e nomes afins:

No Brasil e Portugal	Nos Açores
jardineira	alvaroses
gancho (port.) grampo (br.)	prisão
sapato de salto alto	qued'alta
casaco	samarra
chinelos	selepas
casaco de malha	suera

Nos alimentos, e nomes afins também temos boas diferenças:

atum , albacora	albacora

amendoins	pinotes
banana	figo de banana
broa	pão de milho (broa menos seca)
carne	carnina
carapau, chicharros, (cavalinha no Brasil)	charros
congro	crongo
pão doce	massa de ovos, massa sovada
pedaço, bocado	padaço
peixe vermelho, contaro	peixe vormelho
faca de grande dimensão	trinchete[4]

Temos ainda algumas palavras exclusivas dos Açores, definidas em DI:

- *Fajã* – terreno plano, cultivável, de pequena extensão, situado à beira-mar, formado de materiais desprendidos da encosta.
- *Cova da junça* – A expressão aparece entre aspas em Melo (2000) que a explica:

Não é mais do que um gargalo aberto na terra e nela disfarçado à superfície; logo abaixo, um ventre bojudo e pronunciado como uma caverna, bojo de um grande púcaro, tonel ou ânfora grande. Serviu também de esconderijo contra a pirataria. Havia-as, aliás, em todas as casas, disfarçadas no subsolo, granel e regaço escondido, contra os ventos e marés da má sorte que vinha sempre do mar. As poucas que se abriram longe da vila dão abrigo aos boieiros quando sorreirados pelos temporais da serra, ou fornecem depósito a coisas agrícolas, à guarda dos donos (p. 25).

As aspas evidenciam uso especial, localizado, do sintagma. Com efeito, no DI temos registrado apenas o vocábulo *junça*, que se define: nome vulgar extensivo a algumas plantas herbáceas da família das Ciperáceas (gênero *Cyperus)*, espontâneas em Portugal, também conhecidas por albafor e juncinha. No Brasil, encontra-se o vocábulo com o mesmo uso de Portugal; mas o DH e o DN, para citar apenas dois, apontam para o regionalismo de Alagoas, onde a palavra nomeia aguardente de cana, cachaça.

Com tal palavra encerramos, pois ela nos parece bastante apta a ilustrar o aforismo "Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso".

3. NOTAS

[1] As siglas apontam para os dicionários arrolados nas Referências bibliográficas. Tais siglas aparecem desenvolvidas na lista apresentada após as referências.

[2] É chamada viola de França a guitarra de tipo espanhol.

[3] A viola de cocho, também chamada simplesmente cocho, é um tipo de viola popular de cinco cordas. Os nomes registrados apenas no Brasil foram obtidos no DMB e na EL.

[4] No Brasil e Portugal, trinchete nomeia uma faca de ponta geralmente curva, usada por sapateiro (DH; DI).

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge (1992) *Navegação de cabotagem: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei*. Rio de Janeiro, Record.

ALVARENGA, Oneida e TONI, Flávia Camargo (coord) (1989). *Dicionário musical brasileiro - Mário de Andrade.* Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: Ministério da Cultura; São Paulo: Universidade de São Paulo

CASTRO, Yeda Pessoa (2001). *Falares africanos da Bahia:* um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras - Topbooks,

HOUAISS, Antônio. e VILLAR, Mauro (2001). *Dicionário Antônio Houaiss de língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Objetiva.

NAVARRO, Fred (2004). *Dicionário do Nordeste*: 5000 palavras e expressões. São Paulo: Estação Liberdade.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1986). *Instrumentos musicais dos Açores*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

WANKE, ENO Teodoro e SIMAS FILHO, Roldão (1991). *Dicionário lusitano brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro.

VILLAR, Mauro (1989)). *Dicionário contrastivo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Guanabara.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

INFOPÉDIA, *Dicionários*. Disponível em: <http: - infopédia>. Acesso em fevereiro - março de 2007).

WIKIPÉDIA, *Enciclopédia livre*. Disponível em: <http: - - pt.wikpedia.org - wiki>. Acesso em fevereiro - março de 2007.

LISTA DE SIGLAS

DH Dicionário Antônio Houaiss de língua portuguesa.
DI Dicionários Infopédia.
DLB Dicionário lusitano brasileiro.
DCL Dicionário contrastivo luso-brasileiro.
DMB Dicionário musical brasileiro.
DN Dicionário do Nordeste.
EL Enciclopédia livre.

22. RITA MACHADO DIAS E JOÃO MARTINS, (DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNIDADES) .

RITA.NS.DIAS@AZORES.GOV.PT , JOAO.AB.MARTINS@AZORES.GOV.PT

"AS COMUNIDADES AÇORIANAS NO MUNDO"

A emigração caraterizou historicamente a vida portuguesa e, desenhou de forma incontornável a personalidade das ilhas.

A emigração açoriana remonta segundo os historiadores aos primórdios do povoamento. Porém, o seu caráter sistemático data do século XVII, aquando da primeira vaga de emigração para o Brasil, inicialmente para o Maranhão e posteriormente para o sul, para os atuais Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As Bermudas constituíram também um caminho empreendido pelos açorianos, seguindo-se, os EUA, com a escolha dos Estados da Costa Leste e Califórnia, na Costa Oeste. O Hawai na época um reino independente do Pacífico, foi, sobretudo para a população micaelense um destino de eleição, apesar da distância entre estes dois arquipélagos – entre três a quatro meses de navegação marítima. Para além destes, considerados os principais destinos da emigração açoriana, existem outros locais com menor expressão, onde a presença da cultura açoriana ainda hoje se faz sentir. Todas estas Comunidades tenham elas maior ou menor expressão, são veículos de transmissão de conhecimento, de cultura, de valores e de tradição.

A Direção Regional das Comunidades foi criada em 1998 com o objetivo de valorizar o relacionamento institucional entre o Governo Regional dos Açores e os açorianos dispersos pelo mundo. O trabalho da Direção Regional das Comunidades, tem-se desenvolvido em duas grandes áreas que assentam sobretudo num processo intenso de comunicação: integração do emigrado, regressado e imigrante e identidade cultural.

A apresentação "Comunidades Açorianas no Mundo", inseridas nos II Encontros de Lusofonia, debruçar-se-á sobre essas Comunidades e sobre o trabalho desenvolvido pela Direção Regional das Comunidades, em prol da preservação da identidade cultural açoriana e da integração dos seus cidadãos nas sociedades de acolhimento.

A participação da Direção das Comunidades nos II Encontros da Lusofonia é importante, na medida em que, surge a oportunidade de se dar a conhecer o âmbito de trabalho deste serviço, bem como as iniciativas que tem realizado de forma a concretizar os seus objetivos. Por outro lado, há sempre um espaço aberto ao diálogo para troca e partilha de experiências que será muito enriquecedor e valorizará, de certeza, o nosso trabalho e poderá criar perspetivas para a realização de outros de relevante interesse para as comunidades.

A Direção Regional das Comunidades é um organismo que depende diretamente da Presidência do Governo da Região Autónoma dos Açores. Este Departamento foi criado em 1998, na vigência do VII Governo Regional, em substituição do então Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas. A criação deste órgão executivo adveio da necessidade de valorizar o relacionamento institucional com as comunidades açorianas dispersas pelo mundo. Em 2004 a Direção Regional das Comunidades viu as suas competências alargadas à área da imigração.

Atualmente, privilegia-se a cooperação com as comunidades, o diálogo com os seus representantes, a preservação da sua identidade cultural e a inserção individual e coletiva dos emigrantes nos países de acolhimento, bem como dos imigrantes residentes nos Açores. A Direção Regional das Comunidades tem vindo a desempenhar um papel fulcral no estudo, coordenação, apoio técnico e execução dos assuntos relacionados com as comunidades de origem açoriana dispersas pelo mundo, correspondendo assim a uma aspiração generalizada e a um sentido de contemporaneidade.

A Direção Regional das Comunidades tem como objetivos primordiais:

-Promover o acompanhamento e apoio às Comunidades Açorianas dispersas pelo mundo, aos candidatos a emigrantes, aos emigrantes regressados e imigrantes;

-Aprofundar a relação dessas comunidades com as suas origens, designadamente nos aspetos económico, cultural, político, social e profissional.

-

A Direção Regional das Comunidades tem a sua sede na cidade da Horta, ilha do Faial, e desenvolve o seu trabalho em quatro Gabinetes:

-Gabinete de Emigração e Regressos, na Horta, ilha do Faial;

-Gabinete de Imigração e Interculturalidade, na Horta, ilha do Faial;

-Gabinete do Intercâmbio Cultural Comunitário, em Angra do Heroísmo, ilha Terceira;

-Gabinete de Integração Social, em Ponta Delgada, ilha de São Miguel.

-

Cada Gabinete tal como a sua designação indica está vocacionado para determinada área, inserindo-se no conjunto multifacetado que constitui a DRC.

Este conjunto inclui diversas vertentes agrupadas em duas grandes opções de trabalho que assentam, sobretudo, num processo intenso de comunicação: **integração** e **identidade cultural**.

Antes de falar sobre estas duas realidades, permitam-me que faça referência à emigração açoriana.

A emigração caraterizou historicamente a vida das ilhas e o seu caráter sistemático remonta ao século XVII, tendo, inicialmente, o Brasil como destino, em primeira instância para o estado do Maranhão e posteriormente, autorizados pelo Rei através da provisão de 9 de agosto de 1747, para colonizar as terras do Sul do Brasil – atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, partem 4000 casais dos Açores com o intuito de defender estas terras das incursões da coroa espanhola. Este número multiplicado pelos elementos do agregado familiar e adicionado ao recrutamento de jovens em idade militar para os regimentos do Brasil, leva-nos a uma suposição de cerca de vinte mil pessoas. A emigração foi motivada, em parte, pela visão das naus que aportavam aos Açores carregadas de riqueza e de notícias de fartura desse mundo longínquo e, por outro lado, pelas dificuldades que grassavam no arquipélago.

A par da emigração para terras meridionais brasileiras, os açorianos rumaram mais a sul, fundando o que é hoje a cidade de San Carlos, na República Oriental do Uruguai, onde, ainda hoje são visíveis sobrevivências culturais que ligam aquela região aos Açores.

Este fluxo migratório perdurou durante anos. Nos séculos seguintes, designadamente, século XIX e XX e, à semelhança do sucedido no continente português, a emigração para o Brasil teve um maior incremento com opções pelos estados da Baía, São Paulo e Rio de Janeiro, onde atualmente podemos primeiras gerações de emigrantes. Estas comunidades desenvolvem a sua atividade na área dos serviços e comércio.

No final do século XVIII e no século XIX desenha-se um novo rumo, que é igualmente um ponto de viragem no fenómeno emigratório. O Brasil cede lugar aos Estados Unidos da América no fluxo de destino, iniciado pela baleação americana no mar dos Açores.

Integrando as tripulações das frotas baleeiras, que nas ilhas se reabasteciam de mantimentos, os açorianos atingem as costas americanas – Leste (Massachusetts e Rhode Island), Califórnia e Havai – à época um reino do Pacífico – num processo penoso que lhes permite a possibilidade de se fixarem em território americano. A par da baleação, a pesca atuneira em San Diego, os laticínios no Vale de São Joaquim, entre outras, constituíram na Califórnia as principais ocupações das populações provenientes do Arquipélago. Na Costa Leste, nos estados de Massachusetts e Rhode Island os açorianos desenvolveram as suas atividades nas áreas fabril – indústria têxtil, comercial e piscatória, nos portos de New Bedford e Newport.

Em relação ao Havai, a emigração para este reino do Pacífico verificou-se entre 1878 e 1913. A comunidade açoriana, a par de outras, dedicou-se ao cultivo da cana-de-açúcar e à agricultura. As ilhas, então chamadas, Sanduíche constituíam uma microscópica monarquia e estavam carenciadas de população autóctone e consequentemente de mão-de-obra o que levou o seu governo a fomentar a imigração, oferecendo vantagens para aqueles que escolhessem o Havai.

Em junho de 1878, o navio alemão "Priscilla" zarpava do porto do Funchal, com 114 portugueses a bordo, a maioria madeirenses, com destino às ilhas. Aportou em Honolulu, capital da ilha de Oahu, 4 meses depois. Foi a primeira emigração maciça portuguesa para tão longe, mas ali já viviam (em Maui, Oahu, Kauai e Havai) entre quatrocentos a quinhentos portugueses, ao que parece em muito boas condições. Eram na sua maioria baleeiros e descendentes de baleeiros da frota da Nova Inglaterra, todos de origem açoriana.

Entre 1878 e 1888, dezassete navios transportaram 11 057 emigrantes dos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Eram na sua maioria provenientes das ilhas da Madeira e de S. Miguel, mas também de outras ilhas dos Açores.

Até ao final do ano de 1883 emigraram para o Havai, cerca de 6 300 açorianos, na sua maioria micaelenses, motivados pelas dificuldades económicas sentidas no Arquipélago dos Açores. A emigração para este destino distante marcou um período da história dos Açores, mas com caraterísticas especiais, uma vez que terminou por volta de 1913.

A comunidade portuguesa em geral e, açoriana em particular, ocupou-se essencialmente da cultura da cana-de-açúcar, motivo pelo qual a emigração foi fomentada.

A presença portuguesa, com particular destaque para os açorianos no Havai é comprovada. Apesar de hoje praticamente não se falar português, os Rebelos, os Perestrelos, os Vieiras, Câmaras, Bettencourts, Silvas, Pracanas, Soares, Cardosos, Freitas, Lomelinos são facilmente detetáveis nas listas telefónicas de Oahu e de outras ilhas do Havai. A introdução do cavaquinho*, o* ukulele *na designação local, promovido a instrumento nacional, é outra prova. A* massa sovada *dos Açores é conhecida como "*sweet bread*", a* sopa azeda *é conhecida como "portuguese soup", a* malassada *de S. Miguel ficou para sempre a* malasada *havaiana. As tradições do Espírito Santo continuam vivas (pão, carne e vinho em louvor do Divino) e há em Oahu três "Impérios do Espírito Santo". Aos emigrantes ficou também a dever-se a arquitetura sólida das casas, então de madeira, pois os nossos lembraram aos naturais a utilização da pedra vulcânica na sua construção, bem como a plantação de flores em redor das mesmas.*

No Havai existem cerca de onze associações portuguesas criadas por descendentes. Estas dedicam-se ao estudo das raízes e genealogia.

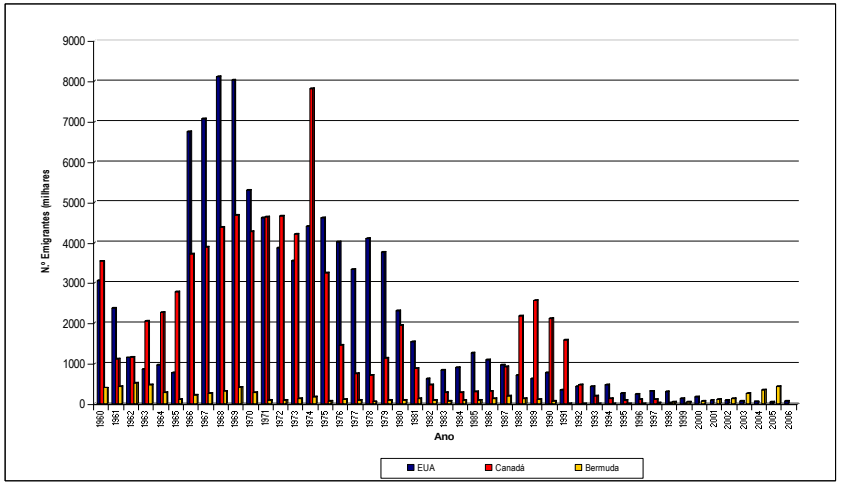
As Bermudas constituíram na segunda metade do século XIX, mais precisamente a partir de 1849, outra opção de destino para os muitos açorianos que procuravam novos meios de vida. Neste arquipélago dedicaram-se, sobretudo à jardinagem. Segundo dados disponíveis a partir da metade do século XX, mais concretamente a partir de 1960, emigraram dos Açores para as Bermudas cerca de 7 mil açorianos.

Segundo registos de 2003 a população total nas Bermudas rondava cerca de 65 mil habitantes, numa área geográfica de aproximadamente 53 km^2. No entanto, há que ter em conta que cerca de 18% da população bermudiana é portuguesa, da qual cerca de 90% é proveniente do Arquipélago dos Açores, na sua maioria da ilha de São Miguel.

O último grande destino da emigração açoriana foi o Canadá. A emigração oficial para este país iniciou-se em 1953, com a viagem de seis açorianos, a quem hoje apelidamos de "Pioneiros". Os açorianos fixaram-se, sobretudo nas províncias de Alberta, British Colúmbia, Québec, Manitoba e Ontário. Inicialmente ocuparam-se da construção dos caminhos-de-ferro canadiano, fixando-se por quase todo o território. A par desta atividade exerceram outras nas áreas da agropecuária, comércio, indústria e serviços.

Atualmente e contrariando as décadas de sessenta e setenta do século XX, a emigração açoriana verifica números residuais, comparados aos milhares de anos anteriores. Hoje, saem entre 200 a 300 indivíduos por ano para os destinos clássicos da emigração, como comprova o gráfico abaixo.

EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO DOS AÇORES, POR DESTINO (1960- 2006)



Fonte: DRC

Este decréscimo é fruto da melhoria das condições de vida no Arquipélago, do desenvolvimento social, económico e político conhecidos após 1974 e a instauração da autonomia político-administrativa dos Açores, em 1976.

Em suma, os principais destinos da emigração açoriana cingiram-se ao continente americano, como se pode comprovar pelo quadro abaixo.

Data de Início da Emigração	País	Localidades
1621	Brasil	*Maranhão*
1747	Brasil	*Santa Catarina* *Rio Grande do Sul*
Pós 1747	Uruguai	
1767	EUA	*Califórnia* *Rhode Island* *Massachusetts*
1849	Bermudas	
1878	Havai	
Finais séc. XIX e metade séc. XX	Brasil	*Rio de janeiro* *São Paulo*
1953	Canadá	*Ontário* *British Colúmbia* *Alberta* *Manitoba* *Quebeque*

Atualmente, existem comunidades no Brasil, Estados Unidos, Canadá e Bermudas, principais áreas com as quais a Direção Regional das Comunidades trabalha e onde existe um número considerável de associações de raiz açoriana. A par destas comunidades, há que ter em conta, também aquelas que não saindo do país de origem se fixaram noutros pontos, nomeadamente no continente português, funcionando como importantes veículos da cultura açoriana.

Há que frisar o importante contributo dado pelos açorianos na diáspora à construção das comunidades onde se inserem, no desenvolvimento que proporcionaram às suas terras de origem através do envio de divisas. Mas, sobretudo dever-se-á destacar e enfatizar o contributo na divulgação da língua e cultura e portuguesas.

Como referido anteriormente, a Direção Regional das Comunidades, departamento que materializa as políticas do Governo Regional dos Açores para este setor, trabalha em duas áreas fundamentais: a integração e a preservação da identidade cultural dos cidadãos emigrados e imigrados. De referir que, sendo este trabalho sobre as comunidades açorianas no mundo, destacar-se-á apenas o cidadão emigrado.

Assim sendo e no que concerne à **integração do emigrante**, esta é implementada em termos sociais, educacionais, profissionais, cívicos e políticos e respeita duas vertentes: o **emigrante** e o **regressado**.

Tendo por base estas realidades, o Governo Regional dos Açores através da Direção Regional das Comunidades colabora em programas que facilitam e fornecem informações adequadas aos cidadãos sobre as instituições que os representam nos países onde vivem.

São diversos os protocolos firmados com algumas organizações que tem por objetivo essas metas e que, em colaboração com a Direção Regional das Comunidades e com o voluntariado da própria comunidade, desempenham um papel primordial no acompanhamento dos cidadãos e na informação sobre os seus direitos e deveres, através das campanhas de consciencialização cívica e de sessões públicas orientadas para os setores menos esclarecidos da sociedade.

No que diz respeito aos **emigrantes regressados**, estes necessitam de outro tipo de acompanhamento, de forma a minimizar o impacto do seu regresso à terra natal após o período de ausência da mesma.

A Direção Regional das Comunidades dispõe de um serviço de atendimento personalizado, que oferece apoio a estes emigrantes, ao nível da obtenção de documentação diversa relacionada com reformas, impostos, certidões, pedidos de cidadania, etc., do país(es) estrangeiro onde residiram.

É também prestada uma atenção especial aos cidadãos regressados compulsivamente. Este processo inicia-se ainda no país de residência com a preparação do seu regresso. O apoio em questão refere-se, entre outros aspetos, a formalidades burocráticas, ao ensino da língua e à articulação com outros departamentos regionais, nacionais e internacionais, públicos e privados.

A outra grande opção de trabalho, assenta na **identidade cultural**, que privilegia a açorianidade e raízes, a comunicação Açores – Comunidades e vice-versa, os encontros comunitários, os estudos de movimentos migratórios e a preservação da identidade cultural açoriana nos países de acolhimento.

A **açorianidade e raízes** concretizam-se através de visitas de estudo de escolas ou grupos escolares da Região para as Comunidades e vice-versa, sob a forma de ações de formação - informação a agentes culturais das comunidades como, por exemplo, os Cursos: Açores à Descoberta das Raízes, em anos anteriores. Refira-se que, neste tipo de iniciativas, são focados aspetos sociais, culturais, económicos e políticos atuais da Região Autónoma dos Açores.

A comunicação entre os **Açores e Comunidades** é incentivada através da informação, tornando-se um pilar fundamental do conhecimento recíproco de todas as partes. Revitalizar esta comunicação e torná-la mais participada tem sido propósito da Direção Regional das Comunidades, para o qual tem contribuído a auscultação dos órgãos de comunicação social das comunidades e utentes em geral. De salientar a existência do Núcleo de Informação, da Direção Regional das Comunidades que desde o seu surgimento tem aprofundado e dinamizado essa comunicação.

A promoção de **encontros temáticos** tem contribuído para a aproximação da política ao cidadão e do cidadão à política e para a deteção de aspirações e necessidades comuns. Estes encontros criam espaços privilegiados para um maior aprofundamento e debate de assuntos de importância relevante para o enriquecimento e desenvolvimento das comunidades. Disso são exemplo os Encontros de Órgãos de Comunicação Social, de Associações Culturais, de Organizações de Serviço Social e as Jornadas "Emigração - Comunidades ", entre outros. De salientar, ainda, o trabalho desenvolvido com os mais jovens. A Direção Regional tem apostado nos mesmos, quer através da concretização de Encontros, quer através da realização de concursos e dos incentivos destes à participação nas comunidades.

Em suma, a Direção Regional das Comunidades, ciente das responsabilidades que lhe são atribuídas nas áreas já referidas, criou um regulamento que estabelece as normas a ter em conta no sistema de apoios a conceder aos promotores individuais ou coletivos de atividades que se enquadram na preservação da Identidade Cultural dos Açores nas Comunidades, bem como na área do Intercâmbio Escolar, por forma a incentivar a qualidade dos mesmos, a responsabilizar e democratizar o processo de decisão, bem como a introduzir mais justiça e maior transparência a todos os processos. A criação deste sistema de apoios contribui em muito para a dinamização das nossas comunidades, assim como para o incremento de formas de intercâmbio que beneficiam quer a comunidade residente, como a da diáspora. Estes apoios abrangem áreas como a dança, teatro, música, estudos relativos às comunidades, entre outros.

Muitas das ações promovidas por este departamento tem contado com a participação de outras entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, privilegiando o trabalho em parceria, que em muito tem contribuído para valorizar as iniciativas direcionadas para os vários públicos da Direção Regional das Comunidades. Acresce ainda salientar a formação recebida pelos técnicos que neste departamento desenvolvem as suas atividades e competências, nas mais variadas áreas. A formação contínua de técnicos tem propiciado uma melhor qualidade dos serviços, quer ao nível do atendimento público nas várias ilhas do Arquipélago, bem como no contacto diário com as diversas comunidades.

E, para terminar, poder-se-á dizer que a Direção Regional das Comunidades, para além de se encontrar num momento de renovação e adaptação a novas realidades, onde a imigração é um fenómeno recente, não descorará as comunidades de açorianos e seus descendentes no estrangeiro, nem aqueles que já regressaram à sua terra natal e estará sempre atenta para novos fenómenos que, entretanto, forem surgindo.

23. RONALDO LIMA, RONALDOEARLY@GMAIL.COM

REPRESENTAÇÕES DA CULTURA AÇORIANA NA ILHA DE SANTA CATARINA – BRASIL

Neste estudo, analisam-se os diversos momentos da trajetória da açorianidade no litoral do Estado de Santa Catarina. Para isso, são discutidos alguns fatos socio-históricos situados entre 1748 e os dias atuais, colocando-se em foco, sobretudo, o fato de que, apesar de embalada por vagas sucessivas, com seus inerentes avanços e recuos, a açorianidade parece, hoje, caminhar no contrafluxo da progressiva homogeneização social, provocada pelo advento da globalização. As inexoráveis evoluções rumo à evanescência, que geralmente recaem sobre muitos dos povos que experimentam o fenômeno das diásporas, parecem ter tomado, neste caso, formas diferentes de manifestação. Na grande miscelânea de aspetos a serem examinados, focalizou-se, a título de exemplificação, um caso específico, manifestado linguisticamente, que pode servir de parâmetro ao exame de processos similares passíveis de serem afetados pelos mesmos fatores. Coloca-se igualmente em destaque a natureza dos movimentos subjacentes que orientam os rumos da açorianidade considerada em sua forma e essência amplas. À luz das perspetivas que sublinham a importância das diversidades, mantêm-se afastadas quaisquer posições de ordem etnocêntrica, procurando pôr em evidência a necessidade de preservação do leque das múltiplas cores identitárias. A convivência da açorianidade na pluralidade disponibilizou subsídios para a elaboração de textos para a nova açorianidade, isto é, aquela imbuída do olhar de observador desterritorializado, que contempla as opções de análise, promove as atitudes de reflexão e abre portas para a livre escolha. Sob esta perspetiva, os horizontes se abrem para a visão de uma união mais ampla, convergente na identidade apesar das distâncias físico-humanas.

2. CONSTRUINDO UMA NOVA *ISLANDLAND*

Une civilisation est un héritage de croyances, de coutumes et de connaissances, lentement acquises au cours des siècles, difficiles parfois à justifier par la logique, mais qui se justifient d'elles-mêmes, comme des chemins, s'ils conduisent quelque part, puisqu'elles ouvrent à l'homme son étendue intérieure

(Saint-Exupéry, 1942:314).

A partir de 1748, o Brasil recebeu fluxos de imigrantes portugueses - açorianos e madeirenses - que se instalaram principalmente na faixa litorânea do Estado de Santa Catarina - Brasil. Como se tratava de populações de origem insular, com a intenção de facilitar o processo de adaptação destes povos às novas terras, eles foram alocados junto a uma faixa litorânea do sul do Brasil num raio de 100 km a partir das coordenadas: 27º 35’ 49’’S - 48º 32’ 56’ W.

A Ilha de Santa Catarina abrigou, assim, por suas caraterísticas intrínsecas, boa parte destes imigrantes que conheciam suficientemente os segredos do mar em suas ilhas de origem. Estas populações organizaram-se e criaram as chamadas “Colônias de Pescadores”. Instalaram comunidades relativamente isoladas dos centros urbanos em várias praias e lagoas de Santa Catarina, principalmente na Ilha de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, capital do Estado.

Estes novos brasileiros – catarinenses – dedicaram-se até os anos 1960 - 70 particularmente à atividade pesqueira, mantendo muitos costumes que os singularizavam e, consequentemente, os diferenciavam no seio da miscelânea de hábitos dos indivíduos dos centros urbanos mais próximos. O contato com os habitantes das áreas urbano-portuárias era motivado, sobretudo, pelo comércio de produtos artesanais produzidos nestas comunidades: rendas de bilro, tarrafas, gaiolas, cerâmica, balaios, além de alguns produtos alimentícios: peixe, farinha de mandioca, entre outros. O relativo isolamento político e geográfico das colônias, mantido durante várias dezenas de anos, fez da Ilha de Santa Catarina um local rico em elementos que retratam as origens destes colonizadores — açorianos e madeirenses.

O crescimento — gerado, a partir dos anos 1970, em função de um grande processo migratório interno brasileiro (êxodo rural) e intensificado pela exploração do potencial turístico da Ilha — provocou imensa mudança de paradigma no seio da organização sociocultural destas comunidades. Por estarem situados sobre os locais mais privilegiados da Ilha, os registros açorianos transformaram-se rapidamente.

Do ponto de vista das implicações de ordem linguística, vários fatos se sobressaíram. Alguns deles conduziram, em um primeiro momento, a atitudes de retração e auto-desvalorização. Todavia, em um segundo momento, a construção dos textos representando o açorianismo permitiu às comunidades, após o período de incubação de identidades híbridas, a reconstrução de novas representações a respeito dos elementos locais.

Sob esta perspetiva, pretende-se analisar, nesta pesquisa, a flutuação de sentido lexical ocorrida em função das sucessivas representações da cultura açoriana da Ilha de Santa Catarina. Evidentemente, o papel do linguista, aqui, a exemplo daquele do antropólogo, é de representar a açorianidade para a açorianidade, para que leiam sobre a sua própria cultura; é de elaborar textos na açorianidade, versando sobre essa comunidade imaginada, que, segundo Lacerda (2003:63) tem um centro simbólico evocativo, uma *homeland* ou uma *islandland*, situada, no imaginário, entre a ciência e a poesia: dos Açores à Ilha de Santa Catarina.

3. REPRESENTAÇÃO

A ideia de representação é tomada aqui em sentido amplo, isto é, como rede de significados elaborados por uma população de modo a poder justificar e compreender sua própria realidade, permitindo-lhe relacionar-se com o mundo à sua volta. Estes significados podem manifestar-se por meio de crenças, arte, religião, ciências. Evidentemente, cada uma dessas formas de conhecimento encontra suas razões internamente, gerando legitimidade intrínseca delimitada temporalmente.

Trata-se aqui, pois, de considerar três modalidades de representações: (a) aquela gerada pelo olhar interno; (b) aquela composta a partir da observação externa e (c) aquela que emerge dos quadros elaborados pelos linguistas e antropólogos. Em todos os três casos, as representações são, via de regra, passíveis de uma série de operações que as fazem evoluir. Por exemplo, são relacionadas — contrapostas, superpostas —ativadas, inibidas, virtualizadas, reformuladas, atualizadas (Rastier, 1987:275). Cristalizam, por vezes, estágios de suas metamorfoses, em menor ou maior grau, e adquirem graus de existência diferentes, diretamente proporcionais às profundidades de seus enraizamentos e importâncias em suas redes de significação.

Os processos de evanescimento de costumes e tradições são, geralmente, fruto da perda de suas funções no seio das tramas sociais em que foram gerados. Todavia, mesmo excluídos do papel de agentes propiciadores da compreensão das realidades locais — contemporâneas (representações internas) — ou das representações externas, devido às inexoráveis mutações advindas dos modelos sociais, alguns elementos podem emergir como dados fundamentais à manutenção da herança cultural de um povo e de seus espaços simbólicos adjacentes, notadamente quando retratados na ordem linguística e antropológica, propiciando sublinhar aspetos por meio da leitura dos textos que representam a própria cultura. No caso da açorianidade, referimo-nos aqui à leitura sobre a comunidade representada, que tem seu centro simbólico evocativo delineado sobre suportes oscilantes entre ciência e ficção e que remetem à nação imaginada, a homeland ou a homeisland, chamada Açores (Lacerda, 2003: 63).

4. ORGANIZAÇÃO INTERNA: EQUILÍBRIOS E TENSÕES

O conhecimento popular, trazido para o sul do Brasil com os povos das Ilhas dos Açores, foi tratado como parte de um rol de questões periféricas, durante longos anos, aos olhares externos. Faz-se mister sublinhar que, mesmo no seio das tramas sociais internas, havia descompassos entre aqueles mais próximos das matrizes colonizadoras e aqueles voltados aos hábitos de raízes, isto é, próximos das origens. Os próprios descendentes de açorianos, estando mais próximos dos fóruns de controlo político-econômico, adotaram atitudes de vanguarda no sentido de composição de identidades híbridas, aceitando representações diferentes a respeito de suas próprias origens, tecendo hierarquias internas e dicotômicas que, embora arbitrárias, tornaram-se internamente legítimas e acatadas no escopo da açorianidade. Criaram-se, pois, denominações para a definição de graus distintos de açorianismo, enquanto traço, com base em relações de ordem vertical, nas quais a cultura de raiz foi representativa e linguisticamente estratificada e hierarquizada.

No que concerne à manifestação linguística, surgiram termos para fazer referência àqueles indivíduos com contornos julgados anacrônicos, ou seja, aqueles que não acompanharam as mutações e mimetismos exigidos dos novos reflexos projetados pelas parcelas da açorianidade em processo de mudança acelerado. Ser chamado <manezinho> não significava ser apenas considerado <nativo>. A maior parcela destas populações de “manezinhos” foi retratada como componente de uma realidade a ser relegada à margem, por orientação dos modelos de maior prestígio e definidores dos inexoráveis rumos com tendências homogeneizantes.

Os recortes das populações de origem açoriana do litoral de Santa Catarina, já a partir dos anos 1960, foram descritos como blocos fortemente delineados e profundamente enraizados, porém estratificados em escala vertical, isto é: de um lado o açorianismo ligado às raízes e, de outro, o açorianismo com orientações cosmopolitas, com tendência à instauração dos modelos híbridos. As representações destes recortes simbólicos colocaram, assim, em foco duas vertentes: (a) parcelas de população julgadas exóticas ou primitivas, logo, a serem descobertas, exploradas e recolonizadas e, de outro, aquelas a caminho da modernidade, com identidades híbridas e mais bem preparadas para os ares dos novos prenúncios.

Os espaços sociais e suas segmentações, como bases de produção de identidades diferentes, reforçaram preconceitos e promoveram ainda mais os isolamentos de algumas comunidades. Até o início dos anos 1970, as tensões foram promovidas de modo interno, no âmbito das múltiplas formas de açorianidade, preservando, de qualquer forma, grande cumplicidade entre diversos patamares, que, embora adversos, se complementavam. Este processo de <equilíbrio> progressivamente adquiriu forma de <harmonia> e fez perceber que fronteiras estavam sendo derrubadas, ou seja, estava aberto o caminho para a elaboração dos discursos produzidos pela açorianidade para a açorianidade e para a atualização e renascimento da ideia de nação, além dos limites da imaginação, além dos limites imaginados. As concatenações em processo, mister para o florescimento de uma identidade compartilhada, subjacentemente superiores às especificidades deste ou daquele polo, já haviam florescido nos anos 1980 e 1990.

5. ARTICULAÇÃO ENTRE O LOCAL E AS CIDADES-METRÓPOLES

Em nome da defesa dos pressupostos das ciências modernas e dos seus consequentes progressos e produtos, as novas formas de cultura, majoritariamente orientadas para a instauração das estruturas urbanas e de suas consequentes derivações rumo ao caráter homogeneizante, colocaram em segundo plano as representações afastadas destes modelos preconizados. As configurações sociais criadas pelas mídias encontraram suas justificativas no interior das próprias tramas midiáticas, presumindo haver maior legitimidade em suas razões internas pelo inerente poder advindo de seu *status quo* na sociedade.

No entanto, o saber científico, bem como suas modernas configurações sociais, não é estanque em relação à configuração de seus pressupostos constitutivos. Ele sofre as ações de outras formas de conhecimento. Assim, a açorianidade, como sabemos, não sucumbiria no litoral de Santa Catarina, mas passaria a promover contemporizações de modo a compor discursos amplos, delineadores dos modelos que constituem o label da açorianidade. A

metrópole derivaria definitivamente para a cultura de raiz, por meio da comunhão manifestada pelo lema de uma só açorianidade.

A cultura açoriana no litoral de Santa Catarina estava sendo efetivamente redimensionada, e, mesmo com suas raízes constitutivas em regime de franca mudança, já havia lançado ao futuro as premissas para a organização de espaços: geográfico, linguístico e cultural. Enfim, as bases para a produção de discursos que a representam para a (re)criação da "nação imaginada", talvez expressa na fórmula "ser (humano) (e ser) açoriano", para o local e para os além-mar.

6. O LOCAL FACE ÀS CIDADES-METRÓPOLES

Considerada, por longo período, como marginal por uma linguística fundada sobre uma visão unificante da língua, a variação que Labov (1984) apontou como inerente a todos os sistemas linguazinhas é, hoje, reconhecida como um fato central no estudo das línguas (Yaguello, 1978:7). As diferenças fonéticas, lexicais, gramaticais, que marcam o chamado sotaque açoriano e que caraterizam os chamados "nativos da Ilha", "ilhéus" ou "manezinhos" passaram, de certo modo, a ser internamente valorizadas, isto é, representadas como símbolo de identidade, passaporte da e para a açorianidade. Faz-se importante observar as similitudes entre este fato e o estudo realizado por Labov, em 1963, na ilha de Martha's Vineyard, no Estado de Massachusetts (EUA). Labov verificou que uma parcela dos moradores desta Ilha reagiu ao fluxo de veranistas e que esta reação era observável no patamar linguístico. O sentimento de pertencer a uma comunidade, mesmo que em franca mutação, tanto quanto o sentimento de ser excluído dela, se enraízam em um sistema simbólico de representações.

Assim, como vimos acima, longe das atuais tendências pregadas pela vaga do "politicamente correto", que incita os movimentos sociais aos debates em torno do <viver juntos>, as representações da açorianidade de raiz sofreram fortes evoluções provocadas quando do início das grandes migrações internas ocorridas no Brasil. A vinda de imensas levas de populações rumo às grandes cidades e, por extensão, ao litoral brasileiro, promoveu o estabelecimento de outros textos sobre o <ser> e sobre o <estar> açoriano. O discurso das hordas híbridas promoveu a definição de auras que pairaram sobre a comunidade maior. Como veremos abaixo, a expressão <manezinho> tornou-se insígnia, label da açorianidade compartilhada e explicitamente assumida.

7. VALORIZAÇÃO DA RAIZ

Como sabemos, em alguns países da Europa, ainda hoje, a prática de adoção de prenomes obedece a princípios diferentes daquela que conhecemos no Brasil. No continente europeu, de modo geral, os prenomes variam muito menos do que, por exemplo, aqui na América. Entre os portugueses, de modo geral, o prenome Manuel era, e ainda parece ser, muito comum. No português do Brasil, o prenome *Manuel* é, muitas vezes, abreviado ou transformado pelo uso do registro familiar, dando origem a *Mané*. A língua portuguesa oferece ainda a possibilidade de utilização do diminutivo *Manezinho*[43].

Este último termo começou a ser usado, em algum momento não determinado da história da Ilha de Santa Catarina, em referência àqueles indivíduos que chegavam à cidade em seus carros-de-boi, usando calças de pescador (ou calças na altura das canelas), muitas vezes descalços, falando uma variedade do português diferente daquela praticada pela população urbana. O termo generalizou-se e passou a ser utilizado pejorativamente para menosprezar qualquer comportamento ou hábito considerado fora dos padrões ditados pelo urbano.

Nas escolas, até a meados dos anos 70, as crianças ainda usavam o termo <Manezinho> para tratar os colegas que vinham à escola, por exemplo, calçando sandália de dedos ou manifestando-se com certos hábitos linguazinhas que os caraterizavam (o sotaque dito <Manezinho>). Criaram-se também possibilidades de uso deste termo como advérbio ou adjetivo, permitindo caraterizar objetos, comportamentos e situações diversas:

João fala manezinho.
Essa cor é manezinho.
Que carro manezinho!

[43] Com relação à origem da palavra *Manezinho*, seria necessária a realização de estudos etimológicos detalhados. Poder-se-ia levantar a hipótese de que esta palavra ter-se-ia originado a partir de evoluções fonéticas sobre o diminutivo de *Manuel*, ou seja *Manoelzinho*.

Pedro é manezinho.

A partir dos anos 70, a cidade começou a receber novos fluxos de populações. Desta vez, não eram mais europeus. Tratava-se de migração interna. Com o crescimento desordenado de cidades-capitais, como Porto Alegre e São Paulo, e a consequente queda da qualidade de vida, seus habitantes foram rapidamente atraídos pela tranquilidade do litoral de Santa Catarina.

Fazendo um breve retorno ao passado, é interessante observar que, quando as levas de imigrantes portugueses chegaram ao Brasil, encontraram a Ilha e seus arredores em estado quase que totalmente selvagem; os Tupis-guaranis e Tapuias não deixaram sequelas sobre a natureza. Os açorianos e madeirenses realizaram uma grande e significativa escolha. Os melhores e mais bonitos locais do litoral foram por eles eleitos para abrigar suas comunidades, onde permaneceram, em sua grande maioria, por mais de dois séculos em uma espécie de estado latente, uma espécie de letargia, que os manteve à margem do desenvolvimento do centro urbano.

Com a chegada dos novos moradores e da prática veranista a partir dos anos 70, iniciou-se um processo de especulação imobiliária, seguido de uma ocupação intensiva e desordenada da faixa litorânea da Ilha e de seus arredores. As populações costeiras, <manezinhas> em sua maior parte, não possuíam artimanhas suficientes para preservar seus interesses e, rapidamente, foram sucumbindo. Por falta de formação específica relativamente às demandas dos novos modelos, não tiveram condições de participar com vigor e igualdade da vida política e econômica e, de certo modo, das identidades híbridas que se desenvolviam rapidamente.

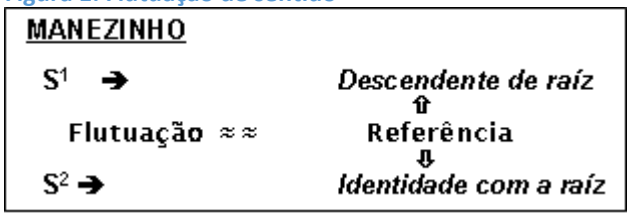
Em alguns casos, estas comunidades perderam até mesmo o acesso aos seus antigos locais de pesca, onde ficavam os abrigos para suas embarcações: as baleeiras e canoas, devido às investidas do setor imobiliário. De qualquer forma, com o processo de industrialização da pesca, a partir dos anos 70, esta atividade sofreria um golpe vindo pelo mar. A concorrência com as companhias pesqueiras tornou-se impossível, e a competição, desleal. Estas comunidades estavam desintegrando rapidamente seu modo de subsistência, cedendo lugar a novas práticas. O trabalho artesanal, paralelo às atividades pesqueiras, também foi praticamente suprimido da economia das comunidades litorâneas.

Enquanto isso, no centro-oeste da Ilha de Santa Catarina, ou seja, na área urbana, e em vários locais da faixa continental, o espaço socioeconômico e cultural também vinha experimentando mudanças bruscas. Como resultado, uma parcela da população urbana local começou a apresentar sinais de identificação com a cultura local de raiz. Primeiramente, introduziu-se um certo orgulho em ser <ilhéu>, ou como se convencionou chamar: <nativo>, para marcar e garantir posições que evanesciam. O título de <ilhéu> foi também adotado por vários representantes das novas formações sociais. O contingente dos ditos <nativos> cresceu em proporção geométrica. Algumas personalidades do meio cultural da cidade começaram a valorizar a figura do habitante local; em consequência, os hábitos do chamado <manezinho> começaram a ser exaltados, pois representavam a marca identitária daqueles herdeiros das cores locais. Muitos indivíduos passaram a se autodenominar <manezinhos> e a incorporar caraterísticas que outrora eram repudiadas e - ou menosprezadas. Criou-se até mesmo o Troféu Manezinho da Ilha, concedido anualmente a personalidades que se destacam na produção dos textos que cantam a açorianidade.

Do ponto de vista linguístico, o sentido atribuído à palavra <manezinho> havia entrado em processo de flutuação de sentido (Lima & Souza, 2005). Como resultado, passou a ser possível ler nas colunas sociais frases que há alguns anos jamais seriam aceitas pela classe dominante ou urbana (veja-se por exemplo o Portal do Manezinho: *http: - - www.manezinhodailha.com.br*).

Atualmente, na região de açorianismo, a palavra <manezinho> veicula mais de um sentido. Estes sentidos variam, naturalmente, conforme a relação do indivíduo com a sociedade e com a história. Os sítios de significação nos quais o indivíduo se insere vêm determinar o sentido que ele atribui à palavra em questão:

Figura 1: Flutuação de sentido



Adotando o ponto de vista de Frege (1978), apesar da flutuação de sentido, a referência continua sendo a mesma, ou seja, o habitante nascido ou radicado na Ilha, ou ainda o indivíduo que se identifica com a açorianidade (cf. Figura 1 acima). Como observa Orlandi (1996), os indivíduos são afetados por cores tanto ideológicas como históricas que os levam à determinação do sentido. Eles estão, assim, filiados a este processo e, para *significar*, são afetados tanto pela história quanto por um dispositivo ideológico próprio ao sítio de significação ao qual estão subordinados. A opção por um dos sentidos em uso revela tomada de posição. Em muitos casos, porém, a escolha por este ou aquele sentido não é sempre consciente, mas permite ao indivíduo situar seu grau de identidade em relação aos diversos patamares da açorianidade.

8. INCUBAÇÃO DE IDENTIDADES HÍBRIDAS

A açorianidade hoje faz parte da configuração geral da Ilha e de seus arredores. Efetivamente, há poucos e reduzidos bolsões nos quais é possível observar a cultura de raiz, ainda viva. No momento de virada de milênio, caberia falar do franco processo de incubação de identidades híbridas. Pode-se supor que não há efetivamente perdas para a açorianidade, mas consciência ampla da premente demanda identitária, em reação à globalização cultural. As redes de informação, até o momento, parecem não ter ativado nenhum princípio desfavorável, mas de certa forma contribuído para a elaboração dos quadros textuais que projetam a açorianidade, ou seja, a *web* vem permitindo a geração de discursos que mesmo partindo de vozes locais — regionais — conduz a uma territorialidade sem fronteiras.

A partir dos anos 2000, de modo progressivo e incessante, os diálogos convergem para vozes advindas da nova megalópole subjetiva, que lança sobre a açorianidade outras perspetivas de mudanças, oferecendo suportes para sua manutenção, por meio da disponibilização de seus textos aos diversos recantos da terra, reunindo as vozes da diáspora do povo dos Açores.

Há, nos instrumentos da globalização, mecanismos que convidam a um processo contrário à diáspora, ou seja, à convergência da <nação> e à <nação>. Segundo as premissas de uma antropologia moderna, a açorianidade não mais é representa como aldeias, mas compõe seus quadros nas aldeias para o mundo (Caldeira, 1988:135) por meio de um olhar despatriado.

9. CONCLUSÃO

Os estigmas sobre o <manezinho> fazem, hoje, parte de um folclore, de mais um fato da história a ser registrado e considerado como rito de passagem. Trata-se de um dado ligado à língua que merece ser estudado profunda e detalhadamente e que, eventualmente, impulsionaria e complementaria estudos sociolinguísticos e antropológicos**.**

A açorianidade no sul do Brasil caminha rapidamente para além de suas imaginadas fronteiras. Hoje se valoriza o aspeto polifônico como apanágio às ações e avanços da cultura virtual — dominante e homogeneizadora. Abandona-se toda e qualquer ideia de etnocentrismo para a busca de uma transnacionalização, usando as mesmas redes de informação que se supõem repressoras para propor um contrafluxo à altura.

A açorianidade propõe discursos que descrevem antropologicamente a açorianidade para a açorianidade, para que definitivamente leiam sobre sua própria cultura, sob a ótica de olhar desterritorializado, (trans)localizado (Ianni, 1998:8). Consoante às demandas identitárias de raiz, surgidas das configurações geradas pelo fenômeno da globalização cultural (Santos, 2002; Agier, 2001), o discurso geral da açorianidade busca contemplar as cores das estirpes lançadas às mais recônditas terras do globo, de modo a resgatá-las, de forma sinergética, como um eco, aos mesmos locais de onde partiram. Essa convergência, com vistas à ampliação do imaginário sobre a açorianidade, gramaticalmente em terceira pessoa, expõe no cerne o "eu-açoriano", desenvolvendo-se sob uma proposta de labor situado entre ciência e poesia, entre o engenho e a magia, para os anos vindouros do terceiro milênio.

10. REFERÊNCIAS

Agier, M. (2001) *Distúrbios identitários em tempos de globalização*. Disponível em: http: - - www.scielo.br - scielo. Acesso: 20 de abril de 2003.

Caldeira, T. P. R. (1988) A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. *Novos Estudos Cebrap*. N.º 21. São Paulo.

Frege, G. *Lógica e filosofia da linguagem.* São Paulo: Cultrix, 1978.

Ianni, O. (1998) As ciências sociais na época da globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.13, n. 37, ANPOCS.

Labov, W. (1984) *Sociolinguistic Patterns*. USA: University of Pensylvania Press.

Lacerda, E. P. (2003) *O Atlântico Açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade*. Tese de doutoramento. Universidade Federal de Santa Catarina.
Lima, R.; Souza, A. C. (2005) Flutuação de sentido: um estudo na Ilha de Santa Catarina. *Revista Philologus*, vol. 33, p. 1-6.
Orlandi, E.P. (1996) Análise do Discurso como dispositivo teórico de leitura. Conferência proferida na Universidade Federal de Santa Catarina.
Rastier, F. (1987) *Sémantique interprétative*. Presses Universitaires de France: Paris.
Saint-Exupéry, A. (1942) Pilote de guerre. Gallimard: Paris.
Santos, B. S. (Org). (2002) *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez Editora.
Yaguello, M. (1978) *Les mots et les femmes*. Ed. Payot. Paris.
ronaldoearly@gmail.com

24. SÓNIA ISABEL MACIEL NUNES DUQUE (DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNIDADES), SONIA.IM.DUQUE@AZORES.GOV.PT

O PAPEL DA DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNIDADES NA PRESERVAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

***A** Direção Regional das Comunidades, Presidência do Governo Regional dos Açores, na dupla vertente da emigração e da imigração, desenvolve o seu trabalho em duas áreas: a Preservação da Identidade Cultural e a Integração.*

Sendo a Língua Portuguesa um importante e indispensável instrumento para a persecução dos seus objetivos, uma vez que é através da língua que se transmite a cultura, os costumes e tradições de um povo, e é também com a língua que a integração numa nova realidade começa, a Direção Regional das Comunidades tem, desde a sua criação, organizado e acompanhado inúmeros encontros, bem como apoiado associações e estabelecimentos de ensino que trabalham com a língua, nas comunidades açorianas espalhadas pelo mundo, e promovido o ensino da língua portuguesa na Região Autónoma dos Açores. Esta comunicação pretende, por isso, dar a conhecer, de uma forma pormenorizada, toda a atividade desenvolvida nessa área pela Direção Regional das Comunidades desde 1998.

A Direção Regional das Comunidades, Presidência do Governo Regional dos Açores, na dupla vertente da emigração e da imigração, desenvolve o seu trabalho em duas áreas fundamentais: a Preservação da Identidade Cultural e a Integração.

Sendo a Língua Portuguesa um importante instrumento para a persecução dos seus objetivos, uma vez que se trata de um meio, por excelência, para se transmitir a cultura, os costumes e tradições de um povo, e tendo em conta que é também por esta via que se inicia a integração numa nova realidade social, a Direção Regional das Comunidades tem, desde a sua criação, organizado e acompanhado inúmeros encontros, bem como apoiado associações e estabelecimentos de ensino, que têm dedicado uma atenção especial ao estudo e preservação da língua nas comunidades açorianas espalhadas pelo mundo, tendo ao mesmo tempo promovido, na Região, o ensino da língua portuguesa junto da imigrante.

Apesar do ensino e preservação da Língua Portuguesa nas comunidades da diáspora ser uma competência do governo central, a DRC consciente de certas especificidades existentes na Região, e ciente da impossibilidade do governo central abranger, no seu trabalho, todas as peculiaridades da língua portuguesa, o Governo Regional dos Açores entendeu ser necessário complementar este esforço com um conjunto de ações que visam a preservação das especificidades da língua e cultura na sua dimensão atlântica: a açorianidade.

Neste contexto, o Governo Regional dos Açores, através da Direção Regional das Comunidades, tem apoiado, promovido, acompanhado e executado inúmeras atividades que se traduzem no *apoio instrumental* e na *formação*.

2. APOIO INSTRUMENTAL

Com o objetivo de munir as escolas da diáspora com os meios necessários ao ensino da língua portuguesa aos seus jovens, a Direção Regional das Comunidades fornece regularmente bibliografia de autores açorianos e - ou de temática açoriana, mapas da Região, (para que estes alunos conheçam a localização e dimensão dos Açores), diapositivos, cassetes de vídeo, cassetes e CD com música regional açoriana e de compositores da atualidade, literatura infantil, etc. Tem publicado livros de autores açorianos da diáspora e - ou de outros, que não sendo açorianos, escrevem sobre temáticas relacionadas com os Açores, tem apoiado a realização de estudos de investigação efetuados por

professores - pesquisadores das comunidades sobre a emigração e, posteriormente, procedido à sua distribuição por diversos estabelecimentos de ensino das Comunidades.

O Governo Regional dos Açores é, também, o responsável pela implementação do ensino da língua portuguesa nas Bermudas. Inicialmente a ação do governo traduziu-se no envio de um professor dos Açores para aquele arquipélago bem como no fornecimento de material escolar e de apoio a ações que visavam a divulgação dos nossos valores culturais, naquela comunidade, uma vez que aquele docente, para além das suas funções específicas, tinha as de animador cultural.

Atualmente foi celebrado um protocolo com o Clube Vasco da Gama da Bermudas, com vista à manutenção da funcionalidade da escola portuguesa e do desenvolvimento de ações para prossecução dos trabalhos de divulgação e preservação dos valores culturais açorianos naquela comunidade.

3. FORMAÇÃO

Ao longo dos seus quase 10 anos de vida, a Direção Regional das Comunidades tem apoiado e organizado várias iniciativas que visam, por um lado incentivar os mais jovens a aprenderem a língua dos seus antepassados bem como proporcionar-lhes um perspetiva panorâmica da realidade atual açoriana, e por outro divulgar e preservar o ensino da língua portuguesa nas comunidades.

Assim, o histórico das atividades da Direção Regional inclui três edições de encontros de jovens, que contaram com a participação de cerca de 60 elementos descendentes de açorianos e oriundos dos Estados Unidos e Canadá, envolvidos em projetos de iniciativa cultural, nos quais foram tratados vários temas, direcionados nas áreas do ambiente, política, sociedade, tradições, migrações, língua e cultura portuguesas, entre outros; intercâmbios escolares e visitas de estudo aos Açores com a finalidade dos jovens conhecerem a realidade hodierna açoriana; duas "Viagem Prémio" aos Açores abrangendo duas dezenas de alunos dos 11º e 12º anos de várias escolas dos Estados Unidos, onde a Língua e Cultura Portuguesas são lecionadas; e duas edições do concurso literário "À Conquista dos Açores".

Outros esforços efetuados pelo Governo Regional dos Açores com o propósito de ajudar a manter a Língua Portuguesa viva nas comunidades podem verificar-se nos apoios concedidos aos Congressos anuais da *Luso American Education Foundation;* nas 12 edições do curso "Açores: À Descoberta das Raízes", que reuniram, ao longo dos anos, centenas de professores de História e - ou de Língua e Cultura Portuguesas, animadores culturais, pesquisadores e investigadores de temáticas de matriz açoriana nas suas mais variadas vertentes; nas 14 edições de encontros de professores, que já envolveram largas centenas de docentes de língua e cultura portuguesas dos Estados Unidos, Canadá e Bermudas, constituindo um espaço de reflexão e de partilha de experiências entre professores de diferentes países e escolas, com vista à articulação das várias políticas de ensino, e à concertação de metodologias e práticas de atuação nesta área. É importante referir que estes encontros têm a sua génese no Seminário "Portugal Atlântico e a Açorianidade" que foi promovido anualmente e patrocinado pelo antigo GEACA (Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas) em parceria com a Universidade dos Açores, que tinha a seu cargo a elaboração e desenvolvimento do respetivo programa e que consistia na vinda de professores de português das comunidades a fim de, durante 15 dias, terem aulas na Universidade dos Açores, em Ponta Delgada, complementadas com aulas práticas nas áreas do ensino, geografia física e humana dos Açores, vulcanologia, oceanografia e pescas, agropecuária, turismo, economia, etc.,.

Esta iniciativa era complementada, na ilha Terceira com uma ação específica sobre metodologias de ensino para professores de língua e cultura portuguesas no estrangeiro, ministrada por técnicos da então Secretaria Regional da Educação e Cultura e do Departamento de Ensino Básico, vindos de Lisboa.

Na Região, a Presidência do Governo Regional dos Açores, através da Direção Regional das Comunidades, promoveu o curso de língua portuguesa para imigrantes em parceria com as Juntas de Freguesia da Conceição, Flamengos e Cedros, no concelho da Horta, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico e cooperativa Kairós, em Ponta Delgada.

Estes cursos certificados pela Direção Regional da Educação foram frequentados por cerca de 140 imigrantes e tiveram a duração de 480 horas, com o objetivo de promover: a integração na comunidade; inserir culturalmente os cidadãos; garantir conhecimento da Língua Portuguesa a nível da comunicação oral e escrita e incentivar a participação cívica e social dos cidadãos imigrados.

A plena integração dos imigrantes depende também do acesso a outras áreas de conhecimento que possibilitarão, por um lado o acompanhamento dos tempos e do desenvolvimento tecnológico, e por outro o acesso a um maior leque de possibilidades de trabalho, contribuindo para uma maior satisfação profissional e, consequentemente, pessoal e familiar. Deste modo, e com o objetivo de dotar, desenvolver e reforçar competências em diferentes áreas do conhecimento, a Direção Regional pretende implementar a criação dos seguintes cursos livres: Português: níveis intermédio e avançado; inglês: níveis elementar e intermédio; informática e cidadania.

Para melhor manter os laços e uma comunicação estreita com a terra de origem e os outros países que utilizam o mesmo idioma, a língua portuguesa, hoje falada por cerca de 194 milhões de pessoas, é, com efeito, um meio muito importante e, até mesmo, fundamental para todos aqueles que voluntária ou forçadamente têm de sair da sua terra e se fixam noutra, na maioria das vezes, com língua e cultura diferentes.

Sendo o emigrante açoriano, como qualquer outro, alguém que se encontra dividido entre "cá" e "lá", é indispensável criar-lhe condições para que este se sinta integrado no país de acolhimento e ao mesmo tempo enraizado no país de origem. A língua assume-se, neste contexto, como um elo entre os dois mundos.

A crescente preocupação pela preservação da língua portuguesa e suas especificidades em terras de além-mar é um facto. Muito tem sido feito neste campo, no entanto há que continuar-se a investir nesta área, para que, enquanto for possível, este legado cultural possa ser transmitido aos filhos dos açorianos radicados na diáspora. Os responsáveis políticos, as associações, os dirigentes associativos, os membros das comunidades, os pais, todos nós devemos criar mecanismos atuais que sejam atrativos e apelativos, para que os nossos jovens de hoje se sintam motivados pela aprendizagem da língua de Camões.

Gostaria de finalizar com a célebre frase de Fernando Pessoa: *"A minha pátria é a Língua Portuguesa"*.

25. VILCA MARLENE MERÍZIO, VILCA_MERÍZIO@HOTMAIL.COMV - VILCAMERIZIO@YAHOO.COM.BR

JOIAS NA FERIDA

63,25% dos 3920 classificados no Vestibular - 2007 da Universidade Federal de Santa Catarina provêm de escolas litorâneas catarinenses (colonização luso-açoriana), enquanto 3,83% vêm do interior do Estado (culturas diversas). Dos 52 cursos oferecidos, Medicina apresenta a maior faixa de acertos de questões (85,49 - 77,58, escala 0 - 100) e Letras – Língua Portuguesa um dos menores resultados (67,40 - 44,62; 80 vagas anuais nem sempre preenchidas). 13% dos inscritos desclassificados zeraram em alguma disciplina, deixaram de escrever a redação (vinte linhas) ou abstiveram-se das provas. Isso na federal. Escolas particulares fecham cursos de Letras porque o valor das mensalidades pagas ultrapassa a perspetiva de retorno financeiro após a conclusão do curso.

O Estado e o Município tentam contornar a situação que está longe de ser a ideal: política de carreira insatisfatória, acolhida de novas estratégias de ação sem o devido tempo de maturação dos conceitos e a consequente desmotivação do educador (até aqui a ferida). Está nas mãos de uns poucos a coragem para a mudança, mediante estabelecimento de tempo integral em todas as escolas, abertura a currículos ousados onde a continuidade, a criatividade e a força da identidade cultural do povo sejam respeitadas, trabalhando-se conjuntamente o educando, a família e a comunidade.

Assim, num Brasil, onde facilmente são localizados grupos sociais marginalizados pelo desuso da escrita e da expressão oral culta (os jovens mal conversam entre si, a não ser gestualmente e por monossílabos), as falhas no sistema de ensino regular e a consequente desqualificação dos professores corroboram para que mais e mais a nossa língua ressinta-se de cuidados. Da apropriação do vocabulário dos nativos (já impregnados pelo uso, o que lhe dá

foros de pertença) às siglas internáuticas, das gírias e dos estrangeirismos, parte-se, agora, para a conscientização política do uso da Língua Portuguesa como veículo de hegemonia nacional e de laço permanente com a nação que a fez florescer embebida na mesma fonte. É mister que o sistema educacional brasileiro, de mãos dadas com todo o universo dos falantes do Português, dinamize os currículos escolares, dignifique a profissionalização do EDUCADOR e lidere a criação de novas abordagens linguísticas, participando ativamente em eventos da amplitude de que aqui se reveste o II Encontro de Lusofonia e Açorianidade (aqui as joias).

Olá Vilca...tudo bem…quantas novidades!! pois eh…as consultas com a psicóloga tem dado bons resultados, cada vez consigo enxergar a vida de um ponto d vista melhor.. Assim o dia tem ficado mais leve e proveitoso pra mim. E sua coluna.. querendo t mostrar algo eh?! cuide-se Vilca…não deixe pra amanhã o q seu corpo e sua mente pedem pra hoje. Observo isso na minha mãe…na idade de vcs é muito importante c respeitar e c amar.

2007 eh uma grande interrogação pra mim ainda… Estou todo dia observando o que realmente quero fazer…traçar meu objetivo…não tem sido fácil. muitas opções..penso em voltar.. [...] na verdade vou conseguir definir após a temporada...até la eh trabalhar pra faturar…jah que esta é a melhor época.

Vilca querida c falamos bleza.. Ateh então FELIZ NATAL HOHOHO.. hehe

Abraço a todos vcs aí.. Fiquem na paz de DEUS!!

Eduardo Cargnin Teixeira

Eduardo, jovem surfista, formando de uma universidade particular do Estado, meu grande e estimado amigo, ligado à área da saúde, escreveu-me a mensagem acima (inocente quanto ao uso que eu faria do texto para além da alegria de recebê-lo; hoje, dada permissão para a inclusão neste trabalho), sem imaginar que a sua escrita pudesse ser apresentada publicamente, muito menos, num Encontro de Lusofonia e Açorianidade, de tão distinta plateia.

De ascendência portuguesa e italiana, Eduardo pertence a uma família tradicional do litoral do Estado de Santa Catarina; estudou em bons colégios, mora com os pais, frequenta a sociedade. Ao conversar com ele e seus amigos, muitas vezes, tenho de me fazer entender, explicando o significado das palavras que uso. Quando compreendem o que estou querendo dizer, "vertem" para a sua sucinta linguagem. Aprendo e ensino cada vez que estamos juntos. E ele ri, satisfeito: "a Vilca é uma figura!"

Mistura de tratamento, frases incompletas, "reticências" com somente dois pontos (..); letra minúscula começando frase logo após as "reticências"; omissão de vogais - semivogal dos monossílabos de, te, que (t, d, q); às vezes, troca da acentuação gráfica dos monossílabos pelo h (eh); preferência por palavras curtas (pra, bleza, vcs), troca de consoante pela representação fonética (c por se)... Quem lhe ensinou tal emprego? Em que gramática normativa da Língua Portuguesa encontra-se justificativa para tais usos e tantos "abusos" linguísticos? Eduardo é um entre milhões de jovens brasileiros que se comunica mais com o sentido das palavras do que com a morfossintaxe constitutiva do enunciado; ao seu modo, na contextualização que faz, ainda conserva a poesia do dizer. E, como ele, toda uma geração nascida nas últimas décadas comunica-se dessa forma, basta ver as páginas do Hi5, Orkut, Blogue, Messenger e outros desse naipe!

Manchete do jornal *Diário Catarinense*, de 16 - 03 - 2007 já não traz surpresas: "Lula: 'Brasil entre os piores na Educação" [44]. O artigo confirma o que a experiência demonstra: o Estado brasileiro não deu respostas aos problemas da educação. Houve, nos últimos tempos, a universalização do ensino, mas não um acompanhamento rigoroso para a melhoria da qualidade da educação. "Estamos entre os piores do mundo", declarou o Presidente da República do Brasil. Vinculando a precariedade do ensino à terrível questão da violência e da criminalidade em todo território nacional, o Presidente destacou a importância da educação de qualidade no combate ao crime.

Para estabelecer metas para recuperação de uma sociedade ferida, que vive com medo, escondida em muros altos ou por grades de ferro, somente a longo prazo... A "educação de qualidade" tem de ser exigida não só para combater o crime. O ser humano merece isso. Somente uma reforma em todas as instâncias

[44] "Presidente da República quer apressar uma grande reforma no setor". 'Lula: 'Brasil entre os piores na Educação', in *Diário Catarinense*, Florianópolis, 16 março 2007, p. 26.

do poder é capaz de moralizar o país. Mas, essa reforma – ou revolução como querem alguns – tem de começar no interior de cada brasileiro, lá no âmago de sua alma, não importa a que cultura pertença. "Nós temos um estoque de 3 milhões de jovens, de 15 a 24 anos, que pararam de estudar e estão à mercê do crime organizado, de cometer a barbaridade que vemos na TV". E o Presidente ainda acrescenta: "jovens pobres precisam estudar". Como? Se, falhado o Programa do primeiro emprego, o adolescente pobre, sem higiene e alimentação adequada, sem as condições mínimas de sobrevivência, morando em barracões de papelão ou em casas de um cômodo só, superlotadas – onde crianças assistem ao encontro amoroso das mães, avós e tias com seus companheiros temporários, compartilhando o mesmo quarto, vivendo as mesmas expectativas de vida, sofrendo das mesmas doenças sexualmente transmitidas –, como esses jovens poderão estudar se são eles os responsáveis pelos míseros centavos que chegam à casa, mal se sabe tirados de onde?

Intenção boa existe, a "grande reforma" do sistema educacional está para ser realizada, assim como outras importantes – e tão necessárias – estão para ser feitas neste Brasil de grandes riquezas e imensas misérias. Mas que não fiquem apenas no papel, no dizer dos altos mandatários, no adiamento das resoluções urgentes que solapam a crise e vão perpetuando as feridas sócio-educacionais do país. E é no tom humilde de Lula, ao dar explicações sobre a sua própria formação logo depois de, veemente, ter declarado a falência do sistema educacional brasileiro, que se observa a inoperância dos chefes de Estado diante da cruel realidade em que se encontra a nação: "Talvez", diz Lula, "das pessoas, aqui, eu seja a menos qualificada para discutir educação. Estou apenas apresentando uma demanda". Por que, de repente, essa titubeação, Senhor Presidente? Pão para todos, emprego, escola, previdência social, remédios, lazer... Vergonha? Sentimento de culpa? Incômodo por ser exceção? Ou certeza de que um só não faz milagre: o conjunto é que opera!? Coragem e pulso firme, mesmo dentro de uma democracia devem capacitar a ação conjunta de todos os setores públicos e privados de um país, garantindo a estabilidade às famílias, melhor preparação dos formadores educativos, dos agentes sociais, dos operadores do direito, do pessoal da saúde.

Crianças e pais e famílias e vizinhos de crianças, pessoas que amam ou odeiam crianças, precisam sentir-se acolhidos pela lei e pela sociedade, num clima de paz, saúde e trabalho; também os infratores, os necessitados de reabilitação devem constantemente ser analisados, acompanhados, mediados, socorridos, reabilitados até não mais existirem meninos arrastados inconsequentemente por quilômetros a fora até a morte, crianças e velhos, mulheres e homens violentados ou mortos por balas perdidas... Desrespeito ao que é do outro, corrupção, latrocínio, falcatruas, assassinatos, homicídios, extorsão, crimes contra o bem público, doenças, preguiça, egoísmo, vaidade: chagas... Feridas que fazem de um país, país rico em exuberância naturais e progressivo pela mente criativa de seus cidadãos, o (quase) estertor do mundo.

A nova meta da educação superior é habilitar o aluno a pensar sistêmica e holotropicamente: os processos serão mais importantes do que o produto porque esse, pela impermanência das coisas, tende, rapidamente, a se desatualizar, enquanto o processo, em contínuo avanço, estará sempre preparado para inovações e readaptações que favoreçam o mercado. Muito mais do que pensar, o aluno, para se manter *out,* deverá saber "como" pensar de forma rápida, objetiva, criativa - inovadora e, sobretudo, arrojada, abandonando os fragmentos e optando, ecologicamente, por interconectar-se com o universo de forma a respeitar também os processos cíclicos da natureza, fenômenos a que todo o ser humano está afeto. Mas, a chave para se chegar a esse indivíduo, interconectado e ao mesmo tempo interdependente, repetindo o modelo holográfico universal de que nos fala David Bohn (1994) [45] deve ter partido – e vencido – todas as escalas das capacidades básicas da fala, da escuta, da leitura, da escrita e das operações matemáticas sem as quais jamais alcançará o letramento[46] e o numeramento – e muito menos uma universidade -, estagnado que está no rótulo de "apenas alfabetizado".

[45] 'O físico e o místico: é possível um diálogo entre eles?' Um diálogo com David Bohn, conduzido por Renée Weber. Organizado por Emily Sellon (1994). In *O Paradigma Holográfico e ouros paradoxos*. *Uma investigação nas fronteiras da ciência,* São Paulo: Cultrix.

[46] No sentido lato, letramento é entendido como o acervo de conhecimento produzido, transmitido e acumulado por meio da escrita na sociedade e de seu impacto sobre ela; no sentido estrito, refere-se ao "conjunto de estratégias usadas na redação e na leitura de variados gêneros textuais, especialmente os empregados na produção e divulgação do conhecimento acadêmico", inclusive a capacidade de elaborar um texto levando em conta os objetivos do autor e suas relações intricadas com o leitor. BORTONI-RICARDO, Stella Maris (2005). *Nós cheguemu na escola, e agora? Sociolingüística & Educação*. São Paulo, Parábola Editorial, p. 225.

As estatísticas comprovam que 63,25% dos 3920 classificados no Vestibular - 2007 da Universidade Federal de Santa Catarina[47] provêm de escolas litorâneas catarinenses (colonização luso-açoriana), enquanto 3,83% vêm do interior do Estado (culturas diversas). Dos 52 cursos oferecidos, Medicina apresenta a maior faixa de acertos de questões (85,49 - 77,58, escala 0 - 100) e Letras - Língua-Portuguesa um dos menores resultados (67,40 - 44,62; 80 vagas anuais nem sempre preenchidas) [48]. 13% dos inscritos desclassificados zeraram em alguma disciplina, deixaram de escrever a redação (vinte linhas) ou abstiveram-se das provas. Isso na federal. Escolas particulares fecham cursos de Letras porque o valor das mensalidades pagas ultrapassa a perspetiva de retorno financeiro após a conclusão do curso.

António Diomário de Queiroz[49] (2005), ex-Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia e Santa Catarina, alerta para que os educadores assumam nova postura diante da linguagem diferenciada dos seus alunos[50], criando formas efetivas de comunicação educacional para que ninguém se perca ou se evada da escola, marginalizado pelas diversidades culturais do seu grupo. As atuais tecnologias de informação e de comunicação exigem o repensar de todo o processo pedagógico, não importando qual seja a identidade cultural[51] da população a que se destina.

O espaço que possibilita o ato de escrever equivale ao espaço da autonomia do pensamento[52]. Criança que não pensa, não escreve. Professor que não se atualiza, perde a liderança da classe. Não existe mais a crença no *Magister dixit.* O professor hoje, principalmente o do Ensino Fundamental e Médio (o universitário ainda mantém as suas horas de pesquisa e extensão para além das dedicadas ao ensino), em favor da sua subsistência – alguns trabalhando em classe até 64 horas semanais – não consegue atualizar-se tanto quanto seus educandos que acessam diariamente televisão, computador, telefone, livros, música, filmes, base de informações abertas, iPod e outros mecanismos atualizadíssimos de comunicação. Ao professor torna-se impossível dominar todos os saberes transmitidos pela tradição mais os fornecidos pela atual geração. A globalização leva necessariamente à mudança do processo ensino-aprendizagem. O mestre deve hoje exercer mais o papel de líder e facilitador pedagógico do que professor no sentido tradicional do termo. "A realidade contemporânea rompe o currículo departamentalizado, de domínio exclusivo de alguns professores e a privatização do saber" (QUEIROZ, 2005:6). No processo aberto de aprendizagem, deve prevalecer o interacionismo entre professor-aluno e todos os outros agentes da educação: pais, familiares, corpo docente da escola, comunidade e meios de comunicação e sociedade em geral.

A Proposta Curricular da Secretaria de Educação: Estudos Temáticos (2005), referencial teórico e metodológico para a ação pedagógica nas diferentes etapas e modalidades da educação básica na escola pública do Estado e Santa Catarina, prioriza a gestão democrática e compartilhada, o respeito mútuo, o pluralismo de ideias, a educação inter e multidisciplinar e a integração da escola com a comunidade. A abordagem filosófica apoia-se no materialismo histórico e dialético por compreender que "*os seres humanos fazem sua história e, ao mesmo tempo, são determinados por ela. Somente a compreensão da história como elaboração humana é capaz de sustentar esse entendimento*" (QUEIROZ, 2005:7).

Fundamentada por essa matriz epistemológica, a Escola Pública de Santa Catarina busca organizar sua ação educativa por um currículo que assuma caraterísticas de um "artefato social e cultural". Nesta primeira década do século XXI, num Brasil de balas perdidas e outras violências públicas, a escola almeja assumir sua função social, garantindo através da sua postura político-

[47] Disponível em http://www.vestibular2007.ufsc.br/resultado/vestcur02.html

[48] Disponível em http://www.vestibular2007.ufsc.br/resultado/50Primeiros.html

[49] Queiroz, Antônio Diomário (2005) 'Uma nova escola para o novo mundo' in *Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos*. Florianópolis: IOES, Disponível em http://www.sed.rct-sc.br/ens_fundamental/download/adp-01798-PROPOSTA%20CURRICULAR%202005.pdf

[50] "Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo, a multiplicidade do uno". MORIN, Edgar (2000), *Os sete saberes necessários à educação do futuro.* São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, p. 55.

[51] As "velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. [...] Não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional", HALL, Stuart. (2005) *A identidade cultural na pós-modernidade,* Rio de Janeiro: DP&A, p.7, e 59.

[52] FERNÁNDEZ, Alicia (2004). A *mulher escondida na professora. Uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem.* Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

pedagógica, o acesso aos conhecimentos historicamente legitimados a fim e que todos os "seres humanos possam conviver em sociedade e usufruir das riquezas materiais e espirituais socialmente produzidas" [53]. Mas isso nem sempre acontece na prática. Mesmo tendo como eixo norteador programas voltados para a Educação e Infância, Alfabetização com Letramento, Educação e Trabalho, Educação de Trabalhadores, Ensino Noturno e Educação de Jovens, a grande parte da população catarinense, embora cotada entre as mais privilegiadas do país em relação ao nível de instrução, alunos matriculados nas escolas básicas, avaliação de excelência para alguns cursos universitários, etc., ainda se constrange frente ao número de crianças, jovens e adultos que apresentam sérias dificuldades no manuseio da escrita e da leitura, haja vista os resultados do Vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina[54].

O "talento não se ensina na escola" [55], mas o domínio da escrita padrão, sim. Modernamente o que surge como tábua de salvação é o letramento, ou seja: a capacidade de analisar o texto, identificando-lhe as partes constitutivas, hierarquizando as ideias avançadas e reconhecendo o processo de progressão ou continuidade temática, inclusive as reiterações e digressões (BORTONI-RICARDO, 2005:225-226). Cuida também da precisão vocabular, da construção morfossintática que garante a coerência e a coesão das ideias e da estrutura textual, estratégias intimamente relacionadas aos processos cognitivos que os refletem e interferem na sua constituição. E é esse conjunto de aptidões que falta ao estudante brasileiro porque também falta ao seu professor que, por sua vez, quando estudante, também não recebeu de seu mestre. E o ciclo se fecha e roda. E ficará fechado até que uma revolução educacional aconteça. Como pensa Paulo Coimbra Guedes (2006, p. 13), "*há muito a função do professor de português não é a mais a de guardião da língua que ele não fala – nunca falou – e na qual raramente se atreveu a escrever: seu trabalho tem-se limitado ao ensino cada vez mais diluído da metalinguagem da gramática tradicional*". Ainda segundo Guedes (2006:35), na aula de português é que os alunos ficam sabendo que "*a língua que falam está errada e descobrem que não é ali que vão aprender a usar uma língua certa, pois o que se aprende na aula de português só serve para a prova de português*" (sublinhado do autor) [56].

O letramento significa ter ultrapassado a fase da cópia. É o processo de inclusão e participação na cultura escrita, envolvendo o uso da língua em situações do cotidiano. Constitui-se como um conjunto de saberes, atitudes e de capacidades indispensáveis para o manejo da língua falada e escrita nas práticas sociais que requeiram habilidades mais complexas de opção, de raciocínio, de interpretação de códigos, símbolos e palavras, de pensamento criativo, de tomada de decisões, de solução de problemas. Permite também que o indivíduo aumente e preserve a sua autoestima, a responsabilidade, a sociabilidade, o autogerenciamento, a integridade e a honestidade (MILIOLI, 2007), enquanto a alfabetização é o processo de apropriação do sistema da escrita, do domínio do sistema ortográfico e das habilidades mecânicas da leitura e da escrita.

A articulação entre alfabetização e letramento implica, fundamentalmente, uma conceção interdiscursiva e dialógica da linguagem, tal qual a que nos recomenda Bakhtin (1992) [57]., isto é, dentro das atividades criadoras e mobilizadoras do texto escrito que se deixa permear pelo imaginário do autor mesmo sendo a descrição de um fato observado. A sobreposição da alfabetização e do letramento, segundo o Plano Estadual de Educação da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina (2006), reflete conceções de ensino-aprendizagem da língua, fundamentada nas teorias dialógica e histórico-cultural de Vygotski, possibilitando que os envolvidos no processo se tornem sujeitos autores-enunciadores do seu fazer pedagógico, bem como compreendam os desafios do alfabetizador contemporâneo (já que não existe

[53] QUEIROZ, Antônio Diomário, ed. cit., p.6.

[54] Concurso de provas a que se submete o candidato a uma das vagas para matrícula nas universidades públicas federais, cujo índice de desempenho aproxima-se dos resultados auferidos pelos candidatos às outras universidades do Estado, inclusive as particulares, quando ainda o processo de ingresso se efetua através de concurso Há, atualmente, predileção por parte das escolas de ensino superior e de algumas universidades particulares de submeterem os seus candidatos apenas a um "processo de seleção", eximindo-os da prova de conhecimentos gerais.

[55] GUEDES, Paulo Coimbra (2006).*A formação do professor de português. Que língua vamos ensinar?* São Paulo: Parábola Editorial, p. 41.

[56] Considerando que aos 15 anos de vida, o jovem já passou na escola oito anos ou mais, que ele fala a língua que deve escrever, que o professor pretende lhe ensinar uma coisa que dentro dela já está internalizada, é compreensível que uma grande maioria de alunos deteste as aulas de português quando não enriquecidas com as novas tecnologias educacionais

[57] *Estética da Criação Verbal,* São Paulo, Martins Fontes.

o letrador, só o letrado. Maria Alicia Fernandez (1994) para designar os mesmos sujeitos criou os termos ensinante e aprendente.

O processo de ensino-aprendizagem exige a consideração por parte dos educadores dos diferentes níveis culturais, linguísticos e sociais do aluno, o que leva pensar continuamente a prática pedagógica: tudo deve começar bem para deixar sair da Escola Fundamental jovens que saibam, pelo menos, contar, ler e escrever. Mas não é isso que acontece. 59% dos alunos da 4ª série "*apresentam acentuadas limitações no seu aprendizado de leitura e escrita, registram os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica* (SAEB, 2003). Nesses quatro últimos anos, quanto mais se elevou esse nível constrangedor de crianças semi-alfabetizadas que ainda têm de amargar na escola mais quatro anos obrigatoriamente, com os mesmos professores, os mesmos métodos, as mesmas torturas?

O desempenho dessas crianças e adolescentes é avaliado em relação a um modelo criado pelas classes dominantes; os testes e as provas a que são submetidos são os mesmos dos meninos e meninas asseados, que têm estrutura familiar, que têm o que comer, que não precisam ir à escola apenas pela merenda (única refeição de muitas crianças brasileiras que aos finais de semana tomam água, quase sempre contaminada, para matar a fome). As aulas são preparadas a partir de pressupostos etnocêntricos que supõem familiaridade com conceitos e informações próprios do universo cultural dos dirigentes, muitas vezes, não sendo esse universo também o do professor que, tendo os mesmos problemas dos alunos, por compreendê-los melhor, obtêm resultados mais compensadores do que os oriundos de classes mais favorecidas, não fosse a avaliação seguir o mesmo modelo do sistema educacional como um todo. Explica Magda Soares (1986, p. 20*): a teoria da deficiência cultural afirma que as crianças das camadas populares chegam à escola com uma linguagem deficiente, que as impede de obter sucesso nas atividades de aprendizagem: seu vocabulário é pobre – não sabem o nome de objetos comuns [...]. Enfim, são crianças "deficitárias' linguisticamente"* [58].

Pelo contrário, as crianças das classes favorecidas recebem estimulações frequentes, são questionadas e sabem responder; perguntam e tem prontidão para a escuta; os adultos leem para elas ou elas próprias têm acesso aos livros, veem os pais lendo, estudando ou saindo para o trabalho; são saudavelmente alimentadas, vestidas e penteadas; enfim, vivem no conforto da interação da família, tudo a lhes permitirem que a reflexão, a abstração e o pensamento lógico lhes sejam familiares. "Assim, segundo a teoria da carência cultural, as crianças das camadas populares – e nunca a das classes mais favorecidas – apresentam um 'deficit linguístico', resultado da 'privação linguística" de que são vítimas em razão do contexto cultural em que vivem. Desse 'deficit linguístico' decorre o deficit cognitivo', considerado como o principal responsável pelas dificuldades de aprendizagem dessas crianças. Nesse caso, não entra como fator de risco a naturalidade dos pais ou avós ou bisavós das crianças que podem ter vindo da Europa, da Austrália, da África, dos países asiáticos ou mesmo da América do Norte ou dos países sul-americanos vizinhos do Brasil, desde que pertençam ao clube dos mais favorecidos.

Para preparar o cidadão para o exercício pleno de sua cidadania, as escolas de educação básica, fundamental e de ensino médio estão tentando fortalecer a importância da Língua Portuguesa em toda a vida do usuário brasileiro. É preciso que todos, sem distinção de idade, de etnia, de classe social, e de todas as outras distinções geradoras de diferenciais minoritários, capacitem-se a realizar uma comunicação clara e eficiente, não importando em que dialeto produzem a sua fala. No entanto, é imprescindível também que os educadores aproximem os alunos o mais possível da língua-padrão falada no Brasil. Cabe, no momento, lembrar que o monolinguísmo brasileiro não significa "homogeneidade linguística" (BORTONI-RICARDO, 2005:20[59]): regiões geográficas e territórios sociais urbanos e rurais marcam entre si profundas

[58] SOARES, M. (1986) *Linguagem e Escola. Uma perspectiva social,* São Paulo: Ática, 1986.

[59] Entre os muitos mitos que se criaram e se corporificaram no Brasil, está o da homogeneidade linguística. À análise leiga e generalizada, as diferenças linguísticas diatrópicas, distribuídas no espaço geográfico, e diastráticas, distribuídas no espaço social, parecem ser de pequena relevância, já que não impedem a inteligibilidade. A realidade, entretanto, é bem outra. As diferenças de natureza fonológica e morfossintática que distingue, por um lado, a linguagem rural da urbana e, por outro, os diversos dialetos sociais, também referidos como socialetos, são profundas. Todo o sistema flexional nos verbos, nos pronomes e nos nomes apresenta múltiplas possibilidades de variação [...]. BORTONI-RICARDO, Stella Maris (2005), *Nós cheguemu na escola, e agora? Sociolingüística & Educação*. São Paulo, Parábola Editorial, p.22.

diferenças do linguajar de sua população. Assim também acontece entre a linguagem falada e escrita do Brasil e de Portugal, a língua-mãe. Hoje, mesmo nas melhores escolas catarinenses, ainda é impossível estudar-se uma obra cujo autor é português sem "traduzir" várias expressões, sem contextualizar as situações trazidas pelo enredo. Contudo, a nossa Língua Portuguesa de expressão brasileira, com todas as suas variantes de língua nacional de milhões de falantes, oriundos de diferentes comunidades linguísticas, mesmo sendo a mesma Língua Portuguesa de Portugal, dela se distancia em aspetos que, nem de longe, afetam a sua unidade, por mais que os sotaques, a grafia de certos vocábulos e o sentido de muitos sintagmas sejam outros.

A Literatura Brasileira, desde o romantismo, mas mais especificamente após o movimento Modernista de 1922, emancipou-se da língua culta portuguesa trazendo para os livros um vocabulário popular, construções de uso corrente no Brasil que não eram, nem são, encontradas na linguagem coloquial portuguesa nem na sua literatura. As obras literárias escritas do Brasil, ao longo dos anos, permitiram que os brasileiros se conhecessem a si mesmos pelo desvelamento da crua realidade social; por isso, para uns "*a língua da literatura é que nos tem civilizado como brasileiros' (*GUEDES, 2006:49), sem, contudo, perder de vista que o papel da literatura junto à escola tem contribuído para o ensino da língua-padrão. Como afirma Possenti (2006:17), A literatura é uma ajudante em potencial para despertar no aluno o gosto pelo português padrão, ou, talvez, mais exatamente, para "*criar condições para que ele seja aprendido*" [60]. Gabriel o Pensador (2006) [61] diz que "*as crianças gostam de produzir textos quando podem escrever sobre algo que vivenciam*" [62]. Em razão disso, escreveu a história de Rorbeto, um menino com seis dedos na mão direita que conseguiu vencer a discriminação causada pelo seu defeito físico. O livro também é uma crítica à sociedade que ainda não aprendeu a respeitar as diferenças. Sua história encanta e reanima. É assim que as crianças voltam a criar os seus modelos imaginários, os seus gurus, os seus guias. É Gabriel o Pensador é um líder para a garotada.

Para que seja curada a educação, transformando a ferida em joias, e não substituindo as chagas por pedras inúteis, pesadas, sem valor (como se varrêssemos a sujeira para debaixo do tapete), urge viabilizar uma Escola Integrada que favoreça o aprendizado numa relação dialógica aluno-professor-comunidade. Todos são sujeitos do processo educacional porque colaboram na geração do conhecimento, ao mesmo tempo, subjetivo e coletivo. Uma das referências de nosso da Escola Pública de nosso Estado é o Programa Escola Aberta à Cultura e Cidadania, implantado em 2005, com a intenção de "*superar o modelo tradicional de escola voltada para si mesma, encerrada dentro dos seus muros, com seus espaços e equipamentos ociosos em finais de semana*" [63]. 30 escolas públicas da rede estadual disponibilizam-se para a comunidade, abrindo os seus portões nos sábados e domingos para atividades educativas, culturais, artísticas, esportivas, recreativas, de qualificação profissional, de educação ambiental, de educação para o trabalho, de ética e cidadania etc., oferecendo à comunidade a sua infraestrutura e um conjunto de atividades organizadas e coordenadas, dentro de um projeto elaborado de forma participativa com parcerias das mais variadas, desde profissionais voluntários, passando pelas entidades públicas até a organizações não-governamentais. A Gestão Compartilhada em Regime de Colaboração busca implementar e desenvolver ações conjuntas entre o Estado e os Municípios no sentido de redefinir atribuições e corrigir distorções na rede pública de ensino de Santa Catarina, mediatizadas pela participação da população e orientadas para a universalização do atendimento e para a melhoria da qualidade da educação.

No âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis[64] (SEMF), os esforços de manter a escola pública democrática pretende, ao estimular o desenvolvimento de mentes críticas e criativas, a dinamização do ensino através de novas posturas institucionais e comunitárias, da socialização do fazer pedagógico e da ressignificação do currículo. Como Programas e Projetos, citam-se, entre os mais importantes: Toda Criança na Escola (escolas de tempo integral integradas à comunidade numa tentativa de dirimir as desigualdades sociais e reduzir a violência; Escola Aberta para a Cidadania cuja diretriz é

[60]POSSENTI, Sírio (1996) *Por que (não) ensinar Gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil.

[61]GABRIEL o Pensador (2006) *um garoto chamado Rorbeto*, Prêmio Jabuti como o melhor livro infantil de 2006,. Conacnaify.

[62] "A leitura é investimento" in *Ler & Cia.* Revista da Livraria Catarinense. Curitiba, Ano 3, Ed.13, 5 de março de 2007, p.23-24.

[63] STAUB, Joel Raul. Disponível em http://www.sed.rct-sc.br/central.htm.

[64] Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/educa/

promover a cultura da paz por meio da participação da comunidade, propiciando novos espaços onde a comunidade possa desfrutar momentos de lazer, criando e - ou fortalecendo os laços simbólicos e também diminuir a violência pessoal e contra o patrimônio, com atividades que restabeleçam a autoestima da comunidade; Diversidade e Inclusão Educacional; Nossa Rede Encanta (ensino de artes); Gestão Democrática Compartilhada; Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos de duração. Alfabetizar letrando: o maior desafio para 2007.

Mais de sessenta entidades não-governamentais são "conveniadas" à SEMF, todas elas atuando em regiões carentes de Florianópolis. Como exemplo, trago o PROFEM – Projeto de Formação Ético-Moral de crianças e adolescentes, do Centro e Educação e Vivência Integral da Seara Espírita Entreposto da Fé, a SEEDE[65]. O PROFEM desenvolve um trabalho diário com quase 300 crianças e adolescentes, em horário extraescolar, proporcionando-lhes uma formação integral para a vida, através de atividades centradas na arte. Proporciona ainda um processo de re-educação, buscando resgatar os valores éticos e morais capazes de conduzir o indivíduo ao equilíbrio integral, exercitando a prática do bem. O programa de Educação Infantil é destinado a crianças de 3 a 6 anos, principalmente filhos de pais que precisam trabalhar o dia inteiro.

Junto com professores cedidos pela SEMF atuam no PROFEM educadores voluntários que coordenam mais de vinte oficinas de arte (teatro, música, dança, folclore, pintura, cerâmica), artesanato, sexualidade e prevenção às drogas, apoio didático-pedagógico, terapias naturais, preparação para o trabalho, culinária, horta, sensibilização espiritual, esportes, recreação e outras. Dessas, escolhi para apresentar neste momento. Uma atividade resultante das aulas de sexualidade e prevenção ao uso de drogas. Aconteceu em 2006, no dia 15 de setembro, quando educandos adolescentes de 11 a 14 anos de idade estavam em classe sob os meus cuidados e do Prof. Nivaldo Amaral. Pedimos aos alunos que escolhessem uma cena do seu cotidiano, preparassem uma apresentação dramatizada e a apresentassem para a turma sem qualquer expressão verbal: tiveram cinco minutos para improvisar a cena e apresentá-la.

A cena: dois adolescentes conversam animadamente à janela, enquanto preparam seus cigarros de maconha. Fumam. Riem, despreocupados e aparentemente felizes. Nisso, ouve-se um estampido. Um policial entra em cena e atira nos jovens. Um deles saca uma arma e também dispara. O policial cai. Outro policial se aproxima e atira no mesmo tempo em que o jovem dispara, pela segunda vez, a arma. Ambos caem. O colega do jovem que atirou, e que agora jaz próximo a ele, debruça-se sobre o amigo e chora copiosamente. Fim da cena.

Ficamos chocados quando vimos o colega fumante debruçar-se chorando compulsivamente sobre o corpo do amigo baleado. Pedimos, então, que a cena fosse congelada. Solicitamos aos colegas de classe que, congelada a cena, interviessem, representando a comunidade, os pais, os filhos, os familiares dos envolvidos na performance (os dois adolescentes fumantes de maconha e os policiais). Houve um silêncio geral. Ninguém se moveu. Insistimos para que alguém participasse da cena para dar movimento ao ato. Mesmo silêncio (o que nos levou a crer que, possivelmente, encenavam na sua maneira discreta – perplexa e impotente - de ver, sentir e não interferir na violência do dia-a-dia. De novo insistimos na colaboração: três pessoas estavam no chão (feridas ou morta) e uma outra, em desespero. Um menino saiu do seu lugar e puxou o primeiro policial para fora do espaço da cena. Os outros continuaram imóveis. Como mais ninguém se mexeu e o silêncio era total, com total imersão no que ali estava representado, pedimos aos adolescentes que nos ajudassem a compreender o que se havia passado. Silêncio (convém esclarecer que a turma é por demais atuante e que o manter-se em silêncio não é o estado habitual desses jovens).

Ponderamos sobre a ocorrência das contravenções e dos crimes ali representados: o porte e o uso de drogas, os três (possíveis) homicídios, a falta

[65] Entidade filantrópica, reconhecida de utilidade pública por Decreto Federal e leis Estadual e Municipal. Fundada em 1990, no Bairro Monte Verde, Município de Florianópolis, desenvolve trabalhos de assistência social voltados a pessoas e a famílias carentes, beneficiando crianças, jovens e adultos. A SEEDE é mantenedora de duas unidades: uma de cunho religioso e social: o CEMPO – Centro Espírita "Médico dos Pobres" – e outra de cunho eminentemente sócioeducacional: o CETREVI – Centro de Educação e Vivência Integral –, unidades através das quais viabiliza seus programas e ações em parceria com outras Instituições do Estado e Santa Catarina

de socorro aos agredidos fisicamente, a negação de solidariedade ao vizinho (ou amigo) que sofria a perda do colega e a ausência de pedido de socorro. Todos nos olhavam atentos, sem um gesto ou palavra. Concluímos, então, que o que vigorava naquele momento era MEDO. Medo de que, auxiliando uns, poderia vir represália dos outros. Medo do não saber o que fazer. Medo de agir. Medo de que uma bala perdida viesse também atingi-los. O sinal bateu. Foi um alívio para os adolescentes, que nos olharam sentido, ainda sem saber que atitude tomar. Uma certa inquietude abalou os nossos corações. Saíram em silêncio, abraços com os dois meninos que fizeram o papel de fumantes. Os meninos que representaram os policiais ficaram para trás. Nivaldo e eu ficamos na sala, ainda em suspensão. Muito trabalho ainda deveria (e deverá) ser feito.

Nem todos os educandos do PROFEM são filhos de famílias de baixa-renda, se bem que morem num bairro de periferia considerado carente, ou nas suas adjacências. Crianças e adolescentes portam celulares, alguns vêm de carro até a instituição, muitos usam roupa de marca e têm brinquedos caros; por outro lado, há os que não têm o que comer em casa, vivem afastados dos pais, sendo criados pelos avós em famílias muito numerosas. Não têm boa imagem da figura masculina: na criação de suas histórias, mesmo nas dramatizações, as mulheres estão sozinhas dando conta do trabalho, da casa e dos filhos. Se alguma criança teima em deixar uma personagem masculina que represente o pai, logo ele sofre um acidente e morre. Se não morre, alguém da peça mata. A mãe sempre é uma pessoa corajosa, braba, fala berrando, não dá carinho, bate nos filhos por qualquer razão e tem namorados.

Para uma grande maioria o conceito de propriedade não existe: se gostam, pegam[66]. Não sabem agradecer, nem elogiar. O tratamento entre eles é agressivo, beirando à violência, mas quando um a pessoa estranha representar uma ameaça a qualquer um deles, agrupam-se e defendem o colega mesmo que individualmente não sejam amigos. São desatentos, não obedecem às regras estabelecidas por eles mesmos, não respeitam os educadores, são ásperos no falar, não conhecem boas maneiras, dizem “palavrões” e falam quase gritando. Em contrapartida, desde os sete anos de idade estão prontos para o namoro; sabem o que são drogas químicas, interessam-se por assuntos ligados à sexualidade, falando sem reservas sobre o que pensam conhecer, expondo dúvidas, participando dos debates e das pesquisas. Abominam as aulas de prevenção ao uso de drogas (acredita-se que em razão da proximidade que têm com dependentes químicos). Individualmente são extremamente amorosos, sem serem dóceis. São ávidos por um afago ou gesto de acolhimento por parte dos educadores. No entanto, existem aqueles que não permitem ser tocados, nem mesmo num abraço de cumprimento.

Numa tarde, um grupo de alunas de 7 a 10 anos estava apresentando uma peça de teatro recém-criada pela turma. O cenário era o hall de hotel luxuoso. Designaram que eu fosse uma estátua. Fiquei lá, imóvel (eu conhecia o enredo e me surpreendi com a improvisação: na história original, criada por elas, n minutos antes, não havia estátuas). O enredo contava a regeneração de uma pivete que, orientada pelas amigas, batia propositadamente em três mulheres ricas que adentravam o hotel. A bolsa de uma delas caía e a menina pivete deveria devolvê-la à dona. Foi grande a minha surpresa quando a menina que representava a regenerada, apossou-se da bolsa e, correndo veio em minha direção. Olhou-me detalhadamente como se analisasse um objeto, chamou o gerente do hotel, e comprou-me, isto é, comprou com o dinheiro da bolsa da madame, recém-roubado, a estátua do cenário (que era a minha pessoa). Rafaela (7 anos, a menina que representava, puxou-me como se quisesse tirar-me dali, levando-me para sua casa. Comovi-me. Rafaela conquistou-me para sempre. Hoje, já reflete antes de agir instintivamente e manifesta um senso de justiça muito apurado.

Os educandos do PROFEM são criativos por instinto e competitivos por natureza. Não escrevem. Mal registram os seus nomes. Poucos são os que gostam de escrever e, quando o fazem são criativos e até poéticos. Do grupo de quase trinta crianças, alguns já repetiram a série duas ou três vezes. Um menino de 14 anos até o ano passado frequentava a 4ª série da educação básica, embora seu desempenho nas artes, em especial no teatro e na dança, fossem excelentes. Todos amam arte e não se opõem às oficinas, apresentando-se muito bem no palco (na coxia é que são elas!). Das quase 300 crianças e adolescentes, posso dizer que dois terços apresentam caraterísticas

[66] Presenciei uma cena no ano passado que me fez refletir sobre o tipo de educação que essas crianças têm. Um aluno vendeu para o colega uma caneta que estava no bolso de uma pessoa que visitava a escola. O comprador retirou a caneta do proprietário e se defendeu dizendo que tinha direitos sobre o objeto que acabara de comprar.

das crianças índigo[67] que não foram orientadas convenientemente, resvalando para o seu oposto. Do 1 - 3 restante, mais de vinte por cento são crianças cristal: dóceis, sempre amorosas, silenciosas, sorridentes, acompanham a turma, suportam o barulho, falam mansamente, demonstram carinho pelos demais, nada as perturba. Ajudam sempre que é preciso; interessadas, participativas e colaboradoras estão a par de tudo o que acontece. São anjos!

Os alunos no Brasil nascidos, advindos das camadas populares ou das classes elevadas, de qualquer etnia ou tradição religiosa, falando e escrevendo bem ou mal o Português, devem dignamente ser respeitados, como filhos legítimos da pátria brasileira onde todos partilham da língua oficial – a Língua Português. Com ou sem acordos ortográficos (que isso não vai interferir em absolutamente nada muito menos na unidade nacional e na preservação da identidade cultural dos brasileiros descendentes de imigrantes), a língua é a mesma, respeitadas as diferenças dialetais.

É mister que o sistema educacional brasileiro, leve em conta a obrigação ética de uma política pública voltada para a ampliação das possibilidades de acesso e uso (por todos os estudantes, corpo docente das escolas e comunidade adjacente) dos poderosos e eficientes meios didático-pedagógicos da informação globalizada. É preciso contextualizar a proposta curricular de todos os Estados, atualizando os projetos político-pedagógicos de todos os estabelecimentos de ensino e situando o processo de ensi-aprendizagem "num mundo novo em que se conceba uma organização escolar que também aprende" [68]. Pressupondo uma gestão democrática por parte dos órgãos dirigentes da educação, o respeito mútuo em todas as instâncias do cartel pedagógico, o pluralismo de ideias, a educação transdisciplinar, a integração com a comunidade e da comunidade com a sociedade como um todo, o professor - educador - líder, também facilitador da aprendizagem, deve compartilhar a sua sabedoria de forma que também possa cumprir-se como eterno aprendiz. Em nome de uma reforma educacional que garanta a paz mundial, urge que, de mãos dadas com todo o universo dos falantes da Língua Portuguesa, fortaleçam-se e ampliem-se os núcleos das novas tecnologias educacionais, dinamizem-se os currículos escolares, dignifiquem-se a profissionalização do PROFESSOR - EDUCADOR, e lidere-se a criação de novas abordagens linguísticas, participando ativamente em eventos da amplitude de que aqui se reveste o II Encontro de Lusofonia e Açorianidade. Essas, sim, são as Joias!

[67] Sobre esse assunto, ver VECCHIO, Egidio (2006). *Educando Crianças Índigo. Uma nova pedagogia para as crianças da nova era*. São Paulo: Butterfly e CARROL, Lee e TOBER, Jan (2005) *Crianças índigo.* São Paulo: Butterfly,

[68] QUEIROZ, Antônio Diomário. ed. cit., p.7.

Temas item 8

Língua Portuguesa no século XXI: a variante brasileira rumo ao futuro.

1.1. De variante a língua própria. Riscos reais duma separação das variantes. A agenda para as próximas décadas.

1.2. A situação da língua - na CPLP e noutros fóruns - e a perspetiva do Brasil.

1.3. O presente e o futuro da lusofonia: Europeia ou Sul-americana? Vantagens e desvantagens. Análise comparativa e contrastiva.

1.4.- Literatura em língua portuguesa: devem traduzir-se as variantes?

1.5. - Para que serve um Acordo Ortográfico? Ninguém o quer e ninguém o cumpre?

1.6. Outras propostas de mérito científico MAS não totalmente abrangidas pelos pontos 1.1 a 1.5., embora relevantes para o colóquio deste ano.

2. Homenagem a Miguel Torga* no centenário do seu nascimento**

3. Tradução: Estudos de Tradução

3.1. Tradutores ou Traidores?

3.2. Novas metodologias de ensino

3.3. Perspetivas

ÍNDICE COLABORADORES REVISTA 0, 2007 ITEM 8

28. Alexandre Banhos	AGAL	As Falas Galegas e o Português
29. Anabela Mimoso	Univ Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Porto	Onde nos Leva a Diversidade da Língua Portuguesa?
30. Andreia Rosmaninho	Univ Mackenzie, São Paulo, Brasil	O Olhar Lusófono na Construção do "Outro" Em O Egito, de Eça De Queirós
29. Ângelo Cristóvão	Ass. de Amizade Galiza Portugal	A Posição Galega ante os Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa
30. António Gil Hernández	Liceu Salvador de Madariaga, Corunha	Fases Psico-Gloto-Políticas no Processo de Construção (ou de Destruição) duma Comunidade Nacional: Reflexões Breves desde a Galiza
31. Carlos E. Da Cruz Luna	Esc. Sec. Rainha Sta Isabel Estremoz	Olivença
32. Elisa Guimarães	Univ. Mackenzie S. Paulo	José de Alencar e o referencial teórico linguístico da Língua Portuguesa
33. Gerardo Uz 34. Jéssica Beiroa	Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz (IGESIP)	Vertebração da Lusofonia: europeia ou Americana? Uma Aproximação desde a Perspetiva da Mídia Digital
35. Jucélia Ferreira Loebens	Univ. de Alcalá, Madrid	Algumas Variantes da Língua Portuguesa em Portugal e no Brasil, Inseridas na poesia de Florbela Espanca e Adélia Prado: sob uma perspetiva da Literatura Comparada.
36. Lino Moreira Da Silva	Univ. do Minho, Braga	Fatores de diversidade, identidade e unidade e definição de uma política para a língua portuguesa
37. Lola Geraldes Xavier	ESE COIMBRA	A Língua como elemento de cultura: (In)Traduzibilidade das Variantes do Português.
38. Aline Moraes Oliveira	Univ. Federal do Espírito Santo	Variação linguística e géneros textuais: uma abordagem para o ensino
39. Maria Do Céu Fonseca	Univ. de Évora	Fontes Manuscritas e Impressas da Central Library of Pangim: Memória Linguística de uma região Lusófona
40. Mª Flávia Bollela 41. José Guedes Filho	Univ. Franca Univ. Taubaté	O Português Rural do Brasil: uma variante dentre as variantes
42. Maria Gabriela Costa	Univ Federal Alagoas	Os (Des) Caminhos De Caminha
43. Maria Do Socorro Pessoa	Univ. Federal Rondónia /Univ. de Aveiro	A língua portuguesa no século XXI e a formação de professores para a variante brasileira: realidades e desafios no Portal da Amazónia
44. Maria Zélia Borges	Univ. Mackenzie S. Paulo	Português do Brasil: O Tupi e Línguas Africanas na constituição de seu léxico
45. Márcia Regina Encarnação	Univ. de S. Paulo	Aspetos Linguísticos de comunidades tradicionais caiçaras brasileiras
46. Martinho Montero Santalha	Univ. de Vigo	As pronúncias brasileira e galega frente ao padrão lisboeta com algumas reflexões sobre a unidade fónica da língua portuguesa
47. Moisés De Lemos Martins	Univ. do Minho	A atualidade do combate linguístico. A sociedade da informação e a Lusofonia.

48. Regina Brito	Univ. Presbiteriana Mackenzie	Sentidos e Sentimentos em torno da Lusofonia
49. Rosemeire Faccina	Univ. Mackenzie S. Paulo	Questões de Políticas de Língua e de ensino de Português no Brasil na primeira metade do séc. XX
50. Tayo Ajayi	Lagos State University, Nigéria	A Crioulização - Não-Crioulização do Português Brasileiro: a contribuição africana e as perspetivas do futuro
51. Ana Cristina Tavares	Esc. Sec. Gil Vicente / Univ. Lusófona Lisboa	A tradução da obra de Torga, em França
52. Carla Guerreiro	ESE Bragança IPB	A obra diarística de Torga – um olhar reflexivo sobre o volume VI.
53. Haroldo Queiroga	UEPB, Recife	Torga, o canto do homem rural
54. M.ª Oliveira França	PROLING - UFPB, Recife	A Linguagem do Poeta Popular
55. Paula Isabel Santos	Univ. Fernando Pessoa, Porto	Miguel Torga: de Trás-os-Montes para a Imortalidade
60. Rui do Couto Tavares de Faria	Univ. Porto / FCT	O Popular e o Literário no Conto «A Festa» de Miguel Torga
61. Zuleide Duarte	UEPB/Funeso/UFPB(PROLING) Recife	A Experiência Do Exílio Em Miguel Torga
62. Liana De Assunção	Univ. de Aveiro	Traição na tradução das Odes de Horácio: Autocensura em José Agostinho de Macedo
63. Helena Anacleto-Matias	ISCAP Instº. Politº' Porto	Paulo Coelho - Traduzido ou Traído n' "A Bruxa de Portobello"?
64. Ricardo Gil Soeiro	Univ. de Lisboa	Ruína e Esplendor depois de Babel: George Steiner e a arte da tradução

26. ALEXANDRE BANHOS, PRESIDENTE AGAL

O PORTUGUÊS E AS FALAS DA GALIZA

Desde o ponto de vista da ciência linguística, galego e português formam o que em linguística se chama um diassistema, é dizer uma só língua, e as falas são variedades internas da língua.

Para exprimi-lo com mais exatidão: as falas galegas são português.

Na intra-história moderna do galego há uma corrente de claro matiz regionalista, aceitadora da situação de subordinação à língua de Castela que tradicionalmente para ela o português não era mais que um irmão linguístico ainda que de muita utilidade. Mas em nenhum tratado de romanística ou de linguística se afirmava a separação linguística das falas galegas do português; porém Desde 1970 e sob o impulso das universidades espanholas essa a afirmação é um facto.

- *Nos séculos escuros as palavras portuguesas também caminhavam para as falas galegas.*

A comunhão das falas galegas e do português manteve-se nos séculos escuros apesar da prática desaparição da língua portuguesa escrita ao norte do rio Minho.

- *O rexurdimento, o pronto descobrimento do português na Galiza. Que foi o rexurdimento, que sabiam da língua os autores, a comunicação com Portugal...*
- *1870-1974, a construção do galego, duas linhas: a autónoma e a "lusista": Nas duas o galego é vivificado intensamente polo português.*

As falas galegas ainda têm uma grande uniformidade na sua superfície tem por baixo, quando nos mergulhamos nelas grande número de variantes locais e distinto jeito de se estar no mundo.

- O Galego das instituições autonómicas e o português. A construção do galego institucional e a sua extensão no sistema de ensino, o resultado.
- *É viável algum galego na Galiza que não seja português? A naturalização do castelhano na Galiza, o galego na dialética castelhano – português. É possível a construção dum modelo de língua viável sem o português?*

1. HOUVE ALGUMA VEZ O GALEGO-PORTUGUÊS?

Todos os estudos de linguística histórica, (Carvalho Calero, Eugénio Coseriu...) vem a estabelecer que a língua portuguesa nasceu do latim do

noroeste peninsular[69], o latim fermentado no Reino da Galiza (Suevo segundo a historiografia, porém eles nunca assim se chamaram), e que foi o primeiro reino que se constituiu dentro das fronteiras do império romano (Braga 410), esse português resultou da koiné das falas ocidentais que se estendiam numa faixa que ia desde Compostela (acrescido logo o nome com Santiago de) no norte, até Guimarães no sul.

Este modelo de língua vai ser o modelo de língua culta no que se vão peneirar as distintas variantes locais e sob o que se constitui a língua rica e chamativamente já muito uniforme, de todas as criações medievais aquém e além do Minho, sejam estas na lírica ou na prosa ou sejam simples documentos de tabeliães ou documentação cortesã, o que só pode se dar, quando há um modelo linguístico assumido polas elites sociais, o qual indica um alto nível de consenso nas elites dominantes no seu estabelecimento como língua de cultura e por tanto como o espelho no que se penteiam as diversas falas que compõem a língua.

A conversão da parte sul da Galiza num reino independente (1143) e a integração do reino da Galiza-Leão [70] a partir de fins do 1230 na órbita dos poderes centrais peninsulares é dizer o reino de Castela, que ainda que em princípio vai supor a ascensão da corte galega nos postos de Castela (Fernando III, Afonso X, Sancho IV), e o uso da língua portuguesa como língua cortesã nessa corte, e jungido a isso o prestígio da lírica portuguesa na península ao além do espaço da comunidade dos seus falantes.

Mas a divisão do território político da língua portuguesa não impediu a continuação na unidade da língua em todos os seus extremos e que se mantivesse assim até o século XV, no que deixaram de chegar maciçamente ao norte do Minho os modelos e usos que iam sendo estabelecidos, na corte de Lisboa e na Universidade de Coimbra.

Que no século XV, ao norte de Minho se continue a chamar à língua portuguesa galego, e que ao sul do Minho ao que até daquela se lhe chamar galego, se começar a designar polo nome do reino como português, nada mudava as cousas. Desde o ponto de vista da ciência linguística, e independentemente do que os falantes, em determinada altura podiam pensar, ao achar-se ante o facto das falas; galego[71] e português formam o que em linguística se chama um diassistema, é dizer uma só língua, e no que as falas são isso variedades internas da língua. Para exprimi-lo com mais exatidão e clareza, **as falas galegas são português**, tal afirmação foi tautológica até muito recentemente e formava parte do imaginário coletivo do nacionalismo galego de jeito fulcral até o trunfo sanguinário e etnocida [72] do franquismo.

Na intra-história moderna e recente do português da Galiza há uma corrente muito cativa de claro matiz regionalista, que se converte em dominante com a ditadura franquista, e que aceita a situação de subordinação das falas da Galiza à língua de Castela, para ela, a língua de Portugal não era mais que um parente, uma rama, um irmão linguístico mas que se enfrentava com o facto de que em nenhum tratado de romanística ou de linguística se afirmou nunca, a separação linguística das falas galegas do português.

Porem desde 1970 e sob o impulso das universidades espanholas e dos dinheiros espanhóis na construção do projeto nacional espanhol, e ante a iminência dum certo grau de reconhecimento legal às falas da Galiza, essa a afirmação passa a ser um feito defendido desde altas tribunas, o da separação das falas portuguesas aquém e além Minho, como realidades distintas.

[69] Desse latim da Gallaecia também vai nascer o bragançano ou asturo-leonês, e que está tanto no reino de Galiza-Leão como mais uma língua (o galaico oriental – galor -, bragançano, e/ou leonês, mirandês), no espaço de constituição do reino de Portugal

[70] No reino de Galiza-Leão a língua cortesã da corte era o português[70], e são essas elites cortesãs as consumidoras dos produtos literários)

[71] Nome, para entendermo-nos, que dou as falas do português da Galiza.

[72] O Fascismo espanhol tinha uma especial virulência ante qualquer facto que supusera repensar ou questionar a realidade "nacional" de Espanha. Preferia uma Espanha vermelha a uma Espanha dividida (fascistas espanhóis dixit), e afirmando-se o franquismo ser católico, assassinou padres simplesmente por não serem nacionalistas espanhóis. Na Galiza o seu terror tive uma especial virulência, quase trinta mil pessoas foram assassinadas (B. Maiz), das algo mais de 200.000 assassinadas no estado ao além dos mortos nas frentes da batalha. (Os países não castelhanos tiveram uma proporção muito mais elevada de executados do que era a sua proporção na população e nos territórios castelhano-espanhóis este custe de sangue foi significativamente bem mais reduzido).

2. UM FEITO CHAVE NO RELACIONAMENTO AQUÉM E ALÉM DO MINHO

Para o relacionamento dos dous territórios em que ficou fragmentado o português na altura, viu-se a produzir um facto decisivo, a *batalha de Toro* que teve lugar na localidade de Toro a quarenta e cinco quilómetros ao leste de Zamora, o primeiro de março de 1476. Nesta batalha as tropas castelhanas a prol da ascensão ao trono da que seria *Isabel I A Católica* frente a herdeira legítima da coroa de Castela *Joana*, derrotam as tropas comandadas por Afonso V de Portugal, que aspirava a consolidar com o seu trunfo a incorporação da Galiza ao norte do Minho no reino de Portugal, e da que já se proclamara rei[73]. Na batalha, na que participaram ao lado das tropas e em apoio das mesmas e das pretensões do rei português, tropas galegas guiadas por nobres tão poderosos como o Conde de Lemos Rodrigo, um dos seus mais firmes partidários da anexação, entre outros[74], foi fraco organizativamente o mando militar portugalaico e a coesão dos distintos comandantes, o qual funcionou em benefício castelhano.

A derrota vai supor:

A *renúncia de Portugal a reclamar os territórios da Galiza que ficavam ao norte do Minho como parte do território que devia corresponder ao estado.*

A separação de territórios como os do Berzo da Galiza, em castigo a Rodrigo Conde de Lemos senhor do Berzo quem foi perseguido militarmente durante quatro anos.

A invasão da Galiza polas tropas castelhanas e o submetimento durante quase cinco anos do território a lume e forca.

A visita como vencedores dos reis católicos, no 1492, e a constituição da Real Audiência da Crunha como órgão de governo formado exclusivamente por castelhanos, no território diminuído do reino.

A fugida a Portugal dos elementos mais implicados na união do espaço ao norte e sul do Minho (P. Madruga e outros).

A externalização ao território da nobreza e a igreja, e a execução dos nobres resistentes a eles como Pardo de Cela...

Inicio do que em palavras do cronista de Castela Zurita e sob o nome de Doma y Castración del Reino de Galicia, foi a política de banimento do reino da Galiza e da sua língua o Português.

3. AS NOVAS PALAVRAS DO PORTUGUÊS DE LISBOA TAMBÉM CAMINHAVAM PARA AS FALAS GALEGAS NOS SÉCULOS ESCUROS.

A comunhão das falas galegas e do português manteve-se nos séculos escuros, apesar da prática desaparição da língua portuguesa escrita ao norte do rio Minho.

O português desaparece totalmente depois de 1512 de qualquer documento notarial; e da Igreja, que é quem gerava principalmente homens de letras, a Igreja foi castelhanizada radicalmente. Da Igreja foram absolutamente banidos para qualquer cargo as pessoas que não forem de etnia e língua castelhana. A nobreza galega passa a ser cortesã na corte de Castela. No aparato judiciário e administrativo ligado a Audiência da Crunha, os seus postos eram reservados só a pessoas também de etnia e língua castelhana. E ao território da Galiza, que tinha representação nas cortes dos reinos da coroa de Castela, foi-lhe banida toda representação no tal órgão, mas para que estivera composto por idênticos representantes foi transferida a representação da Galiza a Zamora.

Apesar de tudo o povo da Galiza ao norte do Minho seguiu sendo fiel a sua língua nos cem per cento.

Galiza ao norte do rio Minho vai ser um povo agrafo sem liderança social a movê-lo, porém fiel a língua; para o povo galego ser galego e não viver na língua galega era inconcebível.

[73] Afonso V foi o terceiro rei português que fiz esforços sérios para reincorporar os territórios ao norte do Minho a Portugal; mais dous reis tinham-se tentado proclamar reis da Galiza também, e todos sempre que tinham oportunidade recordavam a legitimidade jurídica da sua reclamação; e a sua legitimidade partia da interpretação certa que nascia do testamento do último rei independente da Galiza (e Leão) Afonso VIII (chamado nono pola historiografia espanholista), que em todo caso se opunha a incorporação-união do reino ao de Castela na coroa do seu filho Fernando, a quem tirara e legitimidade hereditária Afonso, e com o que estivo em guerra quase permanente os últimos 15 anos da sua vida e reinado. Esta batalha viu significar entre outras cousas, a renúncia de Portugal a reincorporar as terras da Galiza que ficaram ao norte do Minho ao seu território como parte natural do reino.

[74] Ainda que a Galiza estava profundamente debilitada trás a guerra civil *irmandinha*, onde fora destruída a infraestrutura nobiliária dominante sem ser substituída por nenhuma alternativa de poder.

Essa língua deixou de ter um modelo social, essa língua que resultava tão claramente uniforme já não recebia o que o nosso primeiro gramático Fernão de Oliveira (1536), chamava *cozinhado da corte*. O português na Galiza passava a fracionar-se em modelos locais, e por isso que nessa situação resulta grandemente espantoso o seguirmos descobrindo que a comunhão aquém e além do Minho seguia existindo no povo, ciente da realidade comum da língua[75]; nas falas do português da Galiza podem-se rastejar por todas elas e uniformemente palavras introduzidas ao sul do Minho nos séculos XVII e XVIII, o qual demonstra que por baixo da realidade que se apresentava de absolutamente arredados uns dos outros com o norte absolutamente isolado do sul as palavras caminhavam para a Galiza, vou pôr só três simbólicos exemplos que polo seu valor resultam paradigmáticos:

Charuto: um jeito brasileiro de chamar os cigarros introduzido no século XVIII em Portugal, e de seguida chegado à Galiza onde colheu carta de natureza

Chávena: Palavra criada a partir da bebida do chá, como o recipiente no que se serve o chá. Esta palavra foi criada no português no século XVII, e resulta muito curioso que na Galiza ao norte do rio Minho, o chá não tive sucesso nem chegou a ser aceite como bebida popular, porém o recipiente chávena no século XVIII estava introduzido em todas as falas galegas.

Eis a expressão: Voa voa joaninha vai levar uma carta ao meu amor em Lisboa: Esta expressão que com pequenas variantes é comum a portuguesas e galegos mostra que Lisboa, é inteligível como lugar de residência cortesã, penetrara na Galiza toda de modo referencial como a cidade representativa, a cimeira cortesã.

Quando um se põe a rabunhar na terra que parece cobrir os factos ossificando-os, descobre que não existe essa tal ossificação e que o relacionamento e circulação entre a Galiza ao norte do Minho e Portugal, era fluido e profundo, do que a pouco que se rasteje descobrem-se as palavras e expressões antigas e modernas isso que fiz que todo o território se tenha a apresentado para ser declarado *património imaterial da humanidade,* é dizer, o abalante mundo de expressões comuns a norte e sul do Minho que se esparegerom logo na aventura colonizadora portuguesa por todo o planeta.

4. O REDESCOBRIMENTO DA REALIDADE CULTURAL AO NORTE DO MINHO; O REXURDIMENTO

As falas galegas do século XIX eram foneticamente indistinguíveis das do português minhoto e transmontano, porém tinham importantes diferenças:

Uma forte cor local em cada zona ou bisbarra com muitas variantes locais, que leva aos falantes a se afirmar falarem diferente de outros lugares próximos que conhece e com os que se compara

Inexistência dum modelo culto de língua e incorporação maciça de termos do castelhano que se incorpora com as novas realidades que vão chegando, com os novos caminhos, com os caminhos-de-ferro com a emigração, com a burocracia, ficando as falas do português da Galiza, muito restringidas a vida rural tradicional da Galiza ao norte do Minho.

Exclusão dos falantes do português de qualquer oportunidade de promoção ligada ao poder. A exclusão linguística para a bem entender há que saber que ela é em grande medida sempre exclusão étnica, dado que a língua funciona por cima de qualquer outra caraterística como o elemento conformador principal da identidade; a exclusão linguística é praticamente igual ao funcionamento da exclusão racial, e na que certo progresso social individual está ligado a algo tão duro como a autonegação, o auto-ódio, o autonojo em expressão popular galaica, é dizer, o desrespeito para o que um é e assunção de valores que correspondem a essa negação.

No século XIX o governo do estado espanhol moderniza-se seguindo o modelo francês. Em 1833 dissolvem-se oficialmente todos os reinos que constituíam o estado e nasce oficialmente Espanha, divide-se o território seguindo o modelo departamental francês sem pretensões de representar antigos territórios, moderniza-se a justiça (a fins do século XIX nasce o Supremo Tribunal da Justiça integrando-se nele quem até daquela tinha essas competências *"El Consejo de Castrilla")*, e dá-se um enorme impulso a educação

[75] Em palavras de Pessoa: A língua é a única Pátria Verdadeira

muitíssimo superior ao que em comparança se fazia nessa altura em Portugal. Todas estas medidas levaram a grandes tensões a começar por todas aquelas que tinham a ver com a tábua rasa que se fazia com as diferencias nacionais e que se traduziram em 11 constituições e intentos das mesmas, 12 golpes de estado e intentos de golpes militares, e três guerras civis (as chamadas guerras carlistas), que respondiam basicamente à resistência ante projeto *castelhanista com a sua farda de liberal* contra as outras conceções da "nação".

O estado espanhol fez um grande esforço pola educação universal e a redução do analfabetismo, na ideia que nasceu com a revolução francesa de que a educação é o instrumento mais poderoso do estado para fazer *nação*, para fazer súbditos ou cidadãos, para estabelecer a língua "nacional" em todos os territórios como tal. A Escola é o principal instrumento de socialização da nação. A fins do século XIX na Galiza ao norte do Minho o analfabetismo, palavra que na altura significava as pessoas que não são capazes de ler e escrever castelhano[76] era inferior ao dez per cento nos homens e algo superior nas mulheres.

5. O REXURDIMENTO

As falas da Galiza vieram a tona, é dizer ao papel, por dous feitos depois de 300 anos de quase absoluto silêncio[77], a primeira, a quebra do estado espanhol e o seu desaparecimento prático sob as tropas napoleónicas nos primórdios do século XIX, com a correspondente incitação ao patriotismo por pessoas ilustradas e na ortografia que conheciam, a do castelhano, para a gente resistir contra o francês, e faziam-no na fala local, pois para isso a pretensa língua nacional castelhana imposta não servia.

O grande acrescimento das pessoas letradas em castelhano, os movimentos nacionalistas que acompanham a formação dos estados nacionais na Europa no século XIX, bem para constitui-los bem para nega-los; o impulso do romantismo, as lutas de resistência na península a imposição castelhana, criaram o fermento que deu lugar ao aparecimento duma literatura regional por pessoas alfabetizadas no castelhano, desconhecedoras da sua história porém dispostas a reivindicar-se como pessoas plenas e não seres negados radicalmente, ainda que a sua reivindicação de pessoas faziam-na, como não podia ser de outro modo, desde a sua inclusão no mundo "espanhol"[78]

Entre 1845-1974, estamos ante a construção do galego, e que a fins do século XIX começos do XX essa construção viria a dar em duas linhas: a regional reduzida ao "universo Espanha", e a "lusista" que era a linha mais principal e a do 90 per cento dos que se uniam a aventura recuperadora.

Nos mediados do século XIX podemos colocar o início do que se viu a definir como o *rexurdimento cultural galaico*. Se a língua era daquela foneticamente igual a do norte de Portugal é dizer à da Galiza ao sul do Minho, era porém muito diversa localmente, as falas que se escrevem tem variações diatópicas muito acusadas, na ortografia o grau de oscilações que se produzem som significativas na procura da adaptação da fonética das falas galegas ao modelo ortográfico *nacional*, o único que se conhecia, o do castelhano, ou o seu conhecimento melhor ou pior do latim. É esta primeira época a de criação de inúmeras palavras

[76] Ainda segue significando o mesmo: analfabeto, pessoa que não conhece como o estado mandar a língua castelhana

[77] Esse silêncio fora roto em muitas raras ocasiões, algumas tão destacadas como no século XVIII o padre Sarmiento, o maior polígrafo peninsular do século, ou no XVII Diogo Sarmiento Conde de Gondomar e representante na Inglaterra de Filipe II, ou o *entremês* muito popular e famoso nas duas beiras do Minho sobre a pesca no rio Minho no século XVIII.

[78] Poder-se-ia fazer uma bonita história dos falantes das falas ao norte do Minho, de como foram sistematicamente golpeados, de como era que a letra castelhana com sangue entrava, de como foram tratados nos exércitos, sofrido pau na sua pele, alcunhados, despreçados, submetidos aos mais infames castigos polo facto de falar a sua língua, de terem-se que confessar do pecado venial de falar nas falas do português da Galiza que eram cousa de animais. De como perdiam os seus empregos nas administrações públicas quando se lhes escapar a sua fala, de como eram segregados e esse *apartheid* no que viviam e era em certo grau a sua garantia da sua sobrevivência compacta. São já vários os relatórios que se tem feito do desprezo e insulto dos espanhóis aos galegos, com os que se podem encher milheiros e milheiros de folhas de humilhações e sevícias com toda a miserável criação de tópicos antigalegos incutidos nos espanhóis e como a origem destes rasteja-se nos fins do século XV, o **da doma e castração dum povo** por não se corresponder ao projeto castelhano. Em Portugal há também uma longa história de dizeres antigalegos, que estou seguro a pouco que se pesquisar sobre a sua origem havemos de achar por trás deles os prejuízos de certas elites lisboetas sempre tão marcadas polo modelo castelhano, coa exceção que vai quiçá desde 1640 a 1760, nesse século de (re)construção dum verdadeiro projeto nacional português feito a consciência e contra do modelo castelhano. Esse desprezo português do galego em não poucas ocasiões virou-se contra dos próprios portugueses, ao fim e ao cabo o galego que era mais que um português bruto a respeito da sua própria cultura que lhe era negada, e isso ainda está na insegurança que muitas das elites portuguesas sentem a respeito do seu valor, olhados no espelho castelhano-espanhol

novas, os chamados hiperenxebrismos nos que se pretendia com eles recuperar um jeito particular de separação do espanhol.

Ë muito curioso que as primeiras acusações que esse tentar escrever a língua regional na medida em que conlevou um esforço de depurar espanholismos foi a de, tentardes de meter na Galiza o português. Mas não é até 1890 que começam a entrar na língua pouco a pouco novos termos portugueses que são incorporados polos escritores mais comprometidos seguindo a doutrina do esposo de Rosalía de Castro, Manuel Murguia, termos que fazem referência ao mundo da abstração, da religião, das ciências, mundo que estava ocupado polas formas castelhanas.

As falas da Galiza desde essa época até a guerra etnocida franquista são alimentadas com um verdadeiro rio polos modos e fazeres dos escritores de Portugal, a língua portuguesa vai vivificar as falas da Galiza, e vai ajudar a lhe dar na escrita de novo um ar bastante uniforme; as falas ao norte do Minho graças ao português vão poder combater o processo de *bablização* na que viviam seguindo o caminho do leonês.

A vivificação que o português realiza das falas galegas é o elemento fulcral da recuperação e salvação do português da Galiza ao norte do rio Minho.

À chegada da segunda república espanhola, as falas do português da Galiza seguiam a ser a língua do viver normal da população numa proporção que andava a redor do 93- 94 per cento desta, e estavam as condições bastante maduras nas elites nacionalistas galaicas para caminhar de cara ao que o dirigente nacionalista galego Afonso Daniel Castelao chamou: a confusão e indistinção das falas galegas ao norte do Minho com o português.

Trás a guerra etnocida, a Galiza tardou 20 anos até 1956 em recuperar o seu PIB de 1935, o estado espanhol no seu conjunto recuperou o seu PIB do ano 1935 no 1954, o que faz ideia da destruição tão profunda e desartelhante que viu supor a guerra. A vida em castelhano na Galiza correspondia-se com as urbes que depois da guerra viram diminuir a sua população e importância e com uma muito grave crise económica.

O franquismo permitiu o uso da língua, de jeito muito curioso, às tropas enroladas nos frentes bélicos; porém baniu absolutamente qualquer manifestação do português da Galiza na sua representação e apresentação pública, reduzindo a mesma ao reduto íntimo familiar e o da vida tradicional onde a resistência ao castelhano era um feito e a pressão social sobre qualquer dos seus membros que tentaram usar o castelhano, sentia-se de jeito achicotado. Nesse mundo fechado dos primórdios da ditadura os galegos voltaram a colher o caminho da migração a Lisboa e com destaque para Lisboa[79]

A ditadura franquista levantou campanhas públicas como as de "*No sea animal hable en cristiano" ou "Nuestra lengua es la compañera del imperio"* e outras, baniu do âmbito do ensino a qualquer professor tolerante com o português da Galiza nos alunos, e impulsou uma profunda militarização da vida espanhola, (um jeito de diminuir o desemprego e "nacionalizar") pois até começo dos anos 50 mantive um exército da ordem do milhão de soldados.

Ainda que o franquismo reprimiu todo o que ver com a língua e cultura ligada ao português da Galiza, a partir de fins dos anos cinquenta e começos dos sessenta do século passado apareceu uma certa abertura e consentimento com certas expressões literárias às que por outra banda dalgum jeito se lhes exigia a gavança ao regime ditatorial.

A ditadura sem quase fazer nada, usando simplesmente a repressão e certa tolerância muito pequena fiz com a linha tradicional e "lusista" vigorante e dominante na Galiza ao norte do Minho desde o rexurdimento, fosse substituída pola linha regionalista e espanhola[80], não foi por acaso o trunfo de certas linhas

[79] Não houve exilados em Portugal por o Salazarismo não consenti-lo nem nunca pensar em vir a levantar a questão galega

[80] Isolacionistas se chamaram eles próprios, porém é absolutamente dependente da língua espanhola a sua conceção das falas da Galiza, e absolutamente quebradora das ligações tradicionais do galeguismo com o sul do Minho

na conceção da língua que ademais coincide com que é aquela que te leva a decentes ordenados[81].

O nacionalismo na Galiza reconstruiu-se praticamente desde zero[82], e ao chegar os anos setenta que começou a redescobrir as linhas do galeguismo que na ditadura ficaram opacas, e por outro lado tampouco o povo em Portugal foi educado na realidade da língua portuguesa na Europa[83],.

6. O GALEGO DAS INSTITUIÇÕES AUTONÓMICAS E O PORTUGUÊS

As instituições autonómicas galegas funcionaram sempre como instituições que respondem ao **projeto nacional espanhol**, e para esse projeto o *lusismo* na Galiza ao norte do Minho e delito de lesa pátria, pois a língua portuguesa pertence aos portugueses do estado Portugal, e ser espanhol é a negação do ser português[84].

A construção do galego institucional por oposição ao português e a sua extensão no sistema de ensino, e a outra cara da moeda do processo de substituição linguística que está a viver a Galiza.

7. A SITUAÇÃO LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS DA GALIZA NESTE MOMENTO:

Os moradores da Galiza ao norte do Minho, hoje estão todos muito bem alfabetizados em espanhol, língua que conhecem de jeito mui superior à própria e na que a escola fixo que se sentam absolutamente seguros.

Não há nenhum espaço da Galiza onde uma pessoa poda se desenvolver de jeito pleno e normal usando unicamente o português da Galiza.

Os galegos cada dia tem mais internalizada e naturalizada a língua castelhana.

Os falantes habituais do português da Galiza superam o 65 per cento, porém se examinamos a situação por grupos de idade as falas galegas do português são minoritárias nos menores de 30 anos, e absolutamente minoritárias especialmente no âmbito urbano.

O mundo tradicional que amparava a língua galega, o apartheid no que vivíamos, desapareceu sob a vaga do progresso e a *nacionalização* ferrenha da escola.

A erosão do castelhano modificou radicalmente a língua incluída a sua fonética, cada dia mais achegada a simplificada castelhana.

O português da Galiza, não tem estatus verdadeiro de oficialidade, - a única língua oficial do estado espanhol é o castelhano, senão de certa simples cooficialidade - e é construído desde o amparo da *oficialidade regional e espanhola* como uma língua paralela do espanhol, onde o castelhano funciona como norma de correção; qualquer cousa que ser espanhol pode ser galego.

No grupo de idade menor de cinco anos, o número de crianças instaladas nas falas galegas[85], é inferior aos cinco per cento.

8. É VIÁVEL ALGUM GALEGO NA GALIZA QUE NÃO SEJA PORTUGUÊS?

A vista dos dados citados, estamos na Galiza num processo aparentemente intravável de substituição linguística e de naturalização do castelhano como língua dos galegos e galegas ao norte do rio Minho.

[81] Para estudar esta questão recomendo os trabalhos de Ernesto Vasques Souza: Tanto a sua tese de doutoramento sobre Anjo Casal publicada em dous grossos volumes por editorial do Castro, como os seus artigos recolhidos em Laiovento "Desta Beira do Letes", como os múltiplos apontamentos que tem realizado nos mais diversos lugares e especialmente o sua lavoura de mestre que ilustra nos fóruns do PGL (http://www.agal-gz.org)

[82] Os assassinatos e o exílio deixaram o território sem gente formada na tradição patriótica *lusista*, e os que ficavam muitos deles viverom apanhados na gadoupas do modo, do terror, arma que o Franco sempre manejou admiravelmente.

[83] Se se calar a Olivença que se não fará com a Galiza

[84] Ao respeito é muito recomendável a leitura da obra Poder Ideologia e Língua, editada pola AGAL e onde se apresentam os fenómenos da estatalização linguística

[85] E que dizermos da sua qualidade

O povo galego atua com a lógica que corresponde a uma situação onde adotar a língua *simplex* imposta parece a opção mais racional e económica e onde essa oferta da sua fala não deixa de ser um outro jeito de se achegar ao castelhano não parecendo possível a não muito longo prazo, a sobrevivência da comunidade de falantes, apesar de que foi vivificada modernamente e intensamente a médio do padrão português vocabular.

Porém na Galiza há uma outra alternativa, é à que muito tem contribuído a organização que tenho a honra de presidir a AGAL[86], tanto desde o ponto de vista da ciência linguística, como na difusão do nosso ideário e proposta, cousa que se faz desde a nossa idiossincrasia e particularidade para assumirmos de jeito pleno a realidade internacional do Português e de jeito muito caro a do português peninsular a que pertencemos.

Só é viável a continuação da existência do português na Galiza criando elites urbanas estabelecidas na língua, e presentes no mundo na própria língua. Se as nossas falas só chegarem para estarmos na casa (proposta dos poderes espanhóis na Galiza[87] e no mundo íamos que ter que estar no espanhol o nosso futuro está aviado.

Hoje na Galiza ganham peso no âmbito da língua e no papel que jogam na sua conservação e difusão muitos homens e mulheres que são neofalantes, que abandonam a língua espanhola de instalação para reconquistarem a fala do seu povo, e estes neofalantes desde as suas dificuldades incorporam-se de jeito significativo a propostas como as da AGAL e outras que apresentam as falas da Galiza como o que são, português.

Porém entre as dificuldade da nossa terrível batalha para podermos sobreviver como o que somos, e que é paradoxalmente o único jeito de sobrevivência, lusófonos, igual que o são os galegos do sul do Minho que conformaram Portugal; há uma eiva muito significativa, a da inexistência de consciência popular em Portugal - o mundo onde de jeito natural procuramos amparo como se formos uma grande Olivença – da nossa existência, de que a língua portuguesa com todas as suas dificuldades e eivas nas que vivemos estende-se até o mar Cantábrico na península.

O simples conhecimento da nossa realidade na socialização que se produz na escola, estou seguro que faria mais que muitos engraçados discursos, e esse conhecimento havia de servir também para saberem os portugueses todos que Portugal como estado nesta União Europeia necessita agora como em 1640 um projeto de futuro, e que a situação que se vive na Galiza é o fruto do jugo e ferro castelhano, não de opções voluntárias que se nalgum campo não existem e neste o das realidades linguísticas, pois quanto trabalho não custa apreender qualquer língua que não seja aquela na vimos ao mundo e na que esse mundo se nos abriu.

27. ANABELA BRITO CORREIA DE FREITAS MIMOSO, UNIVERSIDADE LUSÓFONA

AONDE NOS LEVA A DIVERSIDADE DA LÍNGUA PORTUGUESA?

É verdade que a língua é um diassistema, no qual se inter-relacionam diversos sistemas e subsistemas. Isso não significa que a sua unidade seja posta em questão, pelo menos, enquanto todos os seus falantes se entenderem. É o que se passa em relação à língua portuguesa.

Mas se as diferenças entre a norma escrita do Português do Brasil (PB) e a do Português europeu (PE) são mínimas, já o mesmo não se pode dizer quando temos em conta os dialetos, nomeadamente os da variante do PB, pois estas apresentam acentuadas diferenças entre si.

Por isso mesmo, o que se afigura mais urgente fazer será resolver o problema da unidade da língua dentro do próprio Brasil para que, a breve trecho, os próprios brasileiros não tenham dificuldades em se entenderem uns aos outros.

[86] Associaçom Galega da Língua, acharam muita informação da nossa associação no Portal Galego da Língua: www.agal-gz.org

[87] uma campanha: – entre nós em *galego* porém no mundo na língua *universal* castelhana

1. PREÂMBULO

Dos países ditos "lusófonos" é precisamente o Brasil aquele em que as ideologias anticolonialistas mais se fazem sentir. O que não deixa de ser curioso, porque é aquele que se tornou independente há mais tempo. Quem professa essas ideologias, contra a lógica da História e da Cultura e sem fundamentação linguística, reivindica o direito a uma língua brasileira, independente da Portuguesa, portanto. Ao contrário, os países africanos e Timor, os quais puderam recentemente optar por uma língua oficial própria, escolheram a portuguesa, porque historicamente e também linguisticamente isso é o correto[88].

Em Portugal, essas mesmas ideologias também se fazem sentir, sobretudo em alguns setores das nossas camadas intelectuais. Estes setores recusam não só a ideia de que a língua é a mesma, mas também o próprio conceito de "lusofonia", que denunciam como uma manifestação neocolonialista ou recolonialista, manifestação saudosista das grandezas de Quinhentos. É assim que Alfredo Margarido, por exemplo, atribui à perda do Império, consequência da revolução de 1974, a necessidade da criação da ideia de que a língua portuguesa poderia constituir um elo de ligação entre os povos que outrora tiveram um destino comum.

Diz este autor: «Portugal passou a ser um país pequeno, mas dispondo de um agente específico, a língua portuguesa, que lhe permite recuperar a sua "grandeza". Trata-se de uma prótese singular, mas que começa a revelar-se eficaz, permitindo recuperar – de maneira quase glotofágica – as culturas dos Outros» (2000: 28). A "recusa do Outro", segundo ainda esse autor (2000: 47), seria mesmo o que definiria a nossa consciência nacional. Felizmente, para nós, não considera este fenómeno só tipicamente português, mas sim «uma fração do discurso europeu» (2000: 55).

Afirmações destas, refletem a assunção de uma culpa que os portugueses do séc. XXI não têm de assumir, porque não são responsáveis por ela. Responsabilizar as populações atuais pelos erros dos seus governantes passados é anacrónico e historicamente errado. A colonização portuguesa foi menos brutal do que a espanhola e a inglesa, mas mesmo que assim não fosse, não se pode julgar a História, muito menos à luz de ideias que, só muito recentemente, se tornaram ideais mais ou menos consensuais.

Não é partindo de pressupostos ideológicos que o tempo ajudou a sarar e, portanto, ultrapassados há muito pelos brasileiros - o trauma pós-colonial -, que se pode justificar a mudança de uma língua por outra que, afinal, é uma sua variante. Seria o mesmo que destruir os fortes e as igrejas de construção portuguesa, o mesmo que apagar da memória as lendas e os contos tradicionais luso-africanos.

Não sendo responsáveis pelo que os nossos antepassados fizeram, somos, no entanto, corresponsáveis pelo que possamos fazer pela preservação da mais rica herança que nos foi legada e que partilhamos com outros povos – a língua portuguesa.

2. A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS NO BRASIL

Contudo, os problemas da língua no Brasil não se resumem à discussão de saber se a variante brasileira deve ou não autonomizar-se. O primeiro problema que se levanta é o do estatuto das línguas minoritárias, o que é também uma consequência da história da colonização do Brasil. Por língua minoritária entende-se a que é usada num país por um número reduzido de pessoas, sejam ou não naturais desse mesmo país (respetivamente, autóctones e alóctones) e que diferem da sua língua oficial, como é o caso do mirandês em relação ao português (autóctone) e do ucraniano falado por muito imigrantes em Portugal (alóctone).

Ora, antes da colonização efetiva do Brasil (1530), havia mais de mil línguas, faladas por índios de diversas etnias. Os poucos portugueses que aí se fixaram, por sua vez oriundos de várias zonas de Portugal, portanto com dialetos próprios, e provenientes de várias "classes" sociais, geralmente humildes e pouco cultos, passaram a falar uma mistura de Tupi, a língua índia mais falada

[88] Para além, obviamente, das motivações económicas que estão subjacentes e que suportam esta opção, sobretudo no caso dos países africanos.

ao longo da costa atlântica. Foi também esta língua que serviu para os jesuítas pregarem aí o cristianismo. Este "tupi jesuítico" que agregava, obviamente, influências portuguesas, mas também africanas (o tráfico negreiro inicia-se em 1538) não era, porém, a única língua geral. Havia outras de base não tupi, como, por exemplo, a de base cariri. Apenas em Pernambuco e na Baía, a minoria branca falava português europeu.

Com a expulsão dos Holandeses (1654), começa a exploração mais intensa do território brasileiro. O elemento índio vai perdendo importância em detrimento dos negros e dos brancos. A língua geral é relegada para as populações do interior e para as missões jesuíticas. Os habitantes do litoral das classes mais humildes falavam crioulo tupi (brancos, negros, índios), misturado com o crioulo africano nagô ou quimbundo. Mas à medida que os bandeirantes vão penetrando no sertão, a fronteira linguística entre o português e os idiomas indígenas vai sendo empurrada cada vez mais para Ocidente.

Com a expulsão dos jesuítas em 1757, com a laicização do ensino, o Português é instituído como a língua oficial do Brasil, proibindo-se, portanto, o uso da língua geral. É evidente que nesta altura, o Português falado no Brasil já tinha caraterísticas próprias que o diferenciavam do falado em Portugal. Como já ficou demonstrado por Rosa Virgínia Mattos e Silva (1993: 81), a partir desta altura há um decréscimo de africanos, de índios e de portugueses em favor do crescimento de mulatos e de brancos brasileiros. Doravante, porém, nas cidades, a influência das línguas africanas torna-se muito maior, na medida em que a maioria dos índios ou tinha sido absorvida ou tinha morrido ou estava confinada às zonas mais remotas do país, onde continuava a falar a sua própria língua. As elites coloniais mestiças enriquecem e estabelecem uma nova ordem social com a fundação de Academias e, em Minas Gerais, surge mesmo um grupo que visa a emancipação cultural (não linguística) da metrópole – é a Geração Mineira da Inconfidência - a que pertenceu Tomás António Gonzaga.

Mas logo um outro evento veio mudar o rumo dos acontecimentos: a mudança da corte para o Rio de Janeiro, em 1808. Este acontecimento veio provocar uma rápida e intensa urbanização do Brasil, um autêntico processo de relusitanização do país. A diferença entre a fala do citadino e a dos camponeses acentua-se cada vez mais, já que, enquanto os brancos se fixam nas cidades, o campo continua habitado por muitos negros, ainda alguns índios, mas sobretudo mestiços que continuam a falar crioulo, em maior ou menor grau. No entanto, a independência que se lhe seguiu e a intenção da Constituição de 1823 em instituir o ensino primário obrigatório, embora não realizada em pleno, vêm favorecer e generalizar o uso da norma linguística, sobretudo nas cidades.

A estas influências ainda teremos de juntar a da imigração de portugueses (como aconteceu em S. Catarina com os Açorianos) e de outros europeus[89] que vieram aumentar ainda mais a diversidade linguística do PB. Rosa Virgínia sintetiza assim a génese do PB: «*É certamente no entrecruzar-se de variantes localizadas menos ou mais interferidas por marcas indígenas e/ou africanas, de variantes mais gerais menos ou mais africanizadas ou menos ou mais aportuguesadas que se definem e emergem os traços caraterísticos do português brasileiro língua nacional*» (1993: 84-5). Acrescentemos-lhe, pois, a influência das línguas desses imigrantes europeus também como traço caraterístico do PB.

3. A LÍNGUA EM QUESTÃO

Claro que essas influências não se fazem sentir uniformemente em todo o país. Mas a verdade é que em qualquer língua existem variantes, consoante os diferentes lugares onde ela é falada. Por exemplo, em relação ao PE, um micaelense não fala como um nortenho continental, nem este como um algarvio. Quer isto dizer que o fator geográfico implica a existência de variedades linguísticas que se costumam designar por *dialetos* ou *falares*. Para que se não entenda pejorativamente a palavra "dialeto", convirá convocar o testemunho de Rita Faria, para referir que «*a própria língua (*e aqui fazemos corresponder "língua" ao conceito de norma-padrão…) *é também ela uma*

[89] Referimo-nos, sobretudo, aos italianos que constituíram a maior corrente imigratória no Brasil. Não é de admirar que, nas localidades onde ela mais se fez sentir haja muitas interferências italianas na língua portuguesa no Brasil.

variedade dialetal que, por gozar de prestígio social, foi elevada ao estatuto de norma padrão» (2006: 40).

Quando se fala em dialeto, é costume aliar à sua definição a noção de sotaque, mas a variação dialetal estende-se também ao léxico e pode mesmo abranger a morfologia e até a sintaxe, como acontece nos falares alentejanos com o uso do gerúndio: *estou fazendo* em vez do padronizado *estou a fazer.*

Mas numa mesma região, província, distrito ou até concelho, poderemos ainda encontrar diferenças no falar entre indivíduos da cidade e indivíduos do meio rural, entre os que habitam uma região mais montanhosa e os que habitam a planície. Poderemos mesmo citar um curioso caso (entre outros): em Niza, os seus habitantes conseguem encontrar diferenças no modo como eles e os albicastrenses falam, muito embora pertençam ambos ao mesmo dialeto centro-meridional e as duas cidades sejam muito próximas (o que se explica pelas dificuldades de comunicação viária entre elas). Mas até dentro de uma mesma cidade, vila ou aldeia, as pessoas que aí nasceram e aí se criaram não possuem todas a mesma técnica linguística. O pedreiro, o funcionário público têm modos distintos de falar – são as *variantes culturais*. Alguns autores consideram ainda as gírias - que identificam os hábitos linguísticos, geralmente de uma profissão, como por exemplo, a dos médicos - *dialetos ocupacionais*, mas também poderemos falar de uma gíria própria dos ladrões ou dos drogados.

Poderemos ainda considerar a existência de *dialetos históricos* ou *temporais* que estão implícitos na evolução natural de uma língua qualquer. Percebemos algumas diferenças, não são só ortográficas, entre o texto de Caminha e a *Marília de Dirceu* mas, embora revelando fases diferentes da evolução da mesma língua, continuam a ser percebidos por um público medianamente alfabetizado.

Ora, a distância geográfica faz com que se conservem muitos arcaísmos, como é o caso de Trás-os-Montes, onde até há pouco as ligações com o litoral eram difíceis. Com um oceano de permeio entre Brasil e Portugal, e ao longo de quinhentos anos, a língua conservou muito do sabor antigo. Assim, um dos traços mais importantes do PB é, pois, o seu conservadorismo. Por isso mesmo, não se pode dizer que a variante usada em Portugal é a mais correta. Segundo este ponto de vista, seria mesmo a mais adulterada. Mas, enfim, em todo o mundo, a língua é sempre nossa, e o dialeto é dos outros, em qualquer dos lados da barricada em que nos coloquemos.

De facto, toda a gente falou e fala um dialeto, logo nenhum é superior a outro, embora alguns sejam considerados de prestígio, segundo um determinado ponto de vista. Assim, a língua é ela própria o dialeto mais prestigiado pela sociedade, dado que foi politicamente escolhido e instituído como norma. Depois foi codificado e normalizado e ensinado nas escolas. Como as gramáticas e os dicionários prescrevem o uso da língua considerado correto, a fixação escrita de uma variedade linguística, estabelecida como norma escolar, contribui para a perpetuação da norma-padrão e é fundamental para a distinção de uma língua.

Claro que um mesmo indivíduo singular pode exprimir-se de diferentes formas, conforme é homem ou mulher, está em família ou com os amigos, com o patrão ou com interlocutores de outra região que não falam o seu dialeto – isto é o que Herculano de Carvalho chama *estilo*, definindo-o como a «*adequação das formas que constituem o saber linguístico de um sujeito falante às finalidades específicas de cada um dos seus atos de fala*» (1983:32).

De facto, cada sujeito seleciona, mais ou menos conscientemente, os meios linguísticos que melhor servem os seus propósitos.Deste modo, os atos verbais variam numa gama relativamente extensa entre os de exteriorização imediata, geralmente coloquiais, e aqueles de exteriorização mais refletida, geralmente escritos, criando formas mistas entre os dois extremos, como por exemplo, numa exposição oral sobre um tema científico ou na reprodução escrita de um diálogo entre dois jovens suburbanos.

O estilo *coloquial* tem função predominantemente apelativa e expressiva, mas também informativa (*Dá-me isso. Está quente. Que bom!*) e apresenta conteúdos relativamente pobres, pois surge de uma necessidade imediata de comunicação. Obviamente, que no estilo refletido é de esperar encontrar uma linguagem rica, complexa e variada, esforçando-se o indivíduo por falar com correção e elegância. É verdade que cada falante pode recorrer a estes dois "estilos", mas para isso é necessário que ele alargue as suas competências

linguísticas, não só pela aprendizagem formal e não formal, como também pelo alargamento das oportunidades de realização de atos de fala em diversas circunstâncias e com interlocutores de diferentes níveis etários, de diferentes meios culturais e geográficos. A adequação a cada situação regula-se, pois, por determinados preceitos a que se poderá chamar *norma estilística*. É o conhecimento desta norma que nos levará, numa dada situação, a escolher *giro*, em vez de *belo*, ou *preguiçoso* em vez de *calão*.Contudo, é preciso compreender que o saber linguístico individual não se realiza apenas tendo em conta as formas utilizadas pelo sujeito.

De facto, cada pessoa fala de uma determinada maneira, mas sabe também como os outros falam, e não só reconhece as formas que outros sujeitos utilizam, como também as consegue compreender. Esporadicamente, pode até utilizar essas outras formas, no todo ou em parte, pode até, ao transferir-se, por exemplo, para outra região diferente da sua, deixar de usar alguns termos, incompreensíveis, pouco usuais ou chocantes nessa nova região, como seria pedir um *garoto* no norte de Portugal continental ou usar o termo *rapariga* no Brasil.Com tantas variáveis, como se determina então até que ponto duas pessoas de regiões ou países diferentes falam a mesma língua? Aceita-se geralmente o critério da inteligibilidade mútua para se delimitar os falantes de uma mesma língua, embora este não seja um critério absoluto. O critério político e histórico-cultural pode ser também muito relevante. Assim, o sueco, o dinamarquês e o norueguês não são considerados dialetos de uma mesma língua, apesar de os falantes destas três nacionalidades se entenderem razoavelmente bem, mas sim línguas diferentes, porque pertencem a comunidades com História e Cultura diferentes e com autonomia política.

4. A QUESTÃO DA LÍNGUA

Capaz de individualizar um país, a língua tem uma força prodigiosa. Aliás, todos sabemos como no princípio era o verbo. E foi pela sua força que Deus criou o mundo. Ora, desde que Ele castigou os homens com a diversidade das línguas que eles buscam uma nova forma de se entenderem. Para isso os homens inventaram uma maneira: fizeram-se ao mar e levaram consigo a língua. Eles tinham percebido o poder da língua: é que nomear as coisas é adquirir poder sobre elas.

Se bem que uma língua não se defina só pelo número de falantes, mas sobretudo *«pela sua identidade e autoridade cultural»* (REIS; 1992: 26), ela permite, quando é transcontinental, como a Portuguesa, unir os povos. Vergílio Ferreira definiu bem esta vocação portuguesa quando afirmou que «da minha língua vê-se o mar». Ora, é este mesmo mar que une todos os seus falantes. Foi esse mar que outrora pôs os povos dos vários continentes em contacto entre si, é esse mesmo mar que hoje continua a levá-los no destino comum da diáspora emigratória.

Obviamente que o Português não é uma realidade homogénea, o que não é para admirar atendendo aos diversos fatores sociais, históricos, geográficos, étnicos e linguísticos que o condicionaram. Do que ficou atrás sucintamente exposto em relação à realidade brasileira, poderemos inferir a influência que outra realidade social, histórica, geográfica, étnica e linguística teve, por exemplo, na variante falada no Algarve ou na falada em Angola ou em Timor. Paul Teyssier pôs o dedo na ferida quando afirmou que: «*Pode dizer-se do português o que já se disse muitas vezes do castelhano: é filho da conquista*» (*apud* REIS; 1992: 18). E este facto é inegável quer o pensemos em relação à formação da nossa própria língua e do nosso país, quer o pensemos em relação à sua expansão.

Obviamente que a opressão colonialista permite-nos perceber o desejo da diferenciação linguística tão ansiada por alguns setores da sociedade brasileira. Afirma Carlos Reis: «*a recusa da Língua poderia ser utilizada como modo de afirmação político-cultural, quando está em causa a constituição de identidades nacionais que tendem a rejeitar tutelas de qualquer espécie», por isso mesmo é preciso ter em conta que «a proteção da unidade do Português exige, antes de mais e por paradoxal que pareça, o reconhecimento de um certo direito à diferença linguística, até ao ponto-limite em que ela afeta cruciais componentes estruturais e perturba a possibilidade de comunicação; uma diferença em que entra naturalmente o contributo de elementos autóctones, colhidos em cenários ético culturais que nenhuma metrópole deverá contrariar»* (1992: 22).

Mas a identidade nacional do Brasil já há muito que não está em causa, logo, não há motivo para essa luta.

Por outro lado, a unidade da língua compreende tanto as variedades diacrónicas como as sincrónicas, sejam elas culturais, geográficas ou individuais (estilos), desde que todos os seus falantes se entendam uns aos outros. Ora, as diferenças entre a norma escrita do Português do Brasil e a do Português europeu são mínimas, pelo que a unidade da língua também não está em causa neste aspeto. Claro que o mesmo já não se passa quando temos em conta os dialetos, nomeadamente os da variante do PB, pois estes apresentam diferenças acentuadas entre si. Essas diferenças encontram-se no vocabulário, pronúncia e sintaxe, especialmente na língua falada. Alguns linguistas, brasileiros especialmente, não se cansam de as enfatizar para afirmarem a sua autonomia. A verdade é que os falantes de ambas as línguas, desde que minimamente alfabetizados, podem entender-se perfeitamente. As dificuldades de entendimento de alguns brasileiros em relação a algumas das variedades do PE, geralmente individuais, resultam do ensurdecimento da língua (o ensurdecimento da língua é, enfim, também ele uma forma de evolução), especialidade que os portugueses, nomeadamente lisboetas da classe média alta e alta, têm vindo a praticar e que é veiculada pelos meios de comunicação social. Mas as diferenças entre as variantes são comuns a todas as línguas, ocorrendo em maior ou menor grau, consoante os casos.

Mesmo sendo a língua um diassistema, no qual se inter-relacionam, como vimos, diversos sistemas e subsistemas, isso não significa que a sua unidade seja posta em questão, pelo menos, enquanto todos os seus falantes se entenderem. É óbvio que a língua tem de registar variedades significativas. O que é natural e saudável. Diz Lindley Cintra: «*Condicionada de forma consistente dentro de cada grupo social e parte integrante da competência linguística dos seus membros, a variação é, pois, inerente ao sistema da língua e ocorre em todos os níveis: fonético, fonológico, morfológico, sintático, etc. E essa multiplicidade de realizações do sistema em nada prejudica as suas condições funcionais*» (1984: 3). Ou como diria Herculano de Carvalho *«seja qual for a extensão da comunidade linguística em causa, os saberes linguísticos dos sujeitos falantes que a constituem não são nunca perfeitamente idênticos entre si»* (1983: 230).

Facilmente se perceberá que quanto menor extensão tiver a comunidade, quanto menor e mais homogéneo for o grupo de falantes, o saber comum a todos eles será maior e, inversamente, quanto maior for a comunidade, quanto maior e mais extenso for o número de falantes, menor será o saber comum a todos e, por isso, mais divergências haverá nas realizações dos atos de fala. É o que acontece com o Português, língua falada em quatro continentes, em territórios tão diferentes entre si, com substratos linguísticos diferenciados e mesmo com superstratos tão díspares.

Mas a questão da diferenciação do PB, posta em nome do direito à diversidade cultural, não pode fazer esquecer a necessidade de acesso à cultura das minorias étnicas. Obviamente que esses povos têm direito a todas as suas especificidades, mas como opção própria, como reconhecimento da sua identidade cultural, não por imposição dos intelectuais, como aconteceu em França com a renovação occitana (Martinet, 1989: 165), para que a língua que falam não os afaste ainda mais do acesso aos bens materiais e culturais do país. A política de preservação dessas línguas tem de ser fator de inclusão e não de exclusão social. O facto de alguns índios não serem falantes da língua oficial do seu país não é um fator de desenvolvimento cultural, mas sim de atraso. Isso é deveras preocupante.

Evidentemente que a existência de línguas minoritárias em perigo não é um problema exclusivo do Brasil. *Calcula-se que existem a nível mundial cerca de seis mil, novecentas e doze línguas vivas e conhecidas, das quais menos de metade sobreviverá até ao final deste século* (CASANOVA, 2006: 121). Das línguas minoritárias do Brasil, umas já estão extintas, outras moribundas e outras ameaçadas. Para salvar as que ainda são viáveis só o apoio governamental poderá garantir a sua conservação e expansão, mas mesmo assim não é pacífico se essa sobrevivência é possível, na medida em que a língua oficial, a de prestígio, pode ter o efeito de apagamento das outras, levando à sua atrofia, sobretudo se a sua preservação não for sentida como necessária pelas populações, mas imposta de fora.

A morte de uma língua acontece porque os seus falantes optam por usar a língua hegemónica. Como lembrou Martinet «*acontece, muitas vezes, que uma criança a quem se ensina uma língua de prestígio adquira uma espécie de repugnância em relação à língua adquirida anteriormente*» (1989: 155). O que é uma forma de sobrevivência. De facto, a língua de prestígio tem um efeito modelador no movimento de ascensão social. Ao praticá-la, os povos saem da

sua pobreza tradicional em direção a uma maior qualidade de vida e, logo, para novas oportunidades que lhe são oferecidas pelo mundo desenvolvido. Ora, isso só pode ser positivo. Claro que pode causar pena e tristeza assistir ao desaparecimento de mais uma herança do nosso passado, mas é o preço que é preciso pagar pelo progresso. Por isso, a escolarização tem de ser uma realidade, pois é fundamental na melhoria das condições de vida dos seus falantes. Tarefa ingente, mas não impossível para quem já empreendeu outras tarefas bem mais ciclópicas.

Todos os cidadãos brasileiros têm direito a aprender português, mesmo que essa não seja a sua língua materna. Doutro modo correr-se-ia o risco de impedir o acesso ao desenvolvimento económico, cultural e social das populações marginalizadas. Já há muito que André Martinet nos veio chamar a atenção para preconceitos sobre a língua materna que não tem razão de ser. De imediato, para o facto de que «*um indivíduo não está mais seguro de uma língua que aprendeu em primeiro lugar do que de uma outra adquirida ulteriormente*» (1989: 144). Depois, para o facto de que a língua materna não é obrigatoriamente a do nosso pensamento, a da criação literária. Diz este autor: «*É conveniente lutar contra a ideia espalhada de que apenas se pode compor uma obra literária na língua que se aprendeu no decurso da mais tenra infância. Os exemplos contrários não faltam: Adalberto de Chamisso, francês de nascença, escreveu em alemão; José Maria de Herédia, de origem cubana, é um poeta francês; Joseph Conrad, polaco, é um autor inglês*» (1989: 145-6). As suas ressalvas vêm abalar a crença na ideia de que quem perde a sua língua materna, perde a sua identidade.

Num país de dimensões continentais com tantos problemas socioeconómicos para resolver, o Brasil não tem condições para tentar a salvação das línguas minoritárias em perigo - nem o Brasil, nem provavelmente nenhum país, em idênticas circunstâncias, por mais rico que fosse[90]. Se bem que o levantamento de todos os seus dialetos e línguas ainda seja uma miragem (o que não é para admirar, tendo em conta a imensidade do país e as especificidades todas a que é preciso atender), não nos parece acertado quer historicamente, quer cultural ou linguisticamente, falar no Brasileiro, como uma língua diferente da portuguesa. Até porque o efeito TV (telenovelas), a forte imigração brasileira e africana que hoje existe em todo o Portugal contribui para uma maior aproximação das três variantes (europeia, brasileira e africana). Mas também porque, com uma maior expansão do sistema escolar, o incremento do turismo português em certas zonas do Brasil, as migrações da população rural para as cidades em busca de emprego, se estão a inverter os atuais afastamentos das duas variantes.

Por outro lado, os puristas da língua têm que entender que a existência de unidade no Português passa pela sua diversidade, até porque é esta que lhe garante a necessária inovação lexical e plasticidade estilística. É evidente que terão de ser sempre definidos «*os limites da inovação possível, sempre balizados pela estabilidade do sistema estrutural da Língua*» (REIS; 1982:24).

Para o bem e para o mal houve uma História comum entre Portugal e os povos que sofreram colonização portuguesa que não pode ser branqueada, mas que também não pode ser apagada, nem deve ser desprestigiada, descontextualizando-se os factos do tempo em que ocorreram. Os povos da "lusofonia" perceberam que a língua, se antes foi instrumento de afirmação de poder, também pode tornar-se hoje elemento de união.

6. CONCLUSÃO

Portugal e Brasil são dois países diferentes, mas têm uma História e uma Cultura com muito de comum. Ora, se portugueses e brasileiros se entendem mutuamente, não há, pois, razão para a mudança de língua.

Claro que nem todas as forças concorrem para este entendimento. Afastados da ideia de "correção" idiomática postulada pela gramática latinizante, muitos dos modernos linguistas não conseguem encontrar um ponto de equilíbrio, algures entre o poder que o povo tem sobre a língua e a força regularizadora dos textos escritos pelos "clássicos". No entanto, se se defende

[90] Várias iniciativas institucionais foram criadas visando a proteção das línguas minoritárias, como a *Endangered Languages Fund*, o projeto *Terralingua*… A criação da *Universal Declaration of Linguistic Rights* (1994) permite reconhecer a igualdade de estatuto de todas as línguas.

que, os comportamentos sociais são regulados por regras a que devemos obedecer se quisermos ser corretos, facilmente se perceberá que também a língua tem de obedecer a critérios consensuais, comuns a todos os seus falantes. Os linguistas sabem que qualquer língua proíbe mais do que aquilo que permite.

Mas é um facto que no Brasil a influência dos substratos linguísticos e dos superstratos se fazem sentir de maneira muito premente, uma vez que as distâncias geográficas e económicas são muito maiores do que em Portugal. Assim, dadas as diferenças que os dialetos do PB têm entre si e a existência de um rico património linguístico autóctone, afigura-se-nos urgente resolver o problema da unidade da língua dentro do Brasil para que, a breve trecho, os próprios brasileiros não tenham dificuldades em se entenderem uns aos outros. Para isso é preciso promover a prática de uma escolaridade efetiva em todas as regiões do país e para todas as camadas sociais, com especial destaque para o ensino da língua. É evidente que a língua falada não é igual à língua escrita, mas deve aproximar-se dela o suficiente para que um indivíduo, ao ser alfabetizado, não sinta que o está a fazer noutra língua. É preciso também dar-lhe oportunidade de conhecer outras formas de falar com outros interlocutores e em diversas situações, de forma a usar outros níveis de língua, enriquecendo assim o seu património linguístico.

Preocupado com o poder político da língua, com velhas ideias anticolonialistas, ao afastar-se da "norma" escrita que tem vindo a ser consagrada na sua variante, ao pugnar por uma outra língua, o Brasil corre o risco de perder a sua unidade linguística, e de, num futuro mais ou menos próximo, ver também alguns dos seus dialetos a reivindicar, por sua vez, o direito a constituírem-se como línguas que dificultariam o entendimento entre todos os brasileiros e retardariam o progresso do país, já que obrigariam à reformulação, reconversão e diferenciação de todo o ensino da língua. É um facto de que é mais o que nos une do que nos separa, conforme se pode constatar pelo testemunho de dois brasileiros. O primeiro é recente - é de 1992. Trata-se de A. Gomes da Costa, então presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, Presidente do Liceu Literário Português e Presidente em exercício do Real Gabinete Português de Leitura. Reconhece ele que: «*Se por um lado, o fato de termos uma língua com tantos milhões de utentes nos causa um certo ufanismo, por outro, essa mesma dimensão traz-nos responsabilidades, que vão desde o ensino nas escolas, ao enriquecimento vocabular, da criação literária aos cânones gramaticais, da unidade dentro da variedade à beleza da ortofonia*» (1992: 14).

A segunda palavra é do poeta. Olavo Bilac definia assim a nossa língua:

Última flor do Lácio, inculta e bela,
És a um tempo, esplendor e sepultura:
Outro navio que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela…

Amo-te assim desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela,
E o arrolo da saudade e da ternura!

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que da voz materna ouvi: «meu filho!»
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O génio sem ventura e o amor sem brilho!

Tarde (1919)

Do lado de cá, Aquilino Ribeiro, por exemplo, considerou-a o mais «lídimo e precioso» de todos os patrimónios (1949). Cá como lá, quem a conhece e sabe cultivar, ama incondicionalmente a portuguesa língua.

Para finalizar, socorro-me da autoridade das palavras de André Martinet que traduzem bem a forma de solucionar esta questão da língua: «*por muito estruturada que seja, qualquer língua só pode funcionar se existirem, nos que a falam e a escrevem, uma grande tolerância, a aceitação de valores e forma diferentes dos valores que foram conhecidos e praticados desde sempre, a convicção que a compreensão mútua nasce do desejo de comunicar. Também*

não se deve esquecer que uma língua "maleável" vale mais do que uma língua "pura"» (1989: 172). E o Português de forte sabor a sal tornou-se, graças ao contributo de brasileiros e, mais recentemente, de africanos e timorenses, uma língua complexa, mas dúctil, com sabor ao café timorense, ao açúcar brasileiro e ao coco africano.

7. BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, J. Herculano de (1983), *Teoria da Linguagem*, Coimbra: Coimbra Ed.

CASANOVA, Isabel (org. de), (2006), *O Destino das Línguas*, Lisboa: UC Ed.

CUNHA, Celso, CINTRA, Lindley (1984), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: Ed. João Sá da Costa.

CUESTA, Pilar Vázquez y LUZ, Maria Albertina Mendes da (1971), *Gramática Portuguesa*, Madrid: Gredos.

JOÃO, Maria Isabel (1993), "Unidade Nacional/Diversidade Regional: o caso dos Açores", Revista *Discursos,* nº 3, Lisboa: Universidade Aberta.

MARGARIDO, Alfredo (2000), A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses, Lisboa: Ed. U. Lusófona.

MARTINET, André (1995), *Função e Dinâmica das Línguas*, Coimbra: Almedina.

REIS, Carlos (1992), "O Discurso da Língua Portuguesa: unidade, poder e expansão", Revista *Discursos*, nº 2, Lisboa: Universidade Aberta.

RIBEIRO, Aquilino (1949), "Pela língua Portuguesa", in *O Século*, 22 de maio.

SILVA, Benedicto (1992), *A Língua Portuguesa no Mundo*, Porto: Fund. Eng. António de Almeida; Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (1993), "Português brasileiro: raízes e trajetórias (para a construção de uma história) ", Revista *Discursos*, nº 3, Lisboa: Universidade Aberta.

28. ANDREIA ROSMANINHO, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. UNIVERSIDADE DO PORTO – PORTUGAL.

O OLHAR LUSÓFONO NA CONSTRUÇÃO DO "OUTRO" EM O EGITO, DE EÇA DE QUEIRÓS

Este estudo tem por objetivo tratar dos aspetos inerentes à Literatura de Viagens como área de estudos, tomando-se como base a produção da obra *Egito – notas de viagem*, de Eça de Queirós.Partindo de uma reflexão acerca da pertinência e das potencialidades de um género híbrido, que é a Literatura de Viagens, pretende-se em um primeiro momento delinear a poética do género para, a seguir, trabalhar a construção de imagens em torno do "outro" estrangeiro, recorrendo a um corpus constituído por recortes da narrativa de viagem que deu origem à referida obra.

Para dar conta do tema, o estudo será dividido entre a parte teórica e a parte analítica, e estruturado de acordo com a seguinte intertitulação:

1. *A Literatura de Viagens e a imagologia:*

1.1. A viagem e seu relato como práticas culturais do século XIX: género de fronteira e hibridismo discursivo,

1.2. A imagologia e os aspetos do contexto sociocultural,

2. A viagem ao Egito e o registo queirosiano: aspetos que integram a obra na poética da área de estudos mediante recortes de elementos reveladores de pertença ao género,

2.1. Notas prévias e discurso pictórico: estabelecimento de protocolos de leitura e atitude de "pintar com palavras",

2.2. O Egito como narrativa de viagem: a representação do "outro" e a relação identidade/alteridade na obra,

2.3. A representação da mulher,

3. Conclusão: A representação do "outro" estrangeiro como elemento delineador de uma atitude comparativa de base.

De acordo com o que foi já mencionado, o trabalho irá apoiar-se nos estudos de imagologia, teoria amparada pelo pressuposto de que: "*estudar como se escrevem diversas imagens do estrangeiro é estudar os fundamentos e os mecanismos ideológicos sobre os quais se constroem a axiomática da alteridade e o discurso sobre o 'outro'*" (PAGEAUX, p.138).

Assim, Eça "observa" o "outro", mas a imagem desse "outro" veicula também a imagem de si próprio: um homem lusófono, europeu e civilizado.

1. A LITERATURA DE VIAGENS E A IMAGOLOGIA

Tendo em vista que o tratamento do "outro" mediante a linguagem envolve uma série de elementos que dizem respeito não só à cultura do "outro" como também – e principalmente – aspetos culturais inerentes ao "eu" discursivo, parece pertinente associar tais pressupostos à prática da Literatura de Viagens,

uma vez que este se trata de um processo singular, visto que envolto fundamentalmente em questões de hetero e autorrepresentações. Assim, é ao exercício de relatar as particularidades da cultura visitada segundo um enfoque permeado por outras tantas particularidades que o escritor-viajante disponibiliza seu trabalho de produção artística.

Na maior parte das vezes a construção de imagens acerca do "outro" estrangeiro encontra-se alicerçada sobre uma série de conceções preconcebidas ou em ideias estereotipadas. é a partir desses conceitos que o autor vai produzir, reforçando ou refutando tais imagens e representações.

Os estudos de imagologia revelam-se eficientes no sentido de fornecer embasamento teórico a uma investigação desse teor. Para Daniel-Henri Pageaux:

> *A imagologia deve desembocar na identificação de imagens que coexistem numa mesma literatura, numa mesma cultura. É o que se pode chamar, num plano da história das ideias, "opiniões", opiniões intelectuais a partir das quais são legitimadas e podem desenvolver-se imagens de cultura. Estudar estas últimas leva à sua compreensão e vice-versa, segundo a ótica do investigador. É por essa razão que a história das ideias é o complemento obrigatório da imagologia e também a base para toda a investigação sobre o imaginário social que está aqui em questão*. (p.136-137)

Dessa forma, o teórico considera a questão da opinião subjetiva do emissor do relato uma condição preponderante à factividade, ao mesmo tempo em que evidencia as condições socioculturais do enunciador e do objeto narrado.

Mais adiante, Pageaux tece considerações acerca da questão do estereótipo:

> *Se admitimos que toda a cultura pode ser considerada, a dado tempo, como um espaço de invenção, de produção e de transmissão de signos (o que equivale a conceber todo o fenómeno cultural como um processo de comunicação e todo o processo cultural como polivalente tanto do seu funcionamento como na sua função, o estereótipo apresenta-se não como um signo, mas como um sinal que remete automaticamente para uma única interpretação possível. O estereótipo é o índice de uma comunicação unívoca, de uma cultura em vias de bloqueio*. (p.140)

É de forma negativa que o teórico enxerga a estereotipação. "*Na realidade, o estereótipo coloca, de forma implícita, uma constante hierárquica, uma verdadeira dicotomia do mundo das culturas*" (p.141), ou seja, afirma ele o perigo ideológico que o referido fenómeno acarreta:

> *O estereótipo mantém a típica confusão da ideologia entre o descritivo (o discurso, por exemplo, este povo é...) e o normativo (a norma, por exemplo, tal povo não sabe...), relativamente à norma que é o "Eu" que enuncia o estereótipo*. (p.142).

Como a prática da Literatura de Viagens mantém um contínuo diálogo com o repertório cultural da receção – apoiando-se diversas vezes em informações comuns e ao cabedal de conhecimentos do leitorado –, é difícil para o autor prescindir das imagens previamente concebidas, ou não referenciar tais representações. Eça muitas vezes parte de estereotipizações. Entretanto, estas funcionam muitas vezes como material para reflexões em torno das condições do "outro" e de si mesmo.

1.1. A VIAGEM E SEU RELATO COMO PRÁTICAS CULTURAIS DO SÉCULO XIX: GÉNERO DE FRONTEIRA E HIBRIDISMO DISCURSIVO

Afirmar que a Literatura de Viagens é um género de fronteira significa postular que a referida modalidade inscreve-se entre as ténues linhas que divisam história e literatura, ciência e arte, registo relatorial e escrita criativa. Muitas vezes o escritor-viajante transita entre uma variedade de géneros para compor uma obra em que se encontram tanto intenções de objetividade e rigor factual quanto manifestações de subjetividade e liberdade de criação.

Para Pageaux, a questão da imagem é essencial para um estudo aprofundado: "*A imagem é, portanto, à partida para qualquer estudo, um vocabulário fundamental ao serviço da representação e da comunicação*" (p.147). O relacionamento entre o "eu" e o "outro" é também posto em pauta:

Na deteção de princípios organizadores e de hierarquização do texto imagológico estar-se-á atento a tudo o que é linha de separação entre o "Eu" e o "outro", logo, na linha de separação possível que atravessa o sistema relacional das personagens. (p.150)

Considera-se que a Literatura de Viagens pode-se valer de uma série de discursos para compor um género que é tido como híbrido por definição.

É na voga orientalista e sob a égide da viagem de cunho diplomático que *O Egito* de Eça se inscreve. O interesse pelo Oriente era frequente entre os homens de letras oitocentistas, conforme explica Edward Said:

> *Em meados do século XIX o orientalismo era o mais vasto tesouro de conhecimentos que se podia imaginar. Existem dois excelentes indícios deste novo ecletismo triunfante. Um é a descrição enciclopédica do orientalismo, desde aproximadamente 1765 até 1850, realizada por Raymond Schwab na sua obra La Renaissance orientale. Durante este período, para além das descobertas científicas de temas orientais levadas a cabo na Europa por eruditos profissionais, houve uma verdadeira epidemia de orientalia na Europa, que afetou todos os grandes poetas, ensaístas e filósofos do momento. Schwab considerava que "oriental" identificava tanto um entusiasmo amador como profissional por temas asiáticos, e que era um maravilhoso sinónimo do exótico, do misterioso, do profundo e do seminal. Tudo isto corresponde a uma transposição do entusiasmo europeu, em tudo semelhante ao entusiasmo pela antiguidade greco-latina no início do Renascimento. (...) Um orientalista de Oitocentos era, por conseguinte, um erudito (um sociólogo, um especialista do Islão ou do indo-europeu), ou um entusiasta de talento (Hugo em Les Orientales, Goethe em Westöstlicher Diwan), ou ambos (Richard Burton, Edward Lane, Friedrich Schlegel).*
>
> *O segundo facto, que demonstra até que ponto o orientalismo, desde o Concílio de Viena, abarcava um número cada vez maior de matérias pode ser encontrado nas crónicas do século XIX que descrevem a própria disciplina*. (SAID, 1997, p.58-59).

Observa-se, não só na obra em questão como também nas diversas experiências de escritores-viajantes, uma escrita em que se mesclam os géneros epistolar, memorialístico, ensaístico, diarístico, entre outros, a partir do que é possível depreender o hibridismo discursivo como marca fundamental da Literatura de Viagens.

1.2. A IMAGOLOGIA E OS ASPETOS DO CONTEXTO SOCIOCULTURAL

Considerando que a Literatura de Viagens apresenta forte vínculo com a imagética cultural e com o imaginário, entende-se que o contexto sociocultural atua sobremaneira na forma como o "eu" enxerga e busca representar o "outro". Na prosa queirosiana existe a possibilidade de entender muitas vezes uma atitude comparativa eufórica do espaço visitado em detrimento de uma disforização do espaço urbano, sobretudo quando a questão da liberdade imaginativa é posta em pauta.

Afirma o escritor:A imaginação, no campo, na margem de um rio, entre uma floresta, toma um livre caminho, encontra alimento, vive, tem quem a escute, tem confidentes, tem companhia, pasta livremente, devagar, olhando, cismando...

> *Apertada nas ruas de uma cidade de casas estreitas e chatas, na violenta limitação imposta pela municipalidade, o que há de fazer a imaginação, de que há de viver, como pode ter expansões legítimas?*
>
> *(...)*
>
> *Porém, para a imaginação do Europeu, há ainda uma região livre, abundante e cheia, nas ruas de uma cidade do Oriente: o Cairo.* (p.74).

Além da marca elocutória proponente de reflexão ao leitor presente na sentença: "*como pode [nas ruas estreitas de uma cidade] [a imaginação] ter expansões legítimas*?" faz-se já percetível a postulação da tese que o escritor vai desenvolver na obra literária em que discute os avanços civilizacionais, *As cidades e as serras*, alguns anos mais tarde – produção na qual curiosamente *"faz passar uma imagem da Península Ibérica como espaço arredado da civilização e situado fora da Europa"* (OUTEIRINHO: 2002, p.287).

Existe, ainda, a possibilidade de aproximar a situação que está sendo analisada à conceitualização de Pageaux segundo a qual "*a realidade cultural estrangeira é considerada positiva e ocupa um espaço na cultura observadora que é uma cultura de acolhimento considerada igualmente positiva"* (p.56). A ideia de "filia" está associada, pois, à estima mútua e à valorização positiva duplamente reconhecida. E há, ainda, o apelo a um imaginário coletivo, que está presentificado sobretudo na afirmação de que o Cairo é uma cidade em que a imaginação do "Europeu" (termo grafado com maiúscula, evidenciando também aí uma marca de superioridade cultural e uma visão eurocêntrica) é "uma região livre" – mais um destaque às condições positivas do espaço visitado.

2. A VIAGEM AO EGITO E O REGISTO QUEIROSIANO: ASPETOS QUE INTEGRAM A OBRA NA POÉTICA DA ÁREA DE ESTUDOS MEDIANTE RECORTES DE ELEMENTOS REVELADORES DE PERTENÇA AO GÉNERO

O Egito é um volume composto por notas de viagem e artigos publicados no Diário de Notícias, entre 1869 e 1870.Dessa forma, trechos das matérias jornalísticas foram aproveitados, ora de maneira integral, ora de maneira adaptada, em duas das produções literárias do escritor: *O Egito – notas de viagem* (1926) e *Notas Contemporâneas* (1909) – ambas póstumas.Ao fazer a experiência do Oriente, Eça passa por imergir na realidade do "outro" executando, por meio da vivenciação, uma série de visitações e excursões, tais como o presenciamento duma dança de almeias e a integração num banho turco. Sobre esta vivência, Eça faz, de forma bastante ilustrativa, a seguinte construção:

> *Tiram-nos agilmente os casacos; os árabes impassíveis, indolentes, cheios de quietação, deixam-se despir pelos núbios que dão o banho: Resende imita-os com uma imobilidade turca, mas eu repilo o auxílio daqueles belos corpos negros, cheio de myself, como um habitante da City*! (p.165)

A expressão "*cheio de myself, como um habitante da City"* é uma forma irónica e bem-humorada de apresentar uma espécie de ridicularização da própria conduta, ou da postura ocidental "civilizada".

O contacto com o conhecimento transmitido mediante os cinco sentidos é da mesma maneira narrado:

> *Ali o vapor de água aumenta: o calor é forte, uma transpiração abundante cobre o corpo: parece que aquele meio quente, amolecedor, dissolvente, liquificante, derrete a iniciativa e a individualidade, e que a nossa vontade, o nosso eu, o nosso ser, se desfazem no vapor espesso e aromático. Não se tem a consciência de se ser livre, perde-se o sentimento dos contornos nítidos, parece que o corpo se dissipa, se dilui, se atenua, se torna semelhante àquele vago vapor, dando-nos uma transparência azulada*. (p.166)

Apelando para elementos sensoriais, Eça trata de remeter o leitor à lascívia e a lubricidade do ambiente onde esteve presente.

2.1. NOTAS PRÉVIAS E DISCURSO PICTÓRICO: ESTABELECIMENTO DE PROTOCOLOS DE LEITURA E ATITUDE DE "PINTAR COM PALAVRAS"

Entende-se que as notas prévias desempenham um importante papel no sentido de fornecer ao leitor ou ao destinatário da mensagem um conjunto de regras que objetiva a conexão entre a contextualização das condições de produção da obra e a situação das condições de leitura. No caso das guias de leitura que acompanham os artigos queirosianos veiculados em suporte periodístico, pode-se depreender uma discussão referente à relação entre escrita e texto visual.Este fragmento parte dos paratextos que envolvem a obra, ou seja, da zona fronteiriça que delimita os contornos do texto e que tem funções performativa e pragmática no sentido de orientar as formas de aceder ao texto. No caso da produção jornalística de Eça de Queirós, as notas prévias acompanham quatro crónicas publicadas no *Diário de Notícias*, de 18 a 21 de janeiro de 1870, por ocasião da descrição das festas de inauguração do Canal de Suez, que se tinham realizado em 17 de novembro de 1869.

O referido material, além de ter sido divulgado em um primeiro momento no meio impresso diário, foi também publicado em formato de livro, anos mais tarde, sob o título *Notas Contemporâneas*.

Nesta obra encontra-se publicada a correspondência que o escritor enviou ao editor do *Diário*.

> *Sr. Redator.*
>
> *Acedo da mais perfeita vontade ao seu desejo de ter a história real das festas de Suez. Conto-lhe, porém, simplesmente e descarnadamente, o que me ficou na memória daqueles dias confusos e cheios de factos: tanto mais que as festas de Suez estão para mim entre duas recordações – o Cairo e Jerusalém: estão abafadas, escurecidas por estas duas luminosas e poderosas impressões: estão como pode estar um desenho linear a lápis, entre uma tela resplandecente de Decamps, o pintor do Alcorão, e uma tela mortuária de Delaroche, o pintor do Evangelho*
>
> *Talvez em breve diga o que é o Cairo e o que é Jerusalém na sua crua e positiva realidade, se Deus consentir que eu escreva o que vi na terra dos seus profetas. Hoje, faço-lhe apenas a narração trivial, o relatório chato das festas de Port Saïd, Ismaília e Suez.*

A partir deste trecho, depreende-se o caráter de imprecisão que o escritor pretende apresentar em seu relato, texto este baseado na memória que tem dos fatos que presenciou. De acordo com o que foi escrito, não há nenhum compromisso do autor com uma verdade única e absoluta. E a referência explícita a dois artistas gera, ainda, alguma inquietação.

Alexandre Gabriel Decamps, que Eça chama de "pintor do Alcorão" foi um artista francês, do Romantismo, que teve contanto com o Oriente e que produziu uma série de trabalhos sobre o cenário e a vida oriental. São exemplos de algumas de suas obras: *Um mercador turco*, de 1830, *A patrulha turca*, de 1831 e, a mais conhecida delas, *A derrota dos Cimbris*, de 1833. Nesta última é representado um conflito histórico entre uma horda de bárbaros e um exército disciplinado. Tido como enigmático pelos críticos mais tradicionais, Decamps realizou também importantes trabalhos sobre as cenas descritas no Alcorão, livro sagrado do Islamismo.

Paul Delaroche, denominado por Eça como o "pintor do Evangelho" foi, da mesma forma, um académico francês que se ocupou da reprodução de fatos reais por meio de poderosa carga de autenticidade. Pintor histórico, produziu *A execução de Lady Jane Grey*, de 1834, e *A jovem mártir*, de 1855, entre outros trabalhos bastante populares. A reprodução de páginas da história era a especialidade do artista, que também se dedicou à pintura da Paixão de Cristo sob um ponto de vista humanizado, dramático e doloroso.

É interessante ressaltar a pressuposição de que arte e história são estâncias indissociáveis para ambos os artistas, da mesma maneira que se fazem inseparáveis forma e conteúdo nas produções do jornalismo literário. Acerca disso, retoma-se a afirmação de Paul Stern:

> *Somente quando todos os fatores de uma imagem e todos os efeitos individuais estão em completa harmonia com o sentimento vital, intrínseco e único que se expressa no todo – quando, por assim dizer, a clareza da imagem coincide com a clareza do conteúdo interior – é que se alcança uma "forma" verdadeiramente artística* (Paul Stern, apud DONDIS, p. 138).

E é neste ponto que se estabelece o vínculo dialógico entre as referidas produções e as obras jornalístico literárias queirosianas, igualmente baseadas na recordação e na factualidade.

O ocidentalismo e o orientalismo são, dessa forma, retomados no texto epistolar do autor, com a finalidade de dar conta da ideia de totalidade e de universalidade. A ideia de Eça é, pois, relacionar os dois extremos com o "desenho linear a lápis" que fará dos acontecimentos.

Assumindo o papel de "câmara clara"[91], o jornalista propõe um contrato ao leitor, termo este baseado no fato de que este terá, a partir de então, acesso a um recorte parcial e parcelar dos acontecimentos, no lugar de um registo mecânico e impessoal. Está, ainda, advertindo que não irá tão-somente reproduzir, mas colocar-se opinativa e interpretativamente diante dos fatos presenciados e narrados.

[91] A expressão foi cunhada por Roland Barthes para designar o processo de descrição subjetiva do objeto.

Entretanto, desconfia-se – com razão – da precariedade do texto prometida pelo escritor por meio da expressão "relatório chato". Além de estar relacionada a um *topos* da humildade, esta autodefinição revela a função de sugerir certa infalibilidade, já que se trata de um recurso retórico discursivo empregado para estabelecer a negação da defetividade.

Em *O Egito*, as notas preliminares são escritas por um familiar do autor, que explica as condições do trabalho de reunião das notas de viagem. E assim escreve José Maria D'Eça de Queiroz:

> *É a arte plástica, por excelência, pictórica, luminosa: pequenos quadros sucessivos – verduras intensas, águas cintilantes, sons fulvos do Deserto, Áspera lividez das paisagens místicas, orgia de cores, de luz, de formas – eles tomam aos nossos olhos uma força obcecante de realidade. Escrever assim é pintar, cada palavra tem o valor de uma pincelada que nos deixa na retina uma impressão quase física*. (p.16)

Na obra analisada, são comuns as referências a Ingres, sobretudo quando se trata da questão do feminino. Acerca do que pensa um árabe sobre uma mulher ocidental, explica Eça:

> *"Uma europeia rindo, falando, criticando decotando-se, mostrando o rosto, agitando o leque, flexível, nervosa, ágil, é para ele uma coisa grotesca, impudica e ridícula, que o pode fazer rir como uma história, mas que o enche de tédio como uma imundície*." (p.104)

Assim, a nudez da mulher árabe estaria sempre restrita à vida interior, ao harém, descrito pelo escritor como *"a instituição mais curiosa, mais bela, mais original do Oriente*", ambiente que Ingres representa na arte pictórica, espaço este a que Eça faz menção explicitamente: *"Naquela sala, por trás da gelosia cerrada, não repousará uma moça árabe, sobre coxins, naquelas atitudes convencionais e cheias de provocação que amava o pintor Ingres*?" (p.103)

Para Daniel-Henri Pageaux, "*o imaginário que descobrimos é o espaço onde triunfa a intertextualidade uma vez que é o lugar dos arquivos e das reatualizações possíveis de fragmentos, de sequências, de partes inteiras de textos, procedentes do estrangeiro ou não*". (p.154)

É dessa maneira que o escritor remete o leitorado a uma atitude de acesso às imagens que tem registadas numa espécie de "museu mental". Este recurso, amplamente empregado em Literatura de Viagens, é capaz de conferir o reforço de um diálogo entre a obra lida e os conteúdos produzidos por outros artistas noutras épocas, o que cria o efeito palimpsêstico caraterístico da história do pensamento humano.

2.2. O EGITO COMO NARRATIVA DE VIAGEM: A REPRESENTAÇÃO DO "OUTRO" E A RELAÇÃO IDENTIDADE/ALTERIDADE NA OBRA

O autor apresenta na prosa uma série de índices a partir dos quais é possível inferir auto e heterorrepresentações. Em várias passagens da obra é exequível o encontro de aspetos que colocam as culturas ocidental e oriental numa relação de polaridade. Num dos trechos que descreve a experiência do banho turco, já aqui referida, Eça dá conta de destacar a presteza e a agilidade ocidental de uma forma um tanto caricatural.

Escreve o autor: "*Voltei-me para Resende – mas quando menos pensávamos, arremessaram-nos aos empurrões para fora do tanque, com uma vivacidade toda ocidental*!" (p.168).

Mais uma vez revela-se uma tentativa de reflexão acerca das maneiras ocidentais, o que evidencia novo exercício de autorrepresentação mediante a circunspeção de atitudes que demonstram hábitos exageradamente práticos e eficientes, tão particulares do homem europeu civilizado.

2.3. A REPRESENTAÇÃO DA MULHER

A questão do feminino é um tema sobre o qual Eça se detém com singular atenção no relato da viagem ao Egito. É frequente depreender da narrativa uma atitude comparativa de base na qual as mulheres ocidentais e orientais têm as particularidades cotejadas de maneira que um tipo não é considerado melhor ou pior que o outro, mas diferentes entre si.

O sentimento da beleza é no árabe diferente do do europeu: as nossas mulheres, delgadas, magras, delicadas, de longos cabelos ondeados, flexíveis, de andar de ave, sensíveis, ternas, deixam-no decerto extremamente indiferente. O clima dá-lhe um outro sentimento da beleza: o repouso amplo das formas, o desenvolvimento dos seios, a profunda voluptuosidade do olhar, a indolência lânguida do passo, são as coisas que o árabe aprecia. O amor, entre nós, mesmo o mais físico, tem exigências de espiritualidade: admiramos o pé delicado e leve, o porte cheio de graça, a cintura airosa, vibrante, prestes a desfalecer.

O árabe vê sempre a mulher na indolência do seu sofá, na imobilidade plástica do repouso e na atitude formosa da fadiga. (p.112)

Apreende-se, do trecho supracitado, as singularidades caraterísticas não só do estilo da mulher ocidental e oriental, mas do gosto e da predileção do homem árabe e europeu. O tratamento que é dado a cada um dos lados parece um tanto parcelar, uma vez que o autor coloca em oposição o amor que "tem exigências de espiritualidade" do europeu e "as coisas que o árabe aprecia", e tenta explicar o porquê de o homem oriental ter um padrão de beleza diferente do "nosso" à luz de conceitos deterministas, afirmando que *"o clima dá-lhe um outro sentimento de beleza"*.

É também digno de atenção o fragmento que descreve a dança da bailarina oriental, a seguir reproduzido:

É uma dança serena, silenciosa, muda. A Ghawazi, imóvel no seu lugar, dança apenas com estremecimentos do corpo. A dança árabe é uma vibração dos músculos: os pés movem-se impercetivelmente no mesmo sítio, enquanto o corpo vibra ao som do rebab.

A dançarina começa por girar sobre os pés, brevemente, arqueando os braços por cima da cabeça, uma atitude ondeante e fugitiva, como se uma força a levasse no ar, seu elemento natural: depois, ao pousar levemente no chão, todo o corpo vibra, com um estremecimento elétrico, como a contração de um réptil lascivo.

Aqueles movimentos são quietos, quase impercetíveis, mudos, mas cheios de ardor e de intenção: todo o corpo da Ghawazi estremece, vive, palpita. A alma, o desejo, o calor estão espalhados por todos os músculos: O seio agita-se, a cintura vibra, os braços têm uma ondulação de serpentinas, uma tremura silenciosa de chamas que se erguem. (p.211)

Uma evidente dimensão de sexualização e de animalização subjaz à exposição dos pormenores, que estão ligados à feminização do espaço visitado. A descrição é portadora de elementos profundamente imagéticos e sonoros capazes de chamar pela imaginação do recetor.

Nas palavras de José Maria D'Eça de Queiroz, descendente direto que prefacia a obra, está exemplificada uma "*arte sensual e viva, que afaga os olhos, os ouvidos, o olfato, e faz surgir da brancura do papel, milagrosamente, cheios de cor e cobertos de sol, os aspetos intensos e desolador do Deserto e os contornos ligeiros das velhas cidades do Oriente*!" (p.16)

Outra chamada de atenção refere-se à presença de termos estrangeiros que aparecem em itálico. Esta postura é frequentemente adotada pelo autor, que marca graficamente o aparecimento da palavra sem, contudo, preocupar-se com a tradução vocabular, ficando a explicação por conta do próprio contexto.

3. CONCLUSÃO: A REPRESENTAÇÃO DO "OUTRO" ESTRANGEIRO COMO ELEMENTO DELINEADOR DE UMA ATITUDE COMPARATIVA DE BASE

Ao analisar *O Egito* e inscrever a obra no género da Literatura de Viagens, é possível depreender que, ao mesmo tempo em que Eça prende-se à construção de heterorrepresentações em torno do estrangeiro, concretiza também um exercício de autorreflexividade acerca da condição do homem ocidental e europeu.

Estabelecendo uma relação de generosidade e de acolhimento para com a realidade visitada, o escritor, na maior parte das vezes, relaciona-se com os elementos estrangeiros de forma harmoniosa ou, nas palavras de Pageaux, cria uma relação de "filia" com a cultura do "outro" instituindo, sempre que possível, um vínculo desta com a cultura de pertença por meio de uma atitude comparativa de base.

Além do mais, no caso do Egito queirosiano, existe a possibilidade de perceber percursos temáticos que serão aproveitados e retomados ao longo da história de sua produção literária. É o caso da reflexão acerca da abordagem das condições dicotómicas que envolvem a cidade e o campo, assunto cujas sementes concetuais são já entre as referidas notas de viagem, escritas na juventude.

4. BIBLIOGRAFIA

ANTOINE, Philippe (1997) Les Récits de Voyage de Chateaubriand: contribution à l'étude d'un genre, Paris, Honoré Champion Éditeur.

BERTY, Valérie (2001) Littérature de Voyage. Un essai de typologie narrative des récits de voyage français au XIX e siècle, Paris, L'Harmattan.

BESSIÈRE, Jean et alii (1997) Histoire des Poétiques, Paris, PUF.

CORBIN, Alain (2001) L'Avènement des Loisirs 1850-1960, Paris, Flammarion.

GANNIER, Odile (2001) La Littérature de Voyage, Paris, Ellipses.

GENETTE, Gérard (1991) Fiction et Diction, Paris, Seuil.

GENETTE, Gérard (1982) Palimpsestes. La littérature au second degré, Paris, Seuil.

GUILLÉN, Claudio (1998) Múltiples Moradas. Ensayo de Literatura Comparada, Barcelona, Tusquets Editores.

LEJEUNE, Philippe (1975) Le Pacte Autobiographique, Paris, Seuil.

MOURA, Jean-Marc (1992) Lire l'Exotisme, Paris, Dunod.

OUTEIRINHO, Maria de Fátima da Costa. (2002) "A Viagem a Espanha. Em torno de alguns relatos de viagem oitocentistas", Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas, vol. XIX, Porto, pp. 287-299.

PAGEAUX, Daniel-Henri (1994) La Littérature Générale et Comparée, Paris, Armand Colin.

SAID, Edward W. (2004) Orientalismo. Representações Ocidentais do Oriente, trad. Pedro Serra, Lisboa, Livros Cotovia.

SEGALEN, Victor (1986) Essai sur l'Exotisme. Une Esthétique du Divers, Montpellier, Éditions Fata Morgana.

SEIXO, Maria Alzira (1998) Poéticas da Viagem na Literatura, Lisboa, Edições Cosmos.

29. ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ, ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE GALIZA-PORTUGAL

FASES PSICO-GLOTO-POLÍTICAS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO (OU DE DESTRUIÇÃO) DUMA COMUNIDADE NACIONAL: REFLEXÕES BREVES DESDE A GALIZA

0.- INTRODUÇÃO

Apenas pretendo refletir sumariamente e desde a situação glotopolítica da Galiza (espanhola, compreendida nas "Comunidades Autónomas" de "Galicia", de "Castilla y León" e de "Astúrias") como é que o "Reino de Espanha" constrói e vertebra a *sua* "nación" em detrimento das nações ou dos segmentos nacionais, submetidos nele e a ele. Poderia reparar no acontecido noutros estados, como o francês ou o italiano, e chegaria a conclusões parecidas. Apenas os pormenores do processo seriam diferentes, mas não diversos. Deixo de lado os aspetos não comunicacionais (se algum houver) para atender em exclusivo às que considero fases logicamente distintas, seguidas no processo de destruição (e, correlativamente, de construção) da Comunidade Nacional Galiza (e, correlativamente, "Espanha").

Distingo três fases, como disse e insisto, logicamente distintas e gradualmente realizadas.

Denomino-as:

A) Abstração.

B) Idealização.

C) Simbolização.

Neste texto tento ingenuamente definir os conceitos que essas denominações cobrem, ao tempo que assinalo algum exemplo a esclarecem as definições.

Para cumprir o objetivo proposto, assinalo, em cada fase, três níveis ou, antes, âmbitos, que refiro quer [1.º] ao psíquico ou individual, quer [2.º] ao estritamente (?) linguístico ou verbal, quer [3.º] ao político, deveras objetivo ou meta dos precedentes no processo "nacionalizador" (ou desnacionalizador).

1. AS FASES

Tomo o conceito de **FASE** num sentido, figurado, próximo da aceção 3.ª do *Dicionário Estraviz*: «Cada um dos circuitos ou enrolamentos separados de um sistema polifásico»; ou, no *Priberam*, da definição «cada um dos circuitos de um sistema elétrico em que existem duas ou mais correntes alternas». São momentos, logicamente diversos, mas se acaso não sucessivos no tempo, distinguíveis no complexo decurso elaborador de símbolos na sociedade e para ela.

1.1. ABSTRAÇÃO

Costuma definir-se **ABSTRAÇÃO** «ação de abstrair» e **ABSTRAIR** «separar mentalmente (qualidades ou propriedades dos seres)» ou «considerar isoladamente; simplificar». É com estes significados, simples e, de vez, complexos, que uso o vocábulo.

Apesar de talvez os filósofos da Escolástica medieval e pós-medieval serem quem melhor (ao meu propósito) tenham sistematizado a operação, apenas aponto as reflexões que, ao caso, achei em http://jcspl.wordpress.com/2007/03/14/niveis-de-abstracao/ ,referidas a graus de abstração; assinalo em particular as propostas pela Dra. Jan Strever do "Spokane Community College" (Washington) [92]. Confiro-as com a distinção tradicional entre *substantivos abstratos* (Nível 4) e *concretos*, em que subdistingue, segundo graus de concreção, outros três níveis (3, 2, 1), do menos ao mais concreto.

1.2. IDEALIZAÇÃO

O significado de **IDEALIZAÇÃO** vem sendo «ato ou faculdade de idealizar». Por sua vez **IDEALIZAR** vale por «dar caráter ideal» e mesmo «fantasiar». Aliás, por **IDEAL** entendo «em que há toda a perfeição, que se pode conceber», mas também «perfeição suprema, que só existe na imaginação» e «a mais elevada e ardente aspiração». Porém, acontece que, no dia-a-dia, a idealização de pessoas, acontecimentos ou objetos se acompanha de valorizações, enobrecedoras ou degradantes, tendentes quer a avigorar o elemento em causa quer a procurar o seu enfraquecimento e mesmo a sua desaparição. São justamente as **IDEALIZAÇÕES VALORIZADAS** as que privilegio neste texto.

1.3. SIMBOLIZAÇÃO

Os dicionários definem **SIMBOLIZAÇÃO** como «ato ou efeito de simbolizar», **SIMBOLIZAR**, como «representar ou exprimir por meio de símbolos» e **SÍMBOLO**, «figura, marca, sinal que representa ou substitui outra coisa» ou «aquilo que possui um poder evocativo». Contudo, prefiro generalizar um dos significados particulares: «sinal particular com que os iniciados, nos mistérios do culto, se reconheciam», porquanto os humanos, ao pertencerem sempre a um determinado grupo, reconhecem como tais, como humanos e como integrantes do grupo, a meio de símbolos que compartilham. Deste ponto de vista o símbolo e, em geral, o processo de simbolização causam a comunicação entre as pessoas...ou inversamente incomunicam-nos entre si e relativamente a outros grupos de pessoas. Portanto, acudo à etimologia de **SÍMBOLO** (*symbolon*, vocábulo grego derivado do verbo que significa "lançar com" ou "ligar com") para salientar que os símbolos não apenas unem elementos díspares (o simbolizante com o simbolizado), mas sobretudo se tornam em instrumentos eficazes de comunicação entre as pessoas que, como disse, compartilham as caraterísticas e condições de uns determinados símbolos.

2.- OS NÍVEIS OU ÂMBITOS

Antes de caraterizar níveis ou âmbitos (nem talvez primários, nem excludentes) e para melhor os entender, lembro, relativamente ao indivíduo, os estados ou instâncias do EU, segundo os delimita a **ANÁLISE TRANSCENDENTAL**, escola que iniciou o psiquiatra canadiano Eric Berne.

«O termo **ESTADOS DE EGO** tem como propósito designar estados da mente relacionados aos respetivos padrões de comportamento», à partida individuais, mas logicamente em interação com outras pessoas. Por palavras do próprio Eric Berne, «um estado de Ego pode ser descrito, fenomenologicamente, como sistema coerente de sentimentos e, funcionalmente, como série coerente de patrões de conduta.» (Berne, E. 1964.1987: 27) (Em adiante, para evitar confusões, em vez de "estado" uso o vocábulo "instância"). É por isto que os utilizo para explicar os comportamentos elementarmente linguísticos e, em geral, as relações entre as pessoas e mesmo entre as pessoas e as instituições (estaduais).

As **INSTÂNCIAS DE EGO** ficam assim caraterizadas: «O **EU PAI** é a sede da *Sabedoria*; o **EU ADULTO** é a sede do *Raciocínio* e o ***EU Criança*** é a sede do *Sentimento*.» (G. Chandezon-A. Lancestre 1982.2001: 27).

Por partes:

[92] http://ol.scc.spokane.edu/Jstrever/tw/Resources/abstract.htm

a) A instância **EU PAI**, semelhante à figura paternal, constitui a programação externa da pessoa (Ib.: 28), que abrange duas sub-instâncias: o *EU Pai Crítico* e o *EU Pai Nutrício*. Está organizada pela ***Exteropsiquê***.

b) A instância **EU ADULTO** «carateriza-se pela tendência à objetividade, à razão, à lógica. [...] capta os dados, combina-os de jeito inteligente, trata-os com lógica procedendo por induções e deduções sucessivas para tomar, afinal, o acordo adequado» (Ib.: 33). Nela pode distinguir-se o *EU Adulto racional* e o *EU Adulto poético*. Está organizada pela ***Neopsiquê***.

c) A instância **EU CRIANÇA** «contém todos os desejos e sentimentos que aparecem naturalmente no indivíduo. São pulsões e sentimentos que se amostram disponíveis em diferentes estádios da vida» (Ib. 31). Igualmente cabe subdistinguir o *EU Criança Adaptado* e o *EU Criança Livre* (ou espontâneo). Está organizada pela ***Arqueopsiquê***.

«Cada organizador tem duas funções independentes: uma se destina a organizar os determinantes e transformá-los em influências efetivas; a outra, a organizar os fenómenos A Arqueopsiquê organiza a programação interna; a Neopsiquê, a programação de probabilidade; e a Exteropsiquê, a programação externa.»

(Para melhor entender estes conceitos, vale a pena visitar o sítio http://www.josesilveira.com/novosite/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1)

2.1. CARATERIZAÇÃO

Sem apurar as distinções e ao caso, entendo que no ESTADO "moderno" as pessoas se comunicam e portanto interagem (ou vice-versa) em dous níveis, bem diferenciados:

1.º - No **NÍVEL NÃO-INSTITUCIONAL** (e também não para institucional).

2.º - No **NÍVEL INSTITUCIONAL** (que tem de ser estendido ao nível para institucional).

Tendo em conta que, nas circunstâncias socioculturais presentes, a língua, quer dizer a verbalização oral e escrita, é instrumento mediador necessário para efetivar a comunicação e a interação entre os humanos, permito-me simplificadamente distinguir três níveis (e dous âmbitos gerais) que a seguir examino.

2.1.1. O NÍVEL PSÍQUICO OU ÂMBITO DA INDIVIDUALIDADE

Entendo que no **NÍVEL PSÍQUICO**, isto é, no **ÂMBITO DA INDIVIDUALIDADE,** as pessoas agem, quer espontânea quer livremente, integradas com maior ou menor adequação nuns determinados grupos, à partida não institucionalizados. A comunicação e, portanto, a interação entre as pessoas individuais («físicas» diz-se em Direito), no seio do grupo, pode fazer-se e faz-se desde as três instâncias do EU, em medida diferente e em diferente grau de complexidade (que poderíamos descrever seguindo as pautas da **ANÁLISE TRANSACIONAL**). Contudo, interessa-me adiantar que neste nível se configuram as **RELAÇÕES DE SOLIDARIEDADE**, segundo as definem os **SOCIOLINGUISTAS** ou sociólogos da Linguagem, as quais, por sua vez, se verificam nos ***âmbitos da coloquialidade***.

2.1.2. O NÍVEL LINGUÍSTICO OU VERBAL

Embora linguistas e, em geral, os cientistas da Linguagem tenham como hipótese de partida, indiscutível, a língua, globalmente considerada, como instrumento mediador na comunicação e interação humana, não obstante, entendo que em cada diassistema linguístico existem hoje dous níveis de uso, radicalmente distintos, a conformarem diversamente as estruturas do idioma. É hipótese, como digo, admitida sem discussão que cada língua particular ou idioma é descritível desde a Gramática substancialmente *una* que se corresponde com determinada realização oral, igualmente *una*, e com o dicionário ou léxico, igualmente *comum*.

Não obstante, a experiência (a pouco que for analisada) amostra que em toda a língua, das chamadas "de cultura" ou oficiais ou nacionais, podem (e devem) assinalar-se dous subníveis gerais bem diferenciados; singelamente os identifico com a **REALIZAÇÃO ORAL** (e equivalente) e com a **ESCRITA** da língua em causa, as quais exigem determinada e diversa conformação do processo comunicativo, ao tempo que são caraterizadas justamente pela diversa conformação do processo. Acho que a diferença entre ambos os processos radica não tanto na condição diferida própria do baseado na realização escrita,

quanto na hierarquização de emissor e destinatário, antes que recetor: aquele goza sempre e por definição rango superior (e capacidade de ordenar), enquanto o destinatário se acha sempre num rango inferior.

Acrescente-se outra diferença radical: *No processo comunicativo por realização oral (ou equivalente) sempre é possível a alternância das funções emissora e recetora, enquanto no processo realizado por meio da escrita é quase impossível que ambas as funções sejam alternantes, salvo que se inicie um novo processo*.

Como casos exemplares tomo uma conversa informal na casa ou na cafetaria, para a comunicação oral; para a escrita, o diário oficial do estado ou, mesmo, uma sessão parlamentar.

2.1.3. O NÍVEL POLÍTICO (NACIONAL) OU ÂMBITO DAS INSTITUIÇÕES

Entendo por "político" (em regra e por abuso, equivalente, no estado moderno, a "nacional") tudo o relativo à organização do estado "moderno" e atinente aos três poderes formais reconhecidos: o legislativo, o executivo e o judiciário. Contudo, devem ser estimados outros que, embora não reconhecidos como poderes formais do estado, na realidade exercem funções talvez mais importantes e, em todo o caso, decisivas; são o poder militar, o económico e, relacionado com todos os anteriores, o poder informativo (ou de propaganda). Em consequência, o âmbito das instituições em causa são as propriamente públicas, estaduais e paraestaduais. Nelas o indivíduo deve desenvolver-se não como pessoa integrada num grupo, mas apenas como cidadão, quer dizer, como construto abstrato que a legalidade do estado-nação delimita. É neste contexto, mundial, que a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* apenas exprime projetos, talvez exequíveis num futuro indefinido. Aliás, os direitos fundamentais do cidadão — que as constituições reconhecem— podem exercer-se enquanto não excedam dos mínimos "razoáveis", cujo alvo apenas seria atingido num longo processo, sempre adiado e sempre ecoado em tempo de eleições.

2.2. INTER-RELAÇÃO

Alcançada esta altura das reflexões, procuro não cair dela e mesmo estar à sua medida e responder dignamente a ela. Para consegui-lo, tento inter-relacionar os conceitos tão sucintamente expostos e nalguma medida explicar a raiz dos conflitos culturais e glotopolíticos da Galiza (mormente) e propor alguma via de desconflituação.

2.2.1. CORRELAÇÃO

Na que disse **ÂMBITO DA INDIVIDUALIDADE** todas as pessoas, enquanto pessoas, contribuem, em grau diverso, a elaborar, arredondar e fruir as três **FASES** acima apontadas, **ABSTRAÇÃO, IDEALIZAÇÃO** e **SIMBOLIZAÇÃO**. À partida as pessoas participantes na comunicação não se acham hierarquizadas mercê dalgum jeito de coação institucionalizada, de modo que interagem em condições de relativa igualdade, apesar de que, em regra, há um líder do grupo, pessoa concreta sempre identificável e reconhecido, que procede como orientador ou guia, antes que como chefe. Assinalo algumas manifestações de atividades surgidas da colaboração entre as pessoas ao longo do tempo, que diria ahistórico, porquanto com muita dificuldade poder ser identificados autores e datas; costumam ser consideradas tradicionais:

1.ª - As **FESTAS POPULARES**, geralmente localizadas e celebradas a modo de convívio entre vizinhos ou próximos. Cada paróquia ou freguesia não apenas tem o seu santo patrão, mas sobretudo prepara e celebra as honras, religiosas e profanas, em cordial participação popular. Confrontem-se com a preparação e celebração dos atos festivos vindos das Câmaras municipais ou patrocinados por entidades bancárias ou empresas.

2.ª - As **PECULIARIDADES GASTRONÓMICAS**, a eito ligadas às festas populares, mas não só, que seguem ritual fixado de geração em geração, até ao ponto de por comarcas mais ou menos extensas elevar ao nível de símbolo representativo determinados pratos ou produtos.O facto não exclui que haja peculiaridades gastronómicas "regionais", igualmente simbólicas desse grupo humano.

3.ª - O **APRENDIZADO DA VIDA** não unicamente referido a ofícios ou tarefas, quase sempre relativas à cultivação de vegetais e ao cuidado de animais domésticos, mas também e sobretudo por meio de sentenças ou ditos ou provérbios — *refrães* — atribuídos à sabedoria popular. Acrescente-se neste apartado os romances e canções, de intensidade lírica reconhecida por literatos de todas as épocas.

4.ª - Os **ACORDOS**, quer nas compra-vendas — geralmente orais —, quer nas transmissões patrimoniais ou herdanças — geralmente por documento privado e segundo prescreve a tradição dos maiores. Em todas essas atividades e ocasiões as pessoas têm possibilidade de exercer as três **INSTÂNCIAS DO EU**, anteditas.

2.2.2. HIERARQUIZAÇÃO

No nível político ou nacional o cidadão apenas lhe é permitido desenvolver o **EU CRIANÇA**, porquanto as autoridades competentes do estado "moderno" desempenham em exclusivo a função de EU **PAI**, mas abstraída de toda a consideração pessoal ou personalizante. Por outras palavras, o cidadão enquanto cidadão está impedido de agir como **EU ADULTO** ou, se o pretender, quase sempre será acusado de pessoa rara, quando não de subversivo ou mesmo terrorista.

Por outra parte (ou pela mesma), ao cidadão, individualmente e não em grupo, é-lhe dada redondamente feita a **FASE** final, de **SIMBOLIZAÇÃO**, sem quase hipótese de intervir nem nela nem nas anteriores, **ABSTRAÇÃO** e **IDEALIZAÇÃO**.

Seja como for, a confrontação do estado com a sociedade (ou contra ela) abrange quase todos os espaços, sem dúvida sobre os supostos da explicação que anos atrás o Prof. Rodríguez Aramberri dava:

O estado moderno amostra-se como consagração da sociedade civil e, ao tempo, como instância mediadora para procurar a reconciliação das partes integrantes, quer dizer, como instância contraditória da sociedade civil que paira sobre os interesses individuais ou corporativos fornecendo-lhes unidade superior da que por si carecem. Sem a tutela do estado, o usual seria a guerra de todos contra todos. (J. Rodríguez Aramberri 1985: 149)

De facto, a ***hierarquização dominadora*** do estado sobre as sociedades nacionais incluídas nele configura o nacionalismo espanhol, patente nos nove artigos do «Título preliminar» da *Constitución* (1978).

Por exemplo, diz o art. 4.º § 2, referente às bandeiras, símbolos da «nación» e das «regiones»:

Estas [banderas das "comunidades autónomas"] se utilizarán junto a la bandera de España en sus edificios públicos y en sus actos oficiales.

Enquanto o art. 6.º § 2 da Ley 39/1981, de 28 de octubre, por la que se regula el uso de la bandera de España y el de otras banderas y enseñas especifica:

Si junto a ella se utilizan otras banderas, la bandera de España ocupará lugar preeminente y de máximo honor y las restantes no podrán tener mayor tamaño.

Essa hierarquia, não tanto entre línguas, quanto das Comunidades linguísticas e de fala, incluídas no *Reino de Espanha*, fica com maior claridade manifesta no art. 3.º da *Constitución* (1978):

Art. 3. 1. *El castellano es la lengua española oficial del Estado. Todos los españoles tienen el deber de conocerla y el derecho a usarla.*

- 2. *Las demás lenguas españolas serán también oficiales en las respectivas Comunidades Autónomas de acuerdo con sus Estatutos.*

- *3. La riqueza de las distintas modalidades lingüísticas de España es un patrimonio cultural que será objeto de especial respeto y protección.*

O estado acha-se organizado hierarquicamente:

a) A "nación", como o todo, cujos símbolos prevalecem sobre outros quaisquer.

b) Os segmentos, partes submetidas ao todo, que recebem da "nación" algum reconhecimento.

c) Grupos sociais menores, nominalmente dignos de «respeto y protección».

Contudo, nem os elementos a simbolizarem a "nación" nem os processos para os fixar foram submetidos à discussão do Povo, presumivelmente integrado por pessoas a que se lhes reconhecesse o **EU ADULTO**. Foram singelamente impostos ao um **POVO CRIANÇA**, cujos integrantes, apenas cidadãos abstratos, hoje assumem, sem aparente conflito a condição nacional de "españoles", compatível por completo com a subordinada e subsidiária de "galegos".

Na realidade acontece que o estado, mais cada vez, se intromete e entremete na vida das pessoas, desde pequenos. Para o comprovar, proponho alguns exemplos:

1.º A **ESCOLARIZAÇÃO**, cada vez mais temperã e mais prolongada, em que não importa tanto o aprendizado e preparação para a vida, quanto a socialização nacional dos novos cidadãos.

Na *Comunidad Autónoma de Galicia*, nestes dias de agosto, os "políticos" e alguma outra gente "notable" estão a discutir sobre a conveniência de os meninos aprenderem o HINO DA GALIZA. Aduzem-se motivações peregrinas, como estas, cujo autor e senhor ostenta a função pública de catedrático docente numa das universidades espanholas na citada *Comunidad*:

> *Supongamos que a un político españolista de la derecha más recalcitrante se le hubiera ocurrido crear unas Espaescolas [contra as "Galescolas" ou escolas infantis, que promove Vicepresidência da Junta da Galiza, gerida por um membro do BNG, organização nacionalista galega] en las que los menores de tres años y sus profes debieran vestir uniforme rojo y gualda y en las que los dulces infantes hubiesen de aprender a tararear el himno nacional. ¿Se imaginan el griterío?*
>
> *Los insultos de todo el progresismo oficial irían de fascista para arriba. Por mucho menos estamos acostumbrados a oír hablar de la derecha casposa, del voraz españolismo trasnochado que no se para en barras y del intolerable objetivo de manipular políticamente a nuestros escolares.*
>
> *Ocurre, sin embargo que, como el sectarismo tiene un efecto narcótico indudable, si es el nacionalismo gallego y no el español el que hace la propuesta de adoctrinar a los niños en la fe nacionalista las lanzas se vuelven cañas y todos tan contentos... o, al menos, tan acomplejados*. (R.B.V. em LVG, 2007 / 08 / 29)

Contudo, no fundo e fundo, está a discutir-se justamente a educação nacional espanhola, prevalecente por certa e verdadeira, face à educação nacional galega, omissível por incerta quando não falsa ou espúria.

Confirma esta apreciação a resposta, aparentemente crítica, que uma leitora, [CFV de Ourense] dá em *Carta al Diretor*, publicada o próprio 29 de agosto na edição virtual, sob o título *«¿El himno: patrimonio de unos? todos?»:*

> *Según [RBV], la razón de conocer el himno gallego es la de adoctrinarnos como nacionalistas (La Voz de Galicia del 29/08/2007), de lo que se deduce que el himno es patrimonio de los del Bloque y que sólo los del Bloque tienen el derecho y el deber de conocerlo. Y digo yo, ¿desde cuándo el himno que nos identifica como gallegos y nos une como pueblo es patrimonio de un partido político?*
>
> *Soy hija de emigrantes y he visto llorar de emoción y orgullo a hombres y mujeres de ideologías muy dispares al escuchar nuestros himnos, el español y el gallego.*
>
> *Porque, por encima de todo, somos españoles y gallegos, gallegos y españoles, que lo uno no quita lo otro, no son excluyentes, señor Blanco Valdés, pero el himno gallego es, además, de todos los que somos, nos sentimos y no nos avergonzamos de ser gallegos; y eso ya es harina de otro costal. [...]*

Com efeito, tanto o colaborador de LVG quanto a leitora estão a admitir que não é real o conflito da pessoa galega, cidadã do *Reino de Espanha*, com o estado, porquanto a "nacionalidad" galega se acham ensumida naturalmente na "nación" espanhola.

Porém, o facto não se amostra com tanta evidência quando se trata um assunto decisivo hoje nos estados, como é o da educação nacional aos cidadãos mais novos; na discussão em causa, os meninos de seis meses a três anos.

Conflitos equivalentes reiteram-se na Comunidad Autónoma de Galicia relativamente aos usos de idioma galego no *currículo escolar*. Eis a informação que um jornal madrileno dava o 20 de agosto p. pdo.:

Todo ello sumado a la reciente aprobación de un decreto de enseñanza en lengua gallega que obliga a impartir en gallego en las materias troncales como Matemáticas, Ciencias de la Naturaleza o Sociales, por lo que el castellano quedará relegado al Lengua, Gimnasia y Plástica.

Se essa distribuição relega o castelhano, a contrária, a vigorada até hoje, relega o galego. Entre um e outro banimento, o nacionalismo espanhol não duvida qual idioma deve exilar-se da escola e qual deve continuar privilegiado, apesar de o "galego" ser, nas Leis fundamentais do Reino, definido «lengua propia de Galicia». Por inferência lógica, a castelhana teria de ser considerada "lengua impropia" da Galiza.

1.º A **LEGALIDADE**, geralmente apresentada como beneficiosa dos cidadãos, mas na realidade (também) cada vez mais invasora da intimidade das pessoas. Fique apenas apontado.

3.- CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Acho que nos leves apontamentos, gerais e menos gerais, precedentes fica claro que o Reino de Espanha mais cada vez será estado uniforme, enquanto a Comunidade Cultural galega, lusófona por história e direito próprio, acabará transitoriamente dispersa e afinal banida.

Dito por outras palavras, enquanto o Reino se constrói e consolida, a Galiza está a ser destruída (pelo estado em processo de consolidação) até desaparecer, salvo que os estados lusófonos, a Lusofonia toda tomem consciência do processo (na realidade de ambos os processos) e decida radicalmente ajudar os galegos lusófonos nessa luta desigual, como ajudou os timorenses noutra luta não menos desigual.

4. BIBLIOGRAFÍA

Berne, E. (1964.1987): Games People Play / Juegos en que participamos, México, Diana

Chandezon, G.-Lancestre, A. (1982.2001): *L'analyse Transaccionelle / El análisis transcaccional*, Madrid, Morata.

Rodríguez Aramberri, J. (1984): "Política", in Salustiano del Campo (ed.): *Tratado de Sociología*, Vol. 2, Madrid, Taurus.

30. CARLOS EDUARDO DA CRUZ LUNA

...A SITUAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM OLIVENÇA

Bate-se para que se fale e discuta Olivença. Sem os inúmeros preconceitos que rodeiam este tema. Na vertente cultural, tem observado a situação da Língua Portuguesa na Região. Com preocupação.

Recentes Estudos Científicos (2001 e 2007) vieram reforçar as suas apreensões. Igualmente reforçaram a sua determinação em fazer algo. Porque um dos seus lemas está condensado numa quadra do poeta popular algarvio António Aleixo:

Que importa perder a vida
em luta contra a traição,
se a razão, mesmo vencida,
não deixa de ser razão!

Ou, por outras palavras, parafraseando Descartes, "penso, logo insisto".

Em 1840, trinta e nove anos após a ocupação espanhola (1801), o Português foi proibido em Olivença, inclusivamente nas Igrejas. Já em 1805, as Atas da Câmara tinham começado a ser redigidas em Castelhano. Algumas elites foram aceitando o castelhano. O Português foi-se mantendo principalmente a nível popular, numa toada alentejana, que logo as autoridades classificaram como "chaporreo", palavra de difícil tradução (talvez "patois"; talvez "deturpação"), que criou complexos de inferioridade nos utilizadores. O hábito e o amor-próprio levavam o oliventino a "saltar" do castelhano para o português. De tal forma que, depois de duzentos anos de pressão, ele ainda é entendido e falado por cerca de, pelo menos, 35% da população, segundo cálculos da União Europeia (Programa Mosaïc). Como sucede, contudo, nestes casos, em qualquer ponto do Globo, o Português foi perdendo prestígio. Não sendo utilizado nunca em documentos oficiais, na toponímia (salvo se traduzido e deturpado), ou em qualquer outra situação que refletisse a dignidade de um idioma, manteve-se, discretamente. A Televisão e a Rádio vieram aumentar a pressão sobre o seu uso e compreensão. A Ditadura Franquista acentuou a castelhanização. Agora oficialmente, o Português era uma Língua de quem não tinha...educação!

Em 1999/2000, a Embaixada de Portugal em Madrid, e o Instituto Camões, passam a apoiar o apoiar o ensino do Português no Ensino Primário em todas as Escolas de Olivença. Aproveite-se para dizer ser urgente acudir a Táliga, outrora parte do Concelho de Olivença, onde só 10% da população ainda tem algo a ver com a Língua de Camões.

Mas este primeiro passo não se tem revelado suficiente. O Estado Português deverá tentar influenciar a tomada de outras medidas, dada até a sua posição sobre o Direito de Soberania sobre Olivença: o ensino da História (que não é feito em parte nenhuma em Olivença), por exemplo; o estudo do Português-Alentejano falado em Olivença, e ligação do mesmo ao Português-Padrão ensinado nas Escolas; a utilização prática da Língua, em documentos oficiais, toponímia, etc. a continuação do Estudo do Português até níveis de ensino mais avançados!

Nem a Portugal nem a Espanha se poderá perdoar deixar morrer uma cultura! Acima de tudo, é preciso dar ao Português dignidade... e utilidade. O Primeiro passo poderá ser um Congresso, ou umas Jornadas, ou um Encontro, sobre o tema, que reúna a participação de especialistas e autoridades das mais diferentes origens, unidos pela sua boa vontade...

Estremoz, 11 de julho de 2007.

1) CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS/SITUAÇÃO DO ALENTEJANO

Já não se considera, hoje em dia, que seja "natural" a desaparição de uma língua. Muito menos se aceita que haja línguas "superiores" e "inferiores". Sabemos que uma língua viva sofre evolução. Isso é diferente de defender que uma linguagem deva desaparecer, ainda que tal possa ocorrer.

Uma língua não é só um conjunto de sons, articulados de forma convencional, de modo a designar algumas necessidades básicas de comunicação. Uma língua, sabemo-lo hoje, é um Universo Cultural no qual, entre outras coisas, se encerram os pensamentos, as emoções, as perceções do Mundo. A língua reflete a História, e influencia-a por sua vez.

Línguas houve que não sobreviveram. Outras que foram salvas à beira da extinção. Lembramo-nos todos do caso do Mirandês.

Mesmo as línguas menos utilizadas mostram muito do Universo em que evoluíram. Refletem a História de um grupo humano.

O Português, porque é uma língua viva, não parece ter os problemas de sobrevivência de uma língua minoritária. Afinal, não tardará muito que tenha trezentos milhões e utilizadores. A sua diversidade enriquece-a permanentemente.

Mas...porque não é uniforme, nem está parada no tempo, a Língua Portuguesa sofre agressões. E algumas das suas, digamos, formas, podem estar ameaçadas. Ninguém duvida, por exemplo, que a "forma" alentejana de falar o Português esteja em relativo declínio. Mesmo porque (e aqui entram aspetos políticos), ao privilegiarem-se unitarismos linguísticos ditos "cultos" e centralismos castradores e preconceituosos, não houve grandes cuidados em preservar esse património cultural que era (e ainda é) o "alentejano".

Apesar de tudo, o "alentejano" é um dialeto, ou subdialeto, do Português. Os falantes do Português Padrão, os falantes atuais da língua lusa no Alentejo, se verdadeiramente cultos, procurarão preservá-lo, registá-lo por escrito, explicá-lo. E, porque o "alentejano" tem raízes conhecidas, ele será, pelo menos, compreendido...embora corra o risco de ser pouco "sentido". Àqueles que consideram o "alentejano" uma forma inferior, por só verem o prestígio social numa forma de se expressar e não a sua lógica interna, a sua riqueza cultural, ou o seu valor histórico, nada há a dizer, pois essas pessoas não poderão ser consideradas como verdadeiramente cultas. Para quem a língua é mais do que isso, para aqueles que têm do fenómeno linguístico uma visão mais humanista, muito há a dizer.

O "alentejano" tem séculos de existência". Numa época em que se procura tornar impensadamente igual tudo o que rodeia o Homem, esquecendo-se que uma das coisas que mais o satisfaz é a diversidade, há que lutar para que não morra. Essa é uma tarefa de todos os alentejanos, e de todos os amigos da cultura, portugueses ou não. A luta é difícil, mas há meios, é possível aceder a

informação, e nada, senão muitas vezes os preconceitos dos próprios alentejanos, impede que se faça um esforço nesse sentido.

2. UMA REGIÃO ONDE O "ALENTEJANO" ESTÁ EM RISCO

Mas...a Língua Portuguesa, e, neste caso concreto, a sua forma alentejana, corre riscos, e sérios, de extinção, num espaço geográfico onde era "rei e senhor". Numa região que fica junto da sua matriz natural. As opiniões políticas não são consensuais sobre ela, mas procuremos evitar essa polémica, embora não o possamos desdenhar completamente, com o risco de elaborarmos um diagnóstico incorreto e de prováveis soluções "curativas" não poderem, por isso, ser eficazes.

Refiro-me à Região de Olivença, hoje constituída por dois Concelhos: Olivença e Táliga. No total, pouco mais de 12 000 habitantes em 463 km^2. Aqui, infelizmente, conforme foi denunciado por dois estudos linguísticos bem significativos (Maria de Fátima Resende Matias, "A AGONIA DO PORTUGUÊS EM OLIVENÇA", 2001, Revista de Filologia Românica, vol. 18, 201, e Manuel Jesus Sánchez Fernández, "PORTUGUÊS DE ESPANHA. EXEMPLO: O DE OLIVENÇA", 2004), o Português está em risco. Está "em agonia", diz um dos estudos.

Não é uma história bonita, esta. E está incompleta. Todavia, a História da sobrevivência da Língua Portuguesa em Olivença terá que ser feita um dia. Mais do que sobrevivência, é uma História de Resistência, dados a pressão e os condicionalismos vários, ainda muito mal estudados. Mas tem que ser contada, uma e outra vez, enquanto é tempo. O drama começou em 1801. Tem-se aqui de se referir toda uma política. Não se pretende levantar uma polémica, mas não é possível compreender o que se passou, e a situação atual, ocultando-se factos decisivos.

Assim, já em 26 de janeiro de 1805, suspendeu-se, naturalmente, o uso da moeda portuguesa em Olivença. As autoridades espanholas comunicaram então a vários ofícios, nomeadamente aos aguadeiros, que era obrigatório usar medidas espanholas (referiam-se a comprimento, peso, volume, etc.).

Claro que a Língua não tardaria a sofrer as consequências. A 20 de fevereiro de 1805, foi decidido suprimir toda e qualquer escola portuguesa, bem como o ensino do Português. A 14 de agosto de 1805, as atas da Câmara Municipal passaram a ser escritas obrigatoriamente em Castelhano, o que fez uma vítima: Vicente Vieira Valério. Este, negando-se a escrever na Língua de Cervantes, teve de ceder o lugar a outro. E acabou por morrer à míngua de recursos, personificando um drama cujo desenvolvimento se processaria, geração após geração.

Há notícias de oposição dos oliventinos a estas medidas. As Escolas privadas continuaram a ministrar ensino em Português, até que são fechadas a 19 de maio de 1813, com o propósito (oficial) "de evitar qualquer sentimento patriótico lusitano" (A.M.O. leg/Carp 7/2-18, 19-05-1813, n.º 1324; revelado por Miguel Ángel Vallecillo Teodoro, "Olivenza en su História", Olivença, 1999).

Mas, porque eram muitos os oliventinos que queriam que os seus filhos fossem educados na língua materna, continuaram a existir professores particulares para o fazer. O "Ayuntamiento" não hesitou, e proibiram-se "as aulas particulares, sob pena de multa de 20 Ducados", em 1820 (A.M.O. leg/Carp 8/1-171, 7-10-1820, n.º 1704; revelado, também, por Miguel Ángel Vallecillo Teodoro, "Olivenza en su História", Olivença, 1999).

A população oliventina mantinha as velhas tradições, a vários níveis, procurando agir como se nada tivesse mudado. Mas tal foi sendo cada vez mais difícil, e muita gente foi emigrando, principalmente para as povoações portuguesas mais próximas.

Em 1840, trinta e nove anos após a ocupação espanhola (recorde-se: efetuada em 1801), o Português foi proibido em Olivença, inclusivamente nas Igrejas. O combate contra a Língua de Camões já vinha de trás, todavia.

Algumas elites foram aceitando o castelhano. O Português foi-se mantendo, teimosamente, principalmente a nível popular. Numa deliciosa toada alentejana, que logo as autoridades, vigilantes, classificaram como "chaporreo", palavra de difícil tradução (talvez "patois"; talvez "deturpação"), que criou complexos de inferioridade nos utilizadores, levando-os, cada vez

mais, a usar a Língua Tradicional apenas a nível caseiro, dentro do aconchego do lar, em público, quase só por distração, ou com amigos próximos.

3. ÂNGELO BREA HERNÁNDEZ E AS SUAS CONCLUSÕES

Cabe aqui citar algumas considerações do autor contemporâneo Ângelo José Brea Hernández, o que já fiz, sem hesitar, noutros trabalhos. A maneira como ele descreve o fenómeno de destruição de uma língua, tornada minoritária, são de extrema atualidade.

Segundo o citado, é costume, no colonialismo "tradicional", considerar a Cultura Dominante como muito superior às culturas dominadas. Tal situação verifica-se sempre em qualquer situação colonial, já que uma cultura tenta destruir a outra. Sem nos limitarmos apenas ao exemplo do Colonialismo Clássico, podemos analisar este aspeto através de outras situações. Assim, é sabido que a Cultura Urbana tenta dominar a Cultura Rural; que a cultura da Grande Cidade procura dominar a das pequenas cidades; que a Cultura das Regiões Centrais tente dominar as Culturas das Regiões Periféricas. Todavia, nestes casos quase não existe um conflito num sentido clássico ou violento do termo. Já, por exemplo, no colonialismo europeu em África, as diferenças são significativas, e o conflito assume formas bem violentas...

Todavia, entre culturas próximas, a cultura dominante tem evidente facilidade em assimilar a da sua região dominada. À partida, já muita coisa é igual!

Não obstante, e por estranho que pareça, isso nunca é completamente possível. Isto porque se de facto a região, mesmo pequena, tem uma cultura própria ainda que parecida, há muitos fatores que o impossibilitam ou dificultam em externo, como a própria dinâmica interna da língua, a psicologia, o caráter, os nomes e apelidos, a arquitetura, e muitas outras coisas, de maior ou menor relevância. Por isso, por toda a Europa, por exemplo, em muitos Países, algumas culturas locais conseguiram resistir e conquistar o direito à diferença. Nacionalidades/Culturas que se julgam mortas renasceram. Desde talvez os Séculos XVI e XVII, o colonialismo, ou colonização, e a aculturação forçada, perderam quase toda a sua eficácia na maior parte da Europa. As pequenas regiões, mesmo falando línguas dos seus dominadores, não aceitam a sua destruição.

Também não há razões fundamentais, hoje em dia, para se considerar que as culturas maiores em área ou população têm mais direitos do que as menores. E parte-se do princípio que, entre povos e estados modernos, Estados de Direito, os problemas culturais, ou fronteiras, ou outros, já não são tão dramaticamente conflituosos como noutros tempos. Por outro lado, deixar problemas por resolver, ignorando-os, provou não ter sido uma atitude correta, como o provaram os conflitos aparentemente ilógicos e cruéis na antiga Jugoslávia...

Também muitos argumentos de caráter económico mostraram não ser definitivos...porque nada é definitivo! Hoje, uma economia está mais forte...mas, no passado, não era isso que se verificava! E... quem pode dizer como vai ser o futuro?

Afinal, NÃO HÁ CULTURAS SUPERIORES OU INFERIORES. HÁ CULTURAS DIFERENTES, TODAS RESPEITÁVEIS. NÃO HÁ OUTRO CAMINHO VISÍVEL PARA O FUTURO QUE NÃO SE BASEIE NESTE PRINCIPIO. Na verdade, a causa de muitos conflitos atuais está no NÃO CUMPRIMENTO OU ACEITAÇÃO deste princípio, quer no passado, quer no presente. Desta forma, alguns dos argumentos tradicionais para justificar algumas aculturações estão sujeitos a uma curiosa evolução, perdendo valor, enquanto outro tipo de argumentos ganham peso.

4. VOLTANDO A OLIVENÇA

O hábito e o amor-próprio levavam o oliventino a, quase constantemente, "saltar" do castelhano para o português. De tal forma que, depois de duzentos anos de pressão, ele é entendido e falado por cerca de, pelo menos 35% da população, segundo cálculos da União Europeia (Programa Mosaïc).

Como sucede, contudo, nestes casos, em qualquer ponto do Globo, o Português foi perdendo prestígio. Não sendo utilizado nunca em documentos oficiais, na toponímia (salvo se traduzido e deturpado), ou em qualquer outra situação que refletisse a dignidade de um idioma, manteve-se, discretamente,

por vezes envergonhadamente. A Televisão e a Rádio vieram aumentar a pressão sobre o seu uso e compreensão.

A Ditadura Franquista acentuou a castelhanização. Agora oficialmente, o Português era uma Língua de quem não tinha... educação! Uma Língua de Brutos, ou, como também se dizia, uma Língua Bárbara!

Não obstante, ela sobreviveu. Mesmo nas ruas, surgia e ressurgia, a cada passo...raramente na presença das autoridades. Mesmo algumas elites continuavam a conhecê-la, embora numa fração minoritária.

Nas décadas de 1940, 1950, e 1960, era raríssimo, mesmo impossível em alguns casos, encontrar professores, polícias, funcionários em geral, que fossem filhos da terra oliventina, na própria Olivença. Colonizadores inconscientes, peões numa política geral de destruição das diferenças por toda a Espanha.

Se há ironias na História, esta pode ser uma delas. Alguns desses cidadãos "importados", com muito menos complexos que os naturais porque não tinham, quaisquer conflitos de identidade, ou os seus filhos, puseram-se a estudar os aspetos "curiosos", "específicos", da cultura oliventina! "Oliventinizados", por vezes até, ainda que ligeiramente, em termos linguísticos, acabaram por produzir trabalhos de valor sobre a cultura da sua Nova terra, que podem chamar para sempre, e sem contestações, de Terra Mãe, por adoção, por paixão, ou já por nascimento.

5. NOVOS TEMPOS/ALGUMAS PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

A Democracia deveria ter aberto novas perspetivas, mas os fantasmas não desapareceram de todo. Alguns cursos de Português foram surgindo, com maior ou menor sucesso. Por vezes ao sabor de questões políticas, como durante a Década de 1990 por causa dos avanços e recuos no atribulado processo que levou à construção de uma nova Ponte da Ajuda o Guadiana, entre Elvas e Olivença (inaugurada em 11 de novembro de 2000).

Em 1999/2000, continuando em 2000/2001, a Embaixada de Portugal em Madrid, e o Instituto Camões, passam a apoiar o apoiar o ensino do português no Ensino Primário em todas as Escolas de Olivença. Incluindo as Aldeias. Apenas Táliga, antiga aldeia de Olivença transformada no Século XIX em município independente, está ainda de fora deste projeto, para o qual foram destacados, primeiro três, depois quatro professores portugueses. Aproveite-se para dizer ser urgente acudir a Táliga, onde só 10% da população ainda tem algo a ver com a Língua de Camões. Urgentíssimo!

Tinha sido dado um primeiro e importante passo. Mas não se tem revelado suficiente. O Estado Português deverá tentar influenciar a tomada de outras medidas, dada até a sua posição sobre o Direito de Soberania sobre Olivença: o ensino da História (que não é feito em parte nenhuma em Olivença), por exemplo: a utilização prática da Língua, em documentos oficiais, toponímia, etc.; a continuação do Estudo do Português até níveis de ensino mais avançados; e tantas coisas mais que se poderiam referir!

Não resisto a citar um caso em que a omissão de dados históricos é particularmente significativa: muitos oliventinos pensam que há "Olivenças" na América Latina, mas pensam ser no México ou na Argentina, o que é falso. Ignoram, quase todos, que há três Olivenças no Brasil (uma no interior de Alagoas; outra na costa baiana, junto a São Jorge de Ilhéus; uma terceira no Amazonas, denominada São Paulo de Olivença), e que houve uma em Angola (hoje Capunda-Cavilongo) e outra em Moçambique (hoje Lupulichi). Que ideia tem o oliventino do seu papel no Mundo?

Pouco interessa aqui dar demasiada relevância ao problema que subsiste entre os dois maiores Estados Ibéricos. O que não se pode negar é e ele existe e influencia esta problemática, ainda que pouco importe aprofundar aqui quem tem razão. Não se pode, também, é "fingir" que está tudo perfeitamente definido! Muito menos em nome do politicamente correto. Para já, e acima de tudo, é preciso dar à Língua Portuguesa dignidade... e utilidade. Descolonizar/Recuperar Cultural e Linguisticamente, pelo menos em termos psicológicos. Revalorizar o Português que sobrevive, o qual, por ser uma variante da fala lusa regional do Alentejo, é vítima de comentários pouco abonatórios.

Deve-se "fazer a ponte" entre as velhas gerações e os jovens alunos. Ensinando-lhes, por exemplo, a partir de exemplos da velha poesia popular e erudita oliventina, no idioma de Camões, e que é ainda, graças a recolhas etnográficas e a alguns poetas populares vivos, suficientemente conhecida para tal. Porque, sem perceberem que estão a dar continuidade à cultura dos seus avós, os jovens oliventinos dificilmente compreenderão que aprender a língua lusa é muito diferente de aprender uma língua estrangeira (Inglês, Francês, Alemão).

É preciso dizer claramente que o Português é imprescindível para que as novas gerações compreendam o que as gerações anteriores quiseram transmitir.

6. EXEMPLOS DE FALA OLIVENTINA/UMA VOZ CONSCIENTE

Não resisto a dar aqui alguns exemplos da tradição popular oliventina, dominada pela terminologia alentejana:

Na Vila de Olivença
não se pode namorar!
As velhas saem ao Sol
e põem-se a criticar!

Eu tenho uma silva em casa
que me chega à "cantarêra"
busque "mê" pai quem o sirva
que eu "nã" tenho quem me "quêra"!

"Azêtona" pequenina
também vai ao lagar;
eu também sou pequenina
mas sou firme no amar.

Se eu tivesse não pedia
coisa nenhuma a "nênguém"
mas, como "nã" tenho, peço
uma filha a quem a tem

Ó minha mãe, minha mãe,
"companhêra" de "mê" pai,
eu "tamêm" sou "companhêra"
daquele cravo que ali vai!

Olha bem para o "mê" "pêto"
onde está o coração
vê lá se disto há "dirêto"
diz-me agora: sim ou não !

Saudades, tenho saudades,
saudade das "fêticêras".
Lembrança das amizades
da terra das "olivêras".

Adeus, Largo do Calvário
por cima, por baixo não.
Por cima vão os meus olhos
por baixo, meu coração.

Textos destes poderiam multiplicar-se. Ainda, entre os idosos, há quem conheça estas quadras. Mas entre os jovens, poucos as conhecem. Como é possível que não se ensine Português aos oliventinos... começando por quadras como estas? Começando por ouvir idosos declamarem-nas?

Exemplos de que não tem sido essa a perspetiva do Ensino do Português ora lecionado encontram-se, por exemplo, no facto de, durante algum tempo, ter-se considerado que continuar o Ensino do Português no Secundário, como sucede em Badajoz e noutros locais, poderia ser perigoso em Olivença. Ridículo! Depois, tal foi levado a cabo, dizem que quase mais por insistência do Professor João Robles Ramalho, que de outra coisa. E, como o dito professor morreu, de repente, há uns meses...espera-se que tal não seja usado como desculpa para não se voltar a ensinar a língua a nível mais avançado. Haja esperança. Mas a situação atual não é famosa. Há estudos que falam em "declínio do Português em Olivença", no seu uso coloquial.

Como dizia um jovem oliventino (junho de 2007), a este respeito,

«*isto é uma verdadeira tragédia; depois de pouco mais de 200 anos, o português vai desaparecer em Olivença; a alma dos povos é a língua; a língua é a memória, é tudo; em Olivença vam ficar somente as pedras, as fachadas, do que foi o seu passado português; Não há nada mais triste que conhecer que o fim vai chegar e ninguém fiz [fez] nada para evitá-lo; ninguém compreende que a morte do último lusofalante vai ser a morte da alma portuguesa, o fim de gerações falando português nas ruas, nas moradias, no campo oliventino, ao longo de mais de sete séculos?». E continua: «O artigo da senhora Fátima Matias explica perfeitamente as razoes e o contexto da agonia do português em Olivença; mas...agora já não há ditadura; Deveríamos ficar orgulhosos de ter esta riqueza linguística e procurar a defesa e o ensino do português oliventino; (...) e, um pouco também, o Estado português é também responsável; com independência de questões de índole soberanista, deveria implicar-se na promoção do português em Olivença e não somente não reconhecer [a soberania espanhola] e não fazer nada.*»

Pode-se aplaudir o que se faz hoje, mas é imprescindível algo mais: faça-se um estudo do Português-Alentejano falado em Olivença, e ligue-se o mesmo ao Português-Padrão ensinado nas Escolas, de modo a fazer a ligação entre as gerações e produzir uma normal continuidade que deveria naturalmente ter

ocorrido. Assim se corrigirá a distorção introduzida pela pressão do Castelhano. Este estudo pode ser feito por quem se mostre capaz de o fazer: portugueses, mas também alguns especialistas e linguistas estremenhos. A nenhum Estado (Portugal ou Espanha) se poderá perdoar deixar morrer uma cultura!

7. UMA LUTADORA EM NOME DA CULTURA E DA TRADIÇÃO

Há alguém, em Olivença, que é um exemplo. Trata-se de uma Senhora, que não admite que ponham em causa o seu amor a uma Olivença espanhola. Todavia, e para honra e Espanha, esta incansável senhora, Rita Asensio Rodríguez, tem dedicado a sua vida a escrever livros e mais livros, onde descreve os velhos costumes oliventinos, e, o que mais nos interessa aqui, a sua maneira de falar. Muitas vezes ela opina que se trata de formas únicas no mundo, pois desconhece o "alentejano". Todavia, ela faz recolha após recolha, e é ela que mais sabe, hoje em dia, sobre a fala popular oliventina. O seu último trabalho ("Apuntes para una História Popular de Olivenza", 2007), para além de descrever inúmeras tradições populares, algumas já desaparecidas, tem no fim uma espécie de "pequeno dicionário" de oliventino-espanhol. Citar alguns exemplos é a melhor forma de justificar o tema da minha comunicação.

Começo por termos que não foram alterados, e que são comuns ao Português -Padrão:

Alcofa; Atrapalhado; Abóbora; Agriões; Alfazema; Bacorinho; Brincos; Bicas; Bazófia; Costas; Carocha; Chapéu; Coentro; Calças; Coelho; Courela; Espalhafato; Escaravelho; Esquecer; Ferro (de engomar); Fornalha; Grãos; Gargalo; Garfo; Ervilhas; Lenço; Maluco; Melão; Minhocas; Osga; Pousio; Picha; Pintassilgo; Peúgas; Poleiro; Panela; Rola; Roseira; Ranho; Saudade; Salsa; Turra; Tacões; Ventas (nariz); Vespa.

Sigo com termos alentejanos, ou que considerei como tais para melhor explicar, na sua forma original, na sua forma atual usada em Olivença, e traduzidos, se necessário:

Azevia/Açubia(-); Alguidári; Alface/Alfaça; Azêtona; Arrecadas/Arcadas (grandes brincos); Andorinha/Andrurinha; Alarvices; Paleio/Apaleo; Asnêras; Amanhado (arranjado, preparado); Alicati; Alentar/Alantar (crescer); Aventar (deitar fora, derrubar); Vasculho/Basculho (vassoura); Melancia/B´lancia; Barbulha (borbulha); Brócolos/Broquis; Bebedêra/Bebedela; Biquêra; Badana (mulher velha); Baldi; Bandalho (mal vestido); Barranhola/Barranhali (Banheira); Púcaro/Búcaro; Boleta (Bolota); Caliche (Caliça); Cuitadinho; Descarada/Cascarada (!); Corremaça (correria); Cueiros/Culêros; Chico (Francisco); Descasqueado (Limpo); Dôtorice (jactância); Embatucado (sem palavras); Escandalêra; Engadanhado (impedido de usar os dedos por causa do frio); Empolêrar-se; Esturricar; Escancarar(abrir totalmente); Ajoelhar-se/Esvoelhar-se; Escavacada/Escavada (!); Entrudo; Enciêradas (gretadas de frio); Janela/Esnela; Centopeia/Entopeia; Falhupas (chiapas de lume); Esfregão/Fregón; Fartadela; Feijão-frade/Fradinho; Fanhoso; Fedorento/Fudurento; Fêtecêra; Farinhêra mole; Ferrugento/Furrugento; Fatêxa; Garganêro (açambarcador, egoísta); Galiquêra ou Caliquêra (doença venérea); Libória (tonta); Lençoli/Lançoli; Leque/Lecre; Mangação/Mangaçón (troça); Melhoras (Boas melhoras); Monte/Monti (Herdade); Mexeriquêra/Mixiriquêra; Mascarra (Sujidade, Amorenado); Mondar (atividade agrícola); Nódoas/Nodas; Pantanêro/Patamêro (lama); Cair de Pantanas (cair de costas); Pelintra/Pilintra; Passarola/Passarinha/Passarilha (Púbis e vulva); Piali (Poial); Reboliço/Raboliço; Remela/Ramela; Repesa (arrependida); Ralhar/Rayari; Rabujento/Rabulhento; Ceroulas/Cirôlas; Chocalhos/Sacayos; Surrelfa; Saboria (Sensaboria); Cenoura/Cinôra; Sabola (Cebola); Tanjarina; Devagarinho/Vagarito; Velhici; Varais dos òculos/Varales dos ócalus; Sarrabulho (confusão, desorganização).

Lamento ter-me alongado, mas talvez assim tenha transmitido algo de concreto que de outra forma não seria possível.

Ouviram falar "alentejano", ou oliventino...como queiram; e esta senhora, Rita Asencio Rodríguez, tem mais três ou quatro livros mais antigos publicados desde há trinta anos.

Como se pode deixar perder tudo isto?

A História não nos perdoaria.

8. ALGUNS EXEMPLOS COLHIDOS AQUI E ALI

Não resisto a lembrar algumas reações com que me deparei em Olivença. Por exemplo, numa aldeia, falando em Português com os donos de um "estanco" de Tabacos, insisti no conhecimento histórico e na preservação da língua. Os interlocutores, falando em Português, contestavam essas opiniões. Dei o exemplo deles próprios, a falar a língua lusa. A reação foi devastadora: "Malditos dos nossos pais, que nos deixaram esta língua!"

Outro exemplo: num Monte (herdade) oliventino, falando com uma senhora de, talvez, trinta anos, fui correspondido em português/alentejano. Recordo uma frase dela, ao dirigir-se ao marido: "Segura aqui no "minino", para eu temperar a "selada".

Mas, cerca de cinco minutos depois de conversação, a mesma senhora, sem que nada o fizesse prever, interrompia o seu discurso na língua de Camões, e declarou, aterrada: "Desculpe! Estou a falar em Português! Que falta de Educação!" Começou a falar em castelhano. Claro, contestei a decisão...ouvindo aquilo que talvez mais irrita um alentejano em Olivença (e se ouve continuamente...) como justificação: "Isto que a gente fala já não é Português, é um "chaporreo".

Um outro exemplo pretende mostrar como o Português que se ensina atualmente em Olivença provoca choques geracionais. Um idoso de um Monte (herdade), quando foi por mim elogiado por falar idioma luso, ripostou-me: "isto já não é Português, nem é nada. A minha sobrinha, que aprende na Vila (Olivença), é que fala um Português verdadeiro. Ela até me critica!"

Para acabar, um exemplo mais pitoresco. Encontrei em Olivença um homem de cerca de cinquenta anos, que, ironizando, me disse que falava Português porque nessa língua "não há confusões entre Padre (sacerdote) e Pai."

Aqui, uma posição crítica em relação ao cristianismo ajudava a preservar a língua.

9.JÁ OS ANTIGOS SABIAM...

A atitude de muitos oliventinos, que se orgulham de já falarem espanhol "sem acento", e de já não se distinguirem dos "espanhóis verdadeiros", o que, já por si, é uma afirmação curiosa, faz-me lembrar uma "análise" de Tácito, sobre o modo como os conquistados pelo Império Romano iam aceitando a Cultura do Conquistador.

Dizia ele: "(...) *os mais propensos há pouco a rejeitar a língua de Roma ardiam agora em zelo para a falar eloquentemente. Depois isto foi até ao vestuário que nós temos a honra de trajar, e a toga multiplicou-se, progressivamente. Chegaram a gostar dos nossos próprios vícios, do prazer dos pórticos, doa banhos e do requinte dos banquetes, e estes iniciados LEVAVAM A SUA INEXPERIÊNCIA A CHAMAR CIVILIZAÇÃO AO QUE NÃO ERA SENÃO UM ASPETO DA SUA SUJEIÇÃO."*

Podemos transpor esta reflexão para o campo linguístico em Olivença. E só nos podemos espantar com "a sabedoria dos antigos", como se costuma dizer.

10. CONCLUSÕES

Contrariar a situação de agonia do Português Popular de Olivença é uma tarefa que não se limita aos defensores da lusofonia. Para já, alguns possíveis "remédios" foram propostos ao longo deste trabalho. Mas a questão NÃO É SÓ lusófona.

Quero deixar aqui um apelo a Espanha, e muito particularmente às autoridades da Estremadura Espanhola, e ainda mais particularmente às autoridades municipais da Região Histórica de Olivença.

Não importa que se defenda que Olivença deve ser espanhola, portuguesa, ou até mesmo francesa ou coreana. O que não é digno é que, em pleno Século XXI, numa Europa que se diz herdeira e praticante de valores humanistas e democráticos, nada se faça para combater o risco de desaparição de uma língua, que é o reflexo de toda uma cultura.

Não é aceitável que não se procure restituir a dignidade a uma cultura tradicional. Também não é muito digno que não se informe toda uma população das suas raízes e da sua História. Se se quiser, recorrendo a uma frase feita, "não é europeu", e nem sequer politicamente correto.

Também o Estado Português não está isento de culpas. Independentemente de aspetos políticos e de contestação de traçado de fronteiras, aspetos que não importa desenvolver aqui, Lisboa tem a obrigação de agir. Ao abrigo das suas competências, pode, deve, transmitir muito claramente o seu descontentamento e a sua apreensão. Propor soluções. Editar brochuras. Protestar contra a ocultação da História. Como faz noutros pontos do mundo em que há presença portuguesa.

"A minha Pátria é a Língua Portuguesa", disse Fernando Pessoa, tão citado por elites variadas. Passe-se à prática este princípio!

Pela minha parte, pela nossa parte, não nos calaremos, e desde já nos propomos a ajudar pessoas ou instituições, independentemente da sua orientação política ou da sua nacionalidade, para combater a agonia do Português em Olivença.

O Primeiro passo poderá ser um Congresso, ou umas Jornadas, ou uns Encontros, sobre o tema, que reúna a participação de especialistas e autoridades das mais diferentes origens, unidos pela sua boa vontade...

Estremoz, 11 de julho de 2007,
Carlos Eduardo da Cruz Luna

31. ELISA GUIMARÃES UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE.

JOSÉ DE ALENCAR E O REFERENCIAL TEÓRICO LINGUÍSTICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Este ensaio propõe-se a demonstrar o pioneirismo de José de Alencar como um dos iniciadores da reflexão acerca do fazer literário e da natureza da Língua. Fundamentado em trechos da obra do autor, o estudo mostrará que, no que diz respeito mais estritamente à Língua, José de Alencar, como os demais românticos, foi mais ousado na teoria do que na prática. A rebeldia às formas e aos princípios do classicismo – componente do ideário romântico – dificilmente se patenteia na expressão de Alencar, conservadora e nativista ao mesmo tempo.

Palavras-chave: Língua Portuguesa – Léxico – Estilo.

Viveu José de Alencar numa época em que despertavam novas concepções orientadoras dos estudos linguísticos, que reagiam, no século XIX, à gramática filosófica ou logicista – dominante nos séculos XVII e XVIII – segundo a qual devia haver harmonia absoluta entre a razão e a língua, sendo esta qualquer coisa de estável, de fixa, regulada pela razão universal. È nesse clima de busca de renovação que se faz sentir o pioneirismo de José de Alencar como um dos iniciadores da reflexão acerca do fazer e da natureza da Língua. Esse envolvimento é, à primeira vista, surpreendente, pois, apesar de ser a Língua matéria-prima do escritor, não constituía, para os românticos, objeto de análise refletida.

O que passa a distinguir dos contemporâneos o autor em destaque é a consciência de que o artista se faz pelo domínio do seu instrumento de trabalho. Romancista por excelência, não começou, entretanto, pelo romance, mas pelo jornalismo. Suas crônicas, reunidas sob o título *Ao Correr da Pena*, publicadas no jornal *Correio Mercantil* (1855), pertencem ao documentário do Rio de Janeiro e revelam muito do seu empenho em refletir sobre a Língua Portuguesa.

Excertos dessas crônicas apontam para o gênio do escritor tratando do problema da nacionalização da Língua que, para ele, não consiste em traduzir termos estrangeiros, em dizer, por exemplo, **cortado** por **coupé**, nem em misturar o português com o tupi. Nessas mesmas crônicas já expõe opiniões sobre estilo, esclarecendo que

Isto a que vulgarmente chamam exagerações são apenas os arrojos de imaginação do artista, os primeiros esboços de sua criação que ele ainda não teve tempo de polir e de limar (1855: 11.).

Aliás, uma das primeiras preocupações de José de Alencar é a que se refere ao estilo. Em *Como e porque sou romancista* (1955: 58), deixa claro não ser possível haver independência cultural e literária, caso continuássemos a escrever segundo os modelos portugueses, em desacordo com a nossa realidade linguística própria.

Sua preocupação, como observou Gladstone Chaves de Melo (1951), era criar um estilo brasileiro, um modo de escrever que refletisse o espírito de nosso povo, as peculiaridades sintáticas e vocabulares do falar brasileiro. Mas o que, afinal, se concretizou foi um estilo próprio do autor José de Alencar, nem mesmo um estilo brasileiro, o que vai sendo demonstrado ao longo destas nossas reflexões. Saliente-se, contudo, o fato de haver o autor enriquecido a língua literária, acrescentando-lhe tupinismos e brasileirismos – o que contribuiu, sem dúvida, para a singularidade do seu estilo.

Ainda quanto ao que se refere ao estilo, a quase obsessão de Alencar reflete também sua intenção de fundir numa só unidade aspectos conteudísticos e formais. Observe-se que essa tendência não é a dos românticos em geral que tinham a forma por intocável – sob pena de perder-se a espontaneidade, padrão de autenticidade no uso da Língua. É declaração do autor: "*Poucos darão mais, senão tanta importância à forma do que eu*" (1965: 161).

Esse fato explica, por certo, a intensidade de reação de José de Alencar diante das críticas a aspectos formais de sua obra. Críticas que contabilizaram longas e valiosas páginas como réplica firme e convincente. A necessidade de defesa e revide não decorreria, por certo, apenas de seu temperamento polêmico e de sua posição política, aspecto este que pretendia manter independente do escritor; decorreria também e talvez principalmente de sua concepção própria de arte. Quanto às críticas que não o pouparam, é momento de lembrar aquela que lhe fez Pinheiro Chagas a propósito do romance *Iracema*, cobrando-lhe um objetivo que, aliás, o escritor não teve em mira – como já comentamos – ou seja, a criação de uma "*língua brasileira*" (1827: 221).

Foi também criticado por Henriques Leal de quem é a seguinte objeção, lamentando que talento tão superior como Alencar

Não se aplique ao estudo da língua com mais interesse e sem prevenções. Por enquanto sua linguagem e estilo são descuidados e, por vezes, desiguais e frouxos (1874: 214-215).

Ainda José Feliciano de Castilho e Franklin Távora, na revista-panfleto *Questões do Dia*, editada para servir à campanha que promoveram contra José de Alencar criticam duramente o autor – crítica a respeito da qual Gladstone Chaves de Melo assim se manifestou (1871: 20):

É uma campanha de desmoralização e de descrédito, organizada e levada a efeito com técnica e minúcia, um ataque sistemático e constante ao político, ao jurista, ao dramaturgo, ao romancista, ao escritor. Sobressaem nessa mesquinha atividade José Feliciano de Castilho, Cincinato e Franklin Távora, Semprônio, apostados em reduzir os méritos literários de Alencar. É crítica soez, feita a retalhos. Castilho é o tipo do caturra, gramaticoide estreito, exsudando latim e erudição clássica por todos os poros, arvorando-se em mestre de bom gosto.

Críticas ainda mais contundentes são de autoria de Joaquim Nabuco – comentários que vieram a público sob o título **A Polêmica Alencar-Nabuco** (1965).

Em seguida à publicação da peça *O Jesuíta*, que sofreu um verdadeiro fracasso de público e de crítica, José de Alencar, no jornal *O Globo* (1874), censura a indiferença do público, a qual, segundo o autor, estaria revelando um desinteresse geral pelo texto nacional. Joaquim Nabuco replica a esse artigo e anuncia uma série de outros artigos sobre a obra literária de José de Alencar. Trava-se, então, a propalada polêmica Alencar-Nabuco. Respondeu Alencar a todos os críticos, quase sempre com vantagem.

A Pinheiros Chagas responde:

Acusa-nos o Sr. Pinheiro Chagas, a nós, escritores brasileiros, do crime de insurreição contra a gramática de nossa língua comum. Em sua opinião estamos possuídos da mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português! Que a tendência, não para a forma de uma nova língua, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal, existe no Brasil, é fato incontestável. Mas, em vez de atribuir-nos a nós, escritores, essa revolução filológica devia o Sr. Pinheiro Chagas, para ser coerente com sua teoria, buscar o germe dela e seu fomento no espírito popular, no falar do povo, esse "ignorante sublime", como lhe chamou.

A revolução é irresistível e fatal como a que transformou o persa em grego e céltico, o etrusco em latim, e o romano em francês, em italiano, etc.; há de ser larga e profunda como a imensidade dos mares que separa os dois mundos a que pertencemos (1965: 241-243).

Talvez ainda mais significativa é a resposta a Henriques Leal, para quem o autor de *O Guarani* tinha um "*estilo frouxo e desleixado*".

Refuta o autor, aludindo ao estilo clássico como caracterizado por pesado, monótono e prolixo, ainda que prenhe de beleza histórica, porém distante da possibilidade de dar "*perfeito colorido à ideia*". Afirma mesmo ser impossível exprimir no estilo clássico "*energias do pensamento e cintilações do espírito" (1948: 200).*

A essas afirmações, acrescenta Alencar um comentário estilístico de um trecho de Frei Luís de Souza, tentando reescrevê-lo à moderna. Mas o interessante é que poucas modificações passaram a ser feitas, como, por exemplo, uma substituição de um período estruturado em oito orações subordinadas por outro organizado em seis orações da mesma espécie. É válido ainda notar na postura do autor a convicção de que polemizava com alguém ou com outros os quais sobrepujava em matéria de arte. Seus acusadores – parece – pairavam bem aquém das condições de que dispunha o Alencar enlevado com o problema da língua nos seus traços artísticos, ou seja, na sua *expressão* literária.

Como que prevendo comentários desairosos a seus propósitos ligados a inovações de ordem linguístico-literária, já em 1865, na 2ª edição de *Diva*, Alencar acrescenta um "Poscrito" e uma "Nota final". Advoga no "Poscrito" a legitimidade da diversificação da Língua Portuguesa no Brasil – defesa alicerçada no caráter da Língua enquanto organismo vivo, sujeito, portanto, a constantes mudanças, uma vez instrumental do processo de comunicação de seus usuários.

Na "Nota", o autor aborda especificamente alguns pontos articulados com o léxico da Língua. O léxico, aliás, projeta-se como uma das faces do sistema linguístico mais frequentemente objeto do interesse e dos propósitos inovadores do autor. No campo lexical, os neologismos e os galicismos são particularmente matéria da crítica por parte daqueles que polemizaram com o romancista, o qual, frequentes vezes, tece comentários a respeito dessas duas variantes. Assim, por exemplo, no "Pós-escrito" da 2ª edição de *Iracema* (1965: 168) retoma a questão dos neologismos em resposta a Pinheiro Chagas, que, em seus *Novos Ensaios Críticos* (1967), censura nos brasileiros o hábito de *"tornar o brasileiro uma língua diferente por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e de insubordinações gramaticais".*

Para o romancista, o neologismo representa prova irretocável do processo de constante florescimento da língua, e constitui-se como fato cuja ocorrência se explica com maior evidência entre as línguas faladas em meios diversos, como é o caso da Língua Portuguesa. Quanto aos galicismos, lembremo-nos de que, numa época de geral influência francesa, seria impossível evitar os francesismos. Talvez por forca dessa influência, quando escrevia os folhetins *Ao Correr da Pena (Folhetim de 21-01-55 – apud Raimundo de Menezes),* Alencar recebera da imprensa o apelo para que fossem evitados os galicismos, em benefício da "nacionalização da língua". Naquela ocasião, conforme o comentário de Edith Pimentel Pino (1965), ainda não envolvido em questões de língua, Alencar retruca, perguntando em tom irônico *"Mas que quer dizer nacionalizar a língua portuguesa? Será misturá-la com o tupi? Ou será dizer em português aquilo que é intraduzível e que tem um cunho particular nas línguas estrangeiras?"* (1855: 76).

Observe-se, por essa passagem, a evolução dos pontos de vista de Alencar em relação à carga lexical do português do Brasil – posição, vinte anos depois, oposta à inicial, patente na sua pergunta-resposta à imprensa daquela época. No "Poscrito" de *Diva*, (1891), deixa clara a identificação do galicismo como fator de enriquecimento da língua. À crítica sobre o emprego do termo "élance" pondera que o que vem do latim tanto é francês quanto português. No mesmo "Poscrito" (1891: 165), apresenta duas restrições à adoção de galicismos: 1) se o termo constitui idiotismo na língua de origem (por ex. "tratamento do emprego" por "estipêndio"); 2) se na língua de adoção só for admitida uma acepção ("endossar a letra", mas não "endossar a casaca").

Ainda no âmbito do léxico, antecipa-se o autor a possíveis ataques – e, de fato, como vimos, os enfrentou com frequência – quando publica, em 1872, o prefácio "Bênção Paterna" no romance *Sonhos d'Ouro*, constando de ideias gerais sobre a língua e a literatura no Brasil as linhas fundamentais do prefácio. Confessa aí seu intuito no sentido de retratar a sociedade fluminense que fala *"a língua do progresso, jargão eriçado de termos franceses, ingleses, italianos e agora até alemães"*.

Cumpre ainda valorizar a vastidão do vocabulário de que se vale o romancista, principalmente nos romances que focalizam a paisagem brasileira, vista como uma riqueza característica nossa, ao mesmo tempo que como um elemento que ressalta o patriotismo romântico. É também de Alencar o mérito da tentativa de aproximar a linguagem literária da linguagem falada, afastando seus textos dos padrões portugueses. Ainda que nunca efetivamente consolidada, a gramática de base popular fez parte dos propósitos de Alencar – o que fica sugerido no pós-escrito de *Iracema*. Era seu propósito aliar-se àqueles que pretendiam introduzir nos centros de interesse da sociedade o mito do povo soberano e demiurgo.

Assim se expressa o autor em *O Nosso Cancioneiro* (1962):

> "*Nós, os escritores nacionais, se quisermos ser entendidos de nosso povo, havemos de falar-lhe em sua língua, com os termos ou locuções que ele entende, e que lhes traduz os usos e sentimentos.*
>
> *Não era outro o pensamento de Gonçalves Dias, em carta ao Dr. Pedro Nunes Leal – documento de alta importância linguística e literária:*
>
> *"A minha opinião é que, ainda sem o querer, havemos de modificar altamente o Português (...) para dizer o que hoje se passa, para explicar as ideias do século, os sentimentos desta civilização, será preciso dar jeito à frase antiga* (1921: 131).

Visava-se marcar o novo estilo com um caráter revolucionário – o que denotaria a participação da arte nas transformações políticas e sociais por que passara o mundo ocidental a partir da Revolução Francesa, em 1789.

O Romantismo, com seu ideário de libertação, afasta-se do ideal dos clássicos que sabemos ter sido elevar a língua portuguesa ainda tosca e singela, que os antepassados medievais haviam forjado, à riqueza e elegância do latim literário. Por três séculos, nossa língua foi elaborada por escritores eruditos que, tendo formado seu senso estético nos moldes latinos, se expressavam aristocraticamente, quer aspirassem à grandiosidade épica ou à pompa oratória, quer à doçura lírica ou à densidade dramática, quer à narrativa histórica ou ao processo argumentativo.

Simultaneamente, os gramáticos e professores do idioma foram estabelecendo as normas para o seu uso "correto", sem cogitar de outras fontes de exemplificação que não fossem os bons escritores. Como já foi observado neste ensaio, dificilmente, entretanto, José de Alencar se mostrará inteiramente despojado da influência, ou mais ainda, da imitação dos clássicos, como, aliás, a maioria dos românticos que se mantiveram muito ligados aos cânones do classicismo. Pense-se, por exemplo, na linguagem vincadamente marcada pela pompa, muito próxima dos ditames da estética clássica, exibida nos romances urbanos de José de Alencar, tais como *Senhora, Diva e Lucíola.*

A JEITO DE CONCLUSÃO

Das considerações tecidas ao longo deste ensaio, pode-se concluir sobre o papel pioneiro e precursor de José de Alencar – escritor e artesão – no que diz respeito a uma tomada de consciência nacional, configurada no apreço a questões linguísticas e literárias. Trata-se do autor que abraça uma posição de

compromisso com o seu tempo, com a sua sociedade, com os seus contemporâneos, com o seu país. Os numerosos documentos alencarianos (polêmicas, depoimentos, prefácios, posfácios, cartas) situam o leitor diante não apenas de alguém extremamente zeloso de sua própria obra, cônscio de que a estava construindo não caótica ou aleatoriamente, mas com um sentido, um plano (o que já foi sobejamente enfatizado pela crítica), mas também de alguém profundamente preocupado com a dignidade profissional do escritor brasileiro, ao mesmo tempo que extremamente cônscio de sua luta, do limite de suas perspectivas.

No que diz respeito mais estritamente à língua, José de Alencar, como os demais românticos, foi mais ousado na teoria do que na prática. Difere, frequentemente, sua posição teórica, em face de problemas da língua, da atitude assumida na prática. Nas polêmicas – como vimos – surpreendem-se afirmativas demasiado incisivas, muito longe de corresponderem à sua prática linguística. A rebeldia às formas e aos princípios do classicismo – componente do ideário romântico – dificilmente se patenteia na expressão de Alencar – expressão que se pode rotular de conservadora e nativista ao mesmo tempo. Assim, atém-se frequentemente à linguagem clássica, o que contraria, aliás, seu comentário de que *"a principal condição do estilo é sua concisa simplicidade".*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro: Alencar, José de (1854) "Ao Correr da Pena" – crônicas semanais no *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 1854, Tip. Alemã, 1874.

Artigo: Alencar, José de (1955). *Como e por que sou romancista*. Salvador, Livraria Progresso Editora.

Livro: _____(1965). *Iracema*. Rio de Janeiro, Ed. do Centenário, José Olympo.

Artigo _____(1965). A polêmica Alencar-Nabuco. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

Livro:_____(1891). *Diva*. Rio de Janeiro, Garnier.

Livro:_____(1962). *O Nosso Cancioneiro: Cartas ao Sr. Joaquim Serra*. Introdução e notas de M. Esteves e M Cavalcanti Proença. Rio de Janeiro, Livraria São José.

Livro:_____(s/d). *Sonhos d'Ouro*. 2ª ed., São Paulo: Melhoramentos.

Livro:_____(1856). *Cartas sobre Confederação dos Tamoios por Ig*. Rio de Janeiro, Empresa Tipográfica do Diário do Rio de Janeiro.

Livro: Chagas, Pinheiro. (1827). Novos ensaios críticos. Porto. DIAS, Gonçalves (1921). Carta ao Dr. Pedro Nunes Leal". Estante Clássica da Revista da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, VII, p. 131.

Livro: Leal, Antônio Henriques (1874). *Locubrações. Lisboa, p. 214-215.*

XIX. Série Fundamentos, São Paulo, Ed. Ática.

Artigo: Melo, Gladstone Chaves (1951). *Alencar e a "língua brasileira".* Rio de Janeiro, José Olympio.

Livro: Menezes, Raimundo de (1977). *José de Alencar - Literato e político.* 2ª ed., Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.

Livro: Nabuco, Joaquim (1900). *Minha formação.* Rio de Janeiro, Garnier.

Artigo: Pinto, Edith. (1965). A contribuição de Alencar para uma expressão brasileira. José de Alencar – Sua contribuição para a expressão literária brasileira. Rio de Janeiro: Editora Cadernos da Serra, p. 55-79.

32. GERARDO UZ, IGESIP

33. JÉSSICA BEIROA, IGESIP, INSTITUTO GALEGO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL E DA PAZ

VERTEBRAÇÃO DA LUSOFONIA: EUROPEIA OU AMERICANA? UMA APROXIMAÇÃO DESDE A PERSPETIVA DA MÍDIA DIGITAL

A Lusofonia, o conjunto de identidades culturais existentes em países falantes da língua portuguesa, é dos poucos grandes conceitos linguísticos com certo sucesso e variada aplicação em diferentes âmbitos. Por pôr um exemplo, o único conceito similar capaz de lhe fazer sombra é o de Francofonia (*Francophonie*), e decerto encontra-se muito mais vivo na linguagem comum do que Hispanofonia ou Anglofonia (*Anglophony*).

O próprio conceito e a sua aplicação real introduzem uma questão que costuma trazer polémica: se bem por história a Lusofonia não pode ser percebida sem ter em consideração as suas origens europeias, o conceito apenas faz sentido a nível global graças à sua universalização. E é precisamente aí onde nasce o debate, pois a principal população lusófona está fora da Europa, concretamente em terras americanas: no Brasil.

A crescente 'brasileirização' do conceito, juntamente com a sua assunção por parte dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (os PALOP's) e das ex-colónias portuguesas fazem com que se fale e debata muito sobre a vertebração desta realidade.

O presente trabalho pretende oferecer uma perspetiva sobre a questão partindo do estudo do conceito (e sobretudo da sua aplicação real) nos

principais meios de comunicação em português de cada um dos países da Lusofonia, batendo o ponto em duas questões: se conceito age como referência na hora de redigir estas informações ou é mais bem um ponto ao qual se pretende chegar (efeito, mas não causa) e qual é a sua importância nos discursos predominantes dos meios analisados (capital ou tangencial).

O objeto deste texto é tentar dar resposta a estas duas questões, utilizando os meios de comunicação digitais como amostra para o estudo. O motivo desta escolha encontra-se na sua orientação global (estão na internet e, portanto, com possibilidade de serem acessados desde qualquer localização do mundo).

1.- INTRODUÇÃO

Considerando o enquadramento lusófono como um espaço para o intercâmbio entre povos muito diversos, mas com um sedimento cultural e linguístico que, em boa medida, vem fundamentando, de uma ou outra forma, os modos peculiares de construir a própria identidade, esta pequena pesquisa pretendeu verificar até que ponto esta construção simbólica tem implicações na forma em que a mídia dos países de língua portuguesa reflete as realidades dos outros territórios da Lusofonia. Em concreto, e entendendo que a internet poderia ser um dos suportes comunicacionais com mais possibilidades de servir interface informativa para as distintas realidades lusófonas, analisaram-se alguns dos meios de comunicação digital mais importantes do âmbito lusófono.

Desta forma, submeteram-se à análise, entre 14/06/2007 e 20/06/2007: Angola Digital, Angola Press e Jornal de Luanda (Angola); Visão News, A Semana online e Expresso das Ilhas (Cabo Verde); Bissau Digital e Agência Bissau Media (Guiné-Bissau); Canal de Moçambique, O País online (Moçambique); Jornal de São Tomé e Príncipe e Diário Digital Téla Nón (São Tomé e Príncipe); Jornal Tribuna de Macau (Macau); Folha de São Paulo online, O Globo e Agência Brasil (Brasil); Expresso e Público (Portugal); Vieiros e Portal Galego da Língua (Galiza).

Cumpre alertar que os resultados que aqui se expõem são apenas uma pequena amostra de um estudo exploratório que será ampliado no marco de um projeto maior (no que se analisarão um leque muito mais amplo de meios durante um período mais prolongado). Ainda assim, podem servir como referente para compreender as tendências dominantes neste tipo de mídia.

2.- LUSOFONIA EM DEBATE

Etimologicamente, conceituá-la não é difícil, especialmente analisando o radical grego: *fonia*, cujo significado está bastante difundido: o falar, numa primeira instância e, mais profundamente, a língua. O seu segundo componente, *luso*, já assume em si certa polémica (talvez o reflexo de uma polémica Lusofonia) e, claro está, uma visão da própria história de Portugal: uma redução, que esquece o berço setentrional e minhoto (galaico ou galécio) e "instala" uma nação naquelas terras que outrora foram dos 'mouros', centro-meridionais, *lusitanas*. Decisão ou tradição que não ultrapassa o terreno do mítico, no que os portugueses seriam os "lusos", igual que os franceses os "galos", heroicos lutadores contra a dominação romana que, porém, lhes deu sentido. E também uma outra forma de deslocar o centro de poder do norte para o sul (atualmente, o centro), situando a nova nação segregada da Galiza na "terra de mouros" e a Corte em Lisboa, consolidando uma identidade diferente (diferenciada às pressas, mas diferente).

Voltando ao fio da questão, como apontámos, o termo vem a significar, numa primeira olhada, a língua *portuguesa* que, conforme se observa ao se conhecer a processo de expansão marítima levado a cabo por Portugal principalmente nos séculos XV e XVI, acabou se estendendo pelos quatro cantos do mundo, de forma mais ou menos intensa ou mesclada. Ligado com isto poderíamos falar também da Lusotopia (lugares onde se efetivamente fala o português); a Lusofilia (o caráter de admiração e valorização não exclusivamente da língua, mas o "amor pelas coisas portuguesas" [Cristóvão, 2005:652]) ou até mesmo Lusografia (a opção por se adotar a língua portuguesa na escrita — fenómeno observável principalmente nos países africanos de expressão portuguesa—). Todas essas variações do mesmo tema, e principalmente devido aos longos, dolorosos e ainda hoje relembrados processos de expansão, trazem consigo uma série de discussões, que consideram e envolvem mais de 200 milhões de falantes ao redor do mundo, agrupadas em estados-nação, nações sem estado, numerosas diásporas,

coletivos educacionais, políticos, científicos, empresariais e, logicamente, como indivíduos particularmente.

Seja como for, é indiscutível que a Lusofonia vem a ser "a *primeira linha de defesa numa frente de ação alargada, coerente, amplamente reconhecida pelas mais diversas entidades e forças vivas da sociedade civil portuguesa, ligadas às mais diversas atividades do setor económico*" (Santos, 2004:131) cuja primeira lição é, de acordo com Chacon (2002:25), a "*firmeza da vontade nacional portuguesa* (...) ". Como está no senso comum, atualmente, são oito os estados que adotaram a língua portuguesa como materna ou oficial, nomeadamente Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Lorosae. Não podemos, tampouco, cair no lugar-comum e esquecer de mencionar a Galiza, com certa autonomia política no marco do Estado espanhol e Macau, recém-devolvido à China.

O conceito de Lusofonia, quando aplicado aos países africanos de língua oficial portuguesa, "*não deve perspetivar-se com as mesmas conotações que para a Galiza, Portugal e o Brasil, dada a realidade de cada país e de que a construção da Lusofonia não é só uma questão linguística, e mais do que isso, exige a consideração de dados sociais, políticos, culturais e ideológicos*" (Fontenla, 1993:22) e, neste caso, o português funcionaria como uma "*interlíngua* que os *PALOP's [países africanos de língua oficial portuguesa] decerto necessitam para poder emergir como países soberanos no concerto internacional e ultrapassar a divisão interna desagregadora; de uma realidade plurinacional e multilingue*" (Fontenla, 1993:23, *vid* Cahen, 2003:86-89).

É assim que a Lusofonia só poderá entender-se como um espaço cultural, de múltiplos imaginários, imaginários de pluralidade e diferença, remetendo, inevitavelmente, para o território dos arquétipos culturais, do inconsciente coletivo lusófono, do "*fundo mítico de que se alimentam sonhos*" (Martins, 2004:4). Neste sentido, a cultura, vista como mito, como imaginação simbólica, é "*vida imaginária partilhada e caminho construído em comum".* De todas as formas, há um eixo central que, de uma maneira ou de outra, acaba por guiar uma espécie de, conforme reconheciam Gilberto Freyre, na sua tão repercutida teoria luso-tropicalista, ou Jorge Dias, 'matriz cultural'. É nesta matriz cultural, representada pela Lusofonia como um todo, que encontramos, diria Freyre (*apud* Chacon, 2002:134) um "*mundo transnacional ou supranacional que constituímos, pelas nossas afinidades do sentimento e de cultura, portugueses e lusodescendentes*".

Atualmente de alguma forma constituída, a *Lusofonia* teve como primeiro projeto a proposta do brasileiro Sílvio Romero, em 1902, de se constituir um modelo de união entre os falantes da língua portuguesa, inspirando-se na observação de "*movimentações políticas expansionistas das grandes potências do tempo, em relação às quais era necessário organizar uma defesa*" (Cristóvão, 2005:653). Dado o panorama político-cultural do Brasil no começo do século XX, as ideias de Sílvio Romero não foram levadas adiante e, somente mais de 80 anos mais tarde, foram retomadas com afinco pelo linguista brasileiro Sílvio Elia, em 1989, após tomar em conta a eleição, feita pelas antigas colónias africanas, de adotar como língua oficial o Português.

Este linguista, seguindo o conceito arquetípico de *Romênia* e dos seus países românicos, estabeleceu um modelo lusófono (Elia, 1989), mapeado como uma unidade diversificada na geografia e na história: *Lusitânia Antiga* (Portugal), *Lusitânia Nova* (Brasil), *Lusitânia Novíssima* (países africanos de expressão portuguesa e, mais recentemente, Timor Lorosae), *Lusitânia Perdida* (territórios antigos como Goa, Macau e outros em Ásia e África) e *Lusitânia Dispersa* (comunidades migrantes de fala portuguesa).

Neste mesmo ano, após a Primeira Cimeira de Chefes de Estados Lusófonos, por iniciativa do então presidente brasileiro José Sarney e do Ministro da Cultura José Aparecido se fundou o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), em São Luís e, mais tarde, criou-se a Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa (Chacon, 2002:82)

Outros estudiosos, escritores e linguistas pensaram no tema anteriormente. Celso Cunha, por exemplo, tentou pregar a sua "República do Português", a respeito da qual explica: "*A capital da Língua Portuguesa estará onde estiver o meridiano da cultura".* O professor Pedro Borges Graça (1997:78), é alguém que, neste sentido, devemos comentar. Este professor considera a Língua Portuguesa como "*o cimento da construção nacional dos países africanos lusófonos; o principal elemento de ligação com a modernidade*".

Também vale recordar, as palavras do líder Amílcar Cabral, que pregavam sobre a importância do Português para a libertação e, num sentido mais amplo, para a produção política das antigas colónias, além de para o estabelecimento de íntimos e imprescindíveis laços entre os intelectuais dos distintos territórios que Portugal possuía na África: "*o princípio de apropriação da língua do colonizador como instrumento de libertação é a maior conquista dos colonizados*" (Graça, 1997:79).

Reconhecendo a importância desta língua comum, Léonard (1999:437-438), considera três interpretações inter-relacionadas para este bloco político-cultural: a Lusofonia como um espaço geolinguístico composto por regiões ou países nos que a língua portuguesa é materna ou oficial; a Lusofonia como um sentimento, memória de um passado comum, ou partilha de histórias e culturas coincidentes e a Lusofonia como um leque de instituições políticas e culturais, tanto em espaços designadamente lusófonos como exteriores.

Cristóvão (2005:654), com as mesmas ideias, apresenta-nos a Lusofonia sob a forma de *"três círculos concêntricos de valores, reunidos pela língua comum",* representada, no gráfico elaborado a partir dos dois autores, pela espiral. O primeiro de todos, é composto basicamente pelos oito países que assumiram ou mantiveram o Português como língua materna, oficial ou de património, além de outras regiões, pertencentes a outros países e culturas, mas que partilham a língua e a História com a realidade lusófona.

Dentro deste primeiro círculo, está o futuro da língua portuguesa e o da solidariedade entre estas nações. Além disso, estão "*as estruturas e dinâmicas que possibilitam e realizam a ação externa dos lusófonos*", especialmente nas organizações internacionais.

O segundo dos círculos está formado pelas outras línguas e culturas de cada um dos oito países e das regiões lusófonas, que se encontram em contacto entre si e com a língua comum, enriquecendo cada uma dessas línguas e culturas, trazendo-as ao conhecimento e ao estudo num âmbito certamente mais vasto que o regional ou setorial, através da pesquisa, da escolarização e da produção editorial (Cristóvão, 2005:655).

Finalmente, o terceiro círculo, mais amplo, é formado pelas instituições, grupos, pesquisadores, alunos, empresários, religiosos, familiares de emigrantes, etc. que não pertencem aos países lusófonos, mas que, por diversas razões, mantêm uma relação dialógica de admiração, erudição e amizade.

Há também três princípios fundamentais para caraterizar a Lusofonia. São eles (Carlos Reis, 1997): a interdisciplinaridade (a Lusofonia envolve sociedades estatais e civis díspares que, por sua vez, são representadas por instituições, escritores, professores, empresários, jornalistas, economistas, etc., portadores, dentro do seu âmbito, de diversos discursos interdisciplinares), a diversidade (o caráter diverso e amplo da comunidade lusófona, alertando para o fato de que não se deve vê-la através do prisma lusocêntrico, partindo para o reconhecimento das outras realidades culturais que conformam) e a relatividade (dado o imenso espaço geográfico deste bloco cultural, e as quase infinitas assimetrias entre os países integrantes, insta-se que toda e qualquer suposição generalizada ou estereotipada deve ser revisada, questionada e debatida).

Através destas articulações, a Lusofonia acaba tendo o objetivo básico de

> "*promover o intercâmbio cultural, científico e técnico de países desenvolvidos da lusofonia europeia, com os em via de desenvolvimento da lusofonia americana (o Brasil) e do terceiro mundo (PALOP's) ",* permitindo e instigando o "*diálogo inter e intracultural, o conhecimento mútuo de experiências culturais e educacionais, de projetos comuns no domínio da tecnologia, do ensino e da cooperação entre países lusófonos"* (Fontenla, 1993:24).

Com algo de empenho, principalmente da sociedade civil, é provável que, seguindo a ideia de Armando Teixeira Carneiro (2006:134), a Lusofonia possa atuar como um "novo modelo reticular geopolítico", explicado pelo fato de que o que assuma um determinado domínio sobre os nós principais das "redes de conhecimento" estará garantido um reforço do seu "posicionamento internacional", já que tais fluxos que informação são justamente suportados

num veículo linguístico específico, de aí ser prioritária a defesa e a difusão do uso da língua aglutinante.

No entanto, é necessário sempre ter em mente, a lusofonia "está a ser", está a se fazer, num "processo irreversível, por decisão soberana dos países soberanos", para o que o que importa discutir não é o seu passado ou o seu conceito, mas o seu futuro que, nas palavras de Sil Monteiro (1993:34), "*já o é; é-o porque começou no passado e num passado bem longínquo, que se vem fazendo património".* E é no marco destas discussões que também cabe meditar sobre vertente mediática e comunicativa da questão da Lusofonia.

3.- A MÍDIA DA LUSOFONIA É, COM EFEITO, LUSÓFONA?

Iniciaremos o percurso africano por Angola, em cuja mídia digital se observa mais uma vontade pan-africana do que pan-lusófona, predominando assim o enquadramento geográfico sobre o cultural. No nível informativo, as notícias lusófonas misturam-se no meio das internacionais, sem hierarquização ou tratamento claramente diferenciado por muito que nalguns casos haja mais familiaridade ao tratar certos temas, como acontece com os restantes PALOP's. No entanto, em nenhum dos casos analisados se faz manifesta uma vocação clara de achegamento ou relacionamento com o resto da lusofonia, e a língua é usada como veículo, mas sem apelar às implicações culturais nem chamar aos eventuais benefícios socioeconómicos.

Ainda assim, cabem certas matizações. Se bem no *Angola Digital* (http://www.angoladigital.net/), *Angola Press* (http://www.angolapress-angop.ao/) e *Jornal de Luanda* (http://www.jornaldeangola.com/ >) as notícias de âmbito africano e lusófono só aparecem quanto atingirem diretamente Angola ou se o país participar em atividades conjuntas, *Luanda Digital* (http://luandadigital.com/) sim acolhe regularmente notícias relacionados com o mundo lusófono na secção "Cultura&Media". Mas, da mesma forma, no plano da informação internacional raramente têm presença os países lusófonos e, quanto a têm, costumam ser apenas os africanos – especialmente Guiné-Bissau. Igual que os anteriores, aparecem misturados e sem nenhum tipo de destaque.

No caso de Cabo Verde, a informação lusófona comparece igualmente no meio da internacional, embora em um dos portais analisados, *Visão News* (http://www.visaonews.com/), exista uma secção ("Lusomundo") na qual se podem encontrar, de forma diferenciada, notícias sobre Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor e o próprio Cabo Verde. Embora promovido desde Cabo Verde, ou pelo menos por cabo-verdianos, trata-se de uma empresa sediada nos Estados Unidos (de fato, tem uma versão em inglês) dirigindo os seus conteúdos (informativo e publicitário) tanto à população das ilhas como às comunidades residentes no exterior.

Nos outros dois portais, *A Semana online* (http://www.asemana.cv/) e *Expresso das Ilhas* (http://www.expressodasilhas.cv/), existe também uma certa 'vocação' para a diáspora cabo-verdiana, afincada especialmente nos Estados Unidos e Portugal, o que justifica uma maior presença de informações destes países. Certamente, em secções como Internacional ou Cultura existem bastantes notícias referentes a países lusófonos, mas sem nenhum tipo de tratamento diferenciado ou destaque, misturando-se com notícias de âmbitos alheios ao cabo-verdiano, africano ou lusófono.

Na Guiné-Bissau apenas se estudaram duas publicações: *Bissau Digital* (http://www.bissaudigital.com/) e *Agência Bissau Media* (http://www.agenciabissau.com). Em ambos os casos os Desportos são a área na que mais presença tem o intercâmbio lusófono, com um seguimento atencioso da liga portuguesa de futebol. Outras secções, como Política ou Sociedade, estão dedicadas na íntegra aos conteúdos nacionais, e em Economia, Cultura&Media ou Internacional, o peso das informações relativas aos países lusófonos é insignificante. Mais do que uma vontade lusófona, claramente inexistente, poder-se-ia falar de uma vocação africanista, mais além dos PALOP's.

A situação de Moçambique é muito similar, privilegiando informações relativas aos países ao redor (África do Sul, Zimbábue, etc.) frente às referentes à lusofonia, extremamente minoritárias e que apenas destacam entre a amálgama das secções Mundo, Economia ou Cultura. Apesar de o *Canal de Moçambique* (http://www.canalmoz.com/) incluir algumas informações, *O País online* (http://www.opais.co.mz) não ofereceu nenhuma informação nos dias

analisados referente a outros países de língua oficial portuguesa, ainda aparecendo notícias relativas à China ou ao Afeganistão. Da mesma forma que os mídia supracitados, não se oferecem ligações a páginas Internet de outros países lusófonos.

No caso de São Tomé e Príncipe a situação resulta um tanto distinta, uma vez que existe a predominância das notícias de países de língua oficial portuguesa dentro da informação internacional – provavelmente porque não exigem um trabalho de tradução e há suficientes fontes acessíveis –, embora hierarquicamente não estejam num nível superior - ou, ao menos, diferenciado – em relação ao resto. Embora a maior parte das informações tenha um caráter político ou económico, que se afasta em certa medida da principal ideia sobre a Lusofonia e que atinge ao seu caráter cultural, existe, porém, uma certa individualização da lusofonia, com caraterísticas mais cultural do que políticas, na seleção dos enlaces recomendadas pela página *web* ("links úteis"), pois todas elas pertencem a países de língua oficial portuguesa ou com importantes comunidades lusófonas.

Em boa medida, este fato vem dado pela presença de grupos de comunicação de projeção lusófona como o *PNN Portuguese News Network* (http://www.interpnn.com/), que nascera nos Estados Unidos em 1997 como agência de notícias, produzindo inicialmente noticiários em áudio para serem transmitidos ao vivo para as comunidades portuguesas desse país através de estações e programas de rádio. Em 1998, o estúdio inicial foi transferido para o Porto (Portugal), e ali se iniciaria a publicação do primeiro jornal em linha com notícias de Portugal: o *Fórum PNN*, que divulgava o mais importante da atualidade das comunidades lusófonas no mundo. Já em junho de 1999 criava-se o *Jornal Digital* (http://www.jornaldigital.com/), uma das primeiras publicações de notícias em tempo real publicadas exclusivamente através da internet e hoje uma verdadeira referência na informação lusa.

Da mão deste grupo nasce o *Jornal de São Tomé e Príncipe* (http://www.jornal.st), no que a vocação lusófona se faz presente com espaços de destaque para informações de outras nações lusófonas distintas da de origem. No entanto, estas informações figuram no apartado Internacional, juntamente com notícias de outros tantos países; ou seja, não se diferencia sob nenhuma epígrafe a informação dos países lusófonos: tem grande presença dentro do internacional, mas se considera ao mesmo nível, nem mais nem menos importante.

Ainda assim, o *Jornal de São Tomé e Príncipe* é uma exceção, pois a presença de notícias relativas a países lusófonos na outra mídia digital são-tomense é praticamente anedótica. Outro dos portais analisados, *Diário Digital Téla Nón* (http://www.cstome.net/diario/index.htm), meio hospedado no servidor da Companhia São-tomense de Telecomunicações (51% do seu capital é da Portugal Telecom), de aparência amadora e com vocação de serviço para a população local, não incluiu nenhuma notícia de âmbito lusófono que não atingisse diretamente São Tomé durante o período analisado.

Em referência ao Timor, atualmente são poucos os meios de comunicação digitais que diariamente ofereçam informação sobre este país. Um dos mais atualizados – e que utilizamos como referência para esta pesquisa – não é propriamente um meio de comunicação, mas um *blog* que está especializado no quotidiano timorense, mormente política. No entanto, aparecem algumas informações de âmbito claramente lusófono – por exemplo, o anúncio do VI Colóquio Anual da Lusofonia, a celebrar a finais de 2007 em Bragança. Provavelmente se trate de uma escolha intencionada – juntamente com o uso da língua portuguesa na página *web* – e análoga à realizada pelas elites timorenses: utilizar o português como idioma-símbolo da identidade nacional, ou seja, para dotar o país de uma personalidade diferenciada no seu entorno, onde está rodeado de países anglófonos ou que têm o inglês como língua oficial.

Neste sentido, construir pontes face à Lusofonia – seja como conceito ou for como conglomerado de nações da CPLP – implica reafirmar a própria identidade nacional. Supõe assim uma barreira aos desejos expansionistas da Austrália, como foi veículo para a união face ao inimigo indonésio. A defesa da identidade própria utilizando uma língua colonial não deixa de ser paradoxal, mas deve ser entendida num contexto no qual constitui um vínculo com o passado do país e uma barreira diferencialista /identitária.

No que diz respeito da ex-colónia portuguesa na China, nota-se que, como no caso do Timor-Leste, a língua portuguesa é um elemento chave para não

diluir a identidade dos seus cidadãos dentro da chinesa. Assim, por exemplo, o *Jornal Tribuna de Macau* (http://www.jtm.com.mo/) tem conferido o serviço noticioso e gráfico da *Agência Lusa* (http://www.lusa.pt/) e inclui, por exemplo, um *banner* para os *Jogos da Lusofonia de 2006* que leva para um espaço do jornal dedicado na íntegra ao evento. Na secção "Atual" também se dá grande importância à informação lusófona, aparecendo notícias sobre Angola ou Portugal, por exemplo. Em efeito, desde que em 1999 Macau passou a constituir-se na Região Administrativa Especial de Macau dentro da China, o controle sobre a imprensa aumentou notavelmente, e foram muitos os meios de comunicação que cessaram a sua atividade, e com o passar do tempo muitos projetos comunicacionais na rede foram esmorecendo.

Em referência ao Brasil, não deixa de resultar paradoxal que o país que mais falantes aporta ao universo lusófono viva tão retraído sobre si próprio no nível informativo e comunique tão pouco sobre a atualidade – mesmo que seja sobre política e não cultural – dos seus 'irmãos de língua'. Possivelmente para a maior parte do público brasileiro a Lusofonia não lhes diga nada porque, numericamente, eles 'são' a Lusofonia. Contrasta mais ainda quando vemos o importante número de notícias dedicadas aos Estados Unidos ou à Europa, enquanto nem tão sequer observamos a presença de enlaces para outras páginas *web* de países de língua portuguesa.

Assim, o autodenominado «primeiro jornal em tempo real em língua portuguesa», a *Folha de São Paulo online* (http://www.folha.uol.com.br/) não dedicou durante o período analisado nem uma só notícia onde fossem protagonistas outros países de língua oficial portuguesa, e isso apesar de ter publicado numerosas notícias de temática europeia Porém, na informação desportiva aparecem constantes menções a Portugal, sempre sem qualquer conotação cultural, simplesmente como localização geográfica, junto com outros países – e são muitos – nos que jogadores brasileiros ocupem posições em equipas de futebol relevantes. Nota-se aqui, talvez – e como se intui também na análise do moçambicano *O País online* – um condicionamento ou subordinação aos critérios jornalísticos que movem a maior parte das agências internacionais de notícias, centradas sobretudo na política dos Estados Unidos e da Europa assim como na situação dos mercados internacionais. Como anedota, fazendo uma pesquisa com o motor interno da página, a última referência ao termo "Lusofonia" data de 26/02/2007.

Similares resultados se obtiveram em *O Globo* (http://oglobo.globo.com/), pois na versão em linha deste jornal de consumo maciço não se encontrou qualquer referência lusófona no período analisado. Recorrendo ao seu pesquisador interno, como já se fez no caso anterior, as referências mais atuais a Portugal têm a ver com os desportos. No que diz respeito à Lusofonia, a referência política ou cultural mais recente é de 26/11/2006, enquanto para CPLP aparecem três ocorrências entre 18/08/2006 e 09/04/2007 – e a terceira é de 08/04/2007.

Esta tendência não se limita apenas à mídia privada, pois no caso de uma entidade pública como a *Agência Brasil* (http://www.agenciabrasil.gov.br/) a situação é similar, senão mais grave. Entre as temáticas tratadas no portal não aparecem nem a Lusofonia, nem a CPLP, nem "língua", nem qualquer um dos países lusófonos. Aparecem, no entanto, o Mercosul, a Unesco, a OMC ou a ONU, todas elas organizações internacionais nas quais participa o Brasil. Igualmente, procurando "Lusofonia" no pesquisador interno, comprovou-se que, estando já a meados de 2007, no que vai de ano apenas se publicaram duas notícias que contivessem essa palavra, a primeira de 08/01/2007 e a última de 20/05/2007. Tampouco entre as denominadas 'Coberturas temáticas' há qualquer referência à Lusofonia, CPLP ou conteúdos similares, embora figurem temas como "Fórum de software livre", "O debate da TV pública", "Cultura popular na América do Sul" ou "Eleições no Haiti". Consultando no pesquisador interno os nomes dos diferentes países lusófonos, aprecia-se que os resultados não passam, mais uma vez, do anedótico. Como exemplo, sobre Portugal, o país com melhor proporção de ocorrências/período de tempo (0,27 diárias face o 0,25 de Timor ou 0,19 de Angola), entre 16/05/2007 e 19/06/2007 foram publicadas apenas nove informações.

Mesmo em Portugal, com exceção da secção "África" do *Expresso*, existe uma atitude pouco propensa a reforçar o sentimento de pertença a um património comum como é o idioma. Por citar apenas dois exemplos, a versão digital do *Público* (http://publico.pt/) não conta com qualquer referência lusófona entre os seus eixos temáticos e, como costuma suceder, misturam-se

as informações lusófonas dentro de Internacional, sem hierarquização nem tratamento diferenciado. O *Expresso* (http://www.expresso.pt/) também não conta com nenhuma secção de conteúdos lusófonos dentro da sua *web*, embora sim exista um espaço denominado "África" cuja informação procede sem exceções dos PALOP's.

Como no Timor-Leste ou em Macau, na Galiza o idioma português é um símbolo identitário muito importante, sobretudo nas circunstâncias atuais nas que este território forma parte do Reino da Espanha, que tem como língua oficial o castelhano/espanhol. No entanto, este benefício aparente não é explorado quanto deveria. O portal informativo *Vieiros* reduziu a importância que lhe dava anteriormente – ainda que apoie e promova muitas iniciativas transfronteiriças entre Galiza-Portugal –, e o *Portal Galego da Língua* carece de uma ótima hierarquização, apesar de contribuir para normalizar a presença da Lusofonia como parte da atualidade galega.

Com efeito, a Galiza tem uma série de especificidades que a fazem diferente no enquadramento da Lusofonia, pois embora constitua a demarcação geográfica onde nasceu a língua portuguesa, na antiga *Gallaecia* que abrangia desde a ponta de Ortegal até o rio Douro e pelo leste até parte do que atualmente são as Astúrias e Castela, é um dos territórios onde mais risco existe para a integridade da língua. Hoje em dia, a língua portuguesa – conhecida como 'galego', que ademais é o nome histórico do português por ter nascido na Galiza – perdeu muitos espaços da vida pública em benefício do castelhano/espanhol, pelo que a maior parte da comunicação social do país galego está redigida nesse idioma e não no próprio.

Como exemplos de análise para esta investigação, tomamos como referência dois dos meios de comunicação digitais mais importantes em galego. O primeiro deles, *Vieiros*, (http://www.vieiros.com/), é um jornal eletrónico convencional, e utiliza um galego que segue as normas atualmente vigoradas na Galiza – subsidiárias do espanhol. O outro, o *Portal Galego da Língua* (http://www.agal-gz.org/) está especializado no idioma e na cultura galego-lusófonas e utiliza indistintamente desde um galego próximo da norma culta portuguesa até, diretamente, o português padrão. *Vieiros* costuma introduzir na sua capa notícias referentes à Lusofonia – principalmente Portugal – praticamente desde a sua fundação em 1996. Com o passar do tempo decidiram criar um canal dedicado na íntegra à informação lusófona, o "Canal Lusofonia", gerido até 2006 de forma conjunta pela equipe redatora do periódico e a já citada *Portuguese News Network*. Desde 2007 a gestão deste espaço corresponde exclusivamente ao pessoal de *Vieiros*, sendo que a mudança desta dinâmica de trabalho provocou que a informação lusófona, até a altura, quase sem exceção redigida em português padrão, passasse a escrever-se seguindo as normas ortográficas oficiais do galego – bastante próximas ao espanhol. Também motivou um menor ritmo de atualizações, que passaram a ser praticamente semanais ou bissemanais.

Comentava-se na análise da *Folha de São Paulo* que a última vez que se registava o verbete "Lusofonia" fora em de 26/02/2007. Pois bem, no *Portal Galego da Língua*, a última vez na que aparece é em 10/06/2007, e desde 30/06/2007 protagoniza 10 informações. No *PGL*, toda a informação lusófona aparece indistintamente no meio da galega. A única diferenciação que se realiza é no caso da procedente do Brasil ou Portugal, indicadas como "PGL-Brasil" e "PGL-Portugal" respetivamente. Isto é devido a que o PGL conta com correspondentes em ambos os países. Esta atitude aberta para com a Lusofonia e de informar sobre a atualidade cultural lusófona está em clara sintonia com os princípios fundacionais do sítio, promovido pela Associaçom Galega da Língua (AGAL), «umha associaçom sem ánimo lucrativo, legalmente constituída em 1981, que visa a plena normalizaçom do Galego-Português da Galiza e a sua reintegraçom no âmbito linguístico a que historicamente pertence: o galego-luso-brasileiro».

4.- CONCLUSÕES

Nestas notas finais comprovar-se-á como o debate sobre a vertebração da lusofonia (europeia Vs americana) não passa de ser um debate bizantino. Como se evidenciou, a pauta geral nos meios analisados é a não relevância de um critério relacionado com o conceito lusófono antes abordado na hora de selecionar, hierarquizar e apresentar a informação. Com a exceção do *Jornal de São Tomé e Príncipe* (e outras páginas ligadas à *PNN*, que não foram estudadas em esta ocasião), *Visão News* de Cabo Verde (também ligado à comunidade cabo-verdiana assentada nos Estados Unidos) e em menor medida meios como

o *Expresso* (que conta com uma secção para os PALOP's), a parte restante dos sítios analisados não têm em consideração o fator lusófono como critério temático nem dão maior relevância às informações relacionadas com este âmbito, mais além do que diz respeito ao seu próprio país.

Certamente, para alguns meios, o fato de dispor de informações em língua portuguesa procedentes de agências de notícias como a *Lusa* ou a *PNN* (e que, portanto, não precisam ser traduzidas de outras línguas como o inglês ou o francês) facilita notavelmente uma maior presença de notícias do âmbito lusófono. No entanto, são as próprias agências que devem acometer uma primeira vertebração temática lusófona, dando cabida não apenas a informações de caráter político ou económico, mas de forma especial àquelas que façam referência ao âmbito cultural. Neste sentido, teria sentido um acordo entre as instituições públicas responsáveis (CPLP, Instituto Camões, etc.) e as supracitadas agências para garantir a distribuição destas informações entre a mídia dos países lusófonos e das comunidades residentes em diversos pontos do globo. Obviamente, tal acordo deveria estabelecer um fluxo em ambos sentidos, de modo que as informações relativas às distintas realidades lusófonas tenham também eco nos países no que estas agências têm os seus mercados principais.

Embora a mídia não atenda ao fator lusófono, a vocação africanista entre os PALOP's e a atenção para as comunidades no exterior (também notável na mídia de Portugal e Brasil) evidencia a existência de pautas culturais na hora de compor e desenhar as informações. A falta de interesse por uma matriz comunicacional lusófona faz patente a pouca importância outorgada a este espaço, resultando oportunas medidas na linha das já citadas, que possam dar um necessário fundamento ao intercâmbio informativo, pois só através do conhecimento das realidades dos outros se poderá aprofundar na construção de um autêntico bloco cultural lusófono.

Retomando as palavras iniciais destas conclusões, fica comprovar o porquê de este ser um debate bizantino: não faz sentido gastar esforços intentando esclarecer qual a vertebração que tem ou deve ter a lusofonia, pois a construção/constituição de uma realidade cultural (eis o principal componente da comunidade e autêntico nexo de todas as nações que a integram) que possa trazer benefícios de outra índole (económica, social, ambiental, etc.) apenas pode ser realizada com a soma de diferentes esforços. Se as nações lusófonas crescerem de costas entre elas não estão desenvolvendo a Lusofonia, mas destruindo-a. A Lusofonia constrói-se cada dia e deve ser muito mais do que uma retórica (mormente cultural e diplomática). A Lusofonia não é apenas falar português, mas sentir próximo o que acontece noutro país de língua portuguesa; é conhecer a sua realidade e integrá-la nos discursos quotidianos; é primar o relacionamento com os países lusófonos criando uma esfera de decisão diferenciada. É, em resumo, crescer juntos da mão dada.

5.- BIBLIOGRAFIA

Carneiro, Armando Teixeira (2004) 'La cultura y los media en Portugal: un análisis interpretativo', *Pensar Iberoamérica: Revista de Cultura*, 5 [em-linha]. Disponível em [consult. 03/12/06]: <http://www.oei.es/pensariberoamerica/ric05a03.htm>.

Chacon, Vamireh (2002) *O Futuro Político da Lusofonia*, Lisboa: Verbo.

Cristóvão, Fernando (2005) 'Lusofonia' in Cristóvão, Fernando (dir.) *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores, pp. 652-656.

Domingues, João (2006) 'A CPLP enquanto vertente securitária de cooperação' in Evans Pim, Joám *et al.* (eds.) *Paz e Segurança para o Século XXI*, Rianxo: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz.

Elia, Sílvio (1989) *A Língua Portuguesa no Mundo*, São Paulo: Ática.

Fontenla, José Luís (1993) 'Ciência, cultura e política da Lusofonia', *Nós*, 29-34: 21-30.

Graça, Pedro B. (1997) 'Fundamentos Culturais do Países Africanos Lusófonos'. *Africana*, 18: 78-79.

Léonard, Yves (1999) 'As ligações a África e ao Brasil', in Bethencourt, F.; Chaudhuri, K. (eds.) *História da expansão portuguesa* (vol. 5), Lisboa: Círculo de Leitores.

Lourenço, Eduardo (1999) A nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem na Lusofonia, Lisboa: Gradiva.

Margarido, Alfredo (2000) *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Martins, Moisés de Lemos (2004) 'Lusofonia e Lusotropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiperidentitários' [em-linha]. Disponível em [consult. 02/12/06]: <http://cecs.uminho.pt>.

Reis, Carlos (1997) 'A Questão da Lusofonia', in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 30.06.1997.

Santos, Victor M. dos (2004) 'Lusofonia e Projeção Estratégica: Portugal e a CPLP', *Nação e Defesa*, 109: 123-151.

Sil Monteiro, Maria Rosa da Rocha Valente (1993) 'Cultura e Política da Lusofonia', *Nós*, 29-34: 31-35.

34. JUCÉLIA FERREIRA LOEBENS, UNIVERSIDADE DE ALCALÁ DE HENARES ESPANHA.

ALGUMAS VARIANTES DA LÍNGUA PORTUGUESA EM PORTUGAL E NO BRASIL, INSERIDAS NA POESIA DE FLORBELA ESPANCA E ADÉLIA PRADO: SOB UMA PERSPETIVA DA LITERATURA COMPARADA.

A Língua Portuguesa desenvolve diferentes vocábulos e/ou aceções em cada lugar, onde a nossa última flor do Lácio, diria Bilac, é falada. Nesta proposição de trabalho, pretendo dar a conhecer algumas variantes da Língua, encontradas na poesia da Portuguesa Florbela Espanca (1894 – 1930), e respetivamente na da Brasileira Adélia Prado, nascida (1935) e residente no Brasil.

Em que pese a relativa distância temporal, apresento algumas observações semânticas e lexicais e proponho uma análise sob a luz da Literatura Comparada.

"As almas das poetisas são todas feitas de luz,
como as dos astros: não ofuscam, iluminam."
Florbela Espanca

A Língua Portuguesa desenvolve diferentes vocábulos e/ou aceções em cada lugar, onde a nossa última flor do Lácio, diria Bilac[93], é falada. Nesta proposição de estudo, pretendo dar a conhecer algumas variantes da língua, encontradas na poesia da portuguesa Florbela Espanca (1894 – 1930), e na da brasileira Adélia Prado, nascida (1935) e residente no Brasil. Em que pese a relativa distância temporal, apresento algumas observações semânticas, gramaticais e lexicais, e proponho uma análise sob a luz da literatura comparada.

Convém destacar a contribuição da literatura comparada em termos gerais. Segundo Tânia Franco Carvalhal (2003: s/p) é no exame dos espaços intra e interculturais, das relações intra e intertextuais e na prática interdisciplinar que a literatura comparada encontra, hoje, grande parte do repertório de problemas que a especifica. Entendida, pois, mais como uma forma específica de análise de um conjunto de questões particulares, do que como um campo disciplinar previamente delimitado, a literatura comparada explora relações não apenas entre textos e autores ou culturas, mas se ocupa do que decorre do confronto entre o literário e o não literário, entre o fragmento e a totalidade, entre o similar e o diferente, entre o próprio e o alheio.

No Brasil, o comparativismo deveria empenhar-se na análise dos processos da colaboração europeia principalmente, para que se possa perceber o que é peculiar à literatura aqui produzida, na expressão de seu vínculo com o país e a cultura através da qual se faz presente no mundo. Pretendi que este estudo se baseasse na literatura comparada, salientando a brasileira, que é geralmente excluída do panorama literário latino-americano pela predominância nele das literaturas de língua espanhola. Nesse caso, cabe-nos trabalhar para incluir o comparativismo a fim de fortalecer a necessidade de conhecimento mútuo, de união e busca conjunta de afinidades. E a lição que Antônio Cândido nos deixa, segundo a leitura de Carvalhal (1988: s/p): "*há que descobrir os vínculos, as analogias específicas, os contrastes entre nós*".

Partindo dos poemas selecionados, na medida do possível, pretendo abordar além da literatura, o âmbito lexical, gramatical e semântico. Não priorizando o sentido meramente científico e quantitativo do estudo de variantes, mas apresentando uma constatação a partir das observações feitas através da leitura. Esta proposta surgiu pensando, também, no fazer poético, na importância do lugar que ele ocupa na vida em si mesma e na linguagem eleita para isso. Como aponta Morin (2001: 10): "*A vida é um tecido misturado ou alternativo de prosa e poesia. Pode-se chamar prosa às atividades práticas, técnicas e materiais que são necessárias à existência. Pode-se chamar poesia ao que nos põe num estado segundo: primeiro a própria poesia, depois a música, a dança, o regozijo e, bem entendido, o amor.*"

Além disso, elegi um fazer poético diferenciado, o fazer poético feminino, a partir de uma mesma língua em épocas distintas e assim mesmo convergentes em muitos pontos. Como observa Lilian Cordeiro (2006: 117), a "*identidade*

[93] Olavo Bilac (O. Braz Martins dos Guimarães B.), jornalista, poeta, inspetor de ensino, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 16 de dezembro de 1865, e faleceu, na mesma cidade, em 28 de dezembro de 1918. Sua obra poética enquadra-se no Parnasianismo. Ocupa uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Para saber mais: http://www.academia.org.br/

feminina continua pulsante no psiquismo das mulheres, implorando para vir à tona, eis que pode ser um dos meios mais preciosos para promover mudanças em nosso perdido e atônito olhar". E não poderia ser diferente tratando-se de duas mulheres fortes, adiantadas no seu tempo e que fizeram valer os temas e sentimentos ditos femininos.

Valho-me de Florbela Espanca e Adélia Prado, cuja poesia retrata o universo feminino em sua essência. Florbela nascida em 1894, em Vila Viçosa, Portugal foi uma poeta de extraordinária sensibilidade. Segundo Brito (2007: 3), desde criança fazia versos originados de uma necessidade interior. Foi o processo de criação para atender às pressões do inconsciente que levou Florbela a uma permanente angústia de nunca conseguir expressar-se na proporção em que a força erótica de sua alma oculta o exigia. Como diz seu crítico José Regis, em estudo de 1952 (Brito, 2007: 4): "*Nem o Deus que viesse amá-la, sendo um Deus, lograria satisfazer a sua ansiedade*".

Adélia Luzia Prado Freitas nasceu em Divinópolis, Minas Gerais, no dia 13 de dezembro de 1935. No ano de 1950 falece sua mãe, tal acontecimento faz com que a autora escrevesse seus primeiros versos. Segundo Vera Queiroz (2007: 2), *"Adélia é poeta de seu tempo, parece vir ao encontro de algo novo que despontava no horizonte de expectativas da sociedade brasileira: o resgate do corpo politicamente erotizado, a denúncia dos mecanismos de poder que atuam nas instituições sociais e dissemina-se nas relações intersubjetivas, a descaracterização da macropolítica como instância única capaz de levar a cabo as transformações exigidas pela sociedade*". Essas questões surgiram, na época, na sociedade brasileira, perpassaram a obra de Adélia, indicando uma atitude poética nova, singularizada pela transformação da vida cotidiana em matéria de poesia.

Esse novo que a poesia de Adélia traz, Queiroz (2007: 2) chama de uma "*transcendência do banal, uma aceitação e um entendimento da expressividade da vida diária e feminina".* Nela parecem caber todos os temas que têm alimentado a poesia de todos os tempos: vida, morte, sonhos, comunhão mística com Deus e com as palavras. Mas é na apreensão dos pequenos gestos e das situações particulares que ela imprimirá sua marca e diferença poéticas. Adélia parece contrariar a tradição literária, no que diz respeito a escrever versos sobre o cotidiano, ela resgata a poesia nos acontecimentos mais ínfimos, no corpo erotizado, na imagem de Deus humanizado, na mulher - seus afazeres e haveres.

Além da capacidade de criar o comum, Adélia Prado decorre de uma progressiva adesão à vertente religiosa. Agrega Queiroz, (2007: 3) "*O sagrado deixa de ser o foco iluminador do banal para tornar-se o eixo a partir de onde fala o sujeito lírico, assumindo-lhe a própria fala*". Já Florbela é originariamente religiosa, ela emerge do meio intrinsecamente metódico e católico, que é o próprio convento. Adélia realiza uma arte poética, na qual aplica os proveitos da linguagem, os usos coloquiais da língua, os objetos e as expressões da moda, os seres e os elementos naturais. Florbela, ao mesmo passo, fazia poesia por uma necessidade intrínseca e seu estilo tampouco se detinha em acompanhar escolas e modas da época.

Depois das notas sobre as poetas, busco certa comparação entre a linguagem do português de Portugal e do Brasil, mas deixando claro que o enfoque é a partir da literatura comparada. Nesse sentido, agrego exemplos do artigo "A história do Português Brasileiro"[94], e me parece importante ressaltar "a discussão sobre as distinções entre a fala de Portugal e a do Brasil, desde a colonização até hoje. A nossa estrutura gramatical continua bem próxima à do português europeu. A maior parte do nosso vocabulário é idêntica à do português europeu. Já as diferenças fonéticas são notáveis. E algumas distinções semânticas também se verificam, por exemplo, em palavras como "estação" e "trem", que em Portugal são "gare" e "comboio", assim como outras". Ainda segundo o mesmo artigo, "*para muitos linguistas, as mudanças na língua são naturais, o que pode acarretar que algum dia, a fala do brasileiro chegue a ser considerada um idioma distinto do português europeu*." A partir dos pressupostos acima elencados, tratarei de analisar de forma pessoal, quase empírica, alguns dos poemas das respetivas escritoras.

[94] Artigo retirado da página *web* do Colóquio Anual de Lusofonia: "O Português no século XXI, a variante brasileira." A história do português brasileiro. Disponível em: http://lusofonia2007.com.sapo.pt/historia%20portugues%20brasileiro.htm

1. TEMAS COMUNS NA POESIA ADÉLIA PRADO E FLORBELA ESPANCA E A OBSERVAÇÃO DAS VARIANTES

No caso deste estudo, notoriamente, as convergências entre as duas autoras aparecem em temas como religiosidade, desgosto pela vida, cotidianidade, natureza, temas sobre o feminino, sexo, este último com diferentes visões de Adélia e de Florbela. Tais temas são correntes entre os poetas e pensadores a seu tempo, pois trata-se de questões que há muito constituem a psique e as relações do humano.

Em se tratando de definições feitas de e sobre si mesmas, Florbela se define como a que não se reconhece, a que se sente deslocada, a incompreendida:

Eu [95]

Eu sou a que no mundo anda perdida
Eu sou a que na vida não tem norte,
Sou a irmã do Sonho, e desta sorte
Sou a crucificada... a dolorida...

Sombra de névoa tênue e esvaecida,
E que o destino amargo, triste e forte,
Impele brutalmente para a morte!
Alma de luto sempre incompreendida!...

Sou aquela que passa e ninguém vê...
Sou a que chamam triste sem o ser...
Sou a que chora sem saber por que...

Sou talvez a visão que Alguém sonhou,
Alguém que veio ao mundo pra me ver
E que nunca na vida me encontrou!
Espanca, Florbela (2002: s/p)

Para reafirmar-se e marcar o "eu", além de usar o próprio pronome citado, Florbela usa a repetição do verbo *ser* na primeira pessoa. A poeta cria um autorretrato da sua alma, demarcando o seu modo de ser e estar no mundo. Adélia por outro lado se define como uma mulher forte, porém como Florbela, sente-se deslocada do seu tempo:

Com licença poética

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
-- dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.
Prado, Adélia (1993: s/p).

Diferentemente de Florbela, Adélia usa os verbos em primeira pessoa, mas nunca o evidente pronome pessoal "eu", demarcando o seu autorretrato, e para auxílio, usa alguns pronomes possessivos. Ainda infere que todas as mulheres são desdobráveis, e reafirma ser ela um exemplo disso. Segundo suas próprias palavras[96]: "*O transe poético é o experimento de uma realidade anterior a você. Ela te observa e te ama. Isto é sagrado. É de Deus. É seu próprio*

[95] Poema do "Livro das Mágoas" de 1919.
[96] Esta e demais citações feitas pela própria Adélia foram baseadas em dados obtidos na Internet (Jornal da Poesia, depoimento à Biblioteca Nacional, "As conversas com Deus" -- Luciana Hidalgo - O Globo), BTCA - A.C.Cardoso, Cadernos de Literatura Brasileira - Instituto Moreira Salles, entre outros, e em livros da autora.

olhar pondo nas coisas uma claridade inefável. Tentar dizê-la é o labor do poeta."

No poema de Adélia percebe-se uma variante gramatical: "sem precisar mentir". Bechara (2004) considera o verbo *precisar* no português do Brasil, como transitivo indireto. Já Aurélio (1999), especifica nas várias aceções desse verbo que, em se tratando de "ter necessidade de", exige a preposição, no entanto, em outros sentidos, como no de "carecer", fica aceitável o uso sem a preposição. Sendo que no português de Portugal, segundo Maria Helena Mateus (2003), essa omissão fica fora da norma gramatical e é desaconselhável o seu uso, mesmo no Brasil.

O uso da conjunção *mas*, em Adélia, não corresponde ao uso gramatical da definição de contrariedade, mas ao uso coloquial, cuja linguagem, ela faz bom aproveitamento. O *mas*, como analisa Celso Cunha (2001), transmite uma ideia de contrariedade, embora Bechara, já admita usos diversos. A tristeza também rondou a alma das poetas, embora em Florbela seja notadamente mais evidente. Em uma época de sua vida, Adélia foi acometida por depressão profunda que resultou em um silêncio poético, sobre isso, disse que vê "a aridez como uma experiência necessária" e que "essa temporada no deserto" lhe fez bem, o que se reflete na sua poesia, que realça um fundo de esperança:

Exausto

Eu quero uma licença de dormir,
perdão pra descansar horas a fio,
sem ao menos sonhar
a leve palha de um pequeno sonho.
Quero o que antes da vida
foi o sono profundo das espécies,
a graça de um estado.
Semente.
Muito mais que raízes.
Prado, Adélia (1993: s/p).

Aqui se apresenta a questão de uma área problemática do uso da língua, referente às preposições, neste caso a *de*: "licença de dormir", em vez do uso gramatical de "licença para dormir", segundo Bechara (2004) a preposição *de* tem aceções que indicam determinadas circunstancias e algumas delas até inerentes ao uso de finalidade, como exemplificada neste caso, mas, no meu entender, a concordância nominal exigiria a significação mais adequada, que seria preposição *para*, no sentido de finalidade, no Brasil.

Florbela, na questão tristeza, foi muito além, retratou como ninguém do seu tempo a depressividade, reflexo da sua insatisfeita alma. Ela prova um sofrimento real e não apenas um fingimento poético, a ponto de levá-la ao suicídio, ainda jovem.

Castelã da tristeza

Altiva e couraçada de desdém,
Vivo sozinha em meu castelo: a Dor!
Passa por ele a luz de todo o amor...
E nunca em meu castelo entrou alguém!

Castelã da Tristeza, vês?... A quem?...
– E o meu olhar é interrogador –
Perscruto, ao longe, as sombras do sol-pôr...
Chora o silêncio... nada... ninguém vem...

Castelã da Tristeza, porque choras
Lendo, toda de branco, um livro de horas,
À sombra rendilhada dos vitrais?...

À noite, debruçada, pelas ameias,
Porque rezas baixinho?... Porque anseias?...
Que sonho afagam tuas mãos reais?...
Espanca, Florbela (2002: s/p)

Nesse caso, uma curiosidade semântica sobre a palavra: *ameias*[97], ainda que conste no dicionário da Academia Brasileira de Letras, está em total desuso no Brasil. Outra variante é a respeito do verbo *ver*: "vês a quem", no português do Brasil, ao contrário de Portugal, esse é transitivo direto, como indica Aurélio (1999), dentro dessa significação precisa deste caso, que é ver no sentido de conhecer ou perceber pelo sentido da vista. Outro tema do eixo comum do estudo das duas poetas é a religião, no caso a católica. Adélia se expressa: "Deus é personagem principal em sua obra. Ele está em tudo. Não apenas Ele, mas a fé católica, a reza, a lida cristã:

Direitos humanos

Sei que Deus mora em mim
como sua melhor casa.
sou sua paisagem,
sua retorta alquímica
e para sua alegria
seus dois olhos.98
Mas esta letra é minha.
Prado, Adélia (1999: 73)

Florbela, evidentemente, também aborda a religião como forma de estar no mundo, já que foi constituída por tal, desde a infância, quando estudou num colégio interno. No seu caso, foi conduzida, mas se manteve na religião na vida adulta. Já Adélia parece que escolheu a sua fé, a sua fé católica e a elucida constantemente. Ao que Florbela manifesta poeticamente:

O que és tu...

És Aquela que tudo te entristece
Irrita e amargura, tudo humilha;
Aquela a quem a Mágoa chamou filha;
A que aos homens e a Deus nada merece.

Fanatismo

Que tu és como Deus: princípio e fim!..."
Há gritos arrastados de cantigas...
E eu sou uma daquelas raparigas...
E tu passas e dizes: "Salve-os Deus!"
Florbela Espanca, Florbela (2002: s/p).

A semântica da palavra *rapariga*, no português do Brasil: segundo Aurélio (1999), "amante, meretriz", e ainda o mesmo autor define, a significação em Portugal: "moça solteira". O fazer poético também é mote para a poesia dessas mulheres, que, de certa forma, exaltam o ato da criação literária, numa metalinguagem evidente. Adélia diz sobre isso: "[...] *a poesia é maior que a poeta, e quando ela vem, se você não a recebe, este segundo inferno é maior que o primeiro, o da aridez*."

Florbela, sobre o fazer poético expressa:

Ser poeta

Ser poeta é ser mais alto, é ser maior
Do que os homens! Morder como quem beija!
É ser mendigo e dar como quem seja
Rei do Reino de Aquém e de Além Dor!

É ter de mil desejos o esplendor
E não saber sequer que se deseja!
É ter cá dentro um astro que flameja,
É ter garras e asas de condor!

É ter fome, é ter sede de Infinito!
Por elmo, as manhãs de oiro e de cetim...
É condensar o mundo num só grito!

E é amar-te, assim, perdidamente...
É seres alma, e sangue, e vida em mim

[97] do Lat. *ad moenia*, s. f., abertura feita, de intervalo a intervalo, no cimo dos muros, torre ou fortificação, segundo Aurélio (1999).

[98] Adélia, despreocupada com a linguagem gramaticalmente culta, e no afã pelo uso coloquial, admite o uso redundante em: "seus dois olhos", embora se possa compreender perfeitamente que o uso é poético, acima de tudo.

E dizê-lo cantando a toda a gente!
Espanca, Florbela (2007: s/p).

A variante diz respeito ao advérbio de lugar *cá,* ainda que apareça em gramáticas brasileiras, é totalmente desusado no Brasil. A mesma poesia traz o tema do feminino. Na escrita de Florbela é notável, como dizem os mestres, a intensidade de um transcendido erotismo feminino. Tabu até então, e ainda para além do seu tempo, em dizeres e escreveres femininos.

Os versos que te fiz (fragmentos)

Mas, meu Amor, eu não te digo ainda...
Que a boca da mulher é sempre linda
Se dentro guarda um verso que não diz !

Amo-te tanto! E nunca te beijei...
E nesse beijo, Amor, que eu te não dei
Guardo os versos mais lindos que te fiz.
Espanca, Florbela (2007: s/p).
Adélia atinge o tema do feminino no seu âmago, inerente e divino:

Mulher ao cair da tarde

Ó Deus, não me castigue se falo
minha vida foi tão bonita!
Somos humanos,
nossos verbos têm tempos,
não são como o Vosso, eterno.
Prado, Adélia (1999: 25)

Em se tratando de feminino é intrínseco o tema do sexo, em que Adélia transcende a dialética, louvando e simplificando:
Entrevista

Um homem do mundo me perguntou:
o que você pensa do sexo?
Uma das maravilhas da criação eu respondi.
Ele ficou atrapalhado, porque confunde as coisas
e esperava que eu dissesse maldição,
só porque antes lhe confiara:
o destino do homem é a santidade.
A mulher que me perguntou cheia de ódio:
você raspa lá? Perguntou sorrindo,
achando que assim melhor me assassinava.
Magníficos são o cálice e a vara que ele contém,
peludo ou não.
Santo, santo, santo é o amor que vem de Deus,
não porque uso luva ou navalha.
Que pode contra ele o excremento?
Mesmo a rosa, que pode a seu favor?
Se "cobre a multidão dos pecados e é benigno,
como a morte duro, como o inferno tenaz",
descansa em teu amor, que bem estás.
Prado, Adélia (2007: s/p)

Tema em que Florbela se acerca:
Amiga (fragmentos)

Beija-mas bem!... Que fantasia louca
Guardar assim, fechados, nestas mãos,
Os beijos que sonhei pra minha boca!...
Espanca, Florbela (2007: s/p)

O pronome de tratamento *você,* no Brasil, segundo Bechara (2004), é usado familiarmente. Já Celso Cunha (2001) indica, mais especificadamente, que no Português europeu, o pronome *você* é empregado de forma respeitosa, quase não se permite como forma de intimidade. No Brasil, se alarga o uso em geral, em substituição ao pronome *tu*. A colocação pronominal também se difere no uso em Brasil e Portugal. Por exemplo, Adélia diz: “me perguntou”, já Florbela: “Amo-te”. No caso de Adélia, a norma gramatical exigiria o uso da próclise, inclusive segundo Celso Cunha. No entanto, o uso coloquial consagrou no Brasil a ênclise em quase todos os casos semelhantes a esse, já registrados em

algumas gramáticas de uso. Adélia enreda a cotidianidade como temário que norteia os demais assuntos provincianos e revela: "alguns personagens de poemas são vazados de pessoas da minha cidade, mas espero estejam transvazados no poema, nimbados de realidade. É pretensioso? Mas a poesia não é a revelação do real? Eu só tenho o cotidiano e meu sentimento dele. Não sei de alguém que tenha mais. O cotidiano em Divinópolis é igual ao de Hong-Kong, só que vivido em português."

2. CONSIDERAÇÕES

No que se refere ao estudo da Literatura Comparada, sabemos que esta ainda não alcançou proeminência no Brasil, como foi o caso da Europa e dos Estados Unidos, que a partir do final século passado, solidificaram a estruturação e fundamentação da disciplina como área de ensino e gênero de investigação literária. Em que pese esse fator, há um conjunto de estudos que faz comunicar informações e sugestões sobre os aspetos fundamentais do comparativismo, agregando a intertextualidade e a interdisciplinaridade, além de observar a correspondência e a interação entre a obra literária e a vida social. Em relação a isso, a Literatura Comparada tem sentido se a pensarmos a partir da nossa realidade, somando-se isso, então a contribuição pode ter extraordinário valor.

Neste caso, a Literatura serviu como pano de fundo, onde foram sendo sinalizadas as variantes da Língua Portuguesa, como observamos nas diversas ocorrências apontadas. Pode-se observar uma maior frequência de casos referentes à colocação e uso pronominal, e menor em casos concernentes ao léxico e à semântica. Realmente, não há, praticamente, vocábulos e/ou expressões que sejam despercebidas pelo português do Brasil, nesse sentido, prescindem de maiores comentários. Ainda que seja notório e provado que as variantes estejam onde quer que haja falantes e a língua seja proferida, é também inegável que se vislumbre esse traço de unificação que nos permite o entendimento aleatório e possibilita o ápice do objetivo primeiro da linguagem, que é a comunicação. Dessa forma, as fronteiras geográficas não podem limitar as fronteiras do saber, da interação cultural, da integridade científica e, sobretudo das relações humanas. E para findar, uso as palavras de Morin (2001: 11), “se a poesia transcende a sabedoria e loucura, faz-se necessário buscar o estado poético e evitar que o estado prosaico engula nossas vidas, necessariamente tecidas de prosa e poesia”.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bechara, Evanildo (2004). *Moderna Gramática Portuguesa*, Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

Brito, José Carlos A. (2007). *‘Florbela Espanca, a alma em expansão’*, in ‘Jornal de Poesia’. Disponível em http://www.revista.agulha.nom.br/jcarlosbrito6.html.

Carvalhal, Tânia F. (2003). *O próprio e o alheio: ensaios de literatura comparada*, São Leopoldo: Unisinos, v.1

Carvalhal, Tânia F. (1988). *Antônio Cândido e a Literatura Comparada*, Porto Alegre: Abralic, pp. 13-16.

Cordeiro, Lilian C. (2006). *“A educação estética e o feminino: propostas para uma visão humanizadora em educação”.* Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo - RS - Brasil.

Cunha, Celso e Cintra, Luiz F. Lingley (2001). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Dicionário da Academia Brasileira de Letras. Disponível em http://www.academia.org.br/ .

Espanca, Florbela (2002). *‘Eu’*. In *O Livro das Mágoas.* Porto Alegre: L&PM Editores, vol. 297.

Espanca, Florbela (2002). *‘Castelã da tristeza’*. In *O Livro das Mágoas.* Porto Alegre: L&PM Editores, vol. 297.

Espanca, Florbela (2002). *‘Fanatismo’* e *‘O que és tu’*. In *Livro de Sóror Saudade* – Porto Alegre: L&PM Editores, vol. 298.

Espanca, Florbela (2007). *‘Ser poeta’*.

Disponível em http://www.mulheres-ps20.ipp.pt/Florb-Espanca.htmSer%20poeta.

Espanca, Florbela (2007). *‘Amiga’*. In *AS tormentas*.

Disponível em http://www.astormentas.com/florbela.htm.

Espanca, Florbela (2007). ‘Os versos que te fiz’. In Jornal de Poesia.

Disponível em http://www.revista.agulha.nom.br/flor.html.

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (1999). *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Mateus, Maria Helena (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho, 5.ª ed.

Morin, Edgar (2001). *Amor Poesia Sabedoria*, Editora: Bertrand Brasil.

Prado, Adélia (1993). ‘*Com licença poética*’. In *Bagagem*, São Paulo: Ed. Siciliano.

Prado, Adélia (1993). *‘Exausto’.* In *Bagagem*, São Paulo: Ed. Siciliano.

Prado, Adélia (1999). *’Direitos humanos’*. In *Oráculos de maio,* São Paulo: Siciliano.

Prado, Adélia (1999). *’Mulher ao cair da tarde’*. In *Oráculos de maio,* São Paulo: Siciliano.

Prado, Adélia (2007). *‘Entrevista’*. In *Recanto da Poesia*.

Disponível em http://br.geocities.com/jerusalem_13/adelia.html.

Queiroz, Vera (2007). ‘*O vazio e o pleno*’, in ‘Jornal de Poesia’. Disponível em http://www.revista.agulha.nom.br/vqueir01.html.

35. LINO MOREIRA DA SILVA, UNIVERSIDADE DO MINHO. LMOREIRA@IEP.UMINHO.PT

FATORES DE DIVERSIDADE, IDENTIDADE E UNIDADE E DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA PARA A LÍNGUA PORTUGUESA

Ao império português podem ser imputados méritos e deméritos, como acontece com todos os outros impérios, formados por países europeus, nos séculos XV e XVI. Se os deméritos (os erros) devem ser denunciados (ainda que depois de considerados, relativamente, à luz do seu tempo, e não "apenas" à luz dos tempos de hoje), os méritos terão de ser, igualmente, relevados. Entre estes últimos, ocupa lugar de destaque a divulgação da Língua Portuguesa – levada de Portugal, nos Descobrimentos, para os espaços mais longínquos do planeta –, sobretudo por aquilo que ela veio a significar para a união de povos e a preservação das suas culturas.

Tal circunstância, se levantou dificuldades à conservação "purista" da língua, trouxe vantagens para a sua evolução, tornando-se, enquanto língua materna, mas também como língua segunda, fator de identidade para aqueles que a falam. Mesmo assim, não puderam ser dispensados cuidados especiais com a unidade da língua. Esse esforço foi desenvolvido logo pelas primeiras gramáticas do Português, elaboradas no século XVI, que surgiram como resposta à necessidade de a língua, não obstante a sua expansão, se manter preservada.

Ora, hoje, essa necessidade não apenas permanece como até se agravou, de modo que, falando-se insistentemente numa "política para a Língua Portuguesa", não se pode deixar de considerar, relativamente a ela, o papel desempenhado pelos fatores de diversidade (geradores de identidade) e de unidade.

Para a formulação de tal política, tem-se apontado como essencial o Acordo Ortográfico, aprovado em 1990, mas ainda não ratificado por todos os países da CPLP, e por isso mesmo não tendo entrado ainda em vigor. Todavia, isso não se afigura suficiente. Mais que normativos ou intenções, o que se espera que integre tal política é, sem dúvida, um plano conjunto participado que conduza diretamente à ação. Nesse sentido, e considerando que se contribui eficazmente para uma política de língua para o Português, não apenas por vias diretas, mas também indiretas, o autor da presente comunicação propõe-se refletir acerca de alguns dos pontos que considera basilares na definição de uma "política para a Língua Portuguesa", repartindo-os por:

a) Fatores externos à língua: atitude, interação cultural, interação educativa, promoção do mercado do livro e da edição, interconhecimento, anulação de bloqueios ao conhecimento mútuo, apoio às comunidades de Língua Portuguesa, criação de leitorados e cursos do Português, incutição de visibilidade à língua (música, cinema, artes em geral… investigação, conhecimento científico, tecnologia, saberes…), estímulo à cooperação e à interação, à "expressão externa" a uma voz, promoção da interação (económica, industrial e comercial), instituição de uma biblioteca das culturas em Língua Portuguesa, atenção a modos de racionalizar custos; e, decorrentes dos anteriores,

b) Fatores internos à língua (valorização da língua, promoção da língua, reformulação dos programas de ensino do Português, promoção da introdução do ensino do Português nos sistemas nacionais de ensino de países terceiros, criação de materiais de apoio, promoção de estudos, promoção da alfabetização e da literacia, difusão da língua).

Não sendo fácil, e muito menos de efeitos imediatos, a intervenção nestes domínios, ela não deixa de ser indispensável, tanto para a preservação da língua comum (referência que é, para 8 países, e para cerca de duzentos e cinquenta milhões de pessoas), como para a construção de tudo aquilo que, a pretexto dessa língua comum, é hoje possível e necessário construir, no sentido da interação, da cooperação e do desenvolvimento de todos aqueles que a falam.

1 – INTRODUÇÃO

Um dos lugares comuns, relativamente à Língua Portuguesa, é hoje a referência à necessidade de delineação de uma política para ela. A imprescindibilidade dessa política tem sobretudo a ver com fatores como as raízes históricas; o número de falantes (cerca de 250 milhões), não homogéneos, na sua origem e compleição, mas todos integrando países em

desenvolvimento acentuado; a diversidade dos espaços onde a língua é falada (com destaque para o Brasil e a África, regiões do mundo em transformação); a presença garantida em todos os continentes; a concorrência e a pressão exercidas sobre a Língua Portuguesa por parte de outras línguas internacionais.

A suportar estas razões estão os fatores de diversidade, sem dúvida geradores de identidade, mas desencadeadores, no limite, de situações de "diferenciação linguística", e, portanto, a precisarem de ser equilibrados com fatores promotores de unidade. Os fatores de diversidade (geradores de identidade) e de unidade não poderão, portanto, deixar de estar presentes na definição de uma política para a Língua Portuguesa. Porque assim é, importa refletir acerca dos agentes que desencadearam a diversidade constatada, de que modo ela é positiva, enquanto geradora de identidade, e de que modo ela se pode fazer interagir com a "unidade linguística" que é preciso preservar.

A acrescer a isto surge o facto de, embora sendo muito importante o fator identidade, o conceito de relevância das línguas se ter modificado com a globalização. Instalou-se o sentido pragmático das línguas, de modo que uma língua, hoje, para além de ser *"instrumento profundamente radicado na conceção do mundo e da vida de cada povo" (*A. Moreira, 2004, p.289), vale o que se pode fazer com ela (M. B. R. Trindade, 1998, pp.11-13), e uma política de língua terá, igualmente, de passar por aí. Neste sentido, a nossa reflexão incidirá sobre os seguintes pontos: dos Descobrimentos portugueses à língua comum, a língua património comum, a Língua Portuguesa entre a diversidade e a unidade, a necessidade de uma política para a Língua Portuguesa, o lugar do Acordo Ortográfico na definição de uma política para a Língua Portuguesa, itens a considerar na definição de uma política para a Língua Portuguesa (fatores externos e internos à língua).

2 – DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES À LÍNGUA COMUM

Com méritos e deméritos, sucessos e insucessos, e até nódoas negras que se podem apontar (J. R. Magalhães, 1993, p.523), há cinco séculos atrás um punhado de navegadores e colonos deixaram o território pátrio português e demandaram paragens distantes e desconhecidas. Foi o tempo dos Descobrimentos. Daí resultou uma renovação imparável para a humanidade, que transformou os diversos mundos, fechados, de então, na promessa de um mundo apenas, aberto e plural, de então para cá em construção, utopicamente à procura de rumos à medida do humano, onde todos tenham lugar, sem discriminação nem exploração de nenhum tipo.

Os Descobrimentos ficaram marcados pela expansão, a partir da Europa, para a África, a Ásia, as Américas, a Oceânia, para lá se levando e de lá se trazendo contributos decisivos para o futuro da humanidade. Até então, apenas era conhecido cerca de um quarto do planeta, e tal desconhecimento era acompanhado de mitos e medos, que a mentalidade medieval reinante tornava obstrutivos. Com os Descobrimentos, a Europa passou de espaço residual a centro do mundo, a foco de construção do mundo em agregação, juntando-se as partes do globo que até aí se encontravam isoladas. Pela primeira vez o ser humano tomava consciência de si à escala do planeta.

Começa a "globalizar-se" a economia, e a tratar-se de comércio, agricultura, indústria, preços e custos, à dimensão alargada do mundo, e as estratégias formuladas deixam de ser localizadas para ganharem amplitude internacional. As civilizações são postas em interação e confronto. Modos de vida, tradições, sensibilidades, saberes acumulados, hábitos ocupacionais e de sobrevivência humana (alimentação, vestuário, organização…), modos de interagir com o meio, ideias e conceitos, conhecimento do que até então nem sequer era suspeitado (fauna, flora, usos e costumes…). Ocupa um lugar especial o desenvolvimento do conhecimento estruturado (lugar de destaque para a marinharia, a cartografia, os instrumentos de orientação, as ciências naturais, a medicina, as doenças mas também a sua cura…).

A fundamentação do saber empírico, abrindo as portas ao saber científico, enraizou-se, adquirida através da curiosidade, da observação, da sistematização. A herança dos Descobrimentos foi uma importante mais-valia cultural e civilizacional para o mundo. O que ficou de mais importante foram os povos "descobertos" e as suas culturas, o que contribuiu, ao longo dos tempos, para estabelecer laços de relação. Tudo isto provocou desassossegos, levando-se da Europa e trazendo-se para ela contributos decisivos para a construção do futuro nos campos cultural, científico, tecnológico, comercial, artístico, literário, filosófico, religioso… Os feitos dos descobrimentos não podem ser

apenas inventário no papel, mas fazer disso um relatório vivo, praticado, referencial, que sirva para compreender e até corrigir rumos indesejados.

Claro que houve erros e excessos, e nem todas as motivações utilizadas foram as melhores. Mas, sem se querer ocultar o que quer que seja, tudo terá de ser visto dentro do relativismo, temporal e civilizacional, que realmente possui. E, infelizmente, estamos ainda muito longe de poder concluir que a fase colonial por que passou a humanidade tenha verdadeiramente terminado. Antes assumiu, no nosso tempo, novas formas. É esse exercício de relativização que importa fazer, e não meramente procurar integridade onde ela, de facto, não existiu, nem seria possível que existisse.

Portugal deu um forte contributo para a ligação das "peças desligadas do mundo" (J. R. Magalhães, 1993, p.526), para a anulação da dispersão para fomento de interações, saber técnico e prático, conhecimento do homem, da geografia, de ideologias e pensamento. Perante as novas realidades, verificou-se, de sua parte, uma forte capacidade de adaptação (G. Freire, 1940). Mas os portugueses não são herdeiros, sozinhos, da riqueza trazida e levada. Demasiada riqueza para ficar confinada a um só povo, até porque surgiu, no mínimo, em contraponto e em interação com outros. Quer se queira quer não, e não obstante o rumo, no mínimo cinzento, que tomou o Portugal futuro, a herança dos Descobrimentos marcou o mundo de então e continua ainda a marcar o mundo de hoje. Os Descobrimentos instituíram-se numa referência aos mais diversos níveis que importa repensar, não para nos deixarmos inebriar pelo seu brilho, mas para, à sua luz, redirecionarmos o mundo que, entretanto, se construiu e podermos corrigir, porventura, alguns dos sentidos civilizacionais e humanos entretanto formulados.

3 – A LÍNGUA, PATRIMÓNIO COMUM

Entre o que de positivo resultou do império português, por aquilo que veio a significar sobretudo para a união de povos e a preservação e a valorização das suas culturas, ocupa lugar de destaque a expansão da Língua Portuguesa – levada de Portugal, nos Descobrimentos, por aventureiros para os espaços mais longínquos. Eles semearam-na tal como a possuíam, e possuíam-na de forma desigual, nuns casos de forma mais erudita, noutros mais popular, nuns casos mais facilmente do que noutros. Mas em todos os casos a Língua Portuguesa se instituiu "língua de necessidade" num mundo que se começava a globalizar – num sentido de "globalização" mais próximo do nosso do que de outras "globalizações" do passado, sem dúvida mais restritivas que as de hoje.

Igualmente, os espaços onde a Língua Portuguesa foi semeada eram díspares e distantes entre si. E se a semente já era diversa, e o terreno também, o fruto não poderia ter outras caraterísticas. Também as influências locais se fizeram sentir e obrigaram a resultados diferentes, caso a caso. As distâncias e a diversidade fizeram com que a inculcação da língua e a sua evolução natural tenham sido desiguais, originando produtos também desiguais, designando-se por Língua Portuguesa uma realidade em construção. É assim natural o caráter de diversidade da Língua Portuguesa, como língua espalhada pelo mundo – devido aos interventores e ao modo como foi transmitida, pelos espaços e gentes onde e a quem foi transmitida, pelo tempo em que isso aconteceu, pelos ambientes sociolinguísticos que encontrou e com que se viu obrigada a interagir, pela evolução que suportou ao longo dos séculos e continua a suportar nos dias de hoje.

4 – A LÍNGUA PORTUGUESA ENTRE A DIVERSIDADE E A UNIDADE

> *Diversidade* é *a qualidade do que é outra coisa, afetado pela variedade e a diferença (nos costumes, nas etnias, no pensamento, na opinião…). É o que faz uma realidade ser distinta de outra, não concordante ou coincidente com ela* (J. M. Casteleiro, 2001, p.1289).

Dado que o ser humano aprecia a diferença e se "espanta" e motiva com ela, é a diversidade, em último grau, que dá interesse à existência na terra. O que se passa com as línguas tem paralelo com o que acontece com as espécies. Como estas (assim pensaram Lamarck, Darwin, Mendel, Fisher, Mayr…), as línguas evoluem de forma não planeada, anónima, seletiva e cumulativa, de modo semelhante ao que se passa com a "eficácia biológica", na evolução (A. Moya, 1989, pp.128-129). Daí resulta a diversidade, sendo que a variedade linguística tem predominado naturalmente perante a uniformidade e o unanimismo.

No final do século XX, contava-se a existência de cerca de 5 mil línguas. Todavia, com a globalização, este número de línguas está a reduzir-se cada vez mais (C. Hagège, 2001, pp.115-116), prevendo-se que a maior parte delas, ou desapareça, ou fique confinada a um espaço cada vez menor, apenas de incidência local ou regional. Daí que se imponha o maior cuidado às línguas de comunicação alargada, línguas de influência ou línguas internacionais, como é o caso do Português. Na maioria dos países da CPLP, é grande a diversidade de falantes e idiomas. A situação linguística predominante é de diglossia, bilinguismo e plurilinguismo.

A Língua Portuguesa, quando língua oficial assumida (é sobretudo o caso dos PALOP's e de Timor), coexiste com outros sistemas linguísticos autóctones, refundindo-se e transformando-se continuamente, a todos os níveis, desde o registo erudito e literário ao popular, do registo escrito à oralidade. O resultado não poderia ser outro senão a diversidade e a pluralidade. Ao mesmo tempo, se esse caráter de diversidade pode ser visto como um entrave à preservação da Língua Portuguesa, ele desempenha uma função essencial nos espaços onde a língua é falada, como fator de *identidade*.

Esta é a caraterística do que é semelhante ou igual a si próprio, e dissemelhante de outro que de algum modo lhe está próximo. *É o conjunto de caraterísticas próprias e exclusivas de um indivíduo ou entidade que permitem o seu reconhecimento como tal sem confusão com outros. É a consciência que se tem de si próprio e permite saber quem se é, a autenticidade que se possui e impede que se seja confundido com outro ou substituído por ele* (J. M. Casteleiro, 2001, p.2019).

A língua que se fala é uma referência fundamental de identidade e sê-lo-á cada vez mais, no futuro, não se prevendo, pelo menos para já, que o mundo se "canse" da globalização injusta e desequilibrada que lhe coube em sorte. A identidade é, hoje, uma questão de sobrevivência, visto que, em termos culturais, e até noutros domínios, quem se torna igual ao outro é absorvido por ele. Qualquer língua é, por isso, uma realidade essencial a preservar para a conservação da identidade de quem a fala. Para tanto, concorrem as suas estruturas básicas e gramaticais, o léxico, a semântica, a prosódia, a pragmática, a situação. É a diversidade que torna a língua fator de identidade e de intercomunicação, expressa aos mais diversos níveis, não podendo ser ignoradas as instituições que se encontram nas raízes da formação de um povo (J. F. Gomes, 1995, p.9).

Por tudo isto, a divulgação da língua, feita por interventores diversos, na sua origem e caraterísticas, em espaços díspares, se levantou dificuldades a uma preservação purista, também lhe trouxe vantagens, já que evoluiu e foi motivo de diálogo intercultural para os povos que a ela aderiram (M. B. R. Trindade, 1998, pp.11-13). Para estes, a Língua Portuguesa, quer como língua materna, quer como língua segunda, no sentido de "*língua não materna falada pelos participantes de uma comunidade, usada como meio de escolarização e língua veicular para fins administrativos e institucionais*" (M. H. M. Mateus & A. Villalva, 2006, p.98), tornou-se fator de identidade.

O pluralismo, como sinal de civilização, para existir plenamente, obriga a que "as identidades e as diferenças se completem" e a que o entendimento das diferenças seja "uma marca de identidade", promovendo-se o "enriquecimento mútuo" (G. O. Martins, 2007, p.9). Mesmo assim, apesar das vantagens conseguidas, não puderam ser dispensados cuidados especiais com a unidade da língua. Esta (*unitade* é coesão) exprime a qualidade do que é *uno*, contraposto ao que é disperso e plural (J. M. Casteleiro, 2001, p.3675). Deste modo, a unidade da língua refere-se à necessidade de a preservar, para que se mantenha ela mesma. Essa necessidade foi detetada, relativamente ao Português, logo no início dos Descobrimentos e foi enunciada resposta para ela logo nas primeiras gramáticas, que se apresentaram com a função de fixar a língua e a expandir segundo regras uniformizadoras (D. R. Curto, 1993, pp.358-359). A principal referência instituída foi o latim, que para grande prejuízo da mesma língua, tem sido inexplicavelmente desprezado, no nosso tempo (L. F. L. Cintra, 1983, pp.6-7).

Por mais que tenha sido difícil atingir um patamar de reconhecimento da diversidade, anulando-se preconceitos de hierarquizações obsoletas, chega-se hoje a um entendimento de que, de facto, a Língua Portuguesa é património dos diversos países e povos que a falam – não obedecendo a qualquer "espírito purista", mas em todas as suas variantes e diversidades, servindo de referência, desse modo e não de outro, a uma comunidade plural. Perante os riscos de

desintegração que efetivamente corre, e de caminhar para uma "diferenciação linguística", enquanto "*processo pelo qual uma língua mãe se subdivide em várias línguas descendentes, através de uma progressiva acentuação de variação geolinguística*" (M. F. Xavier & M. H. Mateus, 1990, vol. 1, p.127), ela tem necessidade de ser preservada e enraizada. Está hoje confiada ao IILP, no seio da CPLP, a "promoção, difusão e enriquecimento" da Língua Portuguesa, e a procura de novos e seguros caminhos para o conseguir (SE-IILP, 2002, pp.15-20). Mas isso não nos retira, a cada um de nós, a responsabilidade de intervir também nesse domínio.

5 – UMA POLÍTICA PARA A LÍNGUA PORTUGUESA

É importante considerar uma "política para a Língua Portuguesa", entre outros fatores porque, hoje, continua na ordem do dia o estabelecimento, quanto a ela, de uma relação entre diversidade e unidade. As circunstâncias do passado não apenas se mantiveram como até se agravaram, sendo as influências exercidas sobre a língua cada vez mais fortes, o que obriga a que, considerando-se e respeitando-se a diversidade, e tirando-se, até, partido dela, se procure, ao mesmo tempo, preservar a língua da dissolução.

Dito de outro modo, falando-se, insistentemente, numa "política para a Língua Portuguesa", isso terá de significar respeito pelos fatores envolventes e pela evolução natural, mas sem se desconsiderarem fatores de unidade que não desvirtuem as origens. Sem desvalorizar os fatores de diversidade (desencadeadores de identidade), um aspeto importante é a língua não perder a sua consistência intrínseca, aquilo que a faz ser essa língua e não outra, já existente ou não. Assim, a continuidade e a evolução de uma língua passa sempre por um estado de equilíbrio entre diversidade e unidade, de modo que essa mesma língua, sem se anularem realizações especiais, não deixe de ser o que é. O mesmo se passou com todas as línguas, desde sempre, sendo-lhes inerente e natural o fator evolução, de umas resultando outras por combinação e transformação.

Fatores como a expressão comunicativa do quotidiano, as influências (internas e externas) envolventes, os eixos evolutivos (descontinuidade ao longo dos séculos – fechamento e abertura), a dimensão criativa da língua (a literatura, a expressão da cultura dos que a falam), tudo isso são fatores que fizeram as línguas evoluir como os seus falantes "querem" e não como qualquer padrão impõe. Mas para além de esse uso ser específico de cada povo e país, ele não poderá deixar de ser visto com limites, que se encontram no interior da própria língua.

Embora sejam de capital relevância, nem sempre as questões relacionadas com a política da língua, que entraram na moda, são focadas com a clareza que merecem. Deste modo, a pergunta a colocar, perante esses fatores de diversidade e identidade, mas também de necessidade de unidade, será o que entender por "definir uma política" para a Língua Portuguesa (M. H. M. Mateus, 2003, p.11), que vá para além das modas e desemboque numa efetiva melhoria das condições da língua e de quantos a falam. Para isso, merece relevo especial apreciar o que motivou a adoção da Língua Portuguesa pelos novos países saídos do desmembramento do império português. O que moveu esses países a essa escolha foram motivos diversos, de uns para os outros, mas um dos principais e comum a todos foi aproveitar o capital da língua para preservar a identidade, aos mais diversos níveis. Tratou-se de, internamente, ser igual, e, externamente, diferente, para se distinguir e criar autonomia, fator fundamental para a sobrevivência dos povos e das suas culturas. Cada um desses países tem, naturalmente, as suas especificidades. Neles, a Língua Portuguesa surgiu, evoluiu e enraizou-se de forma diferente da de todos os outros, sendo oportuna a afirmação de Mia Couto, de que cada um deles fala "a sua" Língua Portuguesa (jornal *Público*, 16.01.2000).

6 – O LUGAR DO ACORDO ORTOGRÁFICO, NA DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA PARA A LÍNGUA PORTUGUESA

Como base para a definição de uma política para a Língua Portuguesa, tem havido quem deponha grande esperança no Acordo Ortográfico. Este foi definido em 1986, no Rio de Janeiro, por representantes de Portugal, Brasil, Países Africanos de Língua Portuguesa e uma Delegação de Observadores da Galiza, e subscrito em 1990. A exceção foi Timor, que só o subscreveu em 2004, por ainda não existir, enquanto país, em 1990. Tal acordo foi motivado por três ordens de razões: existirem duas ortografias "oficiais" da Língua Portuguesa (a portuguesa e a brasileira), achadas inoportunas para uma língua de tão grande

projeção internacional; ser o Português língua oficial de 7 (depois 8) países independentes; constituir a dualidade ortográfica um impedimento à projeção e valorização internacional da Língua Portuguesa.

O acordo (Decreto do Presidente da República Portuguesa nº 43/91, de 23 de agosto; Resolução da Assembleia da República Portuguesa nº 26/91, de 4 junho; Portugal, 1991), embora tenha recebido aprovação por parte de todos os países de Língua Portuguesa, ainda não entrou em vigor por falta de ratificação generalizada – o que é aplaudido por uns e lamentado por outros (J. V. Adragão, 1995; M. Reis, 1989).

Este desencontro entre países de Língua Portuguesa não é de agora. Ele tem um historial já longo (anexo II ao texto do Acordo de 1990) que passa por datas como 1911 (quando se realizou a primeira grande reforma ortográfica da Língua Portuguesa, que não abrangeu o Brasil), 1931 (quando foi aprovado o primeiro Acordo Ortográfico entre Portugal e Brasil, que não produziu os efeitos desejados), 1943 (quando a "Convenção Ortográfica" estabelecida não desencadeou resultados práticos), 1945 (quando a nova "Convenção Ortográfica Luso-Brasileira" foi apenas adotada por Portugal), 1971 e 1975 (quando, primeiro o Brasil, e depois Portugal, promulgaram leis para se reduzirem as divergências ortográficas), 1975 (quando a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras elaboraram um projeto de acordo, que não chegou a ser aprovado oficialmente).

Para a não aplicação do Acordo, alega-se a falta de vontade política de alguns dos governos dos países lusófonos (J. M. Casteleiro, 2007, p.15), visto que, para a sua entrada em vigor, será necessária apenas a "*elaboração de um vocabulário ortográfico comum da Língua Portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas*", o que se revelará "fácil de preencher" (J. M. Casteleiro, 2007, p.15).

E alega-se que (ibidem), sendo o Português instrumento de comunicação de 8 países, repartidos por todos os continentes, e língua oficial e de trabalho de diversas organizações internacionais, impor-se-ia uma ortografia unificada.

Procurando aclarar ideias, diremos que:

a) Será, de facto, relevante o estabelecimento de um Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Justificam-no as razões (P. Tessier, 1977) já referidas (divergências ortográficas numa língua com grande história e larga projeção internacional, ser língua materna ou oficial de 8 países, nos cinco continentes, e em muitos espaços do mundo, ser língua materna e de comunicação de uma vasta comunidade de falantes).

b) O Acordo Ortográfico ainda não entrou em vigor porque tem encontrado obstáculos. Embora não se refira expressamente, há um sentimento mútuo de desconfiança, sobretudo entre Portugal e o Brasil, com consequências negativas para o relacionamento dos povos, sobre quem poderá ou deverá ser "senhor da língua"; os políticos têm-se empenhado pouco nas questões da língua, só de tempos a tempos despertando para elas; há resistências por parte de alguns setores importantes da sociedade, tendo a sua responsabilidade os setores do ensino e da edição (editores e livreiros).

c) A entrar em vigor, o Acordo Ortográfico não poderá ser objeto de pressões e imediatismos, mas vai ter de lhe ser concedido um período de transição relativamente extenso. É que não é de um dia para o outro que se alteram hábitos de escrita assimilados ao longo de gerações. Além disso, as alterações a introduzir pelo Acordo Ortográfico vão interferir na aprendizagem da língua por parte de populações dos novos países de Língua Portuguesa, o que pode representar retrocessos para muitos dos falantes do Português.

d) Sendo relevante um Acordo Ortográfico para a Língua Portuguesa, a sua existência não é decisiva. Se a língua tem sobrevivido, até aqui, sem acordos, é claro que assim poderá continuar a acontecer. Digamos até que, com os maus tratos que tem recebido, ao longo dos tempos, se não fosse a língua de grande consistência que é já teria desaparecido, e não haveria Acordo Ortográfico que lhe pudesse valer e evitar tal fracasso. Por outro lado, outras línguas do mundo (o inglês, o francês…) têm dispensado acordos ortográficos, e nem por isso perderam força ou deixaram de existir.

e) O Acordo Ortográfico não irá responder a todos, nem aos principais, problemas que afetam a língua. Sem dúvida que unificar grafias trará algumas vantagens, mas ficam de fora muitos outros aspetos que, por essa via, é impossível resolver. Desde logo, porque uma língua não se reduz à sua

grafia nem se pode confundir com ela. Trata-se de realidades distintas. Depois, sendo relativamente fácil unificar (decretar) a ortografia da Língua Portuguesa, já é muito complexo e trabalhoso interferir na sua preservação e projeção. Daí que não se possa apontar a ausência de Acordo Ortográfico como desculpa pela falta de intervenção a outros níveis mais profundos, sobre a língua. Além disso, os fatores de diversidade da Língua Portuguesa, que vão muito para além da ortografia, são naturais e inevitáveis (especificidades brasileira, portuguesa, africanas), e isso, longe de ser um problema, é uma vantagem, pois enriquece a própria língua (variedades de léxico, estrutura, prosódia, aplicação…) e serve de fator identitário para os povos que a falam. Por tudo isto, o Acordo Ortográfico, podendo ser positivo pelos sinais que dá, não pode ocultar outros problemas e necessidades. Há uma imensidão de iniciativas a promover, e estas não passam pelo Acordo Ortográfico, que pode, até, simplesmente servir para desviar as atenções de quem (e temo-los entre nós), ocupando lugares de responsabilidade, mais não faz que protelar ou impedir medidas necessárias para a aproximação e a interação dos povos que falam Português. O Acordo Ortográfico não pode ser colocado como central relativamente aos problemas da língua nem visto como solução para eles. Há muitos outros horizontes onde intervir, e que passam, de facto, por uma "política para a língua", que se não se pode confinar à consideração desse Acordo.

7 – A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA PARA A LÍNGUA PORTUGUESA

Na verdade, a colocação em prática do Acordo Ortográfico não se afigura suficiente para a definição de uma política para a Língua Portuguesa. Mais que normativos ou intenções, o que mais se espera que integre tal política é, sem dúvida, um plano conjunto participado, o mais possível sucinto, um plano de ação. Há necessidade dessa política, justificada pelo número de falantes do Português espalhados pelo mundo e pela importância de preservar os seus traços identitários e contribuir para as culturas expressas por eles.

Há muito mais a fazer, além da uniformização ortográfica, mesmo reconhecendo-se as vantagens que ela poderá trazer. Importa ver o que se pretende com a política da língua, e passar dos planos à ação. As ideias, apesar de nem sempre abundarem, até têm existido. O que tem faltado é sobretudo intervenção e envolvimento. Sabendo-se que quase todos os países de Língua Portuguesa estão em forte crescimento, com reconhecidas potencialidades futuras, importa aproveitar o efeito de coesão proporcionado pela língua para eles mutuamente se apoiarem e defenderem.

A definição de uma política para a Língua Portuguesa terá de passar sobretudo por aí. Neste sentido, considerando que se contribui eficazmente para uma política de língua para o Português, não apenas por vias diretas, mas também indiretas, propomos reflexão sobre alguns pontos, que, sob a liderança da CPLP, com as funções de coordenar iniciativas relativas aos falantes da Língua Portuguesa (D. M. C. Alves, 1998, pp.21-39), repartimos pelos seguintes grupos:

7.1 – FATORES EXTERNOS À LÍNGUA

- Atitude – Acreditarmos no que é nosso, defendermos empenhadamente os nossos interesses, enquanto comunidade alargada, que somos, na base e a pretexto da língua comum. Esta "atitude", por mais simples que pareça assumi-la, não tem existido. Só quando o espírito de pequenez e subserviência (que, pelo menos em Portugal, é lugar comum) for eliminado, conseguiremos posicionar-nos autonomamente perante o teatro do mundo e fazer vingar as grandes potencialidades de que dispomos. Infelizmente, o exemplo vem da política e dos governantes, e é veiculado constantemente pelos meios de comunicação social, pelo que não admira que se encontre enraizado nas pessoas.

- Promover a interação cultural, recorrendo a iniciativas concertadas, ao diálogo entre os países da CPLP, assumindo a Língua Portuguesa como instrumento de cultura e comunicação.

- Promover a interação educativa, o que passa pela dinamização do ensino da Língua Portuguesa (a estrangeiros e a nacionais).

- Promover interconhecimento – Facultar interações entre todos os países de Língua Portuguesa. Promover cada país, antes de mais, junto dos outros países de Língua Portuguesa (continuam verdadeiramente por explorar as fortes potencialidades do turismo). Realizar encontros (interação sociocultural), apoiar a emigração e a imigração (privilegiadamente, de e

para países de Língua Portuguesa). Estes são fatores que muito concorrerão para o estreitecer do relacionamento entre os povos irmãos.

- Anular bloqueios (políticos, socioculturais) ao conhecimento mútuo – Os países de Língua Portuguesa de hoje conhecem-se mal porque são diminutas (ou não existem mesmo) "políticas" (diplomáticas, culturais, educativas, editoriais, económicas…) que potenciem o diálogo entre eles.

- Prestar apoio às comunidades de Língua Portuguesa (por todo o mundo), em especial junto da segunda e terceira gerações de emigrantes portugueses, gerando entre eles um "sentimento de pertença" relativamente à comunidade lusófona, incentivando laços que perpetuem tal sentimento.

- Repensar a criação de leitorados e cursos do Português (nunca apenas de Portugal), em Universidades internacionais, e nunca fechar, ou desapoiar, os poucos que existem, como se tem feito.

- Dar visibilidade à língua, através da música (o samba, a morna, o fado…), do cinema, das artes em geral.

- Dar visibilidade à língua e aos povos, através da investigação, do conhecimento científico, da tecnologia, do estímulo aos saberes. Criar espaços de excelência próprios, através de instituições, eventos, publicações, não se ficando à espera dos lugares disponibilizados nos espaços das outras línguas. Do que estamos a falar é, efetivamente, da criação de mais um "mundo", "autónomo", mesmo alternativo, aos vários "mundos" já existentes – que, apesar da globalização, pouco farão (se é que farão alguma coisa) para integrar no seu espaço contributos de terceiros, sem que daí retirem dividendos para os seus interesses. Este tem sido um dos maiores equívocos "políticos", pelo menos dos sucessivos governos de Portugal. Têm sido desaproveitadas oportunidades soberanas para estreitecer, e sobretudo dar efeitos práticos, aos laços que nos unem. Tratar-se-á de construir uma realidade para o futuro, que naturalmente vai encontrar obstáculos. Mas será a única via que valerá a pena perseguir, se queremos retirar vantagem das afinidades linguístico-culturais que nos unem. A acreditarmos nela, algum dia ela terá de ser iniciada.

- Promover o mercado do livro, da edição e da re-edição, em especial direcionados para a literatura: a narrativa, o teatro, a poesia. Tudo por fazer, neste domínio.

- Instituir uma biblioteca das culturas em Língua Portuguesa, onde todos os países e povos lusófonos estejam profundamente representados, no seu presente, na sua história, nos seus sonhos e valores. Além de responder às necessidades dos seus espaços, deverá ser uma biblioteca para o mundo (o recurso à tradução, aqui, será inevitável), mas sem nunca deixar de ser uma biblioteca em Português.

- Estimular a cooperação e a interação entre os países Língua Portuguesa, atendendo a que as línguas valem, hoje, mais que tudo, pelo seu lado prático e utilitário, por aquilo que é possível fazer com elas. Estimular a cooperação, a todos os níveis, com os outros países de língua oficial portuguesa (numa dinâmica multilateral).

- Estimular a "expressão externa", a uma voz (de dentro para fora do espaço dos países de Língua Portuguesa).

- Promover a interação empresarial, que passa pelas dimensões económica, industrial e comercial, reforçadas pelo facto de, no espaço onde se fala Português, estarem sediadas economias das mais promissoras do mundo.

- Atender a modos de apreciar custos, nas iniciativas, racionalizando gastos, atendendo a que, por essa via, do pouco se poderá fazer muito. Mas para a falta de interação, envolvendo os países de Língua Portuguesa, é um falso problema pôr-se em primeiro plano os meios e as "verbas". As questões de falta de atitude e vontade ocupam, de longe, o primeiro lugar.

Não considerando oportuno apresentar casos particulares (que se conhecem, e envolvem, muitas vezes, prejuízos irreparáveis…), diremos que nem sempre se confiam os melhores meios nas melhores mãos. Mais atenção, por parte dos responsáveis, tornaria mais eficazes os investimentos feitos. Parece que não aprendemos nada (releiam-se, por exemplo, as Cartas de Afonso de Albuquerque a D. Manuel…) com os exemplos que vieram de trás.

7.2 – FATORES INTERNOS À LÍNGUA

Estes fatores surgem integrados nos anteriormente formulados, e são decorrentes deles. Serão as melhores "políticas de língua" que poderemos desenvolver.

- Valorizar a língua – Se não valorizamos o que é nosso, ninguém o fará por nós. Importa promovermos convictamente a Língua Portuguesa, perante

as ameaças a que ela é continuamente sujeita por parte de línguas que se apresentam como mais fortes. Fazê-lo é, igualmente, uma questão de "atitude", que tem faltado sobretudo nas medidas políticas e nas intervenções oficiais, gerando isso outros maus desempenhos, por influência. Achamos fortemente questionável o modo como se está a implementar o ensino do inglês nas nossas escolas, onde deveria ser estimulada a pluralidade linguística (sujeita à opção livre dos alunos), e não imposta, sem quaisquer contrapartidas, qualquer língua em especial.

- Promover a língua – Ampliar o número de falantes lusófonos em países de Língua Portuguesa, onde ainda é preciso intervir (como é o caso, por exemplo, de Timor Leste).

- Reformular os programas de ensino do Português, adequando-os aos interesses comuns dos países de Língua Portuguesa, estimulando a criação de uma escola democrática, universal, inclusiva, onde todos os alunos ocupem o melhor lugar.

- Promover a introdução do ensino do Português nos sistemas nacionais de ensino de países terceiros, aos diferentes níveis. Como exemplos positivos disto, refira-se a introdução do Português nos currículos, na África do Sul, desde janeiro de 2006, como língua estrangeira, junto de indivíduos de diversas etnias, em ambiente escolar, com o objetivo de facilitar a comunicação naquela região do mundo, onde o Português tem forte implantação. Lembre-se, ainda, o caso de toda a América do Sul, onde o Português tem igualmente relevância, por influência da grande potência internacional que é o Brasil.

- Promover a criação de materiais de apoio (manuais escolares, dicionários, gramáticas, prontuários…), atendendo à diversidade linguística e de públicos e à heterogeneidade cultural, e colocá-los ao serviço das comunidades, da alfabetização e do enraizamento sociocultural.

- Promover estudos (nas universidades, nas escolas, nas instituições, entre os cidadãos…) sobre a realidade linguística e cultural dos países de Língua Portuguesa, de modo a explicar e tornar conscientes as diferenças que de facto existem.

- Promover alfabetização e literacia – Uma parte da população dos países Língua Portuguesa ainda detém níveis baixos de alfabetização e literacia. Importa realizar campanhas para desenvolver essas populações, atendendo a que essa é a via mais eficaz para preparar o futuro, porque toca os indivíduos no seu interior, tornando-os inconformados com a realidade.

- Difundir a língua, recorrendo a incentivos, programas, projetos comuns… iniciativas conjuntas por parte de todos os países, com vista a uma cada vez maior internacionalização do Português.

8 – CONCLUSÕES

Não sendo fácil, e muito menos imediata, a consciencialização / intervenção nos domínios da definição de uma política para a Língua Portuguesa, tal não deixa de ser imprescindível, tanto para a preservação da língua comum (referência que é, para 8 países, e para cerca de duzentos e cinquenta milhões de pessoas), como para a obtenção de tudo aquilo que, a pretexto dela, é hoje possível e necessário construir, no sentido da cooperação e do desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a mais-valia conseguida, com base nas afinidades linguístico-culturais, entre os países de Língua Portuguesa, terá de ser aproveitada como fundamento e pretexto para as mais diversas interações, que deverão ir desde a cultura e as artes, em geral, até à política, à economia e ao mundo dos negócios e das empresas. Só assim faz sentido falar de um "mundo em Português": solidário, que aposte na intervalorização e na entreajuda. A nível da língua comum, enquanto referência imprescindível para esses fins, não pode deixar de se considerar a interligação dos fatores de diversidade com os fatores de unidade, a que ela está sujeita. Cada espaço do Português tem caraterísticas próprias, que, sendo respeitadas, não poderão deixar de ser conciliadas com as referências comuns, mantendo a língua preservada. Para isto, é necessário concertar políticas.

Mas têm sido muitos os equívocos praticados. Fala-se em política da língua como se houvesse uma fórmula mágica para a obter, registada algures. É claro que não é assim. O próprio Acordo Ortográfico, em que muitos depositam grandes esperanças, apesar de aprovado ainda não se conseguiu impor, e está longe de ser, para esses fins, a resposta que se deseja. Mas será insuficiente ficar-se pelas intenções e pelos discursos, já que as línguas, hoje, por mais

importantes que pareçam ser, valem sobretudo por aquilo que é possível fazer com elas.

A política a traçar, para a Língua Portuguesa, se precisa de algumas linhas norteadoras, no âmbito dos princípios, tem sobretudo de se voltar para a ação e o lado prático, respondendo e adaptando-se às necessidades comunicativas de cada espaço do Português. Só assim o Português cumprirá a sua função, dando resposta às necessidades do mundo de hoje. As conclusões a que se chega, na reflexão aqui formulada, vão pouco mais além que a convicção prevista no seu ponto de partida: o mundo em Português tem tudo a ganhar em interagir, valendo-se da língua. Esta, apesar de comum, e precisando, enquanto tal, de ser mantida unificada, para poder ser preservada, desenvolve diversidades naturais, promotoras de identidade.

É desejável e possível conciliar todos estes fatores e fazê-los influir na "política" da língua. Esta não pode ser um fator isolado, ou quando muito a acrescentar a outros já existentes. Instituir um "mundo em Português" implica muitas outras preocupações e arrasta consigo muitos outros interesses para além da língua, que deve servir, sobretudo, de "pretexto" e elemento aglutinador para a interação e o desenvolvimento dos nossos povos.

9. BIBLIOGRAFIA

ADRAGÃO, José Victor (1995). *Novo Acordo Ortográfico: afinal o que vai mudar?* Lisboa: Texto Editora.

ALVES, Dário Moreira de Castro (1998). Interculturalismo e cidadania em espaços lusófonos: a CPLP, fundamentação político-cultural e os três anos e meio da história de sua formação. In Maria Beatriz Rocha Trindade. *Interculturalismo e cidadania em espaços lusófonos*. Portugal: Publicações Europa-América, pp.21-39.

CASTELEIRO, João Malaca (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa contemporânea*. Lisboa: Academia das Ciências.

CASTELEIRO, João Malaca (2007). Atualidade e pertinência. *Jornal de Letras*, 954, 25 de abril, p.15.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (1983). A Língua Portuguesa no mundo. Jornal *Expresso-Suplemento*, de 06 de julho, pp.6-7.

CURTO, Diogo Ramada (1993). Língua e memória. In José Mattoso (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp.357-373.

FREIRE, Gilberto (1940). *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

GOMES, Joaquim Ferreira (1995). *Para a história da educação em Portugal*. Porto: Porto Editora.

HAGÈGE, Claude (2001). *Não à morte das línguas*. Lisboa: Piaget.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (1993). Os régios protagonistas do poder. In José Mattoso (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp.513-573.

MARTINS, Guilherme de Oliveira (2007). *Portugal, identidade e diferença. Aventuras da memória*. Lisboa: Gradiva.

MATEUS, Maria Helena Mira & VILLALVA, Alina (coord.) (2006). *O essencial sobre linguística*. Lisboa: Caminho.

MATEUS, Maria Helena Mira (2003). A Língua Portuguesa no seu labirinto. In Maria Helena Mira Mateus (coord.). *Atas dos IX Cursos Internacionais de verão de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, vol. 2, pp.7-14.

MOREIRA, Adriano (2004). Políticas da Língua Portuguesa. In Adriano Moreira, et al. (Org.). *A Língua Portuguesa. Presente e futuro*. Lisboa: Gulbenkian, pp.289-294.

MOYA, Andrés (1989). Sobre la estructura de la teoría de la evolución. Barcelona: Anthropos.

PORTUGAL (1991). *Acordo ortográfico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda.

REIS, Manuel (1989). *Crítica do Acordo Ortográfico*. Rio de Janeiro: Estante Editora.

SE-IILP – Secretariado Executivo do IILP (2002). *Breve histórico do Instituto Internacional de Língua Portuguesa – IILP*. Lisboa: CPLP, pp.15-20.

TESSIER, Paul (1977). *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (1998). Lusofonia, interculturalidade e cidadania. In Maria Beatriz Rocha Trindade. *Interculturalismo e cidadania em espaços lusófonos*. Portugal: Publicações Europa-América, pp.11-13.

XAVIER, Maria Francisca & MATEUS, Maria Helena (1990). *Dicionário de termos linguísticos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, Instituto de Linguística Teórica e Computacional & Edições Cosmos [vol.1].

36. LOLA GERALDES XAVIER - ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE COIMBRA,

A LÍNGUA COMO ELEMENTO DE CULTURA: (IN)TRADUZIBILIDADE DAS VARIANTES DO PORTUGUÊS

LOLA GERALDES XAVIER, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE COIMBRA (LOLA@ESEC.PT)

As literaturas brasileira e africanas de língua portuguesa refletem a "língua própria" do país que representam, uma língua fruto de contactos entre o português e outras línguas autóctones, ou mesmo dialetos. Essa língua nunca poderá manter-se inalterável e, sobretudo, nunca poderá aproximar-se facilmente do português europeu padrão. Falaremos em português de

Moçambique, em português de Angola, em português de Cabo Verde, por exemplo, como aliás há já muito o fazemos com à-vontade em relação ao português do Brasil.

Esta "língua própria" passará pela literatura, enquanto elemento central da cultura. O português, enquanto língua oficial, sofre alterações ao nível ortográfico, lexical e sintático. Exemplo de escritores que evidenciam esta marca de um português africanizado são os de Mia Couto e de Luandino Vieira, que, através da criação de novas formas linguísticas, tentam mostrar a realidade da linguagem no quotidiano. Também João Guimarães Rosa ou o contemporâneo João Ubaldo Ribeiro recorrem à linguagem com marcas de brasilidade como forma de expressar a realidade do seu país.

Se, como escreve Eduardo Lourenço, «*não pode dizer-se de língua alguma que ela é uma invenção do povo que a fala. O contrário seria mais exato. É ela que o inventa*» (Lourenço: 1999, 121), como poderão traduzir-se as variantes do Português que são reflexo de culturas em parte tão distintas?

Defendemos, pois, que a tradução das variantes prende-se com a falácia de que a cultura é traduzível e apresentaremos formas que suplantam a hipotética necessidade de tradução das variantes do Português.

> *Não pode dizer-se de língua alguma que ela é uma invenção do povo que a fala.*
> *O contrário seria mais exato. É ela que o inventa.*
> Eduardo Lourenço: 1999, 121.

> *No mundo da lusofonia[99], a tríade que se estabelece entre Língua, Cultura e Literatura apresenta-se com variantes que acentuam a diversidade na unidade de «se aceitar que os falantes e escreventes de língua portuguesa constituem uma comunidade linguística, nela reconhecendo, por via da língua, uma herança comum e um projeto cultural, político e económico que poderá também ser, cada vez mais, comum de oito países independentes, mais comunidades de emigrantes espalhadas pelo mundo*» (Pires Laranjeira, 2002: 12).

Se este poderia ser o programa da lusofonia, a verdade é que a realidade mostra-nos que esta definição de lusofonia revela sobretudo uma intenção. Na verdade, a comunidade linguística portuguesa apresenta, quer ao nível fonético, quer ao nível lexical, variantes que, não impedindo a comunicação entre os vários falantes/escreventes da língua portuguesa, dificultam a transmissão da mensagem. Por outro lado, a língua portuguesa não se tem revelado até ao momento uma justificação forte para a consolidação de um programa cultural, político e económico comum aos vários países de língua portuguesa. E nem intenções, como a da criação da CPLP, têm dado mostras evidentes de alteração do panorama.

Daqui se conclui, portanto, que a diversidade tem suplantado a unidade nas comunidades de língua portuguesa. Falamos de diversidade no contacto entre línguas e entre línguas e dialetos, na diversidade histórica e na diversidade cultural e económica. Neste sentido, é uma falácia considerar que a lusofonia representa uma História em comum, uma Língua em comum e uma Cultura em comum[100] nos países de língua portuguesa. Assim, é perigoso uniformizar os países de língua portuguesa em qualquer tipo de campo, incluindo o da literatura.

No que diz respeito à falácia da História em comum, ela verifica-se apenas num determinado período de tempo localizado e, sobretudo, é um período em que as perspetivas são diferentes, são as perspetivas do vencedor *versus* a perspetiva do vencido, que durante muitos séculos foi abafada, sobressaindo a visão do vencedor em detrimento do silêncio do vencido. Basear a lusofonia numa língua em comum é outra falácia, na medida em que a língua portuguesa convive nos diferentes espaços com outras línguas maternas e muitas vezes (em África e no Oriente) só tem sobrevivido mais por imposições políticas do

[99] Colocamos este termo em itálico, pela polémica que a terminologia encerra. No entanto, por mais que se tente evitar o termo «lusofonia», é difícil substituí-lo por outro.

[100] Temos vindo a defender esta perspetiva das várias falácias em relação à lusofonia (cf. Xavier, 2005 e Xavier, 2007). Retomamo-las aqui por considerarmos que é um assunto esquecido quando se aborda (por vezes liricamente) a lusofonia, sem ter em conta que a diversidade dos vários espaços geográficos a que se reporta, nas suas variantes históricas, culturais e económicas, invalidam a unidade que se pretende que a língua, só por si, lhes atribua.

que por vontade da maioria populacional. Por outro lado, não podemos escamotear o facto de a língua portuguesa ter vindo a sofrer atualizações em função dos contactos com outras línguas. Parece-nos indiscutível que a língua portuguesa nesses outros espaços «*deixa (...) de ser de Portugal para ser de todos esses países (...) de toda a parte onde ela se fala com expressão numérica e social*» (Ferreira, 1988: 68). Assim, apesar da existência de uma língua em comum, a forma de expressão é necessariamente diferente.

Finalmente, vejamos a falácia da cultura em comum. Se, por um lado, a realidade de "aldeia global" em que vivemos tende a uniformizar alguns aspetos culturais, por outro, os contextos históricos e geográficos contribuem para a peculiaridade de cada cultura. Deste modo, não podemos esquecer, por exemplo, a importância da miscigenação, da tradição oral e da oraturização da escrita na maior parte dos países onde se fala o Português tão diferente de Portugal. Como refere Pires Laranjeira: *«a cultura não é homogénea, nem una, nem contínua, mas um mosaico em perpétuo movimento e o Outro desperta sempre em nós um arrepio de diferença difícil de ultrapassar*» (Laranjeira, 2002: 13). Neste sentido, e como diz Mia Couto, em relação ao seu país, «há muitos Moçambiques» (2002: 14). Esta diversidade dentro da unidade política é uma realidade em relação aos restantes países de língua portuguesa e permite compreender também que o imaginário de um escritor africano pouco tem que ver com o de um europeu ou de um sul-americano. Mas há um *corpus* cultural universal, devido, sobretudo, à globalização.

Para além disto, e como alerta Homi Bhabha (1994: 5), atualmente já não é possível ter um conceito de culturas nacionais homogéneas. Neste seguimento de diversidade cultural, arriscaríamos dizer que hoje deveríamos falar mais de transcultura do que em cultura, já que toda a cultura, na sociedade contemporânea globalizante, é um *encontro* de culturas e cada cultura é não só multinacional, heterogénea, como também plural, na comunicação do local com o transnacional. Não poderemos, pois, esquecer o hibridismo que carateriza atualmente a generalidade das culturas e especificamente as culturas africanas e brasileira, até porque «*all cultures are self-contradictory» (*Eagleton, 2000: 24).

A sociedade é atravessada pela linguagem, logo, o que está relacionado com o homem *em* linguagem é cultural. Ainda assim, é mais do que sabido que uma língua é veículo de cultura e que cada literatura tem as suas caraterísticas específicas. Quem fala de sociedade, fala de cultura e, quem fala de cultura, terá de incluir aí a literatura (que pode, numa primeira fase, ser oral). Mas inerente a todas estas conceções está a língua. No que diz respeito aos países de língua portuguesa, a língua do colonizador aparece com função social e universalizante; desta forma, esses povos reinventam-se através dessa *nova* língua, que se torna veículo de estatuto e mudanças sociais. Daí que falemos de língua social, no sentido de a língua (portuguesa) congregar em si não só uma identidade e cultura, mas, sobretudo, atribuir estatuto social a quem a domina. Também a linguagem do escritor é social, uma vez que se dirige à sociedade-alvo que fala a sua língua e a qual será leitora do seu discurso literário-ideológico.

Consideramos que alguns aspetos das culturas dos povos de língua portuguesa podem ser observados a partir de uma dialética proximidade/distanciamento. O distanciamento é espacial (continental, na relação dos vários países de língua oficial portuguesa com Portugal). No entanto, os fatores linguísticos, históricos e literários são simultaneamente elementos de proximidade e de distanciamento. Que a língua seja um agente de proximidade, parece fácil de compreender: institucionalmente a língua é a mesma, nas suas variações diatópicas. Não podemos, porém, esquecer as várias línguas autóctones dos povos nativos dos países africanos e Brasil. E, sobretudo, não deveremos esquecer que o português foi e é, ainda, para alguns desses habitantes, sobretudo africanos, como uma segunda língua, que, para outros, é ainda dificilmente acessível.

A realidade desses povos é necessariamente diferente da de Portugal, pelo que, pragmaticamente, a apreensão e o uso da língua são também próprios de cada país. Basta pensar em obras de autores africanos em que há necessidade de um glossário, no final[101]. Inversamente, dá-se um fenómeno linguístico próprio de línguas em contacto: o português europeu é contaminado por

[101] A título ilustrativo, veja-se o exemplo de obras como *Mazanga* (Alberto Oliveira Pinto), *A Varanda do Frangipani* (Mia Couto) e *Quem me Dera Ser Onda* (Manuel Rui).

lexemas (e expressões) do português falado em África e no Brasil. É o exemplo de "bué", "cota" (velho), "basar"[102]. Estes fenómenos de "contaminações" linguísticas, se até à década de 70 de Novecentos se deveram sobretudo à presença dos portugueses nesses territórios africanos (através dos colonos e dos soldados, por exemplo), nos nossos dias devem-se maioritariamente à imigração africana e brasileira[103]. É fácil perceber que fenómenos de aculturação joguem relevante papel nesta dialética de proximidade/distanciamento.

Por outro lado, no passado, a História, enquanto fator unificador de Portugal com esses países de língua portuguesa, não pode deixar de ser vista como fator de distanciamento. Basta pensar no ponto de vista necessariamente diferente de um povo colonizador e do povo colonizado e nas dicotomias consequentes que se estabelecem: senhor/escravo e dominador/dominado. Falar-se-á, então, de uma "ecologia cultural", que num processo de aculturação visa a *des*culturação dos povos colonizados. Facilmente se verá que a aculturação é um fenómeno de desigualdade entre os povos em contacto, ainda que, e a respeito da língua, Eduardo Lourenço afirme que «os Portugueses, mesmo na sua hora imperial, eram demasiado fracos para "imporem", em sentido próprio, a sua língua» (Lourenço, 1999: 123). Desta forma, o ponto de vista do colonizado será sempre disfórico em relação à sua situação, lutando pela libertação e defesa da identidade nacional, por conseguinte, a defesa necessária da sua cultura.

Acontece, porém, que esta luta pela libertação territorial, por um lado, e pela libertação cultural, por outro, é relativamente recente. Em África, manifesta-se tenuemente a partir de meados do século XIX e só a partir de meados do século XX assume relevo nacional, organizado e definitivo. No Brasil, apesar da independência, a elite nacional primou pela defesa e imposição da cultura europeia. Assim, vários séculos de *tentativa* de aculturação portuguesa decorreram, entretanto, o que tornou difícil a existência de uma cultura autóctone, genuína e pura, sem contaminações europeias. Consequentemente, a construção de uma identidade nacional não poderá esquecer o fator histórico e todas as conotações que daí advêm: ela conseguir-se-á na luta entre a proximidade (por vezes involuntária) da cultura do povo português (a cultura segunda) e o distanciamento voluntário e espacial dessa cultura segunda. Será desta luta, no intento de romper com a tradição portuguesa, tentando, todavia, recuperar, pela inovação, a tradição autóctone, que se construirá a cultura singular de cada um desses países de língua portuguesa. Para além disto, atualmente já não é possível ter um conceito de culturas nacionais homogéneas[104].

Consideramos a língua como elemento de proximidade/ distanciamento, no entanto, não poderemos esquecer que ela faz parte integrante, assim como a História, da cultura. A língua, no sentido preciso de léxico e sintaxe, é fator importante (mas não exclusivo) da base da identificação de culturas. A língua revela-se como visão do mundo; no sentido pragmático, como forma de agir sobre o mundo. Os objetos, as sensações ganham *outra realidade* a partir do momento em que são ditos/escritos. Essa realidade pode, no entanto, ser transfigurada pela relativa liberdade que o exercício da própria língua permite enquanto sistema linguístico aberto à criatividade. É exemplo ilustrativo o caso de vocábulos em *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto, como: "sozidinhão" (*TS:* 105), "inutensílio" (*TS:* 131), "brincriação" (*TS:* 138), "sonhambulante" (*TS:* 147), "veementindo" (*TS:* 153) e "trans-montanhoso" (*TS:* 155). O discurso linguístico, ao serviço da caraterização de um espaço disfórico e da desconstrução do real, torna-se, assim, literatura, em que o real (histórico e social) terá necessariamente de ser transmutado. No entanto, este campo específico do literário, pela transfiguração, reflete e torna coesa a noção de identidade cultural de um povo. Neste seguimento, poderíamos dar exemplos também de João Guimarães Rosa, como "conhecença" (*NS*: 63), "fingidiço" (*NS*: 63), "atrevidado" (*NS*: 63), "antevertera" (*NS*: 63), "transpassava" (*NS*: 63).

A linguagem é, pois, forma de modelizar o mundo, configurando a realidade. A realidade é duplamente transformada no segundo plano, que é o da criatividade. O primeiro nível — o meramente linguístico — é já de

[102] Cf., por exemplo, *Quem me Dera Ser Onda*, onde se verifica o uso destes vocábulos.

[103] A substituição da preposição «a» por «para»: «telefonar para a Joana» em vez de «telefonar à Joana» é apenas um dos exemplos de influência brasileira na sintaxe do português europeu.

[104] O direito à diferença na representação cultural — rituais, costumes, língua, perceção temporal — é visível nos exemplos de crioulidade, de que destacamos o caso de Cabo Verde. Todavia, essa crioulidade é, não esqueçamos, o resultado do contacto entre culturas.

transformação da realidade: não há nada nos objetos que permita a escolha do seu nome. Por outro lado, a linguagem não é apenas resultado, mas pode desencadear, e desencadeia, comportamentos individuais, sociais, inclusive o da aceitação social. Efetivamente, ao nível linguístico podemos aceitar as várias variantes diatópicas, diafásicas e diastrásticas de uma língua. Porém, ao nível social, apenas as estruturas sintáticas, semânticas e fonéticas permitidas pela norma-padrão são consideradas aceitáveis enquanto elemento de prestígio social, de que muitos dos africanos de países de língua portuguesa e brasileiros se querem aproximar.

A tentativa de criar a cultura nacional, na busca da autenticidade, da diferença, não é, porém, mais do que uma ilusão hermenêutica, pois o sujeito que procura já está *aculturado*, condicionado pela visão de outra cultura, a do (ex-)colonizador; logo, a busca e a visão não poderão ser desprotegidas nem genuínas. A cultura revela-se, pois, símbolo de sobrevivência, de libertação, de hetero e auto-(re)conhecimento. A sociedade vive entre a busca das origens e o desejo de se *universalizar*: a língua portuguesa permite simultaneamente essa pretensa unificação e internacionalização[105]. As literaturas de língua portuguesa partilham indiscutivelmente um diassistema linguístico comum. Porém, não podemos descurar as diferenças internas de cada país onde se fala a língua portuguesa. Ora, essas peculiaridades permitem-nos falar de cultura e de literatura brasileira, angolana, moçambicana, portuguesa. A questão que se coloca então é saber por quanto mais tempo vamos evitar em falar de português de Angola, em Português de Moçambique, etc., como há muito já falamos de Português do Brasil.

Face ao que acabamos de expor se conclui que a cultura não é facilmente traduzível porque modula o olhar de quem observa e acondiciona-o à tradição e à sua herança cultural. Assim, nem sempre a mensagem literária é compreendida por todos os falantes/escreventes de língua portuguesa, quer devido a noções culturais veiculadas, quer devido à forma de expressão, sobretudo ao léxico utilizado. Esta realidade/constatação exigirá a tradução das variantes do Português? Defendemos que não. Assistimos atualmente a duas tendências. Em Portugal, por exemplo, podemos adquirir livros que são uma espécie de edição *fac-símile* da edição do país de origem do livro. É o caso das edições dos livros de João Ubaldo Ribeiro, publicadas no Brasil pela Editora Nova Fronteira e em Portugal pelas Publicações Dom Quixote. Estas publicações necessitariam, no entanto, por vezes, de um glossário.

Esta falta de glossário no final não é, porém, a tendência dos livros de outros autores brasileiros, angolanos, moçambicanos ou cabo-verdianos. No entanto, será menos surpreendente em relação aos autores brasileiros, pois as publicações destes últimos são feitas primeiro no Brasil, tendo em consideração o público brasileiro, só depois são *exportadas* para Portugal. Por sua vez, as publicações de autores africanos de língua portuguesa são feitas, geralmente, em primeiro lugar (e por vezes exclusivamente ou em concomitância com o seu país de origem) em Portugal. Neste sentido, a exigência de um glossário, no final, do livro, é notória, quer para o léxico do português desses países, quer para a tradução de línguas autóctones (como o quimbundo, em Angola[106]) para Português, pois o primeiro público visado não é o que se move no espaço sociocultural de que a obra trata. Não há porém uma regra. Mia Couto publicou livros em que no final podemos encontrar glossários e noutros não[107].

Se traduzíssemos as variantes do Português para Português europeu, como traduziríamos os neologismos miacoutianos? Conseguiríamos? Os tradutores de Mia Couto para francês, inglês, hebraico, checo, etc., conseguem. Mas o quanto de riqueza e cultura não se perde? E como traduziríamos esta fala da personagem-índio de *O Feitiço da Ilha do Pavão*, de João Ubaldo Ribeiro:

Era! Isso quando índio era besta e descompreendido, não tinha aprendido nada, índio era besta. Era! Agora não é mais! Tem çucar no mato? Tem sal no mato? Tem fiambre no mato? Tem jogo de cartas no mato? Tem dinheiro no mato? Tem sabão no mato? (...) No mato tem é bicho, tem mutuca, tem

[105] Pires Laranjeira destaca o poder cultural da língua, sintetizando, em relação aos países africanos de língua portuguesa: «A língua portuguesa servia, assim, de língua de aculturação e de assimilação, para usar ainda conceitos de etnologia embebidos na história do eurocentrismo, e, depois das independências, passava a língua da unidade e coesão nacionais e da comunicação nacional (inter-regional) e internaconal» (Laranjeira, 2001: 73).

[106] Ver a título exemplificativo *Luuanda*, de José Luandino Vieira.

[107] Têm glossário, por exemplo: Um Rio Chamado Tempo Uma Casa Chamada Terra; O Último Voo do Flamingo; A Varanda de Frangipani e O Fio das Missangas. Não apresentam glossário: Vozes Anoitecidas; Estórias Abensonhadas; Terra Sonâmbula e Cronicando.

musquito, tem potó, tem cobra jararáca (...) no mato tem é isso! Índio volta para o mato? Nunca que nunca! Índio quer voltar pro o mato? Não, não, não, não! Índio não volta pro mato, já falou (*FIP*: 38).

Tomemos, pois, o exemplo do Português do Brasil e do Português europeu ao nível da língua-padrão. Ainda que as diferenças ao nível da escrita formal não sejam significativas, coloque-se um brasileiro e um português a ler o mesmo texto. As diferenças fonéticas sobressairão. A nível da escrita destaca-se, também, por exemplo, o sistema pronominal. A nível lexical as diferenças são igualmente razoáveis.

A verdade é que chegados ao Brasil será difícil alguém perceber o enunciado: «Onde fica a casa de banho, por favor?». Há um vasto número de vocábulos diferentes entre o Português europeu e o Português do Brasil. Veja-se a grelha no final, em anexo, onde apresentamos alguns exemplos que mostram a disparidade (ou não) lexical para um mesmo conceito.

Os brasileiros parecem queixar-se mais por não compreenderem os portugueses, do que o contrário. Será que nós já fomos sendo *aculturados* por eles desde 1977, com a telenovela *Gabriela, Cravo e Canela*? Ou será que o Português europeu se tem tornado cada vez mais uma língua foneticamente consonântica e, por isso também, cada vez mais difícil de *ouvir*?

Concluindo, as variantes do Português no seu afastamento do Português europeu são o reflexo de outros espaços geográficos, de outros contactos culturais, não impossíveis de traduzir, mas que, quando alvo de tradução (não tendência usual em Portugal), leva a que a sua mensagem literária seja traída e com ela a riqueza cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Bagno, Marcos (2004) *Preconceito Linguístico*, São Paulo: Edições Loyola

Bhabha, Homi (1994) *The Location of Culture*, Londres / Nova Iorque: Routledge

Couto, Mia (2000) *Terra Sonâmbula*, Lisboa: Editorial Caminho

Couto, Mia (2002): «Não sou desses que diz que a escrita é respiração» (entrevista conduzida por Nuno F. Santos), *in Das Artes das Letras*, 14/10/2002, pp. 14-15

Eagleton, Terry (2000) *The Idea of Culture*, Oxford: Blackwell

Ferreira, Manuel (1988) Que Futuro para a Língua Portuguesa em África? — Uma Perspetiva Sociocultural, Linda-a-Velha: Edições ALAC

Laranjeira, Pires (2001) *Ensaios Afro-Literários*, Lisboa: Novo Imbondeiro

Laranjeira, Pires (2002) "Que lusofonia?", *Das Artes das Letras* (14/10/2002), pp. 12-13

Lourenço, Eduardo (1999), A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia, Lisboa: Gradiva

Prata, Mário (2003) Dicionário de Português/ Schifaizfavoire, São Paulo: Globo

Ribeiro, João Ubaldo (1999) *O Feitiço da Ilha do Pavão*, Lisboa: Publicações Dom Quixote

Rosa, João Guimarães (1993) *Noites do Sertão*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira

Rui, Manuel (2001) *Quem me Dera Ser Onda*, Lisboa: Cotovia

Vieira, José Luandino (1997) *Luuanda*, Lisboa: Edições 70

Xavier, Lola Geraldes (2005) "Um rio chamado Moçambique, uma casa chamada lusofonia", Santiago de Compostela, VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas (texto policopiado)

Xavier, Lola Geraldes (2007) *O Discurso da Ironia em Literaturas de Língua Portuguesa*, Aveiro: Universidade de Aveiro (tese de doutoramento)

ANEXO

Alguns vocábulos e sua correspondência do Português europeu para o Português do Brasil

2. Português Europeu	3. Português do Brasil
Adesivo	Esparadrapo
Agrafador	Grampeador
Almofada	Travesseiro
Arrefecer	Esfriar
Atendedor automático	Secretária eletrônica
Aterrar (avião)	Aterrisar
Autocarro	Ônibus
Autoclismo	Descarga
Auto golo	Gol contra
Badagaio, vai-me dar	Vou ter um troço!
Bagaço	Cachaça
Bancada	Arquibancada
Batota	Trapaça
Berma	Acostamento
Betão	Cimento armado, Concreto
Bilhete	Ingresso
Bilhete de Identidade	Carteira de Identidade
Boleia	Carona
Calção	Bermuda

REVISTA

Camisola interior	Camiseta
Canalizador	Encanador
Capuchinho Vermelho	Chapeuzinho Vermelho
Carregar (no botão)	Apertar
Carruagem	Vagão
Carta de Condução	Carteira de Habilitação
Casa de Banho	Banheiro
Castanho	Marrom
Chávena	Xícara
Coluna	Caixa de som
Comboio	Trem
Concelho	Município
Conduzir	Dirigir, guiar
Conferência de Imprensa	Entrevista Coletiva
Contabilista	Contador
Coscuvilhar	Fofocar
Cueca	Calcinha
Cunha	Pistolão
Dador	Doador
Deitar fora	Jogar fora
Descapotável	Conversível
Descobrimento	Achamento
Descolar	Decolar
Desporto	Esporte
Dióspiro	Caqui
Direção Assistida	Direção Hidráulica
Dobragem (de filmes)	Dublagem
Dorido	Dolorido
Duche	Ducha
Ecrã	Tela
Equipa	Time, equipe
Esquadra	Delegacia de Polícia
Está lá?	Alô?
Estendal	Varal
Fatura	Nota Fiscal
Fato	Terno
Fato-de-banho	Maiô
Fiambre	Presunto
Filete	Filé
Fita-cola	Durex
Fotocópia	Xerox
Frigorífico	Geladeira
Fumador	Fumante

Gelado	Sorvete
Hora de ponta	Hora de rush
Imperial, uma	Chope, um
Jogo-do-galo	Jogo-da-velha
Marcha atrás	Marcha à ré
Montra	Vitrine
Nomeadamente	Notadamente
Pai Natal	Papai Noel
Pão ralado	Farinha de rosca
Paragem	Parada
Para oferta	Para presente
Pastel de bacalhau	Bolinho de bacalhau
Pensão (de reforma)	Aposentadoria
Pequeno-almoço	Café da manhã
Peúgas	Meias de homem
Piroso	Cafona
Planear	Planejar
Portagem	Pedágio
Presidente de Câmara Municipal	Prefeito
Quinta	Sítio
Realizador de cinema	Diretor
Relvado	Gramado
Rés-do-chão	Andar térreo
Saloio	Caipira
Sanita	Privada, Vaso sanitário
Sebenta	Apostila
Seis	Meia
Seropositivo	Aidético
Sida	Aids
Sítio	Lugar
Sumo	Suco
Talho	Açougue
Tartes	Tortas doces
Tasca	Botequim
Tejadilho de abrir	Teto solar
Tubo de escape	Escapamento
Utente	Usuário
Xexé	Gagá

37. ALINE MORAES OLIVEIRA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E GÊNEROS TEXTUAIS: UMA ABORDAGEM PARA O ENSINO

Este trabalho pretende estudar de modo comparativo e contrastivo a Língua Portuguesa a partir de gêneros textuais. Trabalharemos com textos veiculados tanto em Portugal quanto no Brasil. Nesses gêneros abordaremos as semelhanças e as diferenças no que tange à acentuação, ao uso de pronomes, ao surgimento de novas palavras, à sintaxe e à semântica.

Objetivamos atender a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que visam fundamentar o ensino da língua materna, tanto oral, como escrita, nos gêneros discursivos. Dessa forma, torna-se pertinente analisar os gêneros textuais que circulam em nossa sociedade, tanto em meio impresso, como em meio virtual, como por exemplo, os cartazes, as charges, os panfletos, os *outdoors*, as manchetes.

Baseamo-nos no pressuposto de que a norma pode variar no interior de uma comunidade idiomática, seja de um ponto de vista diatópico (português de Portugal, português do Brasil, português de Angola), seja de um ponto de vista diastrático (linguagem culta, linguagem média, linguagem popular), seja, de um ponto de vista diafásico (linguagem poética, linguagem da prosa). Tudo isso sem alterar a coesão do sistema, que faz a unidade fundamental da língua.

1. PARA INTRODUZIR

Os estudos dedicados à linguagem, durante mais de dois mil anos, partiam da língua *literária*. O resultado da descrição das regras gramaticais empregadas pelos escritores clássicos da literatura passa a ser uma espécie de modelo a ser seguido para todos que quisessem escrever obras literárias em grego. Dessa forma, nasceu o que hoje conhecemos por *gramática*. Gramática, na concepção de Houaiss (2001), vem do latim *grammatìca,ae* e *grammatìce,es* e significa 'a ciência gramatical'; e do grego *grammatikê* que quer dizer 'a ciência ou a arte de ler e escrever'. Com o surgimento e desenvolvimento das grandes navegações, a língua portuguesa chega a outros países, sobretudo os colonizados por Portugal, como ***Brasil***, ***Moçambique***, ***Angola***, ***Guiné-Bissau***, ***Cabo Verde, São Tomé e Príncipe*** e ***Timor-Leste***. Com o passar dos anos, a língua vai desenvolvendo-se nesses países e o colonizador utiliza o português para dominar.

No Brasil, até a primeira metade do século XIX, a etnia branca, constituída por portugueses ou lusodescendentes, compôs apenas 30% da população do Brasil. Os outros 70% eram formados, sobretudo, pelos africanos e afrodescendentes, já que os indígenas ou morreram por extermínio intencional ou por epidemias. Esses 70% adquiriram a língua da colonização numa situação chamada pelos especialistas de *transmissão irregular*, já que tinham história familiar de língua não portuguesa.

Ribeiro (1999) assegura que apenas 25% da população podia ser considerado usuários potenciais do Português Brasileiro culto e que 75% era formada por potenciais portadores do português popular brasileiro, ou seja, das normas vernáculas, ainda hoje predominantes no Brasil. Isso se explica a partir da exposição de Almeida Jr., na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Volume XVII, p.6 (*apud* FÁVERO; MOLINA, 2006:37) quando afirma que

> *O ensino fora até então, e sob diversos aspectos, um privilégio de classe. As escolas faziam discriminações sociais, econômicas, religiosas ou de raças. Aos meninos e jovens das camadas populares ora se negava a possibilidade de estudo, ora se estabeleciam estreitos limites ou finalidades tendenciosas para a respectiva cultura.*

Podemos ousar interpretar o modo como se originou e formou o Português Brasileiro, a partir dos fatores sociohistóricos que atuaram das origens e por todo o período colonial e pós-colonial, isto é, podemos dizer que a língua portuguesa do Brasil foi constituída "*em contexto social de transmissão, majoritariamente, irregular, na oralidade, livre das peias normativizadoras da escolarização e, consequentemente, da escrita, o que resultou numa variante,*

em muitos aspectos, divergente da europeia" (MATTOS e SILVA)[108]. E ainda ousar entender o porquê da tamanha discrepância no que tange ao ensino da Língua Portuguesa no Brasil, e mais do que isso, sugerir uma metodologia de trabalho a partir de gêneros textuais e de inclusão social e dialetal.

Tradicionalmente, no Brasil, o ensino de Língua Portuguesa opera com duas noções, a saber: a de "correção" e a de "erro", orientada pelas chamadas gramáticas normativas, que negligenciam a existência de uma pluralidade de normas linguísticas na língua portuguesa. Mendonça (2001:234-235) atenta para o fato de que essas "gramáticas normativas" tomam por língua somente uma de suas variedades, desprezando as outras. Nesse caso, para a autora, estudar gramática é estudar as regras que regulam a "norma culta", é saber o que pode ser dito e o que não pode – que costuma ser visto quase como sinônimo do que pode ser escrito e do que não pode. Ensinar gramática, nessa conceção, é ensinar língua, que, por sinal, é ensinar norma culta, o que significa a desprezar outras variedades – não só por ignorá-las, mas por considerá-las inferiores. A gramática aí tem um caráter prescritivo e discriminatório: para a gramática normativa, é *errado* todo uso da linguagem que esteja fora dos padrões linguísticos estabelecidos como ideais.

Há até poucos anos, a escola não admitia que a chamada variedade padrão da língua fosse apenas uma das diversas variedades que pode ocorrer no uso do português. A variação da língua não era aceita nos livros didáticos, tampouco o corpo discente era esclarecido quanto à questão do contexto comunicativo e da adequação linguística.

Neste estudo, ancoramos a nossa reflexão a partir de fundamentos teóricos e metodológicos que observam os fatos linguísticos, a partir da conceção de língua em uso concreto e heterogêneo, ao mesmo tempo resultado e instrumento da atividade social. Castro (1992:4) assegura que a Sociolinguística se propõe a recuperar a língua como fato social, o que não teria sido devidamente tratado na perspetiva saussureana, e afirma que conceber a língua como fato social é integrar nela a heterogeneidade como fator constitutivo, como atestam suas próprias palavras:

> *A língua não mais seria vista como um sistema homogêneo, mas, mais propriamente, como um conjunto de subsistemas, um complexo de variedades. A variação é sistemática, e faz parte da competência linguística a aptidão de se empregar regras variáveis; conhecer uma língua implica também conhecer as normas da comunidade quanto ao valor social atribuído às variantes, o que está relacionado com as atitudes em face da língua*.

Nessa perspetiva, os pesquisadores da linguagem que trabalham com fatos linguísticos à luz da Sociolinguística buscam em suas investigações correlacionar aspetos linguísticos e sociais. Nos últimos anos, estudiosos dessa subárea da Linguística vêm-se empenhando em identificar, descrever e analisar fenômenos de variação que ocorrem em diversas regiões do Brasil, e com isso conhecer a diversidade linguística existente. Essas pesquisas evidenciam que a língua portuguesa usada no Brasil não é uniforme, mas constituída de muitas variedades.

Os resultados dessas pesquisas aparecem nos Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCN), visto que já orientam explicitamente que se trabalhem em sala de aula questões que envolvam a variação linguística, a partir mesmo do ensino fundamental. Ao apresentarem os objetivos de ensino de Língua Portuguesa, os PCN têm como meta a serem alcançadas pelos alunos: a utilização de diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade linguística valorizada socialmente, sabendo adequá-las às circunstâncias da situação comunicativa de que participa (PCN, 2001:51). Além disso, também tem como meta que o aluno tenha capacidade de verificar as regularidades das diferentes variedades do português, reconhecendo os valores sociais nelas implicados; ou seja, espera-se que os alunos não só conheçam as variedades da língua materna, mas também que combatam o preconceito existente contra as formas populares em oposição às formas utilizadas por grupos socialmente prestigiados (PCN, 2001: 52).

No que se refere ao ensino de Língua Portuguesa, os PCN, que são princípios que têm como objetivo a formação dos cidadãos dos novos tempos, baseando-

[108] Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/hlpbrasil/index.html> Acesso em: 12 jun. 2007.

se nos pressupostos da Sociolinguística, propõem a participação crítica do aluno diante das variedades linguísticas inerentes à língua. A Sociolinguística Variacionista parte do pressuposto de que toda língua é heterogênea e que a heterogeneidade é característica inerente ao sistema. O que se pretende mostrar é a possibilidade de o professor poder explorar os fenômenos variáveis do português brasileiro de forma a levar os alunos a se sentirem competentes no uso da sua língua materna, seja na modalidade escrita seja na falada. Os PCN (2001) asseguram que cabe à escola possibilitar a ampliação do conhecimento de modo que, progressivamente, cada educando se torne capaz de interpretar diferentes textos que circulam socialmente, de assumir a palavra e, como cidadão seja capaz de produzir textos eficazes nas mais variadas situações.

É importante ressaltar que os PCN (2001) advertem que ainda hoje há discriminação com relação a algumas variedades linguísticas. Segundo consta do documento, essa forma de tratar as variedades linguísticas é preconceituosa e anticientífica e revela os próprios conflitos existentes no interior da sociedade. Por causa disso mesmo, o preconceito linguístico, como qualquer outro preconceito resulta de avaliações subjetivas dos grupos sociais e deve ser combatido com vigor e energia. O estudo da variação cumpre papel essencial na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, devendo estar sistematicamente presente nas atividades de Língua Portuguesa (PCN, 2001: 82).

Todas as línguas apresentam um dinamismo inerente, o que significa dizer que elas são heterogêneas. Encontram-se assim formas distintas que, em princípio, equivalem-se semanticamente no nível do vocabulário, da sintaxe e da morfossintaxe, do subsistema fonético fonológico e no domínio pragmático discursivo. Como afirma Mollica (2004:9), o português falado no Brasil está repleto de exemplos:

> *No sul do país, o pronome "tu" é o tratamento preferido quando o falante interage com o ouvinte, encontrando-se em menor escala em outras regiões e evidenciando uma diferenciação geográfica, em que os pronomes de tratamento distribuem-se em sistemas variacionais diferentes. A presença de marcas de concordância nominal e verbal como em "o**s** estudo**s** sociolinguístico**s**" e "eles estuda**m** Sociolinguística" em geral alterna-se com a possibilidade de ocorrência de enunciados em que tais marcas estão ausentes: os estudo **Sociolinguístico**, "eles estuda Sociolinguística". A realização de "**f**ramengo", "anda**n**o", "tá", "fala", "paia" é encontrada no português do Brasil coexistindo com "flamengo", andando", "está", "falar", "palha". Construções sintáticas como "eu vi **ele** ontem", "nós fomos no Maracanã", "é o tipo de matéria que eu não gosto **dela**", "a Linguística**, ela** é muito difícil" estão presentes no português do Brasil (PB), alternando com os equivalentes semânticos "eu o vi ontem", "nós fomos ao Maracanã", "é tipo de matéria de que eu não gosto", "a Linguística é muito difícil".*

Para a autora, os exemplos aqui arrolados são alguns dos que ilustram a variabilidade linguística, presente em todas as línguas naturais humanas. A Sociolinguística considera como objeto de estudo exatamente a variação, entendendo-a como um princípio geral e universal, passível de ser descrita e analisada cientificamente. Ela parte do pressuposto de que as alternâncias de uso são influenciadas por fatores estruturais e sociais. Esses fatores são também referidos como variáveis independentes, no sentido que os usos de estruturas linguísticas são motivados e as alternâncias configuram-se por isso sistemáticas e estatisticamente previsíveis (MOLLICA, 2004:10).

Guimarães e Orlandi (1996:9) entendem que não há como dissociar a história das ideias linguísticas no Brasil das condições próprias da história brasileira – a história de uma colônia portuguesa que se torna um Estado independente no início do século XIX – e da história de uma língua que, nessa colônia, é marcada por especificidades de uso. Essas especificidades fizeram com que escritores, políticos, filólogos e gramáticos dos séculos XIX e XX abordassem assuntos relativos à língua no Brasil e com que emergissem dessa abordagem muitos registros escritos que ora defendiam uma tendência (lusitana) ora outra (brasileira).

Tarallo, citado por Guimarães e Orlandi (1996:59), destacou que, apesar dessa discussão e das diferenças estruturais entre o Português de Portugal e do Brasil, o perfil da gramática brasileira tem sido marcada pela tradição portuguesa o *que torna o vácuo entre língua oral e escrita muito mais profundo no Brasil do que em Portugal.* Segundo Mattoso Câmara (1976), as diferenças na língua padrão entre Portugal e Brasil devem-se à existência de dois sistemas

linguísticos caracterizados por uma evolução própria, apesar dos pontos de confluência social, política e cultural que ligam os dois povos. A dimensão do território brasileiro é apontada pelo linguista como um dos elementos responsáveis pela formação e diferenciação dialetal.

2. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E GÊNEROS TEXTUAIS

Para Ilari (2002:195) entendem-se por variação linguística pelo menos três fenômenos distintos:

(1) fato de que em uma sociedade complexa como a brasileira convivem variedades linguísticas diferentes, utilizada por grupos sociais que são expostos em graus diferentes à educação formal;

(2) o fato de que as pessoas de um mesmo grupo linguístico usam, para expressar-se, palavras e expressões diferentes de acordo com o caráter mais ou menos informal da situação de fala;

(3) o fato de que o português do Brasil, como toda língua de cultura, inclui falares que são usados por alguns grupos específicos: os jovens, os malandros, os drogados, os economistas, etc.

Outrossim, Ilari (2002:196) menciona que os linguistas chamam de *registro* ao tipo de variação que a linguagem sofre para adaptar-se às diferentes **situações** em que é utilizada. O linguista alerta-nos quanto ao que se devem entender por **situações**:

A existência ou não de outros participantes: monólogo, diálogo etc.

A familiaridade / distância / deferência com que se tratam os interlocutores.

A importância que se atribui ao assunto: o presidente da república que fala à nação sobre os graves problemas por que ela passa não fala no mesmo tom daqueles que jogam conversa falando de política, na mesa de botequim, depois do expediente.

O grau de formalidade da ocasião: discurso de posse, discurso de campanha etc.

O "gênero" adotado: palestra, conferência, discurso editorial, artigo etc.

O veículo adotado: comunicação escrita ou falada.

Segundo Marcuschi (2003), "*os gêneros não são novos, mas estão na moda*." Eles se configuram em *textos orais ou escritos materializados em situações comunicativas recorrentes***.** Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária com *padrões sociocomunicativos característicos* definidos por sua composição, objetivos enunciativos e estilo concretamente realizados por forças históricas, sociais, institucionais e tecnológicas.

Os gêneros constituem uma listagem aberta, são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações tais como: *sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, correio eletrônico, bate-papo por computador, aulas virtuais* e assim por diante**.** Como tal, os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas.

Por serem instrumentos de ação social, os gêneros textuais têm relação com os fatos históricos e culturais. Assim, em sua função mediadora, os gêneros orientam a produção e a receção de textos adequados a situações específicas e de acordo com cada época. E se toda comunicação verbal realiza-se por meio de gêneros, sistematizados por determinantes espaço/tempo de um determinado ambiente social, podemos concluir que tais entidades refletem, em sua composição, as estruturas de cada cultura, acompanhando sua evolução e adaptando-se às suas novas necessidades.

3. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS GÊNEROS TEXTUAIS

Os gêneros textuais possibilitam, ao integrarem diversas semioses (palavras, sons, imagens e formas em movimento), um tratamento inovador da linguagem, diluindo as fronteiras entre a oralidade e a escrita. A partir dessa hibridização, o que demonstra a característica plástica e dinâmica dessas entidades, os gêneros adquirem maior capacidade de adaptação, de acordo com o propósito de seu uso, interesses, funções, intenções presentes em sua composição. Nessa perspetiva, os PCN (2001:30) evidenciam que

*Toda educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz da linguagem que satisfaça necessidades pessoais – que podem estar relacionadas às ações efetivas do cotidiano, à transmissão e busca de informação, ao exercício da reflexão. [...] são os textos que favorecem a reflexão crítica e imaginativa, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, os mais vitais para plena participação numa sociedade letrada***.**

O texto é, dessa maneira, na perspetiva de Marcuschi (2003)109, o objeto linguístico concebido em sua organicidade e com base em seus princípios gerais de produção e funcionamento em nível superior à frase e não preso ao sistema da língua; é ao mesmo tempo um processo e um produto, que ultrapassa o âmbito da sintaxe e do léxico, "realiza-se na interface com todos os aspetos do funcionamento da língua, dá-se sempre situado e envolve produtores, recetores e condições de produção e receção específicas." Em essência, trata-se de um evento comunicativo em que aspetos linguísticos, sociais e cognitivos estão envolvidos de maneira central e integrada, como observou Beaugrande (1997, citado por Marcuschi, 2003).

Retomando a noção de competência comunicativa, os PCN (1997:31-32) afirmam que

a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas (...) é saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido.

Ao defendermos o ensino da língua portuguesa a partir dos diversos gêneros que circulam socialmente, a frase como unidade de ensino cede lugar ao texto; e, com isso, entramos em consonância com os PCN que visam à formação do aluno como coautor do conhecimento, como um indivíduo que pensa criativamente **a** e **em** sua língua. Dessa forma, torna-se evidente a conceção de ensino preconizada pelos Parâmetros, tanto para o nível fundamental quanto para o médio. E é exatamente, nessa perspetiva, que o texto deixa de ser um mero pretexto, em que se destacam classes de palavras, identificam-se sujeito e predicado etc. passando a legitimar as três práticas de linguagem apresentadas nos Parâmetros: prática de leitura de textos orais / escritos, prática de produção de textos orais / escritos, prática de análise linguística.

Inevitavelmente, instauram-se para o professor grandes desafios: como trabalhar as práticas de linguagem apregoadas pelos PCN de maneira integrada; como mostrar que há uma pluralidade de falares no português do Brasil, em função da dinâmica populacional e da natureza do contato dos diversos grupos étnicos e sociais, nos diferentes períodos da nossa história. Como diz Callou (2007), são fatos dessa natureza que demonstram que não se pode pensar no uso de uma língua em termos de "certo" e "errado" e em variante regional "melhor" ou "pior", "bonita" ou "feia".

Em função do espaço de que dispomos neste artigo, elegemos o gênero receita para exemplificar a nossa proposta de trabalho. O gênero textual aqui contemplado servirá apenas de exemplo de como os professores poderão utilizá-lo para as turmas de nível fundamental e médio. É importante ressaltar que essa forma de trabalhar é aplicável a outros gêneros textuais. Não é nossa intenção delinear modelo a ser seguido, mas sugerir possibilidades de trabalhos didáticos voltados para ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa.

4. O GÊNERO RECEITA CULINÁRIA: UMA ABORDAGEM PARA O ENSINO

Frango do Campo com Tomate e Pão Alentejano Torrado [110]
Autoria do Chefe António Nobre
Ingredientes
Para 4 a 5 pessoas
1 frango do campo limpo

[109] Disponível em: < http://bbs.metalink.com.br/~lcoscarelli/GEsuporte.doc>. Acesso em: 9 de jul. 2007.

[110] Disponível em: http://www.gastronomias.com/receitas/rec2537.htm Acesso em: 20 jun. 2007.

6 tomates maduros, limpos de peles e grainhas
2 cebolas às rodelas
200 g de presunto cortado em tiras
1 dl de azeite virgem
1 pimento verde cortado em tiras
qb. de sal
qb. de pimenta branca
qb. pão Alentejano torrado
Confeção:
Corta-se o frango aos bocados.
Num tacho colocam-se camadas sucessivas de cebola, tomate picado, presunto e frango, sendo a última camada de pimento verde.
Rega-se com o azeite e tempera-se com sal e pimenta.
Leva-se ao lume deixando cozinhar lentamente, sacudindo o tacho de vez em quando com ele tapado.
Serve-se num prato fundo sobre o pão torrado.
NOTA: Pode acompanhar com purê de batata.

Frango Caipira com Tomate e Pão Alentejano Torrado [111]
Ingredientes
Para 4 a 5 pessoas
1 frango caipira limpo
6 tomates maduros sem peles e sem sementes
2 cebolas em rodelas / fatiadas
200 g de presunto fatiado
1 colher de sopa de azeite virgem
1 pimentão verde picadinho
sal a gosto
pimenta branca a gosto
pão Alentejano torrado a gosto
Sirva num prato fundo sobre o pão torrado.
NOTA: Pode acompanhar com purê de batata.
Preparo / Modo de preparar / Modo de fazer:
Corte o frango em pedaços. Numa panela, intercale em camadas as cebolas, os tomates, o presunto e frango. Termine com o pimentão. Junte o azeite, o sal e a pimenta aos demais ingredientes.
Leve ao fogo deixando cozinhar lentamente, sacudindo o tacho de vez em quando com ele tampado.

Antes de tecermos os comentários cabíveis ao gênero exposto, é importante salientar que o nosso ponto de partida foi a receita da culinária portuguesa - Frango do Campo com Tomate e Pão Alentejano Torrado – registrada no *site* em Português Europeu e adaptamo-la para o Português Brasileiro. O gênero receita culinária tem como objetivo ensinar os passos de um procedimento, ou seja, levar à realização de um determinado tipo de prato. Para tanto, vale-se da sequência tipológica injuntiva em que vem representada por verbos tais como:

PORTUGUÊS EUROPEU	PORTUGUÊS BRASILEIRO
Corta-se	Corte
Colocam-se	Intercale
Rega-se	Termine
Tempera-se	Junte
Leva-se	Leve
Serve-se	Sirva

Os recursos linguísticos usados pelo autor se inscrevem no discurso do fazer (ações) e do acontecer. Os verbos que ocorrem nos dois textos referem-se ao fazer, ao executar concretamente, como atesta o quadro acima. Dentre os recursos utilizados encontram-se também o uso de palavras/expressões, tais como:

PORTUGUÊS EUROPEU	PORTUGUÊS BRASILEIRO
Do campo	Caipira
Limpos de peles e grainhas	Sem peles e sem sementes
Aos bocados	Em pedaços
Lume	Fogo

Na leitura das receitas, o leitor percorre mentalmente as etapas indicadas pelos autores, pensa-se em como cada uma delas deve ser executada, podendo vir à mente de quem realiza a tarefa uma imagem do prato já pronto. Uma vez que a maneira como é sugerida a organização do prato induz a formar essa representação. Nesse gênero textual, a sequencialidade das ações é de extrema importância tanto para a clareza quanto para que a tarefa seja realizada com sucesso.

5. PARA NÃO CONCLUIR

[111] Adaptação de nossa autoria.

A conceção de ensino de Língua Portuguesa na qual acreditamos e a qual defendemos neste artigo se coaduna com a proposição dos PCN, no que tange ao texto e aos gêneros textuais como unidade de ensino. Nesse sentido, o nosso olhar para questões de ensino/aprendizagem da língua deixa de focalizar a frase descontextualizada, extraída de fragmentos de textos literários, em que a língua é vista como um sistema imutável, pronto e acabado.

O trabalho com a análise dos mais diferentes textos que circulam socialmente é, com certeza, o caminho para um ensino mais produtivo, visto que ao priorizar os gêneros, o professor poderá orientar o educando tanto para o uso eficiente dos recursos linguísticos quanto para a ampliação das competências de leitura e produção textual. Assim ao levar em conta os textos em situação efetiva de uso, as aulas de língua portuguesa podem perder o caráter dogmático e/ ou fossilizado, pois a língua a ser estudada se constitui de formas diferentes e específicas em que o aluno poderá construir seu conhecimento na interação circunscrita nas práticas de linguagem.

É importante salientar que dentro dessa nova perspetiva de ensino a língua passa a ser concebida como heterogênea, mutável e plural. Isso se dá, como nos alerta Mattos e Silva (1999), se se considerar o todo do português brasileiro e não apenas a idealizada norma padrão. Incontestavelmente, toda língua, a qualquer momento de sua história, está irremediavelmente sujeita à variação e mudança. Por isso não faz muito sentido abordar o fenômeno da variação linguística, como fazem muitos autores de livros didáticos, limitando-se apenas a contrapor a linguagem "coloquial" à linguagem "culta". Ao desconsiderarem os aspetos de intencionalidade e adequação, negligenciam fatalmente um ensino voltado para a reflexão, que explora os aspetos históricos, sociais e ideológicos que permeiam o tratamento dado à língua; consolidando nesse sentido a perpetuação do preconceito linguístico.

A análise da receita elaborada por António Nobre em contraste com a receita adaptada por nós evidencia algumas diferenças lexicais da língua usada no Brasil. E, para não finalizar a nossa reflexão, emprestamos de Orlandi (2005) o que se segue**:**

A questão da língua que se fala, a necessidade de nomeá-la, é uma questão necessária e que se coloca impreterivelmente aos sujeitos de uma dada sociedade de uma dada nação. Porque a questão da língua que se fala toca os sujeitos em sua autonomia, em sua identidade, em sua autodeterminação. [...]

Ao mesmo tempo em que aqui desembarca, a língua portuguesa, ao deslocar-se de Portugal para o país nascente – o Brasil – institui um movimento de memória, deslizamentos linguísticos por meio dos quais uma outra língua – a brasileira – faz-se presente. O novo espaço de comunicação resiste com sua materialidade à língua que chega com os portugueses em sua memória já falada, já dita. Desdobram-se, transmudam-se os modos de dizer. A relação palavra/coisa faz ruído, relação não coincidente entre si e nem perfeitamente ajustada. Outras formas vão estabelecer-se fazendo intervir, e ao mesmo tempo constituindo, a memória local.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Beaugrande, Robert de. (1997) New Foundations for a Science of Text and discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to knowledge and Society. Norwood, Ablex.

Callou, D. (2007). Gramática, variação e normas. In: Vieira, S. R.; Brandão, S. F. (Orgs.) *Ensino de gramática*: descrição e uso. São Paulo: Contexto.

Castro, Vandersi. (1992*) De que vêm se ocupando os linguistas ultimamente*. Texto apresentado no III Congresso de Linguística, Unicamp.

Fávero, Leonor L.; Molina, Márcia A.G. (2006) *As Conceções Linguísticas no Século XIX – A Gramática no Brasil,* Rio de Janeiro: Lucerna.

Guimarães, E; Orlandi, E. P. (Orgs.). (1996) *Língua e cidadania***:** o português no Brasil. Campinas: Pontes. (História das ideias linguísticas).

Houaiss, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa.* (2001) Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva. 1 CD-ROM. Configuração mínima: PC Pentium 166 Mhz, 180 Mb de espaço livre no disco rígido, 32 Mb de memória RAM, monitor SVGA color, drive CD-ROM, kit multimídia, Windows 95, 98, ME, NT, 2000 ou XP.

Ilari, Rodolfo. (2002) *Introdução ao estudo do léxico*: brincando com as palavras. São Paulo: Contexto.

Marcuschi, Luiz A. (2003) A Questão do Suporte dos Gêneros Textuais.

Disponível em http://bbs.metalink.com.br/~lcoscarelli/GEsuporte.doc

Mattos e Silva, R. V. O Português Brasileiro.

Disponível em http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/hlpbrasil/index.html.

Mattos e Silva, R. V. (1999) *Uma compreensão histórica do português brasileiro*: velhos problemas revisitados. Salvador: UFBA.

Mattoso CÂMARA, J. (1976) *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, MEC.

MEC. (1997) *Parâmetros Curriculares Nacionais*: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF.

MEC. (2001) *Parâmetros Curriculares Nacionais*: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. 3 ed. Brasília: MEC/SEF.

MEC. (2001) *Parâmetros Curriculares Nacionais*: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF.

Mendonça, Marina Célia. (2001) *Língua e ensino: políticas de fechamento*. In: Mussalim, Fernanda; Bentes, Ana Christina. (Orgs.*) Introdução à linguística*: domínios e fronteiras. v.2. 2. ed. São Paulo:

Mollica, Maria Cecília. (2004) *Fundamentação teórica: conceituação e delimitação*. In: Braga, Maria Luíza; Mollica, Maria Cecília**.** *Introdução à sociolinguística*: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto.

Orlandi, Eni P. (2005) *A língua brasileira***.** *Cienc. Cult.* [online]. Apr./June, vol.57, no.2 [cited 02 September 2007], p.29-30.

Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200016&lng=en&nrm=iso. ISSN 0009-6725.

Oliveira, Helênio F. de. (2004) *Os gêneros da redação escolar e o compromisso com a variedade padrão da língua*. **In**: Henriques, Cláudio C. e Simões, Darcilia. *Língua e cidadania*: novas perspetivas para o ensino. Rio de Janeiro: Europa.

Ribeiro, Ilza. (1999). *A origem do português culto. A escolarização*. Comunicação em encontro da UNIFACS. Salvador. (mimeo).

38. MARIA DO CÉU FONSECA, DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA E LITERATURAS DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA;

FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS DA CENTRAL LIBRARY OF PANGIM: MEMÓRIA LINGUÍSTICA DE UMA REGIÃO LUSÓFONA*

A *Central Library of Pangim* é uma das mais ricas bibliotecas da Ásia em literatura latina e portuguesa (sobretudo edições anteriores a 1961).

Antiga "Biblioteca Pública de Nova Goa" (1832), a *Central Library* inclui hoje, no espólio da sua secção de reservados, um conjunto de obras manuscritas e impressas de inegável valor para o estudo da historiografia linguística portuguesa e missionária.

Em Pangim[112], capital do estado de Goa (o menor da Índia em território e população), está situada a actual *Central Library* no edifício do Instituto Menezes Bragança, fundado em 1871 então com o nome de Instituto Vasco da Gama[113].

Manifesta presença deste nome é a fachada de painéis de azulejos portugueses que revestem o átrio do Instituto e da Biblioteca com cenas da epopeia de *Os Lusíadas*, espécie de escaparate para o visitante que segue o itinerário turístico recomendado nos guias de viagens. Imagens e excertos de estrofes de vários episódios – Velho do Restelo, Gigante Adamastor, Gama recebido pelo Samorim, Ilha dos Amores[114] – em composições de azulejos monocromáticos (com alternância de azul e branco), colocam o Instituto e a Biblioteca na mesma rota das atracções turísticas das catedrais católicas e dos templos hindus.

Luís Menezes Bragança, jornalista e político nacionalista goês (1878-1932)[115], deu o nome ao actual Instituto depois da integração de Goa na União Indiana (1961), tal como na altura foi rebaptizada a antiga Biblioteca Nacional de Goa, originalmente "Publica Livraria", cuja história, ligada à criação de uma *Academia Militar de Goa*, remonta a 1832. Renomeada, sucessivamente, "Bibliotheca Publica", "Bibliotheca Publica de Nova Goa" e finalmente "Bibliotheca Nacional de Nova Goa", a actual *Central Library* de Pangim goza portanto da reputação de uma das mais antigas e ricas da Ásia, e foi depositária do espólio proveniente da antiga Biblioteca Pública de Nova Goa. Tal espólio inclui vários núcleos de documentos manuscritos e títulos de impressos dos séculos XVII e XVIII (*the Central Library's Rare Books Section*), para além da colecção mais recente de "Diários do Governo" e considerável número de

[112] Designação recuperada da tradição toponímica portuguesa, entretanto substituída por *Nova Goa* (1843) e depois *Cidade de Goa* (1947). Desde 1961, são usados *Pangim* e a variante oficial *Panaji*, que é adaptação ao concani (vernáculo de Goa) da forma portuguesa nasalizada, por analogia a muitos outros topónimos: *Bombaim* > *Mumbai*; *Cochim* > *Kochi*; *Bicholim* > *Bicholi*; *Cancaulim* > *Kankauli*; *Sanquelim* > *Sankheli*. Sobre a história da cidade de Pangim, veja-se António de Meneses (1978).

[113] Instituto fundado pelo poeta Tomás Ribeiro, sucessor de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara no cargo de Secretário-geral do estado da Índia, no tempo do Governador-geral Visconde de S. Januário. O "Boletim do Instituto Vasco da Gama" (1924), depois renomeado Menezes Bragança e editado em inglês, era uma publicação trimestral do Instituto, entretanto substituída pela revista *Govapuri* (nome de Goa Velha, antiga capital).

[114] Nomeadamente: Canto IV, estrofe 95; Canto V, estrofe 39; Canto VII, estrofe 60; Canto IX, estrofe 64.

[115] A última herdeira desta família é Aida Menezes Bragança, que o escritor José Eduardo Agualusa descreve como "a guardiã da memória de Goa".

diários goeses em língua portuguesa[116], encadernados em velhos cartapácios que se enfileiram precariamente num escuro e longo corredor de acesso à secção dos reservados. O catálogo actualizado deste acervo está por fazer. Duas únicas listas dactilografadas de títulos manuscritos e impressos seiscentistas da época da Índia portuguesa deixam supor que acervo mais rico estará ainda por resgatar[117], como aliás também indiciam os elencos bibliográficos mais extensos de antigos catálogos da Biblioteca Pública. Comece-se por alguns poucos títulos da lista de impressos, sem esquecer que Goa de 1556 viu nascer a primeira imprensa estabelecida pelos jesuítas, só mais tarde levada para Macau (1588) e depois para o Japão (1590).

1. DA LISTA DE "EARLY IMPRINTS" CONSTAM:

Almeida, P^e.^ Miguel de, Jardim dos Pastores, Colégio de S. Paulo, Goa, 1658 [escrito em concani].

Cruz, Estêvão da, Discursos sobre a vida de Sam Pedro, 2 vols., 1634 [escritos em concani].

Gonçalves, P^e.^ Jácome, Predicas, 2 vols., J. Vanroyn, Ceilão, 1848 [escritos em cingalês e em tamil].

Nobili, P^e.^ Roberto de, Cathecismo Mandurense, Na Officina de Ignacio Archamonio, Ambalacata, 1677 [escrito em tamil].

Estêvão, P^e.^ Tomás, Discurso sobre a vinda de Jesus Cristo, 2 vols., Typographia do Collegio de S. Paulo de Goa, 1654 [obra em verso, escrita em marata transliterado em caracteres romanos][118].

Vilhegas, P^e.^ Bernardino de, Solilóquios Divinos, traduzidos em concani pelo P^e.^ João de Pedrosa, Imprensa do Colégio de S. Paulo, Goa, 1660.

O catecismo[119] do jesuíta italiano Roberto de Nobili (obra póstuma) faz parte da trilogia dos instrumentos pedagógicos – catecismos / artes e gramáticas / vocabulários – que constituíram os dispositivos da acção missionária no Oriente e também no Ocidente, já que, escritos nos próprios idiomas locais, permitiam a pregação e, supletivamente, a alfabetização na língua europeia. Impressos uns e outros deixados manuscritos, os catecismos, primeiros agenciados no plano do apostolado da língua europeia, foram mais tarde, passada a época mental da cruzada, valorizados *de per si* no quadro das actividades de missionários jesuítas, franciscanos e de outras ordens religiosas.

As restantes cinco obras, das mais conhecidas no género, situam-se no campo da literatura cristã, mais precisamente no género de literatura de *exempla*, muito cultivado para a edificação religiosa dos neo-convertidos. Doutrinas, puranas e sermões escritos nas línguas locais visavam persuadir as populações à conversão e, ao mesmo tempo, ao abandono dos seus costumes ancestrais. Extenso é o elenco de autores jesuítas e franciscanos que, desde o início do século XVII cultivaram em concani, marata, canará e tamil[120] esta literatura edificante que ilustrava a doutrina com casos exemplares. Modelo sempre apontado é o do poema do jesuíta inglês Tomás Estêvão, *Discurso sobre a vinda de Jesus Cristo*, vulgarmente conhecido por *Puranna Cristão* (à maneira dos puranas hindus), que é a primeira obra marata[121] saída dos prelos do

[116] Títulos da imprensa portuguesa que chegaram a ser publicados em simultâneo: *O Heraldo* (1900) e *Diário da Noite* (1919), ambos de Pangim; *A Vida* (1935), de Margão (capital de Salcete). Sobre a história destes diários da época do Ultramar português, vd. Aleixo Manuel da Costa (1997).

[117] É nisso que se empenham, com um desvelo notável, duas das actuais directoras da *Central Library*, as Dras. Maria Ana Paiva e Maria de Lourdes Bravo da Costa Rodrigues, goesas de formação portuguesa.

[118] A obra figura indevidamente na lista dos "Manuscripts" da *Central Library* com a cota Ms-41.

[119] A inexistência de frontispício dificulta a descrição. A obra é constituída por duas partes em tamil, sendo as primeiras cinco páginas, escritas em latim, ocupadas por licenças de impressão dos Padres: Joannes Phillippus Grandi, Dominicus de Noualius, Petrus Moratus, Blazius de Azevedo (licenças datadas todas de 1674, de Travancor), Francisco Delicatus de Mattos e Simon Martins (estas do Tribunal do Santo Ofício de Goa, datadas de 1675, 1676 e 1677).

[120] São quatro das mais importantes línguas do Sul da Índia, onde predomina a família dravídica. O concani, de origem sanscrítica, é o vernáculo e língua oficial de Goa. Terá sido Tomé da Veiga o primeiro Autor que se referiu ao concani como língua materna de Goa: "a lingoaJem que se fala neste Regno [Goa] he conconjm" (*Suma Oriental*, Coimbra, 1978 [1550]). O marata, língua oficial do estado contíguo de Maharashtra, e o concani têm origem comum, do que resulta a grande semelhança que entre as duas línguas sempre se aponta, acentuada pelo facto de a área de influência do concani se estender ao Sul do território vizinho de Maharashtra. Segundo Sebastião Rodolfo Dalgado, o concani foi também frequentemente confundido com o canará, língua dravídica do estado de Karnataka, que faz fronteira a noroeste com o estado de Goa. O tamil, também de origem dravídica, é o mais meridional dos idiomas da Índia (estado de Tamil Nadu), falado também no Sri Lanka (antigo Ceilão), a par do cingalês.

[121] Diz o Autor: "Tudo isto está escrito em língua marata. Entre as línguas deste país foi esta que me pareceu adequada para discorrer sobre as cousas de Deus, mas como o marata puro não é conhecido das classes médias, para que este *Puranna* se tornasse proveitoso à maior parte de pessoas, compuz os versos de fácil compreensão, à maneira dos poetas meus contemporâneos, pondo de parte quase todas as expressões difíceis dos poetas anteriores, e misturando aqui e acolá várias expressões simples

Convento de Rachol (Goa) em 1616 e cujo êxito justificou mais três edições póstumas (1649, Goa; 1654, Goa; 1907, Mangalore).

Muitas destas obras ficaram manuscritas, como se pode ver pelo conjunto de sermões da lista de "Manuscripts" conservados na *Central Library* (cf. *infra*, **a. Área de Literatura**). Tão cultivada como em Portugal ou na vizinha Espanha, a oratória sermonária dos missionários católicos tinha ao tempo o propósito pragmático de catequização e educação das populações locais. Do manuscrito *Sermões escriptos em castelhano* (Ms-25), abaixo mencionado, constam, por exemplo: "Sermon sobre la Passion de Jesu-Christo" (fls. 1r-9v); "Sermon para el dia de la Resureccion" (fls. 10r-15r); "Sermon p$^{a.}$ el dia de Ascension" (fls. 16r-23v); "Sermon del Corazon de Jesus" (fls. 24r-42v). E a par dos sermões está a literatura purânica, igualmente usada nas pregações públicas "quer para simples entretenimento literário, quer para edificação ou consolação espiritual" (Saldanha, 1961: 2). Para além da obra do P$^{e.}$ Tomás Estêvão inclui-se na mesma categoria dos puranas cristãos o *Discursos sobre vida do Apóstolo Sam Pedro* (Goa, 1634), do jesuíta francês Estêvão da Cruz e outras composições do tempo.

Passe-se, então, para o inventário dos textos manuscritos guardados na *Central Library*, com o mesmo propósito de contribuir para o estudo da história e historiografia da língua portuguesa entre os séculos XVII e XVIII.

2. "MANUSCRIPTS"

Os títulos da lista alfabética de "Manuscripts" foram agrupados por áreas temáticas, com indicação das respectivas cotas actuais entre parêntesis rectos. É a área da historiografia linguística (cf. *infra*, **b.**) que reúne maior número de títulos, o que não surpreende. O estudo das chamadas línguas "exóticas" desde o meio do século XVI é cópia em pequena escala do fenómeno de gramatização dos vernáculos europeus. Por outro lado, fixar o uso das línguas das terras descobertas entrou na dinâmica escolar do preceptorado da língua portuguesa ao serviço da política de expansão. Não se estranha, por isso, a considerável literatura linguística constituída por catecismos e cartilhas (ou cartinhas), gramáticas e artes, vocabulários e dicionários em trânsito no meio escolar autóctone, nem espantam as muitas laudas da literatura da época que acumulam notícias bibliográficas dos protagonistas da acção missionária. Aliás, a aprendizagem das línguas orientais era defendida e promovida por autoridades civis e eclesiásticas desde o meio do século XVI; constituiu mesmo matéria de regulamentação nos cinco "Concílios Provinciais de Goa" (cf. *infra*, **d. Área de História**), celebrados entre 1567 e 1606. No manuscrito *Breves resolucções moraes em forma de repertorio alphabetico* do P$^{e.}$ António da Graça (Ms-5, **c. Área de Teologia / Filosofia**), podem ler-se os seguintes preceitos:

> *O Parrocho deue ter sciencia da lingoa a quem tem cuidado de administrar os sacram$^{tos.}$ (…). O Parrocho dos Indios não pode ser aquelle, ??? não sabe a sua lingoa p ?? não pode per sy mesmo exercitar o seu officio* (Ms-5, p. 226).

Esta mais-valia da instrução vernácula fez emergir no século XVII uma gramaticografia e lexicografia de idiomas não-europeus. Em termos de inventariação destes textos, as dificuldades maiores advêm do desfasamento entre as informações documentais e a produção manuscrita e impressa localizada, cuja identificação inequívoca é particularmente problemática no caso dos vocabulários. Anónimos, a maior parte deles, porque eram elaborados para servirem a uma Congregação, poucos passaram, ao tempo, da letra de mão para a letra de forma. Tal a proliferação de catecismos particulares, cada missionário organizaria para seu uso colecções de palavras, que constituiriam esboços de vocabulários a circularem em cópias manuscritas de mão em mão, sem naturalmente a marca bibliográfica *ne varietur*, mas decerto com intervenções alheias que se omitiam sob a autoria genérica de "Padres da Companhia".

Assim aconteceu com vocabulários do vernáculo de Goa. O composto por Diogo Ribeiro em 1626, um dos mais citados, fez correr várias cópias manuscritas, uma delas pertencente à Biblioteca da Ajuda de Lisboa. Desconhece-se se o manuscrito *Vocabulario da lingua canary, feito pelos Padres da Companhia de Jesus que residiam na Provincia de Salcete* (Ms-30a e

---

da língua dos brâmanes" (*apud* Pissurlencar, 1956: 63). Leia-se: a dificuldade de compreensão do marata puro, fá-lo recorrer a expressões correntes da língua bramânica, isto é, o concani de Goa.

30b)[122] será mais uma cópia do de Diogo Ribeiro; poderá também ser sua cópia (ou, pelo menos, cópia da versão concani/português) o *Vocabulario da lingoa canarim com versam portugueza*, depositado no Arquivo Histórico Ultramarino e editado em fac-símile pela Junta de Investigações do Ultramar em 1973.

A situação não difere no que toca aos vocabulários de tamil. É de destacar o nome do jesuíta Henrique Henriques (1520-1600), o primeiro ocidental a estudar de forma sistemática a língua dravídica. Na lista de manuscritos da *Central Library* figura como autor do *Vocabulario lusitano-tamulico seguido d'uma Arte tamulica* (Ms-35), embora, na falta do seu frontispício, deva tal autoria considerar-se provisória enquanto não for feito estudo mais detalhado deste manuscrito, que inclui a páginas 295, depois do vocabulário, uma "Arte tamulica". De facto, são atribuídos ao P^e.^ Henrique Henriques um *Vocabulario* e uma coeva gramática da língua tamil, a *Arte da língua malabar*, composta em 1549, manuscrito que se conserva na Biblioteca Nacional de Lisboa e de que foi feita uma edição crítica em 1982 por Hans J. Vermeer. A Henrique Henriques seguiram-se no tempo e no cultivo da língua tamúlica, outros nomes que ficaram ligados à história das línguas do Sul da Índia: padres Baltasar da Costa, contemporâneo do toscano Roberto de Nobili, Antão de Proença e Domingos Madeira, todos jesuítas que foram recuperando das obras dos seus antecessores elementos de descrição gramatical do tamil.

A arte que precede o *Vocabulário tamulico-luzitano* (Ms-34) de Antão de Proença não é mais do que uma "recõpilação da Arte Tamulica composta pello Pe. Balthazar da Costa", assim mesmo mencionada na página 15 do vocabulário; a *Grammatica inedita da lingua tamul* (Ms-15) do P^e.^ Paulo Francisco de Noronha é cópia *pari passu* da dita gramática de Baltasar da Costa; e o *Vocabulario thamulico lusitano* (Ms-37) do P^e.^ Domingos Madeira é confessadamente tributário da obra do italiano Constâncio José Beschi, como é visível no "Prologo ao Leitor", que se transcreve em **Anexo** a este trabalho.

Acrescente-se apenas, para concluir, que este manuscrito *Vocabulário tamulico-luzitano* do P^e.^ Antão de Proença foi publicado postumamente com o nome *Vocabvlario tamvlico com a significação portuguesa* (Malabar, 1679).

Não é este o momento para passar em revista os méritos desta obra, já bem estudada. Saliente-se só que o vocabulário se particulariza pelo facto de, ao invés da habitual romanização das línguas nativas, ter sido aqui adoptado o alfabeto dravídico com entradas escritas em caracteres tamúlicos, ao que parece abertas pelo malabárico Ignacio Archamoni, impressor do vocabulário. Particulariza-se ainda pelo facto de apresentar significativas diferenças relativamente à versão manuscrita (Ms-34) da *Central Library*: "the printed dictionary contains only a mutilated version of the original dictionary and also leaves out other, mostly grammatical portions" (Malten, 1997: 272), nomeadamente a atrás mencionada "recõpilação da Arte Tamulica" do P^e.^ Baltazar da Costa.

A. ÁREA DE LITERATURA

Anónimo, *Sermões escriptos em castelhano*, 3 vols., séc. XVIII [Ms-25c)].
Anónimo, *Sermões para todos os dias do anno*, 3 vols. (escritos em tamil) [Ms-26].
Anónimo, *Sermões para todos os sabbados e segundas feiras do anno* (escrito em tamil) [Ms-27].
Gonçalves, P^e.^ Jácome, *Obras*, 5 vols., 1715-1735 (em cingalês) [Ms-19][123].

B. ÁREA DE HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

Anónimo, *Arte malabarica e lusitana*, Ms. do séc. XVIII [Ms-2].
Anónimo, *Dictionarium malabarium linguae non-vulgaris*, 1741 [Ms-11].
Anónimo, *Vocabulario lusitano-tamulico*, Ms. do séc. XVII [Ms-36][124].
Anónimo, *Vocabulario tamulico-lusitano*, Ms. do séc. XVIII [Ms-38][125].
Anónimo, *Vocabulario lusitano-tamulico*, Ms. do séc. XVII [Ms-33].

[122] A língua bramânica ou canarim designava na época o concani. No *Glossário luso-asiático*, diz Sebastião Rodolfo Dalgado que "Os nossos antigos escritores deram-lhe vários nomes: *concana*, *concanica*, *brâmana-goana*, *goana*, *canarim*, *canarina*".

[123] Sob esta designação genérica de *Obras* (Ms-19)[123] é muito provável que estejam incluídos diversos trabalhos do oratoriano goês Jácome Gonçalves, autor de uma impressionante bibliografia em cingalês e tamil, que inclui sermões, catecismos e vocabulários.

[124] Versão português / tamil e não o inverso, como vem na lista dos "Manuscripts": *Vocabulario tamulico-lusitano*.

[125] Dado como sendo dos séculos XVI ou XVII, a caligrafia parece ser do século XVIII.

Beschio, Pe. Constantio Josepho, *Dictionarium tamulico-latinum*, 1744 (1ª parte do dicionário: tamil/latim; 2ª parte: latim/tamil) [Ms-12][126].

Costa, Pe. Baltasar da, *Arte tamulica*, 1731 (a partir do fl. 51 inclui um catecismo em tamil, *Doutrina christãa*) [Ms-49].

Cruz, Pe. Balthazar Esteves da, *Vocabulario lusitano-tamulico*, 1738 [Ms-32].

Dalgado, Sebastião Rodolfo, *Grammatica da língua concani* por Sebastião Rodolfo Dalgado, Oferecido pelo mesmo à Biblioteca Nacional de Nova Goa, Lisboa, Fevereiro de 1922 [Ms-42][127].

Henriques, Pe. Henrique, *Vocabulario lusitano-tamulico seguido d'uma Arte tamulica*, séc. XVI [Ms-35].

Madeyra, Pe. Domingos, *Vocabulario thamulico lusitano para uso dos missionarios da Companhia de IESV. Composto, e augmentado pello P. … da mesma Companhia, missionario na Missão de Madurey*, Anno 1750 [Ms-37 e Ms-39b].

Nobili, Pe. Roberto, *Catecismo em que se explicaõ todas as verdades catholicas em tamul por … & traduzido pelo Pe. Balthazar da Costa*, 1661 (escrito em tamul) [Ms-6][128].

Noronha, Pe. Paulo Francisco de, *Grammatica inedita da lingua tamul*, 1890 [Ms-15].

Proença Pe. Antão de, *Vocabulário tamulico-luzitano precedido de uma Arte abreviada em tamul e seguido de Termos Poéticos* [Ms-34].

Ribeiro, Pe. Diogo, *Vocabulario da lingua canary vertida do portuguez*, 1626 (a esta versão de português/concani segue-se a versão vice-versa, com paginação e título independentes: *Vocabulario da lingoa canarim, feito pelos Padres da Compª de IHS, ⍰⍰ resid⍰⍰ na provincia de Salçete, & nouam⍰⍰te acrescentado cõ uarios modos de fallar pelo Pe. Diogo Ribeiro da mesma Comp., anno de 1626*) [Ms-31].

Vocabulario da lingua canary, feito pelos Padres da Companhia de Jesus que residiam na Provincia de Salcete, Vol. I (canari/portuguez); Vol. II (portuguez/canari) [Ms-30a e 30b].

C. ÁREA DE TEOLOGIA / FILOSOFIA

Anónimo, *Annotacções ás constituições da Ordem de Santo Agostinho*, 1632 (escrito em português e latim) [Ms-1].

Anónimo, *Constituições Provinciaes da ordem de Sam Thomé de Goa*, 1742 (escrito em português) [Ms-10a, b].

Anónimo, *Constituições da Ordem de Santo Agostinho de Goa*, séc. XVII (escrito em português) [Ms-8].

Anónimo, *Excellencias da Ordem Augustiniana escriptas em Goa 1763. Onde vem noticia de alguns religiosos ensignes da ordem Eremetica de N. S. de Sto. Agostinho, catalogo dos Santos, Beatos, Cardiaes, Patriarchas, Arcebispos, Bispos e mais varões ensignes da ordem Eremitica …* (escrito em português) [Ms-14].

Anónimo, *Novissos Agostinianus*, séc. XVIII (escrito em português) [Ms-48].

Anónimo, *Refutação da seita de Luthero e Calvino* (escrito em tamil) [Ms-23].

Chagas, Fr. Boaventura das, *Tratado dos previlegios de que gosam os Religiosos mendicantes composto pollo charissimo Irmão Frey …*, 1614 (escrito em português) [Ms-29].

Emmanuel, Fr., *Philosophia peripatetica*, 4 vols, 1759 (escrito em latim) [Ms-22].

Graça, Fr. Antonio, *Breves resolucções moraes em forma de repertorio alphabetico*, 1689 (escrito em português) [Ms-5].

Graça, Fr. António, *Breves resolucções moraes com suas addições importantes pera os confessores e reitores tiradas de varios authores pelo muito Rdo. Padre Frey …* , 1668 (escrito em português) [Ms-4].

Jaques, João da Cunha, *Espada de David contra o Golias do Bramanismo* (escrito em português) [Ms-50].

Joseph, Fr., *Philosophia non-Platonica, non-Aristotelica, non-Gaciendistica, non-Cartesiana*, 4 vols, 1780-1782 (escrito em latim) [Ms-21].

D. ÁREA DE HISTÓRIA

Anónimo, *Fabrica da igreja de Chinchinim*, séc. XVIII (escrito em português) [Ms-47].

Anónimo, *Livro 3º dos assentos das merces geraes de 1803* [Ms-40].

Anónimo, *Livro dos alvaras*, 2 vols. [Ms-39].

Anónimo, *Noticia particular do comercio da Índia*, 1772, oferecido por Estevam Afonso (escrito em português) [Ms-18].

Concilios provinciaes do Arcebispado de Goa, 1721 (escrito em português) [Ms-7][129].

Documentos da Bibliotheca Publica de Nova Goa, 1868-1883 [Ms-46].

Documentos da Camara de Bardez, 2 vols. [Ms-44].

Documentos da Camara Municipal de Margão [Ms-43].

Documentos da Camara Municipal de Salsete, 1812-1815 [Ms-45].

Frias, Antonio João de, *Aureola dos Indios e Nobiliarchia Bracmana, tratado historico, genealogico, panegirico, politico, e moral, offerecido ao Exmo. Sor. D. Pedro Luis de Menezes Marquez*

---

[126] O Pe. Constâncio Beschio é também autor de uma *Gramatica latino-tamúlica*, manuscrito de 1728, que, porém, não se conseguiu localizar na *Central Library*.

[127] Segundo Mariano Saldanha, "o Governo mandava preparar para impressão o Ms. de Gramática concani, oferecido à Biblioteca Nacional de Nova Goa, pelo seu autor Mons. Rodolfo Dalgado. A impressão porém ficou parada, primeiro porque a Imprensa Nacional, a única que possuía o tipo romano dos Orientalistas, adoptado pelo autor – andava ao tempo sobrecarregada com outros trabalhos mais urgentes e depois porque o professor encarregado da edição teve de ir à metrópole como prof. de sânscrito da Universidade de Lisboa" (s.d.: 9).

[128] Como era hábito na época, o manuscrito apresenta no frontispício título bem mais extenso: "Catecismo em ⍰⍰⍰ se explicaõ todas as verdades catholicas necessarias para a salvaçaõ cõ excma. ordem. Confutaõse tambem clarissimamente todas as seitas gentilicas do Oriente, obra verdadeiramente nascida pera conuerter gentios. Composto em lingoa tamul pello Venerauel P. Roberto Nobili da Compa. de IESV, fvndor. da Missão d Madure. Traduzido em lingoa portuguesa pello P. Balthasar da Costa da mesma Compa., Missionario da mesma Missão. Em obsequio dos missionarios da India Oriental, dedicado ao m⍰⍰⍰y Alto, & m⍰⍰⍰⍰y Poderoso Sor. D. Affonso VI Rey de Portugal & ca.".

[129] In Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1992) *Archivo portuguez-oriental*, Vol. 4, New Delhi: Madras [1ª ed. 1862].

de Marialva Conde de Cantanhede, Mordomo-mor … , Lisboa, 1702, Bombaim, 1892 (escrito em português) [Ms-3].

Leão, Gaspar de, *Constituições do Arcebispado de Goa onde trata do Sacramento do baptismo, comunhão, etc. dadas pelo Arcebispo D. … em 1567 e diversos decretos provinciaes*, 1568 (a obra também consta da lista de "Early Imprints", saída em 1643 do Colégio de S. Paulo da Companhia de Jesus, Goa) [Ms-9].

Lisboa, Fr. Christovão de, *Regimento da Se-Primacial de Goa que fez o Exmo. e Rev^mo. Sr. Dom Fr. …*, 1792 (escrito em português) [Ms-24].

Veiga, António Manuel Soares da, *Historia do reino de Portugal e seus dominios especialmente dos Estados da India e de Goa sua capital …*, 1842 [Ms-16].

Veiga, António Manuel Soares da, *Historia universal antiga e moderna*, 2 vols. [Ms-17a, b].

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Costa, Aleixo Manuel da (1997) *Dicionário de literatura goesa*, 3 vols., Instituto Cultural de Macau: Instituto Cultural de Macau / Fundação Oriente.

Ferreira, Octaviano Guilherme (1907) *Catalogo dos livros, opusculos e manuscritos pertencentes á Bibliotheca Nacional de Nova Goa (Índia Portugueza)*, Pangim: Imprensa Nacional.

Fonseca, Mª C. (2006) *Historiografia linguística portuguesa e missionária*, Lisboa: Colibri.

Gonçalves, Luís Manuel Julio Frederico (1890) *Catalogo dos manuscriptos e codices da Bibliotheca Publica de Nova-Goa*, Nova-Goa: Imprensa Nacional.

Malten, Thomas (1997) "Antam de Proença's Tamil-Portuguese Dictionary, printed in Índia in 1679". In Borges, Charles J. & Feldmann, Helmut (eds.) *Goa and Portugal. Their cultural links*, New Delhi: XCHR Studies Series Nº 7, pp. 271-279.

Meneses, António de (1978) *Goa. Notas históricas*, 2 vols., Pangim.

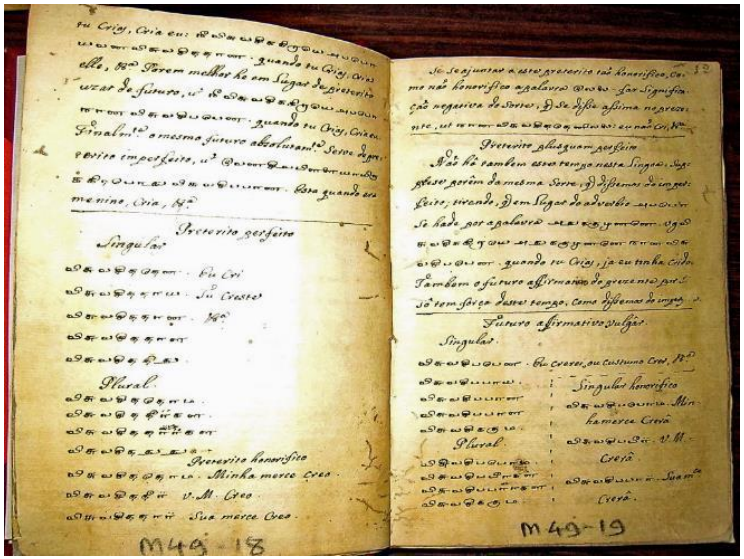
Pissurlencar, Panduronga S. S. (1956) "A propósito dos primeiros livros maratas impressos em Goa", *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Nº 73, Bastora-Goa: Typografia Rangel, pp. 55-79.

Rajamanickam, S. (1995) "Antam Proença's Tamil-Portuguese Dictionary – Discovery of the missing link", Seminor on *Jesuits in India: Sources and Problems*, Alto Porvorim, Goa: Xavier Centre of Historical Research, pp.1-7.

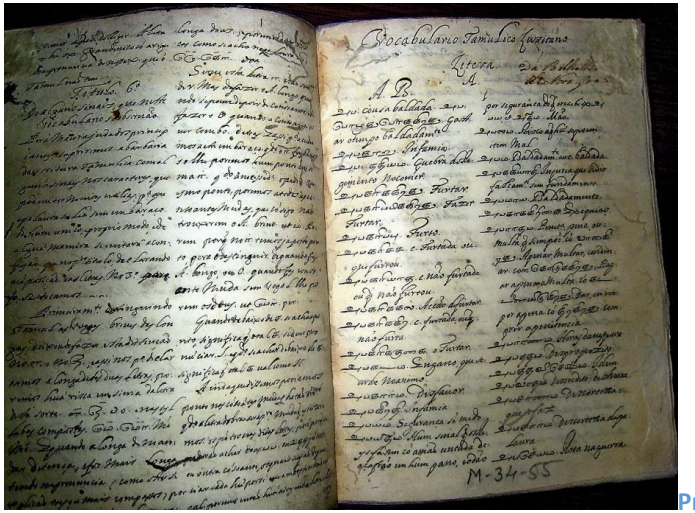
Saldanha, Mariano (s.d.) *A língua concani. As suas conferências e acção portuguesa na sua cultura*, Goa: Tip. Rangel.

_____ (1961) "A literatura purânica cristã"; Sep. do *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Nº 62, Bastora-Goa: Tipografia Rangel.

Valladares, José Maria Barros de (1905) *Repertorio bibliographico das obras que tratam da Índia e possue a Bibliotheca Nacional de Nova Goa*, Nova-Goa: Typographia da "Casa Luso Franceza".



Costa, Pe. Baltasar da, Arte tamulica



Proença Pe. Antão de, Vocabulário tamulico-luzitano precedido de uma Arte abreviada em tamul e seguido de Termos Poéticos

4. ANEXO

[fl. 3r] *Vocabulario thamulico lusitano para uso dos missionarios da Companhia de IESV. Composto, e augmentado pello P. Domingos Madeyra da mesma Companhia, missionario na Missão de Madurey*, Anno 1750 (Manuscrito da *Central Library* de Pangim, Ms-37)

Prologo ao Leitor

[fl. 3r] Não he meo intento Religioso, e benevolo Leitor supplicar ao teu genio, que deixes de censurar neste Vocabulário, o que merecer censura, e repugnar ao teu prudente arbitrio; poes para ser o inferior, e mão reprehensivel, sempre nos bons talentos sobrou justificada razão. So pretendo inculcar os motivos, que promoverão clara luz desta assaz limitada obra: □□ são 1º ter sido rogado por varios P.P. fizesse este vocabulario pondo nelle muitas couzas, □□ em outros faltão. 2º, por considerar, □□ p^a. satisfazer ao proveito com□□ de tantos principiantes na lingoa thamulica, não ha nesta Prov^a. os vocabularios necessarios, e capazes; posto □□ se tem escripto tantos por diversos A.A. em estillo mais elegante parto de tão subtiz engenhos como o foi proximamente o R. P. Constancio Joseph Beschi, o qual, sem exageração, não tem igual, assim no thamul vulgar, q chamão ....., como no elegante, chamado .....*, p^a. a Poezia; e com tanta superioridade, □□ excedeo aos mesmos Mestres naturaes, □□ com razão se admirão ver em h□□ estrãgeiro tal sciencia.*

Pello □□ atreverme eu a fazer esta obra, confesso ser acção digna de grande nota: motivo, por□□ faço só h□□a couza corrente: na qual como a artificioza abelha, □□ das mais fragrantes flores colhe, o □□ só lhe aproveita p^a. fabricar o doce favo em comum benificio não deixarei, cõ incansavel trabalho, de me aproveitar, e colher muitas regras, e documentos do sobredito P.: p^a. cõ elles ordir h□□ como saboroso favo, □□ suavize, e mova vontades ao estudo, e applicação do □□ se contem neste vocabulario; no qual me persuado me não dilato de modo, □□ cauze tedio, nem sou tão breve, □□ ommitta obscuras duvidas, □□ não declare; accomodandome ao proverbio, □□ diz "omnia longa solent cunetis fastidi□□ serve: quae comprehensa brevi sunt, bene cuncta placent" meyo na verdade proporcionado para attrahir o animo de todos â lição de qualquer tratado.

Do □□ pertence a Arte, nada escrevo; poes a idade de 65 annos mo não permite, e a pouca saude me impede o escrever tudo: mas supondo ja o estudo da Arte Thamulica, so trato dos vocabulos pertinentes ao Dicionario, no qual vem verbos, aos quaes asigno preteritos, futuros affirmativos, negativos, imperativos, infinitivos, e alguns participios, □□ he o mais necessario aos principiantes: e na verdade o asignar preteritos aos verbos, he couza mais trabalhoza nesta lingoa, e so pello discurso de tempo se vem em conhecimento; e eu confesso, □□ em espasso de trinta annos, □□ tive de exercicio, sendo Missionario na Missão de Madurey, ainda em alguns vacillo; mas valendome de alg□□s peritos, satisfaço a minha pormessa.

[fl. 3v] Com a graça de Deos espero satisfazer aos daqui e todos, p^a. □□ elles, como outro David, tendo a ajuda das palavras administradas, como escolhidas pedras na funda de sua eloquência, satisfação tal pontaria no Gigante da gentilidade, □□ o possão derribar e qual outro santo, venhão a darse por vencidos, dizendo Domine quid me vis facere? entregandose nas mãos dos Ministros da vinha do Senhor; p□□ que por sua devoção sejão eleitos como vazo, p^a. elles tambem ser□□ capazes instromentos de fazer conhecer aos demais o necessario p^a. sua salvação.

No fim vay um additamento, no qual ponho a sustancia da Introdução, □□ o R.P. Beschi faz no seo; poes julgo ajudarâ muito p^a. a compozição, ler, e também escrever: e juntamente saber a força de algumas letras destes; e em □□ cazos se podem pór singelas, ou dobradas; ou mudandoas em outras, segundo a exigencia, fiquem com a mesma significação. Espero □□ nas preces de todos acharei allivio; e de poes de comprir os dias, □□ o senhor tem determinado, lembrança em me soccorrerem de mais cõ alguns suffragios.

Valete.

* Palavra tamúlica.

39. MARIA FLÁVIA BOLLELA, UNIVERSIDADE DE FRANCA (UNIFRAN – BRASIL), UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ – BRASIL)
40. JOSÉ MOREIRA GUEDES FILHO, UNIVERSIDADE DE FRANCA (UNIFRAN – BRASIL)

O PORTUGUÊS RURAL DO BRASIL: UMA VARIANTE DENTRE AS VARIANTES

O presente trabalho tem por objetivo possibilitar um contato com o português rural do Brasil em sua forma legítima. Para tanto, apresentaremos uma análise linguística de um "causo" contado por um prosador brasileiro. Ao longo do corpus, encontramos várias palavras incomuns à rotina urbana e ao português contemporâneo. Tal fato vem corroborar as pesquisas de Penha (1970, 1972, 1976, 1983, 1997), que demonstram que essas ocorrências, além de serem comuns na linguagem do caboclo brasileiro, são oriundas do português arcaico dos séculos XVI e XVII.

Muitas das formas utilizadas pelo prosador foram documentadas em grandes escritores do passado, como Camões, João de Barros, Fr. Heitor Pinto, Fr. Luís de Sousa e Pe. Antônio Vieira. Além do vocabulário utilizado pelo prosador, analisamos, ainda, alguns aspetos fonético fonológicos de sua fala evidenciados por meio de processos fonológicos, tais como: o yeísmo, o rotacismo, a fuga das proparoxítonas, a aférese, a prótese, dentre outros. Tais processos, ilustrados por meio do vocabulário analisado, caracterizam, de forma exemplar, a linguagem rural brasileira. Devido ao fato do prosador ser fiel à sua origem sertaneja e transmitir, de forma consistente, a fala de seus conterrâneos, a análise do "causo" nos fornece, de forma clara, subsídios relevantes para um melhor entendimento dessa parcela linguística do português contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Português do Brasil; linguagem rural; léxico; processo fonológico.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma análise linguística do "Causo da Bicicleta"[130], contado pelo prosador goiano, Geraldinho.

Geraldo Peliciano Nogueira, mais conhecido como Geraldinho, foi um homem simples e tipicamente interiorano. Viveu em Bela Vista de Goiás onde sempre participava de folia de reis, dançava catira, tocava viola e contava seus mirabolantes "causos".

Descoberto em 1984 por Hamilton Carneiro e José Batista, tornou-se nacionalmente conhecido por suas histórias. Faleceu em 1993, e, felizmente, muitas de suas histórias ficaram registradas em gravações e constituem, indubitavelmente, um legado que retrata a rica cultura do interior do Brasil.

Uma análise do legado deixado por Geraldinho é, ao mesmo tempo, um resgate da cultura popular sertaneja e uma possibilidade de contato com o português rural do Brasil em sua forma legítima. São inúmeros os aspetos passíveis de análise no *corpus* selecionado, no entanto, para o presente artigo, elegemos alguns elementos que julgamos mais relevantes.

Para os falantes oriundos da zona urbana e, portanto, distantes das idiossincrasias do dialeto rural brasileiro, a linguagem apresentada por Geraldinho contém um grau de comicidade.

Tentamos detetar alguns aspetos da linguagem popular do Brasil que, apesar de já terem sido detalhados por Penha (1970, 1972, 1976, 1983, 1997), Amaral (1982), entre outros, merecem ser analisados. Para tanto, efetuamos uma análise comparativa entre o vocabulário utilizado por Geraldinho e o glossário apresentado por Penha (1997) na obra *Português rural de Minas numa visão tridimensional*: na fala, nos textos regionais, nos escritores antigos.

[130] A versão do "causo" analisada neste artigo foi extraída do CD Trova, prosa e viola (cf. GERALDINHO, 2001) e encontra-se transcrita, na íntegra, no ANEXO I. Uma outra versão (em vídeo) encontra-se disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=zwYiqNF0LAI .

Para a análise de alguns aspetos fonético-fonológicos da fala de prosador, contamos com as descrições feitas por Penha (1975, 1997), Silva (1999) e Bagno[131] (2005).

2. ANÁLISE

Em consulta ao dicionário Houaiss (2001), encontramos o verbete *causo* como um regionalismo, variante de *caso*. Dentre as aceções apresentadas, a que nos interessa é: "narração geralmente falada, relativamente curta, que trata de um acontecimento real; caso, história, conto".[132] O "causo" segue uma tradição caipira e sertaneja, próprias do Brasil. Sempre está acompanhado de fortes traços orais e de um vocabulário tipicamente interiorano. A esse respeito, podemos dizer que, tanto no que se refere aos aspetos fonéticos quanto na escolha vocabular, a linguagem rural adotada por Geraldinho, além de despertar curiosidade e atrair a atenção do ouvinte, confere um grau de veracidade ao "causo" narrado.

No "Causo da Bicicleta", é necessário um certo conhecimento da fala regional de Goiás e um alto grau de familiaridade com a linguagem rural do Brasil para que haja entendimento por parte do ouvinte.[133] Embora a linguagem seja um tanto inacessível para o homem urbano, algumas palavras acessíveis ao ouvinte não especializado trazem a pronúncia distinta da prevista pela norma culta (é o caso de *muié, istamu, bicicreta*, etc.). Sendo assim, no "causo" analisado, o prosador tem um público específico, isto é, familiarizado com a linguagem e com o universo tipicamente rurais.

É possível encontrar, na fala do prosador, uma rica gama de aspetos fonético-fonológicos que caracterizam a linguagem rural do Brasil. Para exemplificar os processos encontrados ao longo do "causo", utilizaremos as pesquisas realizadas pelo filólogo e pesquisador da linguagem rural brasileira, João Penha e a teoria exposta por Bagno (2005) em seu romance sociolinguístico *A língua de Eulália*. O livro de Penha, *Português rural de Minas numa visão tridimensional*, traz uma rica pesquisa de campo feita no interior de Minas Gerais a qual registra não só palavras usadas na linguagem popular, mas também a ocorrência dessas em textos de literatura regional e do português antigo. Já a novela de Bagno consiste em mostrar a pluralidade de nossa língua e quebrar o preconceito existente em torno das variantes não enquadradas na norma culta do português. Bagno, de maneira didática, explica e exemplifica alguns processos fonológicos.

Encontramos, ao longo do texto, várias palavras incomuns à rotina urbana e ao português contemporâneo. Porém, Penha (1997: 14) nos mostra que essas ocorrências, além de serem comuns na linguagem do caboclo brasileiro, são oriundas do português arcaico dos séculos XVI e XVII. Depois dessa pesquisa, temos certeza de que muitas formas da fala popular estão nos textos regionais e podem ser documentadas em grandes escritores do passado, como Camões, João de Barros, Fr. Heitor Pinto, Fr. Luís de Sousa e Pe. Antônio Vieira. Destacaremos abaixo algumas palavras, extraídas do "causo", que certificam e exemplificam o estudo mencionado acima.

Premera (primeira):

"*He he rapaiz, e a topada minha cu'essa tal bicicreta a premera veiz m'isfolô tudo.*"

No vocábulo *premera* ocorrem dois processos fonológicos, se comparado à sua forma atual: uma monotongação (ei > e) na segunda sílaba e uma assimilação da vogal da primeira sílaba pela vogal da segunda sílaba (i > e), daí *premera*.[134]

Agardecer (agradecer):"*Aí eu agardici eis tuuudo. Falei: teve bão.*"

[131] Na obra A língua de Eulália: novela sociolinguística, Bagno (2005) nos apresenta, de forma simplificada, um interessante estudo sociolinguístico voltado aos processos fonológicos característicos da variante rural brasileira.

[132] Outra informação relevante é a sua etimologia que, de acordo com a dialetologia brasileira, remete ao provável entrecruzamento de caso e causa. (Cf. HOUAISS, 2001).

[133] A linguagem utilizada pelo prosador é quase inacessível para os falantes oriundos da zona urbana que nunca tiveram contato com a linguagem rural.

[134] O vocábulo premera(o) foi registrado pelos escritores antigos Fernão de Oliveira e José Joaquim Nunes, e reproduzido nos textos regionais de Cornélio Pires, Valdomiro Silveira e Bruno Élis. (Cf. PENHA, 1997, p. 66-67).

O vocábulo *agardecer* retrata um caso de metátese em relação à sua forma atual *agradecer*.[135]

Luitar (lutar):

"Quando eu passei pro lombo dela, ela tornô a refugá e eu maniei de novo e eu luitei lá até iscurecê, ela num andô desse tanto. Ficô puído lá onde eu aninhava."

"Aí, furei ele, tirei um, puis no beiço e chamei a binga nele e tornei a muntá e tô luitanu. Uma hora num barranco, ota hora noto e em vô.... Aquela peleja."

A forma *luitar* apresenta uma ditongação (u > ui) em relação à forma atual.[136]

Maginar (imaginar):[137]

O vocábulo *maginar* foi pronunciado diversas vezes pelo prosador, exercendo, na maioria das vezes, a função de preenchedor prosódico. Note-se que, além da aférese do *i*, na fala do prosador, ocorre a *síncope* do *g*, o que nos leva à forma *mainar*. A expressão preenchedora *eu mainei* foi registrada catorze vezes durante a narração. Vejamos algumas ocorrências:

"...me deu um ripindimento, eu mainei, esse trem num presta."

"Aí, eu mainei, danô."

"...tinha uma curva, eu mainei, na curva eu num dô conta de fazê, eu vô dento do rio."

"E aí, nóis já ia cheganu no mata-burro, eu mainei, aí nóis vamo marrotá e eu disacupo a mão pra acudi."

"E eu oiei no istamu, eu mainei, uai num tinha butão de camisa..."

"Aí, eu mainei, ah é um toco certo que eu bati im riba dele."

Penha (1975, 1997) nos proporciona, além de um estudo do léxico, o estudo dos processos fonológicos nele envolvido. No "causo", encontramos inúmeros vocábulos que ilustram tais processos e que caracterizam, de forma exemplar, a linguagem rural brasileira. As tabelas 1 e 2, a seguir, trazem uma lista desses vocábulos, classificados por processo. Note-se, portanto, que alguns vocábulos, apesar de terem sido mencionados uma única vez, apresentam mais de um processo fonológico.

Tabela 1

Aférese	Síncope	Apócope	Rotacismo	Yeísmo	Redução	Fuga das proparoxítonas
Rançava ripindimento dministrá quilibrei judô(ajudou) girisa trapaiô marrotá	memo tamém exprementá eis (eles) cambota ũa	baratim afiadim cedim aramim ricursim branquim calorzim lisim suzim guampim impurrãozim	bicicreta cramura cramano fartanu infruí sordado prainu	óia muié miorava pió agasai ataiei ói(olhos) panhei pareia trapaiô	e > i isfolô minino ricurso pirringuice gimura isquisita disacupei o > u muntei tuada	épca (época) sabdo (sábado) quilomu (km) istamu

A lista acima nos parece bastante clara, portanto, discutiremos apenas alguns casos que gostaríamos de sublinhar.

Ao longo do "causo", encontramos com facilidade um processo fonológico bastante comum na linguagem rural, o "yeísmo" que consiste na troca do lh por i. Segundo Bagno (2005), isso ocorre devido à inexistência desse som consonantal na variedade não padrão do português.

Vejamos os exemplos:

"Aí fui lá arrumei um agasai e levei ela, falei pro dotor: — Óia, eu truxi a muié..."

"E aí, eu fui de pareia cu'ela, eu num sabia andá de pareia cu'ela, sô..."

[135] Esse vocábulo foi registrado pelos escritores antigos Fr. A. Arrais, L. Camões, A. R. Chiado, Augusto Magne e F. S. Bueno, e reproduzido nos textos regionais de Valdomiro Silveira, F. Marins, N. Faria e M. O. Paiva. (Cf. PENHA, 1997, p. 211-213).

[136] Essa forma foi também registrada pelos escritores antigos D. Eduarte, S. B. Pereira e S. S. Neto, e reproduzida nos textos regionais de L. Mota e J. G. Ricardo. (Cf. PENHA, 1997, p. 92-93).

[137] O vocábulo maginar foi registrado pelos escritores antigos L. Cartusiano, Fr. J. Álvares, S. Leite e Fr. H. Pinto, e reproduzido nos textos regionais de M. Palmério, A. O. Pereira e Valdomiro Silveira. (Cf. PENHA, 1997, p. 142-143).

Vimos acima que as palavras *agasalho*, *olha, mulher* e *parelha* foram transformados em *agasai*, *óia*, *muié* e *pareia* devido à simplificação do dígrafo "lh" nessa modalidade de fala.

Outro processo fonológico encontrado na fala do prosador, que está presente inclusive no título do "causo" (O Causo da *Bicicreta*), é o rotacismo. Esse processo (passagem do *l* para *r*) ocorre, na linguagem rural, quando o *l* se encontra nas seguintes posições dentro da estrutura da sílaba: como consoante prevocálica e como consoante posvocálica (cf. SILVA, 1999: 152-157). A primeira posição pode ser ilustrada pelas palavras *bicicreta, cramura, cramano, infruí*, e *prainu*. A segunda pode ser encontrada nas palavras *fartanu* e *sordado.* De acordo com Bagno (2005), essa é uma tendência natural da língua portuguesa visto que aparece até mesmo em obras clássicas de nossa literatura. É o que nos mostra Penha (1997), ao enumerar e descrever os vocábulos *púbrico*, *sembrante*, *concrusão*, *crara*, *ingrês*, *prantar* e *simpres*.

Por fim, percebemos, em inúmeros vocábulos, a redução vocálica de *e* e *i*. Geraldinho, ao dizer, por exemplo, as palavras *menino*, *serviço* e *recurso*, opta pelas formas reduzidas e pronuncia *mininu*, *sirviço* e *ricurso*.

"... E eu sei dum mininu que ele tem ũa, ele vende ela baratim..."
"... E eu num posso ficá aí não, eu tinha sirviço, e era longe."
"... Nesta épca sô, que pegô a saí essas bicicreta, esses ricurso..."

Entre outros, os processos citados foram amplamente explorados pelo prosador, tornado-se assim relevantes ao estudo. Paralelamente aos aspetos mencionados, no *corpus* analisado, destacamos como principal figura de linguagem a metáfora, que se apresenta de forma recorrente ao longo de toda a narração.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar um típico "causo" brasileiro sob a ótica da linguística Através dele, teremos alguns subsídios para realizarmos um estudo mais detalhado da parcela da realidade linguística trazida por Geraldinho. Ao longo do estudo, pudemos perceber a riqueza linguística do "causo" analisado. Enumeramos vários processos fonológicos nele encontrados e constatamos que o prosador é fiel à sua origem sertaneja, uma vez que transmite, de forma consistente, a fala de seus conterrâneos. Segundo Penha (1997), essa fidelidade às origens é uma característica marcante dos escritores regionais. Ressaltamos, ainda, que o "causo" analisado possibilita várias outras análises além da exposta neste artigo. Esperamos, dessa forma, que o estudo por nós proposto seja um convite para outros olhares sobre esse fragmento da realidade brasileira e sua genuína linguagem rural.

4. REFERÊNCIAS

AMARAL, A. (1982) O dialeto caipira. 4. ed. São Paulo: Hucitec/INL-MEC.

BAGNO, M. (2005) A língua de Eulália: novela sociolinguística 14. ed. São Paulo: Contexto.

BOLLELA, M. F. F. P. (2006a) O processo fonológico da assimilação na língua portuguesa. Multiciência, São Carlos, UNICEP, v. 7, p. 145-151.

GERALDINHO. O causo da bicicleta. In: GERALDINHO; ANDRÉ e ANDRADE; CARNEIRO. Trova, prosa e viola. Goiânia: Anhanguera Discos, p2001. 1 CD. Faixa 12 (12 min 46 s). Remasterizado em digital.

HOUAISS, Dicionário eletrônico da língua portuguesa. (2001) Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva.

PENHA, J. A. P. (1970) A arcaicidade da língua popular brasileira. Franca: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 296 f. Tese (Doutoramento) – Universidade Estadual Paulista.

_____. (1972) Aspetos da linguagem de São Domingos: tentativa de descrição de linguagem rural brasileira. Franca. (mimeo).

_____. (1975) Alterações fonéticas e fenômenos correlatos. Franca. (mimeo).

_____. (1976) Vocabulário rural sul-mineiro. Franca. (mimeo).

_____. (1983) Os Lusíadas de Camões e o português popular do Brasil. Camoniana (Centro de Estudos Portugueses), Araraquara: Universidade Estadual Paulista, p. 37-56.

_____. (1997) Português rural de Minas numa visão tridimensional: na fala, nos textos regionais, nos escritores antigos. Franca: Unesp.

SILVA, Thaïs Cristófaro. (1999) Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios. 2. ed. São Paulo: Contexto.

5. ANEXO I

TRANSCRIÇÃO: "O CAUSO DA BICICLETA"

— He he rapaiz, e a topada minha cu'essa tal bicicreta a premera veiz m'isfolô tudo.
— É rapaiz?
— É...
— E cumé que foi o encontro?

— Uai minino, nesta época sô, que pegô a saí essas bicicreta, esses ricurso. Ũa ocasião... a muié arrumô lá ũa pirringuice, ũa cramura, ũa gimuuura... isquisita, aquilo num miorava. Eu rancava ũa saroba ali no terrero memo, fazia ũa xaropada, dava pr'ela bebê, foi ficanu pió. Aí, eu mainei, danô. Aí... intentei de levá ela pa cidade prum dotor dá ũa reforma nela pra mim... Há, há...

Aí fui lá arrumei um agasai e levei ela, falei pro dotor: — Óia, eu truxi a muié, o sinhô ispia o que é que tá fartanu nela e arruma ela pra mim... e eu num posso ficá aí não, eu tinha sirviço, e era longe.

Aí, rapaiz, larguei ela e fui embora e era de a pé, eu ia lá dia de sabdo pra vê cumé que tava. Segunda-fera de madrugada eu virava pa trais de a pé, era aquela dificuldade. Nesse tempo, esses ricurso que tem hoje era poco. Intão foi inu ansim, um dia, sô, eu cheguei lá um dia de sabdo já p'ũas deiz hora da noite, tinha um cumpanhero lá me esperanu, queria fazê um negócio comigo, esperô... Aí eu cheguei cansado... Aí nóis prusiemu ali um prazo... eu cramano pr'ele, aí ele falô: — aí Gerardim, pru que que ocê num compra ũa bicicreta?

Falei: — Deus me livre sô, nunca muntei naquilo, sei mexê c'aquilo não.

Aí ele falo: — Cê é bobo rapaiz, cum duas viage que ocê andá, ocê anda, que ocê exprementá ocê anda... E eu sei dum minino que ele tem ũa, ele vende ela baratim...

Rapaiz, e eu infruí c'aquela proposta. Aí eu fui e falei pr'ele: — Ó intão faiz assim, ocê cumbina cu'ele lá e toca esse trem pra cá pra mim... Nem buscá isso eu num sei não.

Aí ele foi imbora, quando foi dumingo já de tardinha, ele chegô lá c'aquele aranzé, rapaiz.

Quandi ele me intrego ela, rapaiz, me deu um ripindimento, eu mainei, esse trem num presta. Aí, rudiei ela dum lado, d'oto. Pra mim tava tudo afiadim, a gente num conhecia, né. Aí, nois prosiô, logo ele foi imbora, já o sol já tava quais de entranu. Eu mainei: Ah, vô dá um repasse nesse trem é hoje memo. Peguei ela, eu mainei, eu vô lá pu campo de avião, ansim que tinha cumeçado esse campo lá. Vô pra lá que lá eu tô suzim, num tem ninguém pra fazê bagunça cumigo.

E aí, eu fui de pareia cu'ela, eu num sabia andá de pareia cu'ela, sô, ela ia me puxanu assim, eu trupicava naquele istribu dela e muntuava em riba dela. Eu já fui disgostanu c'aquilo, falei: — Esse trem num presta. Foi da rua até lá nu campu ela me derrubô treis veiz. Mai eu teimanu, vamu vê.

Chegô lá nu campu, prainu dimais, virei ela pa traiz, pensei: ejá eu tô lá dento da cidade. Ajeitei o cinto direito, dei um tapa na aba do chapéu. Quando eu tranquei no chifre dela, rapaiz, que eu pisei naquele istribu que eu juguei a perna no lombo dela. Inveiz dela rompê, ela virô ansim e eu, aí eu ataiei e isso eu já fui c'a cara na puera e já começo saí cor nessas ponta de osso e eu tornei a levantá, limpei a terra dos ói, tornei atrancá no guampim dela e tornei a... Quandi eu passei pro lombo dela, ela tornô a refugá e eu maniei de novo. E eu luitei lá até iscurecê, ela num andô desse tanto. Ficô puído lá onde eu aninhava.

Aí eu infezei demais, falei: — Eu num dô conta de amançá esse trem não.

Aí fui imbora traveiz de pareia cu'ela. Aí, eu mainei, eu jogo isso fora purque... Aí segunda-fera eu tinha que i pru sirviço, levantei cedim, eu mainei, eu já tinha refrescado aquela giriza — Ah vô leva ela cumigo, eu dô ũa esfrega boa nela é no caminho.

Aí, a rua lá na porta era discambada ansim, rapaiz, aí eu tirei ela pra fora e falei: Ah, vô começa o jogo é aqui memo. Tranquei no chifrim dela, sô, quando eu juguei a perna no pelo dela ela já aluiu. Aí eu saí aquele trem ũa hora duma banda, ota hora dota, pelejando pa apanhá aquele prumo e ela foi azedanu.

Quandi ela gacho memo que vento tava zuanu, aí eu aprumei. Eu aprumei mai num sabia dministrá ela no rumo que precisava não. Eu só quilibrei em riba e ela no rumo que ela apontasse era aí memo. E lá imbaxo tinha um lote fechado de arame, rapaiz. A valença que era um aramim antigo, enferrujado e ela marcô no arame. Eu pelejei pr'ela vim pro meio da rua, mais num, queria que ela viesse era tudo. Num sabia que tinha que era intortá o pescoço dela não. E ela inquexo no rumo do arame. E eu tô pelejanu, tô pelejanu, quandi eu vi que ela e nóis ia no arame memo, aí eu lembrei, minino, eu falei ah gente eu vejo o povo falá que santo acode a gente, agora só aburrecenu eis purque senão morre memo.

Aí, eu gritei um santo, sô, ele num tava em casa... Gritei oto, ele tava acudinu oto pr'ota banda... Até que eu gritei um mai mais agraduado, mais aí já tava cheganu nu arame... aí, quandi eu vi que ia... Eu mainei eu vô aprumá que eu bato o istamu e caio de costa. Quandi eu aprumei, rapaiz, o rodero de diante dela tamém levantô e taaaaaaaaaaaa.... Nóis vazô.

O santo num pode pará ela pra mim mas judô a torá o arame pra nóis passá.

Aí quandi....

— Uai você num agradeceu ele não?

— Não, hora que eu disacupei desse aranzé lá embaixo, eu num fiquei sabenu qualé que me acudiu que eu chamei eis tudo. Aí eu agardici eis tuuudo. Falei: teve bão.

Aí, lá diante a rua já deu de i acabanu aquela descida e ela foi maneranu a tuada, foi maneranu, quandi pegô um rojãozim ansim devagá, eu fui aprendê a munhecá aquele trem. Eu pisava de cá, ela virava, eu acudia de cá, ela virava. Eu mainei: mais esse trem é loco.

E aí em vai naquela labuta e eu num tinha paia de pito, sô, e eu tinha que passá beranu ũa venda e o vendero já tinha levantado, eu mainei, ali eu compro um botim de cigarro, eu cendo uns dois aí no camim, chegô lá eu dô eis prus minino. Aí, e ela lá ia passanu mais pruma banda da venda, e eu querenu que ela viesse pra banda da venda. Quandi eu vi que ela passava pra diante eu dei um gorpe nu chifre dela ansim rapaiz, ela feiz raaaap. Deitô, sô, e eu entrei dento da venda c'a unha no chão, pra num levá o nariz nu chão. Aí o vendero foi e inda danô comigo: — Uai, rapaiz, tá cainu aí, sô?

Aí, eu falei: — Não, é purque o trem trapaiô ali.

Aí, comprei um botim de cigarro, dum antiguim que tinha, branquim tudo a saí lá diante.

— Não é esse do pezinho amarelo não?

— Não.

Aí, furei ele, tirei um, puis no beiço e chamei a binga nele e tornei a muntá e tô luitanu. Ũa hora num barranco, ota hora noto e em vô.... Aquela peleja.

Foi logo perto deu ũa descambada duns treis quilomu e ela num tinha era aquele ricursim de mingüá a tuada, rapaiz. Tava só aquela forminha de ferro, que ela usa ũa borrachinha ali pa... num tinha não. Quandi ela virô ansim, ela tornô anelá cumigo e o trem foi zuanu, foi zuanu e eu chamava o dedo naquele bigode que tem pru bai'do chifre, a coisa fazia trrrrrrrrrrrrr... E a tuada tava do memo jeito. Eu levava o carcanhá no rodero dela, queimava o pé, eu tirava, e em vamo. E o vento zuanu. Acho que ela já nem num tava encostanu nu chão, ela ia memo. E eu num, quandi eu senti o calorzim do fogo do pito no beiço. E eu num puxei a fumaça não, o vento memo veio trazenu aquilo. Eu num podia largá do chifre dela pa acudi purque se não levava.

Aí eu pensei, hora que eu vê que quema eu guspo ele fora e já tava pensanu... tinha ũa ponte, pra entrá na ponte, tinha ũa curva, eu mainei na curva eu num dô conta de fazê, eu vô dento do rio.

Mas aí, quandi o fogo apertô que eu fui guspi ele fora, ele tinha pregado no beiço. Rapaiz! Ocê precisa de vê que maçaroca rapaiz, eu bufava que nem jumento pa vê se aquilo desapregava e o trem... Quandi eu abria a boca pa bufá, o vento fazia vruuu e inda levava o fogo pra dentro, mininu. E aí, nóis já ia cheganu no mata-burro, eu mainei, aí nóis vamo marrotá e eu disacupô a mão pa acudi. Pois ela passô que nem num encostô rapaiz. Quandi eu vi que ela passo nu mata-burro, eu já gritei o santo que cortô o arame lá pra mim, pa mi dá ũa cambota, pa mim disacupá a mão pa

acudi que tava duenu. E ele num pôde pulá adiante pruque se não eu inda ia machucá ele. Mais ele me judô a apontá ela num cupim que tinha na bera do caminho. Acho que ele ficô dũa banda e deu um impurrãozim nela nu rumo do cupim. Sô, quandi nóis bateu nesse cupim, ela aprumô pa riba e eu chorei o istamu na nuca dela e passei pru riba do cupim. Maiei pra lá e ela caiu de costa. Quandi eu levantei que eu fui acudi que tava duenu já tava aquela pipoca no beiço, a boca pr'ũa banda e duenu dimais memo e o istamu tamém duenu. E eu oiei no istamu, eu mainei, uai num tinha butão de camisa, até a bainha da carça tinha relaxado. Aí fartanu ũa garra de coro tamém no istamu. Aí, eu mainei, ah é um toco certo que eu bati im riba dele. Aí eu oiei nu capim, lisim, num tinha toco. Eu mainei, esse estrago num é. Aí quandi eu rudiei o cupim que eu panhei ela, rapaiz, que eu ergui ela, que eu discubri o defeito: ela tem ũa birruga na nuca, quandi ela subiu, eu chorei o istamu naquilo e virei... Tava cheim de linha de butão, coro do istamu tudo ao redor daquela birruga.

Ai eu ainda falei suzim lá, rapaiz. Falei: Ahh aqui a miséria que m'istragô... Interô treis objeto que pra mim eu num tenho confiança mai nunca: é bicicreta e cigarro de papel e sordado tamém... Há, há, há, há...

41. MARIA GABRIELA CARDOSO FERNANDES DA COSTA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL,

OS (DES) CAMINHOS DE CAMINHA

O ensaio visa analisar o drama de Isaías Caminha, personagem do romance de Lima Barreto, *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (1909), na sua busca por uma ascensão social, lutando contra a submissão à miséria e ao preconceito de cor, numa sociedade arraigada a preconceitos e discriminações, regida pela filosofia de "*The rigth man in the right place*" (Fernandes, 1978:26-27).

Recordações do escrivão Isaías Caminha é um romance em que se pode observar, não só o fracasso do mulato Isaías Caminha na sua tentativa de escapar do "bolsão dos excluídos" (Fernandes, 1983:33) na sociedade na qual está inserido, mas, sobretudo, evidenciar como essa sociedade, arraigada a preconceitos e discriminações, pode destruir os projetos de realização humana e de ascensão social daqueles que, como ele, são/estão condenados a uma condição de inferioridade.

Arrastando consigo o "pecado original" do seu nascimento e o "suplício premente, cruciante e omnímodo" da sua cor (REIC:23), o personagem barretiano sonha com a carta[138], que traria no seu pergaminho a consideração de toda a gente e lhe asseguraria o respeito à sua "majestade de homem" (REIC:23).

Filho de um padre e de uma empregada negra, Isaías Caminha é, a partir do seu nascimento, um transgressor da ordem social que o determina como não oficial:

> [...] *Pareceu-me que o seu encontro fora rápido, o bastante para me dar nascimento. Uma crise violenta de sexo fizera esquecer os votos do seu sacerdócio, vencera a sua vontade, mas, passada ela, com o arrependimento da quebrado seu voto, a dor inqualificável de não poder confessar a sua paternidade* (REIC:42).

Carregando embora essas duas culpas – filho de padre e filho de negra –, ele só é socialmente afetado pela segunda, que deixa marcas indeléveis.

Como Sartre afirma (1960:111), *"O negro não pode negar que seja negro ou reclamar para si esta abstrata humanidade incolor: ele é preto*".

Ao mesmo tempo branco e negro, o mulato vive, de acordo com Oliveira Viana (apud Sayers,1958:267), "*numa sorte de equilíbrio instável, sob a pressão de forças contraditórias*", situação que Darcy Ribeiro assim traduz:

> *Posto entre os dois mundos conflitantes – o do negro, que ele rechaça, e o do branco, que o rejeita –, o mulato se humaniza no drama de ser dois, que é o de ser ninguém* (Ribeiro, 1995:223).

Na instabilidade, pois, de ser dois, e diante da evidência de que alguma coisa que ele não conseguia "decifrar" se passava consigo[139], Caminha, através de

[138] Carta, diploma, documento oficial que atribui a alguém um cargo ou título ou um privilégio (REIC, NE: 23).

[139] Durante a viagem de trem para o Rio de Janeiro, numa das estações, Isaías teve fome e dirigiu-se ao balcão onde havia café e bolos. Serviu-se e deu uma nota para pagar. Ao ver que tardavam com o troco e tendo reclamado, obteve, da parte do caixeiro, uma indignada resposta:" Oh! Fez o caixeiro indignado e em tom desabrido. Que pressa tem você?! Aqui não se rouba, fique sabendo". Entretanto, um "rapazola louro", ao seu lado, foi prontamente atendido (REIC:26).

uma autocaracterização, parte para a construção do seu outro, aquele que o colocaria no mesmo plano de igualdade do "rapazola alourado":

> [...] *Mesmo de rosto, se bem que os meus traços não fossem extraordinariamente regulares, eu não era hediondo nem repugnante. Tinha-o perfeitamente oval, e a tez de cor pronunciadamente azeitonada. Além de tudo, eu sentia que a minha fisionomia era animada pelos meus olhos castanhos, que brilhavam doces e ternos nas arcadas superciliares profundas, traço de sagacidade que herdei de meu pai. Demais, a emanação da minha pessoa, os desprendimentos da minha alma, deviam ser de mansuetude, de timidez e bondade... Por que seria então, meu Deus?* (REIC:26)

Ao usar a palavra "azeitonada" para definir a sua cor, o mulato Isaías Caminha está, parece-me, a tentar minimizar a cor preta – herança da mãe –, que o estigmatiza com todas as conotações negativas a ela atribuídas. Em contrapartida, o ressaltar que herdara do pai a sagacidade – marca positiva –, denota a sua tomada de partido entre as "porções" branca e negra que o constituem, numa tentativa de resvalar para o "mundo branco", ratificando, dessa feita, as palavras de Bastide (1974:201): "*O mulato no Brasil põe na cozinha o retrato de sua mãe negra, e no lugar de honra, na sala de visitas, o retrato de seu pai branco*".

Considerado por Skidmore (1976:56) a figura central da "democracia brasileira" por ter escalado permissivamente, embora com limitações, ao cume social mais elevado, o mulato tem consciência de que os limites sociais da sua mobilidade dependem da sua aparência – quanto mais "negroide" menos móvel –, e do grau de "brancura cultural" – educação, maneiras, riqueza – que era capaz de atingir. Certo de possuir a "brancura cultural" necessária para atingir os seus objetivos, e face aos temores da tia e da mãe perante a sua decisão de ir para o Rio, Isaías Caminha alega em sua defesa: *"[...] Não sou eu rapaz ilustrado? Não tenho todo o curso de preparatórios? Para que conselhos?"* (REIC: 21).

Obcecado pela ideia de vencer desde que ouvira uma tentadora sibila falar-lhe da sua glória futura, e incentivado pelo sinal animador de um bando de patos que voando sobre a sua cabeça se bifurcava em forma de V – inicial de "vai" – (REIC:20-21), Caminha decide partir para o Rio de Janeiro em busca de um título de doutor com o qual resgataria o "pecado original" do seu nascimento e que lhe permitiria falar livremente e dizer bem alto os pensamentos que se "estorciam no [seu] cérebro": "*Ah! Doutor! Doutor!... Era mágico o título, tinha poderes e alcances múltiplos, vários, polifórmicos... Era um pallium, era alguma cousa como clâmide sagrada, [...] a cujo encontro os elementos, os maus olhares, os exorcismos se quebravam"* (REIC:23). Segundo Brayner (1979:160), *"uma das categorizações mais importantes no espaço botafogano é o doutoramento, canudo de papel que depois de obtido abre portas, cria cargos, promove socialmente o felizardo".*

Embalado pelo sonho de "ser alguém" (com o canudo de papel), o personagem barretiano vê-se já em plena ascensão social:

> *Quantas prerrogativas, quantos direitos especiais, quantos privilégios esse título dava! Podia ter dois e mais empregos apesar da Constituição; teria direito à prisão especial e não precisava saber nada* (REIC:24).

Convém observar que no seu devaneio de grandeza ele enumera como prerrogativas, tudo aquilo que a moral da ordem social condena. Sendo, entretanto, esse, o mundo botafogano, regido pelas regras do "pistolão", da adulação e do nepotismo, é nele que o mulato Isaías Caminha pretende encontrar "o seu lugar". De acordo com Schwartz (1981), entre as classes que a colonização produziu com base no monopólio da terra, o favor direto ou indireto de um grande é o elemento que dá acesso à vida social e aos bens, principalmente quando se trata do "homem livre", na verdade dependente. Desse modo, o favor torna-se "*o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade envolvendo também outras, as do que têm*" (Schwartz, 1981:16).

Estabelecendo-se, pois, sob inúmeras formas e diversos nomes, o favor esteve/está presente por toda a parte, combinando-se às mais variadas atividades. Assim, da mesma maneira que o profissional dependia do favor para o exercício da sua função, o funcionário depende dele para o seu posto e o pequeno proprietário, para a defesa da sua propriedade. Foi essa prática da dependência de um grande que levou Isaías Caminha a acreditar ser o

favor/carta do coronel Belmiro para o deputado Castro. Tendo partido para o Rio em busca de uma carta[140] com uma carta[141], ele acredita que esta lhe franquearia as portas para a obtenção do título que, finalmente, lhe permitiria "ser alguém", garantindo-lhe, assim, o acesso à vida social: "*A minha situação no Rio estava garantida. Obteria um emprego. Um dia pelos outros iria às aulas, e todo fim de ano, durante seis, faria os exames, ao fim dos quais seria doutor*!" (REIC:23).

Tudo estava certo, o pedido do tio Valentim era justo: " – *Você tem direito, Seu Valentim...É...Você trabalhou pelo Castro... Aqui para nós: se ele está eleito, deve-o a mim e aos defuntos, e a você que desenterrou alguns*" (REIC:22). Só que a política do favor é, muitas vezes, uma via de mão única, e a troca de favores faz-se normalmente entre "a gente do mesmo nascimento". Para o deputado Castro, e apesar da carta, Isaías nunca passaria de "o tal mulatinho". Segundo Brookshaw (1983), os estereótipos que marcaram socialmente o negro e consequentemente o mulato, provêm do ressentimento de interesses escravistas perante a arrancada da economia antiescravagista e foram mais tarde justificados e elaborados como resultado do contato com as teorias científicas que controlaram as categorias raciais.

Dividido entre os seus dois eus, e na falta de uma identidade própria, Isaías Caminha opta por continuar a definir-se como "as pessoas do [seu] nascimento", numa atitude talvez de acomodação diante de uma situação que ele não pode reverter: os negros e os mulatos devem aprender a conhecer o seu lugar que é inferior ao dos brancos e, por isso mesmo, qualquer tentativa de mudança que consista numa subida na escala social lhes é vetada. Assim, no espaço social em que transita, Caminha nunca deixará de pertencer à categoria do OUTRO, em conformidade com as palavras de Fernandes (1989:46):

> *O negro foi estilhaçado pela escravidão tanto quanto pela pseudoliberdade e igualdade que conquistou posteriormente. Uma destruiu de forma perentória os liames com as culturas africanas originárias e o uso normal do talento negro em benefício do próprio negro. A falsa liberdade e a falsa igualdade, por sua vez, fizeram com que aquilo que se poderia descrever como "escravidão por outros meios" agisse de maneira ultra destrutiva, impedindo que o negro e o mulato forjassem ativamente o seu nicho psicocultural e histórico social.*

Para Bastide (1973), o problema das relações no Brasil define-se por uma linha de "comportamentos" que demonstra o alto preço que o negro e o mulato têm de pagar para subir na escala social. Essa linha de "comportamentos" separa a cultura da moralidade exaltada na estética branca e a cultura da imoralidade, a estética negra. Para assegurar um lugar acima dessa linha, o negro deverá possuir as mesmas afinidades culturais do branco, tendo, pois, o cuidado de se comportar como um branco. Entretanto, e de acordo com Brookshaw (!983: 187):

> *Não importa quanto esforço ele [o negro] faça para adaptar-se aos padrões de comportamento social e de tendência cultural dele exigidos; não importa o quanto ele esteja condicionado a tal tendência e o quanto sinta como sendo sua própria tendência, as atitudes para com ele não dependendo de qualquer legislação que possa existir para protegê-lo, mas do indivíduo que porventura encontrar e que possa humilhá-lo, ignorando sua mentalidade branca e vendo apenas a cor negra de sua pele. É então que ele descobre que por trás da linha de comportamento existe a linha de cor que, provavelmente, é ainda mais sinistra do que aquela legalmente definida, uma vez que se trata de uma linha que toma a forma de estereótipo na visão que o homem branco tem de seu compatriota negro*.

Marcado por essa linha de cor, na culpabilidade de algo que não dependia dele, Isaías Caminha acha-se, por vezes, invadido por sentimentos que Fanon (1983: 95) traduziu desta forma:

> *A vergonha. A vergonha é o desprezo de mim mesmo. A náusea. Se me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Se me detestam, acrescentam que não é pela minha cor... Aqui ou lá, sou prisioneiro do círculo infernal. Assim, e ao mesmo tempo em que luta pela afirmação do seu lugar com todas as prerrogativas que lhe são devidas como ser social que é, diante dos ditos de Floc, das pilhérias de Losque e das sentenças do sábio Oliveira, ele sente "[...] uma espécie de vergonha pelo [seu] nascimento"* (REIC:122).

[140] Confira nota 1.

[141] Carta de apresentação do coronel Belmiro para o deputado Castro.

Essa rejeição da sua condição de mulato é o resultado de um processo social que mantém o negro preso à tutela do branco e às cadeias da exclusão dissimulada e da desigualdade racial. Na sala social dos espelhos, o negro reflete-se neles, em várias imagens, sem conseguir entender as ambivalências do comportamento do branco em relação a si e que Fanon, anteriormente citado, tão bem explicitou: "*Se me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Se me detestam, acrescentam que não é pela minha cor...*" Definitivamente marcado pela linha da cor, o destino de Isaías Caminha passa a definir-se, tendo como elemento condicionador e catalisador o meio social. E é a discriminação à qual está sujeito que faz com que ele anseie tanto por um título de doutor para poder sair da condição de "o tal mulatinho".

Ainda que alertado por sua mãe, consciente do grau de inferioridade que lhes fora imposto pela sociedade: " *[...] E não te mostres muito porque nós*..." (REIC:25), Caminha deixa-se dominar por aquela "visão doutoral" que o persegue. E foi assim que, na vivência do seu sonho, foi "doutor", pelo menos para o Laje da Silva, para o qual, como bom representante do discurso social vigente, o título era realmente o que importava. Desse modo, ao chegar ao Rio de Janeiro, Isaías Caminha deixa de *ser* como indivíduo, para se tornar um símbolo social, esse sim, o "amigo" do Laje da Silva: **doutor**.

O trânsito do sonho para a realidade, no entanto, foi muito rápido. De tal sorte que ele se viu, de repente, passar do estatuto de "doutor" para o de o "tal mulatinho" (este também um símbolo social), sem que nem para um nem para outro tivesse realmente contribuído. Na verdade esses "símbolos" não são mais do que imposições estabelecidas pelas regras da conveniência social. Assim, enquanto para o Laje da Silva foi conveniente intitular Isaías de "doutor" (tão logo soube que ele tinha ido para o Rio estudar), levando em consideração apenas a sua "porção" branca, "sinônimo de inteligência", por outro lado, e apenas se falou em roubo, foi sem dúvida mais socialmente conveniente considerar a sua "porção" negra que estava, segundo o discurso oficial, na razão direta da marginalidade. E Isaías Caminha passou a ser "o tal mulatinho".

Preterido *a priori* pela sua aparência[142], Isaías Caminha nem sequer é testado nos seus conhecimentos quando se propõe procurar um emprego. É assim com o padeiro: "*Naquela recusa do padeiro em me admitir, eu descobria uma espécie de sítio posto à minha vida. Sendo obrigado a trabalhar, o trabalho era-me recusado em nome de sentimentos injustificáveis*" (REIC:60); é assim também com o deputado Castro que, ao ter conhecimento de que ele seria o objeto da sua "proteção", imediatamente muda a forma de tratamento de "senhor" para um "você", prenunciador da recusa ao que lhe era solicitado na carta do coronel Belmiro.

Diante dessa recusa de oportunidades de que é alvo, o sentimento que invade o personagem de Lima Barreto pode bem ser o eco daquele assim exteriorizado por Fanon (1983:96): " [...] *Mas comigo tudo toma um aspeto novo. Nenhuma chance me é permitida. Sou sobredeterminado do exterior. Não sou escravo da 'ideia' que os outros têm de mim, mas da minha aparência".* Ilhado, agora, no mundo com o qual tanto havia sonhado[143], destronado do título de "doutor" e arrastando consigo o binômio do seu nascimento que o transformara em "o tal mulatinho", Isaías Caminha sente-se, no Rio de Janeiro, "[...] *como uma árvore cuja raiz não tem mais terra em que se apoie e donde tire vida, [...] como um molusco que perdeu a concha protetora e que se vê a toda a hora esmagado pela menor pressão" (*REIC:40). Pela sua natureza híbrida, ele faz parte do mundo dos excluídos, daqueles que, conforme Fernandes (1989:46), "*se viram condenados a serem o OUTRO, ou seja, uma réplica sem grandeza dos brancos de segunda ordem".*

Consciente de que a gente que o cercava o tinha em conta de inferior, e percebendo que *"estava proibido de viver e fosse qual fosse o fim da [sua] vida os esforços haviam de ser titânicos"* (REIC:59), Caminha resolve driblar o cerco

[142] Com relação a esta questão, lembro Bastide (1973:126), segundo o qual, o mulato livre pode tornar-se um concorrente do branco em todos os domínios, tanto no econômico como no amoroso. O estereótipo será, por conseguinte, o meio empregado pela classe detentora do poder, para tornar mais vagarosa, se não for impossível impedi-lo, o movimento ascensional do "homem de cor".

[143] Enquanto não encontrou o deputado Castro para lhe entregar a carta de apresentação do coronel Belmiro, Isaías Caminha, embora angustiado com a escassez de dinheiro e com os vários percalços que tivera de vencer, sentia-se embalado pelo doce sonho de que, através do deputado, conseguiria dar os primeiros passos que o levariam à glória. Sentia-se, pois, ancorado naquele pedacinho de papel que lhe alimentava a expectativa de melhores dias. A atitude do político, porém, acabou com as suas esperanças.

que lhe fora imposto pela ordem social vigente e "*decide[-se] a lutar, a bater[-se] para chegar – aonde? – não sabia bem; para chegar fosse como fosse. Trabalharia – em quê? Em tudo*" (REIC:59). E é imbuído desse espírito de luta que vai trabalhar no jornal *O Globo*, numa tentativa de poder legitimar a sua voz, porque a Imprensa era " *[...] uma oficina de ciclopes onde se forjavam os temerosos raios capazes de ferir deuses imortais e os escudos capazes de proteger as traficâncias dos mortais e dos deuses*" (REIC:31). Para ele, trabalhar numa redação de jornal era algo extraordinário, superior, acima das forças comuns dos mortais; e isso poderia certamente proporcionar-lhe tudo o que havia sonhado conseguir com a carta[144]: respeito à sua majestade de homem.

No entanto, como afirma Goffman (1961:148), "*a participação numa entidade social impõe compromisso e adesão"*. Ora, a voz de Isaías Caminha, na medida em que se manifestava ou pretendia manifestar-se em favor do estabelecimento dos direitos do mulato, não se adequava aos objetivos oficiais estabelecidos como convenientes à conservação ou sobrevivência da instituição. Ela apresentava-se, sim, como transgressora da ordem social, como uma quebra das regras do jogo. Progressivamente Isaías Caminha vai-se dando conta de que para as pessoas do mundo no qual busca "o seu lugar", nunca passará de "o tal mulatinho". E a deceção passa a ser o seu sentimento maior:

> [...] *dês que me dispus a tomar na vida o lugar que parecia ser de meu dever ocupar, não sei que hostilidade encontrei, não sei que estúpida má vontade me veio ao encontro, que me fui abatendo, decaindo de mim mesmo, sentindo fugir-me toda aquela soma de ideias e crenças que me alentaram na minha adolescência e puerícia* (REIC:17).

Na verdade, o discurso social vigente baseado no "axioma" dominante da falta de inteligência e inferioridade dos negros e consequentemente dos mulatos negava-lhes a ascensão na sociedade, não permitindo que participassem da vida intelectual da nação. E nesse mundo para o qual ingenuamente caminhou tendo como guardião o *Poder da Vontade*[145] e como salvo-conduto a carta para o deputado Castro, Isaías Caminha acha-se realmente "abatendo", "decaindo", e "*sentindo fugir toda aquela soma de ideias que [o] acalentaram na adolescência* [...]" (REIC: 17). Assim, e não obstante a sociedade lhe ter acenado com algumas perspetivas de ascensão – levando em conta a sua "porção" branca –, e lhe ter concedido algumas "prerrogativas", como a "amizade" do doutor Loberant, ele continua a sentir-se exceção.

> *Eu sentia bem o falso da minha posição, a minha exceção naquele mundo; sentia também que não me parecia com nenhum outro, que não era capaz de me soldar a nenhum e que, desajeitado para me adaptar, era incapaz de tomar posição, importância e nome* (REIC:140).

À sua capacidade intelectual opunha-se a fraqueza de inteligência de homens que, como Loberant, eram detentores do poder, ditadores das regras com as quais ele não conseguia identificar-se. Sentindo-se como "*um grande paquete moderno cujos tubos da caldeira se houvessem rompido e deixado fugir o vapor que movia suas máquinas*" (REIC:17), a constatação de ser o OUTRO acaba por desarticular definitivamente o sonho de Isaías Caminha que se dá conta da dimensão do desencontro que existe entre os seus planos/sonhos e a realidade. Numa situação conflitante consigo mesmo – negro? branco? – e com o mundo que o maltratou, Isaías Caminha acaba por não *ser*. E mesmo estando nas boas graças do doutor Loberant, o diretor d' *O Globo,* ele é assolado por um sentimento de culpa: " [...] *não tinha sabido arrancar da minha natureza o grande homem que desejara ser; abatera-me diante da sociedade; não soubera revelar-me com força, com vontade e grandeza"* (REIC:140).

Na realidade não foi ele, que não soube arrancar da sua natureza o "grande homem que desejara ser", como também não foi ele que não soube "revelar-se com vontade e grandeza". Ele não se abateu diante da sociedade; esta, sim, abatera-se sobre ele, impedindo-o de realizar o seu sonho de "ser alguém", para condená-lo à realidade de "ser ninguém". E na história a preto e branco em que negro e mulato se encontram assim sitiados, o cerco só se abre quando existe algum interesse da classe dominante (branca), ainda que, muitas vezes, essa perspetiva de abertura não seja ascendente, mas descendente, facilitando a imersão do negro e do mulato no mundo "marginal". É o que acontece com a

[144] Diploma.

[145] Livro que lhe havia sido dado pela sua professora quando saiu do colégio e que Isaías Caminha transformou em livro de cabeceira cf. REIC: 20.

"brusca ascensão" de Caminha alicerçada no mundo enviesado da ordem no qual ele se vê instalado, em detrimento do sonho de um resgate social dentro da ordem.

> *[...] Tendo surpreendido na casa de Rosalina, em plena orgia, o terrível diretor, vexei-o. Nos primeiros dias ele nada me falou; mas já me olhava mais, considerava-me, preocupava-o no seu pensamento. Breve me fez perguntas de boa amizade: donde era eu, que idade tinha, se era casado, etc* (REIC:130).

A "amizade " do doutor Loberant não é mais do que o instrumento de que o diretor d'*O Globo* se serve para fazer de Isaías Caminha seu cúmplice no "fora da ordem", tão logo ele se tornou conhecedor do outro mundo em que transitava o diretor, "*deus inacessível, caprichoso, espécie de Tupã ou de Júpiter Tonante, cujo menor gesto faz todo o jornal tremer*" (REIC: 111). Até então reduzido à figura anódina de contínuo do jornal, Caminha passa a ser "reconhecido" pelo doutor Loberant e tornam-se "*dois amigos íntimos, companheiros de pândegas e noitadas*" (REIC: 139). Instalado no mundo marginal das conveniências – as pândegas e noitadas –, Isaías tenta driblar o cerco a que fora sujeito e procura reassumir o corpo a corpo do mulato=busca de um lugar social X branco=lugar social. Entretanto, diante da impossibilidade da ocupação legítima de um lugar no mundo social da ordem vigente, pois, como afirma Hasenbalg (1979: 3), *"a integração dos negros na sociedade de classes continua uma possibilidade irrealizada e postergada*", Caminha decide transportar o seu destino para "longe da dureza das tensões raciais". E entre as raias da denúncia de uma sociedade que dita as regras do jogo e o grito de assunção/exaltação de uma identidade na busca de mudanças dessas regras, Isaías Caminha, vencido pela desilusão da não correspondência do seu sonho com a realidade, numa autocapitulação, concentra-se em cavar um nicho na estrutura social que lhe permitirá escrever, opondo "argumentos a argumentos", as suas "Recordações", em resposta às considerações desfavoráveis que um colaborador de uma revista nacional fizera à natureza da inteligência das "pessoas do [seu} nascimento" (REIC:16).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Azevedo, Aluísio (1992) *O mulato,* São Paulo: Ática (Bom Livro).

Barreto, Lima (1990) *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, São Paulo: Ática (Bom Livro).

Bastide, Roger (1973) *Estudos Afro-Brasileiros*, São Paulo: Perspetiva.

Brayner, Sônia (1979) *Labirinto do espaço romanesco*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Brookshaw, David (1983) *Raça e cor na literatura brasileira*, Porto Alegre: Mercado Aberto.

Costa, Maria Gabriela (1997) Uma história de denúncia e exaltação nos caminhos do negro na literatura brasileira. Dissertação de Mestrado, Maceió: Universidade Federal de Alagoas.

Coutinho, Carlos Nelson (1974) "O significado de Lima Barreto na literatura brasileira". In Realismo e antirrealismo na literatura brasileira, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Fanon, Franz (1983) *Pele negra, máscaras brancas*, Rio de Janeiro: Fator.

Fernandes, Florestan (1972) *O negro no mundo dos brancos*, São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Fernandes, Florestan (1978) *A integração do negro na sociedade de classes*, São Paulo: Ática.

Fernandes, Florestan (1989) *Significado do protesto negro*, São Paulo: Cortês - Autores Associados.

Goffman, Erwing (1961) *Manicômios, prisões e conventos*, São Paulo: Perspetiva.

Hasenbalg, Carlos Alfredo (1979) *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal.

Miguel-Pereira, Lúcia (1973) *História da literatura brasileira de 1870 a 1920*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.

Prado, Antônio Arnoni (1989) *Lima Barreto: o crítico e a crise*, São Paulo: Martins Fontes.

Ribeiro, Darcy (1995) *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras.

Sartre, Jean-Paul (1960) "*Orfeu negro*". In *Reflexões sobre o racismo*, São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Sayers, Raymond S. (1956) *O negro na literatura brasileira*, Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro.

Schwartz, Roberto (1981) "As ideias fora do lugar". In Ao vencedor as batatas: forma literária do processo social nos inícios do romance brasileiro, São Paulo: Duas Cidades.

Skidmore, Thomas E. (1976) Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

42. MARIA DO SOCORRO PESSOA, UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA, CAMPUS DE VILHENA – RO – BRASIL E UNIVERSIDADE DE AVEIRO (PT)- SOPESSOA@GMAIL.COM; SOPESSOA@UNIR.BR; SOPESSOA5@HOTMAIL.COM: MSPESSOA@UA.PT:

A LÍNGUA PORTUGUESA NO SÉCULO XXI E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A VARIANTE BRASILEIRA: REALIDADES E DESAFIOS NO PORTAL DA AMAZÔNIA

O Brasil possui quase duzentos milhões de habitantes falantes da Língua Portuguesa, nosso mais valioso instrumento de luta. Sabemos das críticas a que

foram submetidas as falas populares públicas ao longo da história do Brasil, com a finalidade de excluí-las da língua portuguesa, como se essas variantes "contaminassem" a língua de origem Europeia, portanto, considerada "pura e boa". Tais críticas não conseguiram deter os discursos populares dos sem-terra, dos operários das fábricas, dos menos favorecidos socioeconomicamente e, na contramão do que se esperava, fizeram-se presentes nas esferas do poder brasileiro.

Essas falas populares não esperaram que a escola os ensinasse a falar, mesmo porque nem sempre a ela tinham acesso, e resolveram proclamar suas necessidades naquela língua que os ajudava a sobreviver, a lutar no dia a dia, mesmo sendo discriminados pelos seus "errados modos de falar". Esses dialetos populares passaram a ser legitimados e a ter destaque, de mídia inclusive, a partir do momento em que seus falantes alcançaram as esferas políticas, inatingíveis em tempos de ditadura. Esses "falantes" verificaram que eram enganados pelos "bonitos" discursos políticos das elites, daqueles que detinham a fala "bonita" e correta" da Língua Portuguesa, ensinada e propalada nas escolas elitizadas.

Tal fala "bonita" e "correta", perdeu seu prestígio porque desprestigiados foram os discursos de falsidades ideológicas por ela proferidos. Portanto, supor que esse discurso popular desaparecerá será supor que uma elite minoritária voltará a implantar sua "língua portuguesa correta e bonita" aos destinos e futuro do Brasil.

Sabemos que a Língua Portuguesa vai mudar, quer em Portugal, quer no Brasil, pois as mudanças nas línguas são inevitáveis porque a língua vive, funciona e evolui à sua maneira, como todas as outras instituições sociais. Isso não significa que a Língua Portuguesa, de fala da modalidade brasileira vai ser extinta e transformar-se em "outra língua".

Palavras-Chave: Língua Portuguesa, Brasil, Amazônia, Formação de Professores

1. A LÍNGUA PORTUGUESA E A VARIANTE BRASILEIRA: NOSSA LÍNGUA, NOSSA MÃE.

"Língua" é a palavra que tem vários significados e não sai da nossa boca. O termo que designa o órgão do paladar e da deglutição manteve praticamente a mesma grafia da palavra em latim que o originou: *lingua(m).* Na Roma antiga era usado para se referir principalmente à fala. Por extensão passou a indicar qualquer sistema convencional de símbolos usados na comunicação.

Há um testemunho clássico sobre as virtudes e os males da língua atribuído a Esopo, fabulista que foi escravo na Grécia do século VI a.C., que retrata bem a pluralidade de sentidos do termo que tanto nos apaixona. Encarregado por Xanto, filósofo ateniense, de comprar no mercado o que há de melhor para o almoço, Esopo volta com muitas línguas.

Xanto se espanta:

- Um prato de língua? Isso é a melhor coisa do mundo?

Esopo então responde:

- Língua é a razão da vida. Por meio dela, instrui-se, persuade-se, domina-se nas assembleias e cumpre-se o primeiro de todos os mandamentos, que é louvar a Deus. Xanto pede para que ele traga o que há de pior.

Esopo trouxe novamente o prato com as línguas e explicou:

- A língua é também a mãe de todos os problemas, de todos os processos, a fonte de discórdias e das guerras e objeto de calúnia.

A fábula ficou célebre para designar o que, sendo tomado sob dois aspetos opostos, pode resultar no louvor e na crítica, na defesa e na acusação, na ofensa e na manifestação do preconceito.

Como não é segredo, todos sabemos que o Brasil possui quase duzentos milhões de habitantes e que todos são falantes e usuários da Língua Portuguesa, a qual, pelo que nos conta o passado e pelo que esperamos do futuro, continuará sendo o mais valioso instrumento de luta do povo brasileiro, embora possuamos uma modalidade de fala nem sempre aceita pelos "puristas" da Língua. Todas as críticas a que foram submetidas as falas populares públicas ao longo da história do Brasil, com a finalidade de excluí-las da língua portuguesa, não foram suficientemente fortes para impedir que o povo brasileiro se fizesse representar nas esferas do poder político partidário,

acompanhado dos discursos dos sindicatos dos operários das fábricas, dos discursos dos funcionários públicos e dos discursos dos socioeconomicamente menos favorecidos. As vozes dos sem-terra, o grito dos sem-escola passaram a ser ouvidos porque seus falantes resolveram proclamar, denunciar e divulgar suas necessidades e seus interesses naquela língua que os ajudava a sobreviver na luta do dia a dia, fechando os ouvidos para o preconceito quanto às suas falas "feias e erradas". Essas falas populares passaram a ser legitimadas e esses dialetos passaram a ter destaque, de mídia inclusive, a partir do momento em que seus falantes alcançaram as esferas políticas, inatingíveis em tempos de ditadura, e, também, quando esses "falantes" verificaram que eram enganados pelos "bonitos" discursos políticos das elites, ou seja, por aqueles que detinham a fala "bonita" e "correta" da Língua Portuguesa, ensinada e propalada nas escolas elitizadas. Tal fala "bonita" e "correta", oferecida por uma escola que era feita para a elite, e da elite brasileira, perdeu seu prestígio porque desprestigiados foram os discursos de falsidades ideológicas por ela proferidos. Portanto, supor, inicialmente, que esse discurso popular desaparecerá será supor que uma elite minoritária, e autoritária, voltará a implantar sua "língua portuguesa correta e bonita" aos destinos e futuro do Brasil. O que sabemos é que a Língua Portuguesa vai mudar, quer em sua modalidade de Portugal, quer na modalidade do Brasil, pois as mudanças nas línguas são inevitáveis, porque, hoje como sempre, a língua vive, funciona e evolui à sua maneira, como todas as outras instituições sociais. Tal mudança não aponta que a Língua Portuguesa, de fala da modalidade brasileira vai ser extinta e transformar-se em "outra língua". Já temos internalizado o conhecimento de que a nossa Língua Materna é a Língua Portuguesa.

Uma Língua é Nossa mãe quando nos sentimos em casa com ela. Com a nossa mãe conversamos, trocamos opiniões, ouvimo-la, nos enternecemos e compreendemos quão sábia ela é, o quanto nos protege, o quanto zela por nossa integridade, o quanto nos pertence e o quanto pertencemos a ela. Por isso é nossa mãe, e, também por isso, bem vale que o "Nossa" seja em letras maiúsculas, como nome próprio, expresso em sua carga semântica. Poderíamos continuar descrevendo as maravilhosas e inconfundíveis características das mães e, ainda assim, jamais escreveríamos suficientemente sobre elas. É que as mães são, ao mesmo tempo, tão simples, porém, tão únicas! É por isso que achamos que elas se parecem com as línguas dos diferentes povos da terra! Tão simples para os nativos dela e tão únicas e complexas para quem tenta lhes desvendar os mistérios, ainda que apenas alguns!

Diferentemente do que ocorre com a mãe biológica que temos, que será sempre e inconfundivelmente única, as Línguas-Mães tomaram a liberdade de dividirem-se em, no mínimo, duas: a Língua Materna, que aprendemos desde a nossa conceção uterina, que tem o gosto e o sabor da intimidade do colo da nossa mãe biológica e essa outra Língua-Mãe, da Pátria, que identifica povos e nações, dando-lhes um estatuto de "homogeneidade", como se temesse confessar as inúmeras partezinhas que a compõe. Sabemos que tal homogeneidade é fictícia, mas, sem muitas explicações, aceitamos que a Língua-Mãe-Pátria receba apenas uma denominação, pois, parece-nos, seria tão confuso e desproposital nos alongarmos em detalhes quando alguém quer apenas saber qual a Língua do nosso país! É tão acolhedor ter uma Língua-Mãe-Pátria! É ela que divulga nossos feitos, que vai para os canais de televisão mundo afora, que registra nossas histórias de economia, de cultura, de sociedade, nossos sucessos, nossos fracassos enquanto nação, nossas falhas e nossas vitórias. E, quando há um outro país que possui a mesma Língua-Mãe que a nossa, até questionamos sotaques, dialetos, tonalidade...porém, tais questionamentos não são empecilhos para que não nos sintamos linguisticamente irmãos. Uma outra terra que, não importa a distância em quilometragens, nos compreende, nos acolhe, nos entende, perpetua a nossa irmandade. É o que ocorre com Brasil e Portugal, países linguisticamente irmãos, e isso faz toda a diferença em relação a outras nações. Pátria-Brasil, Pátria-Portugal.... Grandes histórias, grandes vínculos, sempre descritos e registrados pela nossa mesma e lindíssima Mãe, a Língua Portuguesa, porém, com individualidades e características tão particulares o quanto são os seus falantes: uns de além-mar, outros da tradição das grandes navegações. Essas diferenças e características próprias é que marcam as variantes dessa língua: a nossa Língua Portuguesa, usada, muitas vezes no Brasil, para excluir aqueles que não conseguiram adotar, pelas mais diversas razões, a norma-padrão da língua escrita dos clássicos portugueses e, por isso mesmo, não conseguiam chegar às esferas do poder.

Conversar sobre uma língua é conversar sobre seu povo. Escrevê-la é registrá-la e eternizar o modo de ser de sua gente, de sua nação, pois Nação, a

nosso entender, não é o mesmo que Pátria. A Pátria possui um espaço geográfico que a delimita, que lhe impõe fronteiras. A Nação, pelo contrário, está onde o povo da Pátria esteja. Vai com ele, divulga-se, dá-se a conhecer. Para compreender a Nação é preciso compreender a Língua da Pátria, olhar para o Mapa Geográfico e sentir-se envolvido com a cultura geral daqueles limites. Talvez por isso Fernando Pessoa tenha dito: "…minha Pátria é a Língua Portuguesa…" Parece-nos então que, para o grande poeta, a pátria seria aquela cuja língua registrasse os fatos e feitos do povo de Língua Portuguesa, onde quer que tal povo estivesse.

Estudar uma língua significa compreender que ela será sempre o resultado de uma complexa evolução histórica, que se caracteriza no tempo e no espaço, por uma série de tendências que se vão diversamente efetuando aqui e além. O acúmulo e a integral realização de uma língua dependerá de condições sociológicas, pois, como defendemos, a estrutura da sociedade é que determina a rapidez ou a lentidão de mudanças da língua. Estudar uma língua é também estudar seu passado, sua história, suas fases anteriores. A história das línguas românicas, por exemplo, se entrosa com a do Latim e a deste, através do Itálico, vai acabar no Indo-Europeu. Basta verificarmos os registros históricos e logo descobriremos que o Latim falado no tempo de Énio não é o mesmo dos contemporâneos de Cícero, nem o desse tempo é idêntico ao de São Jerônimo. O português de onde D. Dinis extraía as suas cantigas de amor e de amigo não é o mesmo português de Camões, nem o deste é o mesmo de Herculano.

O fato mesmo de ser imprescindível instrumento de comunicação acarreta mudança à língua: as palavras mais frequentemente usadas são também as que mais transformações sofrem. Grupos de palavras acabam por se aglutinar, e o desgaste vai provocando reações. Por isso, a todo instante surgem inovações, cujo destino vai depender da estrutura social, ou seja, vai depender da força de como a língua, como instituição, se impõe aos indivíduos. Parece-nos, portanto, que não há como separar, entre os povos, a Língua, a Cultura e a Sociedade. Este tripé torna-se unidade, caracterizando a(s) linguagem(ens) que a Língua dá-se ao luxo de expandir. Há um provérbio português, cujo autor desconheço que diz: "as palavras são como as cerejas; vão umas atrás das outras". Penso que vestimos as palavras da nossa língua da mesma forma que vestimos roupas. Pelas possibilidades de emitirmos sinais, de nos reconhecermos, de nos distinguirmos ou de nos ligarmos uns aos outros. As palavras nos fascinam pelas suas capacidades de multiplicação, de transmissão, de fabricação, de acesso a verdades e mentiras, da força e do enredamento que nos provocam. E as palavras que me causam esses sentimentos são sempre, e apenas, quando ditas ou escritas na minha Língua Materna, na minha Língua Portuguesa. Então, causa-me uma certa angústia ver a minha Língua Portuguesa sendo tema de debate porque corremos o risco de ver a variante brasileira tornar-se uma língua própria, correndo um risco real de separação e, pelo suposto, até o risco de sair do grupo da Lusofonia. Isso me leva a refletir que o Brasil, junto com Portugal, foi parte do Império Espanhol por sessenta anos (1580-1640), e que isso não deixou marcas notáveis na Língua Portuguesa. Não há como fugirmos, como não questionarmos sobre o que poderia ameaçar a integridade ou a existência da Língua Portuguesa de modalidade brasileira. Quem será que vai invadir o nosso Brasil e se dedicar ao extermínio sistemático da nossa cultura e do nosso "jeitinho brasileiro de falar"? Sim, porque para que a Língua Portuguesa, de modalidade brasileira, se transforme em uma outra língua, teriam de destruir a nossa cultura, a nossa história, o nosso povo.

ANÇÃ, Maria Helena (DTE-UA fevereiro/2007), nos dá uma relevante lição sobre o que é uma Língua Materna: "A LM é, então, a casa do ser, lugar de onde se parte e volta, espaço de conforto das palavras, únicas, onde a tradução é impossível porque só existem naquele canto da casa. (…)." Com certeza, a afirmação de ANÇÃ é uma das mais verdadeiras e sensíveis definições de Língua Materna deste início de século XXI porque não nos deixa dúvidas sobre momentos e situações em que ela, a Língua Materna, é bem aceita. Sendo a Língua Materna este "espaço de conforto das palavras" é natural associarmos tal "conforto" aos nossos primeiros cinco anos de vida, exatamente por estarmos abrigados naquele "canto da casa", com nossos pais, nossos irmãos, nossos familiares, enfim. Além desse "conforto" no canto da casa, nossa experiência como educadores nos prova que, ao chegar à escola, as crianças já dispõe de um vocabulário de algumas milhares de palavras as quais utiliza, com sucesso, em interações bastante diversificadas: brinca com seus pares, narra fatos e acontecimentos, reivindica, sugere, interage plenamente com e através da sua língua/linguagem. E interage de modo natural porque é assim que aprende, em casa, sua Língua Materna. Desenvolve-a tão naturalmente quanto aprende a caminhar e a comer com as próprias mãos. Ao longo da vida vai

efetuando as mudanças na língua do mesmo modo como muda da infância para a adolescência e muda depois para tornar-se adulto. A língua que fala segue, com naturalidade, as mudanças daquele que a utiliza em seus processos de interação.

Uma língua é muito mais que registros. Para compreendermos o que uma língua é, há que se ouvir as estórias e histórias do povo, há que se ouvir a melodia da fala, a expressividade dos momentos de espontaneidade, as conversas entre amigos, as conversas formais; há que se vivenciar o sentimento do povo em relação à sua história e cultura. Há que se presenciar o cotidiano da língua. Há que se ver e ouvir os noticiários, as músicas, as conversas corriqueiras. Há que se sentir em casa com os falantes da língua no seu lugar de origem. Caso não façamos todo esse "contato", toda essa busca sobre uma língua, como poderíamos compreendê-la? Na verdade, o que nossa investigação confirma é aquilo que nos ensina LABOV, William (1972), pela Sociolinguística: não nos é possível compreender uma língua sem nos adentrarmos em sua cultura e na sociedade que a utiliza. Haverá sempre, portanto, uma real indivisibilidade entre Língua, Cultura e Sociedade. Compreender esta indivisibilidade significa compreender que uma língua não "vira outra", não se separa de suas origens, por mais que sua diversidade dialetal, quando não bem analisada, possa parecer um indicativo de "perigo". O modo de falar é apenas uma parte da língua.

Falar é como respirar. Acontece naturalmente, da mesma forma, nas mesmas situações (na vida), nos mesmos sexos, nas mesmas idades, em qualquer parte do mundo. Falamos porque internalizamos uma língua natural específica a partir do ambiente social em que nascemos, vivemos, interagimos. Somos capazes de aprender e dominar muitas outras línguas e somos conhecidos como "seres humanos" exatamente porque falamos. Ao falarmos expomo-nos a diversos modos de avaliação de quem nos ouve, desde que tais ouvintes utilizem, para suas falas, a mesma língua que usamos. Todos nós afirmamos, com a devida convicção, que a língua é instrumento de comunicação. Entendemos que uma língua é mais que isso: é também instrumento da luta cotidiana do homem e também seu principal instrumento de interação nas relações sociais que efetua em seus espaços de ação.

A língua reflete a cultura de um povo, e, por isso, um povo se individualiza, se identifica em função de uma língua. Na verdade, a opção por uma língua é uma opção por uma História, por uma maneira de ser e de pensar, por uma visão de mundo.

Com a língua herdamos uma cultura, no mais amplo sentido do termo: uma maneira de ser e de estar no mundo. Talvez, por isso mesmo, a língua pode tornar-se forte instrumento de defesa. Ou de agressão. Basta que observemos os grupos de jovens adolescentes, possuidores de uma linguagem própria, às vezes indecifrável para quem não é daquele "grupo". Muitas vezes não os compreendemos… e nem eles a nós. E isso não acontece apenas em relação aos jovens que falam a Língua Portuguesa, seja em Portugal, seja no Brasil. Assim, temos vários níveis de linguagem para que o homem possa participar, com sucesso, das diversidades de situações a que é exposto. Entretanto, em ambientes pluridialetais a interação pode tornar-se conflituosa, pois, as diferenças culturais terminam por atribuir à linguagem uma classificação que, no âmago de sua essência, apenas oculta a não-aceitação de um outro modo de agir e de pensar. Essa não-aceitação, oculta por ser vergonhosa para qualquer povo, é o preconceito. Quando não aceitamos o outro colocamo-nos em um nível de superioridade, de "ser melhor que", de desprezo por tudo aquilo que, na verdade, não conhecemos. Por isso, considero que o preconceito é a maior ofensa que se possa atribuir ao outro, e, de modo muito particular, é ainda mais ofensivo o preconceito linguístico.

Sabemos que o preconceito linguístico, como todos os outros, é socialmente construído e apenas encobre outros preconceitos: sociais, culturais, étnicos, religiosos, etc., o que torna-se extremamente ofensivo e violento porque exclui o ser humano das suas possibilidades de uma melhor qualidade de vida. Quando somos preconceituosos com a língua / linguagem de alguém, ou de um povo, negamos a esse povo ou a essa pessoa o direito de expressar-se livremente. Negamos, inclusive, a possibilidade de existência das diversidades, inclusive daquelas que são tão óbvias, como as de caráter linguístico culturais. Se concordarmos que a Língua Portuguesa, de modalidade brasileira, corre o risco de tornar-se uma língua própria, estaremos negando a diversidade e variedade que essa língua pode ter. Estaremos negando, também, a nossa origem e as nossas raízes linguísticas. Nesse sentido, prefiro

concordar com o que afirma PERINI, Mário A. (2006), quando, criteriosamente, analisa e nos informa que:

> *"De uma coisa não podemos escapar: as línguas evoluem, apesar da oposição, dos esforços e da cara fechada dos gramáticos. Não se trata de um "perigo", mas de um processo tão natural quanto o crescimento das crianças, a rotação da terra, o ciclo da vida e morte dos seres vivos. Perigo, se há, está nesse complexo de inferioridade linguística que nos transmitem os autonomeados conhecedores e protetores da língua – quando nos proíbem de chamar nossa própria mãe de progenitora (porque eles acham que teria de ser genitora), ou de dizer a nível de (uma expressão que para mim é antipática, mas que todo mundo vive usando e é, portanto, parte da língua). Isto é, existe perigo é quando nos dizem que a língua usada pelos cento e muitos milhões de brasileiros não merece respeito, e que apenas os especialistas é que detêm o poder de "falar certo". Uma atitude mais construtiva é reconhecer os fatos, aceitar nossa língua como ela é, e desfrutar dela em toda a sua riqueza, flexibilidade, expressividade e malícia."* (PERINI, 2006:24).

Na nossa concordância com PERINI, incluí-se a nossa discordância de que a Língua Portuguesa, da variante brasileira, corre o "risco" ou está em "perigo" de transformar-se em outra língua. As desigualdades socioeconômicas, sócio educacionais, entre outras, nos levam a uma fala variada, porque diversa é a nossa cultura, adentrada no Brasil de todas as épocas, de portas abertas a todos os povos, portanto, cultura rica, diversificada, manifestada na gastronomia, no lazer, no modo de estar no mundo. Nossa Língua Portuguesa ultrapassou o que se pregava nas escolas elitizadas dos tempos da Ditadura Militar, correu na boca do povo, fez samba de suas próprias diferenças, com coragem suficiente para dizer:

> "*Minha Pátria é minha língua, Mangueira meu grande amor. Meu samba vai ao Lácio e colhe a última flor."* (Samba canção da escola de Samba "mangueira", Carnaval de 2007).

O que nos falta, porém, é que nossas escolas valorizem, no Ensino da Língua Portuguesa, toda essa diversidade. Ainda estamos muito presos às nossas raízes linguísticas. E essa prisão é equivocada. A própria Língua Portuguesa de modalidade europeia tem evoluído, acompanhado a dinâmica de sua gente. Porém, para que nossa Educação Linguística seja um instrumento de inclusão social, precisamos investir na Formação do Professor, inicialmente de todos os professores, mas, de modo especial e particular, na Formação do Professor de Língua Portuguesa.

2. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA A VARIANTE BRASILEIRA NO PORTAL DA AMAZÔNIA: REALIDADES E DESAFIOS

A Formação dos Professores de uma língua é um conhecimento delicado, muitas vezes visto apenas superficialmente, ou, por cautelas e cuidados quase sempre inexplicáveis, pode tornar-se uma prisão de elos muito fortes, resistentes ao tempo e ao espaço, como se fosse possível decidir que rumos a língua deve seguir. Diante dos resultados da nossa investigação sobre os Cursos de Formação de Professores de Língua Portuguesa, especialmente para o Ensino Fundamental, onde se encontra a grande maioria dos filhos dos trabalhadores brasileiros, sentimos reafirmada a perspetiva da nossa investigação: é preciso que os cursos de Formação para Professores de Língua Portuguesa oportunizem aos futuros professores aprenderem como construir Políticas Linguísticas que definam a conceção de Língua/Linguagem que melhor favoreça(am) o ensino dessa língua em comunidades de heterogeneidade e diversidade linguístico-cultural como o Brasil de modo geral, e de modo particular regiões como o Estado de Rondônia, por exemplo, investigando a história de origem dos migrantes / imigrantes / indígenas, investigando, também, o percurso linguístico acontecido no percurso físico do contato de culturas diferentes e, nesse sentido, fazer de tal ensino um verdadeiro instrumento para o exercício da cidadania em sua plenitude. É preciso, urgentemente, oportunizar às escolas de Ensino Fundamental, públicas ou privadas, saírem da ficção de certos planos de ensino de Língua Portuguesa existentes, de modo a aportarem na realidade das populações que, exatamente por suas características, indígenas, imigrantes e migrantes estão construindo uma nova sociedade no Estado de Rondônia. Se o curso de Formação de Professores das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, insistisse em estudos da história dos contatos linguísticos quem sabe submeter-se-ia a uma (re)análise para descobrir a intervenção de políticas linguísticas muitas vezes encobertas. O mesmo vale para incluir, nesses cursos,

disciplinas de estudos de sociolinguística, de bilinguismo, da etnografia da comunicação, da sociolinguística interpretativa, da linguística aplicada ao ensino da Língua Portuguesa, que identificam os mecanismos concretos da interação verbal, do uso das línguas e dos dialetos em condições de dominação, de modo que o futuro professor dessas crianças fosse preparado para interpretar dados em termos de forças sociais, das ideologias e da maneira como são exercidos ou violados os direitos linguísticos das populações de suas salas de aula. Assumimos que violar os direitos linguísticos é violar os direitos de cidadania. Insistimos que o espaço e momento propícios para essas discussões, pesquisas e definições de políticas linguísticas, que visem ações didáticas produtoras de conhecimentos reais sobre a nossa Língua é o Curso Superior de Formação de Professores. Com professores de Língua Portuguesa (e o são os das séries iniciais do Ensino Fundamental) formados nesta perspetiva, da língua como instrumento de luta de seus usuários, poderíamos mesmo confirmar que a língua do falante tornar-se-ia seu instrumento de exercício de cidadania, seu instrumento de interpretação da democracia, um dos seus instrumentos de melhor qualidade de vida em qualquer parte do Brasil, inclusive no Portal da Amazônia Se não ficarmos atentos a esses dados, ainda seremos acusados, nós os professores da variante brasileira, de estarmos "contaminando" a Língua Portuguesa e transformando a nossa modalidade brasileira em outra língua.

As variações linguísticas entre os migrantes, imigrantes e indígenas de Rondônia, Estado da Federação Brasileira também conhecido como o Portal da Amazônia, são das mais diversas, porém as de sotaque (ligadas às variações de pronúncia) e as de dialeto (ligadas às questões sintáticas, lexicais e gramaticais) são as que se sobressaem em relação ao preconceito que se estabelece. Nesse sentido, o preconceito linguístico não desvaloriza apenas as falas. Desvaloriza a cultura regional dos migrantes, suas situações socioeconômicas, colocando-os em patamares quase sempre de inferioridade, especialmente pelas condições que os acompanham nesse início do "refazer" ou "fazer" melhores meios de sobrevivência. Obviamente, aqui falamos dos que vivem nas cidades menores, nas zonas rurais, nas periferias. Descapitalizados, inseguros, amedrontados, não reagem às alcunhas que lhes são impostas e, pelo contrário, como diz ALKMIM (2001), "*passam a reconhecer a superioridade de quem os discrimina.*" Deixam de ser cidadãos livres. Assumem sua condição de inferiores, de que não sabem falar, de que não sabem expressar-se convenientemente. A escola está lá para confirmar essa infeliz condição social. Os filhos dos migrantes, imigrantes e indígenas estão lá, cabisbaixos nos bancos escolares, assumindo, agora eles, o que já sabiam quando saíram de casa para irem às escolas: são inferiores para a linguagem escolar. Não sabem falar, não sabem dizer, não sabem expressar, não sabem nada. Só sabem obedecer e aceitar, concordando ou não. Nos bancos escolares ouvirão falar em cidadania, mas, parece que a palavra não lhes pertence. Cidadania será uma palavra e, talvez uma ação que pertence aos que falam "bem" e "corretamente". E, o pior de tudo: como ao ir para a escola já eram visto como inferiores, ela, a escola, não conseguiu tirá-los deste patamar. Afinal, eles precisavam faltar às aulas, precisavam trabalhar com a família, precisavam lutar pelo pão de cada dia. O ensino elitizado brasileiro não conseguiu "ajudá-los". Ou melhor, eles é que não conseguiram alcançá-lo. Afinal, é mais conveniente arrumar culpados do que investir em uma Formação de Professores que ultrapasse os limites da escola elitizada dos tempos da Ditadura Militar.

Segundo Praia (2001) o ensino de Língua Materna é uma das áreas ou disciplinas mais adequadas ao desenvolvimento de um trabalho voltado para a cidadania. Isso pode ser explicado pelo fato de que a língua não é algo que está diante do sujeito, mas dentro dele, e só tem existência dentro daquele que a utiliza. Desta forma, através do seu ensino, é possível abordar temas relacionados diretamente ao homem: identidade, preconceito, diversidade. O estudo da língua possibilita, também, trabalhar o papel ativo dos alunos no processo de construção do conhecimento, papel que, para Fonseca (2001:45), deve ser ressaltado na Educação: "*torna-se urgente salientar o papel ativo dos alunos, estimular a reflexão sobre si próprios, impulsionar o contato com o diferente, desafiar dogmas estabelecidos e promover a emergência de uma consciência moral autônoma*". Para Gadotti (2000: 30), *"ser cidadão é ser consciente de seus direitos e deveres (civis, sociais e políticos)"*, consciência que não é um simples saber, mas um "agir sobre o mundo", transformando-o. Para que esta cidadania seja alcançada, Freire (2000:9) defende que o educando "*tenha condições de reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica*".

O ensino de Língua Portuguesa deve, então, partir de uma conceção de língua como fenômeno heterogêneo e que, por ser resultado da ação humana,

é inconcluso, não estático e está em constante mudança. "*A língua tem que ser atual porque é expressão de vida. A estagnação é a morte do idioma, a história de uma língua é justamente a história de suas inovações*" (CUNHA, 1999:14). Ser sujeito da própria história implica, também, reconhecer-se como sujeito da língua, como seu criador e recriador. Isto requer uma conscientização linguística que "*é a capacidade de refletir sobre a língua e de, a partir do conhecimento sobre o seu funcionamento, usá-la ou agir sobre ela*" (ANÇÃ & ALEGRE, 2002). Para Hawkins (1996), "*o principal objetivo do trabalho com a consciência linguística é desafiar os alunos a fazer perguntas sobre a linguagem, sobre a diversidade linguística, sobre preconceito e racismo*", o que ajuda na diminuição do preconceito relativo ao próprio dialeto e ao dialeto de outros e a perceber a diversidade linguística como uma experiência positiva. Reflexões desse gênero, acredito, conduzirão a um amor ainda maior à própria língua, e não a desejar transformá-la em outra.

O depoimento a seguir mostra-nos, com muita clareza, em que pode transformar-se uma aula de Língua Portuguesa que pretende "ensinar", homogeneamente, sem considerar as diferenças sociodialetais:

> *"...A aula de Língua Portuguesa foi, sem dúvida, um dos momentos mais problemáticos que tive de enfrentar (...) e receava, através dessa participação oral, denunciar a minha diferença, optando, pois, por um apagamento. Esse apagamento oral não permitiu ao professor um detetar rápido das dificuldades que eu possuía e dos motivos que lhes estavam subjacentes. (...) experimentei grandes dificuldades quer na compreensão do veiculado na aula, quer na exteriorização de enunciados. Por outro lado, a essas dificuldades juntaram-se as de um programa de Língua Portuguesa inadaptado à minha experiência particular. Com efeito, o espaço da aula de Português era perspetivado, por mim, como uma aula de Língua estrangeira; língua cujas normas de funcionamento se encontravam por assimilar. (...) Assim, entre as visões do aluno emigrante e a grelha que lhe é apresentada pelos docentes cria-se um fosso. (...) Compete, pois, aos agentes educativos repensar essa prática, abrindo o espaço da aula, permitindo a confluência de diversas culturas num só espaço, em suma, praticar a intercultura*." (AFONSO, Vaz Elizabete. In: Linguística e Educação. Associação Portuguesa de Linguística 1997: 7 a 13.).

Já há algum tempo, um grande número de estudos sobre multiculturalismo / multilinguismo vêm sendo desenvolvidos a nível mundial devido aos fluxos migratórios (inter)nacionais. Isso porque a diversidade linguistico-cultural advinda dessas migrações exigem dos governos locais políticas educacionais que procurem responder à nova demanda.

Portugal, a partir do último quartel do século XX, tem recebido um número considerável de estrangeiros que aqui chegam tentando melhores condições de vida. É interessante observarmos que os esforços para o acolhimento do cidadão estrangeiro, no que se refere às políticas linguísticas, perpassam, entre outros, pela abertura a novas línguas o que achamos extremamente positivo. Entretanto, uma das questões que nos colocamos diante deste fato é: por que não utilizar a Língua Portuguesa também para esse fim? Por que não aproveitar a "prata da casa"? Será que "santo de casa (não) faz milagres?".Em Portugal e no Brasil, países nos quais interagem pessoas de diferentes nacionalidades, nada mais relevante do que começarmos por discutir questões sobre diferenças culturais, acolhimento ao Outro, valorização da diversidade, através da diversidade linguística na Língua Portuguesa. Partimos do pressuposto de que cada povo que utiliza a Língua Portuguesa, como Língua Materna ou Língua Oficial, deixa impregnado naquela a sua identidade cultural. Assim portugueses, brasileiros e africanos apresentam, na forma como falam a Língua Portuguesa, os "gostos" e "sabores" da sua terra pátria. Os Cursos de Formação de Professores para o Ensino da Língua Portuguesa como Instrumento de Formação para a Cidadania precisam (re)significar essas " falas", esses "sabores" e esses "gostos" , até mesmo para que não se confunda a diversidade da Língua Portuguesa com possibilidades de transformá-la em outra. A diferença linguística que nos caracteriza enquanto falantes de Língua Portuguesa (brasileiros, portugueses ou africanos) não deve ser, no entanto, motivo de discriminação ou de separação, mas deve ser vista como aquilo que é: fator de identidade. Nesse contexto, as diferenças refletem a cultura do falante, a sua história, o seu percurso de vida. Não perceber as potencialidades educativas e socioculturais por trás dessa diversidade é desperdiçar um importante instrumento de conscientização.

O termo Variedades Linguísticas pode ser definido, também, como " *conjunto de diferenças de uma dada língua que são usadas em países distintos*" (MATEUS, 1983:21) ou, de forma mais específica, "*conjuntos de diferenças situadas simultaneamente aos níveis do léxico, da gramática e da fonologia, ou só a um ou dois destes níveis dentro do sistema"* (GAMARDI, 1983: 29). Neste sentido, em Língua Portuguesa podemos encontrar três grandes variedades: a Variedade Portuguesa (VP), a Variedade Brasileira (VB) e a Variedade Africana (VA - em formação). Inicialmente era a Variedade Portuguesa que servia como norma padrão para todos os outros continentes, ou seja, como modelo a ser seguido. Gradativamente, a Variedade Brasileira foi adquirindo uma certa independência que hoje resulta numa gramática sobre a maneira como se fala Português no Brasil. Para Lourenço (*apud* SILVA, 2004: 122), *"Da América à Ásia, cada povo que fala hoje o português o modelou, o recriou à sua imagem. Nenhum exemplo é mais relevante do que o do Brasil"*.

Não podemos, no entanto, acreditar que as normas linguísticas brasileiras estejam totalmente desvinculadas da Variedade Portuguesa, nem acreditar, pelas razões já anteriormente expostas neste texto, que corremos o "perigo" de nos transformarmos em "outra língua". É o caso, por exemplo, de construções gramaticais que, embora utilizadas apenas na escrita ou em situações formais, continuam a fazer sofrer muitos estudantes nos bancos escolares, seja de Portugal ou do Brasil, pois escrita formal traz sempre uma carga "dolorida" para quem a aprende.

Essa é uma discussão que não é atual. Já Oswald de Andrade (1990: 120) abordava a dicotomia entre teoria e prática:

Pronominais

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro

E… apesar de ser assim que "dizermos", o "dizemos" em nossa Língua Materna, a Língua Portuguesa. E assim o diremos hoje, amanhã, sempre, pois é a Língua Portuguesa que é a nossa identidade.

3. BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Vaz Elizabeth. (1997:7-13). In: Linguística e Educação. Associação Portuguesa de Linguística.

ALKIMIN, Tânia Maria. *Língua e discriminação*. In: GTM – Jornal do Grupo de Tortura Nunca Mais. Rio de Janeiro, Ano 17, n.º 43, dezembro de 2002.

ANÇÃ, M. H. & ALEGRE, T. (2003). A consciencialização linguística em português língua materna e em Alemão língua Estrangeira. Palavras, 24, 31-39

.ANDRADE, O. (1990). *Obras Completas Oswald de Andrade. Pau-brasil*. São Paulo: GLOBO. CUNHA, C. & CINTRA, L. (2002). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

FREIRE, P. (2000). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

GARMADI, J. (1983). *Introdução à Sociolinguística*. Lisboa: Dom Quixote.

HAWKINS, E. (1996). *Awareness of Language*. *An Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press

PAIVA, Z. & ANÇÃ, M. H. (2005). *A Importância da Conscientização Linguística (CL) na Formação para a Cidadania***.** Comunicação apresentada no 3º Encontro de Investigação e Formação "Educação para a Cidadania e Culturas de Formação, Lisboa: Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico de Lisboa.

PERINI, Mário A. (2006) *A Língua do Brasil amanhã e outros mistérios.* São Paulo. Parábola editorial

PRAIA, Maria (2001). *Educação para a cidadania*, Lisboa: Editora ASAS. SILVA, R. V. N. (2004). *"O Português são dois..."*. São Paulo: Parábola Editorial.

43. MARIA ZÉLIA BORGES, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE.

PORTUGUÊS DO BRASIL: TUPI E LÍNGUAS AFRICANAS NA CONSTITUIÇÃO DE SEU LÉXICO

Autores houve que propugnavam expressamente uma língua brasileira C a brasilina, como queria Monteiro Lobato. Mas um país cujo povo resulta de mestiçagem, como o Brasil, só pode ter uma língua também mestiça. Assim,

outros autores, sem defender em tese uma língua brasileira, observam como acontece nossa mistura linguística por meio de seus textos.

Nosso objetivo, neste estudo, é mostrar como, em João Guimarães Rosa, a língua portuguesa aparece eivada de tupinismos (contendo também elementos africanos) e, em João Ubaldo Ribeiro, uma língua onde pululam africanismos.

Para isto, selecionamos um conto rosiano C "Meu tio, o Iauaretê C e trechos de um romance de João Ubaldo C "Viva o povo brasileiro". Neles analisaremos tupinismos e africanismos, bem com empréstimos do tupi e de línguas africanas.

Acreditamos que tal análise mostrará como tais autores registram a língua portuguesa com suas cores brasileiras, o que poderá confirmar os dizeres de Yeda Pessoa de Castro, em seu livro *Falares africanos na Bahia* (2001, p. 118), quando reabre, para discussão, a hipótese de que as diferenças entre o português europeu e o que se fala no Brasil advêm de "*um longo, progressivo e ininterrupto movimento explícito de aportuguesamento dos africanismos e, em sentido inverso, de africanização do português sobre uma base indígena preexistente no Brasil*".

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo não é obra de especialista em línguas ameríndias ou línguas africanas, que compõem, juntamente com o português de Portugal, a variante diatópica conhecida como português do Brasil. Reflete, antes, o interesse pela mistura de línguas em nossa terra, verdadeiro cadinho de povos, resultante da miscigenação de etnias e culturas. Objetiva constatar a hipótese de Castro (2001: 118):

> *[....] as diferenças que separam o português falado no Brasil e em Portugal são, a priori, o resultado de um longo, progressivo e ininterrupto movimento explícito de aportuguesamento dos africanismos e, em sentido inverso, de africanização do português sobre uma base indígena preexistente no Brasil. Por sua vez, sustentada em fatores de natureza extralinguística (prestígio social, poder econômico, escolaridade, etc.), essa estrutura emergente se revelou de caráter nivelador entre os falares crioulos que, necessariamente, devem ter surgido em diferentes locais e épocas da colônia, em razão dela ter possibilitado a continuidade do tipo prosódico de base vocálica do português quinhentista*.

Pretende sobretudo verificar como os dois movimentos aparecem na língua escrita, porque, na língua falada, pesquisas de campo confiáveis foram realizadas por estudiosos de tupi e de línguas africanas. Para a consecução de seu objetivo, ressalta alguns africanismos e tupinismos, bem como empréstimos destas duas origens, em texto de João Guimarães Rosa – o conto "Meu tio, o Iauaretê" – e em texto de João Ubaldo Ribeiro – pequenos trechos do romance *Viva o povo brasileiro*. Para caracterizar o português do Brasil, após busca em fontes variadas, apoia-se na explicação geral de Navarro (1998) sobre a influência tupi. Para a influência africana, buscam-se afirmações em Castro (2001)[1] e Margarida Petter (Nunes e Petter 2002). Isto porque são pesquisadores atuantes em nossos dias, que reveem, com interesse e espírito crítico, estudos anteriores respeitáveis e fazem também pesquisa de campo. O estudo, neste momento, limita-se a considerações sobre o léxico de nossa língua mestiça. É uma amostra do que vem sendo feito.

2. A LÍNGUA TUPI NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Nos primeiros tempos de colonização do Brasil, explica Navarro (1998: XV) falava-se, na costa brasileira, desde o Pará até o sul do país, no século XVI e, sobretudo, no século XVII, uma mesma língua, designada "língua brasílica". Tal língua apresentava as variantes dialetais:

> *Uma língua falada e documentada do Rio de Janeiro até o Maranhão;*
> *O tupi, variante dialetal reservada à tribo e ao dialeto dos legítimos tupis, de São Vicente e do planalto de Piratininga (Lemos Barbosa 1955);*
> *O tupinambá, variante usada no maior trecho da costa, desde o Nordeste até o Rio de Janeiro*.

Navarro (1998: XV-XVI) justifica o nome de "tupi antigo" para a variante de São Vicente, apesar de a variante tupinambá ser de maior uso**:**

– Esse designativo teve larga difusão, muita aceitação pelo povo em geral, apresentando o caráter de um denominador comum, sendo um termo que entra na composição de outros, todos nomes de povos falantes da língua brasílica: tupinambá, tupiniquim, tupinaé (grifos do autor).

– Embora as gramáticas de Anchieta (1595) e de Figueira (1621) descrevam principalmente a variante tupinambá, a poesia lírica e o teatro que Anchieta nos deixou (ele que foi o maior escritor nessa língua), está, em grande parte, em tupi, aprendido primeiro, quando viveu em São Paulo de Piratininga, de 1554 a 1562. Por muitas vezes, Anchieta empregou as duas variantes dialetais num mesmo texto, como que considerando irrelevantes suas diferenças.

– A própria variante tupinambá apresentava aspetos diferenciados na costa brasileira: o tupinambá da gramática de Anchieta e o descrito pela gramática de Luís Figueira em Pernambuco tinham diferenças entre si, podendo-se dizer que Figueira descreveu outra variante dialetal, o tupinambá do norte (grifo do autor).

O autor alerta ainda contra o engano de chamar-se o tupi antigo de língua geral. A chamada língua geral derivou-se daquela na segunda metade do século XVII, sendo falada por todos: negros, brancos, índios, tupis ou não, mestiços em geral.

3. LÍNGUAS AFRICANAS NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Da detalhada análise de Castro (2001), faz-se aqui uma síntese compatível com a extensão deste estudo. Também chamado de povo congo e angola, o povo banto destaca-se pela quantidade e continuidade do contato direto com o colonizador português. Deste povo sobressaem três grupos litorâneos: bacongo, ambundo e ovimbundo.

Bacongo: constituído por falantes do quicongo, foram os primeiros negros levados como escravos para Portugal. Sua importância, no Brasil, aparece nos autos populares chamados congos e congadas.

O quicongo é língua nacional de três países: a República Popular do Congo – o Congo-Brazaville; a República Democrática do Congo – Congo-Kinshasa, ex-Zaire; e Angola.

Ambundo: inclui falantes do quimbundo, fixados na Angola central, entre a capital Luanda, Malanje, Bengo e Cuanza Norte até Ambriz – território equivalente ao antigo Reino do Dongo, que os portugueses chamavam Angola.

[Para o Brasil, a importância de Luanda – Aruanda em nosso folclore – é ressaltada em versos que cantam a África mítica, terra dos deuses e ancestrais.]

Ovibundo: compreende falantes do umbundo, que ocupavam as províncias de Bié, Huambo e Benguela, o sul de Angola. No Brasil, o umbundo aparece no vocabulário recolhido em Minas, Rio e São Paulo. O grupo foi encaminhado, sobretudo, para os garimpos de Minas Gerais.

Grupos chamados moçambique e quelimane vieram do cone sul-africano em número bem menor devido à maior distância relativamente ao Nordeste do Brasil. Sua influência se revela nos folguedos chamados moçambiques. Os povos advindos da África Ocidental falavam línguas diferenciadas numa região geograficamente menor, na costa ocidental atlântica. Compreendiam os países: Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Serra Leoa, Libéria, Burquina-Fasso, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim e Nigéria. Numericamente superiores foram os povos da família linguística kwa, provenientes da Nigéria. De tal família, o nupe, língua falada pelos chamados tapas, cuja presença foi registrada na Bahia, na segunda metade do século XIX. Bini ou edô veio com falantes encontrados no Benim. Veio ainda o Ibô, uma das línguas com superioridade numérica na Nigéria.

Mostraram-se mais significativas no Brasil as línguas do grupo ewe-fon e a língua iorubá. Seus falantes foram chamados, pelo tráfico, de jejes, minas, ardras ou aladás, uidás, mahis, mundubis, savalus, anexos e pedás. Seu destino, no Brasil, foi o Recôncavo da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão e Rio de Janeiro. A língua iorubá, formada de falares regionais pouco diferenciados, veio de falantes de territórios limítrofes, entre a Nigéria Ocidental e o Reino de Queto, no Benim Oriental. Chamados de anagós, pelos vizinhos, ficaram conhecidos no Brasil sob a forma nagô. Trazidos para a Bahia, ocuparam-se de trabalhos urbanos e domésticos, em Salvador.

Da família afro-asiática, a língua haucá veio com grupos trazidos de outras partes a Nigéria e da África Ocidental, principalmente do Benim, Togo e Gana, até a África do Norte. Vieram para Salvador, no início do século XIX, para trabalhos urbanos e domésticos. Suas condições de trabalho criaram-lhe a possibilidade de inúmeras revoltas, sendo a última, e mais importante, a que se chamou Revolta de Malês. Tratando-se, no momento, de amostra de trabalho em curso, interrompe-se, aqui, esta síntese, deixando, para o trabalho completo, outras línguas com números relativamente menores.

4. ANÁLISE DE AMOSTRA DE PALAVRAS ADVINDAS DO TUPI E DE FALARES AFRICANOS:

Citados trechos das duas obras literárias selecionadas, destacam-se, para análise, os verbetes advindos do tupi e de línguas africanas.

> *"Este ano, em cujo início o caboco e sua sempre aumentada família comeram o primeiro holandês, houve ampla fartura* [....]" (Ribeiro 1984: 44)

4.1 CABOCLO / CABOCO

Segundo o DH, o tupi *kara'ïwa* 'homem branco' e tupi *oka* 'casa' têm sido propostos como étimos do voc. *Caboclo*,

> *'índio mestiço de branco, indivíduo de cor acobreada e cabelos lisos', doc. como cauoucolo em 1645, cabocolo em 1648, cabocoro em 1757 e caboclo a partir de 1781; de mesma orig., há a f. divg. curiboca 'mestiço', doc. a1687 coriboquo, a1696 c(o/u)riboca. Este dic. define: S. m. Reg. Br. 1. Diacr. ant. Selvagem brasileiro que tinha contato com os colonizadores 2. Indivíduo nascido de índia e branco (ou vice-versa), fisicamente caracterizado por ter pele morena ou acobreada e cabelos negros e lisos 3. Deriv. por ext. sent. m.q. cariboca 4. Qualquer mestiço de índio; tapuio 5. Indivíduo (espc. habitante do sertão) com ascendência de índio e branco e com físico e os modos desconfiados, retraídos 5.1 caipiras, roceiro, matuto 6. Rubr. rel. nas religiões ou seitas afro-brasileiras, designação genérica dos espíritos de ancestrais indígenas brasileiros que supostamente surgem nas cerimônias rituais e que foram idealizados, já no sXX, segundo os modelos de orixás da teogonia jeje-nagô e do Indianismo literário da fase romântica.*

Castro, em FAB, apresenta a etmol. tupi *caa-boca*, casa, 'habitante do mato' e define: designação genérica de espíritos indígenas brasileiros, também cultuados pelos iniciados ao lado das divindades africanas, mas tidos na categoria de 'entidades nobres' e não de 'santos'. Cacciatore, em DCAB tb. apresenta como étimo *caá*, mato, folha para designar mestiço de índio e branco e tb. espírito aperfeiçoado de ancestral indígena brasileiro. Apresenta a forma *caboco* como advinda de caboclo (port.). Usa esta palavra, também, como outra designação para *toré* (palavra indígena para nomear cultos de influência indígeno-afro (jeje-nagô principalmente) e tb. seus orixás.

> *" [....] nasceu essa filha de estrela na testa, com um nome que Dadinha vó-gangana logo descobriu ser Daê, podendo ser também Naê"* (Ribeiro, 1984: 97).

4.2. GANGANA

O autor faz uma composição híbrida de port. *Vó* [forma aferética de *avó]* + *gangana* [quimb. *Ngana*, 'senhora', com reduplicação]. O DH define: S. f. Reg. Br. Uso: infor. Mulher idosa. Castro dá o étimo do quicg. e quimb. *Ngangana,* apresentando o verbete como forma arcaica, expressão carinhosa e familiar para mulher idosa, respeitável.

> *" [....] os muito idosos em sua terra [....] deliram de cócoras com seus cachimbos [....]"* (Ribeiro 1984: 9)

4.3. CACHIMBO

O DH apresenta o verbete com orig. contrv., prov. do quimb. ki'xima 'poço' ou do pref. dim. ka + *humbu 'nome de um instrumento para fumar'*. E o define em uma série alongada de aceções e rubricas, das quais destaca-se apenas a primeira, por ser a que nos interessa aqui:

S. m. Utensílio para fumar feito de madeira, barro ou outros materiais, que consiste num tubo delgado que tem, numa das extremidades, um recipiente (fornilho) onde se coloca e se faz arder tabaco ou outro produto, e, na outra extremidade, uma abertura ou bocal por onde se aspira a fumaça.

FAB o apresenta como advindo do banto, sugerindo tb. ver quicg. e quimb. *Kushimpa / kushimba*, 'fumar'. Cacciatore o vê como oriundo do quimb. *Kixima*, 'poço' ou de *ka* + *humbu*, 'nome de aparelho de fumar'.

"Preto tem catinga... Mas preto dizia que eu também tenho: catinga diferente, catinga aspra" (Rosa 1985: 163).

4.4. CATINGA

O DH explica sua etimol.: orig. contrv.; Renato Mendonça cita autores que prendem o voc. ao rad. tupi *kati* 'odor pesado', mas aponta outros que consideram africana a orig. do termo; observe-se que Bluteau registra-o como 'palavra de Angola'; Nei Lopes acredita tratar-se de voc. banto; A. G. Cunha levanta a hipótese de uma possível relação com *caatinga* e, no índice analítico dos étimos tupis (DHPT), o mesmo autor registra o tupi *ka'tinga* = *catinga* 'mau cheiro', exemplificando com *ajurucatinga* e *piracatinga*; cp. ainda o esp. *catinga 'odor forte e desagradável de certos animais e plantas'* que Corominas dá como proveniente do guarani *katí* 'odor pesado'. A seguir, define: S. f. Reg.: Bras., Moç. Odor desagradável ou nauseante. Para mau cheiro de corpo FAB apresenta também aca, (LP, banto, do quicg., com significado tb. de cachaça ruim, que deixa morrinha) e inhaca (Br., banto).

Esta última forma aparece em Ribeiro (1984: 109):

Certamente tudo isto, mais a inhaca de seiscentos demônios, começa agora a envolver o cortejo sóbrio e compassado [....].

4.5. INHACA

O DH afirma que o voc. vem do tupi *yakwa* 'odoroso'; cp. *iaca* e f. afer. *aça*. E a define: S. f. Uso: inform. 1. Reg.: Br. fedor exalado por pessoa ou animal; bodum, catinga 2. Reg.: MG, RJ. má sorte frequente de alguém, que se manifesta em acontecimentos fortuitos ou naquilo que essa pessoa faz. (obs.: f. menos us.: *iaca*). FAB afirma ser var. de *aça* (do banto).

4.6. CAJU

O DH aponta o étimo tupi *aka'yu*; a acp. de 'ano de idade ou de existência' origina-se prov. da contagem indígena do ano, relacionada à frutificação do *caju*; ver *caju-*; f. hist. a1576 *cajû*, a1586 *caju*, c1590 *caiu*] S. m. Na rubr. ang. 1. design. comum aos frutos das árvores e arbustos do gênero *Anacardium*, da fam. das anacardiáceas, e tb. a outros frutos, de diferentes gêneros e fam., por alguma semelhança àqueles, ger. pelo pedúnculo carnoso. 1.1 fruto complexo do cajueiro (*Anacardium occidentale*), com um pedúnculo piriforme, amarelo, rosado ou vermelho, ger. carnoso, suculento e rico em vitamina C (que é o pseudofruto, nomeado simplesmente como caju), e o fruto propriamente dito, duro e oleaginoso (que é a castanha-de-caju); acaju. [O pedúnculo é comestível ao natural, em doces e espc. em refrescos, enquanto a castanha-de-caju é consumida assada e ger. salgada.] 1.2 m.q. ***cajuaçu*** ('fruto'). 2. m.q. ***cajueiro*** ('designação comum', *Anacardium occidentale*). Com sent. deriv. 3. Reg. Br. ano de idade ou de existência. 5. Reg. CE. entremeio de renda, feito com cordão sobre fundo de filó, com desenho que lembra a forma do caju.

"Os macacos gritaram - então onça tá pegando..." (Rosa 1985: 160).

4.7. MACACO

Para o DH, tem orig. duv.; ger. considerado afr. prov. banto, difundido para as demais línguas atr. do português; Nei Lopes lembra o quinguana *makako* 'pequeno símio', tb. atribuído ao lingala, e o quicg. (vili ou cabinda) *makaku* pl. de *kaku* ou *kaaku*]. S. m. para o qual o dic. Arrola na rubr.: mastoz. 1. design. comum aos primatas, com exceção do homem e dos prossímios; símio. Como deriv.: sent. fig. 2. indivíduo de pouca personalidade, dado a copiar o procedimento de outras pessoas; imitador. 3. indivíduo feio, caricato. 4. indivíduo astucioso, finório. Como reg., o dic. faz inúmeros registros: 5. Br. contrapeso que é colocado em monjolos defeituosos para dar-lhes o necessário equilíbrio. 6. NE do Br. 6. policial das milícias estaduais. 7. PE paralelepípedo de granito para calçamento de ruas e estradas. 8. BA ajudante de vaqueiro. 9. BA casa de penhor; prego. 10. MG e RS galho que cai da árvore e atravessa o caminho, impedindo a passagem. Na rubr. constr. 11. Reg: Br. pilar quadrado em cuja construção são us. apenas dois tijolos por camada. Na rubr. entom. 12. Reg.: Br. m.q. *grilo-toupeira* ('designação comum'). Rubr.: ictiol. tb. mais de um registro. 13. Reg.: Br. design. comum a algumas spp. de peixes perciformes da fam. dos bleniídeos, encontrados ger. junto a rochas 13.1. peixe da fam. dos bleniídeos (*Parablennius pilicornis*), que ocorre no Mediterrâneo e Atlântico tropical; com cerca de 15 cm de comprimento, corpo pardo uniforme ou com manchas sépias e tentáculo acima do olho em forma de tufo. 14. m. q. *dourado-do-mar* (*Coryphaena hippurus*). 15. m.q. *babosa* (*Bathygobius soporator*). Na

rubr. Ludologia, aparecem dois Reg. Br. 16. no jogo de bicho, o grupo 17 a que correspondem as dezenas 65, 66, 67 e 68. 17. m.q. [2]*amarelinha.*

Em outras rubricas aparecem: 18. Termo de marinha. aparelho com que se aperta ou folga a tensão em cabo fixo ou corrente 19. (1789) Engenharia mecânica. aparelho para levantar cargas pesadas, espc. automóveis, a pequena altura, constituído de uma cremalheira e um sistema de rodas dentadas ou de roscas, que é acionado por manivela ou alavanca, ou mecanismo hidráulico. 20. Engenharia mecânica. aparelho que, com um pilão ou peso, bate na cabeça das estacas para fincá-las no terreno; bate-estacas. 21. Deriv. por metonímia. esse pilão ou peso. adj. 22. m.q. *macacal.* 23. que aborrece, entedia; cansativo, enfadonho, monótono. 24. que tem a cor escura (diz-se de cavalo). 25. que ocorre em circunstâncias terríveis (diz-se de morte).

"*Da pinima eu comia só o coração delas, mixiri, comi sapecado* [....]" (Rosa 1985: 66).

4.8. MIXIRI

[Do tupi *mixira* ou *mixyra*, 'assado'] *Adj.* (LB) e (SB) dão o significado de 'assado'. Str. a define como fritura de peixe e de carnes muito torrada, conservada em vasilhas na gordura que serviu para prepará-la. Bem preparada se conserva por muito tempo e já foi indústria muito explorada, especialmente no Solimões. A mixira mais comum é a de peixe-boi e de tartaruga; mais rara a de tambaqui e outros peixes, assim como de caças. Registra-se tb. *mixire*, 'fritado', no mesmo dic.

4.9. PINIMA

[Do tupi *pi'nima* 'malhado, manchado, listrado, rajado'; cp. *pinimba* 'birra'; ver *-pinima*; f. hist. 1752 *penyma*, 1833 *pinímas*] (DH). S. f. Rosa usa o vocábulo, como f. red. de jaguarapinima, para designar uma variedade de onça, descrita por Santos: carnívoro fissípede, da família dos felídeos *(Panthera [Jaguarius] onça)*, de coloração amarelo-avermelhada, com manchas pretas arredondadas ou irregulares, porém simétricas, em todo o corpo, encontrado (salvo no Chile e nos Andes) em toda a América, desde o SE dos E.U.A. Tem cerca de 1,50 m de comprimento, afora a cauda, que tem 60 cm, e 80 cm de altura. É considerada a fera mais terrível da América, e alimenta-se da caça e da pesca de animais, preferindo grandes peças. [Sin.: *acanguçu, canguçu jaguarapinima, jaguaretê, onça, onça-pintada, pintada, tigre.*]. Para Santos (1984: 241) a onça-pintada está sujeita a certas variações não subespecíficas, mas puramente individuais a que os caçadores, os caboclos, os habitantes do interior do país querem ver uma ou mais variedades". Apresenta as variedades: *jaguaretê pinima ou iuaretê pinima, jaguaretê-pixuma ou iauaretê-pixuma ou onça-preta, jaguaretê sororoca ou iauaretê sororoca.* Navarro (1998: 112) observa: com a colonização, o cachorro foi trazido para o Brasil, passando a receber o mesmo nome dado à onça, *jaguara* ou *îagûara*. Para se diferenciar um animal do outro, passou-se a usar o adjetivo *etê* (verdadeiro, genuíno) com referência à onça (*a îagûara verdadeira*), em oposição à simples *îagûara*, que era também o cachorro.

"[....] *entre palanganas de canjica e munguzá, tabuleiros de lelê, pamonha, acaçá, milho cozido e docinhos de leite e ovos, sequilhos de goma, beijus e mingau de carimã, de milho e tapioca, alguidares de amendoim cozido, pé de moleque, alfele, mel de engenho, bolo de fubá, bolo chico-filipe* [....] (Ribeiro 1984: 146)

4.10. CANJICA

[Orig. contrv.; segundo AGC, do port. *canja*; para Gilberto Freire (*Casa-Grande e Senzala*), do "ameríndio" *acanijic*; segundo Nasc., do quimb. *kandjika*; para Nei Lopes, há tb. o quicg. *kanjika* 'papa de milho grosso cozido'; o emprego como eufemismo de *cachaça* é de orig. obsc.; f. hist. 1725 *quangiqua*, 1752 *canjica*] (DH). FAB considera o voc. advindo do banto e DCAB o aponta como advindo do quicg. com modalidades e nomes diversos em diferentes regiões do Brasil: no RS, comida feita de milho cozido, pouco sal, comido simples ou acompanhado com leite; na BA e PE, é apreciado com leite de coco, açúcar e canela, chamando-se *munguzá***,** alimento ao gosto de Oxalá e Nana; em outros estados, chama-se *curau*.

Para o DH é S. f. Rubr. cul. Reg. 1. Br. papa cremosa de milho verde ralado e cozido com leite e açúcar; corá, jimbelê, curau. 2. S do Br., MG, CO do Br. m. q. *munguzá.* 3. Ang. ensopado de feijão com farelo de milho, temperado com azeite de dendê.

4.11. MUNGUZÁ

Do quimb. *mukunza* 'milho cozido'. FAB o apresenta com étimo banto, Br, (quicg., quimb.)] S. m. Rubr. cul. espécie de mingau feito de milho branco com leite e leite de coco, temperado com açúcar e canela.

4.12. LÊLÊ

O DH dá-lhe a etimol. prov. afric. e define: S. m. Rubr. cul. Reg. Br. Bolo de tabuleiro, feito com milho e leite de coco. FAB o apresenta com advindo do kwe ou jeje e o DCAB dá-lhe como equiv. *canjicão*, uma das comidas votivas de Yemanjá e doce de leite de coco com milho moído, comida votiva de Oxum.

4.13. ACAÇÁ

Segundo o DCAB, do jeje *akatsa* 'espécie de pão de farinha de milho ou outro cereal, cozido na água, envolto em folhas'. Para FAB, originário do kwa (jeje), Br. A autora dá como equiv. *eco* (kwa PS). No DH, encontramos: S. m. Reg. Br. Rubr. cul. 1. bolinho afro-baiano feito de farinha de arroz ou de milho, cozido em ponto de gelatina e envolvido, ainda quente, em folhas de bananeira. 2. bebida refrescante feita de fubá, arroz ou milho, fermentado em água açucarada. Deriv. por ext. de sent. 3. substância que refresca; calmante.

4.14 . CARIMÃ

Do tupi *kari'mã* 'farinha de mandioca'; f. hist. 1554 *carimã*, 1587 *carimá*, c1594 *carima* S. m. Reg. Br. 1. farinha de mandioca seca e fina. Rubr. cul. 2. bolo feito de farinha de mandioca. 3. bolo feito com massa azeda de mandioca mole, seco ao sol. 4. Reg. PA. espécie de mingau de farinha de mandioca dissolvida em água e açucarada que se dá às crianças 5. praga que ataca os algodoeiros adj. 2g. 6. que apresenta pelagem branca e alaranjada (diz-se de bovino).

4.15. BEIJU

Para DH, do tupi *mbe'yu* 'bolo de farinha de mandioca'; var. devidas a flutuações na língua geral de *-mb-* > *-m-/-b-*, evolução consonântica *-j-* ou vocálica *-i-* da assilábica *y*, timbre da vogal pretônica etc.; ver *beiju-*; f. hist. a1576 *beijús*, c1596 *beiius*, 1618 *bejús*, 1705 *beyjù*. Peter (2002) fala da origem controv. do voc., mas acrescenta que Schneider o aponta como originário do iorubá. S. m. Rubr. cul. Reg. Br. 1. Espécie de bolo de goma ('polvilho') ou de massa de mandioca assada, de que há diversas variedades. 2. acepipe feito com fubá, açúcar e manteiga, que se assa no forno ou em chapa. 3. MG. espécie de biscoito doce muito leve e quebradiço, enrolado como canudo, ger. anunciado nas ruas pelo som de matraca ('instrumento de percussão'). 4. MG. farinha de milho grossa e torrada, com flocos, que se come ger. com leite. Tem como variante *biju*.

4.16 . TAPIOCA

O DH, citando Nasc. registra o tupi *tïpï'og* 'sedimento, coágulo da mandioca crua coalhada'; A.G. Cunha (DHPT) registra *tïpï'oka* 'fécula alimentícia da mandioca'; f. hist. 1618 *tapioqua*, c1631 *tapioquo*, 1663 *tapyoca* . Peter (2002) atenta à origem controv. do voc., mas acrescenta que Schneider o vê como originário do banto. S. f. Rubr. cul. 1. Reg. Br. fécula comestível, extraída das raízes da mandioca ou do aipim, com que se preparam pratos doces e salgados. 2. NE. beiju feito dessa fécula e recheado de coco ralado. 3. CE. pão caseiro do sertão preparado com goma de mandioca, água e sal e por vezes temperado com coco.

4.17 , MINGAU

Para Houaiss, do tupi *minga'u* 'comida que gruda', depois, com ditongação e deslocamento do acento, *mi'ngaw* 'alimento pastoso originado de farinha de mandioca cozida em leite ou água', p. ext. 'papa preparada de modo semelhante ou de consistência semelhante'; f. hist. c1584 *mingaos*, 1587 *mingau*, c1596 *mingaõs*, 1624 *mingào*, 1656 *minguao*, 1663 *mingaú*. S. m. Rubr. cul. 1. alimento cozido, de consistência cremosa, pastosa, feito ger. de leite e açúcar, engrossado com cereais ou farinhas variadas (aveia, maisena, fubá de milho, arroz etc.); papa, papinha. 2. Deriv. por anal. qualquer substância com a consistência do mingau (acp. 1).

4.18 . FUBÁ

O DH dá como étimo o quimb. *fuba*, quicg. *mfuba* 'fécula, farinha'; adp. *fubá* (oxítona) e *fuba* (paroxítona); cf. quimb. *kufubuka* 'sem consistência'. E define: S. m. 1. Reg. Br l. farinha de milho ou de arroz com a qual se faz angu; fubá 2. Reg. NE do Br. Uso: infor. situação confusa; desordem, rolo adj. (1913) 3. que tem pelo alvacento (diz-se do gado);

"Paçoca de carne boa, tatu-hu. Tatu que eu matei" (Rosa 1985: 162).

"Efetivamente, o tatu cava buracos e é tão capaz na engenharia quanto no serviço braçal" (Ribeiro 1984: 248)

4.19. TATU

O DH assim o registra: [do tupi *ta'tu* 'designação de mamíferos desdentados da fam. dos dasipodídeos'; f. hist. 1560 *tatû*, a1576 *tatús*, c1586 *tactus*, 1592 *tatu*. S. m. 1. Rubr. mastoz. design. comum aos mamíferos xenartros da fam. dos dasipodídeos, encontrados do Sul dos E.U.A. à Argentina, de corpo protegido por uma forte carapaça, formada por placas que se conectam através da pele grossa e córnea [São animais terrestres e onívoros]. 2. Deriv. por meton. Rubr. cul. Reg. Br. prato preparado com a carne de tatu. 3. Rubr. dança etn. Reg. SE e CO do Br. dança de roda, virtuosística e de caráter satírico, em que um dos participantes narra, cantando, uma caçada ao tatu. Na mesma rubr. é 4. Reg. RS. espécie de fandango (brasileiro), em que os pares entoam trovas populares sobre o tatu, com sapateado e bater de esporas dos cavalheiros. 5. (1899) Rubr. ang. Árvore (*Tetrastylidium brasiliense*) da fam. das olacáceas, nativa do Sul do Brasil, de folhas verde-pálidas e ramos floríferos axilares, com madeira própria para postes e esteios; pau-tatu. 6. Nesta mesma rubr. é Reg. MG. m.q. *pau-marfim* (*Agonandra brasiliensis*). 7. Reg. S do Br. m. q. *carijó* (armação de varas ou jirau onde são dispostos os ramos da erva-mate, para que sejam dessecados pelo calor do *barbaquá*; furna, tatu). 8. Reg. RS. parte da carne bovina situada atrás da perna do boi. 9. Reg. AM. tipo de abrigo contra a chuva, coberto com ramos e folhas. 10. Rubr. entom. Reg. AM. m.q. *cabatatu* (*Synoeca cyanea*) S. f. Rubr. entom. vespa brasileira (*Synoeca cyanea*), de coloração azul enegrecida com tons metálicos e desenhos avermelhados na cabeça, cujo ninho, com cerca de 1 m por 40 cm de largura, preso em árvores, parece com uma carapaça de tatu; irina, marimbondo-tatu, tatu, tatucaba, tatucaua, vespa-tatu. 11. Us. informal. ranho seco. Sob a f. *tatus* é S. m. pl. Reg. Br. 12. irmãs sem irmãos ou vice-versa, uma vez que a ninhada do tatu é de um só sexo.

"Tem carne, tem mandioca" (Rosa 1985: 161).

4.20. MANDIOCA

[Do tupi *m´di'og*.] S. f. Bras. 1. Planta leitosa, da fam. das euforbiáceas (*Manihot utilíssima*), cujos grossos tubérculos radiculares, ricos em amido, são de largo emprego na alimentação, e da qual há espécies venenosas, para fazer farinha de mesa. 2. O tubérculo dessa planta. [Sin., nessas acepç.: *aipi, aipim* (tupi), *castelinha, uaipi* (orig. indígena), *macaxeira* (tupi), *mandioca-doce, mandioca-mansa, maniva* (tupi), *maniveira, pão-de-pobre*] (AE-XXI).

"Onça não tocaia de riba de árvore não" (Rosa 1995: 171).

4.21. TOCAIA

O DH busca o étimo no DHPT [tupi *to'kaya* originalmente 'pequena casa rústica em que o indígena se recolhia sozinho para aguardar a oportunidade de atacar o inimigo ou matar a caça'; 'esconderijo em que se acolhe o caçador para espreitar a caça'; p. ext. 'ação de espreitar o inimigo, emboscada'; em Nascentes, tupi *to'kai* 'armadilha para caçar'] S. f. 1. Diacr. ant. pequena casa rústica em que o indígena se ocultava para esperar o momento de surpreender o inimigo ou matar a caça **2.** Reg. Br. ação de alguém ocultar-se para atacar outrem ou para caçar. 3. Reg: N. do Br. Uso: informal. poleiro de galinhas. É interessante observar um homógrafo, homófono – *tocaia*, f. de *tocaio* – com étimo do lat. atr. do espc., encontrado no DH [esp. *tocayo* (1739), de orig. duv.; segundo Corominas, prov. relacionada ao ritual do Direito Romano *Ubi tu Cajus, ibi ego Caja* (donde tu sejas chamado Cayo, a mim, chamarão Caya), frase que a esposa dirigia ao noivo; o voc. teria sido usado para cortejar pessoas de mesmo nome, sendo, assim, generalizado; a datação é para o subst.] a definição é do mesmo dic.: "Adj. e S. m. Reg.: Minho, Trás-os-Montes, Br. que ou aquele que tem nome igual ao de outro; homônimo, xará. É curioso que o segundo voc. seja conhecido de poucos brasileiros. Só recentemente, numa minissérie da TV Globo, cuja ação se passa no RS, estado limítrofe com país de língua espanhola, a palavra foi usada e, daí, propagou-se em rede nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estágio em que se encontra, o estudo não pode ser conclusivo, porque está em andamento. Contudo, a hipótese de Castro (2001) – base indígena preexistente no Brasil; africanização do português – se confirma: palavras de origem tupi têm data mais antiga (*caju* – 1576; *ananás* – 1577; *tocaia*, do tupi – a1667; *tocaia* do português evoluído do latim – 1881); palavras vindas de línguas africanas têm datas posteriores (*fubá* – 1680; *acaçá* – 1871). Falar em africanização do português parece correto: *macaco*, do banto, 1550, é palavra muito mais recorrente que *símio*, do português, com origem latina, século XIV. Todavia, faz-se necessário aprofundamento da pesquisa no tocante à datação dos vocábulos e também uma análise de frequência das palavras, para que se possa aferir qual língua se insere no português em maior proporção.

6. NOTA[1]

O livro de Castro constitui-se de exposição teórica e de um vocabulário. Quando a citação se fizer a partir do vocabulário usa-se a indicação pelo nome abreviado da obra, que aparece entre parênteses, logo a seguir a referência bibliográfica final. Nomes de outros dicionários e vocabulários aparecerão sob a mesma forma: DH, para o dicionário Houaiss; AE-XXI, para o dicionário Aurélio, por exemplo.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cacciatore, O. G. (1998). *Dicionário de cultos afro-brasileiros.* Rio de Janeiro: Forense-Universitária (DCAB).

Castro, Y. P. (2001). *Falares africanos da Bahia:* um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks (FAB).

Cunha, A. G. (1978 e 1999) Dicionário *Histórico das palavras portuguesas de origem tupi.* São Paulo: Melhoramentos. (DHTP)

Ferreira, A. B. H. (1999). *Dicionário Aurélio Eletrônico - Século XXI.* Versão 3.0. Coord. e ed. de Marina Bird Ferreira e Margarida dos Anjos. CD produzido e distribuído por Lexikon Informática, sendo versão integral do Novo Dicionário Aurélio ⍰ Século XX, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. (AE-XXI) (DA-86, quando indicado por Peter, 2002).

Navarro, E. A. (1998). *Método moderno de tupi antigo*: a língua do Brasil dos primeiros séculos. Petrópolis: Vozes.

Peter, M. (2002) "Termos de origem africana no léxico do português do Brasil" In Nunes, José Horta, Petter, Margarida (org.) *História do saber lexical e constituição do léxico brasileiro.* São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP/ Pontes.

Ribeiro, J. U. (1984). *Viva o povo brasileiro.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Houaiss, A. e Villar, M. S. (2001). *Dicionário Antônio Houaiss de língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Objetiva. (DH).

Lemos Barbosa, A. (1956). *Curso de tupi antigo.* Rio de Janeiro: Livraria S. José. (LB).

(1955). *Pequeno vocabulário tupi-português.* Rio de Janeiro, Livraria São José. (LB).

Rosa, João Guimarães. "Meu tio o Iauaretê" (1985). In *Estas estórias.* 3ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Santos, E. (1984). *Entre o gambá e o macaco*: vida e costumes dos mamíferos do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia.

Stradelli, E. (s/d) – "Vocabulários da língua geral português-nheêngatu e nheêngatu-português, precedidos de um esboço de Grammatica nheênga-umbuê-sáua mirî e seguidos de contos em língua geral nheêngatu poranduua". *Revista do Instituto Histórico.* (adquirida em sebo, numa encadernação que não preservou os dados bibliográficos). (Str).

9. ABREVIATURAS

adj.	Adjetivo
ant.	antigo
cp.	compare
acp.	aceção
atr.	através
cul.	culinária
adj.	adjetivo
aument.	aumentavivo
def.	definição, definido
afer.	aferético(a)
c	cerca de (data)
deriv.	derivado
afr.	africano, africanismo
clássico	
design.	designação
alt.	alteração
constr.	construção
diacr.	diacronismo
anal.	analogia
controv.	controversa
dic.	dicionário
ang.	angiospermas
cf.	confira, confronte
dim.;	diminutivo
dir.	Direto
ior.	ioruba
rel.	religião
divg.	divulgado(a)

lat.	latim
rubr.	rubrica
doc.	documento(ção)
m.	masculino
s	século (data)
duv.	duvidoso(a)
m. q.	o mesmo que
s.	substantivo
entom.	entomologia
mastoz	mastozoologia
sent.	sentido
esp.	Espanho
meton.	metonímia
sin.	sinônimo
espc.	especialmente
spp.	espécies
etmol.	etimologia
obsc.	obscuro(a)
talv.	talvez
etn.	etnologia, etnológico
orig.	Origem
tb.	também
ext.	extensão
p.	página
tr.	transitivo
f.	forma; feminino(a)
p. ext.	por extensão
v.	verbo
fam.	família(r)
pl.	plura
fig.	figura, figurado
port.	português
var.	variante
gen.	gênero
pref.	prefixo
voc.	vocábulo
ger.	geralmente
prov.	provavelmente
vulg.	vulgar
gir.	gíria
quimb.	quimbundo
umb.	umbundo

hist.	histórico(a)
quiicg.	quicongo
us.	usado
ictiol.	ictiologia
rad.	radical
id.	idem
red.	reduzida
infor.	informal
reg.	regionalismo

9. SIGLAS

9.1. TOPÔNIMOS

AM	Amazonas
LP	linguagem pop.
PA	Pará
Ang.	Angola
LS	língua-de-santo
PE	Pernambuco
BA	Bahia
MG	Minas Gerais
RS	Rio Grande do Sul
Br.	Brasil, brasileirismo
Moç.	Moçambique
S	Sul
CE	Ceará
N	Norte
SE	Sudeste
CO	Centro-Oeste
ND	não dicionarizado
Str	Stradelli
Es	Espírito Santo
NE	Nordeste
TO	Tocantins
GO	Goiás

9.2. DICIONÁRIOS E VOCABULÁRIOS

AE-XXI Aurélio eletrônico
AMz Amazônia
DA-86 Aurélio, ed. 86
DCAB Dicionário de cultos afro-brasileiros
DH Dicionário Houaiss
DHPT Dicionário Histórico de palavras portuguesas de origem tupi
FAB Falares africanos da Bahia
LB Pequeno vocabulário tupi-português
Curso de tupi antigo – vocabulário
Str. Dicionário Stradelli

---

44. MÁRCIA REGINA TEIXEIRA DA ENCARNAÇÃO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP – BRASIL, CENTRO UNIVERSITÁRIO MONTE SERRAT – UNIMONTE – BRASIL

ASPETOS LINGUÍSTICOS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS CAIÇARAS BRASILEIRAS

Este trabalho tem por objetivo o estudo geolinguístico de aspetos semântico lexicais do falar dos caiçaras que vivem nas comunidades tradicionais de Ilhabela. O município é composto por um arquipélago localizado no litoral norte de Estado de São Paulo, possui 346 quilômetros quadrados de extensão e ainda mantém 80% de sua área coberta pela floresta nativa, sendo importante reserva da Mata Atlântica.

Chama-se caiçara, o agricultor-pescador que sobrevive da agricultura de subsistência e da pesca artesanal. Possui uma estreita ligação com o meio natural, o que lhe permitiu a criação de um saber específico, transmitido de geração a geração.

Em decorrência do crescente processo de globalização econômica e cultural por que passam as sociedades neste início de século, percebe-se que esses grupos humanos vêm sofrendo mudanças que alteram, continuamente, algumas de suas características típicas. Isso ocorre em função das constantes movimentações em direção aos grandes centros urbanos, da forte influência exercida pelos meios de comunicação em massa, presentes na vida das pessoas, sugerindo mudanças, determinando posturas, padronizando e generalizando comportamentos. Seria, porém, simplificar demais dizer que as migrações para a cidade e a mídia são as únicas responsáveis pela desintegração de muitas culturas locais. Trata-se, na verdade, de uma soma de fatores que atuam nesse sentido.

Sabe-se que as línguas são fatos sociais, históricos, culturais e naturais e se registram como tal. Contribuem para formação da identidade cultural de povos e de nações. Toda língua, seja qual for a sua natureza, passa a veicular situações de uso, refletindo as características culturais de um povo, reconhecido pela sua identidade.

Os diversos processos de padronização em curso podem levar ao desaparecimento de muitos falares grupais como, por exemplo, o das comunidades aqui relatadas, inegavelmente em vias de extinção. É preciso, pois, que se tente resgatar o mais rápido possível a riqueza lexical existente.

0. INTRODUÇÃO

O homem diferencia-se dos outros, justamente por sua diversidade linguística, cultural, social e histórica. E, são essas características que conferem ao homem sua condição humana. O conceito de identidade cultural refere-se à conexão entre indivíduos e estrutura social. O mundo das representações, do qual a língua faz parte, tem uma dinâmica própria, embora sofra influência da base material da sociedade. A identidade social e cultural é a categoria que define como os indivíduos se inserem no grupo e como eles agem, tornando-se sujeitos sociais. Define, também, a forma como o indivíduo incorpora o mundo material a partir da experiência e projeta essa incorporação como construção simbólica. Enfim, a riqueza do homem é essa diversidade linguística, cultural, social e histórica. Toda língua revela o modo de ser do grupo que dela se utiliza e reconduz o universo social e político de sua história. É ela que confere a uma comunidade: a sua memória social; a sua consciência histórica; a consciência de sua identidade cultural e a consciência de sua permanência no tempo.

Nesse aspeto, a língua traduz-se como história no processo civilizatório, estratifica-se nos grupos sociais pelas formas livres de dizer o mundo e ainda

manifesta-se conceitualmente nas diversas linguagens e práticas sociais, cujos resultados residem nos sentidos produzidos e ampliados. É uma perceção sensorial do homem, participante da história do mundo, construtor da sua própria história. E é a cada um dos sentidos que a palavra revela que se manifesta um tipo de linguagem capaz de traduzir ideias, pensamentos e ideologias e seguem, assim, caracterizando, identificando e reconduzindo o conhecimento de mundo. Ao estudar o conjunto de códigos utilizados, percebe-se que há uma estreita interação entre o código linguístico de um determinado grupo e a sua cultura e ideologia, pois, é na língua que está refletido o meio ambiente e ainda, as condições de vida dos falantes, suas ocupações, sua tecnologia, seus objetivos materiais, suas ideias e a sua história. A língua é, ao mesmo tempo, gerador e suporte de fatos antropoculturais.

Segundo Rastier e Bouquet, 2002: 6:

> *Uma comunidade linguística e sociocultural carateriza-se como um complexo conjunto de saberes e valores compartilhados, construídos, reiterados, modificados ao longo do processo histórico. Além disso, uma cultura não é um sistema fechado; ela se forma, se desenvolve, evolui, por vezes desaparece, em função de seus contatos, dos confrontos ou conflitos com outras culturas, e resulta, sempre, a cada momento, de uma história compartilhada*.

Para o real conhecimento de um grupo humano é necessário observar a forma particular de ele representar a realidade que o circunda. Essa representação está em constante mudança, condicionada pelas necessidades dos membros do grupo. Um código não é, então, um sistema estático, mas algo dinâmico, que está em constante transformação. É certo que, quando buscamos encontrar uma realidade social, encontramo-la no universo da língua, pois é através dela que conhecemos o universo antropocultural de um determinado grupo. A pesquisa Geolinguística, método da Dialetologia, é um instrumento de suma importância, pois permite que se faça o levantamento e o registro de aspetos Linguísticos dessa população, objetivo maior desta pesquisa.

1. A DIALETOLOGIA E A GEOLINGUÍSTICA

A partir do princípio de que a língua é um sistema de interação entre o indivíduo e a sociedade em que ele atua, surgiram novos campos de reflexão e de pesquisa, entre eles, a Dialetologia e a Geolinguística. Entende-se por Dialetologia um estudo das variações na utilização de uma mesma língua por indivíduos ou grupos sociais de origem geográficas diferentes. A Dialetologia é proveniente da palavra grega *dialektos* que significa diferença, diversidade. É o estudo sistemático das diferenças regionais de uma determinada língua. O princípio da Dialetologia, no seu espectro mais amplo, tem dois marcos que imprimem as primeiras e principais diretrizes para trabalho de tal natureza: o levantamento de dados da realidade alemã feito por Wenker e a recolha sistemática para o *Atlas Linguistique de la France* (*ALF*), de Gilliéron e Edmont. A Geografia Linguística ou Geolinguística é o método da Dialetologia que estuda a variação linguística em suas várias manifestações dentro de um espaço determinado. Segundo Dubois (1978:307), *"é o estudo das variações na utilização da língua por indivíduos ou grupos sociais de origens geográficas diferentes*". Iordan (1962:273) define a Geolinguística como um estudo cartográfico dos dialetos e diz que *"A geografia linguística significa a representação cartográfica do material linguístico com o objetivo de determinar a repetição topográfica dos fenômenos".* Nesse sentido, a pesquisa geolinguística é um instrumento de suma importância, pois permite que se conheça e registre as diferentes formas de falar de uma comunidade, objetivo maior desta pesquisa.

2. AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Constatamos que, além de existir um isolamento geográfico, essas comunidades preservam suas tradições, sua maneira peculiar de vida e seu linguajar característico. Mas, as transformações e as mudanças socioculturais têm sido uma constante nas comunidades caiçaras a partir de 1960, com o declínio da agricultura e a crescente expulsão dos moradores. Um contingente cada vez maior passou a migrar para áreas suburbanas onde passaram a viver em bairros pobres, verdadeiras favelas, nas quais o modo de vida tradicional está ameaçado. O caiçara que vive no interstício da Mata Atlântica e do mar, em estuários, mangues, restingas e lagunas, usando recursos naturais para a reprodução de seu modo de vida, construiu um território rico em diversidade biológica e cultural, pois essas comunidades receberam de índios e negros

técnicas patrimoniais, mitos e lendas e ainda, uma herança linguística. Assim como os quilombolas, vargeiros, sertanejos, os caiçaras fazem parte do grande número de populações brasileiras tradicionais. O reconhecimento da existência dessas sociedades culturalmente diferenciadas representa um valor de suma importância no universo da globalização, portanto, o levantamento e o registro dos aspetos linguísticos dessa região, inegavelmente em vias de extinção por força do gradativo desaparecimento do modo de vida caiçara e da ação fortemente niveladora dos atuais meios de comunicação, faz-se de suma importância.

3. O MÉTODO DE PESQUISA GEOLINGUÍSTICO

Para a recolha dos dados que constituem o *corpus* deste trabalho utilizamos o método de pesquisa geolinguístico. Com a aplicação desse método podemos conhecer, identificar, fazer os registros dessa realidade, analisar a variação linguística existente e documentá-la em cartas. É com a elaboração dos atlas linguísticos que serão ressaltados diversos fenômenos que nos permitirão compreender melhor alguns fatores da história da língua, dando-nos uma noção de conjunto.

3.1 RESUMO DOS DADOS DOS SUJEITOS

Para a seleção dos sujeitos empregamos os critérios utilizados no Projeto Atlas Linguístico do Brasil, doravante denominado Projeto ALiB. Os sujeitos são naturais da localidade ou lá residiram pelo menos um terço 1/3 de sua vida quando procedente de outra região. Na tabela a seguir, apresentamos, o local em que ele reside, aqui denominado 'ponto', as iniciais do nome, o sexo, a idade, a profissão que ele exerce, o estado civil e o seu rendimento mensal, expresso em salário mínimo do Brasil.

Ponto	Nome	Sexo	Idade	Profissão	Estado Civil	Renda mínimo)
1	M.F.J.	F	65	Roceira	Casada	Menos d
1	P.R.O.	M	65	Pescador	Casado	2
2	M.J.I.J	F	63	Do Lar	Casada	Menos d
2	O.B.J.	M	65	Pescador aposentado	Casado	3
3	I.T.L.	F	64	Roceira aposentada	Viúva	1
4	A.M.O.	F	61	Do Lar	Casada	1

3.2. OS PONTOS LINGUÍSTICOS

Numa pesquisa dialetológica, denominamos ponto linguístico a cada uma das localidades em que se recolhem os dados de natureza linguística. Com a intenção de retratar os falares dos caiçaras habitantes das comunidades tradicionais de Ilhabela, minimizando as influências externas, buscamos pontos, cujos habitantes permanecem nas suas localidades de origem sem muito contato com turistas, pelo fato de residirem em praias de difícil acesso.

Pontos	Descrição dos pontos
01	Praia do Bonete
02	Praia dos Castelhanos
03	Ilha dos Búzios
04	Ilha de Vitória

3.3. O QUESTIONÁRIO LINGUÍSTICO

Dá-se o nome de questionário a um dos instrumentos utilizados para recolher os dados linguísticos nas pesquisas de campo. Recortado em áreas temáticas e em subáreas, as lexias obtidas como respostas dos sujeitos constituem o material de análise para nossa pesquisa. Esta análise abordará a subárea Flora, em que apresentamos, na tabela a seguir, as perguntas e seus respetivos temas:

SUBÁREA FLORA		
	Perguntas (Como se chama (m))	Temas
1	...as frutas menores que a laranja, que se descascam com a mão, e, normalmente, deixam um cheiro na mão? Como elas são?	TANGERINA/MEXERICA
2	... o grão coberto por uma casquinha dura, que se come assado, cozido, torrado ou moído?	AMENDOIM

3	....umas florezinhas brancas com miolo amarelinho, ou florezinhas secas que se compram na farmácia e servem para fazer um chá amarelinho, cheiroso, bom para dor de barriga de neném/bebê e até de adulto e também para acalmar? (Mostrar)	CAMOMILA
4	... cada parte que se corta do cacho da bananeira para pôr para madurar?	PENCA
5	... duas bananas que nascem grudadas?	BANANA DUPLA
6	... a ponta roxa no cacho da banana?	PARTE TERMINAL DA INFLORESCÊNCIA DA BANANEIRA

3.4. A ENTREVISTA (COLETA DE DADOS) E A TRANSCRIÇÃO

Essas entrevistas foram feitas com um gravador portátil Sony, modelo TCM-343 / 16 e armazenadas em fitas cassetes de 60 minutos. Depois das entrevistas, ouvimos as fitas e fizemos transcrições das falas dos sujeitos. Registramos as variáveis semântico-lexicais, independente de suas variações fônicas ou da pronúncia peculiar de cada ponto.

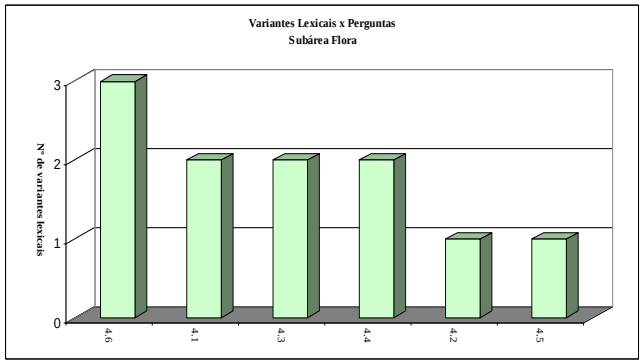
3.5. O REGISTRO DOS DADOS E A ANÁLISE

Após uma revisão de todo o material coletado, as respostas dos sujeitos foram dispostas numa planilha do aplicativo Excel da Microsoft a fim de registrarmos os dados e gerarmos as tabelas que nos forneceram os resultados para os histogramas. Ao analisarmos as respostas de nossos sujeitos, constatamos que eles não apresentaram dificuldades para responder as questões, pois essas estavam bem formuladas e em nenhuma delas encontramos abstenções. Porém, encontramos uma série de variantes lexicais, cujo número de ocorrências, em ordem decrescente, apresentamos na tabela abaixo:

Perguntas	Nº. de variantes lexicais
4.6... a ponta roxa no cacho da banana?	3
4.4... cada parte que se corta do cacho da bananeira para pôr para madurar?	2
4.3... umas florezinhas brancas com miolo amarelinho, ou florezinhas secas que se compram na farmácia e servem para fazer um chá amarelinho, cheiroso, bom para dor de barriga de neném/bebê e até de adulto e também para acalmar? (Mostrar)	2
4.1...as frutas menores que a laranja, que se descascam com a mão, e, normalmente, deixam um cheiro na mão? Como elas são?	2
4.5... duas bananas que nascem grudadas?	1
4.2... o grão coberto por uma casquinha dura, que se come assado, cozido, torrado ou moído?	1

3.6. HISTOGRAMA

No eixo X, das abcissas, estão escritos os números das perguntas e no eixo Y, das ordenadas, está a escala numérica que determina o número de ocorrências.



Num total de 6 (seis) sujeitos entrevistados, obtivemos os seguintes resultados:

A pergunta 4.6 "... a ponta roxa no cacho da banana?" obteve o maior número de variações, ou seja, 3.

A pergunta 4.1"...as frutas menores que a laranja, que se descascam com a mão, e, normalmente, deixam um cheiro na mão? Como elas são?, a 4.3 " ... umas florezinhas brancas com miolo amarelinho, ou florezinhas secas que se compram na farmácia e servem para fazer um chá amarelinho, cheiroso, bom para dor de barriga de neném/bebê e até de adulto e também para acalmar? e

a pergunta 4.4 "... cada parte que se corta do cacho da bananeira para pôr para madurar?" obtiveram, respetivamente, 2 variações lexicais.

A pergunta 4.2 "... o grão coberto por uma casquinha dura, que se come assado, cozido, torrado ou moído?" e a 4.5 "... duas bananas que nascem grudadas?" obtiveram apenas uma única variação.

A análise do número de variações lexicais será feita em função dos intervalos das ocorrências.

Os intervalos dos números de variações lexicais do histograma 1 são os seguintes: 0-1; >1-2; >2-3.

A graduação foi determinada pelo número de variações obtidas.

No intervalo de 0-1 estão as questões 4.2 e 4.5; no intervalo >1-2 estão as 4.1, 4.3, 4.4 e no intervalo de >2-3, a 4.6. As percentagens obtidas são as seguintes: 0-1: 33.34%; >1-2: 50 %; >2-3: 16.67% do total de 6 perguntas.

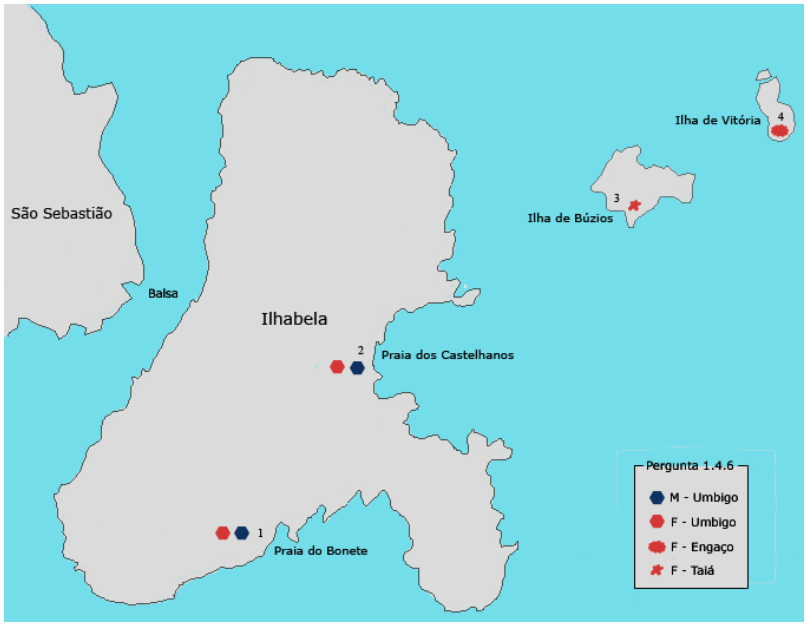
Para melhor visualização, os dados obtidos estão registrados na seguinte tabela:

Intervalo dos números de variações lexicais	Perguntas	Número de perguntas situadas nos intervalos	%
0-1	4.2 e 4.5	2	33.34%
>1-2	4.1, 4.3, 4.4	3	50,00 %
>2-3	4.6	1	16.67%

3.7. CARTAS TEMÁTICAS LEXICAIS

A carta temática lexical é a representação similar ao mapa, mas de caráter especializado, construída com a finalidade específica de registrar a distribuição das lexias, obtidas como respostas dos sujeitos nos pontos estudados. Foram preparadas individualmente a fim de registrar as lexias que se referiam a uma mesma pergunta. Registramos aqui apenas a referente à pergunta 6: "como se chama... a ponta roxa no cacho da banana?"

Símbolo	Lexia	Sexo	Frequência relativa	Frequência absoluta	Pontos
⬢	Umbigo	M/F	66,67%	4	1;2
⬬	Engaço	M/F	16,67%	1	4
✱	Taiá	M/F	16,67%	1	3
	Abstenção		0,00%	0	1;2;3;4



Obtivemos apenas lexias simples em todas as respostas, sendo que "umbigo" foi a de maior frequência e atingiu 66,67%, tendo aparecido em dois dos pontos abordados. O tema sugerido pelo Projeto ALiB 'parte terminal da

inflorescência da bananeira' não aparece nas respostas de nossos sujeitos, mas as lexias utilizadas na fala dos sujeitos faz referência a essa parte do cacho da banana. Em vista disso, consideramos que eles entenderam a pergunta.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise semântico lexical levou-nos a concluir que a língua, por estar inserida em um contexto sociocultural, imprime aos falantes as marcas dessa sociedade, que singularizam seu falar em relação a outras comunidades linguísticas No decorrer dessa pesquisa, percebemos que o tema é fonte inesgotável para vários outros estudos.

Pretendemos, em trabalhos futuros, utilizar o QSL (Questionário semântico Lexical) integralmente, abordando todas subáreas e analisando-as. A intenção é deixar registrado material que possa ser cotejado com outros falares, de outras regiões do País, ou ainda, compará-lo com dados colhidos futuramente nessa mesma região, se essas comunidades ainda existirem, pois o resultado da limitação de uso dos recursos e dos espaços naturais foi especialmente danoso para essa população.

A preocupação com as transformações da língua tem impulsionado os estudos linguísticos e influenciado um elevado número de linguistas, embasados no método geolinguístico ao registro dos falares em cartas lexicais, de modo a garantir seu registro para estudos posteriores.

Utilizamos esse método, pois permite que se conheça e registre as diferentes formas de falar de uma comunidade de uma forma única, baseado em um questionário padronizado que nos permite comparações precisas com outros trabalhos.

5. BIBLIOGRAFIA

ALVAR, M. (1991) *Estúdios de geografia linguística* Madri: Paraninfo.

BALLY, C. (1935) *El lenguaje y la vida*. Buenos Aires: Losada, S.A.

BRANDÃO, S. F. (2000) *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Ática.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas linguístico do Brasil: questionários.* Londrina: Ed. da UEL.

COSERIU, E. (1972) *Teoria da linguagem e linguística geral*. Trad. de Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP.

_____. (1982) *A Geografia Linguística* In: *O homem e sua linguagem.* Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. São Paulo: EDUSP.

DUBOIS, Jean *et al*. (1978). *Dicionário de Linguística* São Paulo: Cultrix.

IORDAN, I. (1962) *Introdução à linguística românica*. Trad. de Júlia Dias Ferreira. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MALDONADO, W. (1996) *Comunidades caiçaras e o Parque Estadual de Ilhabela*. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.) *Ilhas e Sociedades Insulares*. São Paulo: NUPAUB-USP.

MARCUSCHI, L. (1986) *Análise da conversação*. São Paulo: Ática.

MULLER, C. (1968) Initiation a la statisque Linguistique. Paris: Larousse.

_____. (1977) *Principes et Methodes de Statisque Lexicale*. Paris: Librairie Hachette.

RASTIER, François. (1991) Sémantique et recherches cognitives. Paris: PUF.

RASTIER, François et BOUQUET, Simon (Orgs.) *et al.* (2002) Une *introduction aux sciences de la culture.* Paris: P.U.F.

45. MARTINHO MONTERO SANTALHA, UNIVERSIDADE DE VIGO, AGLP

AS PRONÚNCIAS PADRÃO BRASILEIRA E GALEGA FRENTE À LISBOETA. (COM ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A UNIDADE FÓNICA DA LÍNGUA PORTUGUESA)

Caraterística comum das pronúncias nativas brasileira e galega da língua portuguesa frente à pronúncia lisboeta – que, como se sabe, é tomada como norma a imitar por muitos falantes portugueses – é a melhor conservação do vocalismo etimológico, nomeadamente do vocalismo átono. Neste ponto, a deriva atual da pronúncia lisboeta afasta-se da fonética histórica do idioma, e, com isso, da língua escrita comum e, ao mesmo tempo, da pronúncia dos falantes doutros países, não influídos pela fala lisboeta.

A consequência mais grave desse facto é que a pronúncia que nos últimos tempos se vai difundindo como padrão no português de Portugal resulta não só algo "estranha" mas por vezes mesmo de difícil compreensão para os falantes doutras áreas (por exemplo, para brasileiros e galegos). Este é talvez o mais importante fenómeno que está na raiz das propostas de "independência linguística", assim no Brasil como na Galiza.

O filólogo brasileiro Celso Cunha advertia há já anos: "*há uma distinção entre o português europeu e o americano que se tem acentuado muito nos*

últimos séculos, diversificação que poderá, com o correr do tempo, chegar a resultados imprevisíveis. [...]

O português era uma língua de base vocálica, e assim continua na modalidade brasileira. Há cerca de dois séculos começou o português europeu a seguir outra deriva, ou seja, a fortalecer as consoantes e a obscurecer as vogais átonas. [...] É, pois, de toda a conveniência que se tome como padrão no ensino em Portugal uma das pronúncias existentes com que se resguarde melhor o vocalismo átono" (*Língua portuguesa e realidade brasileira*, 1968, pp. 75-76).

Não faltam vozes no mesmo Portugal que avisam ao respeito. Assim, o professor Vital Moreira num artigo intitulado "Crónica do falar lisboetês" (*Público*, 4 de janeiro de 2000, pág. 7) declarava: *"Penso que não se trata de um desenvolvimento linguístico digno de aplauso"*; e constatava como os seus alunos brasileiros "*se me queixam de que nos primeiros tempos da sua estada em Portugal têm grandes dificuldades em perceber os portugueses, justamente pelo modo como o português é falado entre nós, especialmente no "dialeto" lisboetês corrente nas estações de televisão*". E concluía: "*não me agrada nada a ideia de que, por força da força homogeneizadora da televisão, cada vez mais portugueses sejam "colonizados" pela maneira de falar lisboeta. E mais preocupado ainda fico quando penso que nessa altura provavelmente teremos de falar em inglês para nos entendermos com os espanhóis e – ai de nós! – talvez com os próprios brasileiros...*".

1.1. NORMA (FÓNICA) E SISTEMA

Que existam numa mesma língua variações de índole fonética (diferenças de pronúncia ou, como se diz popularmente, "de sotaque") é fenómeno normal, mais ou menos comum em todas as línguas, especialmente naquelas que, como a nossa, se estendem por amplos territórios. Esta variação pode até afetar não só a fala popular mas também a pronúncia considerada "culta" e correta numa determinada zona. A filologia contemporânea descreve esse fenómeno como um exemplo mais – neste caso referido ao campo fonético - de um princípio de índole geral: a possibilidade da existência de diversas *normas* dentro de um mesmo *sistema* linguístico. Pressuposto basilar desse princípio é que essa diversificação não obstaculiza a compreensão mútua dos falantes de diversas *normas*, e, portanto, não produz problemas de intercomunicação – fim principal da linguagem humana e, portanto, de todas as línguas. Pelo sotaque um falante pode identificar a procedência geográfica do seu interlocutor, mas não por isso encontrará dificuldades sérias na interpretação das suas mensagens.

1.2. A NORMA FÓNICA DE PORTUGAL: PROBLEMAS

Caraterística comum das pronúncias nativas brasileira e galega da língua portuguesa frente à pronúncia lisboeta – que, como se sabe, é tomada como norma a imitar por muitos falantes portugueses – é a melhor conservação do vocalismo etimológico, nomeadamente do vocalismo átono. Neste ponto, a deriva atual da pronúncia lisboeta afasta-se da fonética histórica do idioma, e, com isso, da língua escrita comum e, ao mesmo tempo, da pronúncia dos falantes doutros países, não influídos pela fala lisboeta. Essa diferença pode ser considerada normal: uma variação de *normas* fónicas dentro do mesmo *sistema*. No entanto, neste caso o fenómeno não deixa de apresentar alguns carateres algo especiais. O filólogo brasileiro Celso Cunha advertia há já anos:

> "*há uma distinção entre o português europeu e o americano que se tem acentuado muito nos últimos séculos, diversificação que poderá, com o correr do tempo, chegar a resultados imprevisíveis. [...] O português era uma língua de base vocálica, e assim continua na modalidade brasileira. Há cerca de dois séculos começou o português europeu a seguir outra deriva, ou seja, a fortalecer as consoantes e a obscurecer as vogais átonas. [...] É, pois, de toda a conveniência que se tome como padrão no ensino em Portugal uma das pronúncias existentes com que se resguarde melhor o vocalismo átono*" (Língua portuguesa e realidade brasileira, 1968, pp. 75-76).

A consequência mais grave desse facto é que a pronúncia que nos últimos tempos se vai difundindo como padrão no português de Portugal resulta não só algo "estranha", mas por vezes mesmo de difícil compreensão para os falantes doutras áreas (por exemplo, para brasileiros e galegos).

A este respeito podemos fixar-nos em três experiências de índole linguística, que creio comuns nos nossos dias:

2.1. OS GALEGOS EM PORTUGAL.

Os galegos que viajam a Portugal, mesmo aqueles que se sentem conscientemente membros da lusofonia, acham dificuldades para compreender os portugueses. E esta experiência resulta ainda mais frustrante à vista de que não experimentam nenhuma dificuldade com a língua portuguesa escrita. Na zona de Lisboa experimentaram já esse problema alguns galegos de há um século, como é o caso de Castelao, o qual, manifestando o seu gozo de ver-se em Portugal entre falantes da sua própria língua, não deixou de notar também a "estranheza" de algumas realizações fónicas lisboetas. Em tempos recentes o prestígio de Lisboa está estendendo essas peculiaridades fónicas também ao resto de Portugal, mesmo à zona do norte. Pessoalmente posso notar bem a diferença entre a pronúncia das pessoas adultas aquando da minha primeira viagem a Portugal, no verão do ano 1974, e a da maioria dos falantes nortenhos de hoje: trinta anos de escola e televisão deixaram uma influência clara.

2.2. OS BRASILEIROS EM PORTUGAL.

Que isso nos aconteça a nós, galegos, poderia dever-se simplesmente à nossa peculiar situação linguística, que o professor Carvalho Calero qualificava acertadamente como "clínica" (isto é, a situação de uma comunidade linguística doente por causa da desfortuna histórica). Mas não é problema unicamente dos galegos: também os brasileiros que viajam a Portugal (e suponho que, em certa medida, igualmente os falantes dos outros países lusófonos) acham dificuldades de compreensão da pronúncia. Poderiam aduzir-se vários testemunhos de brasileiros (abundantes, por exemplo, nos foros de Internet); mas será mais valioso o do professor Vital Moreira, da Universidade de Coimbra, que no seu artigo intitulado "Crónica do falar lisboetês" (que reproduzo íntegro em apêndice) constatava como os seus alunos brasileiros

> "*se me queixam de que nos primeiros tempos da sua estada em Portugal têm grandes dificuldades em perceber os portugueses, justamente pelo modo como o português é falado entre nós, especialmente no "dialeto" lisboetês corrente nas estações de televisão*" (Público, 4 de janeiro de 2000, pág. 7).

2.3. OS PORTUGUESES NO BRASIL.

Uma terceira experiência afeta os portugueses que viajam ao Brasil: é frequente experimentarem, não sem um certo sentimento de vaga frustração, que os brasileiros acham dificuldade em compreendê-los. Também aqui pode ser-nos útil o testemunho do professor Vital Moreira:

> "*A propósito do português do Brasil, vou contar uma pequena história que se passou comigo. Na minha primeira visita a esse país, fui uma vez convidado para um programa de televisão em Florianópolis (Santa Catarina). Logo me avisaram que precisava de falar devagar e tentar não comer os sons, sob pena de não ser compreendido pelo público brasileiro, que tem enormes dificuldades em compreender a língua comum, tal como falada correntemente em Portugal. Devo ter-me saído airosamente do desafio, porque, no final, já em off, o entrevistador comentou: "O senhor fala muito bem português*." (Queria ele dizer que eu tinha falado um português inteligível para o ouvido brasileiro.)"

Há, pois, uma primeira consequência negativa: a pronúncia lisboeta das vogais átonas torna difícil a intercomunicação falada de Portugal com os outros territórios da lusofonia. O professor Vital Moreira assinalava ainda outros efeitos negativos do fenómeno, um deles a maior dificuldade de aprendizagem da ortografia para os portugueses, visto que a pronúncia lisboeta se afasta excessivamente da língua escrita comum:

> "*Este falar português, cada vez mais cheio de "chês" e de "jês", é francamente desagradável ao ouvido, afasta cada vez mais a pronúncia em relação à grafia das palavras e torna o português europeu uma língua de sonoridade exótica*".

Outra consequência é que talvez esta diferença tão notável no vocalismo átono constitui o mais importante fenómeno que está na raiz das propostas de "independência linguística", assim no Brasil como na Galiza, que pretendem fazer do português falado em cada uma dessas áreas línguas independentes: a "língua brasileira" e a "língua galega".

3. CONCLUSÃO

Não sabemos por onde nos levará o futuro (quase sempre imprevisível) neste ponto. Talvez não haja motivo para dramatizar. Mas tampouco parece razoável fechar os olhos à realidade e aos seus problemas. De qualquer modo, víamos já a advertência do professor Celso Cunha:

> *"É, pois, de toda a conveniência que se tome como padrão no ensino em Portugal uma das pronúncias existentes com que se resguarde melhor o vocalismo átono"* (Língua portuguesa e realidade brasileira, 1968, p. 76).

Pela sua parte, o professor Vital Moreira manifestava com mais força a sua preocupação ao respeito:

> *"Penso que não se trata de um desenvolvimento linguístico digno de aplauso". [...] "não me agrada nada a ideia de que, por força da força homogeneizadora da televisão, cada vez mais portugueses sejam "colonizados" pela maneira de falar lisboeta. E mais preocupado ainda fico quando penso que nessa altura provavelmente teremos de falar em inglês para nos entendermos com os espanhóis e – ai de nós - talvez com os próprios brasileiros...".*

Talvez os demais lusófonos não devamos dizer outra coisa que manifestar aos irmãos portugueses o que é o nosso desejo: desejaríamos que tanto os organismos como os indivíduos que possam ter algum influxo determinante neste campo fizessem um esforço de pedagogia linguística a fim de que a pronúncia culta comum de Portugal mantivesse com mais firmeza o vocalismo átono tradicional da nossa língua comum. Felizmente, hoje não faltam meios para conseguir isso, sem necessidade de exercer nenhum tipo de violência sobre a espontaneidade dos falantes.

4. APÊNDICE

Crónica do falar lisboetês

Vital MOREIRA, (Professor de Direito Constitucional na Universidade de Coimbra) *Público*, terça-feira, 4 de janeiro de 2000, pág. 7.

De súbito, o homem do quiosque de Lisboa a quem eu pedira os meus jornais habituais interpelou-me: – O senhor é do Norte, não é?

Respondi-lhe que não, que nasci na Bairrada e que resido há quase 40 anos em Coimbra. Fitou-me perplexo. Logo compreendi que do ponto de vista de Lisboa tudo o que fique para cima de Caneças pertence ao Norte, uma vaga região que desce desde a Galiza até às portas da capital. Foi a minha vez de indagar porque é que me considerava oriundo do Norte. Respondeu de pronto que era pela forma como eu falava, querendo com isso significar obviamente que eu não falava a língua tal como se fala na capital, que para ele, presumivelmente, não poderia deixar de ser a forma autorizada de falar português.

Foi a primeira vez que tal me aconteceu. Julgava eu que falava um português padrão, normalmente identificado com a forma como se fala grosso modo entre Coimbra e Lisboa e cuja versão erudita foi sendo irradiada desde o século XVI pela Universidade de Coimbra, durante muitos séculos a única universidade portuguesa. Afinal via-me agora reduzido à patológica condição de falante de um dialeto do Norte, um desvio algo assim como a fala madeirense ou a açoriana.

Na verdade – logo me recordei –, não é preciso ser especialista para verificar as evidentes particularidades do falar alfacinha dominante. Por exemplo, piscina diz-se "pichina", disciplina diz-se "dichiplina". E a mesma anomalia de pronúncia se verifica geralmente em todos os grupos sce ou sci: "crecher" em vez de crescer, "seichentos" em vez de seiscentos, e assim por diante.

O mesmo sucede quando uma palavra terminada em s é seguida de outra começada por si ou se. Por exemplo, a expressão "os sintomas" sai algo parecido com "uchintomas", "dois sistemas" como "doichistemas". Ainda na mesma linha a própria pronúncia de Lisboa soa tipicamente a "L'jboa".

Outra divergência notória tem a ver com a pronúncia dos conjuntos -elho ou -enho, que soam cada vez mais como "-ânho" ou "-âlho", como

ocorre por exemplo em coelho, joelho, velho, frequentemente ditos como "coâlho", "joâlho" e "vâlho".

Uma outra tendência cada vez mais vulgar é a de comer os sons, sobretudo a sílaba final, que fica reduzida a uma consoante aspirada. Por exemplo: "pov' "ou "continent'", em vez de povo e de continente. Mas essa fonofagia não se limita às sílabas finais. Se se atentar na pronúncia da palavra Portugal, ela soa muitas vezes como algo parecido com "P'rt'gâl".

O que é mais grave é que esta forma de falar lisboeta não se limita às classes populares, antes é compartilhada crescentemente por gente letrada e pela generalidade do mundo da comunicação audiovisual, estando por isso a expandir-se, sob a poderosa influência da rádio e da televisão.

Penso que não se trata de um desenvolvimento linguístico digno de aplauso. Este falar português, cada vez mais cheio de "chês" e de "jês", é francamente desagradável ao ouvido, afasta cada vez mais a pronúncia em relação à grafia das palavras e torna o português europeu uma língua de sonoridade exótica, cada vez mais incompreensível já não somente para os espanhóis (apesar da facilidade com que nós os entendemos a eles), mas inclusive para os brasileiros, cujo português mantém a pronúncia bem aberta das vogais e uma rigorosa separação de todas as sílabas das palavras.

A propósito do português do Brasil, vou contar uma pequena história que se passou comigo. Na minha primeira visita a esse país, fui uma vez convidado para um programa de televisão em Florianópolis (Santa Catarina). Logo me avisaram que precisava de falar devagar e tentar não comer os sons, sob pena de não ser compreendido pelo público brasileiro, que tem enormes dificuldades em compreender a língua comum, tal como falada correntemente em Portugal. Devo ter-me saído airosamente do desafio, porque, no final, já em off, o entrevistador comentou: "O senhor fala muito bem português." (Queria ele dizer que eu tinha falado um português inteligível para o ouvido brasileiro.) Não me ocorreu melhor do que retorquir:

– Sabe, fomos nós que o inventámos...

Por vezes conto esta estória aos meus alunos de mestrado brasileiros, quando se me queixam de que nos primeiros tempos da sua estada em Portugal têm grandes dificuldades em perceber os portugueses, justamente pelo modo como o português é falado entre nós, especialmente no "dialeto" lisboetês corrente nas estações de televisão.

Quando deixei o meu solícito dono do quiosque lisboeta do início desta crónica, pensei dizer-lhe em jeito de despedida, parafraseando aquele episódio brasileiro:

– Sabe, a língua portuguesa caminhou de norte para sul...

Logo desisti, porém. Achei que ele tomaria a observação como uma piada de mau gosto. Mas confesso que não me agrada nada a ideia de que, por força da força homogeneizadora da televisão, cada vez mais portugueses sejam "colonizados" pela maneira de falar lisboeta. E mais preocupado ainda fico quando penso que nessa altura provavelmente teremos de falar em inglês para nos entendermos com os espanhóis e – ai de nós! – talvez com os próprios brasileiros...

---

46. MOISÉS DE LEMOS MARTINS, UNIVERSIDADE DO MINHO (UM) , MOISESM@ICS.UMINHO.PT; MOISESLMARTINS@GMAIL.COM

A ATUALIDADE DO COMBATE LINGUÍSTICO. A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E A LUSOFONIA.

Na era da informação global impressiona saber que os utentes da Internet de língua inglesa são 323 milhões (30% do total), os de língua chinesa 144 milhões (13,3% do total) e os de língua japonesa 86 milhões (8% do total), à frente dos utentes de Internet de língua espanhola, que são 82 milhões (7,5% do total) e dos utentes de Internet de língua portuguesa, que não passam de 34 milhões (3,1% do total).

Mas não é só na Internet que o inglês se impõe a todas as línguas. Como segunda língua o inglês esmaga toda a concorrência. O inglês é apenas a 4ª língua nativa mais falada, depois do chinês, do hindi e do espanhol, mas pensa-se que mais de mil milhões de pessoas falem um inglês de maior ou menor fluidez.

Quando falamos de informação, pela imprensa escrita, pela rádio e pela televisão, e também pela Internet, não podemos deixar de ter em atenção que a informação se faz em línguas, que é sempre precisa uma língua natural para

a divulgarmos. À medida, todavia, que o mundo se torna mais global, que a velocidade dos transportes encolhe as distâncias geográficas, que as redes de telecomunicações se espalham em maior largura de banda, a pressão por uma só língua aumenta. No entanto, todos aqueles que se acham comprometidos com a língua portuguesa têm que estar nessa luta. Com efeito, preservar uma língua, expoente máximo de uma cultura, é saber fortificá-la na comunicação diária e global.

Entretanto, o intercâmbio editorial entre Portugal e o Brasil e os países africanos de expressão oficial portuguesa continua a ser incipiente. Mas a língua tem que funcionar entre nós como um importante instrumento comercial, cultural e político. Uma língua também faz valer a sua força graças à informação que veicula. Isso é verdade com a imprensa escrita, a rádio e a televisão. E é-o ainda mais com Internet. Temos à partida 210 milhões de falantes de português. Ou seja, temos à partida 210 milhões de consumidores de produtos linguístico culturais.

1. A INDECISA COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA

Gostaria de começar por dizer que a ideia de lusofonia, em que se inscreve a ideia de comunidade luso-brasileira, é uma realidade plural, e mesmo uma realidade contraditória, que não dispensa a revisitação do sonho luso-tropicalista de Gilberto Freyre, que emerge no Brasil desde os anos 30 do século passado, e em Portugal desde os anos 50, por muito que o Estado Novo salazarista tenha enredado o lusotropicalismo num equívoco colonialista. Num e noutro caso, com efeito, prevalece a ideia de que o progresso e a cultura resultam da miscigenação das etnias, e também da miscigenação da memória de tradições e de paisagens. Num e noutro caso, também, impõe-se a ideia de que é possível florescer no seio de uma entidade transnacional ou supranacional uma federação cultural com lugar para muitos Estados.

Num tempo marcado, todavia, pela globalização, interculturalismo e multiculturalismo, o espaço cultural da lusofonia não pode deixar de ser hoje senão um espaço plural e fragmentado, com uma memória igualmente plural e fragmentada. Quer isto dizer que a ideia de pertença identitária, implícita no facto de um conjunto de povos falar uma mesma língua, não dispensa nunca a consideração de realidades nacionais multiculturais em distintas regiões do globo, com a língua portuguesa a ter que se relacionar com outras línguas locais e a ter que entrar em muitos casos em competição com elas.

Num Encontro luso-brasileiro sobre língua e cultura portuguesa, gostaria, entretanto, de manifestar o meu regozijo e dar os parabéns à Comissão Organizadora pela realização deste Congresso da Lusofonia, que junta duas comunidades científicas, uma portuguesa e outra brasileira. A estas duas comunidades, que um dia se cruzaram e então imaginaram constituir uma única comunidade, as histórias dos seus distintos países impuseram-lhes que crescessem afastadas uma da outra e a ignorarem-se. Acontece, no entanto, que apesar de diversas, elas se veem nos nossos dias, cada vez mais, com um destino comum, por partilharem uma identidade "escargotique", como diria, num outro contexto, o saudoso sociólogo Abraham Moles.

Tanto o Brasil, como Portugal, deslocam hoje, é um facto, um imaginário de língua e de cultura que os aproximam na diversidade, sendo que esse sonho partilhado envolve ambas as comunidades, tal um caracol. E na medida em que habitam um espaço simbólico que partilham, deslocando um imaginário que é para ambos um mesmo sonho, Portugal e Brasil veem-se diversos sem dúvida, mas embarcados numa viagem que os convoca a ambos, uma viagem que tem sido caraterizada como a viagem da lusofonia. ~

"*Habitar é a marca fundamental do ser*", dizia Martin Heidegger. Se levarmos a sério esta advertência de Heidegger, podemos dizer que é no quase idêntico espaço simbólico que habitam, que tanto Portugal como o Brasil têm também a marca fundamental do seu ser.

Amorosamente indecisa e duvidando, a identidade luso-brasileira sonha, todavia, com um parentesco histórico, cultural e linguístico, entre Portugal e Brasil. E falar de sonho, quando nos referimos ao destino das nossas comunidades, não é dizer pequena coisa, uma vez que o real, todo o real, começa por ser um sonho na cultura, e só depois se torna uma concretização cultural. Ora, pelo menos no que respeita às nossas comunidades científicas, eu gostaria de ver rebatidas as fronteiras, todas as fronteiras de linha plena e contínua, e de as ver substituídas pelos limites imprecisamente espacializáveis da tradição e do destino comuns, com a nossa história cultural a assinalar

sempre a copresença do mesmo e do outro no caminho que desejamos percorrer em comum. Poderia dizer que, num certo sentido, essa é a minha utopia de comunicação.

2. GLOBALIZAÇÃO E LUSOFONIA

Ao autonomizar-se como variável dominante no mundo, a globalização fracionou as sociedades transcontinentais, cujos projetos, todavia a precederam: o Brasil e os Estados Hispânicos convergem no Mercosul; por sua vez, a francofonia, a Comunidade Britânica, a lusofonia e o panarabismo desenvolveram linhas diferenciadas na unidade do continente africano; além disso, o Corão apela à identidade de um cordão muçulmano que, de Gibraltar à Indonésia, divide o norte do sul do mundo.

Nestas circunstâncias, é certamente uma das tarefas mais desafiantes para os governos que exercitam todos uma soberania em crise, e dos quais se espera uma criatividade que sirva a paz como envolvente forte da mudança, a tarefa de harmonizar tão diferenciadas e múltiplas filiações, umas baseadas na experiência e na história, e outras induzidas pelas leituras do futuro premente.

É, no entanto, inquietante que este quadro exigente de conciliações se debata hoje com o anúncio de uma conflitualidade dominada pelo confronto armado das várias civilizações, marcadas pelas diferenças religiosas, numa circunstância em que todas as áreas culturais falam pela primeira vez com voz própria na cena internacional e se veem forçadas à convergência pela globalização derivada das revoluções científica, técnica e dos mercados.

A minha convicção é, entretanto, a de que a cultura e o progresso são filhos da mistura. E esta convicção funda-se na experiência que está a ser vivida no campo das migrações pela Comunidade de Povos de Língua Portuguesa (CPLP), e também no campo das suas distintas literaturas, servidas uma e outras por particulares políticas da língua. A curta experiência desta Comunidade tem mostrado, penso eu, que a convergência dos países culturalmente solidários, que prestam uma solidária homenagem a iguais valores da paz e do desenvolvimento, tornam mais forte e mais escutada a voz com que afirmam a sua presença na ordem internacional em mudança.

As solidariedades horizontais (que decorrem da partilha de uma mesma língua e da miscigenação de memórias e tradições, identificando uma e outra a área cultural lusófona) são, neste sentido, ao que eu penso, um elemento que fortalece o tecido da globalização das dependências, assim contribuindo para uma articulação entre a linha da territorialização dos poderes políticos e a linha da mundialização da sociedade civil organizada em rede.

Com certeza que é inevitável que cada um dos países lusófonos reunidos na CPLP tenha de considerar a ligação a grandes espaços diferenciados e que conjunturalmente tenha de considerar também a ligação a espaços com interesses que podem ser contraditórios. Todavia essa realidade, tornando mais complexa a tarefa da solidariedade dos povos, torna igualmente mais estimulante o seu exercício e mais exigente o seu estudo.

3. A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E A LUSOFONIA

Ao refletir sobre a lusofonia não posso deixar de assinalar a multidão de pessoas que tem a língua portuguesa como primeira língua. São 210 milhões os falantes de português, quase tantos como os falantes de francês (120 milhões) e de alemão (100 milhões) juntos. Depois do chinês, com 850 milhões de falantes, do hindi com 400 milhões, do espanhol com 390 milhões, do inglês com 354 milhões e do árabe com 272 milhões, o português vem a seguir, em sexto lugar, com 272 milhões de falantes. No entanto, na era da informação global impressiona saber que os utentes da Internet de língua inglesa são 323 milhões (30% do total), os de língua chinesa 144 milhões (13,3% do total) e os de língua japonesa 86 milhões (8% do total), à frente dos utentes de Internet de língua espanhola, que são 82 milhões (7,5% do total) e dos utentes de Internet de língua portuguesa, que não passam de 34 milhões (3,1% do total). Mas não é só na Internet que o inglês se impõe a todas as línguas. Como segunda língua o inglês esmaga toda a concorrência. O inglês é apenas a 4ª língua nativa mais falada, depois do chinês, do hindi e do espanhol, mas pensa-se que mais de mil milhões de pessoas falem um inglês de maior ou menor fluidez.

Quando falamos de informação, pela imprensa escrita, pela rádio e pela televisão, e também pela Internet, não podemos deixar de ter em atenção que a informação se faz em línguas, que é sempre precisa uma língua natural para a divulgarmos. À medida, todavia, que o mundo se torna mais global, que a velocidade dos transportes encolhe as distâncias geográficas, que as redes de telecomunicações se espalham em maior largura de banda, a pressão por uma só língua aumenta. Penso, todavia, que todos aqueles que se acham comprometidos com a língua portuguesa têm que estar nessa luta. Preservar uma língua, expoente máximo de uma cultura, é saber fortificá-la na comunicação diária e global. Neste sentido, é dever dos falantes de uma língua cultivá-la e promovê-la, porque é na língua em que sentimos, pensamos, nos exprimimos e comunicamos que se joga a identidade de um povo, de uma cultura, de uma civilização.

4. UNIFORMIZAÇÃO LINGUÍSTICA E COMBATE LINGUÍSTICO

Indiscutivelmente o inglês é hoje a língua dominante no mundo, tal como outrora o foram o latim e o francês. Contrariamente, todavia, ao latim que no Império romano era sobretudo a língua da administração, o inglês tem hoje uma força de caráter preponderantemente económico, político, cultural e científico. Ou seja, além de ser a língua franca do comércio, o inglês é também a língua franca da ciência, da cultura de massas (cinema, televisão, música), e das tecnologias da informação. E são de assinalar duas grandes vantagens que o inglês tem sobre as outras línguas: por um lado, tem a vantagem da distribuição geográfica enquanto língua nativa; e, por outro lado, a vantagem de ser língua oficial de países muito povoados. Os falantes do português concentram-se na América do Sul, na Europa e na África, ao passo que o inglês é falado como língua materna nestes três continentes e na Oceânia, Austrália e Nova Zelândia. Depois são de destacar os países de África e Ásia onde a história deu ao inglês um papel fundamental como língua oficial, em África destacam-se a Nigéria, a África do Sul e o Quénia, e na Ásia, a Índia, o Paquistão, o Bangladesh e Hong-Kong (China).

A difusão geográfica e temática do inglês, a uma escala global, concorre, no entanto, para um enfraquecimento de todos os vernáculos, e, portanto, também do português. Podemos dizer, além disso, que as novas realidades, científicas, tecnológicas, culturais e sociais ao serem expressas com termos ingleses veem acentuar-se esse empobrecimento da língua vernácula. Assistimos hoje, com efeito, a uma verdadeira invasão das línguas vernáculas, não apenas por novos termos (breefing, workshop, meeting, marketing, design, etc.), mas também por semantizações esdrúxulas.

Nestas circunstâncias, preservar a sua língua, expoente máximo da cultura, é saber fortificá-la na comunicação diária e global. Como salientei já, vejo os profissionais da comunicação social, e também os professores de língua e cultura portuguesa, como instrumentos ativos dessa fortificação. O intercâmbio editorial entre Portugal e o Brasil, e também o intercâmbio entre os países africanos de expressão oficial portuguesa, continua todavia a ser incipiente. Mas a língua tem de funcionar aqui como um importante instrumento comercial, cultural e político. Tenho para mim a ideia de que uma língua apenas pode fazer valer a sua força pela informação que veicula. E a meu ver, esta força da língua tanto deve ser demonstrada pela imprensa escrita, pela rádio e pela televisão, como mais ainda o deve ser pela Internet, dado o facto de a importância de uma língua se medir pelos conteúdos disponibilizados neste meio. Contra o empobrecimento da língua, é hoje, pois, função de primordial importância da comunicação social tradicional, e também da comunicação na net, disponibilizar em vernáculo a maior variedade de informação, literária, científica, cultural, visual, musical, económica, assim a tornando acessível ao maior número de falantes, nativos e não nativos de uma língua.

Em conclusão, pode dizer-se que, felizmente, a música latina tem-se afirmado nos nossos dias como uma força extraordinária no mercado *on-line* de música e tem contribuído em muito para a difusão da língua portuguesa na América do Norte e na Europa Central, como tem sido o caso com a música brasileira, samba, bossa nova.

Mas é possível pensar mais além. Temos à partida 210 milhões de falantes de português. Ou seja, temos à partida 210 milhões de consumidores de produtos linguístico culturais: informação, música, televisão, cinema, jogos. Uma língua é humor e ironia e é também elaboração de poesia e prosa literária. Além disso, só numa língua materna é possível a expressão de sentimentos

complexos, como a expressão artística, a reflexão filosófica e a manifestação espiritual e sentimental, que não cabem na linguagem simplificada que uma segunda língua pode permitir. Cabe à comunicação social e aos professores de língua e cultura empenhar-se neste combate pela sobrevivência da língua portuguesa, que é da mesma forma um combate pela nossa sobrevivência plural, na diversidade dos povos e culturas que somos.

47. REGINA BRITO, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. , INSTITUTO NACIONAL DE LINGUÍSTICA DE TIMOR-LESTE

SENTIDOS E SENTIMENTOS EM TORNO DA LUSOFONIA

O encontro com diferentes espaços em que o português é uma das línguas de expressão oficial (materna ou não) revela-nos que a utilização do termo Lusofonia (e de uma série de outras expressões daí decorrentes, tais como: países lusófonos, comunidade lusófona, mundo lusófono, cultura lusófona, unidade lusófona, identidade lusófona, etc.) provoca interpretações e reações muito diversas no contexto que abarca a denominada "comunidade dos países de expressão portuguesa", que se faz representar pela CPLP (e que compreende: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste).

Procura-se, aqui, refletir acerca da (multifacetada) ideia do "sentimento de lusofonia" nos vários espaços que, com o termo, se procura construir uma imagem de unidade.

Evocando vozes de sotaques vários, pretende-se trazer elementos que apontem para uma conceituação desvinculada de egocentrismos e/ou desconfortos que a palavra LUSOFONIA carrega, pela identificação explícita à centralidade da matriz portuguesa em relação aos sete outros países.

O CONCEITO «LUSOFONIA» USA-SE GENERICAMENTE PARA DESIGNAR O CONJUNTO DAS COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO.

Assim é o primeiro parágrafo do tópico "lusofonia", com grande destaque na página inicial do *Portal do Governo Português*.[146] É para esse sítio, também, que, por exemplo, o *Portal do Governo Brasileiro* remete quando se pesquisa por esse tema – não sem que antes se faça uma certa navegação[147] pela página. A mesma pesquisa, em sítios oficiais dos outros países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)[148], aponta, via de regra, para "notas da imprensa" em que é a palavra (ou, mais comumente, formas dela derivadas) veiculada. Nessa rápida incursão nos espaços oficiais de divulgação dos oito estados-membros pela Internet pode-se já vislumbrar a diversidade de sensações que tratar da *lusofonia* provoca, concretamente, nos seus múltiplos modos de existir. Se, no Portal do Governo Português, a referência à lusofonia, mais do que explícita, é de exaltação (em visita à página, observe que a caixa de chamada destaca-se pelo tamanho, pela cor, pela ilustração e pelo desenho diferenciado das letras), em nenhuma das demais *homepages* governamentais observa-se (tão enfática e declaradamente) qualquer alusão à lusofonia.

Abordar o tema "lusofonia", portanto, não significa percorrer caminhos serenos – seja os trilhados pelos políticos, seja os trilhados por estudiosos ou literatos. Procurando uma síntese das sensações que tratar desse tema provoca, Namburete (2006: 64) aponta a obviedade com que se trata a questão da lusofonia em Portugal, a naturalidade com que o assunto é abordado no Brasil, a consciência da necessidade do português para o fortalecimento dos mecanismos de cooperação e de reconstrução de uma nova nação com que se encara o assunto em Timor-Leste, e o ceticismo com que este tema é inevitavelmente enfrentado do lado africano.

[146] http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Geral/Lusofonia (acesso em 20/05/2007).

[147] http://www.brasil.gov.br/pais/lingua_portuguesa/portugues/ - clicar, em seguida, em "comunidades lusófonas" no tópico "Veja Também". (acesso em 20/05/2007).

[148] Veja os portais oficiais dos outros seis países da CPLP disponíveis na internet: República de Angola: http://www.mapess.gv.ao/;; República de Cabo Verde: http://www.governo.cv/; República da Guiné-Bissau: http://www.guine-bissau.com/; República de Moçambique https://www.govnet.gov.mz; República Democrática de São Tomé e Príncipe: http://www.presidencia.st/; República Democrática de Timor-Leste: http://www.gov.east-timor.org/ . (páginas acessadas em 25//05/2007).

Breve revisão da literatura a respeito revela a gama de discussões que a matéria tem suscitado, oscilantes entre insinuações de uma penetração cultural e da invasão empresarial e colocações que enfatizam os benefícios que essa unidade de língua proporciona(ria) nos diversos setores da vida de cada um desses países.

Do lado africano, há considerações acerca da imprecisão e das pressões políticas que rodeiam o conceito – por exemplo, o historiador angolano Carlos Pacheco[149] (2000) assinala que a lusofonia é "como um conceito vago, uma estratégia política e cultural sem qualquer correspondência com a alma e o sentir dos povos africanos" outros, como o linguista Vatomene Kukanda[150], também angolano, entendem que

> *o facto de Angola pertencer à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) poderia reforçar essa presença [do português no território] se uma política linguística clara e consequente fosse aplicada perante o ensino da língua portuguesa dum lado e das línguas autóctones do outro*. (Kukanda, 2000: 112).

Em Maputo, em 2002, durante o *V LUSOCOM*, participamos de uma série de debates envolvendo a problemática das línguas faladas em Moçambique[151]. Neste outro cenário tem-se discutido o papel das línguas autóctones[152] na comunidade lusófona. É o que faz, por exemplo, o Liphola[153] (2002:1): sabendo-se que a comunicação desempenha um papel fundamental na transformação da comunidade lusófona, a realidade linguística de Moçambique obriga-nos a fazer a seguinte pergunta: a comunicação em que língua?

Por sua vez, Lopes[154] (2002: 1-5) destaca o desenvolvimento e a necessidade do estudo descritivo do Português Moçambicano, cuja moçambicanidade torna esta variedade distinta da variedade do Português na sua dimensão europeia Firmino[155] (2002: 304), entrando no debate sobre o reconhecimento dos papéis que as línguas locais e o Português assumem como consequência da sua incorporação nas atividades sociais moçambicanas, assinala que o Português e as línguas autóctones associam-se para executar tarefas no contexto dos sistemas retóricos, indiciais e ideológicos configurados pela natureza das relações sociais que caraterizam a sociedade contemporânea moçambicana.

Do lado das Ciências da Comunicação, o jornalista Eduardo Namburete (2006: 73) arremata: o maior conflito reside na própria definição do termo lusofonia, que coloca maior ênfase na língua portuguesa, procurando deste modo criar um paralelismo com a francofonia ou outras fonias. Essa caraterização empobrece um conceito que devia ser mais abrangente, englobando aí as interrelações histórica, culturais, econômicas, emocionais, mentais, linguísticas, políticas, e outros fatores que são comuns aos países e comunidades cujo passado tem marcas portuguesas.

Do lado timorense[156], a perspetiva se reveste, normalmente, de uma certa consciência da necessidade de difusão do português para o fortalecimento dos

[149] Carlos Pacheco, nascido em Luanda, dedica-se à investigação histórica, sobretudo em aspetos que têm a ver com as relações entre Angola e Portugal colonial. Cursou História na Faculdade de Letras da Universidade de Lourenço Marques (Moçambique) e na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Brasil). Colunista do jornal Público (Lisboa), foi colaborador de vários periódicos em Portugal, no Brasil (O Globo - Rio de Janeiro, e Jornal da Tarde - São Paulo), em Angola (Jornal de Angola) e na Alemanha (Africa Süd – Zeltschrift Zum Südlichen Africa).

[150] Vatomene Kukanda é Diretor-Geral do Instituto de Línguas Nacionais e docente da Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola.

[151] Na prática, falar sobre o português em Moçambique significa falar de uma minoria escolarizada e habitante dos centros urbanos, apesar de a língua portuguesa ter o estatuto de língua oficial, sendo utilizada como meio de instrução e de comunicação pública nacional. Dados do Instituto Nacional de Educação (1999) apontam que apenas 8,7% de moçambicanos em idade superior a 5 anos falam português como língua materna e que quase a totalidade dos falantes adultos, cujas línguas maternas pertencem ao grupo bantu, utilizam o português como segunda língua – o que significa o seu contato constante com outras variedades linguísticas (Brito e Martins, 2004a)

[152] De acordo com Censo de 1980, mais de duas dezenas de línguas constituem a língua materna para a maioria da população: bitonga, chope, koti, kunda, lomwe, maconde, macua, marendje, mwani, ngulu, nsenga, nyanja, nyungwe, phimbi, ronga, sena, shona, swahili, swazi, tswonga, tswa, yao, zulu.

[153] Marcelino Liphola é Diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.

[154] Armando Jorge Lopes é Diretor da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.

[155] Gregório Firmino é Diretor-Adjunto da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.

[156] Colônia portuguesa desde o século XVI, Timor-Leste esteve ocupado pelo Japão durante três anos, na altura da Segunda Guerra Mundial, e sofreu com o domínio da Indonésia de 1975 até 1999.

mecanismos de cooperação e de reconstrução da nova nação, conforme as palavras do líder da Resistência e primeiro Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Xanana Gusmão[157]:

> *A opção política de natureza estratégica que Timor-Leste concretizou com a consagração constitucional do Português como língua oficial a par com a língua nacional, o tétum, reflete a afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs ao mundo e, em particular, na nossa região onde, deve-se dizer, existem também similares e vínculos de caráter étnico e cultural, com os vizinhos mais próximos. Manter esta identidade é vital para consolidar a soberania nacional*. [158]

Neste caso, vale trazer, também, a perspetiva que norteia os estudos linguísticos no país:

> *Se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos, e Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na gênese da cultura nacional*. (Hull, 2001: 39)

Destaquemos, entretanto, que essa visão não parte apenas dos acadêmicos, linguistas e políticos. Em diferentes momentos, em contato com grupos distintos, documentamos declarações do cidadão timorense comum de apego e de reconhecimento pela língua portuguesa. Assim, tanto indivíduos com mais de 40 anos, que trazem o "português da memória de antes de 75", quanto jovens (da geração educada em língua Indonésia) espelham o mesmo discurso veiculado por autoridades e falam da necessidade da língua portuguesa para a preservação da identidade timorense e da importância da cooperação dos outros países "lusófonos" para o futuro de Timor-Leste:

> *A língua portuguesa vai ser a língua oficial e como um caminho que liga os países que falam português, nas relações diplomáticas e negócios. A língua portuguesa desenvolve em Timor contribui no desenvolvimento e progresso e combater a Ignorância e a pobreza*.
> (timorense, 48 anos, de Liquiçá[159])

> *Para mim, a língua portuguesa é muito bonita, muito importante e assim como os nosso herança (riquesa) que a gente tem que desenvolver. Então quem amar do seu país tem que amar da sua Língua oficial, por isso que eu queria estudar muito com língua português com vocês*.
> (jovem timorense, 20 anos, de Díli)

> *A Língua Portuguesa significa para mim porque em primeiro lugar língua portuguesa é língua oficial do nosso país através de isto a língua portuguesa também é uma língua histórica sobre a nossa cultura em Timor Leste. Para mim pessoalmente escolhi estudar língua portuguesa na faculdade ciência da educação porque eu quero ser uma boa professora portuguesa para ensinar o povo de Timor Leste*.
> (jovem timorense, 25 anos, de Díli160)

No caso brasileiro, mesmo sem pesquisa de campo, é possível afirmar que não há visível incômodo, pelo menos quanto à utilização do termo Lusofonia. Seja por desconhecimento, seja por evocar, no Brasil de hoje, um país que nós viemos a "descobrir", fato é que o cidadão comum via de regra não se incomoda com a pertença a uma "comunidade lusófona". Ainda mais porque os brasileiros muitas vezes denominam a língua que usam, não de portuguesa, mas de uma assumida "língua brasileira".

Vítima de brutal repressão, os invasores indonésios forçaram o ensino de sua língua, o bahasa indonésia, proibiram o uso da língua portuguesa e minimizaram o uso da língua nacional, o tétum. Com a independência e a constituição da República Democrática de Timor-Leste, em maio de 2002, a língua portuguesa assume o estatuto de oficial, ao lado da língua tétum.

[157] Foi eleito, em maio de 2007, como novo Presidente da República Democrática de Timor-Leste, o Nobel da Paz José Ramos-Horta e indicado a Primeiro-Ministro o ex-presidente Xanana Gusmão.

[158] Alocução do Presidente Xanana Gusmão, proferida em Brasília, no dia 1 de agosto de 2002, durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. www.cplp.org/noticias/ccegc/di7.htm [p. cap. em 03/08/02].

[159] Candidatos a alfabetizadores do Projeto Alfabetização Comunitária em Timor-Leste (junho/2001).

[160] Alunos do Projeto *Universidades em Timor-Leste*, "Canção Popular e Música Brasileiras em Timor-Leste", desenvolvido em Timor-Leste de agosto a dezembro de 2004, em ação bilateral, congregando universidades e governos de ambos os países.

Tratar desta questão remete-nos, também, ao sociólogo brasileiro Gilberto Freyre e a títulos como *Casa grande & Senzala* (1934), *O mundo que o português criou* (de 1940), *Aventura e Rotina* e *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (ambas de 1953).

Deixando de lado as discussões que envolvem sua colaboração com o regime salazarista, o lusotropicalismo[161] de Freyre, fundamentando-se na ideia da miscigenação (que, no caso do português, teria feito toda a diferença com relação aos outros colonizadores europeus) não apenas como fenômeno racial, mas, sobretudo, considerando sua dimensão sociocultural, acentua a condição original que tinha levado o povo português a promover a interpenetração racial, linguística e cultural, combinando a cultura europeia com a cultura tropical (Magalhães, 2003: 101).

Não é, portanto, ilógico reconhecermos que a expansão da ideia freyreana de um mundo "lusófono", pautado em outros planos além do linguístico, contribuiu para, por exemplo: a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (1989); a Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1989); a assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) e a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996).

Do ponto de vista linguístico (sem nos atermos a considerações cronológicas), evocamos Fiorin (2006), para quem a lusofonia faz sentido quando compreendida, (con)sentida e vivida como uma comunidade sem hierarquias, pautada na igualdade:

> *Para que a lusofonia seja um espaço simbólico significativo para seus habitantes, é preciso que seja um espaço em que todas as variantes linguísticas sejam, respeitosamente, tratadas em pé de igualdade. [...] Evidentemente, a lusofonia tem origem em Portugal e isso é preciso reconhecer. No entanto, o que se espera na construção do espaço enunciativo lusófono é a comunidade dos iguais, que têm a mesma origem*. (p.46)

Defender a ideia de uma *lusofonia significativa* representa, pelo menos, buscar uma integração entre unidade/variedade, reconhecendo que são muitos os "proprietários" da Língua Portuguesa e assumindo a noção de diversidade/pluralidade cultural como caraterística inerente ao conceito[162] - isso caso não se pretenda correr o risco de a ***Lusofonia*** abdicar de um significado simbólico real e de se constituir num espaço do discurso vazio de um jargão político sem sentido (Fiorin, 2006: 46)

Essa abordagem foi, de certo modo advertida, em 1986, nas Diretrizes para o Aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa, do Ministério da Educação do Brasil, elaborada por filólogos do porte de Celso Cunha, Celso Luft e Edgar Renault:

> *A emergência de variedades linguísticas postulou a existência de duas ou mais normas cultas dentro de uma mesma língua de cultura. É o que ocorre com o nosso idioma no Brasil, em Portugal, em Angola, em Moçambique, em Cabo Verde, na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe. O conceito de língua culta, conexo ao de norma culta não coincide, pois, com o de língua de cultura. As línguas de cultura oferecem uma feição universalista aos seus milhões de usuários, cada um dos quais pode preservar, ao mesmo tempo, usos nacionais, locais, regionais, setoriais, profissionais.* (Renault, E.; Cunha, C.; Luft, C., 1986: 5)

É, pois, num contexto geograficamente disperso, naturalmente multi e pluricultural, de sistemas linguísticos vários e de diferentes normas do português, que é possível pensar/sonhar a língua e a identidade lusófonas.

Assim, a lusofonia legitima-se somente quando a entendemos múltipla e quando nela distintas vozes são reconhecidas e respeitadas. Claro é, também, (como frisa Fiorin, 2006), que não se pode enxergar a lusofonia apenas como um *espaço dos usuários do português*, pois se toda língua tem uma função simbólica e um papel político, assim também a Lusofonia precisa ser pensada.

Neste aspeto, conforme o sociólogo português Moisés Martins,

[161] Remetemos a Moisés Martins (2006), António Dimas (2006).

[162] Para outros comentários, remetemos a Brito e Martins (2004 a).

[...] a lusofonia só poderá entender-se como espaço de cultura. E como espaço de cultura, a lusofonia não pode deixar de nos remeter para aquilo que podemos chamar o indicador fundamental da realidade antropológica, ou seja, para o indicador de humanização, que é o território imaginário de paisagens, tradições e língua, que da lusofonia se reclama, e que é enfim o território dos arquétipos culturais, um inconsciente conetivo lusófono, um fundo mítico de que se alimentam sonhos. (2006:50)

A pluralidade de sensações e sentimentos que a mera evocação da palavra faz aflorar necessita, portanto, do conhecimento e do (auto)reconhecimento da imagem histórico-cultural de cada um desses espaços da chamada "comunidade lusófona". Como adverte Lourenço (2001: 166) *[...] não há razão para não sonhar a sério – mesmo com os perigos de delírio que comporta – uma comunidade de raiz linguisticamente portuguesa* [...], sonhá-la a sério significa não ser o único sonhador dela e saber que os outros não a sonham como nós.

Na verdade, do ponto de vista dos povos colonizados, é difícil dissociar o passado histórico colonial do sentido que a palavra *Lusofonia* traz nos dicionários: no plano etimológico, o substantivo abstrato **Lusofonia** liga-se à "Lusitânia", província romana pertencente à Hispânia, habitada pelos Lusitanos: a forma **luso**, do latim *lusu*, remete a lusitano, português, relativo a Portugal e a forma (de origem grega) **fon** relaciona-se a som, voz, palavra, língua.

É desta via, portanto, que se retira seu conceito mais evidente e divulgado: o de abranger os países de língua portuguesa. Numa conceituação um pouco mais alargada, costuma-se, então, aplicar o termo "lusófono" aos indivíduos que têm em comum a Língua Portuguesa e que partilham elementos culturais e históricos.

No plano histórico, a ideia da "lusofonia" teria tido início com a expansão marítima portuguesa a partir do século XV, que espalhou e que, em certa medida, difundiu pelo mundo sua língua e cultura, pela atuação de missionários e colonos.

Como "teorizadores" desse ideal de "lusofonia", costuma-se citar, na literatura, o Padre Antônio Vieira com o projeto messiânico do Quinto Império, um Império de caráter religioso e universal [163] e Fernando Pessoa[164], concebendo o "Quinto Império", como "império" da língua portuguesa - um espaço cultural.

No plano político, o plano dos "discursos oficiais", a ideia da lusofonia se apresenta como sendo um sistema de comunicação linguístico-cultural no âmbito da língua portuguesa e nas suas variantes linguísticas que, no plano geo-sócio-político, abarca os países que adotam o português como língua materna (Portugal e Brasil) e língua oficial (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau - que constituem os *Países Africanos de Língua Oficial*

[163] Mas, antes que passemos adiante, satisfaremos um argumento que nos fica no texto de Daniel, porque não deixemos o inimigo nas costas. Diz o texto que levantará Deus esta nova monarquia in diebus regnorum illorum, nos dias daqueles impérios. Logo, esta monarquia não é futura se não passada, porque dos quatro impérios já passaram totalmente os três, que são o dos Assírios, o dos Persas e o dos Gregos, e o quarto, que é o Romano, também está na última declinação. Respondo que o Profeta na sua interpretação se acomodou com grande propriedade à figura do enigma que declarava. Porque Deus, no sonho de Nabucodonosor, representou todos os quatro impérios, não como quatro corpos ou quatro indivíduos, senão como um só corpo ou um só indivíduo. Por isso viu o Rei não quatro estátuas senão uma só estátua; e assim como dos quatro corpos dos quatro impérios se formou um corpo, assim das quatro durações dos quatro impérios se há de compor uma só duração, donde segue que com toda a verdade se pode afirmar que sucederá nos dias daqueles Reinos o que sucede nos dias de qualquer deles. Exemplo: a vida de um homem compõe-se de muitas idades, e o que acontece em qualquer destas idades se diz com toda; propriedade e verdade que acontece nos dias daquele homem. Da mesma maneira a duração da estátua dos impérios era composta de diferentes idades. A sua primeira idade, que é o tempo dos Assírios foi idade de ouro, a segunda, que é o tempo dos Persas, foi idade de prata, a terceira, que é o tempo dos Gregos, foi idade de bronze, a quarta, que é o primeiro Império dos Romanos, foi idade de ferro, a quinta, que é este último tempo dos mesmos Romanos, é idade de ferro e barro. E basta que nesta última idade, como decrépita, daquela estátua ou daqueles reinos se haja de levantar o Quinto Império, para que com toda a verdade e com toda a propriedade se verifique havê-lo Deus de levantar nos dias daqueles reinos; in diebus regnorum illorum. Assim que o Império que promete Daniel não é império já passado, senão que ainda está por vir. (Padre Vieira, História do Futuro, Volume II, Livro I, Capítulo II: Segunda profecia de Daniel).

[164] Em Mensagem, 1934, e, mais tarde, em especial, no Livro do Desassossego, do heterônimo Bernardo Soares: Acima da ideia do Império Português, subordinado ao espírito definido pela língua portuguesa, não há fórmula política nem ideia religiosas [...] condições imediatas do Império da Cultura é uma língua apta para isso, rica, gramaticalmente completa, fortemente nacional.

Portuguesa - PALOP) - e Timor-Leste. Apenas para trazer um exemplo desse discurso, transcrevemos o pronunciamento de Jaime Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em visita oficial a Cabo Verde, em 1983:

> *[...] o processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo transcontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de chefes de Estado ou de governo, promover encontros anuais de ministros de Negócios Estrangeiros e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar*. (apud Magalhães, 2003: 107).

No entanto, não se pode restringir a lusofonia ao que as fronteiras dos territórios nacionais delimitam. Antes, é preciso considerar as muitas comunidades espalhadas pelo mundo e que constituem a chamada "diáspora lusa" e as localidades em que, se bem que nomeiem o português como língua de "uso", na verdade, ela seja minimamente (se tanto) utilizada: Macau, Goa, Diu, Damão e Malaca. Além disso, Lourenço (2001) – o intelectual que, com certeza, mais tem pensado criticamente a matéria - assinala, com rigor, que a lusofonia é inconcebível sem a inclusão da Galiza:

> *[...] é o espaço galaico-português onde, com a língua que é ainda a nossa, eclodiu o primeiro e nunca acabado canto que dará à cultura portuguesa [...] um lugar à parte na constelação poética da romanidade. [...] Quer dizer, como imaginar o espaço lusófono, e na medida em que ele é o horizonte onde inscrevemos a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sem incluir nele a Galiza? [...] dado o contexto histórico-político da península a que pertencemos, não se estranhou que a Galiza não tenha estado presente e fosse incluída na nova comunidade de referência lusófona a que se deseja dar, além da vida formal, vitalidade e futuro. Mas isso significa, pelo menos, que o espaço da lusofonia e o da comunidade de referência lusófona não coincidem*. (Lourenço, 2001: 178)

Vale assinalar que, criada em 1996, a *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* define-se como "foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, para a concentração político-diplomática e da cooperação entre os seus membros"[165], com o intuito de reunir os países de língua oficial portuguesa a fim de uniformizar e difundir a língua e aumentar o intercâmbio cultural entre eles. Em torno disto, em diversas circunstâncias, Eduardo Lourenço refere-se à CPLP - ao afirmar que a *Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, tal como existe, ou queremos que exista, seria um refúgio imaginário* (2001: 182) - e aos ideais da lusofonia – um *projeto*, uma *aposta*, na qual deve residir *alguma verdade* (uma vez que foi "imaginada" – 2001:176).

No ensaio "Imagem e miragem da lusofonia" (escrito no ano da criação da CPLP), assinala:

> *Só para nós, portugueses, a lusofonia e a mitologia da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa é imaginada como uma totalidade ideal compatível com as diferenças culturais que caraterizam cada uma das suas componentes. Como portugueses, seria impossível e sem sentido não a imaginar assim, pois somos o espaço matricial da língua portuguesa, levando-a connosco para as paragens que tocámos ou colonizámos [...] O que não podemos é atribuir a essa centralidade nossa na esfera lusófona outra dimensão que não seja essa de essência genealógica, de caráter estritamente comunicacional 166 [...] O nosso drama – tragédia é sempre metáfora para os Portugueses – é que, dadas as complexas relações culturais que tecemos com o Brasil e as novas nações de expressão oficial lusófona – ou elas connosco - , nenhum dos povos lusófonos se sente empenhado, como nós, na visão que a lusofonia induz e, muito menos, nos fantasmas não muito antigos que a assimilavam à esfera lusíada*. (Lourenço, 2001: 179-80)

[165] "Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", Cimeira Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa, 17 de julho de 1996.

[166] Registremos o comentário de Ana Castro Osório, feito em 1918: "O Brasil é para nós sagrado, porque a sua grande missão futura é afirmar ao mundo as qualidades de nossa raça e impor a nossa língua". In MATTOSO, José (Dir.) História de Portugal. Sexto Volume (autor: Rui Ramos). Lisboa, Círculo de Leitores, 1993. p. 587.

As colocações que Lourenço faz ao longo de sua obra a respeito do tema não deixam dúvidas sobre a viabilidade da lusofonia. No entanto, o que se deixa entrever é que não é viável a instituição de uma ideologia lusófona que nasça e corra por conta de interesses político-econômicos na esteira da chamada globalização.

Num outro plano, o conceito de lusofonia (Reis, 1997; apud Sousa, 2002: 306-7) pode ser formulado tomando por base três princípios.

O primeiro deles é o da globalização, entendendo que os problemas da lusofonia e a afirmação de uma identidade comunitária que se funda na língua ultrapassam o fator linguístico e convocam globalmente governos, ONGs, sociedade civil, etc.

O segundo princípio é o da diversificação, reconhecendo a heterogeneidade de cada realidade nos países que compõem a comunidade lusófona e que, do ponto de vista português, são marcados por elementos que não têm origem portuguesa.

A relativização é o último dos princípios, implicando que a comunidade lusófona, devido à diversidade de cada realidade, é desigual e muito pouco coesa.

Uma síntese do mundo lusófono – que se procura reunir numa noção (ainda que mítica) de lusofonia – pretende conciliar diversidades linguísticas e culturais com a unidade que estrutura o sistema linguístico do português. Deste modo, como referimos, essa descrição oferece uma dimensão geográfica da língua portuguesa distribuída por espaços múltiplos, numa área extensa e descontínua e, que, como qualquer língua viva, se apresenta internamente caraterizada pela coexistência de várias normas e subnormas. Estas, naturalmente, divergem de maneira mais ou menos acentuada num aspeto ou noutro, numa diferenciação que, embora não comprometa a unidade do sistema linguístico, possibilita-nos reconhecer diferentes usos dentro de cada comunidade.

Deste modo, reconhece-se, por exemplo, o *Português Europeu* e o *Português Brasileiro* (e os muitos falares dentro de cada um), da mesma forma que já se publicam estudos sobre o Português Moçambicano (ver, por exemplo, Armando Jorge Lopes), do português em/de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste: "se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextrincavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense" acentua Lourenço (2001: 112).

Assim é que podemos experimentar sentidos e sentimentos, no entrecruzar de línguas do moçambicano José Craveirinha, na sua "Fraternidade das Palavras", numa natural miscigenação linguística

O céu
É uma m' benga[167]
Onde todos os braços das mamanas
Repisam os bagos de estrelas.
Amigos:
As palavras mesmo estranhas
Se têm música verdadeira
só precisam de quem as toque
ao mesmo ritmo para serem
todas irmãs.
E eis que num espasmo
De harmonia como todas as coisas
Palavras rongas e algarvias ganguissam
Neste satanhoco papel

E recombinam o poema.

Ou no desabafo do "Angolano", de Neves de Sousa:

(...)

[167] *m'benga* - pote de barro; *mamanas* – mulheres; *ronga* – dialeto mais meridional do grupo linguístico banto tsonga. É falado numa pequena área que inclui a cidade do Maputo; *gangussam* – namoram; *satanhoco* – uma coisa que não presta.

Ser africano não é questão de cor
é sentimento, vocação, talvez amor.
Não é questão nem mesmo de bandeiras
de língua, de costumes ou maneiras...
A questão é de dentro, é sentimento
e nas parecenças de outras terras
longe das disputas e das guerras
encontro na distância esquecimento!

No entanto, como assinalamos, não se pode centrar a questão da lusofonia somente no aspeto linguístico Sem dúvida, a língua portuguesa é o grande instrumento para o sentimento de lusofonia, mas também o é para o reconhecimento e para a construção do chamado espaço da lusofonia e dos sentidos de que se revestem os discursos das identidades várias abarcadas por esse mundo de *expressão* (também) *portuguesa*[168].

Uma lusofonia que se possa concretizar passa pelo ideal de *língua* sem adjetivo, como a cantada pelo brasileiro Caetano Veloso:

Gosto de sentir a minha língua roçar
A língua de Luís de Camões
Gosto de ser e de estar
E quero me dedicar
A criar confusões de prosódias
E uma profusão de paródias
Que encurtem dores
E furtem cores como camaleões
Gosto do Pessoa na pessoa
Da rosa no Rosa
E sei que a poesia está para a prosa
Assim como o amor está para a amizade
E quem há de negar que esta lhe é superior
E deixa os portugais morrerem à míngua
"Minha pátria é minha língua"
Fala mangueira!
Fala!
Flor do Lácio Sambódromo
Lusamérica latim em pó
O que quer
O que pode
Esta língua?
Vamos atentar para a sintaxe dos paulistas
E o falso inglês relax dos surfistas
Sejamos imperialistas
Vamos na velô da dicção choo choo de
Carmen Miranda
E que o Chico Buarque de Holanda nos resgate
E - xeque-mate - explique-nos Luanda
Ouçamos com atenção os deles e os delas da
TV Globo
Sejamos o lobo do lobo do homem
Adoro nomes
Nomes em Ã
De coisas como Rã e Imã
Nomes de nomes
Como Scarlet Moon Chevalier
Glauco Matoso e Arrigo Barnabé e Maria da
Fé e Arrigo barnabé
Flor do Lácio Sambódromo
Lusamérica latim em pó
O que quer
O que pode
Esta língua?
Incrível
É melhor fazer um canção
Está provado que só é possível
Filosofar em alemão
Se você tem uma idéia incrível
É melhor fazer um canção
Está provado que só é possível

[168] Brito e Bastos, 2007: 65-78.

Filosofar em alemão
Blitz quer dizer corisco
Hollywood quer dizer Azevedo
E o Recôncavo, e o Recôncavo, e o
Recôncavo
Meu medo!
A língua é minha pátria
E eu não tenho pátria: tenho mátria
E quero frátria (grifos nossos)
Poesia concreta e prosa caótica
Ótica futura
Samba -rap, chic-left com banana
Será que ela está no Pão de Açúcar?
Tá craude brô você e tu lhe amo
Qué queu te faço, nego?
Bote ligeiro
Nós canto-falamos como quem inveja negros
Que sofrem horrores no gueto do Harlem
Livros, discos, vídeos à mancheia
E deixe que digam, que pensem e que falem

É necessário ter clareza quanto aos papéis distintos que a língua portuguesa forçosamente cumpre em cada localidade; ou seja, pensar a lusofonia é, igualmente, refletir sobre a função que o português exerce em cada um dos contextos de sua "oficialidade" – é, por exemplo, língua materna no Brasil, mas, ao mesmo tempo, é totalmente desconhecida em muitos espaços moçambicanos ou timorenses. Insistimos que o respeito e o (re)conhecimento das diferentes realidades linguísticas constituintes desses contextos em que "também se fala o português" é que tornam viável um repensar das atitudes culturais, dos conceitos e dos modos de interagir e de interpretar cada uma dessas realidades.

A ideia da lusofonia só pode fazer sentido, portanto, se a concebermos acima das nacionalidades, muito além de qualquer perceção mítica de uma única nação, ou de responsabilidade de preservação por parte de outra. Ao entender que a língua é que nos diz a cada indivíduo lusófono - numa fraternidade (como a das palavras, de Craveirinha) que assume com naturalidade discursos diferentes (como a "frátria" desejada por Caetano) - é que a lusofonia pode "vir a ser", de fa(c)to.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brito, Regina Helena Pires de e Bastos, Neusa Maria (2007). Dimensão semântica e perspetivas do real: comentários em torno do conceito de lusofonia. In: SOUSA, H. e MARTINS, M.L. (org.) Comunicação e Lusofonia. Porto, Campo das Letras. P.65-78.

Brito, Regina Helena Pires de e Martins, Moisés de Lemos (2004a) "Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português". http://hdl.handle.net/1822/1005. Comunicação apresentada no IIº Congresso Ibérico de Ciências da Comunicação / III.º Congresso Português da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM), realizado na Universidade da Beira Interior (Covilhã), de 22 a 24 abril de 2004.

_____ (2004b) "Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária no contexto lusófono". In *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. São Paulo / Lisboa. Lusocom. pp. 69-77. Disponível também, em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1679

Dimas, António (2006) Décimo congresso Brasileiro de Língua Portuguesa. Congresso Internacional de Lusofonia. In: Bastos, N. M. O. B. (org.), *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas*, São Paulo: EDUC. pp. -24.

Fiorin, José Luiz (2006) A lusofonia como espaço linguístico In: Bastos, N. M. O. B. (org.), *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas*, São Paulo: EDUC. pp. 25-47.

Firmino, Gregório. (2002) A questão linguística na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique. Maputo, Promédia.

Hull, Geoffrey (2001) Timor Leste – Identidade, língua e política nacional. Lisboa, Instituto Camões.

Kukanda, Vatomene. (2000) "Diversidade linguística em África". *Africana Studia*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. N.3. pp. 101-11.

Liphola, Marcelino. (1988) "As línguas banto de Moçambique – uma pequena abordagem do ponto de vista sociolinguístico". São Paulo, s/e, p. 33-37. (texto cedido pelo autor).

Lopes, Armando Jorge (2002) "Em direção ao primeiro léxico de usos do português moçambicano". In: *Veredas* 3 – II. Revista da Associação Internacional de Lusitanistas. Porto. Fundação Eng. António de Almeida.

Lourenço, Eduardo. (2001) *A nau de Ícaro*. São Paulo, Cia das Letras.

Magalhães, José Calvet de. (2003). As relações luso-brasileiras na segunda metade do seculo XX. In: Abdala Junior, Benjamin (org.) Incertas relações: Brasil – Portugal no século XX. São Paulo: SENAC. Pp.99-124.

Martins, Moisés de Lemos (2006). 'Lusofonia e luso tropicalismo, equívocos e possibilidades de dois conceitos hiperidentitários', Bastos, N. M. O. B. (org.), *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas*, S. Paulo: EDUC. pp. 49-62.

Pacheco, Carlos (2000) Lusofonia e regimes autoritários em África. In: *Público*. Lisboa. 3 de fevereiro.

Renault, E.; Cunha, C.; Luft, C (1986) Diretrizes para o Aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa. Brasília, MEC.

Sousa, Helena. (2002) Os media ao serviço do imaginário: uma reflexão sobre a RTP Internacional e a Lusofonia. *Comunicação e Sociedade 2 - Cadernos do Noroeste*. Série Comunicação, vol. 14 (1-2). Braga, Universidade do Minho. p. 305-17.

48. ROSEMEIRE FACCINA, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE..

QUESTÕES DE POLÍTICAS DE LÍNGUA E DE ENSINO DE PORTUGUÊS NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Objetiva-se pôr em destaque as políticas de língua adotadas no Brasil na primeira metade do século XX, tendo como foco o ensino de Língua Portuguesa nos dois países.

Para tanto, constituirão o corpus deste trabalho dois nomes brasileiros, a saber, Eduardo Carlos Pereira (gramático) e João do Rio (cronista), numa mostra de seus "falares brasileiros".

Acrescente-se a isso, o fato de a escola secundária brasileira oficial ter sido palco da representação político linguística da época, uma vez que o ensino era simplesmente voltado a uma pequena parcela elitizada da população brasileira, num período pós-república, cujos objetivos e metas foram, também, a nacionalização efetiva do Brasil não só como país independente, mas como uma nação com um sistema de ensino desvinculado do de Portugal.

1.0. INTRODUÇÃO

O século XX é palco de determinadas políticas de língua tanto em Portugal como no Brasil. A gama de questões que aborda o sistema de ensino da **língua portuguesa** é tão grande e de tamanha variação, inclusive do ponto de vista conteudístico, que incita à investigação no sentido de buscar esclarecimentos, na tentativa de esclarecer as políticas linguísticas adotadas no e pelo Brasil nesse longo período, tendo em vista que essas sistemáticas, em geral, têm caráter eminentemente político. Em outras palavras, as políticas de língua implantam e seguem modelos educacionais da época em que se inserem. Este artigo trata apenas de uma parte de um estágio pós-doutoral.

Em Portugal, nessa época, as autoridades em educação mantêm em todo o país uma política de língua que privilegia as elites, consolidando uma prática que vem desde o século dezoito: os liceus, instituição responsável pela educação secundária de prestígio. O povo, em geral, recebe uma educação que se pode chamar de segunda linha, já que nem mesmo há em todo Portugal, professores formados para ministrar o que se chama de curso primário.

Cabe salientar, ainda, que as políticas linguísticas instituídas pelos governantes brasileiros e portugueses, no final do século XIX, início do século XX, promovem um modelo de organização do ensino nacional – língua materna - que justifica a elaboração de livros cujos conteúdos traduzam o conhecimento do saber gramatical em Língua Portuguesa. Além disso, algumas questões como ética, cidadania, nacionalismo exacerbado e cultura acabam por revelar as ideias e os conceitos linguísticos que subjazem ao nascimento dessas obras nos dois países. Assim, levando em consideração que

o levantamento do clima de opinião da primeira metade do século XX possibilita o estabelecimento das representações sociais de uma época;

o levantamento dos programas oficiais de ensino de língua materna, nesse mesmo período em ambos os países, mostra a referência bibliográfica indicada e determinada para o ensino de língua materna nos cursos secundários;

o levantamento das principais reformas educacionais desse período nos dois países, mostra que caminhos os responsáveis pela educação secundária tomam e que consequências isso acarreta para o sistema de ensino;

o estudo dos planos de ensino, incluindo as determinações e metodologias a serem adotadas por professores do ensino secundário, explicita que modelo de escola os governantes querem;

o estudo das políticas linguísticas determinantes do ensino de língua portuguesa como língua materna desvela que tipos de ideias e de conceitos históricos e linguísticos são representativos nessa época;

as implicações referentes às políticas linguísticas revelam-se como material histórico de pesquisa para o levantamento do percurso historiográfico dessas obras;

a relação entre esses fatores possibilita a reconstrução do percurso historiográfico pedalinguístico nesse período, frente ao contexto histórico-político-social-ideológico e cultural e sua repercussão na formação do cidadão brasileiro da época. Além disso, faz-se mister traçar o panorama político-ideológico-sócio-cultural e educacional que serve de suporte para o desenvolvimento das políticas educacionais tanto de Portugal como do Brasil nos períodos mencionados, sempre tendo em vista o ensino secundário.

Isso posto, a pesquisa visa a selecionar, ordenar e reconstruir o conhecimento linguístico, baseando-se na interpretação crítica do processo discursivo das produções legislativas e didáticas. Para que tal objetivo seja alcançado, são necessárias investigações em fontes primárias e em secundárias pertinentes ao assunto aqui tratado. Salienta-se que este artigo é parte de um projeto pós-doutoral.

Constam como fontes primárias documentos oficiais de política linguística, leis, gramáticas, manuais de ensino de português entre outros materiais que serão analisados de acordo com os princípios propostos por Koerner (1996):

***1º princípio de contextualização**: - trata-se de traçar o clima de opinião (espírito da época), observando-se as correntes intelectuais do período e a situação socioeconômica, política, educacional e cultural;*

***2º princípio de imanência:** - trata-se de esforçar-se por estabelecer um entendimento completo tanto histórico quanto crítico, possivelmente filológico, do texto linguístico em questão, mantendo-se fiel ao que foi lido, para o estabelecimento de um quadro geral da teoria e da terminologia usadas que devem ser definidos internamente e não em referência à doutrina linguística moderna;*

***3º princípio de adequação**: - trata-se de, somente depois de seguir os dois primeiros princípios, o historiógrafo aventurar-se a introduzir, colocando de forma explícita, aproximações modernas do vocabulário técnico e um quadro concetual que permita a apreciação de um determinado trabalho, conceito ou teoria, incluindo-se as constatações das afinidades de significado que subjazem a ambas as definições. Neste artigo, apenas o primeiro **princípio** será abordado.*

É fato que, antes de se iniciar qualquer pesquisa, que tenha como objetivo analisar autores e suas respetivas obras, com a finalidade de traçar o percurso da história de seus pensamentos linguísticos, se torna necessário buscar recuperar e descrever o contexto sociohistórico em que esses autores vivem e produzem seus livros, já que, tomando as palavras de Koerner (1996:04),

(...) histories of linguistics have failed to increase our awareness or the impact of matters or events outside the field – (in) particular socioeconomical conditions, historical events, or political situations, often have had considerable influence on the motivation or writing the history of a particular discipline (...)

Frente a esse conceito Koerniano, os documentos devem ser examinados como fontes principais desta pesquisa e analisados frente à época da sua produção e frente às políticas linguísticas dos países Portugal e Brasil. Isso permite que se examinem os conceitos de língua, linguagem, cidadania, ética, ensino, cultura e tipo de ensino secundário, em relação às leis educacionais vigentes nos primeiros cinquenta anos de século XX, frente às políticas de Língua adotadas nos dois países.

É necessário salientar que, tanto na Europa, principalmente em Portugal, como na América Latina, principalmente no Brasil, os movimentos literários, as transformações tecnológicas e as filosofias vigentes têm grande impacto na implantação do sistema educacional dos dois países. Ao mencionar, neste artigo, o clima de opinião desse período, percebe-se que as obras estão engajadas nas políticas que fazem o paradigma educacional começar a sofrer alterações, aliás, salienta-se que as Políticas de Língua adotadas nos dois países têm semelhanças ideológicas que acabam por caracterizar as obras do período e os currículos escolares.

2. 0 A PRIMEIRA DO SÉCULO XX: CINQUENTA ANOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Se a História da Educação em Portugal segue alguns modelos, pode-se afirmar que a do Brasil segue, quase sempre, o mesmo percurso. Isso se faz notar nas leis e decretos, ao longo do século XIX, em ambos os países. No Brasil, durante o século XIX, também, os estudos linguísticos tomam novo rumo, já que o homem vê-se às voltas com um movimento de ordem intelectual que sustenta as ideias do relativismo. As pesquisas linguísticas acompanham esse movimento reformador. É, nesse século, que estudiosos passam a pesquisar o que hoje se chama de gramática comparada. Alguns nomes como Franz Bopp, Meillet, Frederico Diez e Jacob Grimm publicam suas obras, revolucionando os estudos da linguagem. Bopp preconiza a ideia de que o povo é quem faz a língua e não o contrário como se pensa até então. Esse pensamento reorienta os estudiosos em Educação.

Quanto ao ensino propriamente dito, e, mais precisamente, o ensino de língua materna, o século XIX termina, tendo um saldo negativo em relação ao analfabetismo que chaga ao nível de 80%, fato vergonhoso para o Império Brasileiro. (compare-se Portugal e os índices são os mesmos). A República tem início em 1889 e quarenta anos depois, esse quadro agravante ainda permanece, trazendo à tona os graves problemas educacionais em que o país está atolado desde o seu descobrimento.

Esse estado de ansiedade não só quanto ao sistema educacional fomenta o já existente espírito revolucionário que agita o cenário político brasileiro, acabando por deflagrar, em 1930, uma revolução de proporções muito maiores. Essa revolução propicia a chegada de novas ideias pedagógicas e culturais, que saem dos recintos fechados das discussões parlamentares, dos gabinetes dos administradores, das cátedras das escolas e vão para os debates ao ar livre da imprensa e dos inquéritos públicos. Escola Nova: (escola única / escola para o trabalho / escola para e na comunidade). Nessa época, ainda em uma tentativa de reforma do ensino, há a implantação da escola primária integral (artigo 65 da Lei 1846, de 1925, que reformula o ensino primário na Bahia.) O pensamento dos educadores novistas é o de responsabilizar o regime republicano pela reformulação (não feita de fato) e pela difusão da educação e cultura no país, uma vez que esse tipo de regime afirma-se democrático e não aristocrático como o anterior: o império.

Após 1930, surgem os primeiros livros de educação renovada, como os de Carneiro Leão, de Medeiros de Albuquerque e de José Augusto. Modelo de escola renovada surge em Belo Horizonte, após a reforma de Francisco de Campos, com novos programas, novos objetivos e novos métodos didáticos para os cursos de ensino primário e normal em Minas Gerais. São princípios da escola nova a extensão do ensino, a articulação de diferentes níveis e modalidades e a adaptação ao meio social e às ideias modernas de educação, além da laicidade. O mesmo acontece nas escolas de ensino primário e normal do Distrito Federal, onde as ideias inovadoras de Francisco de Campos germinam, constituindo uma síntese das tendências modernas, cujo cunho cooperativista e social, predomina.

Duas escolas surgem nesse período: de um lado, a escola das elites - pagar significa obtenção de diploma, independentemente de ter ou não acesso aos conhecimentos científicos e enciclopédicos – de outro, o ensino elementar e médio profissionalizante, destinado às camadas menos favorecidas da população. Já se delimita, mais uma vez, nesse momento, o quadro que vai, pouco a pouco, perpetuar-se ao longo de quase todo o século XX, ou seja, o sistema dual de ensino: de um lado, a escola de poucos, com acesso ao curso superior; de outro, a escola técnica, para a grande massa da população e sem acesso ao ensino superior. Note-se que, em Portugal o mesmo está ocorrendo em termos de sistemas de ensino secundário.

Cresce a insatisfação da classe dominada; cresce, ainda, em número, o setor médio da população (funcionários públicos, militares e comerciantes), que, também, se sente insatisfeito e prejudicado pela política educacional vigente – esse momento pode ser sintetizado em um movimento denominado "tenentismo": um período controvertido, pois esse setor da sociedade quer mudanças; no entanto o "novo Brasil" ainda não tem feições definidas. Nesse ambiente agitado, de contestação de ideias e de práticas estabelecidas, nota-se, também, que a organização escolar sofre contestações. A insuficiência do atendimento escolar é denunciada, também, por educadores que se mostram assustados com o alto índice de analfabetos.

Assim, com a Revolução de 30 e a entrega do governo a Getúlio Vargas, o que se espera é que os planos da Aliança Liberal passem do papel à prática,

entretanto, nessa época, o país já possui o maior índice de dívida externa da América Latina (44,2%) No concernente à educação, o plano prevê a difusão intensiva do ensino público, principalmente, técnico e profissional, fato que não acontece e a instituição escola continua precária, não atendendo aos anseios da população. A falta de planejamento e a falta de verba fazem com que tais medidas nem cheguem à prática.

Ressalta-se a boa intenção do governo em elaborar reformas em todos os setores da sociedade. Na educação, Vargas assina um Decreto-Lei, elaborado pelo senhor Francisco de Campos, então Ministro da Educação e da Saúde, de número 19.890, datado de 18 de abril do mesmo ano, cujo fim é organizar o ensino secundário, transformando-o em curso fundamentalmente educativo, elaborando, também, os Programas dos Cursos Fundamental e Complementar do Ensino Médio.

Cabe salientar que o ensino secundário é, desde o Império, ensino das elites e duas são as suas finalidades: formação geral e preparação para o ensino superior, que formará homens para todo e qualquer grande setor da atividade nacional. Poucos anos depois, Vargas promulga a Constituição de 34, a primeira a incluir capítulo especial sobre a educação, embora traga pontos contraditórios, procura atender às solicitações dos educadores, dos conservadores e dos escolanovistas. Dentre outras medidas, o artigo 149 já dá sinal da tentativa de democratização do ensino: "Educação um direito de todos."

Inova, quando atribui à União, uma tarefa especial: a de fixar as diretrizes e bases da educação nacional e, para isso, elabora o Plano Nacional de Educação, tendo em vista dois polos: de um lado, organizar o ensino nas diferentes áreas e níveis; de outro, realizar a ação supletiva junto aos Estados. Além disso, a Carta Magna de 34 delibera que o ensino primário deve ser gratuito para todos (em escolas públicas); 20% dos recursos federais devem ser destinados ao ensino na zona rural; pela primeira vez, a Constituição dá obrigatoriedade de concessão de bolsas de estudos para alunos carentes. Observe-se que somente em termos da lei é que isso ocorre; não é, ainda, em termos efetivos que essa medida é posta em prática, modificando radicalmente a função do ensino secundário.

Essas concessões já são indícios da metamorfose pela qual o país passa. A ascensão do capitalismo industrial é a semente que, ao germinar, exige do sistema arcaico educacional novas medidas que atendam às necessidades das classes emergentes (comerciantes e militares, principalmente). Ainda convém ressaltar um fato importante na formação do clima de opinião da época, o aumento do autoritarismo pessoal de Vargas, dando mostras reais com a ferrenha perseguição feita aos comunistas. Sob a inspiração do fascismo e do nazismo, o ditador começa a conspirar para a sua perpetuação no poder, uma vez que, na época, esses regimes autoritaristas mostram-se com maior probabilidade de sucesso e de solução para os problemas do povo., Com o pretexto de aplacar o movimento comunista - que, ainda que seus líderes estejam literalmente presos, são acusados de estarem preparando uma nova conspiração -é decretado estado de guerra e aos 10 de fevereiro de 1937, quase sem resistência, fecham-se os edifícios do Senado e da Câmara. Suspendem-se as eleições de 38. É o início da ditadura de Vargas.

Na condição de ditador, apresenta aos seus ministros a nova Constituição, a "polaca", porque se baseia na constituição polonesa, e, a partir desse momento, centraliza todo o poder em suas mãos.

Dentro desse espírito novo centralizador, o Governo do Estado Novo promete mudanças e dar continuidade ao processo iniciado com a Revolução de 30. Isso consiste em uma elaboração de uma regulamentação, em nível federal, com abrangência a todos os graus e modalidades do ensino, com reformas no ensino secundário, nos tecnico-profissionalizantes, no normal e no primário. Segundo Santos (1952:507)

> *(...) mantém a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, instituindo, em caráter obrigatório, o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias; empresta grande importância ao ensino pré-vocacional e vocacional eu se destina, principalmente, às "classes menos favorecidas e é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado" (art. 129); mantém o ensino religioso facultativo, em todas as escolas e estabelece outras medidas de caráter pedagógico e cultural*.

Em relação ao ensino normal, agrícola e ao primário, eles só são regulamentados em 1946, após a queda de Vargas, mas isso ocorre frente aos decretos-lei que são apresentados no decorrer do Estado Novo, portanto seguem as mesmas características: centralização profunda das competências, normas rígidas, currículos e programas impostos de cima para baixo, num clima de "policiamento' e de fiscalização exacerbadores, que os levam, muitas vezes, a esquecer o objetivo fundamental da educação, que é, na época, o de criar condições de formar pessoas.

Os sistemas (capitalista de um lado e socialista/comunista, de outro), aos poucos, vão mostrando suas dificuldades ao mundo, em maior ou menor proporção. Quanto ao primeiro, vê-se surgir o crescimento das desigualdades entre ricos e pobres e a insegurança gerada com isso, fato que, também gera intervenção governamentista na economia dos países. Segundo o economista britânico John Maynard Keynes, o Estado deve intervir cada vez mais para corrigir os defeitos do sistema e dessa maneira, ajudá-lo a se manter. Isso dá origem às medidas compensatórias até hoje correntes, como a redistribuição fiscal e o seguro-desemprego. Quanto ao sistema socialista, vê-se o Estado encarregar-se de maneira direta, do funcionamento da vida econômica do país, gerando uma dependência de proporções nunca antes alcançadas por nenhuma nação.

Em 1939, deflagra-se a Segunda Guerra Mundial. Esse fato leva a vida do brasileiro para fora do eixo normal: imigrantes europeus são maltratados por conta da política nazista de guerra, que inclui os países do eixo. Ainda que o Brasil não tenha entrado, efetivamente, na guerra, isso só vai ocorrer mais tarde, o comportamento adotado pelo governo brasileiro muda radicalmente.[169]

No Brasil, o período de guerra influi na elaboração do Decreto-Lei nº 4.244, datado de 09 de abril de 1942, refletindo o transplante da ideologia nazifascista, já que Getúlio, em 1940, diante dos sucessos conseguidos por Hitler, na Europa, pronuncia discurso aderindo ao sistema, afirmando que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio. Dessa maneira, o ensino secundário, sofre novas mudanças. Capanema, seu mentor, organiza e uniformiza melhor os currículos. Segundo o autor (1952),

Reagindo contra as tendências naturalistas e intelectualistas da reforma anterior, essa reforma coloca entre as finalidades do ensino secundário a de formar a "personalidade integral do adolescente" e a de acentuar, na "formação espiritual" do educando, a "consciência patriótica e a consciência humanística". Ora, toda essa parafernália interna e externa contribui para que a Reforma Capanema seja implantada, uma vez que, como já foi mencionado, o setor educação não foge à regra de incorporação nos problemas políticos, sociais, culturais e ideológicos dessa época.

Assim, o ensino continua à mercê de circunstâncias político-econômicas locais: a dualidade permanece e a consequência mais iminente que se pode destacar é que os estados mais ricos, aqueles que comandam a política e a economia da nação, têm maiores condições de equipar com recursos melhores, o aparelho educacional. Os estados mais pobres ficam relegados à própria sorte. Esse liberalismo político e econômico transforma-se em liberalismo educacional (grifo da autora); os estados do sudeste, principalmente, São Paulo, em detrimento dos estados de outras regiões, sobressaem-se, também, na área da educação, já que é necessário, na época, manter os desníveis sociais e, para isso, a Educação funciona como instrumento de reforço dessas desigualdades.

As bases políticas, como aventado anteriormente, assentam-se, ainda, no poder real dos donos da terra, nos interesses dos latifundiários, numa maioria aristocrática agrária; portanto a Educação, dada a predominância de interesses particulares, serve como suprimento das necessidades da minoria aristocrática. Essa camada da minoria dominante consegue organizar o ensino de forma

[169] Nas palavras de Santos (1952:509) "Nunca o Brasil precisou tanto do esforço e da dedicação de seus professores como nos momentos trágicos e angustiosos que estamos vivendo, pois se impõe agora necessidade de preparar as novas gerações, não só para as realidades duras e cruciante da guerra atual, como também para as profundas transformações econômicas e sociais que o mundo vai sofrer, quando os bárbaros forem vencidos, a paz estiver sido restaurada e os homens voltarem ao trabalho tranquilo e construtor sob a inspiração dos grandes ideais que enobrecem e dignificam a vida dos povos livres."

fragmentada, tendo por base o país como um todo e, além, disso, ideal; levando à frente um modelo por eles proposto de Educação.

Assim, o ensino de Língua Portuguesa volta-se para essa elite que se apropria do saber por meio da leitura e da interpretação dos clássicos da literatura, inclusive latina, saboreando o poder que só a eles é outorgado, o de cursar uma escola de nível superior, preparando-se para altos cargos. (grifo da autora)

A permanência da velha educação acadêmica e aristocrática e a pouca importância dada à educação popular fundamentam-se na estrutura e na organização da sociedade brasileira. Esse quadro só tende a mudar após 1960. Essa permanência, esse ranço arrastado desde o Brasil imperial, deve-se à perceção da importância dada a um título de doutor, cujo valor é o mesmo do proprietário de terra, ou seja, uma garantia para a conquista do prestígio social e de poder político: educação vista como trampolim na obtenção de *status* e de poder.

O papel social da escola é o de formar mão de obra para preencher os quadros da política, da administração pública e o de formar a "inteligência" do regime vigente. A educação secundária, única brecha para o ensino superior, está nas mãos de particulares, e isso, por si só, representa que somente as famílias de posse podem custear os estudos dos filhos. A educação superior, como consequência, é, também, elitizante por excelência.

Cumpre lembrar o ensino técnico-profissional, que, segundo a Constituição, é o primeiro dever do Estado, continua a ocupar posição subalterna em relação ao secundário, uma vez que não dá acesso à universidade.

É destinado às classes menos favorecidas e três são suas finalidades: formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas do setor; dar aos trabalhadores jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e a produtividade; aperfeiçoar conhecimentos e habilidades técnicas aos trabalhadores diplomados ou somente habilitados, assim como divulgar conhecimentos atuais técnicos. (grifo da autora)

Nessa modalidade técnico-profissional, nota-se, também, um descaso quanto ao **Programa de Língua Portuguesa,** afinal, o traquejo adequado da língua, tanto na sua manifestação oral, como na escrita não é prioridade do ensino técnico. Assim, a burguesia industrial em ascensão e as classes médias emergentes revoltam-se e querem para si o mesmo tipo de educação dado às elites. Segundo Romanelli (1998:44),

> *Viam elas, nessa educação de classe, vigente em todo o território nacional, um instrumento bastante eficaz de ascensão social. (grifo nosso) Não há interesse pelo ensino técnico-profissionalizante, porque ele representava a educação da classe dominada. Dessa maneira, a classe média aspirava status da elite e não podia ver na educação para o trabalho, tão estigmatizado durante três séculos, um objetivo almejável.* (grifo da autora)

Outro fator não visto pela "elite adormecida" é referente ao contingente composto de imigrantes europeus, que, gradativamente, aumenta desde o final do século XIX. Muitos desses grupos vão se organizando em comunidades fechadas, numa tentativa de preservar seus costumes, em um país novo e até certo ponto hostil. Isso se agrava até que o governo Vargas toma uma medida drástica: obrigatoriedade do estudo de Língua Portuguesa desde a escola primária, em todo o território nacional, medida normatizadora do Governo: **Português como símbolo de identidade nacional.** Getúlio Vargas ordena o fechamento de toda e qualquer escola, seja no sul ou no norte do país, que não obedeça à lei.

Nesse panorama, os dirigentes do sistema educacional veem necessidade de minimizar o quadro do analfabetismo e de qualificar, pelo menos, minimamente, um maior número de pessoas para o trabalho. Nos quinze anos de governo Vargas, o ensino passa por instabilidades decorrentes de dois fatores distintos: de um lado, a busca pela escola e pelas oportunidades educacionais; de outro, a estrutura escolar não sofre mudanças substanciais; de um lado, o capitalismo industrial avançando a passos firmes; de outro, o latifúndio persistindo com toda a gama de valores culturais próprios da aristocracia rural decadente e, ainda, da ignorância das massas.

A instituição ESCOLA mantém-se em atraso em relação ao desenvolvimento industrial. A rutura da estabilidade desse sistema dual de ensino ocorre desorganizadamente, tendo como causa básica, e não única, as pressões da demanda efetiva em crescimento.

Os administradores do ensino vêm imprimindo à educação da infância e da juventude uma orientação inspirada nas solicitações concretas da vida nacional e nas necessidades imperiosas do momento histórico (as duas grandes guerras).

Ainda que a Reforma Capanema, não atinja seu alvo, pode-se considerá-la um passo à frente em relação ao estudo de Língua Portuguesa. Isso porque há uma sistematização no programa de Língua Materna e um enfoque, buscando grandes nomes da Literatura, com seus grandes textos que devem servir de exemplo de vida de homens bem-sucedidos.

A II Grande Guerra traz ao homem do século XX a certeza de que as guerras nunca mais serão as mesmas. O mundo vê não só os bombardeios aéreos, como também a bomba atômica, que o tira de seu eixo.

Finda a guerra, há uma necessidade de retomar o desenvolvimento científico e tecnológico, que se desenrola à sombra da guerra Fria, da corrida armamentista, dos golpes e das ditaduras militares no chamado Terceiro Mundo. Por mais que o progresso tecnológico e científico venha à tona a todo vapor, prevalece, nas mentes, a sensação de que o apocalipse chegará a qualquer momento. Nesse momento, os Estados Unidos emergem como uma nação poderosa, tendo o dólar surgido como moeda forte e padrão no mercado internacional. Nas décadas sequentes, fazem de tudo para a consolidação da sua hegemonia.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somente os alunos formados pelas escolas equiparadas (Brasil) e nos Liceus (Portugal) tinham aval para frequentarem o ensino universitário. Esse ensino dual atinge os dois países. Num dado momento, havia dois tipos de escola secundária equiparada ou liceal, que dava acesso ao ensino superior e era para uma elite relativamente pequena; e a escola profissionalizante destinada à grande massa populacional, que não tinha permissão para ingressar nas universidades.

A política de língua vigente nos dois países não foi divergente e, guardadas as devidas proporções, as elites portuguesa e brasileira, nos dois últimos séculos, gozaram de privilégios semelhantes, tendo suas escolas sido preparadas para duas camadas distintas da população, cabendo a cada uma delas papéis especiais.

A elite dos dois países tinha situação diversa, com escolas bem preparadas, com professores também bem preparados, afinal o fim era o mesmo: preparação da juventude que iria governar os dois países mais tarde. Quanto à segunda camada, a ela era oferecida uma escola de cunho menor e profissional, formadora de grande parcela sem questionamento político, social, ou qualquer outro. Caber-lhe-ia, somente, as profissões subalternas pelos dois países afora.

O fato de conhecer as políticas, as filosofias, as ciências, as religiões e as sociedades em questão, fez com que se chegasse ao momento de cada produção, levando em conta as estratégias que, de cima para baixo, nortearam as dinâmicas educacionais dos dois países. Em Portugal, como no Brasil, a elaboração de tais obras teve por início, por ponto de partida as políticas de língua adotadas nos e pelos países., cujos governantes tinham como meta dois tipos de educação, como já foi aventado acima.

Os momentos históricos aqui narrados tiveram por efeito situar o patriotismo e o forte sentimento de nacionalismo que predominaram no final do século XIX e adentraram o século XX, quase a sua totalidade, tornando a escola secundária o baú de onde se tiravam e utilizavam textos e excertos exaltadores da pátria (Brasil e Portugal) Com essa atitude, os livros didáticos e os de apoio tinham como foco ensinar o aluno a respeitar a pátria, a sociedade, a hierarquia, a família e a religião, não nessa mesma ordem, é claro.

Ao se reconstruir o conhecimento linguístico da época em questão – cinquenta anos de ensino de língua materna - por intermédio do clima de opinião, possibilitou-se ao leitor traçar uma linha do tempo que lhe permitiu

não somente entender e compreender os momentos em que as obras foram elaboradas, mas ainda fazer uma reconstrução dos fatos relatados, com o olhar de hoje.

Por fim, ao reavaliar os ensinamentos dados pelos três autores em suas quatro obras, percebi uma real semelhança entre eles no tocante ao conteúdo de suas pesquisas; no entanto, entendendo as identidades, as formações acadêmicas e as visões de mundo de cada um deles, percebi, também, as diferentes formas que eles encontraram para explicarem a mesma categoria gramatical: o Artigo Definido. A clareza ou a não clareza em relação ao acima exposto, fizeram parte desta pesquisa. Não só respeitamos o modo de cada um deles observar os fenômenos linguísticos, mas ainda entendemos que as diferenças é que levam o estudioso ao real conhecimento do mundo em que vive e trabalha.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KOERNER, Konrad (1996) Questões que persistem em historiografia linguística. In Revista da ANPOLL, nº 2, pp. 45/70.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. (1998) *História da Educação no Brasil.* 20. ed. Petrópolis: Vozes.

SANTOS. Teobaldo Miranda. (1952) 4ª ed. *Noções de História da Educação*. São Paulo: companhia Editora Nacional.

49. TAYO AJAYI, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LAGOS (LASU), LAGOS, NIGÉRIA

A CRIOULIZAÇÃO/NÃO-CRIOULIZAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: A CONTRIBUIÇÃO AFRICANA E AS PERSPETIVAS DO FUTURO

A polémica existe até hoje sobre a crioulização prévia ou não do português do Brasil. Alguns pesquisadores argumentam a favor de uma pré-crioulização e outros enfatizam o fato de o português brasileiro ser uma continuação do português europeu. Todavia, na opinião de muitos estudiosos, seria impossível o português brasileiro não ter sofrido influências das centenas de línguas africanas com as quais ele teve contacto decorrente do tráfico escravista. Outra corrente defende o ponto de vista de que mesmo com este contacto com outras línguas africanas no Brasil, o português brasileiro conseguiu escapulir ao processo da crioulização.

Este estudo é uma tentativa de considerar esta questão da crioulização / não-crioulização do português brasileiro do ponto de vista de um africanista. Como introdução, o estudo aborda o que é o *pidgin,* a noção do crioulo, semicrioulo e anticrioulo. Analisa com dados reais alguns aspetos da influência das línguas africanas no português brasileiro, resultados do contacto sociolinguístico bem como alguns traços crioulizantes apontados no português brasileiro. No português em geral, há vasto repertório de termos e expressões africanos e portugueses que são muito frequentes nos crioulos. A efetiva contribuição africana é evidência reconhecida dentro da hipótese crioula para o português brasileiro.

O estudo conclui que perante todos esses aspetos socio-históricos e linguísticos do contacto com outras línguas, o português brasileiro nunca conseguiu sair ileso, mas sofreu influências dessas línguas, o que explica os traços crioulizantes encontrados na língua. Para o estudo, o Português brasileiro foi semicrioulizado. Finalmente, o óculo do estudo olha ao futuro para ver se o Português brasileiro vai distanciar-se ou aproximar-se do Português continental do Portugal. A polémica existe até hoje sobre a crioulização prévia ou não do português do Brasil. Alguns pesquisadores argumentam a favor de uma pré-crioulização e outros enfatizam o fato de o português brasileiro ser uma continuação do português europeu. Todavia, na opinião de muitos estudiosos, seria impossível o português brasileiro não ter sofrido influências das centenas de línguas africanas com as quais ele teve contacto decorrente do tráfico escravista. Outra corrente defende o ponto de vista de que mesmo com este contacto com outras línguas africanas no Brasil, o português brasileiro conseguiu escapulir ao processo da crioulização. Este estudo é uma tentativa de considerar esta questão da crioulização / não-crioulização do português brasileiro do ponto de vista de um africanista.

Como introdução, o estudo aborda o que é o *pidgin*, a noção do crioulo, semicrioulo e anticrioulo. Analisa com dados reais alguns aspetos da influência das línguas africanas no português brasileiro, resultados do contacto

sociolinguístico bem como alguns traços crioulizantes apontados no português brasileiro.

O estudo conclui que perante todos esses aspetos socio-históricos e linguísticos do contacto com outras línguas, o português brasileiro nunca conseguiu sair ileso, mas sofreu influências dessas línguas como o iorubá, o que explica os traços crioulizantes encontrados na língua. Finalmente, os óculos do estudo olham ao futuro para ver se o Português brasileiro vai distanciar-se ou aproximar-se do Português continental do Portugal.

1. INTRODUÇÃO

Alguns pesquisadores argumentam a favor de uma pré-crioulização e outros enfatizam o fato de o português brasileiro ser uma continuação do português europeu.

Todavia, na opinião de muitos estudiosos, seria impossível o português brasileiro não ter sofrido influências das centenas de línguas africanas com as quais ele teve contacto decorrente do tráfico escravista.

Outra corrente defende o ponto de vista de que mesmo com este contacto com outras línguas africanas no Brasil, o português brasileiro conseguiu escapulir ao processo da crioulização. Dentro desse raciocínio como isso teria acontecido, Guy (1981:309) colocou bem esta pergunta:

> "*Do ponto de vista socio-histórico, provavelmente nossa pergunta não seria 'o português foi crioulizado no Brasil', mas, melhor, 'como teria sido possível evitar a crioulização*?". [170]

Antes de abordar esta questão, vamos introduzir o conceito de crioulo. Como o crioulo é definido como um ex-*pidgin*, vamos começar por entender o que é o *pidgin*. A nossa intenção aqui não é fazer uma análise profunda e detalhada sobre crioulos e *pidgin*s, mas mostrar as ideias gerais desses conceitos que podem contribuir para a nossa discussão sobre a hipótese da crioulização do português brasileiro.

2. O QUE É O *PIDGIN*?

Pidgin é um tipo de língua reduzida que resulta do extenso contacto entre dois ou mais povos de línguas mutuamente ininteligíveis. É definido por Bickerton (1984:173 apud COUTO, 1992:71) como a língua auxiliar que surge quando falantes de diversas línguas mutuamente ininteligíveis entram em contacto estreito. O *pidgin* não é língua materna de ninguém.

Só é usado como língua de contacto, pois é logo abandonado pelos seus usuários. *Pidgin* é uma língua simplificada pois deixa de lado o que é desnecessário e reduz o número de palavras, o que é compensado pela extensão de sentidos (homonímia) e pelo uso de circunlocuções. A gramática do *pidgin* é drasticamente reduzida em relação à gramática da língua do superstrato e à língua do substrato.

Há pequeno número de fonemas, ausência quase total de morfologia derivacional e flexional e léxico bastante reduzido. Mühlhäusler (apud COUTO, 1996:25) argumenta que um *pidgin* pode passar por três estágios de desenvolvimento durante o processo de estabilização.

Figura 1.

Os estágios de desenvolvimento do *pidgin*		
Tipo I	Tipo II	Tipo III
Jargão	Jargão	Jargão
	pidgin estabelecido	*pidgin* estabelecido
	pidgin expandido	
crioulo	crioulo	crioulo

[170] Original em inglês: From the social historical standpoint, our question probably would not be "Was Portuguese creolised in Brazil", but rather "How could it possibly have avoided creolization" (Tradução nossa)

No tipo I, jargão se transforma diretamente em crioulo a exemplo do havaiano, do saramaca e do são-tomense. No tipo II, há um período de estabilização do jargão antes de passar a tornar-se crioulo como ocorreu com o inglês de Torres Straits ou o tok pisin nas "Highlands" da Papua Nova. No tipo III, pode haver estabilização do jargão inicial, depois uma expansão ainda como *pidgin* antes de se crioulizar. Por exemplo o tok pisin da Nova Guiné e também os falantes do jamaicano em Londres e provavelmente os falantes do crioulo cabo-verdiano em Lisboa. Esse processo foi sugerido por muitos autores, dentre esses, Guy (1981:313-322). Tais autores argumentam que os Africanos trazidos ao Brasil no século XVI ao XIX, de diversas etnias e grupos linguísticos, teriam encontrado um cenário bastante favorável à criação de um *pidgin*, e se este tivesse continuado, teria se transformado em crioulo, o provável crioulo brasileiro.

3. A NOÇÃO DE CRIOULO

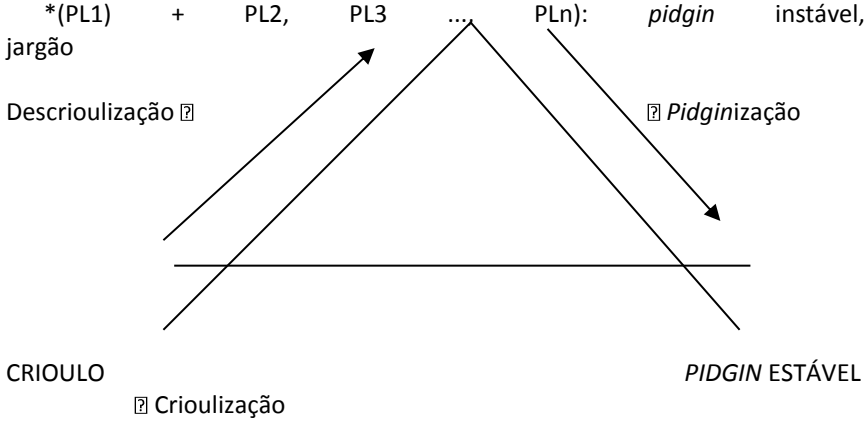
Segundo o ponto de vista acima citado, o crioulo surge do jargão ou do *pidgin*. É resultado do contacto de povos aloglotas. Geralmente um dos grupos em contacto é considerado povo de cultura e língua superiores e o outro de cultura e língua inferiores. Ao contrário do *pidgin*, o crioulo é língua nativa de uma comunidade inteira. Bickerton (op. cit. apud COUTO, 1992:71) define o termo assim: "*um crioulo surge quando crianças adquirem um pidgin como língua materna".* Na conceção de crioulo formulada por Lucien Adam e Suzanne Sylvam (cf. COUTO, 1992:71), o crioulo é uma língua de vocabulário europeu e gramática africana. Isso quer dizer que é uma língua com léxico da língua dominante, de superstrato e gramática da(s) língua(s) dominada(s). Muitas vezes, os crioulos surgem em ilhas ou regiões isoladas, critério conhecido como *insularidade.*

Couto (1996:15) afirma que o crioulo é um ex-*pidgin* ou melhor um *pidgin* nativizado. O processo do surgimento de uma língua crioula é representado por um modelo chamado de *ciclo vital* (HALL, 1962,1966). É representado esquematicamente assim:

Figura 2.

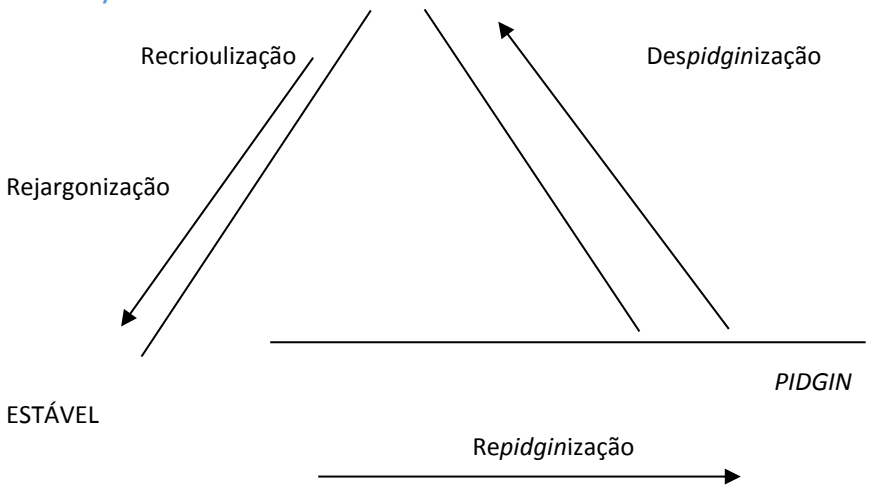
O ciclo vital - o modelo do processo do surgimento da língua crioula. (cf. COUTO, 1996:18).

*(PL1) + PL2, PL3 ... PLn): *pidgin* instável, jargão



*PL1 = Língua do povo dominante.
PL2, 3, n = Língua do povo dominado.

Figura 3. O ciclo vital - com várias outras possibilidades. (cf. Couto, 1996:19).



Segundo Bickerton (1981) conforme Couto (1999:17), um *pidgin* surge quando PL1 entra em contacto estreito com (PL2, PL3..., PLn). Nas fases iniciais, tem-se um *pidgin* instável ou jargão sem gramática própria independente da língua lexificadora ou das gramáticas das línguas de substrato. O crioulo surge quando o *pidgin* estável é adquirido como língua materna por crianças da comunidade emergente. Após a sua formação ou durante o processo da formação, o crioulo começa a se reaproximar de língua lexificadora (língua do povo dominante) ou do substrato. Esse processo é conhecido como *descrioulização,* a exemplo do jamaicano. De acordo com Couto (1996), o ciclo vital pode sofrer desvios e acaba por não se completar. Aí existem várias possibilidades:

Em vez de se tornar em um crioulo, o *pidgin* estável pode desaparecer, devido ao aprendizado completo da língua de superstrato. É uma dis*pidgin*ização. Por causa das condições sociais que o produziram, o *pidgin* estável pode simplesmente desaparecer. Por exemplo, o tâi bôi usado entre as tropas francesas e os nativos da Cochinchina de 1860 até mais ou menos 1954. (REINECKE, 1971, apud COUTO, 1996:25). Outra é a re*pidgin*ização de um crioulo, quer dizer, pode voltar a ser usado como língua de contacto a exemplo nos fortes costeiros (BICKERTON, 1980: apud COUTO, 1996: 25). O *pidgin* estabelecido pode voltar a ser *pidgin* de novo em um processo de rejargonização como ocorreu com o tok pisin na Papua Nova Guiné (MÜHLHÄUSLER, 1996:55 apud COUTO: 1996:26). Uma outra possibilidade é a recrioulização, uma situação em que um crioulo na fase de descrioulização se recriouliza. É o caso dos jamaicanos na Inglaterra que a fim de afirmar sua identidade, enfatizam a língua dos seus antepassados, até mais do que os habitantes da própria Jamaica. (ROMAINE, 1988:88-203, apud. COUTO, 1996:27)

Mülhlhäusler (1986) como notamos anteriormente, faz, para a origem *pidgin*izada do crioulo, uma distinção entre o estágio jargão, o estágio do *pidgin* estabelecido e o estágio do *pidgin* expandido até chegar ao crioulo. Ao contrário, Couto (1996:35) acredita que nem todos os crioulos passam por todos esses estágios. Segundo ele, grande parte dos traços que Mülhlhäusler (1986) atribui ao *pidgin* estabelecido são compartilhados pelos crioulos. O crioulo apresenta léxico menos numeroso do que o das línguas de superstrato e substrato. O número de fonemas é menor do que o das línguas em contacto que entram na sua formação. A morfologia derivacional e flexional é quase ausente. As funções sintáticas são indicadas preferencialmente pela ordem, em geral SVO, e a preferência é pela estrutura silábica CV, em geral, em vocábulos dissilábicos. Decorrentes do conceito de crioulo são os conceitos de *anticrioulo* e *semicrioulo,* que vamos explicar brevemente.

O **anticrioulo** é exatamente o oposto do crioulo. Os crioulos surgem em situações de multilinguismo, enquanto o anticrioulo emerge do contacto de apenas duas línguas, sendo a língua dominante e a língua dominada. A gramática, entretanto, é quase toda assimilada da língua dominante. Couto define o anticrioulo como:

> "... *uma língua – ou variedade de uma língua a que conta basicamente da gramática da língua dominante ou de superstrato e de um léxico total ou parcialmente oriundo de uma língua – ou de línguas – de substrato, dominadas"*. (COUTO, 1992:75)

A linguagem de Cafundó, estudada por Vogt/Gnerre (1978), seria, para Couto, justamente o oposto do crioulo e assim um anticrioulo porque "*ela consta basicamente da gramática do português rural circundante e de um léxico parcialmente africano*" (COUTO, 1992:75). Couto acredita que quase todas as situações em que houve a presença de línguas africanas no Brasil é uma situação de anticrioulo. As mesmas coisas podem se perceber em Portugal e na Espanha. É o mesmo caso também nos quilombos no Brasil. Vamos analisar as diferenças apontadas entre crioulo e anticrioulo. Os crioulos às vezes são relexificados por uma língua dominante superveniente (cf. LEFEBVRE, 1986 para o caso do haitiano). Holm (1988:46-48) mantém que os anticrioulos seriam casos de relexificação parcial. Mas para Couto, é o contrário. O que houve, segundo ele, foi uma regramaticalização, pois, "*o léxico original passou a ser usado com a gramática da língua de superstrato envolvente*", e que os anticrioulos mantiveram pelo menos parte do léxico da língua dominada original no ambiente da língua dominante (COUTO 1992:79).

A segunda diferença é a aceção que adquirem os conceitos de "substrato" e "superstrato". No caso dos anticrioulos brasileiros, o substrato é a língua ou (línguas) africana(s) transplantada(s) e o superstrato é a língua estabelecida no

local. Os crioulos surgem numa situação de contacto multilíngue. Uma língua dominante com as várias línguas de substrato que entram em contacto com ela. Mas, no caso de anticrioulos, o contacto se dá apenas entre uma língua dominante, de superstrato, e a língua dominada, de substrato. Existe a questão sociohistórica. Na formação dos crioulos, são os povos dominados que, entrando em contacto com os dominadores, se aculturam, se adaptam à cultura e a língua daqueles. Há uma atitude de *rendição cultural*. Por outro lado, nos anticrioulos, os povos dominados assumem uma atitude de *resistência cultural*, isto é, não se aculturam totalmente.

Por sua vez, o **semicrioulo** é a língua que apresenta traços crioulos e não crioulos sem nunca ter sido inteiramente e/ou comprovadamente crioulizada. Esse nome é também usado para aquelas variedades linguísticas que não eram crioulos, mas que, devido ao contacto com outras línguas, adotam significativa quantidade de itens lexicais e traços gramaticais crioulos. Foi Serafim da Silva Neto (1986:120) que usou primeiro o conceito semicrioulo no Brasil. Hoje, vem sendo utilizado para designar variedades linguísticas como o 'american english' e o português rural brasileiro (cf. John Holm, 1988).

4 CRIOULIZAÇÃO OU NÃO CRIOULIZAÇÃO?

Câmara Jr., falando da contribuição africana ao português brasileiro, afirma que:

> "...*desde muito cedo, a sua* (africana) *integração na sociedade branca,... propiciou o desenvolvimento de um português crioulo, que uniu entre si os negros de mais diversas proveniências*". (CÂMARA Jr., 1985:28).

Em aspetos socio-históricos, sempre havia traços comuns entre o Brasil e os outros países onde surgiram línguas crioulas devido à escravidão. É importante lembrarmos que no início da colónia no Brasil, os africanos superaram numericamente os europeus, numa média de três por um. Além disso, o português trazido para o Brasil apresentava certa variação por ser ele trazido de diferentes regiões de Portugal.

Alguns estudiosos como Guy (1981:313) argumentam que não seria possível explicar traços linguísticos do português brasileiro a não ser com base na crioulização. Segundo Guy (op. cit.), a fonologia, o léxico, a morfologia, a sintaxe e a fonética corroboram a hipótese crioula. Ele afirma também que muito da conversação diária que ocorria neste período devia se realizar efetivamente entre escravos com outros escravos e entre brancos com outros brancos, mas é improvável que nenhum contacto linguístico tenha ocorrido entre os portugueses e os africanos. Notamos, todavia, que Guy não apresentou dados convincentes para confirmar a sua teoria da possível crioulização prévia do português brasileiro.

Holm (1988, 1992) defende também uma crioulização prévia do português brasileiro devido às semelhanças na fonologia, morfossintaxe, léxico semântica do português popular brasileiro com os outros crioulos da base portuguesa. Ele argumenta também que o português popular brasileiro pode ser classificado como semicrioulo. Esses semicrioulos, são, para ele, as línguas que não sofreram total crioulização mas que tiveram contacto com outros crioulos e tomaram emprestado traços crioulizantes. Melo (1971) acredita que a existência das línguas crioulas no Brasil colonial acabou influenciando o português atual. Ele afirma também que existiam pelo menos três línguas crioulas de base portuguesa no Brasil, sendo Iorubá, Bantu e Tupi, mas que já desapareceram por causa da descrioulização (MELO, 1971:75).

Ao contrário do que afirma Melo, a língua iorubá não desapareceu no Brasil. Ela está viva, embora tenha um uso específico. Evidências e dados não confirmam a hipótese de um crioulo iorubá no Brasil. O iorubá que existe no Brasil não pode ser chamado de crioulo. É uma língua que, embora tenha sofrido influência fonológica e morfossintática devido ao seu contacto com o português, mantém a sua estrutura (cf. AJAYI, 2001:200). Tarallo (1992), por sua vez, critica a chamada 'origem crioulizada' do português brasileiro. Ele argumenta que não houve evidências suficientes em favor da mesma. Para ele, a descrioulização repentina, necessária para o português passar da crioulização para a sua forma atual é pouco provável de ter ocorrido no Brasil.

Dentre os traços crioulizantes mais apontados no português brasileiro pelos crioulistas são: O não uso de algumas formas verbais, usadas ainda ativamente

em Portugal. Por exemplo, a 2ª pessoa do singular, que só é usada na região sul, onde a população é basicamente de formação europeia; A estrutura silábica CV do português brasileiro é um traço que é geral no português do Brasil; O fenómeno linguístico da dupla negação; A ordem fixa do crioulo é SVO. Todavia, qualquer movimento dos componentes da estrutura em línguas desse tipo implica mudança de foco ou de tópico a ser enfatizado; O processo de queda final do -S final, a desnasalização da nasal final, a questão da concordância nominal e verbal e o fato de que não existe marca de género no português rural brasileiro. Todos esses traços são caraterísticos das línguas africanas como o iorubá que existe no Brasil ate hoje. O género masculino designa ambos os géneros. É a mesma coisa nos crioulos. Nos crioulos, o que existe é a distinção de sexo com recursos lexicais ou pelo recurso de composição com adjetivos como macho ou fêmea.

O uso de adjetivo para marcar o género é também comum no português brasileiro especialmente no nordeste, com ligeiras adaptações como em 'filho homem', 'filha mulher', 'menino homem ' e 'menina mulher' para as respetivas palavras 'filho' e 'filha'. Na variedade baiana de Helvécia, considerada como provável remanescente de um crioulo brasileiro, não existe a concordância de género entre nomes ou pronomes e adjetivos. (HOLM, 1992:54). Nos crioulos atlânticos, os verbos não têm flexões. Eles parecem ser derivados da forma imperativa do verbo, no léxico da língua, em vez da forma do infinitivo ou da flexão da terceira pessoa do plural. As línguas crioulas também, como o português rural brasileiro, são marcadas pela ausência de artigo para acompanhar o substantivo, no início e no meio de frases. (cf. COUTO, 1996:36)

A maioria dos pesquisadores como Jakobson (1962), Allen (1977) etc., que negam o empréstimo sintático admitem a possibilidade de isso acontecer, se existir uma mínima semelhança tipológica entre as duas línguas. Um estudo comparativo da estrutura tipológica da língua iorubá e do português revelará algumas semelhanças que mostramos no quadro seguinte e evidencia a nossa afirmação.

Quadro 1 - Comparação da estrutura tipológica do iorubá e português.

Língua / Estrutura tipológica	Iorubá	Português	Observação
Estrutura silábica	CV' CV	CCV' VCC	próximo
Ordem dos constituintes	SVO	SVO (instável)	semelhante
Ordem de adjetivo	NA	NA (ou AN)	semelhante
Preposição	PrN	PrN	semelhante
Construção relativa	NRel	NRel	semelhante
Ordem de genitivo	NG (facultativo)	NG (ou GN)	semelhante
Posição de determinante	ND	DN	diferente
Posição de possessivo	NP	PN (ou NP)	diferente
Posição de artigo	NA	AN	diferente
Posição de demonstrativo	ND	DN	diferente

Considerando este quadro, vê-se que em dez estruturas tipológicas comparadas, o iorubá e o português são semelhantes em cinco e diferentes em quatro. A estrutura silábica das duas línguas é quase a mesma. Esse confirma a nossa teoria de que o contacto dessas línguas como iorubá com o português teria contribuído aos traços crioulizantes encontrados no português brasileiro

5. CONCLUSÃO

No português em geral, há vasto repertório de termos e expressões africanos e portugueses que são muito frequentes nos crioulos. A efetiva contribuição africana é evidência reconhecida dentro da hipótese crioula para o português brasileiro. Uma das evidências citadas também é o fato de existirem muitas religiões afro-brasileiras relacionadas com as religiões, músicas e danças de origem africana. Considerando esses aspetos linguísticos, veremos que o português popular brasileiro compartilha de muitos traços linguísticos que apontam para um possível processo de crioulização. Esses traços são potencialmente crioulos. Traços crioulizantes são aqueles que levam à simplificação de uma língua, mais especificamente em direção ao [não marcado].

Ao nosso ponto de vista, apresentar traços crioulizantes não significa necessariamente que uma determinada língua seja um crioulo ou que tenha sido crioulo algum dia. Dizer 'crioulizante' só implica a possibilidade de a língua ter desenvolvido ou assimilado traços de um crioulo ou de um semicrioulo em algum estágio de sua formação. É claro que levando em conta todas essas evidências de traços crioulizantes no português popular brasileiro, é fácil declarar que houve um processo de crioulização ao longo da sua formação. Mas,

a questão não é tão simples como parece ser. Sim ou não, é muito difícil provar. No entanto, é importante lembrar o fenómeno de contacto entre línguas em que a influência linguística pode acontecer sem a crioulização (cf. Thomason e Kaufman, 1991).

Mesmo a crioulização teria acontecido no Brasil, a imposição do português acabou com esse processo. Todavia, a luta para impor o português como língua oficial do Brasil não foi fácil e durou mais de duzentos anos. Foi o Marquês de Pombal, na Lei do Diretório de 3 de maio de 1757 que definiu o português como língua da colónia e consequentemente obrigou o seu uso oficial nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, a vasta região que soma um terço do atual território brasileiro. Aos 17 de agosto de 1759, El Rei renovou a lei do Diretório com um Alvará de confirmação para todo o Brasil e assim começou o uso obrigatório da língua portuguesa. Teve que expulsar os Jesuítas que se opunham à imposição da língua portuguesa porque precisavam da língua indígena – tupi, a língua geral, para pregar a sua fé entre os índios.

Para nós o fato é que perante todos esses aspetos socio-históricos e linguísticos do contacto com outras línguas, o português brasileiro nunca conseguiu sair ileso, mas sofreu influências dessas línguas, o que explica os traços crioulizantes encontrados na língua. Para nos, o Português brasileiro foi semicrioulizado. Finalmente, a nossa conclusão é que os traços crioulizantes encontrados no português brasileiro são devidos ao seu contacto com as línguas africanas como o iorubá. Assim o português brasileiro nunca chegou a ser um crioulo. O Português brasileiro já se afastou do Português de Portugal pelo fato do seu contacto com as línguas africanas mais especificamente no léxico até que a maioria desses vocabulários já foram dicionarizados e fazem parte do diário linguístico do brasileiro. Esse fator aponta ao fato que no futuro o português brasileiro continua a manter sua peculiaridade na sua base léxica enquanto tentando se padronizar na escrita.

5. BIBLIOGRAFIA

AJAYI, Tayo Julius. (2000) A língua iorubá e o estudo africanista no Brasil: Crítica de uma análise linguística *Vertentes*, São João del-Rei, FUNREI, No 15, jan./junho, pp. 88-95.

_____. (2001) O iorubá em contato com o Português no Brasil. In: MENDES, Eliana Amarante de Mendonça; OLIVEIRA, Paulo Motta; BENN-IBLER, Veronika (Org.) *O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias*, Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, pp. 197-207.

ALLEN, Cynthia Louise. (1980) *Topics in diacronic English Syntax*. University of Massachusetts (Dissertation 1977). New York, Garland.

BICKERTON, Derek. (1981) Roots *of Language*. Ann Arbor: Karoma,

_____. (1984) The language bioprogram hypothesis. *The Brain and behavioral Sciences*, v.7, n. 2, p. 268-284.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. (1976), (1985) *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, COUTO, Hildo Honório do. Anticrioulo. (1992) In*: Papiá, Revista de crioulos de base ibérica*. v.2, n.1,

_____. (1996) Introdução ao estudo das línguas crioulas e *pidgin*s, Brasília, Editora, UnB,

_____. (1999) Contato interlinguístico; da interação à gramática. Brasília:

Departamento de Linguística, Universidade de Brasília,

GUY, G. (1981) Linguistic Variation in Brazilian Portuguese language: aspects of phonology, syntaxe and language history. Tese de Doutorado. University. of Pennsylvania,

HALL, Jr. Robert A. (1962) The life-cycle of *pidgin* languages. *Língua*, 78, p. 151-156,

_____.(1966) *Pidgin and creole languages*. Ithaca: Cornell University Press,

HOLM, John. (1988) *Pidgins and Creoles*. 2 Vols., Cambridge: Cambridge University Press,

_____. (1992) Popular Brazilian Portuguese: a semicreole. *Atas do colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa*, Colibri, Lisboa,

HOUAISS, A. (1992) *O Português do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan,

JAKOBSON, Roman. (1962) Sur la théorie des affinités phonologiques des langues. The Hague: Mouton,

LEFEBVRE, Claire. (1986) Reflexification and Creole genesis revisited: the case of Haitian Creole. In: MUYSKEN/SMITH (orgs.), p. 279-300.

MELO, Gladstone Chaves de. (1971) *A língua do Brasil*. [s.l]: Lucas Agir, 1946. 5ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,

MELLO, Heliana Ribeiro de. (1996) The *Genesis and Development of Brazilian Vernacular Portuguese*. Tese de Doutorado, City Universty of New York.' 1996.

MÜHLHÄUSLER, Peter. *Pidgin and Creole linguistics*. Oxford: Basil Blackwell,

MUSSA, A . O . (1991) *O papel das línguas africanas no português do Brasil.* Dissertação de Mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro,

NETO, Serafim da Silva. (1950) *Introdução ao estudo da Língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1950, (5ed. 1986). Rio de Janeiro: Presença, (5ed. 1986).

TARALLO, F. (1992), Turning different at the turn of the century, 19th century Brazilian Portuguese. In: GUY, G.; RAUGH, J.; SCHIFFRIN, D. (eds), *Festschrift to William Labov*,

THOMASON, S. & KAUFMAN, T. *(*1991*) Language Contact, Creolization and Genetic Linguistics*. Berkely, Los Angeles, Oxford: The Univ. of California Press,

VOGT, C. A & GNERRE M. (1978), Cafundó: uma comunidade negra que fala até hoje uma língua de origem africana. *Estudos Linguísticos*, Bauru, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Sagrado Coração de Jesus de Bauru, 2, 11-19.

50. ANA CRISTINA TAVARES, ESCOLA SECUNDÁRIA DE GIL VICENTE, CENTRO DE LÍNGUAS E CULTURAS DA UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE LISBOA

A TRADUÇÃO DA OBRA DE TORGA, EM FRANÇA

Neste estudo, faremos uma breve introdução em que situaremos o panorama geral da tradução dos autores lusófonos, no mundo. Em seguida, referiremos aspetos relativos à tradução específica da obra de Miguel Torga, em França, indicando passagens que podem colocar problemas, quer do ponto de vista do conteúdo, quer do ponto de vista estilístico e linguístico ou até de âmbito cultural. Assim, na nossa análise adotaremos vários aspetos metodológicos da Crítica da Tradução. Daremos uma ênfase especial à figura da tradutora, neste caso a Claire Cayron, a qual deu a conhecer a obra monumental de Torga, em França, e à qual dedicou grande parte do seu labor e vida.

«*Que insondável mistério é um ser humano! [...]. Por mim falo. Converso, escrevo páginas maciças de confissão, atuo, pareço transparente. E quem um dia quiser saber o que fui, terá de me adivinhar*...»

Miguel Torga, Diário, Vol. XI, 22/2/69, (p.37)

1. SOBRE A TRADUÇÃO DOS AUTORES LUSÓFONOS

Como todos sabemos, a língua portuguesa está presente nos vários continentes e é factualmente a única língua de cultura que possui uma dupla ortografia oficial, o que coloca inúmeros problemas não facilitando a sua difusão internacional. Apesar de se tratar de uma única língua, estamos conscientes da diversidade cultural existente entre Portugal, o Brasil, a África e a Ásia lusófonas que se refletem, tanto na expressão do locutor comum, como no trabalho de apropriação e recriação linguística efetuado pelos escritores e que constituem grandes desafios para os tradutores. De acordo com Paul Teyssier (1990) os dois pilares da lusofonia são, evidentemente, Portugal e o Brasil, ao passo que a África lusófona constitui um caso específico. Com efeito, o português é a língua oficial em cinco países africanos – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe –, mas não pode ser considerada como língua nacional, pois nesses países existem idiomas locais verificando-se, por vezes, fenómenos de diglossia. Com efeito, Angola e Moçambique são países multilingues com diversas línguas nacionais, sendo o português a língua de unidade nacional; a Guiné-Bissau é um país também multilingue, numa situação mais complexa e apresentando-se o crioulo como a língua de unidade nacional. Já Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, países insulares, são bilingues e numa situação de diglossia, sendo o crioulo o símbolo da identidade nacional. Tal como refere Ana Martinho:

> « *[...] a verdade no entanto é que cada país tem circunstâncias específicas que devemos ressalvar. Uma primeira distinção a fazer é a de realidades continentais (*Angola, Guiné, Moçambique) *e insulares (*Cabo Verde, São Tomé e Príncipe), *ou seja, multilinguismo ou bilinguismo dominantes respetivamente*.» (Martinho, 1995:18-19)

A grande extensão da língua portuguesa coloca simultaneamente um problema de unidade e de diversidade. Em nosso entender, existe uma evidente unidade pois todos os lusófonos podem comunicar sem problemas, mas também existe uma diversidade que é preciso reconhecer e respeitar e que não se deve sobrepor a esta unidade fundamental. Nesse sentido, é necessário respeitar a pluralidade de culturas lusófonas e ao mesmo tempo garantir a coesão linguística com determinadas medidas como um efetivo intercâmbio cultural e cooperação em todos os domínios, assim como a unificação ortográfica tão polémica e adiada. A França, a Itália, a Alemanha e a Espanha constituem o eixo geográfico onde melhor circulam os escritores portugueses e lusófonos, em geral. De acordo com a base de dados do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas sabemos que desde 1990 foram traduzidos 1650 livros do português para outras línguas. Mas para que línguas? Por ordem decrescente, encontramos o francês, o espanhol, o alemão, o italiano, o búlgaro, o romeno, o checo, o inglês, o chinês e o neerlandês.

As literaturas de língua portuguesa conseguiram sair das suas fronteiras há cerca de duas dezenas de anos, isto enquanto fenómenos culturais alargados. Antes, apenas alguns nomes isolados conseguiam obter reputação internacional adquirindo um estatuto universal, mas deixando atrás de si uma legião de ilustres desconhecidos. Camões foi dos primeiros autores portugueses a passar a fronteira, tendo sido o escritor português mais

traduzido e adaptado em França até ao século XIX. No início do século XX, o romancista Eça de Queirós adquiriu alguma notoriedade na Europa. Salvo raras exceções, foi preciso aguardar por Fernando Pessoa e a sua constelação de heterónimos para assistirmos à projeção de um escritor de língua portuguesa além-fronteiras. Foi nos anos 80-90 que as editoras estrangeiras, em geral, se começaram a interessar por diferentes autores portugueses, acentuando-se esse interesse com a atribuição do prémio Nobel a José Saramago, em 1998.

De acordo com o Índex da UNESCO, podemos constatar que não se verifica uma evolução linear nas edições de obras traduzidas a partir do português. Após o aumento verificado no final dos anos 90 com a atribuição do Nobel a Saramago – traduzido em 40 línguas e em mais de 60 países – as traduções baixam de novo recentemente. De notar, no entanto, um grande interesse por escritores jovens, femininos, ou dos países africanos lusófonos, frequentemente associados a um certo exotismo e por isso com maior procura por parte do público. A tendência atual consiste em traduzir do inglês para outras línguas: 50% dos livros publicados em língua inglesa são em seguida traduzidos e apenas 6% das obras publicadas nos países anglófonos são traduções de outras línguas.

Neste panorama difícil para a tradução e difusão dos autores lusófonos, em geral, gostaríamos de assinalar que, desde há vários anos, são cada vez mais numerosos os textos literários traduzidos em francês a partir do português. Isso deve-se à iniciativa de editores e livreiros, de revistas literárias e académicas, de estudiosos e também de tradutores. No entanto, o facto de algumas editoras como José Corti ou La Différence incluírem títulos de autores portugueses nas suas coleções continuava, nos anos 80, a mostrar um certo pioneirismo revelando simultaneamente um espírito militante, como refere Pierre Leglise-Costa (AAVV, 1986: 267). Evidentemente, o grande público conhece autores como Pessoa, Saramago ou o brasileiro Jorge Amado. Cada vez mais outros autores portugueses como Lobo Antunes, Lídia Jorge, Sophia Andresen, vários brasileiros e mais recentemente autores africanos começam a surgir nas montras dos livreiros, a serem apreciados por quem os lê e a receberem merecidos prémios. A propósito das dificuldades da tradução dos autores lusófonos em geral gostaríamos de citar Michel Laban, tradutor de português para francês, neste caso do romancista português José Cardoso Pires mas igualmente tradutor de escritores moçambicanos e cabo-verdianos e que disse o seguinte:

«*Quand je traduis un texte africain, je me trouve face à l'immense obstacle qui est celui de traduire plusieurs langues en même temps. Traduire Luandino Vieira, d'Angola, c'est traduire du portugais standard, et là ça va ; c'est aussi traduire du portugais de Luanda, la capitale de l'Angola, et là c'est déjà plus difficile, il faut être au courant de toutes les subtilités, il y a un décalage par rapport à la norme de Lisbonne. C'est aussi traduire souvent des termes de Kimbundu, une langue africaine de la région de Luanda. C'est ensuite traduire des créations propres à l'auteur* […]» (Giudicelli, 1995 :46-47)

Assim, vários problemas se colocam ao tradutor que pretende traduzir autores de língua portuguesa, não sendo suficiente conhecer bem a língua e a cultura de Portugal. Com efeito, a língua portuguesa transforma-se, é enriquecida e recriada pelos autores e culturas onde se fala o português, em outros continentes. E daí o tradutor Laban, ao ter de verter para a sua língua um autor, ter de conhecer várias «línguas» como ele lhes chama. Por exemplo, ao traduzir Luandino Vieira de Angola, traduz evidentemente o português padrão, mas também o português próprio de Luanda, capital de Angola, por vezes tem de traduzir termos de Kimbundu, língua africana da região de Luanda e, finalmente, tem de traduzir as criações próprias daquele autor específico. Não é, pois, tarefa fácil traduzir os autores lusófonos quando ainda por cima escasseiam dicionários especializados e glossários específicos que tenham em conta o vasto território em que se fala e escreve em português.

2. O DESAFIO DE TRADUZIR TORGA

Neste colóquio/comunicação é também objeto de estudo a obra de Miguel Torga (1907-1995), por ocasião do centenário do seu nascimento. Adolfo Correia da Rocha, médico ORL em Coimbra, adotou um pseudónimo literário que vem na linhagem de outros autores ibéricos combativos e rebeldes como Miguel de Molinos, Miguel de Cervantes e sobretudo Miguel de Unamuno que Torga considerava o seu mestre. Igualmente a escolha da planta torga, existente no ponto mais alto das serras galegas e transmontanas, tem o significado de oferecer beleza ao outro, por mais difíceis que sejam as circunstâncias. Assim, também essa planta das rochas oferece pacientemente

a sua corola branca ou roxa. A parte fundamental do nosso trabalho contempla os desafios específicos da tradução para língua francesa deste escritor transmontano**,** simultaneamente português, ibérico e universal. Com efeito, é um autor que nos dá uma imagem de Portugal aprofundada, projeta-se depois num espaço mais alargado que é a Península Ibérica e tem igualmente um pendor universalista, tanto pelas temáticas abordadas na sua multifacetada obra, como pelo seu interesse pela alma humana.

Nos vários volumes de *Diário*, Torga louva a pátria, tendo uma conceção ampla da mesma, pois é vista no seu sentido físico, espiritual, cultural e linguístico. Esta pátria é também uma mátria, como afirma o estudioso António Quadros (1989:177) ao referir-se à lição de Torga como a de um «telurismo oceânico». Para este estudioso, Torga é o paradigma do homem do interior, ligado à terra-mãe ou mátria. No entanto, na sua obra perpassa a atração pelo mar, pela viagem e aventura, em suma, pela pátria. A mátria implica uma fidelidade à terra, à raiz, sendo de pendor nacional, ao passo que a pátria, com o seu apelo de aventura, já tem em si um pendor ecuménico, de pátria universal**.** Na mesma linha de ideias se situa o estudioso Jesús Herrero:

> «*Só um grande poeta [...] podia ter adotado como seu destino cultural o espaço afirmativo duma pátria sem fronteiras.*» (Herrero, 1979:149)

Essa mesma ideia foi reiterada por Maria de Lurdes Belchior, aquando da atribuição do Prémio Camões em 1989, ao referir que *«A sua obra, enraizada num espaço cultural português, projeta-se num horizonte de universalidade»*. Em *Diário X*, Torga é bastante eloquente relativamente a essa dialética que transparece na sua obra:

> *«Coimbra, 10 de outubro de 1963 – Cada vez me sinto menos nacionalista e mais perto da pátria. Sou como uma lapa agarrada à sua rocha, consciente de que ela é apenas o suporte necessário à vida que recebe do cósmico oceano»* (Torga, 1968:12)

Embora isso não esteja de acordo com algumas teorias, nomeadamente o estruturalismo, parece-nos útil fazer uma articulação entre a vida e a obra deste autor pois o suporte biográfico poderá ajudar a compreender melhor as temáticas e o seu estilo, assim como as opções de tradução que foram depois tomadas. Importa-nos reter que o autor pertencia a uma família rural da província transmontana. Devido aos parcos recursos económicos Torga emigrou para o Brasil, onde esteve até aos 16 anos, e cuja experiência de vida transformou em matéria literária. Não nos poderemos também esquecer da sua profissão médica a par da sua vocação artística.

A descoberta deste escritor, em 1973, deu a Claire Cayron (1935-2002) a oportunidade de exercer plenamente o que ela denominou como a sua «paixão lusófona». Esta professora universitária em Bordéus, foi não só a tradutora apaixonada, mas igualmente a leitora crítica e a intérprete fiel do universo literário de Torga. A partir de 1982, e durante cerca de 15 anos, dedicou-se inteiramente à tarefa monumental de traduzir a obra deste autor português. É importante atentarmos na sua metodologia de tradução. Primeiramente houve um trabalho pessoal de leitura da totalidade da obra do autor, em seguida procedeu ao estudo sistemático do texto da LP (língua de partida) a ser traduzido e à reconstituição da vida do autor recorrendo, para isso, aos volumes de *Diário*. A tradutora pretendia reconstruir, sem recorrer ao autor, a sua compreensão da obra e também não quis informações biográficas. É na própria obra que ela pretendia descobrir o autor:

> «*Ainsi, j'avais écarté d'emblée la possibilité de recourir à la personne même de Miguel Torga pour le comprendre. Je voulais construire, seule, ma compréhension, et donc ma traduction ; ne l'exposer que faite à son regard d'auteur. J'avais également écarté toute demande biographique. Je devais découvrir Miguel Torga sans le truchement d'une monographie quelconque, et surtout sans qu'il ait à se découvrir.*» (Cayron, 1987 :53)

Cayron tem uma posição bastante discutível ao acreditar que o autor se mostra, se revela totalmente na sua obra:

> «[...] *je crois à la force de l'oeuvre et qu'un écrivain est totalement dans ce qu'il écrit ; il suffit donc de l'y chercher pour … deviner.*» (Cayron, 1987:54)

Em seguida, a tradutora quis aprofundar o estudo da personalidade de Torga, os seus gostos, receios e mágoas, constituindo, para esse efeito, um

índice temático e não cronológico dos vários volumes de *Diário*. Cayron sentiu, igualmente a necessidade de conhecer os referentes históricos e culturais, presentes na obra do autor, para compreender determinadas alusões intertextuais. Trata-se de uma tarefa monumental preparatória para a tradução que se seguiu. No entanto, esta tarefa ainda não terminou pois Cayron, na sua ânsia de perfeição, sentiu necessidade de explorar as referências temporais e geográficas dos textos, tendo aceitado a ajuda do escritor que lhe emprestou as chaves da sua casa natal, em Trás-os-Montes:

«Aux approches de l'été 1975, donc, j'ai projeté un nouveau voyage au Portugal. Mon propos était de sillonner l'intérieur du pays, à partir de haltes campagnardes et en prenant le Diário pour guide […] (Cayron, 1987 :56).

Segundo Cayron, tanto esta viagem como outras que se lhe seguiram foram bastante úteis para poder realizar uma tradução melhor, pois o facto de conhecer todos os recantos citados nos textos conferiu uma outra dimensão à leitura e, evidentemente, em seguida à tradução. Este trabalho rigoroso e metódico por parte da tradutora não terminou aqui. Esta quis também explorar as referências médicas presentes na obra de Torga que aproximou frequentemente o ato médico e o literário, referindo-se até à necessidade de utilizar com a mesma mestria o bisturi e a pena, ou aludindo a duas vozes que dialogam dentro de si, a do médico e a do escritor. Uma breve citação dá-nos conta da importância de ambas, uma é a sua carreira profissional, a sua sobrevivência económica, a outra é a sua paixão.

«Arganil, 16 de julho de 1964 – Medicina, literatura e política, por ordem descendente. A obrigação, a devoção e a maceração.» (Torga, 1968:33)

A tradutora deu ainda uma atenção especial às microestruturas dando como exemplo do seu método de tradução e escolhas a curta narrativa «Le Secret», no volume *Lapidaires* (Torga, 1990). Nesta narrativa, a personagem Pedro banha-se numa «lagoa», palavra feminina que perderia toda a sua vertente simbólica se a tradutora tivesse optado pelos vocábulos franceses disponíveis «le lac» ou «l'étang». Tudo deve ser feminizado na atmosfera que envolve o jovem, até o líquido ao qual ele regressa antes de se suicidar. A tradutora optou então pela palavra «lagune», única palavra feminina disponível em francês.

Segundo Cayron, Torga tem uma forma de pensar e um estilo lapidares, ele era como uma espécie de lapidador de diamantes que pretendia uma escrita concisa e nítida, à qual a tradutora procurou ser fiel, dando-nos exemplos de etapas do seu trabalho linguístico de «pesagem de palavras» como ela denomina a atividade tradutória. Um exemplo: a partir da frase de Torga: «*Ainda estamos hoje a soletrar a Bíblia*», Cayron, numa primeira etapa, fez uma tradução literal: «*Encore aujourd'hui nous en sommes à épeler la Bible*» mas a frase era demasiado longa e então a tradutora passou por uma fase de redistribuição das palavras na frase, obtendo: «Nous en sommes encore aujourd'hui à épeler la Bible», para, em seguida, ter procedido a uma subtração e alcançar a seguinte estrutura : *«Nous en sommes encore à épeler la Bible»*, culminando nesta versão final: «*Nous en sommes toujours à épeler la Bible».* A versão final, além de ter o mesmo comprimento da frase original, manteve o ritmo da LP (língua de partida). Cayron respeitou, assim, as duas línguas, a LP e a LC (língua de chegada), aliando rigor a flexibilidade.

Por vezes, a tradutora criou neologismos para traduzir vocábulos inventados por Torga, ou quando se tratava de traduzir uma palavra que não tem equivalente em português. Por exemplo, para o vocábulo «convivência», a tradutora teve consciência de que não se tratava de «cohabitation», nem de «coexistence», assim criou o neologismo «convivance», segundo o modelo de «survivance». Um outro desafio de tradução dos textos de Torga diz respeito à presença de provérbios e adágios tradicionais, ou até inventados pelo próprio autor. Assim, com o sentido de «desistir» temos a expressão «pôr a viola no saco» que Cayron traduziu por «remettre son violon dans l'étui», e gostou de tal modo desta expressão que a importou em francês, em várias outras ocasiões.

Cayron, ao traduzir Torga, teve que traduzir o português europeu mas também as influências linguísticas que Torga recebeu nas suas viagens e estadias, mais ou menos prolongadas, como foi o caso da sua vivência no Brasil, durante a juventude. Neste último caso, as dificuldades tradutórias foram tanto de âmbito lexical como cultural, devido a vários vocábulos, alguns de origem tupi, os quais designam realidades locais brasileiras como a flora, a fauna ou a culinária, presentes sobretudo no segundo dia da obra A *Criação do Mundo*

(Torga, 1937). Aliás, a tradutora logo em nota inicial indicou que o vocabulário relativo à flora e fauna do Brasil, alimentos e bebidas eram reproduzidos em itálico, podendo o leitor consultar um breve glossário com diferentes categorias para facilitar a consulta. Vejamos alguns exemplos:

«*ARBRES: Braúna, embaúba, ipé, jacarandá (à fleurs), maracujá (fruitier), peroba, quiabo (fruitier), sucupira [...].*
OISEAUX: Araponga, inhambu, jao, juriti (chanteur), urubu (rapace) […].
RONGEURS: Caxinguelé (sorte d'écureil), capivara, cotia, paca.
BOISSONS: (à base d'alcool de canne) : Bagaço, cachaça, garapa.
NOURRITURES: Angu (bouillie à base de maïs), mingau (fleur de farine de maïs), canjica (brisures de maïs), fubá (farine de maïs), pé de moleque (gâteau de sucre de canne à la pistache), passoca (gâteau de farine de maïs), boia (casse-croûte).» (Torga, 1985 :74)

No que diz respeito à alimentação também existem inúmeras alusões aos pratos tradicionais portugueses. Nesse caso, a tradutora optou geralmente por manter o vocábulo original, deixando-o em itálico, tendo acrescentado uma nota de rodapé explicativa:

«[...] ma tante faisait du caldo verde. (Note de la traductrice: La soupe aux choux portugaise, véritable plat national) » (Torga, 1985:108)

A tradutora incluiu igualmente neste glossário inicial vocábulos utilizados frequentemente como: «*caboclo*, métis; *favela*, bidonville; *fazenda*, grande propriété; *bandeirante*, pionnier,» entre outros. (Torga, 1985:74). As alusões a tradições populares constituem outro dos desafios que a tradutora teve de enfrentar. Assim, o jovem Mário diz à sua tia do Brasil, durante a estadia na fazenda de Minas Gerais, as ladainhas transmontanas utilizadas para curar erupções cutâneas provocadas pelas mordeduras de animais:

«*Eu te benzo e te rebenzo/Na cabeça e no rabo/Se és sapo ou sapão/Ou aranha ou aranhão, /Ou bicho de má nação»* (Torga, 1937:125).

A tradutora procurou manter as sonoridades recorrendo até á criação de novos vocábulos, em francês:

«Je te bénis et rebénis/, à la tête et au fondement/Que tu sois crapaud crapaudant/ ou encore aragne aragnante/ou bien bestiole malfaisante…» (Torga, 1985 :82-83).

Na fazenda brasileira, os empregados negros realizavam por vezes festas, dançando ao luar, cantando e procurando fazer rimas em «ão»:

«*Ali, canta o mulato/Neste assunto do ão; /Negro p'ra cantar comigo/Lava a boca com sabão...[...]Negro p'ra cantar comigo/Lava a boca com sabão; Se não lavar bem lavada, /Comigo não canta não...»* (Torga, 1937:155).

Cayron traduziu do seguinte modo:

«*Ay, c'est moi le mulâtre qui chante/une histoire rimée en «ão» (on) ;/que le nègre qui me répond/se lave la bouche au savon …[…] Que le nègre qui me répond/se lave la bouche au savon ;/s'il ne la lave et la relave, /avec moi ne chante pas, non…»* (Torga, 1985 :100).

Como sabemos, as fórmulas de tratamento usadas no Brasil diferem das de Portugal e colocam dificuldades ao tradutor de língua portuguesa. Cayron adotou soluções diferentes: por vezes, manteve as fórmulas do original dando o tom local, como no caso de «Dona Candinha» (Torga, 1937:118) e (Torga, 1985:78) ou «sinhá» (Torga, 1937:156) e (Torga, 1985:100), com o sentido de senhora ou «madame», em francês padrão.

Outras vezes, a tradutora optou por traduzir, tentando sempre conservar o ambiente colonial e exótico: «nhôzinho Leandro» (Torga, 1937:166) passou a ser traduzido por «Missié Leandro» (Torga, 1985:107), vocábulo frequentemente usado quando os autores procuram reproduzir as falas das personagens das antigas colónias francesas, em vez de «monsieur»/senhor, do francês padrão. Um outro exemplo: *«– Adeus minino...» (Torga, 1937:119) traduzido por «– Bonjour "pitit"...»* (Torga, 1985:78).

Na obra de Torga são raras as personagens em que há alusão ao modo de falar tipicamente brasileiro. Quando surge a recriação dessas falas, parece-nos ser com a intenção de conferir verosimilhança à narrativa, como veremos por alguns outros exemplos. Assim, o jovem Mário chegado da metrópole vai até à fazenda dos tios em Minas Gerais, num carro de bois conduzido por um miúdo e acompanhado pelo preto Anacleto:

> *«– Dou em você, moleque safado, si cochila...*
> *Depois ouviu-me soluçar. Pôs-me carinhosamente a mão nas costas e falou-me [...] – Seu minino, deixe di bobage...»* (Torga, 1937:78)

Temos, então, neste excerto o vocabulário do português do Brasil («moleque», «cochilar», «bobagem») e a diferente forma de tratamento «seu». Igualmente nesta obra de Torga, *A Criação do Mundo*:

> *«[...] a personagem Mário relata a sua experiência no Brasil e apesar dos nomes mudarem, memórias e ficção imbricam-se de tal modo que é difícil saber onde começa a realidade e acaba o domínio do imaginário*. (Tavares, 2004:246)

Outras vezes, temos, já em Portugal, a reação da mãe de Mário perante o modo de falar do filho regressado do Brasil:

> *«Mas minha mãe protestava indignada contra o meu sotaque brasileiro.*
> *– Fala-me português, homem!»*
> (Torga, 1937: 28)

Ainda em Portugal e na mesma obra, surge-nos, em determinado momento, a tia do Brasil muito dada a crendices e superstições que conta uma história bastante inverosímil em casa de um amigo, figura importante na povoação. Este não se contém e diz:

> *« – Oh! Minha senhora, pelo amor de Deus...*
> *– É verdade. Lhe juro.*
> *– Qual verdade, nem meia verdade! Sejamos pessoas inteligentes, do nosso tempo! [...]*
> *– Garanto que se abriu a terra, e que o negro ficou enterrado até à cintura. Eu vi ele. Então vieram os urubus, e começaram a comer. [...]*
> *– Pois fique sabendo que não é tapeação. Contei direitinho o acontecido. Tim-tim por tim-tim. Me lembro até...»* (Torga, 1937:32)

Nesta passagem, em que, uma vez mais, se procura exemplificar o sotaque brasileiro da tia temos a utilização de vocabulário diferente «tapeação», assim como o diferente uso e colocação na frase das formas pronominais «vi ele», «lhe juro» ou «me lembro».

Podemos constatar que vários anos após a sua estadia no Brasil, Miguel Torga, com base em momentos lá vividos, redige a obra *A Criação do Mu*ndo em que relata pormenorizadamente o que viu e sentiu. As marcas deixadas por essa experiência de emigração foram profundas e duradouras e delas a tradutora teve seguramente consciência.

3. CONCLUSÃO

Claire Cayron teve a seu cargo a tarefa enorme de traduzir a obra imensa de Torga. Como sabemos esta obra é constituída por várias dezenas de volumes de diferentes géneros literários, tais como: conto, novela, romance e outros textos em prosa, teatro, poesia e os vários volumes de *Diário*. A tradutora considerava importante ser a mesma pessoa a traduzir a obra de um autor porque defendia a unidade de tradução, de acordo com a unidade da escrita e além disso porque pensava ser útil para encontrar diferentes soluções de tradução para os problemas que se colocavam. Esta tradutora e professora universitária que refletiu aprofundadamente sobre a problemática da tradução defendia a plasticidade do francês, considerando que não existia apenas um francês literário, mas vários, como o de Proust, Beckett e outros. Pensamos que terá ficado claro que Claire Cayron traduziu o sentido e a mensagem da obra de Torga, com correção sintática, conseguindo manter tanto a dinâmica como o ritmo e musicalidade do texto original que constituem a sua beleza. Para Claire Cayron, a tradução era muito mais uma aventura intelectual do que uma tarefa ou profissão, ela queria descobrir o autor para em seguida partilhar essa descoberta com o leitor, neste caso de língua francesa. A língua portuguesa é rica e diversa sem perder a sua unidade fundamental e coloca grandes desafios

aos tradutores quando estes se interessam por autores provenientes de continentes e culturas diversas. Como tivemos oportunidade de constatar, mesmo quando um tradutor se debruça sobre um escritor português como Torga tem de conhecer a especificidade do português do Brasil e da sua cultura pois a sua obra tem marcas específicas da sua estadia nesse país. Em muitos outros casos isso se verifica, basta referirmos, por exemplo, o romance *A Selva* do escritor português Ferreira de Castro, traduzido pelo escritor francês Blaise Cendrars e cuja ação se passa na selva amazónica, com toda a profusão de plantas e animais inexistentes no continente europeu e com muitos vocábulos de origem tupi.

Gostaríamos de referir a razão da importância que atribuímos ao perfil do tradutor. Defendemos a ideia que o tradutor literário é uma espécie de coautor da obra pois deverá fazer apelo à sua criatividade e intuição para resolver os inúmeros problemas que se lhe colocam, tanto do domínio linguístico como cultural. Assim, pensamos que a crítica da tradução deve conhecer bem o perfil do tradutor para compreender e poder explicar as suas escolhas tradutológicas. Tal como determinados teóricos (Orzeszeck, 1997:167) defendemos que a tradução literária, quando é verdadeiramente artística, no sentido de conseguir ser fiel ao original, tanto do ponto de vista do sentido como da forma, é igualmente uma obra de arte, e o seu tradutor também um autor, um autêntico criador. Para terminar, parece-nos que a divulgação da língua portuguesa e das literaturas lusófonas precisa de editores interessados, de bons tradutores como Claire Cayron, mas também de um conjunto de instrumentos de apoio, quase inexistentes no caso dos escritores da África lusófona, e que incluem, entre outros, dicionários e glossários especializados assim como bases terminológicas facilmente consultáveis. Só assim se poderá enformar a adequada formação dos tradutores literários de língua portuguesa e promover uma estratégia de divulgação dos autores de língua portuguesa e das suas culturas, tendo em vista a efetiva internacionalização do português como língua de comunicação e de cultura.

4. BIBLIOGRAFIA

AAVV (1986) «La traduction littéraire, du portugais au français: folie ou militantisme? Quelques questions…». In *L'Enseignement et l'expansion de la littérature portugaise en France – Actes du Colloque (Paris, 21-23 Novembre 1985)*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 261-269.

Cayron, Claire (1987) «Explorer pour traduire». In *SUD-Revue Littéraire: La Traduction – Réflexions – Reflets*, nº 69-70, (Org. Benito Pelegrin), 53-72.

Freire, António *(1990) Lendo Miguel Torga*, Porto: Edições Salesianas.

Giudicelli, Michèle et al. (1995) «La traduction des auteurs de langue portugaise dans le monde». In Onzièmes *Assises de la Traduction Littéraire*, Arles: Actes Sud, 31-65.

Herrero, Jesús (1979) *Miguel Torga: poeta ibérico*, Lisboa: Editora Arcádia.

Martinho, Ana Mª. (1995) A Língua Portuguesa em África: Educação, Ensino, Formação, Évora: Editorial Pendor.

Orzeszeck, Agatha, (1997) «Traducción y cultura». In Fernández, Leandro Félix e Arjonilla, Emílio Ortega (Org.), *Leciones de teoria y práctica de la traducción*, Málaga: Université de Málaga, 163-168.

Quadros, António, (1989) A ideia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos cem anos, Lisboa: Fundação Lusíada.

Tavares, Ana Cristina, (2004) «A vivência do Brasil na obra de escritores portugueses». In *Interculturalidades: Traduções, Línguas e Culturas*, Lisboa: Ed. Universitárias Lusófonas, (Orgs. Rita Neves, José Lopes e Ana C. Tavares), 225-258.

Tavares, Ana Cristina; Lopes, José Manuel (2005) «Prolegómenos a um esquema analítico para a crítica de traduções literárias». In *Babilónia: Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução*, nº2/3 Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 81-90.

Teyssier, Paul (1990), «A língua portuguesa no mundo». In *Etudes de Littérature et de Linguistique*, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 255-265.

__ . (1993), *História da Língua Portuguesa*, trad. do francês por Celso Cunha, Lisboa: Sá da Costa Editora.

Torga, Miguel (1937), *A criação do mundo – os dois primeiros dias*, Vol.1, (4ª Ed. refundida, 1969), Coimbra: Edição de Autor. [2º dia,113-224]

__ . (1985), *La création du monde*, trad. do português por Claire Cayron, Paris: Ed. Aubier, [2º dia, 73-142].

__ . (1968). Diário *X*, (2ª Ed. revista), Coimbra: Edição do Autor.

__ . (1994) *Contes et nouveaux contes de la montagne*, trad. do português por Claire Cayron, s.l. **:** Librairie José Corti, (Edição portuguesa de 1980 «Contos da Montanha e novos contos da montanha»)

__ . (1990) *Lapidaires*, trad. do português por Claire Cayron, s.l.: Librairie José Corti.

Internet/Outros suportes:

- Volkovitch, M. (2000) «Entretien avec Claire Cayron – Traducteurs au Travail». In Translittérature nº 21, ATLAS. Disponível em (www.atlf.org/documents/entretienclairecayron.pdf), consultado em abril de 2007.

- Colomer, Henry, (1994) *Claire Cayron traduit Miguel Torga*, Documentário (filme-vídeo) Paris: La Sept/Vidéo Distrib. Le Seuil (34 minutos- cor).

51. CARLA ALEXANDRA FERREIRA DO ESPÍRITO SANTO GUERREIRO, ESEB, INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA,

A ESCRITA DIARÍSTICA DE MIGUEL TORGA: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE O DIÁRIO VI

Se é verdade que existe uma problemática literária do diário íntimo, ela torna-se mais flagrante na época contemporânea, em que o autor, ao escrever o diário, sabe, à partida, que ele vai ser publicado, assumindo a publicidade das suas confidências e mesmo da sua publicação ainda em vida. É o caso do escritor sobre o qual refletiremos, Miguel Torga.

O diário íntimo é um ato fundamental de afirmação de uma pessoa, ele é destruidor de toda e qualquer ficção, na medida em que destrói a noção de personagem, que se dilui no eu.

A escrita diarística carateriza-se por uma contenção expressiva próxima da linguagem poética ou aforismo (como é visível no Diário de Torga, em que textos poéticos e em prosa se complementam, contribuindo para a singularidade da obra).

No diário, o tempo é apresentado no seu fluir, a emergir e a sumir-se e não há capítulo final porque todos o são e nenhum o é. Nenhuma imagem é definitiva, apenas reflexo de uma ansiedade que nunca se extingue. Ao contrário da autobiografia, que é una, o diário é plural e como que é constituído por mil e uma biografias, sempre repetidas e inacabadas.

O volume VI do *Diário* de Torga, obra representativa da sua obra diarística, é escrito num estilo clássico e conciso em que nada é deixado ao acaso, oferecendo uma sensação de unidade acabada. O seu *Diário* é a expressão de uma época e itinerário de um homem português, com os seus tormentos e ilusões, "d'antes quebrar que torcer".

Torga é um homem empenhado nas realidades do seu tempo, condição de que dá abundantes provas, jamais se escusando a participar plenamente nas realidades social e política que lhe couberam viver. De resto, todas as páginas da sua obra diarística serão testemunho dessa forma de orgulho, que ele quis manter até ao fim.

1 - MIGUEL TORGA E O SEU DIÁRIO

Miguel Torga escreveu poesia, prosa, contos, arriscou uma nomeação para o Nobel, foi vítima de insultos e invejas. Esteve sob fogo cruzado, recebeu muitos prémios, recusou ainda mais entrevistas...Escreveu mais contos, volumes do seu *Diário* e poemas. Foi preso e libertado. Amado e odiado. Fiel ao seu destino, cumpriu o seu caminho. Ficará para sempre guardado em nós o seu canto de " Orfeu rebelde".

-Assunção Morais Monteiro considera o *Diário* como o **"caleidoscópio de uma vida"** [171]. Esta palavra transporta toda uma carga semântica e metaforicamente ela aponta para a fragmentação e diversificação de relatos e para a possibilidade de construção de uma realidade interior e exterior ao sujeito, que é facultada pelos próprios textos.[172] A mesma autora acrescentará que o Diário de Torga" é um inconfundível caleidoscópio revelador de um eu, em que sobressaem, entre outras, três vertentes: do médico, do escritor e do homem, que sendo um inconformado, não se acomodou".[173]

2- AS PRINCIPAIS TEMÁTICAS DO DIÁRIO VI

Este volume, que contempla o período de **15 de fevereiro de 1951 a 11 de maio de 1953**, contém um total de **185** entradas. Este número de entradas, possuindo cada uma delas uma indicação espácio-temporal concreta, comprovam a opinião de Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, quando

[171] MONTEIRO, Assunção Morais (1995), *A Génese do Conto no Diário de Miguel Torga*, p.299.
[172] "O diário pode não ser apenas um caderno de confidências. Pode voltar-se para o exterior e conter impressões de viagens, comentários de leituras, reflexões política, estéticas, morais, etc. O escritor Marcello Duarte Mathias chama-lhe" forma aberta e fecunda (...) que tudo contém e tudo é suscetível de conter".
ROCHA, Clara (1992), in Máscaras de Narciso, Estudos sobre a Literatura autobiográfica em Portugal, p. 29.
[173] MONTEIRO, Assunção Morais (1995), *A Génese do Conto no Diário de Miguel Torga*, p.316.

consideram o diário, "*um subgénero muito marcado, do ponto de vista temporal, registo quotidiano de eventos e vivências.*"[174]

Há **52** entradas constituídas por **textos poéticos** (13 de 1951; 26 de 1952 e 13 de 1953)

Existem **3** entradas que constituem **reflexões literárias sobre factos reais** daquela época (Morte de Gide – 14/2/51; reflexão sobre convite, declinado pelo escritor, para dissertação sobre Da Vinci - 8/11/52- E, finalmente, em 15/12/52, uma meditação sobre a morte de Teixeira de Pascoaes.

Existe um total de **11** entradas sobre **crítica estético-literária**, em que o autor reflete sobre a criação literária, não só em Portugal, mas também no contexto europeu, demarcando-se claramente de "clãs" literários e tendências estéticas "da moda", num gesto de fidelidade a si próprio e independência de opinião, que constituem dois dos traços mais vincados da sua personalidade de cidadão e criador.

Relativamente a episódios e reflexões acontecidas no consultório, há um total de 12 entradas.

Há somente **5** entradas que consistem em textos do escritor para **comunicações sobre literatura/poesia em Congressos ou Encontros**: 2, para o " Journal des Poètes", em 11/3/51 e 16/4/52; 1 para os "Encontros Europeus de Poesia", em 24/7/52 e a entrada de 19/5/52, que corresponde à sua participação escrita no "Recital Europeu de Poesia", em Roma.

A par da poesia, as **viagens** (com os comentários e reflexões a elas associados), ocupam a maior parte do tecido textual do *Diário VI*.

Elas perfazem um total de 22, em 1951, 22, em 1952 e 2, até 2 de maio de 1953. (Embora tenhamos conhecimento que neste último ano o autor faz uma nova viagem à Grécia, que será causadora de profunda impressão, ela ainda não é abarcada cronologicamente por este volume).

Esta é uma época da vida do autor, marcada pelo signo da viagem e da descoberta, como forma de compensação para a repressão e o cativeiro de que havia sido vítima, dando, assim, largas ao seu espírito livre e aventureiro.

Apesar do clima repressivo vivido durante o Estado Novo, a escrita diarística do autor tem um caráter interventivo e crítico, muitas vezes a tocar o cáustico. Encontram-se neste volume **16** entradas referentes a **reflexões críticas sobre aspetos culturais, sociais, políticos, religiosos**. Estas entradas dizem respeito, não só ao Portugal de então, mas também, em muitos casos, ao próprio velho continente.

Sob a temática da **reflexão pessoal e considerações do autor** sobre aspetos variados, tais como: a criação literária (12 entradas), a inexorável passagem do tempo e suas consequências a nível do mundo natural e humano (5 entradas), a inultrapassável solidão do poeta e a sua condição de "vate" (3 entradas), a sua saúde frágil (2 entradas)...

Além destes registos, outros são referentes a: assimetrias entre os favorecidos e desterrados pela fortuna, a complexa relação entre médico e paciente, a função e relevância da escrita diarística.

É interessante constatar que há uma espécie de pudor ou de defesa da vida íntima familiar, (decorrentes, provavelmente do caráter ântumo do diário e da intencionalidade da sua publicação, por parte do diarista), havendo apenas **1 entrada, de 17/12/52, referente a um serão, passado na companhia da sua esposa.** O diarista aproveita a situação para de imediato refletir sobre as diferenças entre homem e mulher, fazendo considerações de ordem geral, que em nada se circunscrevem ao círculo familiar.

É curioso notar a discrepância de entradas, de acordo com o mês em que o diarista faz registos escritos: nenhuma entrada no mês de janeiro de 1952; 2, no final de fevereiro e registos muito frequentes nos meses de junho, julho e agosto do mesmo ano.

O caráter descontínuo do *Diário* é uma caraterística própria deste tipo de escrita, bem como, o seu caráter fragmentário, resultante do facto de se tratar de uma escrita quotidianamente (ou periodicamente) reatada.

[174] REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina Macário (1998), *Dicionário de Narratologia*, p.105.

A este título, citaremos também as palavras de Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes: "*O **diário** privilegia a narração intercalada, caraterizada por ser uma enunciação narrativa intermitente, constituída pelas experiências que o dia-a-dia vai proporcionando ao narrador*"[175]. Ainda os mesmos autores acrescentam que são *"caraterísticas do **diário** a fragmentação diegética imposta pelo ritmo, em princípio quotidiano dos atos narrativos que constituem o diário e tendência para o confessionalismo, assumido de forma mais ou menos aberta*". [176]

2.1- O RELIGIOSO NO VOLUME VI DO DIÁRIO

> (...) *Entre as caraterísticas que Miguel de Unamuno, o pensador salamantino, aponta ao homem português, uma das mais constantes é a do desespero religioso (...) "Os portugueses são almas atormentadas pela sede de infinito, pela fome de eternidade"*[177]

O estado de crise das crenças religiosas produz uma perturbação emocional e os primeiros a senti-la, porque os mais sensíveis às transformações do pensamento social são os poetas. [178] O diarista/poeta Miguel Torga é um homem em crise, porque já não tem a crença ingénua da infância e não encontra uma visão filosófica da existência através da qual compreenda racionalmente a vida. (À imagem de Unamuno, seu mestre espiritual).

Miguel Torga oscila entre **crença e razão**, dois **polos inconciliáveis**, até que, em certos momentos, um desaparece e deixa lugar ao outro. Segundo o crítico e ensaísta Eduardo Lourenço:

> *" Deus não é uma palavra morta na poesia de Torga (...) Este homem de expressão voluntariosa e forte vive crucificado numa contradição e nela germina (...) a sua angústia e desespero são os de um homem que escreve deuses e pensa Deus, que escreve Deus e não sabe ao certo se pensa Nada. Mas esse nada o inquieta como se fosse Deus*".[179]

Acima de tudo, o diarista evidencia a sua crença no domínio da inteligência e num Homem que se quer totalmente livre. Miguel Torga empenha-se na afirmação de uma i**manência humana** que tende mesmo a **pôr em questão** qualquer **transcendência divina**. Como cronista do intemporal, Torga regista a existência e providência de um ser absoluto, de cuja natureza se sente tanto mais cúmplice, quanto mais inconciliável consigo mesmo. Segundo o diarista, Deus é-nos estranho porque nos nega. Por outro lado, Torga foi incapaz de cair num simplismo agnóstico e de declarar como Nietzsche que *"Deus está morto"*. De acordo com Clara Rocha

> "*Deus, (...) é mais um interlocutor das perplexidades e angústias da criatura revoltada do que um abrigo a que se chega a ovelha desgarrada do rebanho*".[180]

Miguel Torga assume assim uma **visão panteísta do divino**. Não esqueçamos que ele bebe numa fonte cultural greco-latina e para o homem grego, o divino é interior ao universo. Parafraseando, a este propósito, a escritora Clara Crabbé Rocha:

> *"Torga diviniza o ser humano e assume-se como aquele que é capaz de reproduzir a vida no papel e de a levar junto de outros humanos que com ele se identifiquem. Surge assim o Diário como local de escrita onde, por excelência se consagra a dualidade do eu: simultaneamente sujeito /objeto de narração e entidade demiúrgica num e noutro papel*". [181]

Segundo Torga, a religião clerical massifica, enquanto o pensamento pessoal individualiza e liberta.

2.2. A ARTE DA ESCRITA EM TORGA: POESIA E PROSA

Torga oferece-nos no seu *Diário* inúmeros exemplos do modo pessoalíssimo como tem entendido, vivido e realizado a poesia: como protesto, como dádiva,

[175] REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina (1998), *Dicionário de Narratologia*, p.104
[176] REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina (1998), *Dicionário de Narratologia*, p.105
[177] HERRERO, Jesus (1979, *Miguel Torga, poeta ibérico*, p.109.
[178] HERRERO, Jesus (1979) *Miguel Torga, poeta ibérico*, p.111.
[179] LOURENÇO, Eduardo (1974) "O Desespero humanista de Torga e o das Novas Gerações", p.100.
[180] ROCHA, Clara Crabbé (1992), in As Máscaras de Narciso, Estudos sobre a Literatura Autobiográfica em Portugal, p.226.
[181] ROCHA, Clara Crabbé (1977) O Espaço Autobiográfico em Miguel Torga, p.60.

como transfiguração, como justificação da existência e da inerente rebeldia"[182], assumindo-se ele próprio, não raras vezes, como um "Orfeu Rebelde".[183] A poesia torguiana é essencialmente a busca de fidelidade no terrestre, a busca de alianças com o terrestre e a busca de inteireza do homem no terrestre. A nível da diarística, e mais particularmente neste volume, cada poema se concentra numa certa imagem e é acompanhado de um ritmo muito próprio que confere o visualismo de cada uma das imagens.

A maior parte das imagens poéticas está ligada à revelação de um **mundo agrário e pastoril**, que surge como denominador comum a toda a obra torguiana. Existem vários **leit-motiv** condutores da poesia de Torga: a terra, a pobreza do solo, o enigma do mar, o espírito liberto, " por ascese", o esforço da criação poética, ou a luta contra a repressão. De resto, o imaginário de Torga identifica-se com a realidade da Ibéria, sua contemporânea. Segundo a opinião do estudioso de Torga, Jesus Herrero, Adolfo Rocha é um homem que se acomoda facilmente ao social, através de uma profissão respeitável, mas mantém livre e puro o fundo insubornável da sua pessoa, exprimindo-se pela vocação poética. Torga usa a poesia como forma de evasão do seu viver quotidiano, rotineiro e limitado, que a profissão de médico lhe impõe. A poesia é para ele uma atitude vital e comprometida, a mais importante do seu viver.[184] O poeta admite a condição dramática do destino humano e, em muitos dos poemas, encara a criação poética como forma de combate deste destino.

Em **21 de fevereiro de 1951** escreve:

> *"O que fez da Poesia um dos picos imaculados da cultura europeia e (...) um fator decisivo da consciência universal, foi o seu Heroísmo e a sua fidelidade a tudo o que é eterno. (...) É necessário que ela seja a mais pura expressão dos mais puros anseios de todos e cada um. É preciso que abrace (...) o Homem (...) que as religiões salvaram para o céu e que a poesia deve salvar para a Terra. Porque só a beleza nos arranca à solidão e nos une na mesma comunhão fraternal*".[185]

Também nas páginas 17 a 20 e 37 a 40 do volume VI do *Diário*, Miguel Torga concebe a arte poética como instrumento de união universal, que os grandes artistas desde sempre utilizaram como forma de libertar o homem da fatalidade do seu destino de " bicho da terra" e de harmonizar o universo.

É da obstinação sem tréguas que a poesia exige que nasce o obstinado rigor do poema". [186] Por isso**,** a poesia de Torga atrai tanto os seus leitores porque lhes oferece o que eles desejam: as suas dores; as suas preocupações; amores e desamores e os seus próprios sentimentos quotidianos, sem descurar a correção formal e o equilíbrio literário, com que os transmite.[187]

2.3- TORGA: O HOMEM E A TERRA

*A ligação do autor com as forças telúricas é uma constante em toda a sua obra e o vol. VI do Diário não constitui exceção.[188] Para o diarista, a terra é uma grandeza ao mesmo tempo física e moral***.**

A pureza e maravilha do mundo residem na terra, que é a origem e o fim de tudo. Assim, Torga dá particular relevo àqueles cuja aliança com ela é mais profunda e mais intrínseca: o povo das aldeias. É com os mais humildes que o escritor melhor se entende e é com eles que explicitamente se identifica. Em Torga o amor da Terra e do povo reanima-se através da viagem, permitindo-lhe estreitar o contacto com as "pedras" e as gentes, não só de Portugal, como também da Espanha, de que este volume do *Diário* nos dá vários testemunhos. Há que fazer, desde logo, uma distinção entre terra como natureza, (**fonte**

[182] FERREIRA, David Mourão (1979), *Lâmpadas no Escuro*, p.105.
[183] O facto de cada volume do *Diário* começar e acabar com um poema é bem significativo da importância que a Poesia tem para o escritor.
[184] "(...)o poeta" é para Torga "o artista absoluto, e a poesia a grande arte, "le haut langage", ROCHA, Clara (1992), *As Máscaras de Narciso, Estudos sobre a Literatura Autobiográfica em Portugal*, p.231
[185] TORGA, Miguel (1978), *Diário VI*, p.19.
[186] ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner Andresen (1967) *Arte Poética-II, in Geografía*
[187] O " *Diário*, longe de estar escrito num estilo" doméstico", à vontade, resulta de uma grande elaboração mental e estética (...) uma escrita mais intensiva que extensiva, que compense em força expressiva a relativa brevidade de cada nota ou cada poema" , ROCHA, Clara , *in As Máscaras de Narciso, Estudos sobre a Literatura Autobiográfica em Portugal*, Livraria Almedina, Coimbra, 1992, p.234.
[188] " Longe de monologar, o poeta (...) procura ler e decifrar o espetáculo dessa natureza, e inscreve o seu livro sobre o livro intemporal que é o próprio tellus", ROCHA, Clara (1992), *As Máscaras de Narciso, Estudos sobre a Literatura Autobiográfica em Portugal*, p.230.

matricial de vida) e pátria cívica. Para Miguel Torga viajar não se limita a uma simples viagem turística, mas é sim uma convivência íntima com tudo o que pertence à terra.

Veja-se, a título de exemplo, o seguinte excerto de 24 de fevereiro de 1951:

"*Andar, correr sempre. Mesmo para não encontrar coisa nenhuma, não ter uma sugestão sequer. Mudar apenas de sítio, como um arbusto que em cada transplantação tem pelo menos uma aventura física*".

Para Torga o conhecimento da terra no seu sentido material é condição indispensável para se ser pertencente a uma nação. Daí que tenha imposto a si mesmo percorrer todo o corpo físico da nação portuguesa, de que este *Diário* nos dá largos exemplos (**Póvoa de Varzim, S. Martinho d'Anta, Montesinho, Quintanilha, Tua, Panóias, S. Martinho de Mouros, Campos de Coimbra, Lisboa, Arrábida, Gerês, Mira...**

Para dar alguns poucos exemplos, sem entrar no domínio das viagens ao país vizinho. Percorrer a terra é para o diarista sinónimo de íntima convivência com todas as coisas de qualquer lugar. **E relativamente à terra pátria?**

No dizer de Jesus Herrero, ele: "*Canta a pátria como recordação, como gesta, como heroísmo (...) A sua pátria espiritual não tem fronteiras, é a pátria peninsular, larga e luminosa, a Ibéria*".[189] Ainda no dizer deste estudioso de Torga, ele "*evidencia um sentimento de irmandade com o país vizinho e simultaneamente a insegurança e imitação do reverso desse amor*". O iberismo de Torga é dialético, tal como o foi a história da península. Porém, maior que a alegria que o poeta tem de pertencer à terra peninsular, é a satisfação de sentir uma comunhão total com a terra e o mar portugueses. Quem lê o Diário, percorre Portugal de lés a lés em toda a sua complexidade telúrica, humana, histórica e cultural. Em harmonia com a simplicidade da natureza que tanto ama, a escrita de Torga é uma oposição constante ao retorismo, apresentando como coordenadas a economia dos meios e a concentração em certas palavras, como se elas fossem o resumo do mundo.

[189] HERRERO, Jesus (1979) *Miguel Torga, poeta ibérico*, p.101.

2.4- O ESPÍRITO CRÍTICO NO DIÁRIO VI DE TORGA, (A CRÍTICA SOCIOPOLÍTICA, CULTURAL E LITERÁRIA)

Miguel Torga sempre foi um homem pleno, independente de tendências político-ideológicas ou "clãs" literários. Foi em virtude da sua isenção e humanismo que conheceu a perseguição e mesmo a prisão (em 1937, durante o regime salazarista), que esteve impedido de sair do país, que viu alguns dos seus livros proibidos pela censura ou apreendidos pela polícia política. Sempre se bateu com grande coerência, pela edificação de um Portugal mais digno, defendendo, com sentido que lhe é inato a liberdade e as raízes seculares do nosso povo. Em várias entradas deste volume, o diarista marca o seu distanciamento face ao homem português da época e aos escritores considerados, por excelência, a plêiade literária, digna de elogio. O escritor assume uma atitude de "francoatirador", independente de jugos religiosos, sociais, literários e políticos, fazendo uso de uma linguagem possuidora de inteligente ironia.

Torga mantém-se à parte de associações literárias e sempre fiel às suas próprias convicções e ao percurso pessoal que delineou desde o início da sua "vocação literária". À imagem de outros volumes, também este revela uma preocupação constante com assuntos, tais como: a hipocrisia da sociedade, a tirania, a falta de liberdade, a violação dos direitos do homem...

De um modo particularmente relevante, o *Diário* funciona como o seu refúgio e encontramos nas suas páginas, não só muito de si próprio, mas também do Portugal seu contemporâneo e de várias facetas da humanidade em geral. Atente-se a este título no poema "Memorando", presente neste volume do seu *Diário*.

A escrita, mais concretamente a diarística, foi a forma possível que o engenho de Torga encontrou para tornear a perseguição política que lhe era movida pela repressão do estado novo, da qual já havia sido vítima. Concluiremos esta reflexão com as palavras de um poeta também ele conhecido pela sua verticalidade (Sá de Miranda), que sintetizam a essência da personalidade de Torga:

" Homem de um só querer, um só rosto e uma só fé,
d'antes quebrar que torcer...
outra cousa pode ser,
mas da corte, homem não é".

2.5- MIGUEL TORGA: O EU E O OUTRO

Segundo Mariana Ploae Hanganu, "*ser escritor significa para Miguel Torga ter e cumprir uma missão de verdade, (...) " e o seu" humanismo reflete-se na obra do escritor português no sentido de limitar a realidade apenas ao homem e à sua grande aventura cósmica, sem que as dúvidas que o percorrem tenham a consistência (...) duma agonia pessoal*".[190]

Miguel Torga cultiva o absoluto da fidelidade do homem a si próprio: absoluto da amizade perfeita e do amor para sempre, o absoluto da justiça numa sociedade fraterna. Ele tem, porém, consciência que o absoluto deve permanecer como pura aspiração porque a felicidade do homem está no relativo e, portanto, na contradição, na luta, numa "esperança desesperada".

É esta condição dual que encontramos no seu Diário. No *Diário* o **eu** do narrador é primordial e relega para segundo plano os **outros,** porque esta é uma marca fundamental da própria dinâmica da escrita diarística. Isto é, o relato em primeira pessoa, no qual são relatadas experiências e factos ocorridos, assumindo o narrador (autodiegético), uma posição de frontalidade face ao que conta.

A especialista em Torga, Assunção Morais Monteiro, enfatiza este aspeto, quando afirma: "o diário pessoal é sempre uma forma muito pessoal de trazer para o consciente as expetativas, sonhos, frustrações, alegrias, tristezas ou determinados factos marcantes do dia-a-dia, evidenciando a propensão do sujeito para o confessionalismo e uma certa atitude narcísica."[191] Em Miguel Torga coexistem o médico e o poeta. Não é difícil, através da leitura do *Diário*, apercebermo-nos que a sua vocação é, definitivamente a segunda. Afirma Jesus Herrero que "*para o pensador Ortega y Gasset, ao contrário da profissão, a vocação coincide com o eu*".[192] A profissão é, muitas vezes, um instrumento de adaptação social e, indubitavelmente, a profissão de médico é das mais bem acolhidas pela sociedade.

No caso de Torga, embora, por vezes, profissão e vocação não sejam coincidentes, na maior parte dos casos há o que Herrero designa por "pacto de não-agressão"[193], ou até uma **secreta aliança.** Nas circunstâncias referidas, a profissão não funciona como um sofrimento, mas como um prazer renovado. A profissão é por ele vivida de tal modo intensamente, havendo uma preocupação e interesse tão grandes pelo **outro (o que sofre)**, que ele vive cada dia no consultório como uma estreia profissional.

Por vezes chega a sentir-se mal, por ter que fingir respostas que de algum modo tranquilizem o paciente, sobre as quais não tem a mínima certeza. (É afinal, mais uma vez a manifestação do seu acentuado humanismo!) Existe uma permanente preocupação com o seu semelhante, ao qual irmana a mesma condição de sofrimento humano.

Esta aprendizagem do outro e o espírito de solidariedade perante a dor e sofrimento humanos, fazem com que **Torga como médico seja um homem capaz de ouvir as confissões dos outros**, ao contrário de ele próprio, que, por temperamento, deixa que **o Diário** seja **o único confessor.** Torga é um escritor essencialmente afetivo, o que **o leva a dividir com o recetor anónimo do Diário: os seus sentimentos e necessidades** mais íntimos, **numa atitude de partilha fraternal** como se os estivesse a contar a um conhecido de longa data.

5. REFLEXÃO FINAL

O fenómeno que subjaz à escrita diarística é de exprimir e recriar a diferença entre o escritor, como sujeito e como referência, permitindo a fuga

[190] PLOAE-HANGANU, Mariana (1993) "Miguel Torga - Cântico do Homem e da Terra", *in Atas do 4º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas,* p.750.
[191] MONTEIRO, Assunção Morais (1995) *A Génese do Conto no Diário de Miguel Torga*, p.197.
[192] MONTEIRO, Assunção Morais (1995) A Génese do Conto no Diário de Miguel Torga, p.61.
[193] HERRERO, Jesus (1979), *Miguel Torga, poeta ibérico*, p.62.

ao anonimato e à eterna interrogação individual, que reside no íntimo de todo e cada ser humano.

O *Diário VI* de Torga é um lugar pessoalíssimo, de ligação entre o vivido e o imaginado. Ele é o horizonte biográfico e, por isso, o ponto onde tudo conflui e se interliga. Não é por acaso que atualmente se publicam imensos textos que se inspiram no Diário ou dele se avizinham, contando com uma vasta audiência.

Baseados nas palavras de outro grande escritor, também ele diarista, Vergílio Ferreira -, podemos dizer que a escrita diarística de Torga serve para criar um espaço habitável da sua necessidade e para extravasar o que o oprime. Escreve, porque o erro e a injustiça não devem ter razão. Torga escreve para tornar possível a realidade, os lugares, tempos e pessoas que esperam que a sua escrita os desperte do seu modo indefinido de serem. E para evocar e fixar o percurso que realizou, as terras, as gentes e tudo o que viveu.

Torga escreve para tornar visível o mistério das coisas. Escreve para ser. Escreve, sem razão. A propósito do *Diário* de Torga e particularmente do volume VI terminaremos com o pensamento lapidar de Miguel de Unamuno:

"Aqui vos deixo a minh'alma-livro,
homem - , mundo verdadeiro.
Quando vibra todo inteiro,
És tu leitor que nele vibras"[194]

6. BIBLIOGRAFIA:

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner Andresen (1967),"Arte Poética-II", *Geografia,* Lisboa, texto Editora.

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner (1967), " Torga - Os homens e a Terra", *in Informação Cultural, Boletim da Secretaria de Estado da Cultura*, Lisboa.

Boletim Cultural (VI série, nº 6 -março), 1986, coordenado por Natalina Oliveira do Carmo, Lisboa,

COELHO, Jacinto do Prado (1976), Ao *Contrário de Penélope,* Lisboa, Livraria Bertrand.

DIDIER, Béatrice (1976), Le Journal Intime, Paris, PUF.

DUMAS, Catherine (1994)," Diário Íntimo e Ficção", *in Colóquio Letras*, nº 131, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

FERREIRA, David Mourão (1979) *Lâmpadas no Escuro*, " Poética e Poesia no Diário de Torga" Lisboa, Editora Arcádia.

FERREIRA, Vergílio, Pensar, s./d., Lisboa, Bertrand Editora.

MONTEIRO, Assunção Morais (1995), *A Génese do Conto no Diário de Miguel Torga*, Vila Real, UTAD.

GONÇALVES, Fernão de Magalhães (s./d.), *Ser e Ler Torga*, Lisboa, Editora Vega,

HERRERO, Jesus*, Miguel Torga, poeta ibérico* (1979), Livraria Arcádia, Lisboa.

LOURENÇO, Eduardo (1974), "O Desespero Humanista de Torga e das Novas Gerações", *in Tempo e Poesia*, Porto, Editora Inova.

MATHIAS, Marcello Duarte (1997)," Autobiografias e Diários", Colóquio Letras, nº 143/44, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

MONTEIRO, Assunção Morais (1998)., "Autenticidade e autoficção no *Diário* de Miguel Torga", *in Atas do Quinto Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Tomo II, Coordenação de T. F. Earle, Coimbra.

PLOAE-HANGANU, Mariana (1993), " Miguel Torga - Cântico do Homem e da Terra", *in Atas do 4º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas,* Hamburgo, edição da Universidade de Hamburgo, coordenada por m. Fátima Viegas Brauer-Figueiredo.

REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina (1998), *Dicionário de Narratologia*, 6ª edição, Coimbra, Livraria Almedina.

ROCHA, Clara Crabbé (1992)., MÁSCARAS DE NARCISO, ESTUDOS SOBRE A LITERATURA AUTOBIOGRÁFICA EM PORTUGAL, Coimbra, Almedina.

TORGA, Miguel (1978), *Diário VI*, Coimbra, Coimbra Editora.

[194] Natalina Oliveira do Carmo (1986) Boletim Cultural (VI série, nº 6 -março), p.29.

52. JOSÉ HAROLDO NAZARÉ QUEIROGA UEPB (UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA).

MIGUEL TORGA, O CANTAR DOLENTE DO HOMEM DO CAMPO

O trabalho se debruça sobre a temática do campo na obra de Miguel Torga, identificação fundamental do homem Adolfo Rocha, cuja intimidade com o homem simples e sua ligação com a terra se espraia pela sua obra poética e ficcional. O autor que *"...só repar(ou) o erro da lavoura/quando o sol aloirava o desengano"*(Ceifa) estabelece um estreito diálogo com o universo rural e viabiliza o surgimento das muitas vozes discursivas, tal como as estuda Mikhail Bakhtin. O conceito da multivocidade discursiva aliado aos estudos de tematologia pelo viés de Tynianov orienta o estudo proposto.

A poesia de Miguel Torga, visceralmente ligada à terra, revela um escritor afeito à ruralidade, ao homem campesino e, portanto, à paisagem fundamental da aldeia portuguesa que o viu nascer. Segundo suas próprias palavras "magoei os pés no chão onde nasci", a ligação mais profunda com o lugar na obra torguiana enraíza-se na carne e está escrita com sangue, conforme lemos: "*cilícios de raivosa hostilidade/abriram golpes na fragilidade de criatura /que não pude deixar de ser um dia*". A imagem do cilício remete ao sacrifício, à imolação que Torga fez do seu talento à paisagem lusitana.

Ao escolher o pseudônimo de Miguel Torga, o poeta rendeu homenagem às suas origens rurais pois "torga" ou urze significa planta silvestre, que brota espontaneamente no solo, sem necessidade de cuidados especiais, encontrável por todo o território lusitano e mais especialmente no norte onde nasceu o médico Adolfo Rocha, escritor Miguel Torga, incansável cantor de seu torrão natal.

Paralelamente à temática religiosa, grande filão da poesia de Miguel Torga, a paisagem do campo, os homens, as mulheres, a vegetação e os animais a quem dedicou o conhecido volume "Bichos", ocupam lugar prioritário no seu universo criador.

> *"São duzentas mulheres. Cantam não sei que mágoa / que se debruça e nem mostra o rosto. / Cantam, plantadas n'água, / ao sol e à monda neste mês de agosto* (Lezíria) "

A cena descrita, tipicamente portuguesa, mulheres fazendo a capinagem na lezíria, sugere ao poeta uma reflexão acerca da dolente canção entoada por aquelas camponesas que escondem o rosto sob o sol de agosto. E escondendo o semblante, disfarçam um sofrimento, uma dor escondida, só revelada no tom plangente da voz triste que anima o trabalho duro no amanho da terra. A identificação de Miguel Torga com o homem do campo ocorre a partir de sua capacidade individual de perceber determinadas virtualidades. No poema Comunhão, por exemplo, há uma comparação em que o poeta, ele mesmo, traça o paralelo entre sua missão de poeta e a atividade do camponês

Tal como o camponês, que canta a semear
A terra,
Ou como tu, pastor que cantas a bordar
A serra
De brancura,
Assim eu canto, sem me ouvir cantar,
Livre e à minha altura.
Semear trigo e apascentar ovelhas
É oficiar à vida
Numa missa campal
Mas como sobra desse ritual
Uma leve e gratuita melodia,
Junto o meu canto do homem natural
Ao grande coro dessa poesia.

Nos versos acima lemos a profissão de fé do poeta, que revela sua conceção do ofício de poetar como ofício a um tempo rústico e místico. A religiosidade perpassa a poética de Miguel Torga que, homem simples, identificado com os naturais da terra, registra sua devoção e seu louvor à religião praticada e vivida pelo natural da aldeia. Essa identificação ratifica o caráter plurissignificativo do texto e aponta para um leque de possíveis leituras. Solitariamente inscreve-se a poesia de Torga na busca do reconhecimento. O texto poético torguiano denuncia o dilaceramento das forças impulsionadoras do homem criador, do artista, que, ao mesmo tempo registra uma nota de saudade do que não foi espraiando-se na transformação do discurso poético como um elemento de incompletude, uma falta, que busca solução no nível da linguagem.

Sendo o texto literário marcado tão visceralmente por elementos enraizados na cultura, não é difícil observar a constância de referências, temas, imagens e motivos que reiteram o tônus fundamental da literatura cultivada por Miguel Torga, confirmando a crença de escreve-se sempre o mesmo texto. Esse caráter circular, redundante, do material poético, compõe uma espécie de patrimônio intelectual individual, que dissemina os atalhos e as veredas do universo poético torguiano. Para uma leitura da produção literária de Miguel Torga não se pode desprezar ou mesmo desviar o foco da sintonia do autor com a estética literária do neorrealismo português. Assim, a retratação do ambiente campesino com cenas de autêntico ruralismo permeia a poesia do autor com a

propriedade e a eficácia do momento literário que bebeu no regionalismo brasileiro e nas literaturas, europeia e americana dos primeiros anos do século XX, o culto do cotidiano, o gosto pela retratação da terra e, principalmente, o engajamento nas causas sociais.

Panorama

Pátria vista da fraga onde nasci.
Que infinito silêncio circular!
De cada ponto cardeal assoma
A mesma expressão muda.
É de agora ou de sempre esta paisagem
Sem palavras,
Sem gritos,
Sem o eco sequer duma praga incontida?
Ah! Portugal calado!
Ah! Povo amordaçado!
Por não sei que mordaça consentida!

O poema lido é uma demonstração bem convincente e explícita do prantear constante do poeta face à realidade do seu país. Mas é no poema "Ceifa" que o poeta inventaria a temática desenvolvida em sua poesia.

Vejamos:

Ceifa

Ceifo a larga seara dos meus anos:
Encho a tulha de mágoas.
Mas este joio, em mim, é natural
Como o trigo aos montões noutras herdades.
O mal nasce do mal.
Semeei ventos, colho tempestades.
Só reparei no erro da lavoura
Quando o sol aloirava o desengano.
Mas nem então, humano,
Me arrependi.
Olhei com pena o sáfaro oceano,
Sem pena da abundância que perdi.
E cantei, como cantam
Os pobres, inspirados.
Cantei contente
Como toda a gente.
Cantei os meus cuidados
Descuidados.
Cantei a fome sem nenhuma esperança.
A negra fome da inquietação
Que não quer a fartura granjeada
Com lisonjas a Ceres e ao arado.
A fome alimentada
Pelo gosto do pão imaginado.

Como escreveu David Arrigucci Júnior sobre a poesia de Bandeira, Torga identifica-se com o húmus. A terra, esposa e mãe. No poema homônimo o poeta revela o desejo de semear o grão no seio da terra. O idílio com a terra traz o apelo à sensualidade onde a comunhão homem/terra permite versos como:

Terra, minha mulher!
Um amor é o oceano,
Outro a quentura que se quer
Dentro dum corpo nu, moreno! (TERRA)

Com esses versos do poeta de S. Martinho das Antas concluo esta leitura homenagem.

José Haroldo Nazaré Queiroga

Êxtase
Terra, minha medida!
Com que ternura te encontro
Sempre inteira nos sentidos,
Sempre redonda nos olhos,
Sempre segura nos pés,
Sempre a cheirar a fermento!

Terra amada!
Em qualquer sítio e momento,
Enrugada ou descampada,
Nunca te desconheci!
Berço do meu sofrimento,
Cabes em mim, e eu em ti!

53. MARIA OLIVEIRA DE FRANÇA, RIO GRANDE DO NORTE (MOSSORÓ). PROLING - FUNESO/UFPB.

A LINGUAGEM DO POETA POPULAR: UMA UTILIZAÇÃO VARIACIONISTA?

O estudo de alguns textos do poeta popular norte-riograndense Antônio Francisco cristaliza um uso da língua identificado com os falares locais, mesclado pela memória histórica em que se entrecruzam vozes da tradição e da contemporaneidade articulando um terceiro viés discursivo, performático, instaurador de uma nova dimensão da língua.

O estudo de alguns textos do poeta popular norte-riograndense Antônio Francisco cristaliza um uso da língua identificado com os falares locais, mesclado pela memória histórica em que se entrecruzam vozes da tradição e da contemporaneidade articulando um terceiro viés discursivo, performático, instaurador de uma nova dimensão da língua.

Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa que objetiva analisar os textos poéticos como instrumentos de produção de sentido em alunos da componente curricular história, respaldado no pressuposto de que a poesia pode subsidiar a aquisição dos saberes pelos alunos e mais ainda, que o linguajar regionalista, com todos os elementos próprios da variação linguística dá conta da transmissão eficiente dos saberes, constituindo material de estudo capaz de contribuir de forma paradigmática para o ensino de história e afirmação dos falares regionais.

O estudo de alguns textos do poeta popular norte-rio-grandense Antônio Francisco cristaliza um uso da língua identificado com os falares locais, mesclado pela memória histórica em que se entrecruzam vozes da tradição e da contemporaneidade, articulando um terceiro viés discursivo, performático, instaurador de uma nova dimensão da língua.

Acreditamos que o discurso do professor de história precisa acompanhar e contextualizar as transformações enfrentadas pela sociedade atual, ensinando não só os conteúdos propostos pelos programas de história, como também dotar de sentido as expressões usadas, aproximando-se, pelo repertório, do discurso característico do alunado. “Sentido” quer dizer caminho não percorrido, mas que se deseja percorrer, remetendo à ideia de projeto é nessa perspetiva que este trabalho se insere, reconhecendo a necessidade de mudar práticas conservadoras e experimentando novos modelos que viabilizem o ensino aprendizagem dos conteúdos e principalmente do modo como esses discursos são construídos, respeitando-se as vaiáveis linguísticas que ancoram os falares regionais.

Sendo assim, situar a poesia popular de Antônio Francisco, no contexto sociohistórico, procurando inserir os textos poéticos como instrumentos capazes de facilitar a assimilação dos conteúdos pelos alunos, tomando como espaço o ambiente escolar, para descobrir que contribuições podem ser dadas ao ensino da disciplina História através do texto poético, poesia é uma tentativa que merece atenção.

As questões sociais, ambientais e os valores humanos têm sido assuntos recorrentes em jornais, revistas, telejornais enfim em todos os meios de comunicação. As escolas não foram excluídas dessa discussão. Professores de variadas disciplinas, abordam em suas aulas esses temas, na tentativa de conseguir conduzir a perceção e reflexão dos alunos para a tomada de atitudes de solidariedade, preservação, resgate de valores e principalmente das vaiáveis linguísticas ali disseminadas.

Antônio Francisco Teixeira de Melo, aqui várias vezes citado, é poeta popular, xilógrafo, compositor. Nascido na cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, Brasil - a 21 de outubro de 1949. Licenciou-se em História pela Universidade do estado do Rio Grande do Norte (UERN) e iniciou sua produção literária aos 46 anos de idade. Tem mais de trinta folhetos publicados

e três livros, sendo o primeiro deles" Dez Cordéis Num Cordel Só;" o segundo, " Por Motivos de Verso" e o terceiro,"Veredas de Sombras".

Ocupa a cadeira de número 15 da Academia Brasileira de Literatura de Cordel desde o dia 15 de maio de 2006. Sua poética tem recebido elogios da crítica literária que o considera a grande revelação do momento em matéria de cordel, recebendo diversos chamados para realizar recitais e motivar os ouvintes que afluem às centenas por onde se apresenta, propiciando a reflexão sobre temas importantes como ética, solidariedade e valores humanos.

As questões sociais, ambientais e os valores humanos têm sido assuntos recorrentes em jornais, revistas, telejornais enfim em todos os meios de comunicação. As escolas não foram excluídas dessa discussão, professores de variadas disciplinas, abordam em suas aulas esses temas, na tentativa de conseguir conduzir, a perceção e reflexão dos alunos para a tomada de atitudes de solidariedade, preservação e resgate de valores.

Antônio Francisco tem-se revelado sensível a todas as questões ligadas à cultura regional e compõe versos que são verdadeiras lições de humanidade, solidariedade e preservação do planeta possíveis de presenciar através de diversas poesias entre elas citamos alguns versos do poema "Os Sete Constituintes":

"Quem já passou no sertão/ E viu o solo rachado, /A caatinga cor de cinza, / duvido não ter parado/ pra ficar olhando o verde/ do juazeiro copado.

E sair dali pensando/como pode a natureza/ num clima tão quente e seco/ numa terra indefesa/com tanta adversidade/criar tamanha beleza.

O juazeiro, seu moço, /é pra nós a resistência/ a força, a garra e a saga/ o grito de independência/ do sertanejo que luta/ na frente da emergência.

Nos seus galhos se agasalham /do periquito ao canção/é hotel de retirante /que anda de pé no chão/ o general da caatinga/ e o vigia do sertão.

E foi debaixo de um deles/ que eu vi um porco falando/ um cachorro e uma cobra/ e um burro reclamando/ um rato e um morcego/ e uma vaca escutando.

Isso já faz tanto tempo/ que eu nem me lembro mais/ se foi pra lá de Fortim/ se foi pra cá de Cristais/ eu só me lembro direito/ do que disse os animais.

Eu vinha de Canindé/ com sono e muito cansado/ quando vi perto da estrada/ um juazeiro copado/ subi, armei minha rede e fiquei ali deitado.

Como a noite estava linda/ procurei ver o cruzeiro, /mas cansado como estava/ peguei no sono ligeiro/ só acordei com uns gritos/ debaixo do juazeiro.

Quando eu olhei para baixo/ eu vi um porco falando/ um cachorro e uma cobra/ e um burro reclamando/ um rato e um morcego/ e uma vaca escutando.

O porco dizia assim/ "Pelas barbas do capeta! Se nós ficarmos parados/ a coisa vai ficar preta/ do jeito que o homem vai/ vai acabar o planeta.

Já sujaram os sete mares/ do Atlântico ao mar Egeu/ as florestas estão capengas/ os rios da cor de breu/ e ainda por cima dizem/ que o seboso sou eu.

Os bichos bateram palmas/ o porco deu com a mão/ o rato se levantou e disse: - " Prestem atenção/ eu também já não suporto ser chamado de ladrão.

O homem sim mente e rouba/ vende a honra, compra o nome/ nós só pegamos a sobra / daquilo que ele come/ e somente o necessário/ pra saciar a nossa fome"

Palmas, gritos e assovios/ ecoaram na floresta/ a vaca se levantou/ e disse franzindo a testa -" Eu convivo com o homem/ mas sei que ele não presta.

É um mal-agradecido/ orgulhoso, inconsciente/ é doido e se faz de cego/ não sente o que a gente sente/ e quando nasce é tomando/ a pulso o leite da gente.

Entre aplausos e gritos/ a cobra se levantou/ ficou na ponta do rabo e disse: -" Também eu sou perseguida pelo homem/ pra todo canto que eu vou.

Pra vocês o homem é ruim/ mas pra nós ele é cruel/ mata a cobra, tira o couro/ come a carne, estoura o fel / descarrega todo o ódio/ em cima da cascavel.

É certo, eu tenho veneno/ mas nunca fiz um canhão/ e entre mim e o homem/ há uma contradição/ o meu veneno é na presa/ o dele no coração.

Entre os venenos do homem/ o meu se perde na sobra.../ numa guerra o homem mata/ centenas numa manobra/ inda tem cego que diz: -" Eu tenho medo de cobra"

A cobra ainda quis falar/ mas de repente um esturro,/ é que o rato pulando/ pisou no rabo do burro/ e o burro partiu pra cima/ do rato pra dar-lhe um murro.

Mas, o morcego notando / que ia acabar a paz/ pulou na frente do burro e disse: " Calma rapaz!...baixe a guarda, abra o casco/ Não faça o que o homem faz.

O burro pediu desculpas/ e disse: -" Muito obrigado,/ me perdoe se fui grosseiro/ é que eu ando estressado/ de tanto apanhar do homem/ sem nunca ter revidado.

O rato disse: - " Seu burro, você sofre porque quer/ tem força por quatro homens/ da carroça é o chofer/ sabe dar coice e morder só apanha se quiser."

O burro disse: - " Eu sei que sou melhor do que ele/ mas se eu morder o homem/ ou se der um coice nele/ é mesmo que estar trocando/ o meu juízo no dele."

Os bichos todos gritaram: - " Burro, burro...muito bem!"

O burro disse: - "Obrigado, mas aqui ainda tem/ o cachorro e o morcego/ que querem falar também."

O cachorro disse: - " Amigos, todos vocês tem razão/ o homem é um quase nada/ rodando na contramão/ um quebra-cabeça humano/ sem prumo e sem direção.

Eu nunca vou entender/ por que o homem é assim/ se odeiam, fazem guerra/ e tudo o quanto é ruim/ e a vacina da raiva / em vez dele dão em mim."

Os bichos bateram palmas/ e gritaram: - " Vá em frente," Mas o cachorro parou e disse: - " Obrigado gente, mas falta ainda o morcego dizer o que ele sente."

O morcego abriu as asas/ deu uma grande risada/ E disse: - " eu sou o único que não posso dizer nada/ porque o homem pra nós/ tem sido até camarada.

Constrói castelos enormes/ com torre sino e altar/ põe cerâmica e azulejos e dão pra gente morar/ e deixam milhares deles / na rua sem ter um lar.

O morcego bateu asas/ se perdeu na escuridão/ o rato pediu a vez/ mas não ouvi nada não/ peguei no sono e perdi/ o fim da reunião.

Quando o dia amanheceu, / eu desci do meu poleiro/ procurei os animais/ não vi mais nem o roteiro/ vi somente umas pegadas debaixo do juazeiro.

Eu disse olhando as pegadas: - " Se essa reunião/ tivesse sido pra nós/ estava coberto o chão/ de piubas de cigarro/ guardanapo e papelão.

Botei a maca nas costas/ e sai cortando o vento/ tirei a viagem toda/ sem tirar do pensamento/ os sete bichos zombando / do nosso comportamento.

Hoje quando vejo na rua/ um rato morto no chão/ um burro mulo piado/ um homem com um facão/ agredindo a natureza/ eu tenho plena certeza: os bichos tinham razão."

Acreditamos ser a poesia um recurso didático que poderá dar conta das necessidades acadêmicas, produzindo um discurso capaz de alcançar a sensibilidade do aluno na inteleção de certas realidades., o que a torna uma linguagem mais que bem-vinda no âmbito escolar. Partindo do pressuposto que a poesia contribui para a qualidade do ensino promover a leitura da obra poética de Antônio Francisco justifica-se, tanto para encontrar caminhos através dos quais as disciplinas História e Língua portuguesa possam se apropriar dos conhecimentos ali contidos e assim propiciar aos alunos a realização da transposição didática dos conteúdos, quanto para trabalhar os conteúdos de uma forma eficiente e lúdica. Os dados que serão pesquisados referentes ao poeta fazem parte dos livros e cordéis publicados pelas editoras Queima Bucha e Poema que têm apoiado e divulgado a construção poética do mesmo, bem como entrevistas com o poeta para fundamentação da pesquisa.

Estudar a poesia de Antônio Francisco seria um recurso novo para abordagem de conteúdos sociais, ambientais e de valores humanos que são trabalhados atualmente pelos docentes de História e língua portuguesa.

Como disse Ferreira, "*Novas propostas, desde que sejam coerentes e intencionem serem produtivas, devem sempre ser anunciadas, discutidas e aprimoradas*" (FERREIRA, 2001). É nessa perspetiva que se insere o estudo da poética de AF, como instrumento capaz de tocar a sensibilidade dos alunos para entender e interpretar as questões sociais e a partir daí promover mudanças.

Portanto, esse estudo é referendado por preceitos que norteiam a Análise do Discurso, de orientação francesa, por ser o discurso por essa ótica, o objeto

linguístico capaz de fazer a intertextualidade entre os textos poéticos e os textos históricos. Contudo, nem sempre o entendimento desses conteúdos permitirá essas transposições, dada a variação dos fatos históricos e linguísticos.

O ensino de História está em discussão em nossa sociedade desde o Império, naquele momento o número de pessoas envolvidas no projeto educação era limitado, visto que naquela época interessava preparar aqueles que se tornariam líderes políticos e dirigentes do país.

Foi dado um salto temporal e o que vemos na história recente da educação, é que a preocupação em atender a um número maior de alunos com uma educação de qualidade ainda é um grande problema.

Trabalhar a intertextualidade da poesia de Antônio Francisco pode trazer resultados que caracterizem pelo menos um desses fatores: aulas mais dinâmicas, atrativas, alegres onde a interdiscursividade entre o poeta e os alunos se dará através dos seus textos.

Como dizia Bakhtin: "*Onde não há texto, também não há objeto de estudo e de pensamento*" (BAKHTIN, 1992).

É nessa perspetiva que os textos poéticos de Antônio Francisco serão estudados, para encontrar subsídios que facilitem a interpretação dos acontecimentos históricos, tendo em vista que os seus poemas apresentam diversas situações que podem ser contextualizadas com os conteúdos da disciplina de HISTÓRIA.

54. PAULA ISABEL SANTOS PSANTOS@UFP.PT

MIGUEL TORGA DE TRÁS OS MONTES PARA A IMORTALIDADE

Abordaremos o conceito de imortalidade simbólica, ansiedade perante a morte e a construção literária, nomeadamente a obra de Miguel Torga e o seu papel na balança entre a angústia da finitude e o desejo de imortalidade.

O desejo de imortalidade simbólica, operacionalizado por Robert Jay Lifton, (1964, 1973, 1987, 1991) em cinco modos: biológico, natural, experiencial e criativo, é a resposta à ansiedade perante a morte; sendo esta provocada pela consciência da nossa finitude. (Drolet, 1990).

A obra literária, resultado de uma criativa lucidez faz frente ao medo da morte eleva a imortalidade simbólica. Focar-nos-emos em Miguel Torga pois insurge-se como exemplo gritante, amotinando a finitude.

0. INTRODUÇÃO

O estudo da morte e do seu simbolismo tem sido relativamente negligenciado em psiquiatria e em psicanálise. Não só porque levanta resistências emocionais nos investigadores como os confronta com um tema cuja magnitude ultrapassa as suas capacidades intelectuais e empáticas (Lifton, 1964). A morte é um tema que tem sido muito pouco estudado pelos psicólogos, para além de não ser um tema prestigiante, os psicólogos raramente saem do laboratório para fazer investigação, e a morte não se adapta a uma investigação laboratorial e ao controle experimental. "*death is not a glamorous arena*." (ibd, p. 244). A morte é vista como um tema mórbido. "*Neither research nor therapy can alter the fact that all of us will have to die*." (ibd, p. 244).

Drolet, J.L. (1990) diz, em relação à morte, que, quer nós a enfrentemos ou ignoremos, a temamos ou reprimamos, a morte é um dado vivo na nossa existência. Assim, a nossa consciência pessoal e autêntica da morte permite-nos viver a vida ao máximo e permite-nos que o potencial humano seja alcançado. Yalom (1980), (citado em Drolet, 1990) refere que, para que demos à morte um estatuto participativo na nossa vida, requer que nós primeiro reconheçamos o conflito existencial que ela gera, isto é, a tensão que existe entre a consciência da morte e o profundo desejo de continuar a viver. Contudo, quer nós a enfrentemos ou ignoremos, a temamos ou reprimamos, a morte é um dado vivo na nossa existência, e a nossa capacidade para estarmos conscientes disso é uma qualidade humana indispensável. Assim, a nossa consciência pessoal e autêntica da morte permite-nos tirar melhor proveito da vida (Drolet, 1990).

A MORTE

E o Poeta morreu.
A sombra do cipreste pôde enfim
Abraçar o cipreste.
O torrão
Caiu desfeito ao chão
Da aventura celeste.

Nenhum tormento mais, nenhuma imagem
(No caixão, ninguém pode
Fantasiar.)
Pronto para a viagem
De acabar.

Só no ouvido dos versos,
Onde a seiva não corre,
Uma rima perdura,
A dizer com brandura
Que um Poeta não morre.
Miguel Torga[195]

1. IMORTALIDADE SIMBÓLICA E ANSIEDADE PERANTE A MORTE

Robert Jay Lifton, através dos seus estudos com pessoas que se viram dramaticamente confrontadas com a morte, tais como sobreviventes do Holocausto ou de Hiroxima, quis explorar o lugar da morte no nosso imaginário. De certo modo, da mesma forma com que Freud elaborou um modelo dinâmico do homem baseado na sexualidade, Lifton propôs um novo paradigma psicológico, fundamentado na evolução dos processos de formulação de símbolos, no qual a morte e a simbolização da continuação da vida têm uma contribuição especial. Esta consciência de morte manifesta-se na necessidade fundamental e universal de preservar e desenvolver um sentido pessoal de continuação e duração, de imortalidade simbólica (Drolet, 1990).

Lifton (1973) acredita que o desejo de imortalidade simbólica está presente em todas as pessoas, a sua expressão pode ter diferentes formas ou modos em diferentes culturas e em diferentes indivíduos dentro da mesma cultura. Segundo Lifton (1979), o desejo de imortalidade simbólica fornece imagens de uma morte transcendente e ajuda-nos a encarar a nossa própria finitude. Com a sua noção de imortalidade simbólica. Lifton, ofereceu à realidade da morte não só um aspeto positivo da vida, mas também um componente ativo no desenvolvimento do homem. Desta forma o ser humano consegue ultrapassar a sua condição dualista, que e ser pleno de potencialidades mas também ser mortal (VandeCreek, 1994).

Lifton, (1991,1973,1987) argumenta que o falhanço no desejo de imortalidade simbólica poderá estar por detrás de distúrbios mentais, já que o homem perdendo este desejo, perde também a capacidade de simbolicamente vencer a sua maior angustia, a da morte, *"While the denial of death is universal, the inner life-experience of a sense of immortality, rather than reflecting such denial, may well be most authentic psychological alternative to that denial"* (Lifton, 1979, p.13).

Tal como refere Figueiredo (1993), o sentimento de perca é ultrapassado pelo sentimento de identificação por delegação, ao nascimento tornamo-nos seres ansiosos, a nossa condição, a condição humana lida mal com a finitude, e com a ansiedade que ela provoca, delegamos nos outros a obrigação de nos atenuarem as angústias.

Mathews e Mister, (1987) acrescentam que esta necessidade básica e unicamente humana do psiquismo saudável e que se relaciona com a vida para além da morte, teorizada por Lifton nas décadas de 60 e 70 é expressa na maioria das religiões e foi provavelmente, a força motivadora que esteve por trás da construção das pirâmides do Egito, da gravação da moeda romana e da gravação dos ícones do Cristianismo.

[195] Cit in, Gaspar, L (2007) Miguel Torga, Biografia. Consultado a 24 de agosto de 2007 http://www.truca.pt/ouro/biografias1/miguel_torga.html

Pode também explicar como podemos encontrar ao longo dos tempos muitos exemplos de homens que sacrificaram as suas fortunas ou até as suas vidas por causas não diretamente relacionadas com a sua sobrevivência. De modo mais comum, *o desejo de imortalidade simbólica é expresso no desejo de ter filhos, ou ter sucesso na vida profissional e o desejo de ser lembrado e respeitado pelo próprio grupo social*. (ibd). Todos nós desejamos a imortalidade, qualquer um de nós a pode alcançar, mais ou menos prolongada, e desde a adolescência todos nós pensamos nela. A morte e a imortalidade formam um par indivisível, mais belo que Marx e Engels, que Romeu e Julieta, que Laurel e Hardy. "*Sonhamos com a imortalidade desde a infância*" (Kundera, 1990, p. 67).

> "*A imortalidade simbólica desenvolver-se-á sobre a identificação por delegação, reforçando a necessidade psicológica de nos revermos nos vindouros, nos nossos continuadores, depositários do nosso desejo de eternidade*" (Figueiredo, 1993, p. 62).

Para Morin (1973), o homem, ao contrário do animal mostra-se lúcido em relação à própria morte, é por essa lucidez afetado traumaticamente, tentando ultrapassá-la com o mito da imortalidade.

Esta nossa consciência torna-se avassaladora, *o sentimento de que vamos desaparecer sem deixar rastro é deveras angustiante, o sentido de Imortalidade Simbólica permite fazer-lhe frente e dá a vida um significado simbólico de continuidade, independentemente da morte física* (Santos, 2001).

2. MODOS DE IMORTALIDADE SIMBÓLICA

O sentido de imortalidade simbólica é expresso em cinco modos ou categorias: biológico, criativo, teológico, natural e experiencial que representam caminhos através dos quais minimizamos a ansiedade perante a morte (Lifton, e Eric Olson, 1974; Lifton, 1979; Lifton, 1964).

2.1. MODO BIOLÓGICO

O modo de expressão biológica tem uma enorme importância universal, talvez seja o modo com mais importância e o mais óbvio. Cada um de nós, vive através dos seus filhos e filhas, netos e netas, numa cadeia biológica sem fim. Através dos laços familiares a vida não mais terá fim. Em adição à cadeia generacional, à continuidade de gerações, este modo simboliza também as células reprodutivas, à medida que passam de pais para filhos (Lifton e Olson 1974; Lifton 1979). Está associado com o sentido de que nós somos a continuidade dos nossos pais e de gerações passadas, bem como o sentido de que nós vamos continuar a viver através dos nossos descendentes, este modo pode também estender-se fora da nossa família para a nossa cultura, tribo, nação ou até ser associado com princípios étnicos ou valores pessoais. (Lifton, 1979; Lifton e Olson, 1974). Em termos de conexão biológica, August Weismann falou há cerca de um século, no princípio da imortalidade celular. Mas essa imortalidade celular é apenas um dos aspetos da nossa continuidade biológica já que o homem é um ser cultural, um ser cultural por excelência (Lifton, 1979, p. 20).

2.2. MODO CRIATIVO

"A second mode is that of human "works", or the *creative* mode." (Lifton e Olson, 1974, p. 77). Podemos sentir um certo sentido de imortalidade quando ensinamos, fazemos arte, construímos, escrevemos, curamos, inventamos e através de qualquer tipo de influências que iremos deixar nos outros. Em profissões tais como ciência ou artes, que deixam uma certa herança e património, ou seja, que deixam uma certa influência na cultura. Por exemplo, médicos e professores têm uma influência direta num paciente ou aluno, que vai por sua vez ser transmitida a outras pessoas. O criativo torna-se parte de um projeto maior do que ele próprio, ilimitado no passado e no futuro. (Lifton, 1979; Lifton e Olson, 1974). Os atos heroicos podem ser vistos como vias de simbolicamente derrotar a morte, uma forma do self sobreviver. (Berman, 1995).

2.3. MODO RELIGIOSO

Este é o modo que surge mais rapidamente quando falamos de imortalidade, é o modo teológico. A imortalidade foi sempre o cerne das

preocupações das várias religiões (Lifton, 1979). Historicamente, tem sido através da religião que o homem consegue expressar conscientemente a aspiração de conquistar a morte e de viver para sempre. Diferentes religiões fornecem esperanças de imortalidade em diferentes formas. O perigo com as imagens religiosas de imortalidade é que podem perder rapidamente a sua qualidade simbólica e resultar na aceção de que realmente não morremos. "Thus, the concept of the "immortal soul"- as a part of man that escapes death- was seen by Freud as a characteristic example of the human capacity for self-delusion through religion" (Lifton, R.J.; Olson E. 1974, p. 79)

2.4. MODO NATURAL

*"A fourth mode is the sense of immortality achieved through continuity with **nature**"* (Lifton e Olson, 1974, p.81).

Este modo, continuam os autores, está relacionado com a natureza, com o sentimento de que fazemos parte do universo e que este nos ultrapassa, ou seja, que é eterno. A caraterística principal que distingue este modo é que ele enfatiza a relação com os outros seres, com aspetos vivos e não vivos da natureza, elaborando um sentido de imortalidade simbólica através da integração com a natureza. (Mathews e Mister, 1987). Porque é que Marte foi um fascínio tão grande? E porque ainda é? O que tem o quarto planeta do sistema solar?

2.5. MODO EXPERIENCIAL

"*A fifth mode of immortality, which we call experiential trancendence, is a bit different from the others in that it depends solely on a psychological state. This state is the experience of illumination or rapture attained as time seems to disappear*" (Lifton e Olson, 1974, p. 82).

A experiência transcendental pode ser conseguida através da dança, atletismo, contemplação do passado, criação intelectual e artística, dar à luz, e o sentimento de trabalhar em conjunto por uma causa comum. Estas experiências podem ocorrer relacionadas com qualquer um dos outros modos. Parece ser um potencial psíquico universal e até necessário para a suspensão da ordinária perceção do tempo. Existe uma experiência de iluminação ou êxtase conseguido como se o tempo desaparecesse.

2.6. MIGUEL TORGA E A IMORTALIDADE SIMBÓLICA

Adolfo Correia da Rocha nasceu em 1907 em S. Martinho de Anta, concelho de Sabrosa Trás os Montes, aldeia que o viu nascer e ajudou a crescer. Mas Adolfo era grande demais para se reduzir a um só mundo a uma só localidade, afrontado pela criatividade passou por Lamego, Porto e Brasil, antes de se fixar em Coimbra, a terra dos estudantes e da saudade. Casou para pseudónimo, o nome Miguel com a Torga (urze), deste casamento nasceram várias obras, que lhe permitiram o *Grande Prémio Internacional de Poesia* e em 1985 o *Prémio Camões.*

Durante toda a sua obra e vida sempre estiveram presentes a família, contudo por vezes não muito dotado a sociabilidades fáceis. *"Uma parcela de arrogância, um certo distanciamento dos homens, timidez comum aos homens vindos dos meios humildes* " (Galvão, 2007, s/p)

Nem sempre escrevi que sou intransigente, duro, capaz de uma lógica que toca a desumanidade. (...) Nem sempre admiti que estava irritado com este camarada e aquele amigo. (...) A desgraça é que não me deixam estar só, pensar só, sentir só. (cit in Galvão, 2007s/p) .

Atrevemo-nos a interpretar na sua obra o desejo da perfeição, da perenidade da sua obram prelúdio de uma imortalidade anunciada

Que cada frase em vez de um habilidoso disfarce, fosse uma sedução (...) e um ato sem subterfúgios. Para tanto limpo-a escrupulosamente de todas as impurezas e ambiguidades. (cit in Galvão, 2007, s/p).

Da sua obra transpira a ansiedade, a lucidez da finitude, a lucidez, a pior ferida dos inteligentes, que os alerta para ansiedade – mãe, a ansiedade perante a morte. Um esforço indómito para chegar ao cimo da montanha da vulgaridade, e de lá deixar-se levar pela fluidez e veleidade da criatividade. Contudo e se atendermos ao modo biológico de imortalidade simbólica, Torga

nunca deixa as suas raízes, o seu leme não se desvia, ele quer levar consigo para a eternidade o nome da sua terra das suas gentes, a "sua" identidade.

Minha terra,
Meu povo,
Que sempre vos amei,
Que sempre vos cantei,
E que nunca jurei
O vosso nome em vão.

Minha terra,
Meu povo,
Dizei-me nesta hora de agonia
Que essa fidelidade
Desafia
Quem à sombra da noite e à luz do dia
Negue no mundo a vossa eternidade.
Diário XII, p. 180.

«Cuido que as coisas mais válidas que escrevi, sabem à terra nativa que trago agarrada aos pés».
Diário II, p. 150.

Indagamos se quando escreveu o diário XIII não estaria Torga mais sossegado com a desassossegada escrita, sossegado porque consciente do seu trabalho, da sua egrégia obra.

«*Começo a caber na pátria. Já não olho a fronteira com a inquietação de outrora. O corpo e o espírito vão-se acostumando à ideia de que os sete palmos nacionais de terra chegam perfeitamente para consumar um destino humano.»*
Diário XIII, p.118.

Podemos aqui sentir o modo natural de imortalidade simbólica, ou ainda o biológico? A necessidade de identidade, ou a noção de que a natureza também ela é como a carapaça de uma tartaruga, que julgamos fixa, mas que se move. Miguel Torga "Voa" para a eternidade sem, contudo, deixar a sua terra a sua identidade, o modo biológico de que nos fala Lifton.

«Pátria sem rumo, minha voz parada/ Diante do futuro!/ Em que rosa dos ventos há um caminho/ Português?/ Um brumoso caminho/ De inédita aventura,/ Que o poeta, adivinho,/ Veja com nitidez/ Da gávea da loucura?// Ah, Camões, que não sou, afortunado!/ Também desiludido,/ Mas ainda lembrado da epopeia.../ Ah, meu povo traído,/ Mansa colmeia/ A que ninguém colhe o mel!.../ Ah, meu pobre corcel/ Impaciente,/ Alado/ E condenado/ A choutar nesta praia do Ocidente...».
Diário XII, p. 136.

«Soube a definição na minha infância/ Mas o termo apagou/ As linhas que no mapa da memória/ A mestra palmatória/ desenhou/ Hoje/ Sei apenas gostar duma nesga de terra/ Debruada de mar».
Miguel Torga, Portugal, 5ª edição, Coimbra, 1986, p. 7.

«Cá vim dizer aos comprovincianos o que penso da nossa condição. Terá valido a pena? Nos tempos cosmopolitas que correm, já nem o Himalaia defende os tibetanos, quanto mais o Marão os transmontanos! Começo a temer que estejamos no fim da nossa História. Derrubadas as fronteiras, seremos um trago na garganta da Europa. E as fronteiras naturais estão a ruir aterradoramente!»
Diário XII, pp. 144-145.

3. DISCUSSÃO

O homem continua a ser a minha grande aposta. Sem acreditar nele, como poderia acreditar em mim? (Miguel Torga). A necessidade de mantermos o sentido da imortalidade simbólica permitiria compreender a história da humanidade. A imortalidade simbólica daria ao homem a possibilidade de se manter relacionado com as gerações passadas e futuras. Esta teoria dá um novo sentido ao facto de as gerações mais velhas se preocuparem com as gerações mais novas, ao cuidado posto na transmissão de heranças, ao investimento das gerações atuais nas gerações vindouras.

O conceito de imortalidade simbólica ajuda-nos a compreender melhore domínios da atividade humana que vão desde a atividade pedagógica espiritual e material à ação parental. (Figueiredo, 1993).

A criação, sobretudo a perene, ajuda-nos e estabelecer um vínculo com o passado e como futuro, derramando assim na arte a nossa angústia perante a morte. Sendo tarefa apenas destinada a alguns nobres espíritos inquietos, dos quais destacamos Miguel Torga, podemos desta afeita tomá-lo como depositário das nossas próprias angústias, imortalizada que está a sua obra.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arnaut, A. (1992). *Estudos Torguianos*. Coimbra: Fora do Texto.

Barthes, R.. (1984). *Literatura e Realidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Berman, H.J. (1995). Generativity and Transcendence Heroics. *Journal of Aging Studies*, Vol. 9, Nº 1, 5-11.

Cayron, C. (1983) «Itinerário duma Tradução: A edição Francesa da Obra de Miguel Torga» In.: *Colóquio Letras*, vol. 87. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Drolet, J.L. (1990). Transcending death during early adulthood: Symbolic Immortality, Death Anxiety and Purpose in Life. *Journal of Clinical Psychology*, vol.46. Nº 2, 148-160.

Figueiredo, E. (1993). *Angústia Ecológica e o Futuro*. Trajetos Portugueses. Gradiva.

Freire, A. (1990). *Lendo Miguel Torga*. Porto: Edições Salesianas.

Galvão, R. (2007) Miguel Torga http://www.vidaslusofonas.pt/miguel_torga.htm Consultado em 24 de agosto de 2007

Gaspar, L (2007) Miguel Torga – Biografia. Consultado a 24 de agosto de 2007 em http://www.truca.pt/ouro/biografias1/miguel_torga.html

Kundera M. (1990). *A Imortalidade*. Publicações Dom Quixote.

Lester, D.; Templer, D.I. (1993). Death Anxiety Scales: A Dialogue, *Omega*. vol. 26(4) 239-353.

Lifton R. J. (1979). The Broken Connection: on death and the continuity of life. New York: Simon & Schuster.

Lifton R.J. e Olson E. (1974). *Living and Dying*. New York: Praeger Publisher.

Lifton, R. J (1973). The sense of Immortality: On Death and the Continuity of Life, *American Journal of Psychoanalysis*, 33, 3-15

Lifton, R. J. (1987). *The future of immortality and Other Essays for a Nuclear Age*. Basic Books, inc., Publishers. New York.

Lifton, R. J. (1991). *Death in Life: Survivors of Hiroxima*. The University of North Carolina Press.

Lifton, R.J. (1964). On Death and Symbolism: The Hiroshima Disaster. *Psychiatry: J. Stud Interper Proc.* 27, 191-210.

Lourenço, Edoo a 24 de agosto de 2007 em (1982). *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Lourenço, Edoo a 24 de agosto de 2007 em (1987). *Tempo e Poesia*. Lisboa: Relógio d'Água.

Mathews, R.C. e Mister R.D. (1887). Measuring an individual`s investment in the future: Symbolic sensation seeking, and psychic numbness, *Omega,* vol., 18(3), 161-173.

Morin, E. (1973). *O Paradigma perdido: A Natureza Humana*, Mem Martins: Europa -América, 2ª Ed.

Santos, P.I. (2001). *Ninguém Morre*. Editorial Minerva. Lisboa.

Torga, Miguel, *Bichos*. 9ª edição. Coimbra, 1978.

Torga, Miguel, *Diário XII*. 2ª edição. Coimbra, 1977.

Torga, Miguel, *Diário XIII*. Coimbra*, 1983*.

Torga, Miguel, *Diário XIV*. Coimbra*, 1987.*

Torga, Miguel, *Diário XV*. Coimbra, 1990.

Torga, Miguel, *Diário XVI*. Coimbra, 1993.

Torga, Miguel, *Novos Contos da Montanha.* 16ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999.

VandeCreek, L. (1994). Trying to Live Forever: Correlates to the belief in Life After Death. *Journal of Pastoral Care*, Vol. 48 (3), 273-280.

55. RUI MIGUEL VENTURA DO COUTO TAVARES DE FARIA, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO..

O POPULAR E O LITERÁRIO NO CONTO «A FESTA» DE MIGUEL TORGA

O seguinte trabalho visa refletir sobre Miguel Torga contista e sobre a dimensão popular da literariedade de um dos seus contos publicado na obra *Novos Contos da Montanha*: "A Festa". Trata-se de um conto não só rico pelo seu aspeto literário, explicitando marcas e especificidades do seu autor, como também valioso por traçar um perfil cultural do modo de ser português. Na verdade, "A Festa" aproxima-se, pela sua vertente cultural, de uma narrativa popular, evocando caraterísticas típicas duma comunidade rural que vive, religiosa e profanamente, a festa de Santa Eufémia. Esta comunidade, particularizada em meia dúzia de personagens, não reflete apenas a dimensão popular transmontana pelas referências feitas, mas espelha, também, o caráter de todo um povo, o povo português.

1. DO "POPULAR" E DO "LITERÁRIO".

A obra narrativa de Miguel Torga apresenta-se ao leitor com feições muito próprias e que em muito tocam a vertente popular. Antes de nos debruçarmos sobre um conto da sua autoria, que se encontra compilado em *Novos Contos da Montanha* e que tem por título "A Festa", parece-nos oportuno refletir sobre

o(s) conceito(s) de/do popular e de/do literário, sendo que é sobre esta questão que assenta o nosso trabalho de leitura e interpretação relativamente ao conto mencionado.

O vocábulo "popular" reenvia de imediato para situações e realidades ligadas ao povo, ao conjunto de pessoas tidas *grosso modo* com um nível cultural mais baixo, às comunidades mais rurais, as quais ainda não abriram portas a uma urbanização de massas, querendo, talvez, permanecer fiéis à genuinidade e a uma espécie de "pureza social", se assim se pode chamar.

Etimologicamente o vocábulo "popular"[196] deriva de "pópulo" que vem do latim, da forma acusativa "populum" e significa "povo". O conceito de povo, porém, é bem mais complexo, pelo que e sobre o qual não nos vamos deter por enquanto.

No *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, encontramos a seguinte definição de "popular":

> "1. *Que é relativo ao povo; que vem do povo. […]; 2. Que agrada, que goza do favor da população em geral*" (2001: 2909). A mesma ideia é veiculada noutro *Dicionário da Língua Portuguesa*: "*popular, respeitante ou pertencente ao povo; usado ou frequente entre o povo; que agrada ao povo; feito para o povo; vulgar; notório; democrático; que goza do favor público; promovido pelo povo"* (1993: 1314).

E para não deixar dúvidas, a consulta de um dicionário de outra língua, como *Le Petit Larousse*, onde nos deparamos com a seguinte definição*:*

> *"populaire: 1. Qui appartient au peuple, qui concerne le peuple; issu du peuple. 2. Qui s'adresse au people, au public le plus nombreux; qui est jugé conforme aux goûts de la population la moins cultivé. 3. Connu et aimé de tous, du plus grand nombre; qui a la faveur du plus grand nombre."* (1997: 805), refuta as ideias principais: popular é algo que vem do povo, é aceite pelo povo, quer enquanto comunidade reduzida, rural ou menos cultivada, quer enquanto a massa numerosa, sinónimo de público/audiência.

Neste sentido se compreende a pertinência e relação do "popular" com a obra narrativa de Torga. O autor retrata o povo e o popular, invoca-os nas suas histórias e simpatiza com eles. Não é em vão que o autor é oriundo duma localidade rural do interior, S. Martinho da Anta, e nunca nega essa sua origem, antes pelo contrário: é sobre ela que escreve, ela é fonte e motivo para a sua criação literária.

Trata-se, com efeito, de uma criação literária assente em raízes bem populares e aí entra o conceito do "literário" na narrativa torguiana. Não entendemos "literário" como sendo um termo antonímico quando posto ao lado de "popular" (esta questão já outros estudiosos a debateram e concluíram o *nonsense* da relação), entendemo-lo como uma outra vertente a ter em conta na leitura na obra de Miguel Torga. Ou seja, a literariedade da obra do autor não é posta em causa, os seus contos obedecem ao estipulado pelos cânones, não obstante haver alguns que revelam marcas que o reenvia para o âmbito do conto popular. É o caso do conto "A Festa", cujo resumo a seguir se apresenta:

> *O conto "A Festa" é uma narrativa curta, com enredo simples, que gira em torno da preparação e participação de uma família nas festas de Santa Eufémia*.

A família formada pelo Nobre e pela Lúcia, mais a filha Otília, prepara, com fervor e ansiedade, a ida à freguesia vizinha aquando das festividades em honra de Santa Eufémia. Entre alguns enganos e pequenos roubos lá consegue a família poupar para concretizar, folgadamente, o seu sonho: o Nobre queria ter com que pagar e brindar aos/com os amigos, após acertar umas velhas contas com o Marcolino; a Lúcia pretendia reforçar a promessa feita à Santa com uma esmola choruda, a filha, estando com o Leonel, o seu namorado, não queria estar desprevenida para o que o arraial a reservasse.

[196] E mantemos, ainda, o termo vocábulo, pois "popular" pode ocorrer, morfologicamente, como substantivo ou como adjetivo. Por exemplo, no título deste nosso trabalho "O popular e o literário (…)", o vocábulo em causa é um substantivo, designando uma dimensão e um estado, num sintagma como "conto popular" ocorre como adjetivo, atribuindo um valor qualificativo ao substantivo que o antecede.

A família fez-se à peregrinação, atravessou a serra para tomar parte da tão desejada festa, cada qual com os seus projetos e propósitos. O pai dirigiu-se para a zona das tabernas, exibindo a sua faixa nova, a mãe não perdeu tempo em ir para a ermida, enquanto a filha rapidamente e depois de estar sozinha se viu surpreendida, ou não, pelo Leonel. O chefe da família não tardou em limpar a sua honra no meio da zaragata, quando a filha Otília não hesitou em perder a sua [honra] atrás de uma fraga. A devoção e fanatismo de Lúcia fizeram-na dar voltas e mais voltas à ermida até sangrar das rótulas.

Mas os infortúnios de cada um não impediram a animação e a diversão de um arraial, nem encobriram a devoção daqueles que por fé estavam na ermida de Santa Eufémia. O divino e o profano entrelaçam-se e comungam juntos de uma ideologia popular, em nada religiosa. Terminada a saga individual dos três membros da família, o desalento e o desânimo caraterizam cada um deles quando, no local combinado, se encontram. A esperança de que a procissão superasse os desenganos da família iludida tomou conta dos seus pensamentos. Nada melhor do que uns comes e bebes para animar a barriga de quem, tão ansiosamente, esperou e poupou um ano inteiro para gozar aquele momento.

2. A REALIDADE POPULAR NO CONTO "A FESTA".

O conto de Torga situa o leitor numa realidade popular minuciosamente descrita. A localização da ação num espaço preciso revela a importância que o autor atribui às festividades populares. Muitas são as vilas e freguesias portuguesas que honram Santa Eufémia. Mas, tendo em conta a localidade de nascimento de Miguel Torga e o seu interesse pela dimensão rural dos espaços, apontamos duas hipóteses: a festa popular evocada e descrita no conto poderá ocorrer na freguesia de Parada do Bispo, pertencente ao concelho de Lamego, onde existe, de facto, uma ermida de Santa Eufémia, ou então na freguesia de Lavandeira, concelho de Carrazeda de Ansiães, onde há uma igreja paroquial cuja padroeira é Santa Eufémia.

Analisadas as distâncias, concluiríamos tratar-se das festividades que ainda ocorrem em Parada do Bispo, Lamego. Sustentam esta nossa conjetura os factos de se descrever uma ermida e não uma igreja e de se referir a caminhada pela serra, na véspera da romaria. Apesar destes factos, a hipótese de ser em Lavandeira também seria refutada pelas referências ao "vinho de Guiães e de Abaças", ambas freguesias pertencentes a Vila Real, ao "trigo de Favaios", freguesia do concelho de Alijó, situado entre Sabrosa e Carrazeda de Ansiães, e ao "pregador de Murça", concelho também vizinho dos referidos anteriormente.

Contudo, pela simples razão de se referenciar a travessia da serra (entenda-se a Serra do Marão), manteríamos a nossa posição em aferir Parada de Bispo como a localidade mais plausível de ocorrência da festa que constitui a ação central do conto. E é pois esta ação a centralidade da dimensão popular da realidade da região do Alto Douro. Uma breve visita e estudo acerca das localidades apontadas no conto remetem-nos, imediatamente, para um ambiente rural, concomitantemente popular. O impacto que a festa causa na personagem família e nos romeiros e demais população confirma a importância da vertente popular.

A preparação durante um ano inteiro para uma festa coloca as personagens numa posição de autêntica partilha com valores sociais e culturais genuínos e tipicamente populares. Ainda hoje se assiste a situações idênticas, todas elas, porém, localizadas num meio preciso que não é o da grande cidade. Estamos assim perante uma realidade popular não corrompida. A forma como a ação nos vai sendo narrada, a maneira como as personagens e os lugares nos vão sendo caraterizados atestam um espaço social claramente popular, porque é do povo, lhe pertence e faz parte da sua memória coletiva. Para além disso, pode ter sido igualmente intenção do autor a narração de um conto segundo os moldes do real objetivo, onde o olho se transforma numa espécie de objetiva ocular de uma câmara de filmar que regista fidedignamente tudo o que foca e focaliza. Pretendemos com isso dizer que o autor empírico do conto "A Festa" não se informou acerca das festividades de Santa Eufémia para, depois, escrever sobre elas. Ele foi, decerto, alguém que conheceu *in loco* a realidade popular que tão engenhosamente nos descreveu.

3. "A FESTA" NA ARQUITETURA ESTRUTURAL E TEMÁTICA DO CONTO POPULAR.

Se o conto "A Festa" começa "Tinha cada um o seu sonho para a festa de Santa Eufémia", bem poderia iniciar com a fórmula "Era uma vez a festa de Santa Eufémia…", pois toda a ação vai centrar-se em torno da festa, através dos comportamentos e atitudes das três personagens que assumem o papel de protagonistas. Com efeito, o conto torguiano que estudámos tem, como já se referiu, feições que o aproximam de um conto popular. Mas, antes de se comprovar devidamente a nossa leitura, importa distinguir, ainda que brevemente, conto (literário) de conto popular.

Na obra Géneros Literários, Kurt Spang (1993: 110) ao definir conto remete as suas origens para o conto popular:

> "*el cuento forma parte de lo llamados géneros narrativos breves para cuyas caraterísticas remito a lo referido en la introducción a este capítulo*[197]*. Lo que nos interessa precisar en este lugar son los rasgos que determinan el cuento literario. Es obvio que los orígenes del cuento literario se deben buscar en el cuento popular, en los mitos, la leyendas y las vidas de los trobadores*."

Mediante uma definição como a transcrita, somos levados a considerar que o conto popular está na origem do conto literário. O que nos intriga, porém, reside no facto de até há bem pouco tempo o conto popular ter sido preterido pelos estudos literários, advogando-se a sua origem no povo, tido como vulgo iletrado, logo afastando dos cânones de uma literatura consagrada. Com raízes no povo rural, de autor anónimo e dito coletivo, com enredo demasiadamente simples e objetivo, o conto popular pertenceria a um domínio inferior, marginalizado, quando comparado com o conto literário. O conto literário tem um autor, regra geral conceituado nas academias literárias e nos meios letrados e intelectuais, traça uma ação menos desenvolvida comparativamente ao romance, pois a sua menor extensão a isso se presta.

Falar de contos é falar de Eça de Queirós, de Vergílio Ferreira, de Sophia de Mello Breyner e de Miguel Torga, é entrar num mundo consagrado, o da literatura. Falar de contos populares é falar de histórias da Carochinha, de príncipes e de princesas, de mundos encantados, dos sonhos que o povo alimentou e conservou na sua memória. (Ex)posta a questão nestes termos tudo se tornaria mais fácil, contudo há uma grande complexidade na relação conto popular/conto literário, à qual não faremos referência, neste trabalho. Neste sentido e uma vez que o conto popular tem caraterísticas próprias que distinguem do conto literário, importa agora ver como o conto "A Festa" de Miguel Torga se enquadraria na arquitetura do conto popular segundo a grelha estrutural de Paul Larivaille.

Grelha Estrutural de Larivaille[198] aplicada no conto "A Festa":

SITUAÇÃO INICIAL	X personagens viviam de certa maneira em determinado lugar…	"Tinha cada um o seu sonho para a festa de Santa Eufémia."
ACONTECIMENTO PERTURBADOR	Um dia, de repente, produz-se um acontecimento que vem perturbar essa vida…	"E foi assim, de bolsa confortada e vestidos de novo ou de lavado, que os três se meteram a caminho da serra, na véspera da romaria."
DINÂMICA DO DESEQUILÍBRIO	Isso desencadeia toda uma série de consequências…	" - Bem, vou à minha vida – anunciou a Lúcia logo depois da merenda, a arranjar liberdade. […] - Eu também quero falar aí com umas pessoas… - preveniu o homem, que não se confessava em matéria de zaragatas. - Fico então sozinha… - disse a rapariga, a fingir solidão. – O que vale é que sempre hei de encontrar alguém da nossa terra…" […] Partiu cada qual para seu lado, o Nobre em direção às pipas de vinho, a mulher direita como um tiro à capela, e a filha em sentido oposto às rixas do pai e ao beatério da mãe."

[197] Cf. *Op. Cit.*, pp. 108-109.

[198] Esta grelha foi concebida segundo os modelos estruturalistas e aplicar-se-ia, quase exclusivamente, à sintaxe do maravilhoso.

FORÇA INVERSA Retificadora ↓	Fim da perturbação. Restaura-se o equilíbrio do seguinte modo…	"O contrato era de se encontrarem no fim do arraial, pela madrugada, para darem ao dente e beberem mais uma pinga. E realmente, mal a última girândola subiu ao ar e morreu em fumo no céu, lá estavam todos no sítio combinado, exaustos, de olhos vermelhos da poeira e do sono, cada qual com as contas do seu rosário passadas."

SITUAÇÃO FINAL	A ordem é restabelecida.	"Defendiam-se como podiam da luz crua da realidade. Mas já nenhuma esperança sincera os amparava. O Nobre dera mas recebera, e duas lombadeiras do Marcolino tiravam-lhe o contentamento da desforra. Ou tinha uma costela partida, ou grossa avaria dentro da caixa do peito. A Lúcia, de contas saldadas, e com as rótulas à mostra da areia grossa do chão, sentia-se rarefeita como um fole espremido. A rapariga, essa reduzia tudo à sua honra perdida atrás de uma fraga que nem saberia agora identificar. Mas iam todos encher a barriga, dormir, e arranjar novas forças para continuarem a gozar pelo dia fora aquela festa a Santa Eufémia, pela qual tinham suspirado tanto o ano inteiro."

É óbvio que a grelha estrutural de Paul Larivaille poderia ser aplicada noutros contos literários, porém importa realçar que "A Festa" não se aproxima do conto popular por se encaixar coerentemente na sua arquitetura estrutural clássica. Há outros aspetos que sobressaem, nomeadamente as temáticas abordadas. Ao aproximarmos o conto "A Festa" de um conto popular, associamo-lo às facécias da tradição popular. Na verdade, a facécia, pelo seu caráter jocoso e cómico, reflete bem os temas que perpassavam o conto de Torga: a falsa e ignorante religiosidade, a sobreposição do profano ao divino, a religião como pretexto para a concretização de assuntos tidos como mundanos, particularmente os casos do Nobre e da filha Otília. Estes temas são parcialmente abordados em alguns tipos referenciados e classificados por Aarne-Thompson, em *The types of the folktale*, circunscritos ao *corpus* das facécias e anedotas. Apenas a título ilustrativo, fazemos menção aos tipos AT 1355A – "The Lord above; the Lord bellow, AT 1381A – "Husband Discredited by Absurd Thruth", AT 1415 – "Lucky Hans", AT 1418 – "The Confession", entre outros.

Paralelamente, também se diz que o conto popular apresenta poucas personagens, as quais se movimentam num espaço e tempo indeterminados, traços que não se verificam, porém, em "A Festa". Apesar de as personagens surgirem em número reduzido, há referências precisas relativamente ao espaço e ao tempo em que a ação tem lugar antes, durante e depois da festa de Santa Eufémia.

4. A DIMENSÃO LITERÁRIA DO/NO CONTO "A FESTA".

Contrariamente aos lugares-comuns que delineiam a localização espácio-temporal do conto popular, "A Festa" obedece aos cânones apontados para o conto literário. A ação, a principal das categorias da narrativa, apresenta um episódio, cujo evento – a festa de Santa Eufémia – é o ponto alto, prescindindo-se de uma introdução detalhada. Atingido este ponto alto, rapidamente se caminha para o desenlace. Como refere Kurt Spang (1993: 111), "*las características del cuento se puden resumir com los términos condensación y síntesis, es decir, se construye como evento único, com pocas figuras que tienden, en una evolución dinámica, hacia el desenlace final. Condensación significa también preferencia por la trama y el argumento y no por la psicología de la figuras*". Com efeito, a condensação da ação não dá azo a que o leitor se aperceba da psicologia das personagens, porque não existe.

As personagens são elementos exclusivos ao serviço do desenrolar da ação. Não temos, no conto em causa, personagens agentes, oponentes,

adjuvantes, personagens do Bem e do Mal, como se encontra, regra geral, num vasto número de contos populares. As personagens do conto " A Festa" são personagens-tipo, representam um grupo.

Não obstante pai, mãe e filha desencadearem microações individuais, a verdade é que funcionam unissonamente como uma personagem coletiva. Para além dos elementos e traços de certas categorias da narrativa referidos, é evidente, também, o labor linguístico do conto. Ainda que surjam alguns termos e regionalismos, os quais poderiam reforçar a aproximação, uma vez mais, do conto popular, "A Festa" evidencia engenhos linguísticos e estilísticos que servem a literariedade da narrativa.

De referir, nesta linha de reflexão, por um lado, a minúcia das descrições, recheada de enumerações, metáforas e hipérboles (processo raro no conto popular), como no passo seguinte:

> "*A ermida de Santa Eufémia fica no alto de um descampado de fragões, e à sombra de meia dúzia de castanheiros da idade do mundo é que se lhe faz a festa. Gente de todas as castas, cabritos assados de quantos rebanhos pastam nas redondezas, vinho de Guiães e de Abaças, trigo de Favaios, doceiras da Magalhã e de Sabrosa, andores armados por quatro freguesias, duas músicas, sete padres, pregador de Murça – o divino e o profano dão ali as mãos, num amplo entendimento*."

Assim como se vê a forma intercalada das falas no diálogo, artifício bem conseguido e que confere um dinamismo louvável à ação. Por outro lado, há a ausência de marcas de oralidade, sem ser as oferecidas pelos diálogos, condição quase imprescindível no elenco de caraterísticas do conto popular.

Como se afirma no *Dicionário de Narratologia* (1994: 83),

> *"dado o seu estatuto semiótico de prática significante oral, facilmente se compreende que o conto popular não se estrutura apenas em função do código linguístico: ele institui-se, de facto, na e pela interação de um conjunto de códigos que estão ausentes no processo de construção do conto escrito de intenção e prática «literária»".*

5. DA FUNÇÃO MORALIZADORA DO CONTO POPULAR À CRÍTICA IMPLÍCITA NO CONTO "A FESTA".

Ribeiro & Oliveira (2002: 15) registaram que "*os contos* [populares] *não são apenas fontes de entretenimento, pois eles também nos transmitem conceitos, valores e modelos de comportamento*." Com efeito, é atribuída ao conto popular, além duma componente lúdica, uma função moralizadora, isto é, as ações tratadas, os exemplos das personagens devem remeter para uma moral, a chamada "moral da história". Não é em vão que muitas vezes se tente associar um provérbio a um conto popular ou a situações nele evocadas, sendo que os provérbios encerram em si uma lição para a vida e se tornam numa espécie de sentenças, não obstante o seu comprovado empirismo.

Se estas morais surgem quase naturalmente no enredo popular, sugerindo máximas e recordando valores, nomeadamente o não roubar, o não matar, o não se aproveitar do outro, *et cetera*, que conduzem a um *happy end*, ao triunfo do Bem sobre o Mal, no conto literário esta função só surge intencionalmente, servindo o(s) objetivo(s) do autor.

No conto "A Festa", é a crítica implícita que leva a uma dimensão moralizadora, a qual não leva, porém, a um final feliz. O leitor atento não vai apenas aperceber-se do caráter jocoso de "A Festa", a crítica a certos valores sociais vem, também, a lume. "*O divino e o profano dão ali as mãos num amplo entendimento*": "*Com a cuba do estômago cheia e a imagem da Santa espetada na fita do chapéu, um homem sente-se capaz de tudo: de matar o semelhante e de comungar. Ouve-se um padre-nosso e uma saraivada de asneiras ao mesmo tempo*".

É este "mar de contradições" que o narrador denuncia e descreve. Neste sentido, muito subtilmente emerge a crítica e consequente dimensão moralizadora. São aqui apontadas e criticadas atitudes como a falsa devoção e religiosidade, a humanização do sobrenatural, o fanatismo ignorante e as más intenções. "*Só quem vem de peito feito para cumprir à risca a devoção que o traz*" é que vive bem a festa. Assim se atinge a moralidade do conto e esta moralidade é intemporal até no espaço, repercute-se nas mais diversas

comunidades e de todos os tempos. Se é feito um retrato das vivências aquando das festas de Santa Eufémia, é também perfilado o popular português e o seu modo de ser. Situações idênticas às narradas em "A Festa" são o "pão nosso de cada dia" de todas as festividades populares. O pretexto do religioso obedece à obrigação profana.

6. CONCLUSÕES

Depois da reflexão feita acerca do conto "A Festa" de Miguel Torga nos cinco pontos apresentados, muito mais haveria a referir e a indicar como linhas de orientação para um estudo mais profundo e complexo do conto. Importa, neste momento, realçar o caráter *sui generis* de "A Festa". Trata-se de um conto literário que guarda muito bem a alma transmontana do seu autor. Para além de ilustrar aspetos do modo de ser popular do povo português, convida, igualmente, o leitor a mergulhar na introspeção e na reflexão sobre atitudes, valores e comportamentos sociais que não são apenas alvo de riso, são-no também de crítica.

Paralelamente, "A Festa" encontra comunhão com o conto popular pelas suas feições temáticas, estruturais e intencionais. A família sorrateira, unida para as aparências, os propósitos malandros de cada personagem e as peripécias desencadeadas evocam a facécia popular, o conto que pode ser narrado nos serões de inverno ao ritmo da neve que cai e cobre o Marão, e nas tardes de verão daquelas que não puderam tomar parte da romaria para a festa de Santa Eufémia. Em suma, a opção pelo estudo de um conto como "A Festa" deve-se, sobretudo, ao nosso gosto e interesse pela obra narrativa de Miguel Torga e à nossa investigação sobre os aspetos populares da nossa literatura, particularmente o conto popular.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

7.1. DICIONÁRIOS:

Casteleiro, João Malaca (coord). (2001) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: Verbo.

Costa, J. Almeida & Melo, A. Sampaio (coord). (1993) *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto: Porto Editora.

Coelho, Jacinto do Prado (coord). (1997*) Dicionário de Literatura*, Porto: Figueirinhas.

Garnier, Yves & Nimmo, Claude (coord). (1997) *Le Petit Larousse Illustré*, Paris: Larousse-Bordas.

Reis, Carlos & Lopes, Ana C. (1994). *Dicionário de Narratologia*, Coimbra: Almedina.

7.2. OBRAS DE REFERÊNCIA:

Aarne, Antti & Thompson, Stith. (1961) *The types of the folktale*, Helsinki: Academia Scientiarum Fennica.

Álvares, Carlos. (2001) Uma Introdução ao Estudo do Texto Literário, Lisboa: Plátano.

Cardigos, Isabel. (2006) *Catalogue of Portuguese Folktales*, Helsinki: Academia Scientiarum Fennica.

Nascimento, Bráulio do. (2005) *Catálogo do Conto Popular Brasileiro*, Rio de Janeiro: IBECC.

Ribeiro, Ana Cristina & Oliveira, Ana Paula. (2002) *Como abordar o conto tradicional*, Perafita: Areal Editores.

Spang, Kurt. (1993) *Géneros Literarios*, Madrid: Sintesis.

Torga, Miguel. (2003) *Novos Contos da Montanha*, Lisboa: Dom Quixote.

Valière, Michel. (2006) Le conte populaire. Approche socioanthropologique, Paris, Armand Colin.

56. ZULEIDE DUARTE, UEPB (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA).

A EXPERIÊNCIA DA TERRA EM MIGUEL TORGA

Trata-se de um estudo das marcas referenciais da terra na linguagem do escritor Miguel Torga. O estudo rastreia os elementos ligados à terra, raiz/rizoma, tema e motivo tanto da poesia quanto da prosa torguiana. Da longínqua e dolorosa vivência do exílio, do "Brasil onde vivi, onde penei" à nostalgia da pátria-além, os ecos da memória de "uma nesga de terra/debruada de mar" aos acordes do triste canto da esperança, a abordagem ressalta a identificação da obra do autor com o cenário e a história da vida da terra contada/cantada pelo ar da serra, pelo ribeiro ao lado, pela morte do sol pela beleza da ceifa.

Eu sei por experiência que os exilados se alimentam de esperança.
(Ésquilo in Agamemnon, 458 a.C.)

O termo exílio utiliza-se para o período que vai da deportação para a Babilônia até o retorno a Jerusalém. Esse prolongamento na diáspora, que se vem repetindo até hoje para a maioria dos judeus, remonta às primeiras

gerações, que vão de 538 a 586, considerando-se a contagem regressiva, segundo o *Dicionário Bíblico Universal*.

Os judeus exilados na Babilônia sofreram muito, sujeitando-se a regimes de subalternidade, como a escravidão. Imbuídos do sentimento de nacionalidade, os judeus tinham na fé comum o elemento aglutinador. A expectativa de restauração ao passado permite reafirmar convicções abaladas pelas dificuldades presentes e os antigos sempre recorriam a esse momento de corte como um meio de fortalecimento do ser humano. Já o conceito de êxodo está associado à ideia de saída como na fuga do Egito ocorrida em 1250 e que envolveu as tribos de Efraim, Manassés e os Levitas liderados por Moisés.

A condição de exilado remonta, segundo Maria José de Queiroz ao ano 2.000 a.C., quando um imperador do Antigo Egito baniu um cidadão chamado Sinuhe. A informação foi colhida pela autora em texto do egiptólogo francês François-Joseph Chabas, estudioso que traduziu papiros egípcios onde registra, inclusive, a opinião do exilado Sinuhe acerca da punição sofrida: *"ir para o exílio não estava escrito na minha mente nem no meu coração. Eu me arranquei por força do solo onde estava*".

Miguel Torga viveu a experiência do exílio no Brasil ainda criança, compartilhando a saudade e a dor da perda da pátria, o que lhe permitiu avaliar o alto preço pago pelos emigrantes. Nos versos abaixo lemos o registro dessa experiência:

Brasil onde vivi, Brasil onde penei,
Brasil dos meus assombros de menino:
Há quanto tempo já que te deixei,
Cais do lado de lá do meu destino!

Que milhas de angústia no mar da saudade!
Que salgado pranto no convés da ausência!
Chegar. Perder-te mais. Outra orfandade,
Agora sem o amparo da inocência.

Ah, desterro do rosto em cada face,
Tristeza dum regaço repartido!
Antes o desespero naufragasse
Entre o chão encontrado e o chão perdido.

A noção de uma pátria-além confunde e angustia o poeta, para quem o passado e o presente associam-se a perdas que interferem em sua forma de ser e estar no mundo. Torga dedicou ao Brasil versos de afeto e saudade:

Brasil

Pátria de emigração,
É num poema que te posso ter...
A terra, possessiva inspiração;
E os rios, como versos a correr.

Achada na longínqua meninice,
Perdida na perdida juventude,
Guardei-te como pude
Onde podia:
Na doce quietude
Da força represada da poesia.

E assim consigo ver-te
Como te sinto:
Na doirada moldura da lembrança,
O retrato da pura imensidade
A que dei a possível semelhança
Com palavras e rimas de saudade.

Afinal, como disse o próprio poeta, o retorno e o mitigar das lembranças torna-se possível no âmbito da imaginação, onde espaço e tempo perdem o caráter de precisão e inexorabilidade. Pela imaginação, é possível reviver. O caráter inelutável de uma partida que gera sentimento de solidão, desconforto e saudade, estimula o sentimento de exílio, que, consentido mas não desejado é, não raro, ditado por necessidades nem sempre em harmonia com os reais e íntimos desejos do ser humano. No fundo, muitos deixam seu país de origem em busca do Eldorado ou da Árvore das Patacas, expressão característica do

português que migrava para o Brasil. Fazer fortuna e retornar o mais depressa possível foi o sonho que muitos acalentaram. Não se pode afirmar isto de Miguel Torga que, criança, na companhia de um tio, não alimentava tais ambições. Porém, o sentimento de não pertencimento, a estranheza na nova pátria, faz recrudescer o amor à terra de origem e o desejo de retornar anuncia-se como uma luz no fundo do túnel. Vivendo a perda do paraíso, o poeta se digladia entre a vida que lhe é permitida

> *"Só nos é concedida/esta vida/que temos;/E é nela que é preciso? procurar/o velho paraíso que perdemos" (Viagem).* A renúncia ao aconchego da pátria*,"disse adeus ao cais, à paz tolhida".* É o exílio voluntário, necessário à errância do poeta para quem *"o que importa é partir, não é chegar"*.

Na obra de Torga o tópico da aldeia, representativo do sentimento telúrico, substitui, metonimicamente, o conceito mais amplo de pátria e por analogia, de paraíso.

> *"Ah! minha serra, minha dura infância!...A contar aventuras e segredos/Aos deuses do meu velho paraíso"*.(Regresso)

A lembrança da serra insinua-se no discurso através de referências ora à paisagem real,"rijos carvalhos" ora ao cenário da memória em cujo palco desfilam as imagens de um passado que, paradoxalmente, não ficou para trás *"versos que o desterro esfarelou"*. Como fantasmas, os referenciais da história de vida assomam no texto, presentificando-se."*As rústicas imagens/ que guardei na retina/de menino:/o repique do sino/depois das negras horas da Paixão"* (Ressurreição). Um excelente exemplo disto é a retrospetiva que o cão Nero (Bichos) faz de sua chegada à propriedade, os ensinamentos do dono, o carinho da jovem dona. Tudo que ficou para trás agoniza com o velho e doente animal, trazendo-lhe o conforto dos dias felizes.

Construção da memória, a terra natal só no plano ideal sobrevive intocada. O regresso, após anos de exílio, surpreende o natural da terra, que espera encontrar o passado de sonho como uma imagem congelada. O escritor russo Vladimir Nabokov registra sua deceção: "*Mas há uma coisa que eu já não encontrarei a esperar-me — a coisa que, de fato, em toda essa história de exílio valia a pena explorar: a minha infância e os frutos da minha infância*." Nabokov (1899-1977), no exílio, antevia a angústia de não poder resgatar aquilo que, para ele, representava seu bem maior: os frutos da infância.

Na Literatura Brasileira, um exemplo notório do exílio de si mesmo é o do personagem Dom Casmurro, do livro homônimo. Como ele não se reencontra, pois Bentinho não existe mais, tendo cedido espaço ao carrancudo e recluso Dom Casmurro, é inútil que recomponha a casa de Mata-Cavalos no Engenho Novo, como pretendia. Ali, até a casuarina do quintal adquiriu a forma de ponto de interrogação, atitude de desconhecimento e estranheza. Em outra terra, o homem adquire imediatamente, a condição de estrangeiros. Foi como estrangeiro que Torga viveu os anos de Brasil e ainda mais profundamente, estrangeirou-se em Portugal, afeito ao universo do homem do campo, longe da ribalta das falsas ilusões e, muitas vezes, exilado não merecedor das bênçãos de Deus, como lemos no poema "*Não tenho deuses. Vivo/Desamparado*" (Princípio) *Como estrangeiro em sua terra, o poeta se declara desamparado e como que indigno:"*

Não há céu que me queira depois disto, /Nem Deus capaz de ouvir-me. /Um homem firme/É firme até no céu,/e até diante do Criador".

O exílio vivido por Torga, de ordem geográfica, teve ressonância no psiquismo, uma vez que o sujeito, ao se deslocar fisicamente, sente-se excluído do meio em que vive. O poeta em "Pátria" define o sentido que o conceito adquiriu para ele:

Pátria

Soube a definição na minha infância
As linha que no mapa da memória
Mas o tempo apagou
As linhas que no mapa da memória
A mestra palmatória desenhou.

Hoje
Sei apenas gostar
Duma nesga de terra

Debruada de mar.

Torga define bem o conflito que acompanha o emigrante: a saudade da terra, a noção difusa de um lugar de pertença. Este sentimento reivindicado pelos portugueses como patrimônio nacional aliado ao constante desejo do retorno é o alimento do emigrante no exílio que

Aprende-se a dizer saudade.
Saudades, só portugueses
Conseguem senti-las bem,
Porque têm essa palavra
Para dizer que as têm.
(Fernando Pessoa, Quadras ao Gosto Popular)

Solitate, soidade, soedade, soledad ou saudade[199], não importando a forma escrita, o sentimento de apego à terra natal tem motivado artistas desde épocas remotas. Entretanto, é entre os homens do povo que as dores da ausência se manifestam de forma mais contundente. Através da arte é possível manter a pátria ou manter-se nela, como é o caso do escritor irlandês James Joyce que, apesar de ter vivido em diversos países da Europa, ao ser interrogado certa vez sobre sua volta a Dublin, respondeu: "será que a deixei um dia?"

Eduardo Lourenço, pensador contemporâneo português, afirma que os portugueses

> [...] *fizeram da saudade uma espécie de enigma, essência do seu sentimento da existência, a ponto de a transformarem num "mito". É a mitificação de um sentimento universal que dá a essa estranha melancolia sem tragédia o seu verdadeiro conteúdo cultural e faz dela o brasão da sensibilidade portuguesa*.

Constituindo-se objeto de investigação científica, a saudade da aldeia natal já motivou muitos estudos, dentre os quais destacamos a tese de doutoramento do médico francês Johannes Hoffer, defendida em 1688 na Universidade da Basileia A pesquisa envolvia rapazes que deixaram suas aldeias para estudar em classes mais avançadas, que só existiam nos grandes centros. Ali eram acometidos de uma tristeza profunda, seguida da ideia fixa de voltar para casa; sua enfermidade foi diagnosticada como "mal do exílio". Na literatura, a tristeza do exilado está presente em inúmeros textos, sendo as literaturas portuguesa e brasileira pródigas nesses registros. Camões, o cantor das glórias lusitanas, ele mesmo exilado, deixou poemas onde delineia o quadro triste de sua condição. Dificilmente se encontra um escritor português que não tenha cantado a terra que o viu nascer ou aquela em que viveu a sua infância. Rememorá-la é tentar transpor para as palavras a vida cheia do encanto das coisas simples, que foi a infância passada em uma aldeia. A ligação do homem português com sua terra acompanha-o pela vida afora e o escritor, ao falar da sua pátria, atualiza o verdadeiro paraíso perdido em um hino de saudade e devoção.

Para Sophia de Melo Breyner, a noção de exílio intensifica a ideia da perda da pátria:

"Pátria"
Pedra rio vento casa
Pranto dia canto alento
Espaço raiz e água
Ó minha pátria e meu centro
Me dói a lua me soluça o mar
E o exílio se inscreve em pleno tempo.

A saudade da terra de origem, o desejo permanente de estar dentro e fora da pátria, ubiquidade impossível, articulados à ideia de desenraizamento e sentimento de estranheza, são referências constantes na maioria dos textos do poeta Miguel Torga que além do exílio geográfico viveu de forma radical o exílio da condição de poeta e de homem deslocado no seu tempo. As vaidades

literárias, as pequeninas misérias da bajulação fácil não tocavam a alma daquele homem que escreveu para o seu leitor palavras que representam uma autêntica profissão de fé:

> *...me senti humilhado com tanto surro e com tanta lazeira, e envergonhado de representar o ingrato papel de cronista de um mundo que nem me pode ler. Tomei o compromisso em teu nome, o que quer dizer em nome da própria consciência coletiva. Na tua ideia, o que escrevo, como por exemplo estas histórias, é para te regalar e, se possível for, comover. Mas quero que saibas que ousei partir desse regalo e dessa comoção para te responsabilizar na salvação da casa que, por arder, te deslumbra os sentidos*. (prefácio da 2 edição dos Novos Contos da Montanha).

Ressaltamos que, ao evocar a saudade do torrão natal Torga inscreve-se em um campo de reflexão mais amplo, cujo lugar da origem se confunde com o ato de escrever. Deste modo, o elemento histórico e referencial do exílio é incorporado ao universo conformando-o e modificando-o. Nada poderia expressar melhor a eterna diáspora, característica do fado lusitano, que os versos do "Mar Português", poema de Fernando Pessoa:

Ó mar salgado, quanto do teu sal
são lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Evidentemente, há muito mais que a questão da língua no tocante ao exílio. O indivíduo abandona suas mais arraigadas referências e lança-se no desconhecido, cuja estranheza se apresenta em primeiro plano na dificuldade com uma nova língua. No caso de Torga para o Brasil, o problema é aparentemente menor por causa da língua comum; entretanto, o exílio entre os iguais afigura-se mais dramático que uma simples diferença linguística Foi a linguagem da “estátua falsa” de que falou Sá-Carneiro que Miguel Torga jamais aprendeu.

Recusou-se a “alfabetizar-se” para sobreviver em meio às glórias mundanas. Mais dramaticamente, exilado de si mesmo, como disse Kristeva, Torga buscava, na sua ânsia de infinito na necessidade de Deus, seu lugar de pertença.

Através da posse de outro objeto amado — a linguagem — o poeta Miguel Torga se relacionou com o mundo. Vivenciou a problemática que está por trás da palavra exílio, duplamente entendida como a impossibilidade de voltar ao ponto de origem, a não ser pela memória ou pela manutenção da língua materna e das referências da infância, idioma de expressão afetiva, escrínio da memória.

O sentimento de nostalgia experimentado por Torga em relação simultânea com a língua e a pátria, parece obter a “cura” através da criação literária. E esse caminho passa necessariamente pela linguagem; escreve para inscrever-se de maneira irrefutável na lembrança daqueles que são nossos contemporâneos; escreve para não cair no esquecimento e para fugir da solidão. Escreveu enfim, para fazer ouvir o seu

Lamento

Pátria sem rumo, minha voz parada
Diante do futuro!
Em que rosa dos ventos há um caminho
Português?
Um brumoso caminho
De inédita aventura,
Que o poeta, adivinho,
Veja com nitidez
Da gávea da loucura?

Ah, Camões que não sou, afortunado!
Também desiludido,
Mas ainda lembrado da epopeia...
Ah, meu povo traído,
Mansa colmeia
A que ninguém colhe o mel!

Ah, meu pobre corcel
Impaciente
Alado
E condenado
A choutar nesta praia do Ocidente...

Zuleide Duarte

57. LIANA SOFIA DE ASSUNÇÃO, UNIVERSIDADE DE AVEIRO,

TRAIÇÃO NA TRADUÇÃO DAS ODES DE HORÁCIO: AUTOCENSURA EM JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO

A noção de fidelidade em tradução tem ocupado o centro da discussão entre os teóricos e os profissionais desta área ao longo de vários séculos. A conceção de que o tradutor deve assumir-se como um intérprete fiel do texto original, respeitando, primeiramente, o seu sentido e atendendo, de seguida, ao estilo em que está construído, predominou até à atualidade.

No entanto, apesar de ser um ideal preconizado pela maioria dos tradutores, na prática, não se revela muito efetivo, uma vez que existem vários fatores que contribuem para a complexidade da tradução, tais como o distanciamento espácio-temporal e/ ou cultural e a subjetividade inerente à própria tarefa do tradutor, enquanto intérprete mediador entre o Texto Original e o Texto Traduzido.

Além destes fatores, externos e involuntários, a corrupção da fidelidade pode ainda resultar de um ato voluntário e consciente do próprio autor, como iremos mostrar neste trabalho, a partir da tradução portuguesa do século XIX que José Agostinho de Macedo apresenta de algumas *Odes* de Horácio. Tendo sido frade, Agostinho de Macedo conserva um certo prurido religioso e moral, conforme ele reconhece no prefácio à obra, onde assume sacrificar o sentido de alguns textos ou passagens em prol da moral e da modéstia. Este estudo pretende abordar alguns poemas de temática amorosa, procurando evidenciar esse processo de autocensura do tradutor e os mecanismos utilizados para esse fim, que podem ir de uma tradução desvirtuada até à completa omissão de termos ou expressões com conotação erótica.

A fidelidade em tradução tem-se revelado uma noção central na teoria e história desta disciplina, sendo um conceito chave na análise de tradução ao qual, de forma direta ou indireta, se dedicaram quase todos os estudiosos e profissionais desta área ao longo dos séculos. Este conceito assume um papel de tal forma nuclear nas reflexões tradutológicas que abrange as duas dimensões da tradução, enquanto processo e enquanto produto, funcionando simultaneamente como norma prescritiva, marco que deve orientar o tradutor na sua tarefa, e como critério de avaliação da qualidade da tradução.

O termo fidelidade é usado em tradução para designar a relação que se deve estabelecer entre o texto original e o texto traduzido. No entanto, a qualidade e tipo dessa relação tem sido entendida de diferentes formas através dos tempos e segundo os diversos autores, o que justifica que o termo tenha chegado até aos nossos dias como um dos mais controversos e o debate continue em aberto.

A introdução do termo deve-se a Horácio, quando assevera na sua *Ars Poetica* "e tão pouco procurarás, / como servil interprete, traduzir palavra por palavra"[200]. Horácio não usa exatamente o vocábulo 'fidelidade', mas o adjetivo 'fiel' ("fidus"), defendendo que o intérprete fiel não é o que traduz palavra por palavra. Todavia, a advertência de Horácio não é original e vem na sequência do pensamento de Cícero, a quem se devem as primeiras reflexões teóricas sobre tradução e que afirma:

> *" […] e não os traduzi como intérprete, mas como orador, mantendo as mesmas ideias e formas, adaptando as palavras ao costume da nossa língua. Desta forma, não julguei necessário verter palavra por palavra, mas conservei o estilo geral e a força das palavras"* 201. (1964: V, 14)

[200] Horácio, 1984: vv. 133/4. Tradução nossa. No original latino podemos ler: "nec uerbo uerbum curabis reddere fidus interpres".

[201] Tradução nossa. Transcrevemos o passo original para uma melhor visualização dos conceitos: "[…] nec conuerti ut interpres, sed ut orator, sententiis iisdem et earum formis tamquam figuris, uerbis

Ao fazer a distinção entre o papel de intérprete e o de orador, e recusar a tradução "uerbum pro uerbo" ('palavra por palavra'), propondo, em vez disso, a conservação do "genus" e da "uim" das palavras ('estilo' e 'força expressiva'), as quais devem ser adaptadas à "nostram consuetudinem" ('nossos costumes'), Cícero introduz a oposição entre tradução literal e tradução livre, que permanecerá como a dicotomia central de toda a teoria da tradução e os extremos entre os quais se desenrola e se define a questão da fidelidade. Este debate é retomado alguns séculos mais tarde por S. Jerónimo, adquirindo um novo impulso e maior visibilidade. Na sua *Episthola ad Pamachium: De optimo genere interpretandi* (395),[202] S. Jerónimo, citando o exemplo e autoridade dos mestres clássicos, faz também a apologia do método de tradução livre, mas alarga o âmbito da discussão entre tradução literal e tradução livre a uma nova dicotomia entre tradução religiosa e tradução profana, introduzindo o termo 'sentido', que se revela de grande interesse para o estabelecimento duma teoria da tradução e da definição da noção de fidelidade:

> *"Pois eu não só confesso como também proclamo bem alto que, à parte as Sagradas Escrituras, em que a ordem das palavras é um mistério, na tradução dos gregos não exprimo palavra por palavra, mas sentido por sentido"* 203 (1953: vv.16-19)

De facto, a partir daqui e durante séculos a noção de fidelidade permaneceria um pouco ambígua e volúvel, oscilando, consoante as épocas, os paradigmas e os autores, entre uma tradução literal, palavra por palavra, que respeitasse a forma do original, e uma tradução livre, que atendesse ao sentido ou conteúdo. Na Idade Média, de um modo geral, dá-se continuidade às ideias de S. Jerónimo, havendo uma adequação do método de tradução aos diferentes tipos de textos: nos textos religiosos defende-se o apego às palavras, ao passo que nos textos profanos se preconiza uma maior liberdade face ao original, que resulta numa "medievalização" dos próprios textos. O Renascimento, com todas as suas transformações políticas, económicas, sociais, culturais e religiosas, potenciou um grande incremento da tradução, que se ficou a dever fundamentalmente ao surgimento da imprensa e ao desenvolvimento das línguas nacionais. Esta revolução evidencia-se não só no aumento do número de traduções, como também numa alteração da maneira como se processa e concebe a tradução. No que se refere aos textos religiosos, assiste-se a uma bifurcação nos métodos de tradução, correspondente às correntes religiosas em conflito: se os católicos defendem uma tradução literal, os reformistas distanciam-se deles, ao propugnarem uma tradução livre, adaptada à língua de chegada[204]. Na tradução profana, acentua-se essa orientação mais liberal de adaptação e atualização dos textos à língua recetora.

O conceito de fidelidade, neste período, carateriza-se, de um modo geral, pela flexibilidade e pela multidimensionalidade: por um lado, a tradução aproxima-se do leitor e da realidade presente (reflexo da atitude antropocêntrica que dominava os valores da época e que instituía o homem como medida de todas as coisas), pelo uso duma linguagem e dum estilo contemporâneos; por outro, assiste-se a um alargamento da noção, que passa a incluir também a preocupação com o estilo[205]. O século XVII ficaria para a história da tradução como o expoente máximo da liberdade tradutora, sendo marcado pelo estilo francês das "belles infidèles". Ao mesmo tempo que se difunde a imitação e recuperação dos autores clássicos, reivindica-se a liberdade de modificação dos textos, procurando torná-los acessíveis e adaptando-os à realidade sociocultural da época e ao gosto vigente, mesmo que para isso tenham que se introduzir significativas alterações de forma e de

ad nostram consuetudinem aptis. In quibus non uerbum pro uerbo necesse habui reddere, sed genus omne uerborum uimque seruaui".

[202] S. Jerónimo escreve esta carta para se defender perante os seus inimigos, que o acusavam de ter feito uma má tradução duma carta do Papa Epifânio ao Bispo de Jerusalém, no ano de 394. Esta missiva é de um grande valor tradutológico, sendo considerada por Vega a "primeira poética da tradução" ou a "carta fundacional da tradutologia". *Apud* Hurtado Albir, 2001 : 105.

[203] Tradução nossa. O original latino é como se segue: "Ego enim non solum fateor, sed liberanoce profiteor me in interpretatione graecorum absque scripturis sanctis, ubi et ordum uerborum mysterium est, sed sensum exprimere de sensu".

[204] Um exemplo dessa tendência é Lutero, que, na sua obra *Sendbrief vom Dolmetschen* (1530), defende uma tradução do sentido do texto, numa expressão clara e corrente em alemão, recusando qualquer latinização.

[205] Estas ideias são bem ilustradas por Ettienne Dolet que, no seu tratado intitulado *La manière de bien traduire d'une langue en aultre* (1540), propõe cinco regras para uma boa tradução, onde acentua a importância de o tradutor compreender e reproduzir o sentido do texto, evitando verter palavra por palavra, e de se expressar num discurso harmonioso e natural. A*pud* Robinson, 2001: 95-97.

conteúdo. Sentido que este método de tradução demasiado "libertino" se afastava do ideal de fidelidade, alguns autores, na segunda metade do século, reagem contra esta tendência, propondo uma maior exatidão e proximidade face ao original, ou sustentando uma postura mais eclética. Tal é o caso de John Dryden, poeta e tradutor inglês que, no prefácio à sua tradução *Ovid's Epistles* (1680), tentou resumir a três os métodos de tradução: a metáfrase, que consiste em verter o original, palavra por palavra; a paráfrase ou tradução livre, que não reproduz tanto as palavras como o sentido; e a imitação, em que o tradutor toma a liberdade de alterar as palavras e o sentido a seu bel-prazer (*apud* Robinson, 2001: 172). Dryden critica, desta forma, o recurso à metáfrase e à imitação, atacando diretamente alguns tradutores seus contemporâneos, e elege a paráfrase, o ciceroniano sentido por sentido, por ser o mais equilibrado dos métodos.

No século XVIII, assiste-se ao crescimento da tradução por toda a Europa e à consolidação do seu importante papel de veículo de intercâmbio cultural e intelectual. Embora o debate entre literalidade e liberdade se mantenha aceso[206], a ideia da tradução como adaptação e adequação aos padrões de linguagem e gosto dos leitores contemporâneos vai-se generalizando e impondo ao longo deste período:

> *"O direito do indivíduo a ser o destinatário de uma mensagem na sua própria língua e no seu próprio ambiente cultural é um elemento importante no contexto setecentista de tradução e está ligado à mudança do conceito de 'originalidade'*." (Bassnett, 2003: 107)

O conceito de fidelidade começa, então, a extrapolar os limites da oposição tradução literal/ tradução livre e a adquirir uma dimensão comunicativa, ao incluir na discussão a figura do destinatário. É esta a linha de pensamento de Alexander Fraser Tytler, tradutor inglês que publicou o primeiro estudo sistemático sobre processos de tradução (*The Principles of Translation*, 1791) onde define uma boa tradução, como sendo:

> *"aquela que transmite por complete o mérito da obra original na outra língua, para que os seus falantes nativos o percebam com a mesma clareza e o sintam com a mesma força que os que falam a língua da obra original"*[207]. (apud Robinson, 2001: 209)

Para Tytler, a qualidade duma tradução, e consequentemente o seu vínculo de fidelidade ao original, depende do cumprimento de três regras essenciais e sequenciais: a tradução deve reproduzir completamente as ideias da obra original; o estilo e forma de escrever devem ser da mesma natureza que os do original; a obra final deve possuir a naturalidade própria duma composição original (*Ibidem*). Os dois primeiros princípios da hierarquia de Tytler retomam, de certa forma, a dicotomia fidelidade ao conteúdo/ fidelidade à forma, adotando o autor uma posição intermédia e conciliatória orientada para o leitor da língua de chegada, o que torna as suas ideias inovadoras. O Romantismo e o Pós-Romantismo vão ser responsáveis por uma mudança na reflexão sobre a tradução, marcada pelo regresso ao literalismo, como forma de reação contra a tendência francesa de épocas precedentes. No entanto, este literalismo, que nasce com o gosto romântico por tudo que é exótico, estranho e longínquo, assumirá duas formas: um literalismo linguístico que procura uma proximidade à língua original, o que resultará numa arcaização e artificialidade na língua de chegada, e um literalismo de conteúdo, isto é, de recriação do ambiente e contexto exótico, que levará ao nascimento da tradução reconstituição histórica[208].

A par da busca pelo exótico e inóspito do outro, a Estética romântica institui a afirmação da individualidade do autor e da sua força criadora através da imaginação, o que choca diretamente com as orientações literalistas e gera um paradoxo. Assim, verificam-se duas tendências opostas: ou o tradutor respeita

[206] Na Alemanha, ainda que se faça sentir a influência francesa, surge um importante movimento de reação contra essa influência que propõe o regresso à literalidade e defende como tradução ideal a que se apresenta como uma réplica fiel do original, tanto mais fidedigna quanto mais semelhanças conservar com ele. Também em Inglaterra se assiste a um combate às liberdades do tradutor. Cf. Hurtado Albir, 2001:112-114.

[207] Tradução nossa.

[208] Este literalismo de cariz histórico é inaugurado por Leconte de Lisle, que anuncia no prefácio à sua tradução da *Ilíada* que "o tempo das traduções infiéis já passou" e que o momento presente é de "regresso evidente à exatidão do sentido e à literalidade". *Apud* Hurtado Albir, 1990: 18. Tradução nossa.

os elementos formais do original, representativos da essência e identidade da língua, utilizando uma linguagem artificial que pudesse expressar as emoções do original através da sensação de estranheza por ela provocada, ou respeita a língua de chegada. Schleiermacher, em *Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens* (1813) dá conta de dois métodos distintos e, segundo ele, incompatíveis, afirmando que na hora de traduzir pode ocorrer um duplo movimento que corresponde a duas opções distintas. Para que o tradutor consiga aproximar o seu leitor do autor original, facilitando-lhe o completo entendimento do texto na sua própria língua materna há duas formas: ou o tradutor deixa o autor tranquilo e faz com que o leitor vá ao seu encontro ou opta pelo movimento inverso e faz com que o autor se aproxime do leitor (*apud* Robinson, 2001: 229). Dentro desta dualidade metodológica, Schleiermacher prefere o movimento em direção ao autor.

Posição idêntica é a que adota Ortega y Gasset no seu ensaio "Miseria y esplendor de la traducción" (1937), onde se declara a favor do autor e da língua de partida, alegando que o público de um país não agradece a tradução feita no estilo da sua própria língua, mas sim o inverso: que levando ao extremo inteligível as possibilidades da sua língua, transpareçam nela os modos de falar próprios do autor traduzido (2006: 724). Este método tradutológico de base literal, influenciado pelo pensamento filológico e hermenêutico de Humbolt e Schleiermacher, vigorou durante a primeira metade do século XX, sendo seguido por outros autores. Na segunda metade do século XX, assiste-se ao auge da tradução, que beneficia dos desenvolvimentos de outras áreas, principalmente a linguística, mas também a psicologia, a sociologia, a antropologia e a etnologia, entre outras. As reflexões sobre a tradução adquirem um caráter mais teórico, descritivo e sistemático, que culminará com o nascimento de uma verdadeira ciência da tradução – a tradutologia. À medida que se intensificam os estudos teóricos, estes adquirem uma maior complexidade e especialização, surgindo trabalhos especializados em tradução técnica, tradução literária, tradução poética, tradução automática... Neste contexto, o conceito de fidelidade praticamente desaparece do panorama teórico, dando lugar a noções mais complexas que procuram determinar de forma mais sistemática e minuciosa qual a natureza do vínculo que une o texto original e a sua tradução.

Uma dessas noções é a equivalência, termo proveniente da investigação em tradução automática que começa a ser usado no âmbito da tradução humana como traço definitório da tradução. Assim, para Nida[209], "traduzir consiste em reproduzir na língua recetora o equivalente natural mais próximo da mensagem da língua original, primeiro em termos de significado e depois em termos de estilo"[210] (1982: 12). Da mesma forma, para Catford a tradução pode definir-se como "*a substituição de material textual numa língua (LF) por material textual equivalente noutra língua (*LM) " (1980: 22). Embora inicialmente associado ao objetivo e finalidade da tradução, o conceito de equivalência vai-se complexificando e ramificando, tornando-se um termo multivalente nas teorias atuais. Assim, surgem diferentes classificações, que partem de diversos pontos de vista e obedecem a critérios variados, procurando clarificar e objetivar o conceito: umas baseiam-se no nível em que ocorre a equivalência (correspondência formal, equivalência textual; equivalência linguística, equivalência pragmática, equivalência estilística) outras no tipo de significado que produz (equivalência denotativa, conotativa, normativa, pragmática e formal), e outras no maior ou menor grau de equivalência obtida (equivalência total, equivalência facultativa, equivalência aproximada, equivalência zero). Estas propostas de classificação e compartição da equivalência, embora demasiado prolixas, deixam bem evidente a amplitude que envolve a relação entre o texto original e o texto traduzido e a variedade de fatores que nela intervêm, ao mesmo tempo que comprovam que a questão da fidelidade ultrapassa a mera oposição metodológica entre tradução literal e tradução livre.

Uma distinção essencial no que respeita à equivalência é aquela introduzida por Nida ao diferenciar a equivalência formal da equivalência dinâmica. Esta dualidade da equivalência entronca na dicotomia saussuriana língua/ fala, centrando-se a equivalência formal apenas na mensagem, tanto na forma como no conteúdo, ao passo que a dinâmica, baseada no princípio do efeito

[209] Os primeiros a usar este termo são Vinay e Darbelnet (1958). No entanto, estes autores mencionam a equivalência como um mero procedimento de tradução e é com Nida (1959) que o termo adquire um novo alcance teórico, referido ao processo de tradução em si, embora isso seja duvidoso, pois também Jakobson usa esse termo numa publicação do mesmo ano (*On linguistic aspects of translation*, 1959).

[210] Tradução nossa.

equivalente, procura que a resposta dos recetores à mensagem traduzida seja substancialmente idêntica à dos recetores da mensagem original (Nida e Taber, 1982: 22 ss.). Esta distinção é retomada e sublinhada por outros autores[211] e revela-se de extrema importância para o estabelecimento de uma equivalência tradutora. Dado que não se traduzem línguas, mas textos, não se transferem significados, mas sentidos[212], a equivalência em tradução deve ser estabelecida ao nível textual, sendo influenciada por elementos textuais (o cotexto e o género textual) e contextuais (a época histórica e o ambiente social e cultural), bem como pela finalidade da tradução.

Consequentemente, a equivalência não pode ser entendida como uma relação estática e univalente entre o texto original e a sua tradução, baseada em correspondências linguísticas diretas, mas deve ser encarada numa perspetiva dinâmica e flexível, centrada na atualização única que cada texto faz da língua, sendo, por isso, variável em função dos fatores textuais envolvidos e dos fatores contextuais envolventes, entendendo-se aqui não só os condicionamentos histórico sociais, mas também a situação comunicativa (recetor e finalidade da tradução). Assim definida, a noção de equivalência pressupõe uma aproximação entre os textos, uma similaridade, estando fora de questão a completa identidade. Aliás, isso seria uma contradição *ad sensum*, uma vez que as línguas diferem entre si, bem como as realidades que elas designam. Por outro lado, dada a variedade e multiplicidade de fatores que uma tradução deve observar para ser considerada equivalente ao texto fonte, é impossível estabelecer uma equivalência absoluta, a todos os níveis. Deste modo, a equivalência pode referir-se a unidades textuais maiores ou menores e pode ocorrer entre elementos linguísticos individuais ou entre textos completos, sendo que uma relação não implica necessariamente a outra (Hurtado, 2001: 208).

O problema crucial reside, pois, em determinar, dentre esta multiplicidade de níveis, quais são essenciais ao estabelecimento da equivalência textual, ou seja, quais os elementos invariáveis que permitem reconhecer dois textos como equivalentes e considerar uma tradução fiel ao seu original. Em primeiro lugar, o que deve permanecer invariável numa tradução é o sentido, pois sendo a tradução um processo comunicativo, o seu objetivo é a transmissão da mensagem, do conteúdo, que deve ser o mesmo do texto original para que sejam equivalentes. Como assinalou Hurtado Albir (1990: 73 ss.), o sentido tem uma natureza não-verbal, mas resulta da confluência de vários elementos linguísticos e não linguísticos, sendo, por isso, difícil reproduzi-lo na sua totalidade. Desta feita, é necessário estabelecer uma seleção e hierarquia dos elementos considerados mais relevantes em cada texto e determinar o sentido em relação aos outros dois elementos que intervêm e completam o ciclo da comunicação – o emissor e o recetor. A construção do sentido está dependente, por um lado, da intenção do autor, do que ele quis dizer e, por outro, da reação do destinatário, daquilo que ele compreendeu.

Assim, dado o papel de mediador do tradutor enquanto recetor da mensagem original e emissor da nova mensagem, a noção de fidelidade em tradução mede-se pela adequação do sentido compreendido pelo tradutor ao 'querer dizer do autor' e pela adequação do sentido compreendido pelo destinatário da tradução ao do texto original (Hurtado, 1999: 90-93), bem como do efeito que a mensagem desencadeia nos recetores. Além destas restrições, o tradutor tem um dever de fidelidade para com a língua de chegada, re-expressando o sentido do original com os meios próprios e naturais da língua de chegada. Esta conceção tripla da fidelidade, ao autor, ao destinatário e à língua de chegada, esbate a velha oposição entre tradução literal e tradução livre, conciliando palavra e sentido.

Segundo Hurtado, a fidelidade em tradução depende do respeito por estes três princípios em simultâneo, e a quebra de qualquer um deles levará à rutura da fidelidade e à emergência do tradutor como um traidor. Alcançar a fidelidade ao original é um ideal a que aspira qualquer tradutor, no entanto, essa possibilidade tem sido posta em causa por vários teóricos e na prática não resulta muito efetiva. O primeiro fator que condiciona, desde logo, a isenção

[211] Cf. Hurtado, 2001: 216.

[212] A este propósito, Eugénio Coseriu defende que só se traduzem textos, sendo o seu conteúdo formado não só por meios linguísticos, como também extralinguísticos. Com base numa profícua distinção entre três tipos de conteúdo linguístico – o significado, conteúdo dado pela língua, a designação, referência extralinguística, e o sentido, conteúdo particular dum texto, Coseriu defende que o objetivo duma tradução é reproduzir não o significado, mas a designação e o sentido. Cf. Coseriu, 1977: 219 ss.

duma tradução é a subjetividade inerente à tarefa do tradutor, dado que a tradução é o resultado da sua interpretação individual e subjetiva do texto original, influenciada pelas suas experiências e crenças pessoais, havendo outras interpretações possíveis[213]. Por outro lado, o distanciamento espacial, temporal e/ ou cultural entre o original e a tradução também podem desvirtuar, de certa forma, a mensagem, sendo a tradução condicionada pela realidade social e pelos gostos e hábitos culturais que caraterizam cada época. Quanto maior for o distanciamento temporal ou cultural entre a língua original e a língua de chegada, mais interferências haverá no processo tradutor.

Um dos exemplos de como o contexto sociocultural de chegada pode influenciar uma tradução é a censura, mecanismo de controlo político e institucional que pode manipular determinadas traduções, através de supressões ou de alterações de sentido, adaptando-as por forma a não contrariar ou mesmo veicular determinados modelos políticos, ideológicos e religiosos. A censura pode também revestir-se de um caráter pessoal e individual, assumindo-se como um autocontrolo que o tradutor exerce sobre si mesmo (muitas vezes inconscientemente), resultado da rede ideológica onde ele próprio está inserido. De seguida, procuraremos demonstrar como o processo de autocensura pode resultar numa traição ao original, através da análise da tradução das *Odes* de Horácio de José Agostinho de Macedo. Conforme reconhece no prefácio à obra, Agostinho de Macedo (1761-1831) conserva um certo prurido religioso e moral, talvez resultado da sua passagem pela vida eclesiástica enquanto frade e da ligação que mantinha com as entidades do Clero, mesmo depois de ter sido expulso do convento onde havia professado 1778 na Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho:

> "[…] *percão-se embora quantas há no Mundo, e quantas Satiras, e Epistolas até agora se hão composto, e não se offenda a modestia com uma só expressão menos casta. Eis-aqui porque sem respeito nenhum a Horacio ommittimos huma inteira composição que elle não devia ter feito* […]" (1806: 22)

Neste estudo, abordaremos alguns poemas de temática amorosa, com um pendor mais erótico, procurando evidenciar esse processo de autocensura do tradutor e os mecanismos utilizados para esse fim. A ode I, 5 é dedicada a Pirra, antiga amante do poeta, que agora se encontra nos braços de outro, o que desperta o ciúme. O poema latino abre com uma insinuante descrição dos amantes abraçados sobre um leito de rosas, no recato duma gruta. Porém, esta ambiência não surge com a mesma força erótica e expressividade na tradução portuguesa, onde determinadas palavras ou expressões que no texto latino remetem claramente para uma atmosfera de sedução são substituídas por outras que atenuam esse sentido. Assim, a indicação do local onde se encontram os amantes, que surge logo no primeiro verso – *multa…in rosa* ('no meio de muitas rosas') – é interpretada de forma diferente pelo tradutor, associando as rosas a uma suposta grinalda que embelezava a cabeça do jovem: "E ornada a frente de purpúreas rosas".

A deturpação do sentido do original torna-se mais escandalosa quando o tradutor deliberadamente escamoteia o sentido da forma verbal *urget*, cujo significado remete para 'apertar', 'oprimir', sugerindo o abraço dos amantes, que desaparece na versão portuguesa, dando lugar à surpreendente tradução por "Comtigo foge", que em tudo se afasta de qualquer aceção do vocábulo original. Contudo, a referência ao abraço acaba por surgir na estrofe seguinte, mas, mais uma vez, a tradução mostra-se desadequada, pois Agostinho Macedo está a usar um eufemismo para o que no poema latino tem uma carga sexual, veiculada pela forma verbal *fruitur* ('gozar', 'aproveitar'), frequentemente usada por outros poetas clássicos para referir o ato sexual. A ode seguinte é dirigida a uma das figuras mais relevantes do universo feminino horaciano – Lídia. Na ode I, 25, o poeta dirige-se a ela, advertindo-a de que a idade em breve fará sentir mazelas na sua vida amorosa, pois já não será tão solicitada pelos seus clientes. A imagem de Lídia como meretriz está subjacente a todo o poema, intensificando-se quando Horácio refere que será abandonada pelos *moechos* ('homens adúlteros') que outrora a procuravam, ficando sozinha a chorar num *angiportu* ('beco escuro'). Ao traduzir *moechos* por "amantes", Agostinho Macedo subestima um certo matiz depreciativo associado ao original, da mesma forma que ao verter *angiportu* por "*lá num Canto mettida em Noite escura*" não transfere a conotação do termo (as vielas e ruas escuras eram locais privilegiados para a prática da prostituição), que neste caso se mostra relevante para a construção do sentido.

[213] Sobre a impossibilidade do tradutor se manter invisível na tradução, cf. Bohunovsky, 2001/2.

Mais adiante no poema, Horácio introduz diretamente o *topos* do amor e do desejo feminino em termos mais marcadamente sexuais e instintivos, através duma metáfora em que compara a libido de Lídia à de uma égua: *cum tibi flagrans amor et libido, / quae solet matres furiare equorum/ saeuiet circa iecur ulcerosum* ('quando o amor e o desejo ardente, que costuma enfurecer as éguas, se inflamar no teu peito ulceroso'). Como seria de prever pelos exemplos precedentes, o pudor moral do tradutor emerge e impede-o de explicitar o poder erótico desta passagem. O mecanismo agora usado supera os anteriores pela violência com que amputa o texto latino, ao eliminar o verso onde o amor humano é assemelhado ao instinto mais animalesco[214]: "*A devorante chama/ D'hum affecto brutal então raivosa/ Te ferverá no peito*". Desta expressiva imagem apenas subsiste no texto português um leve resquício em "affecto brutal", que, no entanto, provoca no destinatário da tradução um efeito totalmente diferente daquele que provocaria no leitor original, familiarizado com este tipo de jogos linguísticos.

Uma das composições que mais faz despertar o erotismo e a sensualidade, pelo léxico sugestivo que emprega, e, consequentemente, onde por mais vezes o tradutor quebra o laço de fidelidade é a ode II, 5. Curiosamente não é dirigida a uma mulher, mas a um amigo do poeta a quem este dá conselhos amorosos sobre o comportamento que deve adotar para com a sua amada Lálage. Assim, dado que ela é ainda muito jovem e não está preparada para o amor, tenta persuadi-lo a que não a pressione. Todo o poema é construído sobre a metáfora da vitela, que, por não ter atingido o pleno desenvolvimento, não está preparada para os trabalhos que lhe estão destinados, como suportar o jugo[215] e o touro.

Esta ideia de carregar o touro é uma imagem bem clara do ato sexual, tal como comprova a expressão do original latino *nec tauri ruentis/ in uenerem tolerare pondus* ('nem suporta o peso do touro, que se lança para a cópula') em que a ideia de 'ser montada' pelo macho é reforçada pelo complemento *in uenerem*, um dos eufemismos mais recorrentes para designar a consubstanciação do amor. Neste passo, Agostinho Macedo adota um método de tradução bastante livre, por forma a evitar a menção direta à cópula. O resultado é um eufemismo que empobrece a força da metáfora original, ao mesmo tempo que a desloca do mundo animal, ao construir uma personificação do touro indiciada no vocábulo "afago": "*Nem do Toiro robusto/ Inda póde aceitar o afago, a chamma".*

O tópico da fruição do amor continua no texto latino, mas de forma não tão explícita, mais subtil, com a expressão *ludere cum uitulis*, em que o verbo *ludere* encerra uma ambiguidade, associando ao significando primário de 'brincar' um significado mais velado de 'gozar o amor'. Esta ambiguidade não é de forma alguma fortuita, mas propositadamente buscada pelo poeta, que, assim, coloca em contraste a relação desproporcional da novilha com um touro possante, expressa na estrofe anterior num tom mais brutalizado, com a relação que mantém com os outros vitelos (*uitulis*), descrita num tom mais suave. Dada a intencionalidade subjacente a esta opção do autor, seria relevante que ela perpasse para a tradução, o que não acontece, pois, o tradutor, além de não usar um vocábulo que se preste a esse jogo semântico, altera a ordem sintática, separando o verbo do seu complemento: "***Brincando** entre os Salgueiros, / Só busca os seus iguaes, **tenros Novilhos**.*" Desta feita, seria mais adequado o uso de um verbo em português que conservasse essa dualidade de sentidos, como, por exemplo, 'divertir-se com'.

Para finalizar este estudo, faremos alusão apenas a duas breves passagens de diferentes composições, em que Agostinho Macedo se mostra renitente em revelar o texto latino na sua plenitude de sentido. Na ode II, 11, imbuída da famosa filosofia horaciana do *carpe diem*, o poeta alerta o amigo Hirpino para a fugacidade do tempo que rápido trará a velhice e a morte. Sendo este fado inevitável, Horácio aconselha a tirar o melhor partido do momento presente, através do gozo dos prazeres da vida, tais como o vinho e uma boa companhia, representada aqui por Lídia. Confirmando as alusões anteriormente sugeridas na ode I, 25, esta personagem feminina é apresentada como meretriz – *scortum*, sendo invocada no final da composição como lenitivo para um destino

[214] Importa referir que a utilização de metáforas e comparações entre o instinto sexual animal e o desejo humano é uma imagem muito recorrente na literatura clássica.

[215] É de relevar que 'receber o jugo' é uma metáfora usada na Antiguidade Clássica para simbolizar a passagem das jovens para a vida adulta, através do matrimónio. Aliás, esta relação passou para o nosso léxico estando na raiz da palavra 'cônjuge', etimologicamente 'o que carrega o mesmo jugo'.

que se aproximava, impiedoso e implacável. Um tal epíteto terá certamente chocado a moral do tradutor, que optou por substituí-lo por um bem mais inocente e eticamente neutro – "engraçada Lídia".

O último exemplo que apresentaremos prende-se com a metáfora, a que já anteriormente se aludiu, da égua como símbolo da sexualidade e desejo femininos. A composição III, 11 focaliza-se nos encantos da lira e descrição dos seus poderes, a quem o poeta faz uma invocação para que amoleça o coração de Lídia, comparando a sua indiferença à de uma poldra, que brinca pelos campos, temendo ser montada: *quae uelut latis equa trima campis/ ludit exsultim metuitque tangi* (' ela, que, como a poldra brinca saltando em largos campos, temendo ser montada'). Esta metáfora, que num poema anterior tinha sido suprimida, é aqui reformulada para que não deixe transparecer essa conotação sexual, através da alteração da própria designação do termo, já que *equa* em latim denomina a fêmea do cavalo, enquanto " ginete" se refere a um macho da raça equina: "Qual o Ginete fervido, indomável". Por outro lado, a imagem da cópula (insinuada pela forma verbal *tangi*, conjugada na voz passiva, apresentando o sujeito como paciente) é descrita através dum eufemismo erudito e poético: "As leis do jugo marital não sabe, / Ignora a doce chamma".

A análise semântica aqui efetuada, apesar de limitada quanto ao *corpus,* é bastante sintomática do processo de autocensura pelo qual o tradutor pode, conscientemente, trair o sentido do texto original, filtrando-o através dos seus valores ético morais.

Os mecanismos de que o tradutor, neste caso Agostinho Macedo, se apropriou podem apresentar-se de várias formas: a deturpação da informação transmitida pelos vocábulos latinos, pela atribuição de um significado não admitido pelo original (como a tradução de *urget* por "foge" e de *fruitur* por "abraçar", na ode I, 5 e de *scortum* por "engraçada" na ode II, 11); a ocultação de uma conotação ou sentido implícito (como a dissimulação dos indícios de que Lídia é prostituta na ode I, 25, vertendo moechos por "amantes" e *angiportu por* "n'hum canto metida em Noite escura"); a não atualização de ambiguidades intencionalmente provocadas no original (como *ludere* na ode II, 5); os eufemismos com que aborda conteúdos marcadamente sexuais (*in uenerem tolerare pondus* – "do Toiro aceitar o afago, a chamma" – na ode II, 5; *equa* – "férvido Ginete" – e *tangi* – "As leis do jugo marital não sabe, / Ignora a doce chamma" - na ode III, 11); e, muito mais grave, a completa omissão de expressões (*quae solet matres furiare equorum*, na ode I, 25).

Apesar do intento de adaptação ao contexto da língua de chegada, inerente ao cuidado de Agostinho Macedo em não ferir a sensibilidade e moral dos leitores coevos, a sua tradução resulta numa traição, pois ao descaraterizar o sentido do original, o tradutor mostra desrespeito pela intenção do autor e pelos da sua época, que certamente não terá experimentado a mesma reação vivida pelo leitor latino.

BIBLIOGRAFIA

Horácio (1984) Arte poético, trad. Raul Miguel Rosado Fernandes, Lisboa : Editorial Inquérito

Cícero (1964) *De optimo genere oratorum*, trad. Albert Yon, Paris: Les Belles Lettres

Saint Jérôme (1953) *Lettres*, trad. Jérôme Labourt, Paris: Les Belles Lettres.

Robinson, Douglas (2002) Western translation theory: from Herodotus to Nietzsche. - Manchester: St. Jerome.

Hurtado Albir, Amparo (2001) Traducción y Traductología. Introducción a la Traductología, Madrid: Ediciones Cátedra.

Bassnett, Susan (2003) *Estudos de tradução: fundamentos de uma disciplina,* trad. Vivina de Campos Figueiredo, Lisboa: Serviço de Educação e Bolsas, Fundação Calouste Gulbenkian.

Hurtado Albir, Amparo (1990) *La notion de fidélité en traduction*, Paris: Didier Erudition.

Ortega y Gasset, José (2004-2006) 'Miseria *y esplendor de la traducción'*. In *Obras completas* Vol. 5. Madrid: Fundación José Ortega y Gasset Taurus.

Nida, Eugene; Taber, Charles (1982) *The theory and practice of translation*, Leiden: E. J. Brill.

Catford, J. C. (1980) *Uma teoria linguística da tradução,* São Paulo: Cultrix.

Coseriu, Eugenio (1977) 'Lo erróneo y lo acertado en la teoría de la traducción'. In Eugenio Coseriu (ed.) El hombre y su lenguaje: estudios de teoría y metodología lingüística. Madrid: Gredos.

Elena García, Pilar (1990) Aspetos teóricos y prácticos de la traducción, Salamanca: Universidad de Salamanca.

Bohunovsky, Ruth (2001/2) "A (im)possibilidade da "invisibilidade" do tradutor e da sua "fidelidade": por um diálogo entre a teoria e a prática de tradução" in Cadernos de Tradução Cadernos de Tradução 8, 51-62. Disponível em http://www.cadernos.ufsc.br/

Horácio (1806) **Obras de Horácio** Vol. 1**, trad. José Agostinho de Macedo,** Lisboa: Impressão Régia**.**

58. MARIA HELENA A. G. ANACLETO-MATIAS, INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO NA ÁREA DE LÍNGUAS E CULTURAS DO

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO.

PAULO COELHO TRAÍDO OU TRADUZIDO EM "A BRUXA DE PORTOBELLO"?

Procedendo a um levantamento linguístico-tradutivo algo exaustivo das obras de Paulo Coelho "A Bruxa de Portobello" e a sua versão em Inglês de Margaret Jull Costa "The Witch of Portobello", propõe-se uma reflexão acerca da importância das retroversões de autores Lusófonos para Inglês, nomeadamente do autor Brasileiro mais lido da atualidade.

Também se refere a (des)necessidade de adaptações de Português do Brasil para o Português Europeu no que toca particularmente ao caso da literatura ficcional. Faz-se uma sinopse comentada da obra literária em questão devido à necessária contextualização.

A enumeração dos casos tradutivos dignos de nota foi dividida segundos os seguintes pontos essenciais: há uma Introdução seguida de uma descrição comentada do enredo do romance, as opções tradutivas onde há diferenças entre as duas versões são referidas e brevemente comentadas caso a caso; depois temos os pontos das opções tradutológicas questionáveis e das boas opções culminando com o aventar da hipótese que até há melhoramentos na versão inglesa em relação ao original português analisado.

Segue-se um capítulo em que são listados os aforismos típicos de Paulo Coelho e que consideraria Máximas de Vida, e finalmente a conclusão vem a seguir a alguns comentários analíticos e reflexões mais pessoais.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é um estudo contrastivo de duas “traduções”: “A Bruxa de Portobello”, de Paulo Coelho e a versão para Inglês de Margaret Jull Costa, “The Witch of Portobello”. As edições são de 2006 e de março de 2007, respetivamente e a convenção usada neste artigo para identificação das citações de um e de outro livro serão por exemplo " (P: 100) ", referindo-me a Paulo Coelho, página 100 e " (M: 102) ", referindo-me a Margaret Jull Costa, página 102.

O motivo pelo qual coloquei o primeiro termo “traduções” entre aspas prende-se com o facto de ter selecionado para uma análise comparativa dois *corpora* não convencionais. Na realidade, quando se faz uma análise tradutiva, é habitual escolher como base textual um original numa determinada língua e a sua tradução para uma língua de chegada. Normalmente, a língua de partida de tradução é a língua estrangeira e a de chegada é a língua materna. De facto, e não raramente, aliás, também se traduz para uma língua estrangeira. Neste caso especial, chama-se ao texto final uma “retroversão”. A validade deste termo é questionada por alguns críticos da tradução, mas eu estou convicta que o termo “retroversão” é bastante esclarecedor, se considerarmos que a base da ideia de fazer uma tradução para uma língua diferente da nossa, não é algo que não seja natural, é antes uma tentativa de divulgar um texto da nossa língua materna numa cultura que não é a nossa e logo, uma maior projeção num mundo multicultural, que é aquele em que hoje vivemos.

Estas considerações preliminares vêm de encontro ao enquadramento teórico da escolha dos *corpora*, mas sobretudo, vêm de encontro à tentativa de resposta à pergunta inicial que aliás constitui o título do artigo: será que Paulo Coelho é traduzido ou traído na sua obra de 2006 “A Bruxa de Portobello”?

A questão da “traição ou tradução” é uma velha questão e é tradição (passo aqui o jogo de palavras, desculpando-me pelos efeitos fónico concetuais) chamar ao tradutor “traditore”. Mas será que Margaret Jull Costa traiu o texto da Bruxa na sua versão em Inglês?

Sem querer desvendar para já a tese do artigo, passarei antes e de imediato àquilo que chamaria uma subtese ou, pelo menos, uma das ideias fundamentais sobre a qual importa refletir no contexto de Paulo Coelho, da Literatura, dos Estudos Tradutivos e, sobretudo, no contexto particular da Lusofonia. Como é sabido, Paulo Coelho é o autor Lusófono de origem Brasileira da atualidade que provavelmente mais vende em todo o mundo. Em termos factuais, pode-se afirmar que Paulo Coelho já vendeu mais de 85 milhões de livros à escala mundial e já foi traduzido para 63 línguas. Entrou na Academia Brasileira de Letras em 2002 e ocupa a cadeira número 21. Se fosse somente devido a estes elementos, já estaria justificada a razão da escolha deste autor para investigar a dimensão da “traição na tradução”; mas é óbvio que não é a única razão.

Estamos a refletir sobre Paulo Coelho que tem mexido no inconsciente coletivo dos seus leitores mais atentos ou, diria, mais dedicados. Na realidade, e passando agora para uma breve e superficialíssima análise literária, eu diria que Paulo Coelho é, na verdadeira aceção da palavra, "um escritor de culto". Não tenho dúvidas que se Paulo Coelho se intitulasse subitamente um líder espiritual teria seguidores acérrimos. Também não tenho dúvidas que, se Paulo Coelho quisesse fundar uma seita religiosa, teria certamente seguidores – e se quisesse fundar um partido, teria partidários. Mas Paulo Coelho vê-se, julgo eu, sobretudo como jornalista e escritor com intenções humanitárias através do seu Instituto que, com a esposa Christina Oiticica, gere em prol dos mais desfavorecidos da sociedade Brasileira, especialmente crianças e idosos. É bom que o autor continue a viajar, a fazer caminhadas e a navegar na Internet – e que sobretudo continue a escrever e a publicar.

É evidente que um estudo tradutivo não se prenderá muito com a análise literária da qualidade, ou pelo menos não tanto como se poderia desejar. O que é certo é que me parece que Paulo Coelho é um autor bastante cerebral, mais preocupado com o conteúdo do que com a forma da escrita, mais atento à Semântica do que à Fonologia da Língua no que toca ao estilo.

Um estudo tradutivo inserido num debate sobre a Lusofonia parece-me ser bastante motivador porquanto conjuga interesses de investigação louváveis – e daí a motivação para a escolha dos corpora: um autor lusófono, brasileiro de nacionalidade, com numerosíssimas traduções para outras línguas, nomeadamente para a língua de maior projeção universal no mundo ocidental, o Inglês. É interessante notar que, só a título de exemplo, foi Pavla Lidmilová que traduziu Paulo Coelho em Checo e a "Bruxa de Portobello" aparece na editora Argo com autorização da Sant Jordi Asociados, de Barcelona, como "Carodějka z Portobella". É talvez também devido à enorme quantidade de traduções que a obra do autor hoje confere um caráter universalista a Paulo Coelho.

Na realidade, a tese deste artigo defende que Paulo Coelho não é, de forma alguma, "traído" pela sua tradutora para a Língua Inglesa; pelo contrário, julgo ser uma obra até muito bem traduzida, havendo apenas alguns reparos aos quais farei referência. Uma das ideias que pretendo defender presentemente prende-se com a polémica que poderia chamar uma subtese: será que devemos chamar "versões de Português Europeu" e "de Português do Brasil" ou devemos chamar a um texto transposto uma "tradução" de Brasileiro para Português? Proponho o termo "adaptação de código" como termo teórico linguístico classificativo, mas para efeitos práticos neste artigo usarei o termo "versão".

A estrutura do que vem a seguir é a seguinte: de uma descrição comentada do enredo do romance passarei para o capítulo das opções tradutivas onde há diferenças entre as duas versões, depois temos os pontos das opções tradutológicas questionáveis e das boas opções culminando com o aventar da hipótese que até há melhoramentos na versão inglesa em relação ao original português analisado. Em seguida virá um capítulo em que são listados os aforismos típicos de Paulo Coelho e que consideraria Máximas de Vida, e finalmente a conclusão vem a seguir a alguns comentários analíticos e reflexões mais pessoais.

2. ARTIFÍCIOS NARRATIVOS

É digno de nota que Paulo Coelho no início tenha parte da oração "Glória" que Margaret Jull Costa manteve só em segundo lugar. Já Lucas 11:33, Margaret Jull Costa manteve na posição correspondente. A Dedicatória está muito bem retrovertida. O primeiro capítulo, ou seja, a visão de Heron Ryan, jornalista e apaixonado por Athena começa com um jogo de palavras com o referido versículo bíblico do evangelista Lucas. Há a referência à Inquisição e refere-se à questão da necessidade do perdão. O testemunho de Lella Zinab, de 64 anos e numeróloga tem a função de adensar o mistério; é um capítulo de apenas uma página e refere que não sabia que Athena tinha falecido e logo a seguir, surge algum texto em itálico, segundo a minha interpretação com a voz do Narrador e que é uma justificativa para toda a estrutura narrativa sob a forma de testemunhos: *"A melhor maneira de saber quem somos, muitas vezes, é tentar saber como os outros nos veem"* (P:24).

O testemunho de Samira Kahlil, de 57 anos e Mãe de Athena tem a função de fazer avançar a narrativa com uma perspetiva mais objetiva e linear, referindo a adoção da cigana Sherine e a vida no Líbano e a guerra subsequente de 1974-75. Também o capítulo de Lukás Jenssen-Petersen, engenheiro de 32

anos e ex-marido de Athena está muito bem retrovertido; a história é contada diretamente com pormenores do curso universitário de engenharia da protagonista e a questão da sua maternidade aos vinte anos.

A perspetiva de Peter Sherney, diretor-geral do banco onde Athena trabalhou é algo mais objetiva, com o elemento da morte de Athena, aliás recorrente na obra e a ensombrar de novo a narrativa. Já no segundo testemunho da Mãe de Athena, há o avançar da ação com a informação quanto ao desejo de Athena de conhecer as suas raízes biológicas, já que foi adotada – Viorel, o filho biológico de Athena chora, como que a pressagiar um mau episódio. Seguidamente, Heron Ryan e Edda, nos seus segundos testemunhos, contam como conheceram Athena na Roménia. Liliana é uma costureira de idade e sobrenome incertos. Neste capítulo fala-se da Mãe que nos envolve a todos e que está em nós. Logo a seguir, vem um testemunho de Samira R. Khalil, que é dona de casa e Mãe adotiva de Sherine ou Athena, se assim preferirem. O acontecimento principal em termos de avanço da história é, sem dúvida a manifestação do desejo de Athena à Mãe adotiva de ir visitar uma mulher na Escócia após ter ido em busca do encontro com a Mãe biológica. O capítulo seguinte é preenchido com a voz de Deidre O'Neill, conhecida como Edda em que Athena e Edda estabelecem um ritual juntas e em que Athena se compromete a ensinar no Dubai.

Heron Ryan, por seu lado, continua cada vez mais apaixonado por Athena e escreve um artigo jornalístico sobre Sarah, a chamada Santa Sara, protetora dos ciganos, como forma de, ao celebrar as raízes culturais da etnia dos Pais biológicos de Athena se aproximar mais dela. Logo a seguir, o testemunho de Antoine Locadour, historiador francês de 74 anos faz uma pausa na narrativa com a função de parecer uma voz exterior com reflexões quanto aos cultos pagãos da Mãe. Este capítulo tem como que a função de um coro da Grécia Antiga, em que se comenta a ação e ao mesmo tempo se acrescenta informação explicativa quanto ao conteúdo da obra.

Heron declara o seu amor "impossível" por Athena num restaurante onde pede muitos pratos, bebem duas garrafas de vinho e falam de bibliotecas, de a ter visto dançar no restaurante de Sibiu, na Transilvânia, do encontro de Athena com Edda na Escócia e das aulas que Athena iria dar no dia seguinte ao grupo de teatro de Andrea McCain. Athena vai ao teatro e faz exercícios de relaxamento com a companhia. Heron assiste e fica contentíssimo com a experiência. O diretor da companhia rejeita totalmente a questão de ter Athena como inspiradora de uma nova peça de teatro, tal como Andrea tinha idealizado fazer. De alguma forma o leitor é levado a pensar que a protagonista, Athena é uma fraude e uma "guru" falsa, ou como os Brasileiros dizem "fajuta".

No psicodrama que Andrea McCain lidera encarnando Athena o resultado final é satisfatório para Andrea, pois o seu grupo de teatro mostrou-lhe que o seu companheiro, Heron, afinal parece que não vai ficar a viver com Athena, pois as "regras dos bons costumes", propostas pelo Diretor da companhia de teatro, ao encarnar um líder da comunidade, saem vitoriosas em relação à paixão que Athena parecia trazer e suscitar em todos os que encontrava e que passavam a rodeá-la. Já no capítulo de Heron Ryan, pela primeira vez assiste-se na narrativa ao fenómeno de incorporação, ou seja, Hagia Sofia fala através de Athena dando conselhos sobre a saúde de elementos da companhia de teatro, nomeadamente um cancro na próstata e a outro elemento, o problema da insónia. Em relação ao triângulo amoroso Athena, Andrea e Heron, algo avança na altura da dança da companhia de teatro em casa de Athena: a posição de Andrea está confirmada e assumidamente ameaçada em relação ao seu envolvimento com o jornalista; é nesta altura que Athena, mesmo talvez sem o saber, pois é Hagia Sofia que fala através dela, se torna rival direta de Andrea (P: 206).

Quando Andrea e Athena fazem uma espécie de pacto uma com a outra, Athena confessa a Andrea que Hagia Sofia "é um nome de uma Mesquita que vi num livro e que achei muito bonita". Paulo Coelho está a referir-se à magnífica edificação religiosa de Istambul, antiga Constantinopla, que não lhe deve ter passado despercebida nas suas viagens, ou físicas ou cibernéticas. Através de um ritual em que uma pede à outra para se olharem fixa e mutuamente em silêncio e depois tirar a roupa, aspergindo com um chá o corpo de Athena, as duas aceitam-se como mestra e discípula, apesar de sentirem uma grande antipatia uma pela outra. Finalmente e em consequência do ritual anterior, Andrea deixa a casa em que ela e Heron viviam e abandona-o. Mas primeiro fazem amor como nunca tinham feito trocando de papéis e Heron fica algo interdito, pois parece-lhe que à primeira vista as suas relações vão melhorar. Mas na verdade, Heron foi promovido à força na sua empresa de

meios-de-comunicação social a enviado especial para a Ucrânia, onde aconteceu o desastre nuclear de Chernobyl em 1986, para documentar o que tem acontecido desde essa época em que ainda pertencia a território Soviético até aos dias em que se passa a história.

Por seu lado, Edda conta como conheceu o seu guia protetor e mestre na Roménia. Era um ferreiro de etnia cigana que já tinha sido um biólogo, muito infeliz com o que fazia no laboratório da cidade. Esse professor, através da analogia com um carreiro de formigas, explicou-lhe a falta de sentido que, por vezes, tutela toda a atividade humana no que as pessoas fazem no seu dia-a-dia. Podemos imaginar qual será a função do capítulo do Jornal Londrino na narrativa. Ele constitui ao mesmo tempo como que um *fait-divers* jornalístico e o clímax da narrativa numa cena coletiva de grande envergadura como se fosse um filme do americano Cecil B. DeMille: esta notícia justifica a escrita da obra na medida em que leva o leitor a pensar que o autor teria visto ou lido essa notícia na televisão ou num jornal e que, tempos mais tarde, teria decidido escrever uma obra de ficção baseada nesse facto verídico. Em termos de estética Pós-Modernista, este fenómeno poder-se-ia intitular como que o jogo entre o autor e o leitor através do narrador astuto e de uma voz narrativa hiperconsciente ou, se preferirmos, omnisciente. Mas talvez Paulo Coelho nunca se tenha desejado ver como um notável autor do Pós-Modernismo; a classificar com um rótulo, selo ou carimbo a visão literária de Paulo Coelho (e todos os críticos literários sabem o quanto é perigoso rotular um autor que está em permanente mutação, em constante evolução...), eu situá-lo-ia na Época Pós-Nova Era.

A sequência seguinte ao motim daquela segunda-feira em que Athena se reunia com 200 seguidores num armazém de Portobello, em Londres e que foi recuperado pelo grupo, foi uma sessão em que Hagia Sofia e Athena, ou seja, os dois lados da mesma personagem saem vitoriosos em relação ao Reverendo Buck que almeja acabar para sempre com as reuniões que classifica como "culto a Satanás". É nessa altura que Edda enceta um ritual de proteção com o fogo, representando o lado masculino e a terra, representando o feminino. Mais um artifício narrativo se segue com o testemunho do historiador Antoine Locadour, representando uma pausa na narrativa que cria indubitavelmente suspense e que constitui um presságio para o final da história de Athena.

3. OPÇÕES TRADUTIVAS ONDE HÁ DIFERENÇAS ENTRE AS DUAS VERSÕES

Este é o enredo principal que o romance "A Bruxa de Portobello" encerra. Quanto às diferenças entre o original em português de Portugal a que tivemos acesso não são muitas. Como primeiro exemplo no levantamento dessas mesmas diferenças, poderia focar que a três frases sincopadas no primeiro testemunho de Heron Ryan de Paulo Coelho, Margaret Jull Costa faz corresponder apenas uma com copulativas com uma vírgula: "*I want to go back to thinking that the world of magic is merely a clever trick, that people are superstitious, that anything that science cannot explain has no right to exist*" (M: 4; P: 12).

Outra diferença é que no original, aparece o nome Pavel Podbieslki, mas parece-nos constituir uma gralha, porquanto na versão em inglês, aparece-nos Pobielski. Tendo em conta que o dono do apartamento de Athena que a iniciou na dança até ao êxtase é de origem Polaca e conhecendo alguns nomes polacos, a grafia de Margaret Jull Costa parece ser a mais correta.

No testemunho do beduíno, Margaret Jull Costa não trocou os termos de repetição, o que Paulo Coelho tinha feito: "*repetir e praticar, praticar e repetir*"; na retroversão ficou: "*Practise and repeat, practise and repeat some more*" (M: 89). Mas quais as implicações deste desrespeito pelo original? De facto, a ideia de jogral, com um paralelismo interno a imitar um poema, não se mantém. No entanto, há uma intensificação de sentido através da sua repetição quase textual.

Quanto a uma alteração para a qual não vejo justificativa, senão possivelmente um lapso é quando Paulo Coelho refere "*quase três horas de comboio*" (P: 143) e a retroversão para inglês é "*For nearly five hours in the train" (M: 145).*

Talvez me esteja a prender com pormenores, mas parece-me que são detalhes de não somenos importância – refiro-me à simples disjuntiva inglesa "or". No capítulo em que Heron dá o seu testemunho, ele diz que vê estas pessoas sentadas de olhos fechados, com um sorriso nos lábios [or], as caras sérias, a postura arrogante concentradas em absolutamente nada, convencidas de que estão em contacto com Deus ou com a Deusa. Na realidade, esta

disjuntiva não se encontra na versão de Paulo Coelho e apenas na de Margaret Jull Costa. Leva-me a pensar que Heron considerava alternativos os dois elementos da frase, quando Paulo Coelho teve a intenção de os enumerar com a copulativa assindética vírgula.

Uma diferença entre as duas versões e que me parece estar relacionado com o sentido do livro, com a interrogação sobre se as pessoas estão ou não preparadas para o culto da Mãe, Paulo Coelho diz na página 277:

"*As pessoas não estavam prontas para isto.*
Athena riu-se.
- É claro que estavam".
Mas Margaret Jull Costa retroverteu*: " '... and people aren't yet ready'.*
Athena laughed.
'Of course they're not' " (M: 282-283).

Este último pormenor da dupla negação parece-me algo grave, porquanto me parece que Paulo Coelho quis tornar a figura de Athena mais enigmática do que a Athena de Margaret Jull Costa ficou. A questão é que se as pessoas estavam preparadas para uma viragem na compreensão do cosmos, então o defeito da populaça foi não aceitar especificamente Athena como líder; Margaret Jull Costa parece justificar a ira da populaça e o quase linchamento dos seguidores exatamente porque as pessoas comuns não estão preparadas para ver as coisas tal como os seguidores as viam, ou seja, uma nova ordem em termos de organização do caos que Athena, a Bruxa de Portobello propõe.

4. OPÇÕES TRADUTOLÓGICAS QUESTIONÁVEIS

Quanto a casos tradutivos que me parecem questionáveis, para não dizer mal escolhidos, ou que pelo menos para os quais eu gostaria de propor uma alternativa temos o caso do testemunho do Padre Giancarlo Fontana, em que a Imaculada Conceição é referida por Costa como the Holy Virgin (M: 35), o que em minha opinião não está mal, apesar de não ser muito feliz; mas quando Costa na página 38 põe na boca de Athena as seguintes palavras: "I come here to talk to St Thérèse", quando Paulo Coelho se referia à dita Imaculada Conceição: "*De manhã, venho aqui conversar com a Santa*" (P: 41), esta opção tradutiva é, em meu entender errada. Se bem que Athena tenha querido ser santa como a Santa Teresinha do Menino Jesus, com os seus êxtases, aqui, neste preciso momento, a sua preocupação é a maternidade, a conceção do seu futuro filho – e daí a Imaculada Conceição.

Também me parece questionável o facto de quando Athena se dirige aos camarins do teatro para cumprimentar a companhia após o espetáculo, estava implícita a ideia de ela ter (ou não) apreciado a peça de teatro – poderia, portanto, ter sido retrovertido para "enjoyed the play". No entanto, a versão em inglês propõe "enjoyed herself" (M: 162), o que me parece algo questionável. Há também os exemplos de: "pergunte ou vá pesquisar" (P: 159), que foi retrovertido para "ask or go away and find out" (M: 164). Mas este parece-me ser um problema para o qual podemos aventar a hipótese de o facto de eu ter analisado uma versão, ou adaptação, se preferirem, da Bruxa em Português Europeu e não em Português do Brasil e a questão dos Brasileiros utilizarem mais o termo "pesquisar", enquanto os Portugueses usam mais o vocábulo "investigar" no contexto académico. Há ainda os exemplos de "*uma verdadeira prova de paciência*" (P: 177) que se tornou "*a real drag*" em Inglês (M: 182) e que, avento a hipótese Paulo Coelho poderia ter escrito em Português do Brasil "uma chateação". Quanto a "*abriu uma garrafa de bom vinho*" (P: 178), Margaret Jull Costa disse: "*she opened a bottle of very expensive wine*" (M: 182). Para esta opção questionável, tenho uma hipótese de justificativa para Margaret Jull Costa de índole cultural: como todo o vinho bom em Inglaterra é muito caro, foi o termo escolhido; mas no contexto cultural português, em que há muitíssimos bons vinhos, sendo a concorrência ferrenha, os preços não são tão altos pois não são importados...

Quando no capítulo de Deidre O'Neill, mais conhecida por Edda, Athena dirige-se à Escócia em fúria "*para que pudesse ver o meu ódio*" (P: 187), não é tão extremo como "*So that you could see how much I hate you*" (M: 191). E mais à frente, enquanto na versão portuguesa surge "*Ele pode perder-se no meio destas centenas de pessoas"* (P: 195), a versão inglesa propõe: "*He could get lost amongst all these people*" (M: 198). E ainda no mesmo capítulo há a expressão "*Athena deu-me dois beijos cínicos na cara e foi-se embora*" (P: 195). A meu ver, o sentido cínico do beijo perde-se levemente na retroversão: "*Athena kissed me lightly on both cheecks and left*" (M: 198).

No caso de "– *O que é isto, uma rebelião*?" (P: 196), Margaret Jull Costa optou pela retroversão *«"what's this, a revolt*?" (M: 199). Eu proporia como alternativa "rebellion", à semelhança intertextual com a "*A Revolta na Bounty"* – estou a referir-me ao famoso Romance que em 1962 foi transposto para o cinema, porque me parece que a companhia de teatro se estava a comportar como uma tripulação revoltosa em relação ao seu comandante de navio.

No capítulo em que Edda descreve o primeiro encontro com o seu guia protetor e mestre, ela afirma que o cigano ferreiro lhe disse: "*eu não estava sozinho; além das árvores, você estava a ouvir-me*" (P: 230). Quando a tradutora para Inglês escolheu a opção tradutiva "I *wasn't alone; apart from the trees you were listening to me too"* (P: 236), o intensificador "também" na sua posição final em inglês adquire uma função enfática que me parece algo exagerada em relação ao original português. A ênfase no português é o sujeito "você", ou seja, Edda, a personagem que descreve a sua formação na Tradição dos Antigos. E a ênfase no inglês é colocada no advérbio.

Quanto ao caso de classificação periodológica, julgo que Margaret Jull Costa poderia ter feito melhor, quando referiu: "*a wave of what Americans call New Ageism*" (M: 248). De facto, os Americanos chamam-lhe "New Era", que Paulo Coelho refere como "Nova Era" (P: 240).

5. BOAS OPÇÕES TRADUTOLÓGICAS

Por outro lado, julgo que são de louvar certas opções tradutológicas, como por exemplo o caso em que julgo que a retroversão do testemunho de Andrea McCain, de 32 anos e atriz está benfeita. Sugere-se um mistério a desvendar, referindo a "obra incompleta" de Athena. O caso de "*Tinha nascido num berço de ouro (P:49) foi retrovertido por "he had been born with a silver spoon in his mouth* (M: 43), frase idiomática correspondente e, como tal, adequada e, aliás, muito expressiva. A seguinte opção é digna de menção pela sua alta qualidade tradutológica. Na expressão de Paulo Coelho (P: 214) "*E já não era a sabedoria universal, mas alguém por quem o meu namorado estava interessado, ou apaixonado*", Margaret Jull Costa traduziu por, e muito bem (M: 218): "*And she was no longer universal wisdom, but merely someone my boyfriend was interested in or infatuated with"*.

6. MELHOR QUE O ORIGINAL

Chego até a aventar a hipótese que a versão inglesa foi melhorada em relação ao original em português. Não quero desmerecer no trabalho do adaptador ou adaptadora da versão da editora portuguesa, cuja identificação, aliás, não encontrei na obra, mas parece-me importante dizer que há certos casos em que me teria sido útil se tivesse tido acesso à versão de Paulo Coelho em português do Brasil...

No caso do segundo testemunho do ex-marido de Athena, parece-me que Margaret Jull Costa melhorou mesmo o original, ou seja, a sua opção tradutiva é de tal forma madura que raia até o genial. Senão vejamos: Paulo Coelho escreve "*Recebi um telefonema do meu pai, com ameaças e afagos* (P: 45) e Margaret Jull Costa retroverte "I *got a phone-call from my father, a mixture of stick and carrot* (M: 39). De facto, a voz enunciadora falava da duplicidade da intenção do Pai no telefonema – por um lado, queria punir o filho e pelo outro lado, queria premiá-lo, o que é muito bem traduzido pela frase idiomática *"stick and carrot*".

Ao referir-se à Mãe adotiva, e conversando com ela, Athena refere que *"tratava das tarefas domésticas*" (P: 137), mas Margaret Jull Costa refere, e muito bem, a expressão idiomática: *"you kept the house spick and span"* (M: 139), demonstrando um profundo conhecimento da realidade cultural de inspiração britânica. No segundo capítulo da atriz de teatro Andrea McCain, ela refere que os outros elementos da sua companhia "*ficaram muito curiosos por conhecer alguém* (...) " (P: 156), enquanto a versão de Margaret me parece mais expressiva ainda, quando diz "*They were all mad keen to meet someone*" (M: 162).

Apenas a junção da partícula copulativa "and" no fim de um dos capítulos de Andrea McCain, ("And no one asked who Edda was" - M: 163), confere ao relato uma maior expressividade. É certo que se perde um pouco o tom de ironia que o original parece oferecer: "*foi isso que Edda me ensinou...*

Confirmado!

- Mas posso partilhar convosco outras coisas que a vida me ensinou.

Todos concordaram. Ninguém perguntou quem era Edda." (P: 158)

Já num outro caso, Paulo Coelho, ou melhor, a versão em Português Europeu diz: *"o que não é absolutamente verdade"* (P: 163) e a versão inglesa apresenta "*which wasn't true at all*" (M: 169), que em termos de exatidão me parece mais correta que em Português. Aliás há um caso que gostaria de destacar e em que Margaret é mais explicativa que a versão em Português: "St. Sarah" (M: 169), quando em Português não se refere o título da Santidade. Para finalizar os elementos em Inglês que me parecem ainda melhores que no original, cito: "*Esta mulher parece uma bruxa – disse o diretor*" (P: 175) e Margaret disse «"*She is a bit of a witch, that woman*," said the diretor» (M: 180)

7. AFORISMOS

No primeiro testemunho de Deidre O'Neill, de 37 anos e médica, mais conhecida por Edda, diz-se sabiamente: "*todos procuram um mestre perfeito*" (P: 20) e um pouco mais adiante: "*O nosso tempo nesta terra é sagrado, e devemos celebrar cada momento" (*P: 20).

No primeiro testemunho de Edda, Margaret Jull Costa escolheu para retroversão de "*Mestre perfeito*", "*perfect teacher*" (M: 12) em vez de "Master". As implicações desta opção tradutiva são de não somenos importância, pois nota-se aqui uma escolha deliberadamente feminista. De facto, "Master" excluiria mulheres professoras, já que não fazia grande sentido retroverter para "Mistress". Em sentido arcaico, poder-se-ia assim escolher, mas no Inglês atual, teria conotação de "amante", no contexto, indesejável.

Quando o Padre Giancarlo Fontana de 72 anos dá o seu testemunho, refere uma espécie de revelação quando ouve Athena a tocar diante da imagem da Imaculada Conceição (P: 41) e no segundo testemunho do Padre levanta-se a questão da proibição da Igreja Católica de conceder a Comunhão aos divorciados. Paulo Coelho coloca Jesus a falar com Athena (claramente um nome do paganismo clássico!) dizendo: "*– Repara, minha filha, eu também estou do lado de fora. Há muito tempo que eles não me deixam entrar ali*". (P: 58).

A certa altura, Paulo Coelho afirma: "*Precisamos de ter consciência de cada minuto, de saber aproveitá-lo naquilo que estamos a fazer ou apenas na contemplação da vida*" (P: 76) e quando o beduíno Nabil Alaihi, cuja idade é desconhecida e que inicia Athena na arte da caligrafia leva o leitor à seguinte reflexão que é notável: "*O que é um mestre? Pois eu respondo-lhe: não é aquele que ensina algo, mas aquele que inspira o aluno a dar o melhor de si para descobrir o que ele já sabe"* (P: 87). Mais adiante, afirma-se: "*Compreendeu o que os grandes pintores compreendem: para esquecer as regras, é preciso conhecê-las e respeitá-las*" (P: 91).

No mesmo capítulo do beduíno, Margaret Jull Costa traduziu: "*Elegance isn't a superficial thing, it's the way mankind has found to honour life and work*" (M: 87), frase que parece conter uma grande força dramática.

No terceiro testemunho de Heron Ryan, há a referência em como Athena dançou em público e termina com a frase cigana: "*Quando eu morrer, enterrem-me de pé, porque vivi de joelhos toda a minha vida"* (P: 118). Já quanto a "*A fé não é um desejo. A fé é uma Vontade. Os desejos são sempre coisas para serem preenchidas, a Vontade é uma força. A Vontade muda o espaço à nossa volta*..." (P: 142) é claro que é muito discutível.

O capítulo de Deidre O'Neill, conhecida como Edda parece constituir um dos capítulos-chave de toda a obra. Nele frases como "*Tudo é adoração*" (P: 159), "*Se não encontrar nada em que focar o seu interesse, concentre-se na respiração*" (P: 160) e "*todos nós sabemos tudo*" (P: 162) estão presentes.

Poderíamos encontrar num livro de pensamentos as seguintes expressões: "*Você é aquilo que acredita ser*" (P: 161), "Aprender significa acumular conhecimento? Ou transformar a nossa vida?" (P: 164), "*Para quem bebe uma vez desta água, é impossível voltar a matar a sua sede noutras fontes"* (P: 197), "*conhecemo-nos quando nos vemos no olhar dos outros"* (P: 208) ou "*O futuro, porém, é caprichoso, porque se guia pelas decisões tomadas agora, no presente*" (P: 213) ou ainda "*A verdadeira Tradição é isso: o mestre nunca diz ao discípulo o que deve fazer"* e "*A diferença entre o mestre e o discípulo é só uma: o primeiro tem relativamente menos medo do que o segundo"*. (P: 227), para não tornar a listagem muito exaustiva. Heron afirma: "É *esse o testamento de Athena, ou Sherine, ou Hagia Sofia: o amor é sem definições. Ame e não faça muitas perguntas. Ame apenas*" (P: 277) – parece ser a mensagem principal da obra.

8. ALGUNS COMENTÁRIOS ANALÍTICOS E REFLEXÕES PESSOAIS FINAIS

Parece-me que Paulo Coelho, além da mensagem do Amor, também quis trazer reflexões sobre a Literatura: *"espaços em branco que os escritores deixaram ali de propósito, para provocar a imaginação do leitor*" (P: 164).

Ao leitor parece haver um diálogo exclusivo entre Heron e Andrea, os mais próximos da morte de Athena. Na página 177 da versão em Português que analisei, há uma revelação na narrativa – afinal Heron e Andrea vivem juntos, o que torna Athena uma direta concorrente de Andrea pelo amor de Heron.

Em relação à narrativa, Antoine Locadour, que é historiador, e como sempre acontece com um investigador, sublinha um ponto-de-vista bastante objetivo que tenta esclarecer o interesse de Heron pelo tema do umbigo. Antoine Locadour cita um psicólogo Indiano que, por sua vez, cita Carl Gustav Jung, o psicanalista suíço. A questão da citação de uma citação confere a este capítulo um caráter quase académico – um pouco do que se faz num qualquer congresso, fazendo citações e discutindo outros autores. Isso leva-me a pensar que Paulo Coelho tem alguma simpatia pelo mundo académico apesar de colocar na boca da protagonista, Athena, uma forte crítica à chamada "cultura livresca", tal como Camões dizia, Paulo Coelho parece preferir "um saber de experiência feito". O pormenor da citação de uma citação cria também a ilusão no leitor de haver uma "story within the story", técnica muito utilizada para confundir e brincar com o leitor, que sendo uma tradição que vem já desde os Românticos Centro-Europeus, talvez tenha adquirido uma expressão máxima no movimento Pós-Modernista.

Quando Athena visita furiosa Edda na Escócia, dirige-se a ela muito zangada após ter ingerido vinho. Seria interessante ver neste caso uma possibilidade de três versões: "*a whiff of wine*" (M: 191) é "*um perfume a vinho*" na versão de Português Europeu (P: 187); interrogo-me se o original não seria "*um bafo a vinho*" ou pelo menos "*um hálito a cheirar a vinho*" na versão de português do Brasil.

Quando Athena reúne pela primeira vez a companhia de teatro em sua casa e os tenta iniciar num ritual de dança sem ritmo com as percussões das estepes da Sibéria, pedindo-lhes que dançassem fora do ritmo, o ator que interpretava um rei bêbedo diz, a justificar porque é que foi o único a dançar segundo as indicações de Athena: " *– É simples: nunca aprendi a dançar*" (P: 200); já na retroversão, figura como: «"*Oh, I've never had any sense of rhythm anyway*"». Suspeito que a voz original de Paulo Coelho no Português do Brasil poderia figurar como: " *– Eu nunca levei jeito p'ra dançar direito".*

Quanto à protagonista do romance "A Bruxa de Portobello", sugere-se-me a seguinte reflexão: quando Athena afirma perentoriamente que "*porque sou uma e todas [as pessoas do mundo] a centelha que surge quando entro em transe dá-me instruções precisas*" (P: 215). Parece-me que Athena é indubitavelmente uma megalómana, mas a voz narrativa nunca deixa adivinhar se há uma crítica negativa à "vidente" ou se é apenas uma mulher caraterizada pelo desenrolar dos acontecimentos que a torna uma líder comunitária.

O capítulo em que Edda descreve o período de formação com o seu guia protetor e mestre ferreiro cigano desvenda as origens da formação de Edda em relação a uma, chamar-lhe-ia, "filosofia da organização do Cosmos", segundo a noção de que é a figura da Mãe que inspira tudo. Mas este capítulo traz um contributo superior para a economia da obra, pois tem como função ser uma pausa na ação, uma reflexão paralela em que se conta como foi a origem daquilo que é apelidado "A Tradição"; no caso de Edda esses ensinamentos formaram-na como médica preocupada com as ervas medicinais e tratamentos e terapias curativas dos Antigos, cuja sabedoria é transmitida de geração em geração.

Fiquei algo surpreendida quando constatei que a data do jornal londrino da versão portuguesa de "A Bruxa de Portobello" é de 24 de agosto de 1994 e na versão inglesa é de 24 de agosto de 1991. Não vejo grandes inconsistências históricas no que toca à génese nem do original nem propriamente da retroversão. Se tomarmos a data histórica do desastre nuclear de Chernobyl, notaremos que há incoerência entre este acontecimento e a cronologia das personagens das duas versões. A referência à idade de Viorel, filho de Athena é que o rapazinho tem 8 anos, mas esse dado não choca com o desenrolar da história nem com o decurso da História; é de notar que na versão de Margaret Jull Costa, Viorel tem 5 e não 8 anos (M: 246). Tenho algumas hipóteses quanto

à origem desta discrepância de datas: não me parecendo nem de longe que tenha havido um mero lapso, julgo que terá sido devido às exigências editoriais. Embora os esforços que envidei para uma possível confirmação tenham sido em vão, julgo que será porque a versão em inglês tenha eventualmente saído antes da versão em Portugal. É certo que as edições às quais tive acesso são ambas do ano de 2006 (março a edição inglesa com permissão de Barcelona, tal como na edição checa supracitada e a versão em Português utilizada é uma primeira edição), mas esse dado não me confirma, portanto, a hipótese que aqui avento.

A versão de Paulo Coelho em Português aqui analisada, afinal, não é o original escrito pelo autor, mas sim uma versão em Português Europeu; este artigo é um estudo comparativo entre o texto Português e o texto Inglês que poderá, portanto, ser visto como algo falseado, pois estou a comparar duas "traduções" de um texto em Português do Brasil – ou uma "adaptação" ou uma "versão" em Português Europeu, se preferirem. No entanto, a legitimidade de um estudo tradutivo comparativo no contexto da Lusofonia existe e eu diria que é até necessário. Os *corpora* aqui utilizados foram escolhidos em função da atualidade das edições e da indiscutível projeção mundial que este autor Lusófono de origem Brasileira tem.

59. RICARDO GIL SOEIRO, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

RUÍNA E ESPLENDOR DEPOIS DE BABEL: GEORGE STEINER E A ARTE DA TRADUÇÃO

Refratário aos dominantes esquemas de cientificidade que, nos últimos decénios, proliferam no campo das Humanidades em geral e no campo dos Estudos Literários e dos Estudos de Tradução em particular, George Steiner é um autor que, ao longo do seu itinerário intelectual (de *Tolstoi or Dostoievski* a *Grammars of Creation*, passando por *Real Presences* e por *The Death of Tragedy*), sempre esteve desperto para o inquietante mistério do humano, debruçando-se sobre temáticas como a tragédia, o mito de Antígona, a presença real do sentido, as relações entre barbárie e alta cultura, bem como a linguagem e a tradução.

Sobre esta última se debruça mais amplamente em *After Babel: Aspects of Language & Translation* (1975). Aí, o modelo do movimento hermenêutico em quatro tempos do ato de tradução (impulso inicial, agressão, incorporação e reciprocidade ou restituição) não aspira ao estatuto de "teoria", tratando-se unicamente da descrição de um modo de proceder, narrações de experiência vivida, notações heurísticas de uma "arte exata".

After Babel, enquanto poética da tradução e do sentido, pressupõe que a Torre de Babel continuará a projetar a sua sombra criadora. "Compreender é traduzir" – tal é o postulado central que determina que a tradução está, formal e pragmaticamente, implícita em *todo* o ato de comunicação, na emissão e na receção de todos os modos de sentido, tanto no sentido semiótico mais amplo como nas trocas mais especificamente verbais, sendo a tradução interlinguística uma aplicação particular de uma configuração e de um modelo fundamental à linguagem humana.

A tradução é, pois, na ótica steineriana, simultaneamente impossível, como declara Ortega y Gasset em *Miseria y esplendor de la traducción*, e um "ato messiânico, que torna a redenção mais próxima", no dizer sibilino de Franz Rosenzweig.

É nosso propósito tematizar a noção steineriana de tradução enquanto experiência fundamental de sentido e abordar a tensão entre possibilidade e impossibilidade do ato translatório à luz do entendimento que o autor nos propõe da linguagem humana e do vínculo que a liga ao transcendente.

Exibindo o belíssimo e cativante subtítulo "Um livro para espíritos livres", *Menschliches, Allzumenschliches*, de Friedrich Nietzsche, fala-nos de "livros que ensinam a dançar", livros inusitados que provocam "um sentimento de atrevida liberdade, como se a pessoa se pusesse em bicos de pés e, por íntima alegria, tivesse absolutamente que dançar". Na verdade, sabemos como, para George Steiner – o autor cujo pensamento procuro aqui fielmente traduzir, " [o]s escritos filosóficos de Nietzsche não param de bater asas na orla da poesia, à maneira de um colibri que se alimenta".[1]

Em *Gramáticas da Criação*, em páginas que julgo estarem entre as mais belas por ele escritas, o autor reporta-se à voluptuosidade do genuíno pensamento que só dançado poderá atingir a desvelação de inéditas verdades:

> "*Quando a sua morte está iminente, Sócrates compõe e canta versos líricos. Os investigadores sentem-se intrigados por este gesto. Mas ele é de uma evidência dilacerante. Nem o mais sugestivo dos mitos simplesmente transmitidos pela oralidade ou pela escrita pode satisfazer já a necessidade que Sócrates experimenta de desvelar verdades novas, a luz nova da morte.*
>
> *No momento culminante da sua missão, do seu dom ao mundo do »nunca antes pensado«, Zaratustra revolta-se contra a prisão da linguagem, contra o peso que asfixia a alma do seu passado lexical e gramatical.*
>
> *O próprio canto, por »incomparável« que seja, não será bastante. Zaratustra – ou Nietzsche, na sua esteira – tem de »dançar a sua visão«. A renovação última da filosofia só pode ser dançada*".[2]

Tendo em conta esta dimensão dançante da escrita, julgo que a própria obra steineriana só ganha em ser lida à luz do que ele próprio designa por "género pitagórico" que, compreendendo os escritos de Blake, Kierkegaard, Nietzsche, Kraus, Benjamin, Péguy, Broch, Wittgenstein e Ernst Bloch, perguntam a si mesmos "Que espécie de literatura sou eu, a que género pertenço?" E pitagóricos porquê? "Não só pela sua música e pelos seus números", responde o nosso autor em *Language & Silence* (1967), "pela sua poética metafísica e meditação frequente sobre o silêncio e a morte, mas porque a filosofia pré-socrática – ou antes aquilo que nós associamos à ordem sempre dúbia, e por isso vital, dos fragmentos – solicita um tempo em que a forma literária constituía um ato de magia, um exorcismo do caos antigo.

Um tempo em que a metafísica e a mineralogia falavam versos e as palavras possuíam a força indomável da dança. Os livros que citei são como chamas do fogo de Heraclito [...] *O livro que começamos amanhã deve ser como se não tivesse existido nenhum antes dele: novo e ultrajante como o sol da manhã*".[3]

Quando Steiner se interroga sobre se haverá um único compasso de Mozart passível de exprimir um mal intrínseco, sobre a aporética do mal e o eclipse de Deus em Auschwitz, sobre o silêncio pintado por Chardin ou as últimas palavras de Sócrates e de Cristo, sobre os cafés da Europa ou a arte exata da tradução, sobre Eurídice e Orfeu ou os labirintos de Borges, sobre as dúvidas de Lorde Chandos ou as parábolas de Kafka sobre o silêncio, sobre a desconstrução de Derrida ou os escárnios desolados de Karl Kraus, sobre a coda do *Tractatus* de Wittgenstein ou o *Moisés e Aarão* de Schoenberg, sobre o salto absurdo do cavaleiro da fé kierkegaardiano ou *le dur désir de durer* de Paul Éluard, sobre as "palavras fúnebres" (*Leichenwörter*) de Paul Celan ou a antilinguagem hitleriana, sobre a indagação ontológica de Job ou a questionação heideggeriana do ser do Ser (*das Sein des Seyns*), sobre Dante ou Proust, o que este anarquista platónico – como o próprio gosta de se chamar – opera, e fá-lo com insuperável lucidez, é uma leitura no próprio coração do espanto que assalta o homem.

De *Real Presences* a *Grammars of Creation*, passando por *Antigones* e *In Bluebeard's Castle*, ler Steiner é também, e sobretudo, *ler-se*, e descobrir que, em sentido radical, nada há a dizer sobre um poema, na medida em que é ele mesmo o dizer matricial e iluminante; que a música é o mistério supremo do homem; que abriremos a sétima e derradeira porta do castelo do Barba Azul pois abrir portas é o trágico preço da nossa identidade; que em Édipo, em Prometeu e em Ulisses reconhecemos *mon semblable, mon frère*; que há um compromisso explícito com a transcendência em Ésquilo, em Dante, em Bach ou em Dostoievski; que o silêncio nos faz, em instantes fulgurantes, regressar ao inexpugnável mistério do tempo; que a conjunção do amor com a invenção do tempo futuro torna a aventura mortal um pouco mais válida.

No âmbito da presente reflexão, pretendo eleger, todavia, na vasta trama de inquietações que anima este pensamento, uma temática bem concreta – a da tradução. Começaremos por examinar a conceção steineriana da linguagem para, no momento final desta nossa reflexão, sucintamente tematizar o movimento do ato de tradução que nos é proposto por este autor.

De facto:

i) Se, para Ruth Padel, "[t]ragedy is the basis of Steiner's work" (Padel, 1994: 99);

ii) se, para Edith Wyschogrod, devemos ler a obra steineriana como "a Holocaust hermeneutics of language and culture" (Wyschogrod, 1994: 151);

ii) se, para Ihab Hassan, "[e]verything in Steiner reverts to language, ineluctable Babel" (Hassan, 1986: 323);

iv) já, na ótica de Ronald Sharp, "we need to understand just how deeply [the] notion of translation informs his vision" (Sharp, 1994: 207).

Pese embora a pertinência de todas estas reivindicações de surpreender o fio de Ariadne que nos conduza ao coração da obra steineriana, a tradução ocupa, no contexto do seu interrogar, um lugar absolutamente angular.

Poderíamos, pois, afirmar com Vasco Graça Moura que:

"*a tradução é […] uma das categorias do pensamento de George Steiner: a simples expressão de uma qualquer realidade através da palavra; a precária passagem de um texto da língua de partida para a língua de chegada; a reverberação que entre os dois polos assim obtidos fica a processar-se; as suas relações com o tempo histórico e com o tempo subjetivo; a noção de fronteira e essa peculiar modalidade de contrabando e de exploração do sentido de um lado para o outro dela; o que nela há de plágio legitimado, de fidelidade e também de infidelidade criadora, de corpo-a-corpo entre as línguas e entre o tradutor e o texto por ele atacado; a sua integração num novo tecido da tradição verbal e a sua irradiação num novo património cultural; o seu papel epistemológico, no aprofundar do conhecimento do mundo, do conhecimento objetivo e mesmo subjetivo do texto, dos leitores e mesmo do leitor especial que é o tradutor; a modificação por ela operada no sistema de relações da cultura, no estabelecimento dos cânones, e a sua repercussão numa dimensão antropológica* (Vasco Graça Moura, 2004: 66).

Ronald A. Sharp declarará em moldes análogos:

"For it is the ideal of translation, in the radical sense that Steiner develops in After Babel as a carrying across from one field or locus or realm into another – it is translation in that fundamental sense that is not only Steiner's model for all hermeneutic acts but also his most pervasive trope for comprehending experience, in both his fictions and his essays. [...]

To see him [Steiner] whole we need to understand just how deeply this notion of translation informs his vision and his sense of his work as an agent of movement or exchange across borders – from one language to another, from field to field, across cultures and historical periods and genres, across the fuzzy but important boundary between the creative and the critical, and, most significantly in his recent work, from the secular world of immanence to what he often calls the 'mysterium tremendum' of transcendence" (Sharp, 1989: 134).

Do *magnum opus* que é *After Babel* (1975) até ao mais recente ensaio "An Exact Art", incluído em *No Passion Spent* (1996), passando pela odisseia melancolia que é o seu testamento intelectual *Errata: An Examined Life* (1997) e por um texto como "Homer In English", Steiner não cessará de abordar o fenómeno da tradução.

No derradeiro parágrafo de *After Babel: Aspects of Language & Translation* (1975), seguindo as pisadas de Franz Rosenzweig (que funde as conceções românticas com o para-marxismo e o misticismo cabalista)[4] e de Walter Benjamin (que postulará que aquilo que une as línguas na tradução é a nostalgia de uma origem a que chama *die reine Sprache* e que figura como horizonte messiânico do ato de traduzir), Steiner fala-nos de um dia de redenção em que todas as línguas humanas reintegrarão a translucidez imediata da palavra primordial e perdida que Deus e Adão compartilhavam*:*

"The Kabbalah [...]

knows of a day of redemption on which translation will no longer be necessary. All human tongues will have reentered the translucent immediacy of that primal, lost speech shared by God and Adam

. [...]

But the Kabbalah also knows of a more esoteric possibility. It records the conjeture, no doubt heretical, that there shall come a day when translation is not only unnecessary but inconceivable. Words will rebel against man. They will shake off the servitude of meaning.

They will 'become only themselves, and as dead stones in our mouths'. In either case, men and women will have been freed forever from the burden and the splendour of the ruin of Babel. But which, one wonders, will be the greater silence?" (Steiner, 1975: 498).

"Ou...ou..." – na formulação kierkegaardiana. Ou as palavras são redimidas, volvendo-se diafanamente no discurso originário partilhado por Deus e Adão, ou se tornam meras palavras "como pedras mortas na nossa boca". *After Babel* termina, pois, com uma tensão antinómica que se concretiza na linguagem como semântica pura ou na linguagem como pura semiótica.[5]

Ainda que saibamos para que lado pendem as suas simpatias, Steiner coloca-nos, com efeito, perante o dilema da escolha entre uma teoria desconstrutivista da linguagem (protagonizada por Jacques Derrida) e uma fundamentação ontológica da linguagem (que Steiner desde muito cedo encontra em Martin Heidegger; pensamos, todavia, que, pelo menos aqui, o autor está a pensar em Walter Benjamin – o dos ensaios "Über die Sprache überhaupt und die Sprache des Menschen" (1916) e "Die Aufgabe des Übersetzers" (1923), e não especialmente em Heidegger).

Um dos postulados centrais (se bem que, também aqui, a noção de "centro" se vê problematizada) da desconstrução é o de que a linguagem não deflui de uma Palavra Fundadora, constituindo o pacto entre a palavra e o mundo que Steiner quer ver restaurado uma ilusão de ordem essencialmente teológica.

Decretando que "o próprio conceito de plenitude de sentido de uma congruência, ainda que problemática, entre o significante e o significado, é teológico ou onto-teológico", a desconstrução derridiana declara que "a face inteligível do signo continua voltada para o lado do verbo e da face de Deus". O signo semântico e a divindade "têm o mesmo lugar e data de nascimento" e "a idade do signo é essencialmente teológica".

Nesta "hermenêutica radical" (John D. Caputo), que também é uma "hermenêutica da morte de Deus" (Mark Taylor), o que se ouve não é a majestática voz do ser heideggeriano, mas o riso de Zaratustra, não é *a* verdade unívoca, mas a "verdade-mulher" no sentido que lhe dá Derrida em *Éperons – Les Styles de Nietzsche* (1978).

Abraça-se o *amor fati*, o sim à vida, numa perspetiva englobante que inclui o sofrimento enquanto parte inalienável do fluxo da existência. Com a lanterna acesa em pleno meio-dia, o Louco que, no § 125 em *Die Fröhliche Wissenschaft („ la gaya scienza")*, de Nietzsche, anunciou a morte de Deus,[6] indelevelmente nos força à visão de um céu desamparado que sobre nós se abateu, submetendo-nos ao vento fresco das mais altas montanhas.

Se séculos houve em que o sopro de Deus bastava para salvaguardar a cintilante constelação axiológica, agora a lutuosa lápide da morte Deus concretiza o desmoronamento do suprassensível (*Zerfall des Übersinnlichen*, na formulação heideggeriana, que sobre este tema se debruçou no estudo "Nietzsches Wort »Gott ist Tot«" (1943), incluído em *Holzwege*).

Enquanto aguardamos com Zaratustra a chegada de um Deus que dança, o dito "Deus morreu" significa que o mundo suprassensível está sem força atuante, restando-nos o *ébranler* derridiano, o *Nichts* do Heidegger mais radical (que pensa sobre o *Ereignis*), a repetição kierkegaardiana (que é mais joyciana do que husserliana, mais poética do que rabínica, nos termos de Derrida,[7] claramente inspirado por Lévinas), enfim, aquilo a que Caputo, noutro contexto, apelidou de "pós-modernismo profético".[8]

Ao invés, o que Steiner quer ver reanimado é o *sentido do Sentido*, em que, no desamparo ontológico do hodierno tempo de "epílogo" (onde a palavra passa a girar em torno da sua órbita vazia, restando-nos "esta amarga e crepuscular sabedoria de não poder ter por nossos os discursos com que

falamos" Lourenço, 1991: xvii), continua a ressoar o sopro do Verbo Originário. Inspirado pelo halo logocêntrico deste pensamento (e plenamente ciente das profundas implicações que este acarreta para um entendimento dos "aspetos da linguagem e da tradução"), Steiner parte em busca da assombrosa liberdade que se insinua por entre os escombros de Babel.

"Compreender é traduzir" – tal é o postulado central de *After Babel* que determina que a tradução está, formal e pragmaticamente, implícita em *todo* o ato de comunicação, na emissão e na receção de todos os modos de sentido, tanto no sentido semiótico mais amplo como nas trocas mais especificamente verbais, sendo a tradução interlinguística uma aplicação particular de uma configuração e de um modelo fundamental à linguagem humana. Esta é definida em termos de oposições dialéticas: material-imaterial, abstrato-concreto, físico-mental, verdade-falsidade, passado-futuro, privado-público, sendo que destes pares antinómicos, mas em última análise complementares, se conclui a natureza híbrida da constituição da linguagem.

Interpelando-nos para a adormecida questão de Babel, isto é, para a proliferação desconcertante das línguas faladas em todo o mundo, o autor interroga-se: "Por que é que o *Homo sapiens sapiens*, genética e fisiologicamente uniforme sob quase todos os aspetos, submetidos a imposições biológicas e ambientais e a possibilidade evolutivas idênticas, teria de falar milhares de línguas mutuamente incompreensíveis, algumas das quais separadas em termos de espaço por uns quantos quilómetros?" – tal é, para Steiner, *a* questão digna de ser pensada pelo homem.

Se o paradigma darwiniano assenta na vantagem evolutiva, em que distintas formas de vida se afirmam competitivamente umas relativamente às outras, sendo que a sua proliferação aumenta exponencialmente as probabilidades de uma adaptação e de um progresso biológico, poder-se-á constatar a inexistência de um benefício do mesmo teor resultante da multiplicidade aparentemente anárquica de línguas.

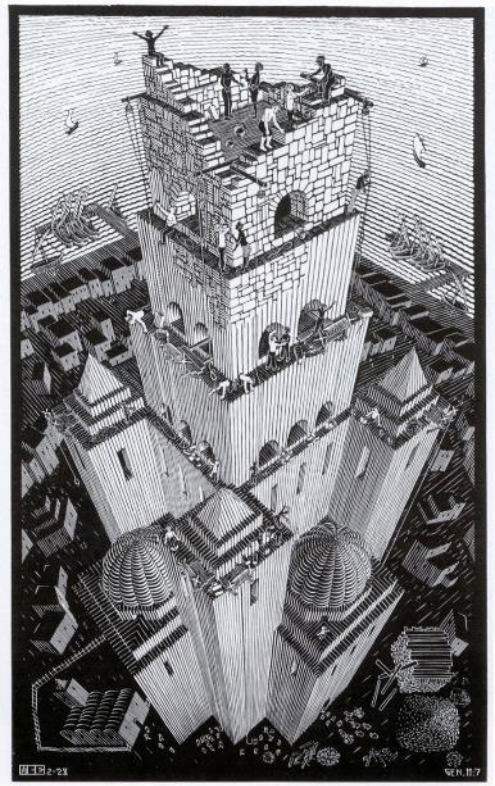
Cada uma das línguas humanas traça do mundo um mapa singular, edificando mundos possíveis que são enriquecidos pelas específicas paisagens histórico-culturais e pelos irredutíveis modos de concetualização do real. Porque quando uma língua morre é um mundo possível que parte com ela (*Jede Sprache ist ein Versuch*, Steiner cita Humboldt), só uma "teoria" da linguagem que não relegue para plano secundário o que as gramáticas transformacionais designam por "estruturas de superfície" faria justiça à singular humanidade do homem.

Com efeito, na sua ótica, é mais sólido mas menos profundo o terreno que hoje pisamos no âmbito da investigação linguística. As gramáticas generativas, sob a égide de Noam Chomsky (que se dispôs a formular as suas discordâncias relativamente às posições de Steiner numa série de comunicações pessoais que foram incluídas em *Extraterritorial: Papers on Literature and the Language Revolution*, obra que data de 1972), entrincheiram-se num excessivo formalismo, num grau de abstração algorítmico analítico e metamatemático que o nosso autor, mobilizado pela intuição blakeana do "sagrado do pormenor mais ínfimo", não pode aceitar:

> *"I am persuaded that the phenomenon of language is such that a rigorously idealized and nearly mathematical account of the deep structures and generation of human speech is bound to be incomplete and, very possibly, distorting. It is the thinness, the determinism of the generative transformational case – particularly in its current dogmatic vein – that I find disturbing. It is the refusal to see at how immediate a level problems of formal description become a matter of general philosophy and of the image one has of man's relations to the Logos"* (Steiner, 1972: ix-x).

No seu entendimento, o axioma chomskiano de estruturas profundas universais, cerebralmente inatas, compromete inelutavelmente a multiplicidade linguística, relegando-a para a ordem do epifenoménico ou do superficial.

M. C. Escher , Toren van Babel 1928



Fortemente enraizado na especulação metafísica sobre a linguagem (numa linhagem que inclui Hamann, Herder e Humboldt) e na posterior tradição fenomenológica (Dilthey, Husserl, Heidegger e Ricoeur), Steiner surpreende na linguagem a "casa do Ser", atribuindo-lhe justamente a dimensão transcendente que o labor desconstrucionista pretendeu rasurar. Na esteira de um Ernst Bloch,[9] contempla a "gramática da esperança" que subjaz a toda a linguagem e que nos permite tomar a resolução de "continuar a história". É porque o homem habita o tempo verbal do futuro e tem assim ao seu dispor a capacidade de *dizer não à realidade*, que é possível gerar *alternativas ao* Ser, podendo falar-se assim, com propriedade, de uma "ontologia da esperança".[10] Sem ela, seríamos apenas "pedras que caem".

Para a reflexão que aqui desenho e tendo em conta que caminhamos para o término da presente comunicação, importa atentar de modo mais concreto – e fá-lo-ei de modo necessariamente sumário – no movimento do ato de tradução que nos é proposto por Steiner. Em primeiro lugar, Steiner menciona o momento axiomático de confiança ontológica (que, curiosamente, poderíamos aproximar da noção aporética do dom como acontecimento sem doação, que nos é apresentada por Derrida): ao encaramos um texto, partimos do princípio de que o mesmo ostenta um significado. Procedemos *como se* (e este princípio inaugural está por detrás da posterior meditação steineriana em torno da aposta na transcendência que fulgura num livro como *Real Presences*, de 1989) um sentido aguardasse por nós.

Trata-se de um postulado arrojado e pleno de implicações epistemológicas, ancorado na convicção de acordo com a qual linguagem e mundo se enlaçam e de que o ser é *dizível*. Em segundo lugar, vem a agressão: o tradutor invade o original, examinando a complexa estrutura polifónica do texto, dissecando-o nos diversos estratos que o compõem: o fonológico, o lexical, o sintático, o semântico, o cultural e o pragmático.

Nesta fase, espreitam perigos óbvios, na medida em que, mercê desta dissecação crítica (cf. o ensaio de 1978, "'Critic'/'Reader'", incluído em *George Steiner: A Reader*), rompe-se a união forma/conteúdo, podendo, muito embora, daí resultar traições iluminadas. No terceiro momento, que designa por incorporação, o tradutor procura trazer o sentido do texto a traduzir para a língua de chegada. Por fim, chega o momento de reciprocidade ou compensação, em que a tradução restabelece o equilíbrio entre a língua de partida e a língua de chegada, equilíbrio este que é destruído pelas incursões de interpretação e apropriação do tradutor. Sustenta, pois, o nosso autor que fica incompleto o processo translatório enquanto a reciprocidade não tiver sido estabelecida, enquanto o original não tiver recuperado tanto como perdeu.

Do que foi brevemente exposto, bem como à luz das coordenadas gerais do pensar steineriano, parece ficar claro que a conceção steineriana do

movimento hermenêutico implícito no ato de tradução se furta indomitamente à jurisdição do olhar científico. Não aspirando ao estatuto de "teoria",[11] tudo se joga unicamente na descrição de um modo de proceder, narrações de experiência vivida, notações heurísticas de uma "arte exata" (na expressão cintilante de Wittgenstein).[12]

Como nos alerta em *Errata: An Examined Life* (1997),

> *"the fourfold proceeding from encounter, from the gamble on significance to the final act of restoration is, fundamentally, a dialectic of trust, a taking and a giving back. Where it is wholly achieved, great translations being much rarer than great literature, translation is no less than felt discourse between two human beings, ethics in action. This is also part of the harvest of Babel" (Steiner, 1997: 100-101).*

Animado por um fôlego messiânico[13] indissociável da filosofia dialógica judaica em que, de certo modo, se inscreve (na esteira, aliás, de pensadores como Buber, Ebner, Lévinas ou Rosenzweig), Steiner encara a tradução como um ato profundamente ético, falando, neste contexto, com Walter Benjamin e Jacques Derrida, da "sobrevivência" (*Fort-leben*), da vida póstuma dos textos traduzidos.

A relação entre o texto de partida e o texto de chegada deixa de ser uma relação de dependência, para se tornar uma interação ("interanimation", na sua fórmula feliz de matiz humboldtiano): na sua relação mútua, os dois textos iluminam-se assim numa tensão de resistência e afinidade, próprias da "elucidativa estranheza das grandes traduções". Com efeito, nesta dialética do Eu e do Outro, o original, não raras vezes objeto de suspeita por parte dos adeptos das teorias pós-coloniais ou feministas, fulgura enquanto lugar inexorável neste processo de passagens: algo que, estando aqui e agora à minha frente,[14] está sempre já atrás de mim, de tal modo que o original se constitui como a voz que importa escutar e como a dívida que importa saldar, como uma espécie de pecado original que sobre nós pesa até dele nos redimirmos.

Reza a fábula que outrora o homem falava o Ser e que, depois, devido à *hybris* da arrogância prometeica que ofendeu "a secreta urdidura dos céus", a desgraça se abateu sobre a condição humana – "Onde a criação divina entretecera uma túnica inconsútil de verdade, a catástrofe de Babel produziu um manto de retalhos de aproximações, erros de interpretação, mentiras e paroquialismos", suspira o autor em *Errata*. Esse manto de retalhos que corresponde a cada língua constitui uma específica *Weltanschauung*, uma visão do mundo que determina a perceção que temos da realidade. Ora, esta multiplicidade linguística, associada à indelével inexauribilidade semântica que permeia toda a linguagem, assegura-nos que tradução alguma pode ser perfeita. E, todavia, perante nós, espreita o desafio da passagem necessária, pois todo o texto pede para ser traduzido, assim declaram os "metafísicos" da filosofia da tradução (Benjamin, Derrida e, claro está, Steiner). A tradução é, pois, na ótica steineriana, simultaneamente possível e impossível. É, na formulação de Ortega y Gasset, simultaneamente "miséria e esplendor".[15] Um "ato messiânico, que torna a redenção mais próxima", no dizer sibilino de Franz Rosenzweig.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA PRIMÁRIA:

STEINER, George (1961), *The Death of Tragedy*, London, Faber and Faber.

STEINER, George (1967), *Language & Silence: Essays on Language, Literature, and the Inhuman*, London/Boston, Faber and Faber. A edição por nós utilizada é a de 1985.

STEINER, George (1971), In Bluebeard's Castle. Some Notes Towards the Redefinition of Culture, London, Faber and Faber.

STEINER, George (1972), Extra-Territorial. Papers on Literature and the Language Revolution, London, Faber and Faber.

STEINER, George (1975), *After Babel. Aspects of Language and Translation*, Oxford, Oxford University Press.

STEINER, George (1978), *Heidegger*, Hassocks, The Harvester Press Limited.

STEINER, George (1983), *Nostalgia for the Absolute*, Toronto, CBC Enterprises.

STEINER, George (1984), *George Steiner: A Reader*, New York, Oxford University Press.

STEINER, George (1989), *Real Presences. Is There Anything Real* in *What We Say?* London/Boston, Faber and Faber.

STEINER, George/Ramin Jahanbegloo (1992), *George Steiner. Entretiens avec Ramin Jahanbegloo*, Paris, Le Félin.

STEINER, George (1996), *No Passion Spent. Essays 1978-1996*, London, Faber and Faber.

STEINER, George (1997), *Errata: An Examined Life*, London, Weidenfeld & Nicolson.

STEINER, George (2001), *Grammars of Creation*, London, Faber and Faber.
STEINER, George (2005), Dix Raisons (Possibles) à la Tristesse de Pensée, Paris, Albin Michel.

BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA:

BENJAMIN, Walter (1972 [1921]), "Die Aufgabe des Übersetzers", in: *Gesammelte Schrifte*, Vol. IV/1, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, pp. 9-21.
BLOOM, Harold (ed.) (*et. al.*) (1979), *Deconstruction and Criticism*, New York, Seabury Press.
BARRENTO, João (2002), *O Poço de Babel. Para uma Poética da Tradução Literária*, Lisboa, Relógio D'Água Editores.
BUFFONI, Franco (2007), "George Steiner e l'atto creativo rivissuto", *Com il Testo a Fronte. Indagine sul Tradurre e l'Essere Tradotti*, Novara, Edizioni Interlinea. Consultado em: http://www.francobuffoni.it/con_il_testo_a_fronte_2.aspx.
COSTA, Carlos Couto Sequeira (2004), "(Per)versões da tradução: o que significa traduzir? Filosofia, Música, Pintura", in: Irene BORGES-DUARTE/Fernanda HENRIQUES/Isabel MATOS (org.) (2004), *Heidegger, Linguagem e Tradução. Colóquio Internacional Heidegger*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, pp. 131-138.
DAVIE, Donald (1975), "The Clans and Their World-Pictures" – Recensão de *After Babel*, de George Steiner, in: *Times Literary Supplement* (31 de janeiro de 1975), pp. 98-100.
DAUZAT, Pierre-Emmanuel (dir.) (2003), *Steiner*, Paris, Éditions de L'Herne.
DAUZAT, Pierre-Emmanuel (dossier coordonné par) (2006), *George Steiner. La Culture contre la Barbarie. Le Magazine Littéraire*, nº 454 (junho de 2006).
DERRIDA, Jacques (1987), "Des Tours de Babel", *Psyché. Inventions de l'autre*, Paris, Galilée, pp. 203-235.
HARTMANN, Geoffrey H. (1975), "Recensão de *After Babel*, de George Steiner", in: *New York Times Book Review* (8 de junho de 1975), pp. 21-23.
HASSAN, Ihab (1986), "The Whole Mystery of Babel: On George Steiner", in: *Salmagundi*, números 70-71 (primavera/verão de 1986), pp. 316-333.
HEIDELBERGER-LEONARD, Iréne (1985), "Translation as the prime art of communication? A Note on George Steiners» After Babel «", in: Gilbert Debusscher u. van Noppen (herausg.), *Communiquer et Traduire*, Brüssel, pp. 19-25.
KOPETZKI, Annette (1993), "Das Geheimnis von Babel. George Steiner über Sprache und Übersetzung", in: Eckhard NORDHOFEN (herausg.), *Zeitschrift für Didaktik der Philosophie*, Jahrgang, Schroedel Schuldbuchverlag GmbH, Hannover, pp. 18-26.
LOURENÇO, Eduardo (1991), "Michel Foucault ou o Fim do Humanismo", in: Michel FOUCAULT, *As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências humanas* (título original: *Les mots et les choses*, trad. de António Ramos Rosa), Lisboa, Edições 70, pp. i-xviii.
MATSUDO-KILIANI, Susanne (2004), *Sprache-Verstehen-Übersetzen. Der Übersetzbegriff George Steiners*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Heidelberg.
MOUNIN, Georges (1978), "After Babel", in: *Linguistique et Traduction*, Bruxelles, Dessart & Mardaga, pp. 253-260.
MOURA, Vasco Graça (2004), "Sobre George Steiner", in: *Os Meus Livros*, Lisboa, pp. 64-67.
ORTEGA Y GASSET, José (1964), "Miseria y esplendor de la traducción" (1937), in: *Obras Completas*, Madrid, Revista de Occidente, Volume V, pp. 435-436.
PADEL, Ruth (1994), "George Steiner and the Greekness of Tragedy", in: Nathan A. SCOTT, Jr. and Ronald A. SHARP (eds.), *Reading George Steiner*, Baltimore and London, The John Hopkins University Press, pp. 99-133. Posteriormente, este ensaio foi inserido em *George Steiner e l'idea del tragico* (1997), Barnaba MAJ (sezione a cura di), Discipline Filosofiche, Anno VII, Nuova Serie, numero 1, Firenze, Vallechi editore, sob o título "George Steiner e la Grecità della Tragedia" (pp. 39-74).
RICOEUR, Paul (1999), "Le paradigme de la traduction", in: *Esprit*, 6 (junho de 1999), pp. 8-19. Este artigo será integrado em *Sur la Traduction* (2004), Paris, Bayard, livro que Paul Ricoeur dedica à problemática da tradução (na tradução portuguesa poder ler-se "O paradigma da tradução", in: *Sobre a Tradução*, trad. de Maria Jorge Vilar de Figueiredo, Lisboa, Livros Cotovia, pp. 23-53).
SCHLEIERMACHER, Friedrich (1993), *Hermeneutik und Kritik: Mit einem Anhang sprachphilosophischer Texte Schleiermachers*, hrsg. U. eingeleitet von Manfred Frank, 5 Aufl, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag.
SCOTT, Nathan A., Jr. and SHARP, Ronald A. (eds.) (1994), *Reading George Steiner*, Baltimore and London, The John Hopkins University Press
SHARP, Ronald A. (1990), "Interrogation at the Borders: George Steiner and the Trope of Translation", in: *New Literary History: A Journal of Theory & Interpretation*, Volume 21, Number 1 (outono de 1989/1990), Charlottesville, University of Virginia, pp. 133-162.
SHARP, Ronald A. (1994), "Steiner's Fiction and the Hermeneutics of Transcendence", in: Nathan A. SCOTT, Jr. and Ronald A. SHARP (eds.), *Reading George Steiner*, Baltimore and London, The John Hopkins University Press, pp. 205-229.
WYSCHOGROD, Edith (1994), "The Mind of a Critical Moralist: Steiner as Jew", in: Nathan A. SCOTT, Jr. and Ronald A. SHARP (eds.), *Reading George Steiner*, Baltimore and London, The John Hopkins University Press, pp. 151-179.

Tradução

Eugênio Coseriu. Lições de Linguística Geral. 1980.

Em colaboração

Bernardo Élis. Seleta. 1974.
Luís de Camões. Antologia. 2ª ed., 1999.
Na ponta da língua. Até 2003 5 vols. publicados: I (2ª ed.); II (2ª ed.); III (2001); IV (2002); V (2003).
FONTE: http://www.academia.org.br/